Sumário dêste número

- EDITORIAL DO MÉS: A celebração do "Dia do Município" M. A. TEIXEIRA DE FREITAS (pg. 3).
- COMENTÁRIO DO MÉS: Expedições Científicas Eng.º VIRGÍLIO CORREIA FILHO (pg. 5).
- TRANSCRIÇÕES DO MÊS: O que é a Geografia Humana PIERRE DEFFONTAINES (pg. 13) A Recessão das Galaxias ARTUR EDDINGTON M. A. (pg. 18).
- RESENHA: Julgado o primeiro "Concurso de Monografias de Aspectos Municipais" (pg. 31) "Que é a raça" (pg. 31) Os térmos regionais e o ante-projeto do Código Rural (pg. 32) São Paulo A cidade das indústrias (pg. 32) O abastecimento do Vale Amazônico (pg. 33) Efeitos da sêca prolongada na região amazônica (pg. 34) Elogio do chimarrão (pg. 34) A origem dos congressos brasileiros de geografia (pg. 35) Como preparar um diagrama em perspectiva (pg. 35) Massa trabalhista do Brasil (pg. 35) A conferência de Belém (pg. 36) Primeiro Congresso de Carburantes (pg. 36).
- OPINIÕES! O nome da capital baïana (pg. 37) Concurso de monografias municipais (pg. 37) Imigração de após-guerra (pg. 37) Crepúsculo dos impérios coloniais (pg. 38) A raça tupí-guaraní, tronco comum de brasileiros e paraguaios (pg. 38).
- CONTRIBUÏÇÃO DIDÁTICA: Esbôço geológico do Brasil FÁBIO DE MACEDO SOARES GUI-MARÁES (pg. 40) — Programas de geografia — Faculdade Católica de Filosofia (pg. 47).
- TERTÚLIAS GEOGRÁFICAS SEMANAIS: Quarta tertúlia semanal (pg. 53) Critérios para a determinação do formador principal de um rio (comunicação do coronel Renato B. Rodrigues Pereira) (pg. 54) Critérios para a determinação do formador principal de um rio (Esquema apresentado pelo professor Everardo Backheuser) (pg. 55) Quinta tertúlia semanal (pg. 57) As "Hipóteses de trabalho nas pesquisas geográficas", pelo professor Everardo Backheuser (pg. 59) Sexta tertúlia semanal (pg. 60) Expedição organizada pelo Conselho Nacional de Geografia à região do Jalapão (Comentários feitos pelo professor Francis Ruellan) (pg. 62) Sétima tertúlia semanal (pg. 64) Expedição científica organizada pelo Conselho Nacional de Geografia à região do Jalapão (Esbôço das principais pesquisas antropo-geográficas a serem realizadas, apresentado pelo professor E. Backheuser) (pg. 65).
- NOTICIÁRIO: DA CAPITAL FEDERAL Presidência da República (pg. 67) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (pg. 69) — Ministério da Aeronáutica (pg. 75) — Ministério da Agricultura (pg. 75) — Ministério da Educação (pg. 81) — Ministério da Fazenda (pg. 84) — Ministério da Guerra (pg. 85) — Ministério da Justiça (pg. 86) — Ministério da Marinha (pg. 86) — Ministério das Relações Exteriores (pg. 86) — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (pg. 87) — Ministério da Viação e Obras Públicas (pg. 87) — Prefeitura do Distrito Federal (pg. 90) — Academia Brasileira de Ciências (pg. 91) — Academia Brasileira de Letras (pg. 93) — Academia Carioca de Letras (pg. 93) — Casa do Estudante do Brasil (pg. 94) — Círculo de Estudos Municipais (pg. 94) — Círculo dos Oficiais Reformados do Exército e da Armada (pg. 94) — Clube de Engenharia (pg. 94) — Grêmio Literário Comendador Rainho (pg. 96) — Instituto Brasileiro de História da Arte (pg. 96) — Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (pg. 97) — Instituto Brasil-Estados Unidos (pg. 97) — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (pg. 97) — Liceu Literário Português (pg. 98) — Real Gabinete Português de Leitura (pg. 99) — Rotary Club do Rio de Janeiro (pg. 99) — Sociedade de Amigos de Alberto Tôrres (pg. 99) — Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia (pg. 99) — Sociedade de Engenheiros da Prefeitura do Distrito Federal (pg. 100) - Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (pg. 100) - Touring Clube do Brasil (pg. 101) -

III Conferência de Técnicos em Contabilidade Pública e Assuntos Fazendários (pg. 101) — DAS UNIDADES FEDERADAS — Alagoas (pg. 102) — Amazonas (pg. 102) — Baía (pg. 102) — Espírito Santo (pg. 106) — Goiaz (pg. 107) — Maranhão (pg. 108) — Minas Gerais (pg. 108) Pará (pg. 114) — Paraíba (pg. 114) — Paraná (pg. 115) — Pernambuco (pg. 116) — Piauí (pg. 116) — Rio de Janeiro (pg. 117) — Rio Grande do Norte (pg. 117) — Rio Grande do Sul (pg. 118) — Santa Catarina (pg. 119) — São Paulo (pg. 120) — Sergipe (pg. 120) — DOS MUNICÍPIOS — Antônio Prado (pg. 121) — Aracajú (pg. 122) — Araranguá (pg. 122) — Araxá (pg. 122) — Bandeirantes (pg. 122) — Barra do Piraí (pg. 123) — Belém (pg. 123) — Belmonte (pg. 123) — Belo Horizonte (pg. 123) — Blumenau (pg. 124) — Bom Jesús da Lapa (pg. 124) — Camanducáia (pg. 125) — Campina Grande (pg. 125) — Campo Grande (pg. 125) — Campos (pg. 125) — Casimiro de Abreu (pg. 125) — Caxias (pg. 125) — Conceição das Alagoas (pg. 126) — Cornélio Procópio (pg. 126) — Cuiabá (pg. 126) — Curitiba (pg. 126) — Diamantina (pg. 128) — Entre Rios (pg. 128) — Florianópolis (pg. 129) — Franca (pg. 129) — Goiana (pg. 129) — Ilhéus (pg. 129) — Iratí (pg. 129) — Itajaí (pg. 130) Itaparica (pg. 130) — Juazeiro (pg. 130) — Juiz de Fora (pg. 131) — Mamanguape (pg. 131) - Mariana (pg. 131) - Montes Claros (pg. 131) - Nazaré (pg. 131) - Nova Friburgo (pg. 131) — Novo Hamburgo (pg. 132) — Ouro Preto (pg. 132) — Palmeiras (pg. 133) — Petrópolis (pg. 133) — Pitanguí (pg. 134) — Salinas (pg. 134) — Salvador (pg. 134) — São Gabriel (pg. 134) — São Gonçalo do Sapucaí (pg. 135) — São Jerônimo (pg. 135) — Tupaciguara (pg. 135) - Vitória (pg. 135).

BIBLIOGRAFIA: Apontamentos bio-bibliográficos de geógrafos brasileiros contemporâneos — Avelino Inácio de Oliveira (pg. 137) — Registos e comentários bibliográficos — sôbre livros (pg. 141) — sôbre periódicos (pg. 145) — sôbre mapas (pg. 146) — Contribuïção bibliográfica especializada. Achegas para uma bibliografia sôbre climatología — II (pg. 147) — Retrospecto geográfico e cartográfico — "Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro" — Índice dos autores — I — anos de 1855 a 1941 (pg. 155) — A Cartografia brasileira nos periódicos estrangeiros — III — (1901-1910) (pg. 164) — Bibliografia estrangeira sôbre o Brasil — III — 1801 — 1827 (pg. 167) — Mapoteca central do C.N.G. — catálogo geral — III — (mapas de ns. 201 a 300) (pg. 171) — Publicações entradas durante o ano de 1942, na Biblioteca central do C.N.G. — III (pg. 175).

LEIS E RESOLUÇÕES: LEGISLAÇÃO FEDERAL — Ementário dos decretos-leis baixados nos meses de abril a maio de 1943 (pg. 179) — Integra da legislação de interêsse geográfico (pg. 187) — LEGISLAÇÃO ESTADUAL — Integra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interêsse geográfico — Baía (pg. 193) — Mato Grosso (pg. 195) — Minas Gerais (pg. 195) — Pará (pg. 195) — Paraná (pg. 196) — Rio de Janeiro (pg. 196) — Rio Grande do Sul (pg. 197) — São Paulo (pg. 197) — Sergipe (pg. 197) LEGISLAÇÃO MUNICIPAL — Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interêsse geográfico — Belém (pg. 198) — Belo Horizonte (pg. 198) — Teixeira Soares (pg. 198) — RESOLUÇÕES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA — ASSEMBLÉIA GERAL - Ementário das Resoluções ns. 67 a 110 aprovadas em 1938 (pg. 199) - JUNTA EXECUTIVA CENTRAL — Ementário das Resoluções ns 61 a 84 aprovadas em 1939 (pg. 200) - CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA - ASSEMBLÉIA GERAL - Ementário das Resoluções ns. 40 a 64 aprovadas em 1939 (pg. 202) — Integra das Resoluções ns. 6 a 8 pg. 203) — DIRETÓRIO CENTRAL — Ementário das Resoluções ns. 56 a 73 aprovadas em 1940 (pg. 204) — integra das Resoluções ns. 6 e 7 (pg. 205) — DIRETÓRIOS REGIONAIS — BAÍA — Íntegra das Resoluções ns. 6 a 10 (pg. 207).

INFORMAÇÕES: QUADRO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA — Administração federal (pg. 212) — Administração regional (pg. 220) — Administração municipal (pg. 230).

Boletim

do

Conselho Nacional de Geografia

Ano I JUNHO, 1943 N.º 3

Editorial do mês

A celebração do "Dia do Município"

Entre os muitos significados que realçam a celebração do "Dia do Município", nenhum sobreleva, decerto, o que decorre de sua expressão histórica, como retôrno e homenagem às fontes mais puras da formação brasileira. Esse aspecto, sobretudo, merece ressaltado, na profunda beleza de que se reveste, em meio às amarguras de experiências tanto mais dolorosas para a Humanidade quanto mais acentuado o seu afastamento dos princípios fundamentais da civilização cristã.

O "Dia do Município" foi instituído pelo Decreto-lei n.º 846, de 9 de novembro de 1938, para ser festejado nos anos de milésimo 9 e 4. Vale dizer: cinco meses decorridos, e estará a Nação Brasileira participando daquela mesma admirável parada cívica que, ao realizar-se pela primeira vez em 1.º de janeiro de 1939, assinalou o momento em que entrou em vigor a divisão administrativa e judiciária, destinada a prevalecer até 31 de dezembro dêste ano.

A execução do Decreto-lei nacional 311, anulando as anomalias do quadro territorial brasileiro, traduziu, sem dúvida, o maior esfôrço de organização jamais verificado em qualquer dos setores da vida administrativa do país. Graças à "lei geográfica do Estado Novo", pôde o Brasil ordenar convenientemente os seus âmbitos territoriais, submetendo a critérios de disciplina a respectiva nomenclatura, nucleação e hierarquia. Completando um empreendimento de tal amplitude e protundidade, a Campanha dos Mapas Municipais constituiu não sòmente um impressionante atestado de capacidade realizadora, senão também o mais fecundo trabalho até agora levado a efeito no país, visando assegurar a sua perfeita representação cartográfica.

Entretanto, essas conquistas do Estado Brasileiro, tão importantes e valiosas como fundamentos mesmos da boa ordem administrativa e do progresso econômico e social, teriam perdido muito de sua expressão mais profunda, se lhes houvesse faltado a significação culminante que resulta da celebração do "Dia do Município". Nesta, sim, funde-se a grande alma da Pátria, para a vibração uníssona de um sentimento que aproxima e irmana os brasileiros de todos os quadrantes e latitudes. Um ritual único, um objetivo só, num momento certo, fazem que a fôrça dos corações anule as tendências desagregadoras das distâncias e o milagre da unidade brasileira se afirme em tôda a sua plenitude.

O papel de base da célula municipal, no processo de nossa formação histórica, se veio diluindo através dos tempos, sob o vampirismo tentacular dos poderes superiores. Reduziu-se a subestrutura da vida nacional a uma situação cada vez mais apagada e inexpressiva, no conjunto dos valores materiais e morais que influenciam a elaboração de nossos destinos. O Município, como fôrça aglutinadora e elemento primário do organismo do país, converteu-se num tema para dissertações fáceis, destinadas à exaltação de meras virtudes teóricas. Dominados pelo culto dessa ficção, íamos deixando, — como o acentuou o ilustre e saudoso historiador Max Fleiuss — "que as nossas comunas levassem vida vegetativa, esquecidas — quando não espezinhadas — pelos poderes superiores, desprovidas de rumos e de diretrizes orgânicas, sem elementos de afirmação e de progresso." Impunha-se a realização contra êsse desvirtuamento, antes que nele se sacrificassem as melhores conquistas do nosso passado, quando não o próprio equilíbrio e harmonia da unidade brasileira.

Estabelecendo o critério da revisão quinquenal do quadro administrativo e judiciário da República, segundo princípios sistemáticos, e trazendo o Município, em têrmos objetivos, ao mais alto nível das cogitações nacionais, estamos empreendendo, afinal, uma obra de revisão histórica, através da qual o Brasil valoriza os elementos básicos de sua formação. E é bem que assim aconteça, porque o revigoramento da conciência municipalista brasileira, formada à sombra de tradicionais sentimentos cristãos, atende a interêsses profundos de nossa própria sobrevivência, numa hora em que o egoísmo e a violência desencadeiam sôbre o mundo a catástrofe das grandes tragédias coletivas.

A segunda celebração do "Dia do Município", a 1.º de janeiro de 1944, para assinalar o comêço da vigência do quadro territorial que vigorará, inalterado, até o último dia de 1949, oferecerá ensejo a que o Brasil inteiro, solidarizado num único pensamento de construção nacional, renove à face do mundo a sua confiança inquebrantável naquelas fôrças profundas que modelaram a nossa civilização.

M. A. TEIXEIRA DE FREITAS

Secretário Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística



Expedições Científicas

Eng. Virgílio Correia Filho Assistente-técnico do Conselho Nacional de Geografia.

Logo após a arribada venturosa de Cabral a Pôrto Seguro, que exaltou aspirações imperialistas, escolheu D. Manuel quem pudesse explorar o desconhecido litoral, que se estendia para o sul.

Coube a incumbência a André Gonçalves, consoante indicou Rio Branco, em suas *Efemérides*, ou a Gonçalo Coelho, que teria zarpado de Lisboa a 10 de maio de 1501, chefiando tres caravelas, com as quais lhe perlongaria extenso trecho, segundo outros historiadores.

A 28 de agôsto, dobra o cabo de Santo Agostinho, e inspirado pelo calendário católico, vai sucessivamente batizando de nomes de santos, consoante as datas das respectivas descobertas, os mais importantes acidentes da costa, como o rio São Francisco (4 de outubro), a baía de Todos os Santos (1.º de novembro), a de Santa Luzia (13 de dezembro), o Cabo São Tomé (21), a baía do Rio de Janeiro, (1.º de janeiro), cuja barra foi confundida com simples foz de rio, Angra dos Reis (6), a ilha de São Sebastião (20), o pôrto de São Vicente (22).

Se a prioridade cabe à armada cabraliana, sem dúvida as explorações de intuitos geográficos principiam com os que lhe seguem o roteiro atlântico e o continuam, costeando as paragens bravias, sempre atentos no exame do relêvo, cuja representação cartográfica dessa maneira progressivamente se aperfeicoou.

Limitavam-se, porém, à faixa litorânea da qual pudessem aproximar-se os seus navios.

A penetração pela hinterlândia viria mais tarde, de comêço pelos aventureiros, a quem os índios serviam de guias argutos, através de rios e serras que não lhes barrayam a marcha.

Ao devassamento empírico, destituído de propósitos científicos, sucederia, porém, o reconhecimento sistemático, especialmente nas regiões fronteiriças, a exemplo da travessia de Belém a Vila Bela, empreendida pela diligência de que participou José Gonçalves da Fonseca, feito cronista e Antônio Nunes, como pilôto. Antes, porém, que a Lisboa chegassem os resultados de tal exploração, Alexandre de Gusmão ajustou as bases do Tratado de Limites de 1750, de acôrdo com o "Mapa dos Confins do Brasil com as terras da Espanha na América Meridional", ou mais resumidamente "Mapa das Côrtes", como se tornou conhecido.

Em suas linhas resumiu-se quanto era sabido acêrca do Brasil, com as grandes falhas, geradoras de cláusulas inexequíveis.

Não obstante, a linha fronteiriça definiu-se desde a barra do "regato que vai ao pé do monte de Castilhos Grande" até se perder no divisor de águas do Amazonas e Orinoco, em plena região desconhecida.

Para lhe assinalar os pontos principais, foram mobilizados técnicos de nomeada, entre os quais se incluiu Miguel de La Ciera, astrônomo, além dos padres Panigal, Namieri e Pineti, ao sul, padre Inácio Semartoni, Dr. João Antônio Brunelli, ao norte.

Volvido um quartel de século, repetiu-se análoga iniciativa, para cabal execução do Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, em conseqüência do qual foram organizadas quatro comissões demarcadoras, cada uma incumbida da exploração de certo setor lindeiro.

Data dessa época minucioso conhecimento dos rios Branco e Negro, e outros tributários do Amazonas, como igualmente do Guaporé, Jaurú, Paraguai e paragens circunjacentes, mercê dos esforços dos astrônomos José Simões de Carvalho, José Joaquim Vitório da Costa, Antônio Pires da Silva Pontes, Francisco José de Lacerda e Almeida, além dos militares, que serviriam de engenheiros, como Ricardo Franco de Almeida Serra, J. J. Ferreira, Eusébio Antônio de Ribeiros, Henrique João Wilkens, Teodósio Constantino Chermont, que operariam sob a chefia de João Pereira Caldas, na Amazônia, e de Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, do Madeira para o sul.

Em vez de demarcadores, atuaram como abnegados geógrafos, que esquadrinharam os rincões estremenhos, para determinar com exatidão os cursos dos rios, os divisores de águas e demais particularidades topográficas.

Ainda os trabalhos de campo os retinham naquelas paragens, quando para lá partiu, com encargos mais amplos, Alexandre Rodrigues Ferreira, incumbido de aquilatar as riquezas naturais do Pará, da Capitania do Rio Negro e de Mato Grosso.

Acompanhado de dois desenhistas, Codina e Freire, evidencia a sua competência de naturalista, como igualmente de geógrafo, empolgado pelo estudo cabal da ecologia.

A sua Viagem Filosófica, escrita nos intervalos de uma excursão a outra, contém verdadeiros painéis das condições de vida na Amazônia, analisadas desde os aldeamentos indígenas até os núcleos urbanos de mais alta categoria.

Explorou rios, cuidou da flora e fauna, dos costumes populares, das artes e indústrias regionais, da história, de graves problemas políticos, decorrentes de litígios fronteiriços, e de tudo que lhe chegasse ao alcance da vista indagadora, a ponto de merecer da Posteridade a qualificação de Humboldt brasileiro, que lhe define o critério científico.

Depois dêsse périplo notável, há como que penoso esmorecimento em atividades semelhantes.

A Europa entra em convulsão e a América, estimulada pelo exemplo dos patrícios de Washington, prepara-se para a campanha emancipadora.

O Brasil já se considerava independente, pois que hospedava o rei que daquí dava ordens a Portugal, quando a curiosidade científica de sábios europeus logrou autorização para lhe devassar os mistérios.

Mais feliz do que Humboldt, que não logrou rodar pelo Amazonas, como pretendia, para não incorrer no crime de desobediência, punível com a prisão, Martius deleitou-se no estudo da natureza brasileira, acompanhado pela amizade eficiente de Spix, com quem repartiu a glória imperecível.

Os forasteiros, que lhes imitaram o proceder, dedicaram-se especialmente às ciências naturais, como zoólogos, botânicos ou geólogos, sem maiores interêsses relacionados com a geografia.

Mal se exclue a "Comissão Langsdorff", que, financiada pelo govêrno russo, varou a região central, entrando pelo Tieté, para sulcar a mesma via bandeirante das monções até Cuiabá, donde alcançou o Arinos, em cuja descida se agravou o desiquilíbrio mental do seu chefe, causa do fracasso de tão promissora iniciativa.

Com êle, que já perlustrara várias regiões brasileiras, em companhia de outros naturalistas, como A. Saint-Hilaire, seguiram L. Riedel, botânico, Rubzoff, astrônomo, Amado Adriano Taunay, desenhista, além de Hercules Florence, que se esmerou no escrever a narrativa da peregrinação desfechada em tragédia, com o falecimento de seu colega, arrebatado pelas águas revôltas do Guaporé, e desvario de Langsdorff, que ensandeceu lamentàvelmente, antes que se colhessem os resultados prometidos pela sua expedição.

Também comissionado por govêrno estrangeiro, o de sua Pátria, de 1843 a 1847, andou pelos sertões brasileiros o conde Francisco de Castelnau, que registou em sua obra Expedition dans les parties centrales de l'Amerique du Sud quanto notou de interessante em longa excursão indagadora.

Na década seguinte, coube a Henrique Guilherme Fernando Halfeld explorar o São Francisco, a respeito do qual elaborou cartas minudenciosas.

Contemporâneamente, voltadas as vistas para o norte, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para assinalar o zêlo com que atendia às tarefas derivadas de seu segundo título, sugeriu ao govêrno imperial a nomeação de sabedores que fôssem incumbidos de estudar o território nacional, a principiar das regiões menos conhecidas.

Aceita a proposta, que por ventura já estaria antecipadamente vitoriosa, com o apoio do jovem Imperador, coube ao próprio Instituto indicar os nomes, tirados do seu quadro social, que englobava naturalistas do naipe de Francisco Freire Alemão, botânico, Manuel Ferreira Lagos, zoólogo, Gilherme Schuch de Capanema, geólogo, de Antônio Gonçalves Dias, etnógrafo.

As funções de astrônomo tocariam ao primeiro tenente Jácomo Raja Gabaglia.

Acrescida de outros colaboradores, a Comissão partiu em janeiro de 1859, assediada pelos remoques oposicionistas que a batizaram de "Comissão das Borboletas".

Prejudicada pelo dissídio, dissolveu-se dois anos depois, sem ter conseguido levar a têrmo o seu programa de exploração científica das paragens nordestinas.

O fracasso dos comissários patrícios não interrompeu a série dos forasteiros, que ainda continuaram a contribuir para o melhor conhecimento dos aspectos brasileiros, como o hidrógrafo Mouchez, no litoral, Augusto Leverger, na bacia do Paraguai.

Depois do São Francisco, examinado por Halfeld, Liais, e outros, depois do Ceará, onde se dissolveu a turma promissora, iria concentrar-se na Amazônia a atenção dos sábios, ora isolados, como Bates, Chandless e João Martins da Silva Coutinho, que serviria de guia prestadio a êste último e à missão de maiores recursos, de que dispunha a "Thayer Expedition", chefiada por L. Agassiz.

Pelo influxo que exerceu direta e indiretamente, a sua vinda ao Brasil em 1865, às expensas do milionário que lhe deu o nome, registou-se nos anais científicos de maneira indelével.

Além do que operou pessoalmente, auxiliado por Silva Coutinho, que lhe proporcionou facilidades à execução dos seus planos, o sábio suíço que se naturalizou cidadão norte americano fez-se acompanhar de jovens auxiliares, predestinados a relevante papel no devassamento dos segredos da natureza brasiliense.

Entre os parceiros extremou-se C. Fr. Hartt, cujas provas de competência arguta e operosa, em livros e conferências, não tardaram em indicar-lhe o nome para a chefia da "Comissão Geológica do Império" organizada em 1874.

Apesar de extinta em breve prazo, dos seus trabalhos, realizados com sagacidade científica, resultaram esclarecimentos de problemas, que não tinham ainda sido examinados com a técnica dos pesquisadores contemporâneos.

Ao seu lado, operavam colaboradores de análoga formação científica e atração pelas païsagens tropicais, como Orville A. Derby, H. Smith, J. C. Branner, para somente citar três dos que mais longamente se consagrariam a explorações geológicas e geográficas no Brasil, donde não mais se afastou O. Derby.

Contratado pelo Museu Nacional, do seu gabinete de geologia saïria em 1886 para dirigir a "Comissão Geológica e Geográfica de S. Paulo", que retomou, dentro embora dos limites provinciais, o programa de pesquisas metódicas encetadas por C. F. Hartt prematuramente desaparecido.

Orientados por seguro critério científico, os membros da nova Comissão contribuíram progressivamente para o pontual conhecimento das regiões a que aplicassem as suas operações meticulosas.

E os resultados geográficos logo se registaram em desenhos e plantas dos levantamentos executados, que servissem de base à cartografia respectiva, em fôlhas planeadas de harmonia com a sistemática execução do mapa do território paulista.

Por essa época, resolutos militares, que serviam na fortaleza de Santa Cruz, ofereceram-se à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro para aclarar dúvidas existentes a respeito do formador oriental do Tapajoz, de nome São Manuel, Paranatinga ou Três Barras.

Organizada a expedição, a via fluvial arqueada pelo Rio da Prata permitiu-lhes alcançar Cuiabá, donde regressaram os primeiros tenentes Augusto X. Villeroy e José Carlos da Silva Teles, enquanto se embrenhavam, sertões a dentro, o capitão Antônio Lourenço Teles Pires, o segundo tenente Oscar de Oliveira Miranda e mais 28 companheiros.

Em julho de 1889, despediram-se da capital matogrossense e a 16 de setembro, em canoas, começaram a sulcar o rio São Manuel, com destino ao Pará.

Enquanto iam transpondo cachoeiras e saltos e sofrendo investidas de insetos malignos, que lhes transmitiam morbos fatais, a transformação política realizada a 15 de novembro levava ao govêrno do Amazonas um dos seus colegas, A. X. Villeroy, que se deu pressa em mandar socorro aos seus companheiros, quando soube da demora em completarem a travessia.

Por sua ordem, seguiu de Manaus, a 9 de junho, o vapor que não passou da primeira cachoeira de Tapajoz, onde foi substituído por apropriada canoa.

Em morosa peregrinação, águas arriba, somente a 7 de agôsto o capitão José Soares de Sousa Fogo alcançou o acampamento dos remanescentes da comissão exploradora, que tinha perdido o seu chefe, T. Pires, falecido a 2 de maio, e mais 19 pessoas.

Sobreviviam, embora doentes e esqueléticos, apenas dez, inclusive O. Miranda, que assumira a direção da turma, reduzida a um têrço do efetivo inicial. Mais tarde coube-lhe apresentar à Sociedade de Geografia, em sessão de 10 de novembro de 1890, o resumo de suas observações, perdidas pela maior parte em naufrágios mortificantes.

O sacrifício de T. Pires e seus parceiros de infortúnio assinalou a iniciativa da associação cultural, que iria estimular as atividades oficiais aplicadas à geografia de campo.

Assim foi que o govêrno de Minas Gerais criou, a 12 de fevereiro de 1891, a "Comissão de Exploração Geográfica do Estado", ampliada, no ano seguinte, a 9 de novembro, com o acrescimo de "Geológica" ao seu título.

Ao findar o século, já apresentava

"dez fôlhas parciais da carta geográfica de Minas, na escala de 1/100 000, com a área total de 22 180 km²,"

consoante afirmou o seu diligente chefe, Benedito Quintino dos Santos, em memória apresentada ao Instituto Pan Americano de Geografia e História.

Extinta em 1899, reapareceu 22 anos depois, mercê da lei n.º 789 de 18 de setembro de 1920, que lhe aumentou os encargos, ampliados desde a medição de bases geodésicas, trabalhos de triangulações e determinação de coordenadas, até os levantamentos expeditos, por meio dos quais se completa a observação da topografia entre pontos rigorosamente definidos, e desenho, no escritório, das fôlhas parciais de 40 por 60 centímetros, de que já foram impressas 43 ao todo.

Quando principiava a operar a Comissão Geográfica e Geológica de Minas, o govêrno federal resolveu providenciar àcêrca do dispositivo constitucional relativo à escolha do território no planalto central, que servisse à futura capital da República.

Chefiada pelo astrônomo Luiz Cruls, a expedição incluiu médicos, geólogos, botânicos, e topógrafos, que perlustraram a região, para lhes investigar as peculiaridades, divulgadas em substancioso relatório.

Na mesma quadra, principiaria a arrostar as dificuldades opostas ao devassamento dos sertões brasileiros quem se tornaria notável entre os geógrafos patrícios — Cândido Mariano da Silva Rondon, — que por mais de operoso quartel de século prosseguiria em suas campanhas civilizadoras ao levar as linhas telegráficas às mais remotas paragens brasileiras.

De passagem, contribuiu para aclarar dúvidas e erronias que ensombravam a geografia nos domínios em que atuasse.

A sua incumbência oficial consistia no estabelecimento de comunicações entre localidades distantes, mas, ancioso de tornar mais benéfico o seu esfôrço bandeirante, atraiu a colaboração de naturalistas e auxiliares abalizados, que realizaram na região ocidental do país magníficos trabalhos definidores das características geográficas de extensa faixa do território nacional.

Antes e depois da sua, que adquiriu avassaladora nomeada, várias comissões, em geral chefiadas também por engenheiros militares, como Rufino Enéias Galvão, Lopes de Araújo, entre outros, ou oficiais da marinha, da classe dos almirantes Guillobel, Ferreira da Silva, cujas gloriosas tradições o comandante Braz de Aguiar gloriosamente dignifica na atualidade, organizaram-se para a demarcação de limites, desde a segunda metade do século passado, e para a elaboração da "Carta da República", a principiar da extremidade meridional.

Os levantamentos, que ultimaram, minuciosos e precisos, constituem preciosas contribuïções para a cabal definição do território brasileiro na faixa em que operaram.

Também o Museu Paraense Goeldi, restaurado sob a direção de operoso naturalista, promoveria, na primeira década de suas atividades, proveitosas explorações técnicas, interessadas na geologia e botânica do Amazonas, embora subsidiàriamente lhe cuidassem da geografia.

Ainda nesse Instituto, por influxo do seu diretor, E. Goeldi, trabalharam preponderantemente sábios estrangeiros, ao passo que na Comissão Rondon e em outras contemporâneas, de objetivos semelhantes, foi cada vez mais avultando a colaboração nacional, manifesta nas explorações realizadas por várias turmas de estudo para a escolha de melhor traçado ferroviário em desconhecidas regiões, bem como pela Inspetoria de Obras Contra as Sêcas, mediante campanhas metódicas de reconhecimento geográfico do Nordeste, exigido por vasto e humanitário programa de obras de engenharia defensiva contra as conseqüências da calamidade cíclica.

Assim é que, a espaços, e à margem de outras indagações, como as empreendidas pelo Serviço Geológico e Mineralógico, era a geografia atendida por dedicados sabedores, que não tinham, porém, o encargo especial de ocupar-se dos seus problemas.

Mas, a criação do Conselho Nacional de Geografia, com atribuïções especializadas, trouxe à atividade organismo exclusivamente consagrado aos assuntos outrora julgados suplementares, que seriam analisados em segundo lugar, quando não caíssem de todo no esquecimento.

Para mostrar, de princípio, a que diretrizes condicionaria as próprias atividades, o C.N.G. promoveu a campanha dos mapas municipais, cujo êxito cabal o animou a enfrentar a das coordenadas, em andamento vitorioso.

Mister se fazia, entretanto, ampliar as zonas de observação, escolhidas entre as mais ignoradas.

Como ensaio, aceitou o convite da "Divisão de Geologia e Mineralogia", para ingressar, por um dos seus representantes, na "Expedição Aníbal Alves Bastos", constituída de técnicos especializados, que iriam estudar extensa faixa do território nacional.

A 5 de julho de 1941, encetaram a peregrinação automobilística de Campo Grande ao pôsto Major Amarante, no Juruena, à distância de 2 383 km.

A cavalo, alcançaram o rio Barão de Melgaço, pelo qual navegaram, ora em canoa, ora de batelão, ou motor, como também pelo Corumbiara, ao qual foram ter após longa travessia a pé, desde a Cascata Quinze de Novembro no rio Pimenta Bueno.

Ganharam o Guaporé e continuando saltaram em Guajará Mirim, estação terminal da E. F. Madeira Mamoré, que os levou a Pôrto Velho.

Daí, em vôo, por Manaus, Belém e Recife, regressaram, após vencerem a distância de 12 868 km a saber:

via terrestre — 4 993 km via fluvial — 1 375 " via aérea — 6 500 "

Nesse extenso percurso, o engenheiro Dalmí A. Rodrigues de Sousa, comissionado pelo C.N.G., determinou as coordenadas geográficas de 21 localidades, a saber, Roncador, Itiquira, Tribiau, São Vicente, Poxorêu, Cuiabá, Água Fria, Rosário, Tombador, Parecís, Sacuruiná, Sacre, Juína, Campos Novos, Vilhena, Corredeira São Paulo, maloca Telemacum, cascata Quinze de Novembro, Bar-

ranco Alto, barra do Corumbiara e Forte do Príncipe da Beira, enquanto os parceiros, Aníbal Alves Bastos, diretor da Divisão de Geologia e Mineralogia, Alberto Ericksen, geólogo, Price e Ney Vidal, paleontólogos, Elias Dolianiti, auxiliar de paleontologia, colhiam amostras de rochas e fósseis, e procediam a outras investigações, com o geógrafo Antônio Guerreiro Teles e Pedro Lima, que registou aspectos expressivos da viagem em filme complementar de minucioso relatório dos estudos realizados.

Os excelentes resultados colhidos pela conjugação de esforços de vários sabedores, inspirou ao Diretório Central a Resolução n.º 94, de 20 de fevereiro, que incluiu "no plano de trabalhos de 1942 das campanhas de coordenadas e altimetria do Conselho o levantamento da região em que se localiza a linha divisória entre os Estados de Goiaz e Baía, não só quanto a determinação da posição exata de pontos característicos da referida linha como também quanto ao reconhecimento geral do relêvo da região".

Mercê de semelhante dispositivo, ampliar-se-ia a cooperação científica, de que participariam não sòmente os técnicos do C.N.G., da Divisão de Geologia e Mineralogia, como os que representavam as contribuïções dos Estados vizinhos, Minas Gerais, Goiaz e Baía, diretamente interessados no problema proposto.

Do programa prèviamente organizado, constava, para lhes determinar ${\bf a}$ lindeira,

"O estudo do trecho do divisor de águas entre as bacias dos rios São Francisco e Tocantins, compreendido entre as proximidades das cidades de Formosa e Sítio de Abadia e que serve de divisa entre os Estados de Goiaz e Minas Gerais", e também "do restante do divisor, em direção ao norte, até as proximidades das cachoeiras do rio Parnaíba, que separa os Estados do Maranhão e Piauí, trecho êsse que marca as delimitações dos Estados de Goiaz e Baía".

A primeira parte, a cargo do engenheiro Dalmí A. Rodrigues de Sousa, deveria alongar-se por 240 km enquanto a outra, em que operaria outro colega, também da campanha das coordenadas, esmava-se pelo dôbro dessa distância.

A 9 de maio, começaram a deslocar-se do Rio para Formosa, onde marcaram encontro com os colegas mineiros, os membros da comissão, formada primitivamente pelo engenheiro Raimundo Nonato, geólogo e chefe, Gilvandro Simas Pereira, encarregado da determinação das coordenadas geográficas e declinação magnética, Luiz Honório Ferreira, topógrafo, Afonso Guaíra Heberle, topógrafo e païsagista, Eduardo Costa, topógrafo, João Alvim e Valdemar Santos, auxiliares, Germano Anísio dos Santos, motorista.

Em consequência do falecimento de dois dos seus operosos membros, A. G. Heberle e Valdemar Santos, e doença de outros companheiros, remodelou-se a turma, que ficou assim organizada: José Lino de Melo, chefe e geólogo, G. S. Pereira, J. H. Ferreira, E. Costa, Basílio Gomes e Herbert von Stadler, topógrafos, J. Alvim e Alexandre Karpate, cinematografista, G. A. dos Santos e diaristas encarregados de trabalhos indispensáveis.

Embora suspensos em Dianópolis, os trabalhos desenvolveram-se por faixa lindeira, de cêrca de 50 quilômetros de largura, em que os caminhamentos auxiliares se estenderam por mais de 2 500 quilômetros, retificados a espaços pelas coordenadas calculadas em Formosa, Sítio d'Abadia, Posse, São Domingos, Taguatinga, Arraias e Dianópolis em Goiaz, Barreira, na Baía; Joanópolis e Formosa em Minas Gerais, Riachão, Aurora e Conceição, povoado de São João, aeroporto de Barreiras, lagoas do Pratudinho, Pratudão e Borá, nascentes dos rios Arrojado, Eguas, Boqueirão dos Macacos, Fêmea, Galheirão, Grande, Mosquitinho, Sanguessuga, Branco, confluência dos rios Ondas e Borá, pôrto da Chuva da Manga e do Cubículo.

No divisor, que declina suavemente para leste e tomba em escarpa de 200 metros ao poente, ocorre o fenômeno registado pelo engenheiro Gilvandro Simas Pereira, em interessante comunicação publicada pela Revista Brasileira de Geografia.

"As turmas topográficas continuam divididas.

Uma viajava pelo lado da Baía, e outra pelo lado de Goiaz, por baixo e ao pé da escarpa, que, depois viemos a saber, começa um pouco ao norte de Posse.

O aspecto geográfico do lado goiano é completamente diverso do divisado na Baía. Por Goiaz as cabeceiras são muito freqüentes, a vegetação é de maior porte e o terreno muito mais arenoso, a ponto de atrasar até o andamento dos animais, não permitindo a passagem de automóveis".

Além da caracterização orográfica, decorrente das observações dos expedicionários, e da sua estrutura geológica, tornaram-se conhecidos vários cursos dágua, até então ignorados, ao passo que lagoas constantes de referências antigas se reduziam a modestas proporções.

O resultado final evidenciou-se valioso, acrescido, como foi, pela contribuïção do engenheiro Dalmí A. Rodrigues de Sousa, que, retido por demora de condução em Januária, ao encontrar parte de sua tarefa realizada, combinou programa suplementar de trabalhos.

Percorreu 700 km ao longo dos quais fêz observações astronômicas em Ipamerí, Cristalina, Goiânia, Veadeiros, São João da Aliança, Garimpeiro, próximo à foz do córrego Fetal, Bela Lorena, Vau da Boiada, Vaudo Zé Pedro, no rio São Domingos, barra do Taquaril, marco da serra Lourenço Castanho, passo do Gado Bravo, Cabeceira da Mata, foz da Grota Vermelha, do ribeirão Formosa, confluência dos rios Bezerra e Preto, cabeceiras do córrego Arrependido, do rio São Marcos, passo do córrego Mariana, cabeceiras dos córregos Estreito e São José, passo do rio Piteira.

Enquanto se desenvolviam os trabalhos de campo embaraçados por contratempos de tôda laia, desde as doenças fatais que arrebataram dois prestantes colaboradores, até a falta de carburantes para os caminhões, ou de qualquer outro meio de transporte, a Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, então reunida em Goiânia, ciente do êxito animador com que se ultimou a primeira expedição exploradora, de intuitos declaradamente geográficos, de que participaram seus técnicos, aprovou a Resolução n.º 111, de 3 de julho, que sistematizou os propósitos realizadores de pesquisas, ao prescrever:

- "Art. 1.º Anualmente o Conselho promoverá a realização de uma expedição científica a determinada região do país.
- Art. 2.º O Diretório Central fixará a região a ser estudada cada ano, ouvidas, por intermédio da Secretaria, as repartições federais especializadas e demais instituições".

Assim metodizado o plano de reconhecimentos futuros do território nacional, em condições de apagar as dúvidas ainda existentes acêrca de regiões apreciáveis pelas suas peculiaridades geográficas, deu-se pressa o Diretório Central em fixar, pela Resolução n.º 128, de 3 de março último, os planos de campanha do corrente ano.

A propósito, o seu artigo 1.º prescreveu:

- "A expedição científica que o Conselho levará a efeito em 1943 estudará a região do Jalapão, ao noroeste do Estado da Baía, com os seguintes objetivos:
 - a) estabelecer prosseguimento aos trabalhos executados em 1942, na região da divisa Baía-Goiaz, proporcionando sua ligação com o São Francisco;
 - estabelecer, com a possível precisão, a zona da lagoa do Veredão e estudar a comunicação das bacias que nela se dá;
 - c) reconhecer a faixa lindeira do Estado da Baía com os de Piauí, Maranhão e Goiaz, caracterizando quanto possível a localização das respectivas divisas interestaduais".

Confiada a chefia ao

"engenheiro Gilvandro Simas Pereira, astrônomo da campanha de coordenadas do Conselho e que participou da expedição de 1942",

como determinou o art. 3.º, articulou-se destarte o novo empreendimento com o anterior, por maneira que, executados embora em períodos diferentes, constituam como que uma só exploração, alongada dos arredores de Formosa às divisas do Piauí.

E destarte, mediante plano sistemático, anualmente contribuïrá o Conselho Nacional de Geografia, em cooperação com outras instituïções científicas, de orientação análoga, para ir progressivamente apagando as sombras que ainda amantam grandes extensões do território nacional, apesar dos esforços de doutos pioneiros, cujas atividades se desenvolviam, na melhor hipótese, desarticuladas, isentas de quaisquer elos de coordenação, comparáveis aos que norteiam os técnicos mobilizados pelo "Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica", tanto para as campanhas de coordenadas como em outras incumbidas de explorações científicas mais amplas.

O que é a Geografia humana

Aula inaugural pronunciada na Escola de Belas Artes, a 28 de abril de 1936. Lições inaugurais da Missão Universitária Francesa, durante o ano de 1936. UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1937.

PIERRE DEFFONTAINES (Antigo Professor de Geografia Humana da Universidade do Distrito Federal).

Senhor Reitor, Minhas senhoras, meus senhores:

Permitam-me primeiramente deter-me alguns instantes sôbre o próprio têrmo "geografia humana", não tendo outra ciência conquistado para si um adjetivo tão audacioso; não há mesmo uma história humana embora haja uma história natural.

O fim que objetiva êste ramo da ciência geográfica proporcionou-lhe êste privilégio. Ela pesquisa aquilo que o homem acrescentou à païsagem da Terra, ela estuda o homem como fabricante de païsagem, como transformador da fisionomia terrestre.

Jean Brunhes costumava dizer:

"A geografia humana se resume numa subtração: Suponha de um lado o globo antes da aparição do homem, de outro, o globo atual com todos os seus retoques humanos, com tudo o que êles representam em arranjos, em esforços humanos: a diferença entre êsses dois mundos será considerável, e é precisamente esta diferença, esta subtração que constitue o domínio da geografia humana."

A marca do homem sôbre o solo estendeu-se a quase todos os elementos, muito poucas païsagens se mantiveram naturais e resguardadas da posse do homem. Não há quase mais florestas verdadeiramente virgens, em que o homem não tenha passado a terrível arma caracteristicamente humana que é o fogo, que não tenham sido devassados por êle em busca de frutos ou de caça. Da mesma forma, o homem semeou os desertos de pontos de água, introduziu neles árvores e animais como o camelo e a tamareira, tão maravilhosamente adaptados que os julgamos naturais. O próprio elemento líquido, para o qual o homem não estava preparado, foi por êle conquistado a ponto de tornar-se os principal meio de transporte à espera que o elemento gasoso seja por sua vez domesticado para a circulação. O solo continental achar-se-á, então, desembaraçado da maior parte da servidão do transporte que será assim transferido para o elemento líquido ou gasoso.

A païsagem é principalmente uma obra humana; é o resultado dos esforços dos camponeses, que são por excelência os homens de uma païsagem e que deram a cada região um nome que, realmente, não é senão um nome de païsagem.

A geografia humana é, assim, essencialmente o estudo das experiências do homem sôbre a Terra, ciência das manifestações visuais e tangíveis semeadas pela caravana humana que prossegue seu desfile ininterrupto há tanto séculos, na superfície do globo. Compreende-se assim, porque ela ousou acrescentar-se êste grandioso qualificativo de humana.

Parece a certas pessoas que o homem era particularmente submisso à natureza, que a sua obra era, sobretudo, uma obra de adaptação e esta é tôda a questão do determinismo geográfico. A geografia estaria mesmo, por assim

^{*} Trabalho divulgado no idioma francês. Tradução do professor Orlando Valverde, secretário-assistente do Conselho Nacional de Geografia.

dizer, encarregada de testemunhar esta ligação do homem e da natureza. Entretanto, é bem preciso reconhecer que o que é admirável na obra geográfica dos homens assim como na sua divisão, não são tanto as submissões, as adaptações à natureza hostil, quanto as oposições, os contrassensos e, às vêzes, mesmo os paradoxos. As densidades de povoamento não se explicam pelos seus graus de fertilidade do solo ou pelas vantagens do clima ou do lugar. Quantas cidades estão mal colocadas, quantos portos são artificiais, quantas formas de casas não se justificam lògicamente pelo meio! A geografia humana está, a bem dizer, cheia do escândalo do homem, e é isto, sem dúvida, o que distingue a geografia da espécie humana da dos outros animais: a geografia das abelhas, dos castores ou das formigas que têm as suas cidades, suas casas, suas estradas mas que, não tendo o pensamento, estão mais estreitamente submetidos à natureza.

Com o homem chegou à Terra o pensamento e, como escreveu Pierre Termier, o maior acontecimento da história física da Terra não foi tal dobramento de montanha, por maior que seja, tal invasão marinha, mas sim, a chegada ao globo de uma esfera nova, além da pirosfera, da hidrosfera e da atmosfera, ou seja a triosfera que se poderia chamar a esfera pensante.

Como não admirar-se desde logo da ubiquidade do homem, se não existe espécie animal tão universalmente difundida! O homem ocupou quase completamente a sua prisão terrestre; não há senão uma grande massa continental que ainda lhe escapa: o continente antártico.

O primeiro capítulo da geografia humana estuda a massa dos homens e sua repartição, o que se poderia chamar o efetivo humano. O grupo humano acaba de ultrapassar o algarismo dos dois bilhões. Onde estão êsses dois bilhões de homens? Estranha repartição: perto de um bilhão habita a Ásia do sudeste, Japão, China, Indochina, Índia; mais de meio bilhão se encerra no norte e no oeste da Europa. Assim os ¾ da população humana vivem sôbre menos de um oitavo das terras. Problema da sua repartição, problema também do seu acréscimo. A humanidade não ultrapassava certamente um bilhão, em 1800. O século XIX foi marcado por uma formidável enchente humana e aí está, talvez, a sua principal característica na história dos séculos.

Este efetivo humano marca-se visualmente à superfície da Terra, menos pelo formigamento dos homens que pelos fatos de *habitat*. É a casa que revela o homem; a sua primeira marca sôbre o solo é uma habitação. Um dos mais importantes capítulos da geografia humana é precisamente o que trata da habitação. A obra da casa sôbre o globo é uma das mais emocionantes a descobrir; fica-se espantado da maravilhosa fertilidade do engenho humano diante do problema do alojamento. Que coleção esplêndida aquela que recolhesse simplesmente os tipos de habitação! Os homens não se preocuparam sòmente de se alojarem a si próprios, mas construíram também edifícios para os seus mortos e, às vêzes, estes são bem mais importantes do que os destinados aos vivos. Quantas civilizações não são conhecidas senão pelo *habitat* funerário, pelas cidades de mortos!

Os homens construíram, além disso, outras casas ainda mais suntuosas para um personagem entretanto extra-terrestre: a divindade. Quase tôdas as civilizações têm a sua casa de Deus e o maior esfôrço construtivo dos homens foi feito para uma potência que não é dêste mundo. Quantas aglomerações se formam em tôrno de um edifício sagrado que serve assim de núcleo!

A habitação deve ser estudada quanto ao seu local e à sua repartição e serão assim abordadas as formas de povoamento: o povoamento rural em primeiro lugar, o que nós chamamos com Jean Brunhes, a sementeira fundamental do povoamento; ora vilas construídas no sentido do comprimento, alongadas, acompanhando a estrada, ou o rio, ora vilas nodulares, redondas, organizadas em tôrno de uma praça central, como em certos países eslavos, ou simplesmente trepadas no alto de uma montanha, com ruas íngremes e tão estreitas que as casas, às vêzes, as recobrem, como se encontram freqüentemente na zona mediterrânea; ou ainda vilas em tabuleiro de xadrez, testemunhas de uma colonização estudada e regulada, como no Brasil. E, por outra parte, a variedade dos povoamentos dispersos: casas totalmente isoladas no meio do seu domínio, com um só proprietário, como as fazendas ou pequenas aldeias minúsculas originárias muitas vêzes de uma família-tronco e dirigindo um conjunto de campos em vias de fracionamento. Muitas vêzes o tipo de povoamento rural está intimamente ligado

às divisões de campos e não se pode compreender a vila sem associá-la diretamente aos seus campos, ao seu cadastro. Em geral, quanto mais a casa está dispersa, mais o campo está grupado e quanto mais a casa está grupada, mais o campo está disperso; mas tal regra está sujeita a múltiplas exceções. Muitas vêzes o povoamento de uma região não se efetuou de uma só vez e por um só sistema; êle se executou por etapas. Um povoamento primário marcou uma primeira ocupação da região, ainda frouxamente; mais tarde, entre as malhas dêsses primeiros habitantes, fixaram-se outros colonos e tem-se, assim, para cada região, isto é, para cada unidade de païsagem, uma fórmula de povoamento, mais ou menos complexa.

O tipo de povoamento mais grupado é o das cidades, em que a densidade dos habitantes atinge, às vêzes, números espantosos e inquietantes. Mais da metade da população de um imenso país como a Austrália está contida em quatro cidades. Mas, preliminarmente, que é uma cidade? É bem difícil dar-lhe uma definição, pois não pode ser uma simples questão de número, por demais arbitrária. A nosso ver, há uma cidade sempre que a maioria dos habitantes emprega a maior parte do seu tempo no interior da aglomeração; daí, a intensidade da circúlação, a organização da rua, com o passeio, a iluminação noturna, os bondes ou o metrô; daí, também, a multiplicidade das construções; porque não há sòmente casas de habitação, mas, também, casas de trabalho.

Os homens no globo não se limitaram a povoar, a encher a Terra de casas e de aglomerações, ocupações improdutivas, estáticas. Eles também a exploraram; lutaram contra os elementos para deles tirar partido, e aquí começa uma outra geografia essencialmente dinâmica, testemunhando a grande batalha da humanidade contra a natureza hostil, a mais nobre das guerras, aquela que nos conta a domesticação progressiva dos diversos elementos. Ensina-se, talvez com demasiado exclusivismo, as lutas que os homens travaram uns contra os outros, lutas fratricidas cheias de egoísmo e de ambição. A mais bela história é a do longo combate em que a caravana humana se empenha contra o meio físico, cada geração trazendo o seu auxílio, combate cheio de fraternidade anônima, de derrubadas ou de domesticações desconhecidas!

Cada elemento tem direito ao seu capítulo e veremos sucessivamente:

- Os homens e o clima.
- Os homens e o mar.
- Os homens e os rios.
- Os homens e as montanhas.
- Os homens e as florestas.

O avanço humano não é por tôda parte idêntico nesta grande frente de combate da natureza. Há pontas, há golfos. Um dos elementos que a humanidade melhormente submeteu e domesticou, foi o do mundo vegetal e, sobretudo, a floresta; ela cedeu seu solo para a cultura das plantas escolhidas pelos homens e grupadas nesses estranhos quadrados chamados campos, e a primeira agricultura é quase sempre uma agricultura silvestre; ela forneceu, com seus frutos. um maná alimentar que tantas civilizações coletoras utilizaram; a árvore deu, também, esta potência extraordinária que é o fogo; o único combustível foi durante séculos a madeira; a floresta forneceu ao homem a energia do fogo e permitiu a luta contra o frio; ela, também, facilitou a conquista de um outro elemento, a água. A madeira tinha esta maravilhosa qualidade de ser sólida e no entanto ser mais leve do que a água. Devemos à floresta, ao mesmo tempo, a conquista da água e a do fogo, os dois inimigos. Devemos-lhe, ainda, tantas construções, casas, veículos, tantas indústrias como a do papel, téxteis artificiais, e um carburante. Sem a floresta, a terra seria quase inhabitável aos homens. A vitória humana foi grande demais; o homem reduziu o revestimento florestal em tais proporções que hoje na maior parte das regiões cogita-se do reflorestamento.

Em compensação, os esforços do homem para domesticar os elementos do clima permanecem ainda quase nulos. Nada fizemos para a domesticação das potências da temperatura, as nossas culturas sofrem ainda os danos do frio e do calor sem que nós saibamos defendê-las. O homem não utiliza diretamente nada, ainda, das calorias do sol que, entretanto, é a fonte de tôda a energia sôbre o globo. Como nos tempos prehistóricos, nós sabemos apenas aquecer

ao sol. Acabamos, contudo, de fazer um grande progresso na luta contra a escuridão, êste grande terror dos homens: a multiplicação dos meios de iluminação, é um dos fatos recentes mais importantes na luta dos homens contra os elementos. No Brasil, notadamente, há prodigalidades de luz; as ruas possuem iluminação antes de terem casas, e um dos qualificativos mais honrosos para uma cidade é ser "bem iluminada".

Começamos sòmente agora a conquista do ar; a navegação aérea marca, em cada ano, novas etapas. Seria, além disso, errado reduzir os seus progressos sòmente a questões técnicas de motor ou de construção; talvez o mais importante avanço consista no nosso melhor conhecimento dos fenômenos atmosféricos. Construímos, agora, vastas cartas diárias do ar permitindo ditar as leis meteorológicas e fazer previsão. Na América do Sul, muito pròximamente, um acôrdo entre os serviços meteorológicos dos diferentes Estados vai permitir construir-se a carta do céu de todo o continente e foi o serviço meteorológico do Rio de Janeiro o escolhido como centro do céu americano, recebendo as notícias e grupando as informações.

O homem e o mar, história muito antiga! Primeiramente o homem às voltas com o litoral, esta zona instável que êle procurou tornar fixa apesar do poder dos elementos. Os holandeses tornaram-se mestres nesta luta contra as águas. Aquí mesmo a baixada fluminense foi o teatro de uma obstinada luta do homem e das águas, com alternativas de avanço e de recuo. O mar não era um inimigo, depressa êle se tornou um amigo. Êle continha inesgotáveis recursos alimentares abandonados ao primeiro ocupante e constituindo um abundante alimento precioso sobretudo para as pessoas humildes. Êle oferecia, ademais, uma vasta superfície plana, livre dos obstáculos do relêvo para unir, antes que separar os países, bastando sòmente poder-se flutuar. A madeira serviu de aliado ao homem. Descoberta a construção de barcos, foi preciso orientar-se o difícil problema das longitudes e latitudes. Em nossos dias, o mar está a ponto de nos proporcionar novas fôrças, seja pela utilização das marés em estações maremotrizes, seja pela utilização das diferenças de temperatura das águas (processos Georges Claude).

Os homens tinham feito a sua aprendizagem do elemento líquido ao longo dos rios. Falou-se muitas vêzes que os rios foram as primeiras estradas e os vales, as primitivas zonas de povoamento. Entretanto, na maioria dos casos, não foi senão depois de uma longa preparação e de uma difícil aprendizagem que os homens conquistaram os rios. Porém, cada um com o seu regime muito particular, reclamou um tratamento especial, aquí digno de proteção contra as inundações, adiante simples fixação do leito, muitas vêzes também aceitação da inundação com os seus riscos e os seus beneficios. Tantos rios, tantas táticas do homem, algumas até pouco legítimas! Acontece, às vêzes, com efeito, que os homens ultrapassam os limites do seu poder ou se enganam sôbre as suas possibilidades; em compensação, outras vêzes êles apenas começaram uma domesticação fácil que os livraria de graves perigos.

A terceira grande divisão da geografia humana compreende o estudo dos gêneros de vida. Em tôdas as regiões em que se espalharam, no meio de tôdas as batalhas que empreenderam, os homens levam vidas muito diferentes. Elas diferem sobretudo pelo seu regime de trabalho. A principal diferenciação entre os homens reside na sua organização do trabalho. A vida repousa sôbre o trabalho; o que faz viver as massas humanas é menos a densidade das riquezas do que a densidade do trabalho. Daí a importância da pesquisa, em cada país, dos horizontes de trabalho; estabelecer a série das ocupações do ano, o que se poderia chamar "os trabalhos e os dias", é uma pesquisa primordial para o geógrafo. As pessoas humildes, sobretudo, que fazem a massa, estão presas ao trabalho; a falta de trabalho e as crises castigam-nas e destróem-nas.

O antropogeógrafo terá uma atenção e uma simpatia particular para essas pessoas humildes que formam a densidade dos países, que sofrem as flutuações, e cujas mudanças, freqüentemente bruscas, determinam a maioria dos novos ciclos econômicos. Sôbre elas pesam, essencialmente, as conseqüências das superpopulações, dos desempregos, das emigrações de massas definitivas ou temporárias. São elas que praticam essa espécie de esclarecimento especial que conduz à descoberta de uma infinidade de pequenas profissões complementares, pequeno comércio ou artesanato que foram a origem de grandes indústrias.

Será também preciso atribuir uma parte muito importante ao regime de alimentação: horário e sobretudo quantidade e qualidade. Escreveu-se que a maioria dos homens é sub-alimentada; concebem-se as conseqüências econômicas de um tal regime. A importância que ocupa a alimentação no trabalho dos homens é singularmente variável; para muitos povos está aí o esfôrço maior, às vêzes o único. Esta alimentação é raramente regular; em muitas regiões, ela muda conforme as estações, se bem que em nossos dias os progressos da indústria de conservas, a extensão das zonas de primeiras messes ou a utilização das estações opostas nos dois hemisférios, permitem uma uniformização cada vez maior do ciclo alimentar anual.

Pela geografia da alimentação penetra-se já na geografia da exploração que, muitas vêzes, se separa num ramo denominado geografia econômica. Ela compreende uma geografia dos produtos alimentícios, uma geografia das matérias téxteis, uma geografia dos metais. Compreende, sobretudo, uma geografia da energia que o homem domesticou para facilitar a exploração da Terra. A princípio, êle não teve à sua disposição senão as suas fôrças musculares e todo o progresso material foi empregado no empenho de aliviar o homem do seu labor físico. Para libertar-se do seu castigo, êle se serviu parceladamente ou ao mesmo tempo, dos elementos mais diversos: músculos dos animais domésticos para o transporte, a tração ou mesmo como motor. Há pouco tempo ainda se viam máquinas impulsionadas por cavalos e rodas movidas por cães; a utilização do vento também pelas velas dos navios e por moinhos para inúmeros fins, cedo sofreram a concorrência dos moinhos tocados pela fôrça das águas correntes. A madeira foi, durante séculos, o grande combustível que fazia funcionar as primeiras fábricas, a ponto das indústrias dos séculos XVII e XVIII se fixarem muitas vêzes nas zonas florestais, do mesmo modo que a nossa indústria atual procura a vizinhança das minas de carvão. As florestas estavam a ponto de sucumbir ao pêso da grande indústria nascente, no momento em que por uma feliz coincidência o carvão substituiu a madeira nas fornalhas. O século XIX foi marcado pelo reino onipotente da energia hulhífera.

Mas eis que em nossos dias a produção de energia, depois de ter passado das florestas de superfície para as florestas refugiadas nas minas, desloca-se novamente para os campos instáveis e muitas vêzes efêmeros dos óleos e petróleos minerais. A maravilhosa transformação das quedas dágua em fôrça elétrica, tão fàcilmente transportável, marca uma nova etapa nesta geografia da energia e nos achamos na iminência de novas fontes de fôrça: utilização das calorias marítimas e talvez um dia aproveitamento das energias atômicas.

A geografia humana testemunha a grandeza da obra humana, tantos foram os esforços e trabalhos que os homens inscreveram nas païsagens! Colhe-se desta visão geográfica do globo uma emoção profunda, mas também um motivo de orgulho para o homem! A nossa terra já está singularmente humanizada.

Entretanto, a geografia humana constata quão pouco ainda os homens aproveitaram certos elementos. Entre as riquezas vegetais naturais, que passam de um milhão, a agricultura não emprega, ainda, senão algumas centenas de plantas! Em muitos pontos a humanidade parece ainda no princípio da ocupação, o seu trabalho não é muito mais visível do que o de uma tribo de formigas. Que é um túnel em relação a uma montanha?

Assim a geografia ensina, de certa forma, uma moral. Ela demonstra, ao mesmo tempo, a grandeza e a pequenez do homem e reune o dilema de Pascal; ensina, além disso, uma moral de responsabilidade. Cada geração inscreveu sôbre a Terra a sua obra geográfica, obra de organização, de progresso. O homem é, de certo modo, responsável pela Terra, êle não deve degradá-la. Cada um de nós trabalha para que esta Terra seja menos áspera, mais humana. Assim é, indiscutivelmente, uma moral de fraternidade o que ensina a geografia humana, e aí está tôda a sua grandeza.

A Recessão das Galaxias

Capítulo I do livro O Universo em Expansão, da lavra do autor à margem. Traduzido para o francês por V. Rossienol. (Hermann et Cie., Paris, 1934).

Sir Arthur Eddington M. A. D. Sc., LL. D., F.R.S. Professor de Astronomía da Universidade de Cambridge.

Pontuada de luzes de desigual grandeza, Galaxia l brilhava tôda branca, entre os polos do Universo, como um enigma desafiando os mais sábios.

DANTE, O Paraíso.

Ι

A primeira alusão a um "universo em expansão" se acha em um artigo publicado em novembro de 1917 pelo professor W. de Sitter. A teoria da relatividade generalizada de Einstein tinha sido publicada dois anos antes, mas a sua notoriedade ainda não tinha sido estabelecida; só depois que as expedições organizadas para observar o eclipse de 1919 confirmaram as suas previsões sôbre a curvatura dos raios luminosos, é que foi despertado o interêsse do público. Nesse interim, contudo, numerosos pesquisadores puseram-se a examinar as várias conseqüências da nova teoria. Entre êles se distinguia de Sitter, que se interessava muito particularmente pelas conseqüências astronômicas. No decurso de um estudo de alto teor técnico, êle descobriu que era de se esperar verem-se os objetos celestes mais longínquos afastarem-se de nós, ou pelo menos darem ao observador a ilusão de um afastamento.

Talvez essa conclusão fôsse mais um prognóstico do que uma profecia. De Sitter nada prometia de modo absoluto; mas sugeria que deveríamos considerar tal recessão como um fenômeno bastante verossimil. A teoria se achava na encruzilhada dos caminhos e solicitava um conselho à observação para saber qual dos dois caminhos devia seguir. Se os astrônomos fôssem levados a constatar um movimento de recessão geral dos objetos visíveis mais afastados, isto deveria ser uma séria indicação de que o caminho indicado por de Sitter era o único que ela poderia seguir. No caso contrário, a conclusão era mais duvidosa; poderia significar que era a outra estrada que se devia seguir, ou ainda simplesmente que a observação astronômica não tinha ainda um alcance suficiente.

Pesquisas ulteriores no campo aberto pela exploração de de Sitter desenvolveram e modificaram a teoria dêste pioneiro. Um ponto de vista novo surgiu que torna os resultados menos paradoxais do que êles pareciam a princípio. Nós somos sempre conduzidos a esperar uma recessão dos objetos afastados, mas a atualmente prevista não é mais o efeito de Sitter primitivo, porque êste se achou ser de uma importância bem menor. Ela varia com a distância segundo uma lei diferente. Ademais, é um movimento de recessão verdadeira dos objetos afastados, enquanto que o fenômeno previsto por de Sitter podia ser visto como a contrafação de um movimento, um pseudo-movimento, e era geralmente encarado como tal.

De momento, vamos pôr a teoria de lado e começar por considerar o que nos ensina a observação astronômica. Pràticamente, tudo o que tenho a dizer foi descoberto depois das publicações de de Sitter, em grande parte nestes

A tradução para a língua portuguesa esteve a cargo do professor Orlando Valverde, secretário assistente do Conselho Nacional de Geografia.

¹ A Via Látea.

² 1929-1933.

últimos quatro anos.² Estes resultados da observação são, sob certos aspectos, de tal forma revolucionários que hesitamos, instintivamente, tomá-los como "favas contadas". Entretanto êles não se lançaram em nós como um relâmpago que risca um céu azul, porque a metade dos teóricos esperava, desde os quinze últimos anos, ver o estudo dos objetos mais afastados do universo acarretar consegüências muito sensacionais.

As nebulosas espirais são os objetos mais afastados que conhecemos. Fizeram--se medidas aproximadas de suas distâncias, e as situamos entre 1 milhão e 150 milhões de anos-luz de nós; haverá, sem dúvida, outras além dessa última distância, mas no momento êsse é o limite das nossas observações. O nome de "nebulosa" é aplicado a diferentes classes de objetos astronômicos que só têm de comum o seu aspecto vaporoso. Há as nebulosas gasosas cujo espectro mostra serem constituídas por um gás extremamente rarefeito; êste pode estar ligado a uma estrêla isolada e retido por ela, ou então estender-se irregularmente através de uma região compreendendo um grande número de estrêlas; as nebulosas dessa espécie não são particularmente longínguas. As nebulosas espirais, por outro lado, são objetos extra-galáticos, isto é, estão situadas além dos limites da Via Látea, êste agregado de estrêlas que forma o sistema ao qual pertence o nosso Sol, e dela separadas por imensos abismos de espaço vazio. Quando grupamos o Sol, tôdas as estrêlas visíveis a olho nu e várias centenas de milhões de estrêlas telescópicas, não atingimos o fim das coisas; exploramos justamente uma ilha — um oasis no deserto do espaco. Outras ilhas existem além. É possível distinguir-se a olho nu u'a mancha luminosa difusa na constelação de Andrômeda; esta mancha é uma dessas outras ilhas. No telescópio vêem-se bem outras - um arquipélago de ilhas galáticas se estendendo a perder de vista umas atrás das outras. São estas ilhas galáticas que nos aparecem como nebulosas espirais.

Pensa-se que cada uma destas ilhas é um agregado de bilhões de estrêlas apresentando no conjunto uma semelhança geral com a nossa própria galaxia, a Via Látea. Como no nosso próprio sistema, pode haver, acompanhando as estrêlas, grandes caudas nebulares, ora luminosas, ora sombrias e opacas. Um grande número de sistemas mais próximos revestem uma forma admirável de espiral dupla; e julga-se que as dobras da Via Látea dariam à nossa galaxia a mesma aparência espiralada para um observador que a visse de fora. A expressão "nebulosa espiral" deve sempre ser considerada como uma designação e não como uma descrição, porque ela é aplicada indiferentemente a tôdas as galaxias estranhas, quer elas manifestem ou não traços de espiral na sua estrutura.

Os sistemas insulares são extremamente numerosos. De contagens efetuadas em porções limitadas do céu deduz-se que mais de um milhão estão ao alcance dos nossos telescópios atuais. Se se pode ter confiança na teoria desenvolvida neste livro, o seu número total deve ser da ordem de 100 000 000 000.

Para fixar nos seus espíritos a imensidade do sistema que temos que considerar, vou dar-lhes uma "tabuada de multiplicação celeste". Partamos de uma estrêla como a unidade que nos é mais familiar, um globo comparável ao Sol. Então:

Uma centena de bilhões de estrêlas constituem uma galaxia; Uma centena de bilhões de galaxias constituem um universo.

Estes números podem não ser muito exatos; penso que, não obstante, êles dão uma impressão correta.

Lições de modéstia nos têm sido tantas vêzes inflingidas em astronomia, que quase automàticamente nós nos ligamos à idéia de que a nossa própria galaxia não deve ter nada de especialmente notável — não deve, no plano da

[.] Ano luz é o espaço que a luz percorre em um ano. É igual a $(300 \times 60 \times 60 \times 24 \times 365)$ km. (N. da R.).

natureza, apresentar mais importância do que os milhões de outras ilhas-galaxias. Ora, essa é uma opinião que a observação astronômica não parece justificar. Conforme os resultados atuais das medidas, as nebulosas espirais apresentam bem com a nossa Via Látea uma semelhança geral, mas são nitidamente menores. Tem-se dito que se as nebulosas espirais eram ilhas, a nossa própria galaxia devia ser um continente. Eu imagino que a minha modéstia transformou-se em orgulho de classe média, porque me é sobretudo desagradável pensar que nós pertencemos à aristocracia do universo. A Terra é um planeta de classe média; não é um gigante como Júpiter, porém é mais do que êsses minúsculos vermes como os pequenos planetas. O Sol é uma estrêla de tipo médio; não é um gigante como Capela, mas deixa longe, atrás de si os mais reduzidos. Também parece inadmissível que nós possamos pertencer a uma galaxia inteiramente excepcional. Francamente, não o creio; seria por demais uma coincidência. A meu ver, esta relação entre a Via Látea e as outras galaxias é um assunto sôbre o qual a observação astronômica deverá, em pesquisas ulteriores, lançar uma luz mais abundante, e creio que finalmente acharemos que existe um grande número de galaxias de tamanho igual ou superior à nossa. Entrementes, esta questão não afeta muito a presenté discussão. Se estamos numa situação privilegiada, não nos gabaremos por isso.

Prometí deixar por enquanto a teoria de lado, mas devo voltar a ela por alguns instantes para procurar acertar a nossa concepção sôbre êsse supersistema de galaxias. É uma perspectiva não sômente de espaço, mas também de tempo. Uma pálida aglomeração de nebulosas nos Gêmeos, que marca atualmente o limite nas nossas sondagens no espaço, nos conduz a 150 milhões de anos atrás — à época em que a luz que agora nos chega empreendia a sua viagem através dos abismos do espaço. Assim nos é difícil separar a concepção de uma vasta superfície da idéia de tempo e de evolução; e o problema da forma e da organização vem fundir-se com o da origem e desenvolvimento. Suponho ser-nos preciso imaginar que as ilhas galáticas se formaram por uma condensação gradual da matéria primordial. Talvez não existisse na origem senão rudimentos de matéria — protons e electrons sulcando o vazio — e a evolução dos elementos progrediu de par com a dos mundos. Ligeiras condensações produzindo-se acidentalmente aquí e alí teriam, pelo seu poder gravitante, atraído para si cada vez mais partículas. Algumas se teriam logo dispersado de novo, algumas porém se teriam fixado sòlidamente.

"Ferozes campeões

Disputam aquí a vitória e trazem ao combate Seus embriões de átomos... Aquele a quem estes se unem em maior número Domina um momento: o caos se erige em árbitro, E as suas decisões reatam a batalha, Graças à qual êle reina: aos seus lados, árbitro supremo, O destino dirige tudo".4

A favor desta obstinada luta, a matéria do universo se teria lentamente condensado em ilhas, deixando entre si espaços de vazio relativo de onde ela teria sido drenada. Uma destas ilhas primitivas se teria tornado a nossa Via Látea, depois de se ter cindido milhares e milhares de vêzes em milhões de estrêlas. As outras ilhas se teriam desenvolvido similarmente em galaxias; vêmo-las em nossos dias brilhar como nebulosas espirais. São estes primeiros elementos de subdivisão do universo material que serão neste trabalho o objeto de nossa discussão.

II.

Se uma nebulosa espiral não é fraca demais, é possível determinar a sua velocidade radial na direção em que ela é vista medindo-se o deslocamento das raias do seu espectro. Uma primeira e importante série de determinações dêsse gênero foi efetuada pelo professor V. M. Slipher, do Observatório Lowell.

⁴ Milton -- "O Paraíso Perdido" (Livro II).

Mais recentemente, as distâncias de algumas nebulosas espirais foram determinadas por um método absolutamente seguro. É possível, nas espirais mais próximas, discernir algumas estrêlas individuais: mas só as estrêlas mais luminosas, centenas ou milhares de vêzes mais brilhantes que o Sol, puderam ser observadas a distâncias tão consideráveis. Felizmente, há entre as estrêlas mais brilhantes uma classe particularmente útil, a das variáveis Cefeidas. Estas têm um brilho que varia periòdicamente, esta variação provindo de uma pulsação verdadeira da estrêla, ou melhor do seu estado físico; o período está compreendido entre algumas horas e algumas semanas. A observação permitiu estabelecer que Cefeidas que têm o mesmo período, têm também as outras propriedades quase idênticas — luminosidade, raio, tipo espectral, etc. O período é então um sinal fàcilmente reconhecível a distância, que cataloga a estrêla no ponto de vista da luminosidade. Se por exemplo constatamos que tal estrêla tem um período de 10 dias, reconhecemos imediatamente nela uma estrêla 950 vêzes mais luminosa que o Sol. A luminosidade real sendo conhecida, trata-se de saber a que distância se deve achar a estrêla para que fique reduzida ao ponto luminoso que apercebemos. A resposta dá a distância da estrêla e por conseguinte a da galaxia em que ela se acha. Este método corresponde a tomar as variáveis Cefeidas para velas-padrões. Quando se vê em alguma parte uma vela-padrão e se nota a sua luminosidade aparente, pode-se calcular a sua distância; da mesma forma um astrônomo que observa uma "vela-padrão" no seio de uma nebulosa, nota a sua luminosidade aparente ou magnitude, e daí deduz a distância da nebulosa.

O Dr. E. P. Hubble, no Observatório de Monte Wilson, pôde descobrir variáveis Cefeidas em duas ou três das nebulosas espirais mais próximas, e obteve dessa maneira a primeira medida verdadeira das suas distâncias. Infelizmente, êste processo não é aplicável às galaxias mais longínquas, e Hubble teve que lançar mão de métodos indiretos para estender o campo de suas determinações. Estimo que, se excetuarmos as distâncias determinadas efetivamente pelo método das Cefeidas, devemos considerar as distâncias atribuídas às nebulosas espirais como avaliações muito arriscadas; há entretanto motivo para crer-se que elas não são inteiramente errôneas, e, em falta de melhores, admití-la-emos aquí.

Quando se examina o conjunto dos dados relativos às velocidades radiais e às distâncias, um fato extremamente interessante se destaca. As velocidades são grandes, muito maiores em geral do que as velocidades estelares habituais. Quanto mais afastadas são as nebulosas, tanto mais consideráveis são as suas velocidades; os resultados parecem concordar muito bem com uma lei de crescimento linear, a velocidade sendo diretamente proporcional à distância. Mas o fato mais chocante é que as galaxias, na quase unanimidade, fogem de nós.

Examinemos de um modo particular êste último resultado, e exponhamos com mais detalhe os dados da observação. A luz das nebulosas espirais, resultante das luzes individuais de uma grande variedade de estrêlas, não fornece um bom espectro para as medidas. É por essa razão, e também por causa da fraqueza da luz recebida, que as velocidades delas deduzidas são pouco precisas em vista das determinações correntes; mas, exceção feita para as nebulosas mais próximas, as próprias velocidades são de tal maneira enormes que o êrro de medida é relativamente sem importância. Se tomarmos os resultados tais como foram publicados, no estado atual da questão as velocidades radiais — segundo a linha de visada — de cêrca de 90 nebulosas foram medidas, e nesse número só há cinco que são velocidades de aproximação.⁵ A primeira vista pareceria errado considerar esta minoria como desprezível e passá-la em silêncio. Mas as cinco exceções não interessam senão as nebulosas mais próximas, e ademais as velocidades de aproximação achadas não são grandes. Como o fenômeno é dos que dependem da distância (efeito crescente com ela), é natural que nos seja preciso ir a uma boa distância antes de achar um efeito bastante importante

⁵ A palavra "aproximação" aquí é tomada como o contrário de afastamento (N. do T.).

para predominar sôbre todos os outros efeitos (compreendidos aí os erros de observação) e para aparecer sempre no mesmo sentido. As cinco velocidades de aproximação são atribuíveis, pelo menos em parte, ao emprêgo de um sistema de referência inadequado. As velocidades radiais tais como estão publicadas são relativas ao Sol; ora seria muito mais satisfatório considerar as velocidades com relação ao sistema da Via Látea tomada no seu conjunto. Estabeleceu-se que o Sol descreveria uma órbita em volta do centro do sistema da Via Látea e que a sua velocidade orbital era de 200 a 300 quilômetros por segundo. Quando, levando-se em conta êste fato, efetuam-se correções de maneira a obter as velocidades relativas à nossa galaxia tomada no seu conjunto, as velocidades de aproximação são reduzidas ou desaparecem. Creio mesmo que no final das contas, quando se tiverem feito tôdas as correções desejadas, chegaremos a achar para as nebulosas mais próximas fracas velocidades de afastamento; porque a existência de uma só exceção bem caracterizada seria difícil de explicar.

Quando se diz que as velocidades das nebulosas são grandes é porque se toma como base de comparação as velocidades das estrêlas ordinárias. As estrêlas situadas na nossa vizinhança têm velocidades individuais que vão na média de 10 a 15 quilômetros por segundo. Se a velocidade excede 100 quilômetros por segundo, diz-se que a estrêla é uma "evadida". (Não levamos em conta aquí o movimento orbital descrito precedentemente em tôrno do centro da galaxia. movimento que é comum a tôdas as estrêlas situadas na vizinhança do Sol). A primeira determinação feita por Slipher das velocidades radiais de 40 nebulosas comportava uma dúzia compreendidas entre 800 e 1 800 quilômetros por segundo. O exame foi estendido depois a nebulosas mais longínquas por M. L. Humason no Observatório de Monte Wilson, e velocidades muito maiores foram descobertas. O recorde de velocidade é continuamente batido. O detentor atual do troféu é uma das componentes de um grupo muito pálido de nebulosas que se acha na constelação dos Gêmeos; ela se afasta com uma velocidade de 25 000 quilômetros por segundo. É quase a velocidade de uma partícula alfa. A sua distância é avaliada em 150 000 000 de anos-luz. Sem dúvida uma nebulosa mais rápida e mais longínqua ainda terá sido assinalada no momento em que estas linhas forem impressas.

A proporcionalidade da velocidade à distância foi descoberta por Hubble em 1929. Esta lei é igualmente a que preconiza a teoria da relatividade. As primeiras pesquisas de Sitter tinham feito prever uma velocidade proporcional ao quadrado da distância; mas a teoria recebeu em seguida uma melhor interpretação e se reconheceu (pelo menos um pequeno número de pessoas) que a proporcionalidade na razão direta da distância era o resultado teórico correto.

Segundo as mais recentes determinações de Hubble, a velocidade de recessão ascende a 550 quilômetros por segundo por megaparsec. Em outros têrmos, uma nebulosa situada a uma distância de 1 megaparsec teria uma velocidade de 550 quilômetros por segundo; a uma distância de 10 megaparsecs, 5 500 quilômetros por segundo; e assim por diante. Pretendeu-se que essa determinação seria exata com um êrro menor de 20%, mas não creio que haja muitos astrônomos tão otimistas. A incerteza provém quase exclusivamente da avaliação das distâncias das nebulosas; há muitos pontos fracos na longa cadeia que une estas enormes distâncias ao nosso padrão sôbre a terra, o metro. As correções que foram sugeridas tendem na maioria a aumentar o resultado; talvez o mais razoável é dizer que a velocidade de recessão está provàvelmente compreendida entre 500 e 1 000 quilômetros por segundo por megaparsec.

TTT

Podemos exeluir as nebulosas espirais que parecem hesitar mais ou menos em nos deixar, traçando em tôrno da nossa galaxia uma esfera de raio pouco superior a um milhão de anos-luz. Na região situada além desta esfera, mais

⁶ De minha parte, eu o ignorava em 1929 (N. do A.).

^{7 1} megaparsec = 3,26 milhões de anos-luz.

de 80 nebulosas foram observadas que se afastam e entre elas não se achou uma sequer que aproxime para tomar o seu lugar.

Daí resulta que com o correr do tempo, tôdas as nebulosas se retirarão cada vez mais, e abandonarão a região do espaço que atualmente é accessível à nossa vista. Finalmente elas estarão fora do alcance dos nossos telescópios, a menos que a potência dos nossos instrumentos cresça na mesma medida. O cálculo me demonstrou que o caçador de nebulosas teria que duplicar a abertura do seu telescópio todos os 1 300 milhões de anos, com o único fito de acompanhar-lhes o afastamento. Para aqueles que estimam que a raça humana tem ainda diante de si milhares de milhões de anos para achar tudo aquilo que pode ser descoberto no universo, o problema das nebulosas espirais conta-se entre aqueles que devem ser resolvidos com urgência. Tratemos de estudá-las antes que a distância as engula!

O conjunto com o qual as galaxias nos fogem faz pensar numa aversão aguda que nós lhe inspiraríamos. Seria o caso de perguntarmos porque nos evitariam como se a peste reinasse na região do universo em que se encontra o nosso sistema. Mas essa é uma opinião um pouco prematura, e não há realmente razão para pensar-se que a animosidade seja especialmente dirigida contra a nossa galaxia. Se acontecesse esta sala de conferências dilatar-se ao dôbro das suas dimensões atuais, as cadeiras se afastando umas das outras na mesma proporção, vós notarieis que todo o mundo se teria distanciado de vós. O vosso vizinho que estava a 2 pés de vós está agora a 4 pés; aquele homem lá em baixo que estava a 40 pés está agora a 80 pés. Não é a vós que êles evitam; cada um de vós experimenta a mesma impressão. Numa dispersão ou expansão de conjunto cada indivíduo constata que todos os outros indivíduos se afastam dele. A lei de uma expansão geral uniforme é que cada indivíduo se afasta de vós com uma velocidade proporcional à distância que vos separa dele — o que é precisamente a lei que observamos no movimento de recessão das nebulosas espirais.8

Assim para o futuro não encararemos mais o fenômeno como um movimento de afastamento em relação à nossa galaxia. É uma dispersão geral não tendo nenhum centro particular de dispersão.

Não é minha intenção insistir de um modo dogmático nesses fatos de observação. Admite-se que haja possibilidade de êrro e de interpretação errônea. O exame apenas começou, e as coisas poderão aparecer sob uma luz diferente à medida que o estudo prosseguir. Mas se desejardes saber que representação fazem atualmente do universo aqueles que estão empenhados no estudo prático dos caracteres que êle apresenta numa grande escala — e estes não são homens que se deixem comover exageradamente pelas idéias de curvatura de espaço ou de invariabilidade de padrão do tensor de Riemann-Christoffel —, eu vos dei a sua resposta. A sua representação é a de um universo em expansão. O supersistema das galaxias se dispersa à maneira de uma baforada de fumaça. Eu me pergunto às vêzes se não pode haver uma escala maior da realidade na qual êsse supersistema não seria verdadeiramente nada mais que uma baforada de fumaça.

No momento não faço nenhuma alusão a uma "expansão do espaço". Não falo de nada de mais misterioso que a expansão ou a dispersão de um sistema material. Exceção feita da grande escala dos fenômenos em jôgo, a expansão do universo é tão banal quanto a expansão de um gás. Não obstante oferece ao nosso pensamento um alimento dos mais sérios.

Está talvez de acôrdo com a eterna mudança das coisas que testemunhamos, que o tempo ponha mesmo um têrmo ao sistema maior que existe; mas o que é chocante, é a velocidade com que se constatou estar êsse sistema desaparecendo.

s As nossas observações determinam a velocidade relativa de afastamento de uma nebulosa, isto é, a velocidade segundo a qual aumenta a distância que nos separa dela. Elas não nos indicam se é a nebulosa que se afasta de nós ou se somos nós que nos afastamos dela.

Sem buscar o imutável, esperariamos achar uma permanência maior do que a das condições terrestres. Ora pareceria quase que a Terra muda menos ràpidamente do que os céus. As galaxias se afastam de maneira a duplicar as suas distâncias mútuas cada 1 300 milhões de anos. Este tempo é justamente da ordem do período geológico; é mais ou menos a idade atribuída às rochas mais antigas da crosta terrestre. Que despertar brutal depois do nosso sonho com uma lenta e pacífica evolução estendendo-se por milhares de bilhões de anos!

Uma tal conclusão não é daquelas que se aceitam descuidadamente e aqueles que consideraram uma interpretação diferente daquela que parece ter sido observada, não fizeram senão manifestar uma circunspecção muito natural. Se a recessão aparente das nebulosas espirais é tratada como uma descoberta isolada, é um fio frágil demais para que com êle possamos sustentar conclusões de tal alcance; não podemos senão expôr os resultados brutos da observação, considerar sem grande convicção as possibilidades surpreendentes que elas sugerem, e esperar um suplemento de informação a seu respeito:

Se essa não é a minha própria atitude, é porque o movimento das nebulosas longínguas não me parece uma descoberta isolada. Seguindo de Sitter, esperei durante quinze anos estes resultados da observação para ver até que ponto êles estariam de acôrdo com a teoria física e contribuïriam para o seu desenvolvimento, teoria que, simplesmente destinada a princípio a sugerir idéias novas, adquiriu nos anos que se seguiram uma fôrça cada vez maior. Quando a teoria da relatividade recebeu do professor Weyl a sua célebre generalização, veio-me a convicção de que a escala da estrutura dos átomos e dos electrons está fixada pelo mesmo agente físico que intervinha nas previsões de de Sitter. Daí resulta que a esperança de progresso de um caráter verdadeiramente fundamental na nossa compreensão dos electrons, dos protons e dos quanta, se acha ligada ao estudo das galaxias longinguas. Eis aí porque, quando o Dr. Hubble nos joga uma chave que êle apanhou no espaço intergalático, eu não sou daqueles que não fazem senão virá-la e revirá-la em todos os sentidos, sob pretexto de que simplesmente pelo seu aspecto não se pode dizer se o metal que a constitue é precioso ou comum. O único problema que se me defronta é o seguinte: Abrirá ela a porta?

Se admitirmos a autenticidade das velocidades radiais observadas, não podemos escapar à conclusão de que as nebulosas se dispersam ràpidamente. Estas velocidades são a prova direta de um impulso que (conforme a idéia que se faz correntemente da velocidade dos processos de evolução) não se enquadra absolutamente com o caráter plácido do nosso velho universo. Também, o único meio de evitar uma grande revolúção nas nossas idéias seria atribuir-se a essas velocidades radiais um caráter apócrifo. O que nós observamos na realidade é um deslocamento para o vermelho do espectro de uma nebulosa. A causa habitual de semelhante deslocamento é o efeito Doppler devido a uma velocidade de recessão da fonte, da mesma forma que o som de um assobio que se afasta abaixa; mas podem-se imaginar outras causas. Um deslocamento para o vermelho significa uma diminuïção da freqüência das ondas luminosas e (de acôrdo com a teoria dos quanta) uma diminuïção da sua energia; de modo que se. por uma razão qualquer, um quantum de luz perde, no decurso da viagem que êle faz para nos atingir, uma parte da sua energia, o deslocamento para o vermelho está explicado sem que se tenha tido que apelar para um movimento da fonte luminosa. É assim que a luz que nos chega de um átomo situado sôbre o Sol despende uma fração da sua energia para escapar à atração do Sol, e se torna por conseguinte um pouco mais vermelho que a luz emitida sôbre a Terra pelo mesmo átomo, luz que não terá sofrido a mesma perda de energia; é êsse o deslocamento bem conhecido para o vermelho que tinha previsto Einstein.

Sob certo ponto de vista, esta hipótese de uma perda de energia sofrida pela luz vinda das nebulosas é sedutora. Se o desperdício se produz enquanto a luz vai da nebulosa ao observador, é de se esperar que êle seja proporcional à

distância; assim o deslocamento para o vermelho, interpretado erradamente como o fato de uma velocidade, deveria ser proporcional à distância — o que é precisamente a lei que foi descoberta. Mas, por outro lado, nada há na teoria atual da luz (teoria ondulatória ou teoria dos quanta) que justifique a hipótese de um tal desperdício. Não podemos, sem dar prova de um dogmatismo excessivo, excluir a possibilidade de serem feitos retoques na teoria atual. A luz é uma coisa estranha — mais estranha do que se imaginava há vinte anos — mas eu ficaria muito surpreso se ela fôsse tão estranha quanto tudo isso parece indicar.

Uma teoria proposta pelo Dr. Zwicky, segundo a qual a luz, pelos seus efeitos gravitacionais, cederia uma parte da sua energia às partículas materiais espalhadas no espaço intergalático que ela encontraria no caminho, reteve um momento a atenção. Mas a explicação numérica alegada em favor dessa teoria foi em seguida reconhecida falaciosa, e a sugestão parece estritamente insustentável.

Creio, nessas condições, que não temos nenhuma desculpa para duvidar da autenticidade das velocidades observadas — senão na medida em que elas são afetadas por êsse caráter geral de incerteza que perturba todos os nossos ensaios para penetrar os segredos da natureza.

IV

Voltemos agora à teoria.

O sábio professa comumente que êle funda a sua opinião sôbre observações e não sôbre teorias. As teorias, dizem, são úteis porque sugerem ao experimentador idéias novas e novas direções de pesquisa; mas os "fatos brutos" constituem a única base correta para tirar conclusões. Eu nunca pus obstáculo a quem quer que ponha em prática essa profissão de fé — mas êsse não é o caso do experimentador limitado, que é tanto mais influenciado pelas suas teorias quanto menos acostumado está a examiná-las. A observação não basta. Nós não acreditamos em nossos olhos senão quando temos a convicção prévia de que aquilo que êles nos parecem ensinar é verossímil.

É preferível admitir francamente que a teoria tem, e está qualificada para ter, uma parte importante na determinação do nosso julgamento. Para o leitor resolvido a fugir à teoria e admitir sòmente fatos de observação precisa, todos os livros de astronomia têm que ser banidos. Não há, no que concerne aos corpos celestes, fatos de observações puros. As medidas astronômicas são tôdas, sem exceção, medidas de fenômenos que se passam num observatório ou numa estação terrestres; graças apenas à teoria que estas medidas podem ser traduzidas em conhecimento de um universo exterior.

Quando um astrônomo declara que descobriu uma estrêla nova em tal ponto, sem dúvida êle não toma em consideração que vai além dos simples fatos de observação. Ele só entende que se tome o que anuncia como uma descrição de fenômenos que se passaram no seu observatório; o que êle quer dizer, é que localizou no espaço interestelar um corpo celeste numa direção bem determinada. Esta observação, êle a encara como um fato de observação — êle a situa pois num terreno mais seguro do que o das deduções teóricas do gênero daquelas que foram tiradas da teoria de Einstein. É preciso tocá-lo com o dedo e dizer-lhe que o seu pretenso "fato", longe de provir da observação pura, é na realidade uma conseqüência da teoria de Einstein — a menos que êle se apóie em alguma teoria mais antiga e mais distanciada ainda dos fatos de observação. O astrônomo deu às suas medidas uma interpretação teórica admitindo, por razões puramente teóricas, que a luz se propaga sensivelmente em linha reta através do espaço interestelar. Talvez êle replicará que, supondo a propagação retilínea da luz, êle não se incomoda com nenhuma teoria e utiliza um fato estabelecido diretamente pela experiência. O que levanta a seguinte

questão: até que ponto pode-se extrapolar ao espaço interestelar os resultados de uma experiência feita na Terra? Uma teoria raciocinada é certamente preferível a uma extrapolação cega. Mas, de fato, o astrônomo se engana redondamente quando supõe que a propagação retilínea dos raios luminosos admitida em astronomia recebeu na Terra uma verificação experimental. Se os raios no espaço interestelar não são mais retos do que o são sôbre a Terra," a direção na qual uma estrêla é vista não daria nenhuma indicação da sua posição real. De fato, a luz se enrolaria sôbre si mesma e voltaria ao seu ponto de partida antes de se lançar através do espaço até a estrêla mais próxima.

A garantia da nossa conclusão de que o corpo celeste está sensívelmente na direção em que o vemos, é a teoria de Einstein, que determina o desvio da luz em relação à linha reta. Associada a outras deduções teóricas relativas à densidade da matéria no espaço intersideral, ela nos permite afirmar que o desvio nesse caso é inapreciável. Se então consentimos em tomar simultâneamente o fato e a teoria como bases do nosso julgamento, podemos considerar como aceitável a informação dada pelo astrônomo; mas êsse não é um "fato bruto de observação". Embora seja êsse um ponto de menor importância, podemos igualmente sublinhar que a teoria posta em jôgo é a de Einstein. Existia uma teoria mais antiga segundo a qual a luz se propagava em linha reta no espaço vazio em tôdas as circunstâncias; mas como a experiência provou a inexatidão dessa proposição, é pouco indicado basear sôbre ela a conclusão do nosso astrônomo. Talvez, entretanto, êle esteja no número daqueles que não dão nenhum crédito às observações do desvio da luz feitas no decurso dos eclipses de Sol, ou que julgam que elas não constituem uma razão suficiente para abandonar a teoria clássica. Nesse caso, êle fornece mais um exemplo à minha afirmação de que as opiniões de um experimentador limitado estão as mais das vêzes baseadas sôbre a teoria do que na observação.

A meu ver, em astronomia a questão não é saber-se se nos devemos apoiar na observação ou na teoria. O que se chama um fato é em todos os casos uma interpretação teórica de uma observação. A única questão a resolver é a seguinte: utilizar-nos-emos para esta interpretação dos recursos mais completos da teoria moderna? De minha parte não vejo mais razões para preferir as teorias de há cinqüenta anos atrás aos dados de observação que datam da mesma época.

Se nos voltamos agora para o lado mais teórico do problema do universo em expansão, não acho que devíamos ter a impressão de deixar um terreno sólido para andarmos sôbre um terreno movediço. Talvez mesmo estejamos mais em segurança, porque não dependemos mais de interpretação de um tipo único de observações; a nossa teoria provém da soldadura de diferentes ramos da pesquisa física. Eu não seria capaz contudo de prometer um segurança absoluta. Todo o explorador faz um ponto de honra na escolha das medidas de segurança a tomar, mas eu nunca posso aspirar ao máximo de circunspecção que adota aquele que se entrincheira no seu domicílio.

v

Einstein, em 1915, graças à sua teoria da relatividade generalizada, tinha posto em boa ordem uma seção importante do domínio da física. A sua teoria abrangia a *física do campo*, que compreende o estudo da matéria, da eletricidade, da radiação, na energia, etc., em escala macroscópica corrente, perceptível aos nossos sentidos, mas que deixa de lado os fenômenos da subdivisão infinitesimal em átomos, electrons e quanta. No que concerne ao estudo da estrutura microscópica, uma outra grande teoria estava em vias de desenvolvimento — a teoria dos quanta. Nessa época ela estava longe para trás, e mesmo atualmente

⁹ Eles são desviados pelo campo de gravitação da Terra.

não atingiu a perfeição lógica da teoria da relatividade. Reconheceu-se que as duas teorias devem encontrar-se e finalmente fundir-se numa teoria mais vasta. A primeira ponte entre elas foi lançada pelo professor P. A. M. Dirac em 1928 pela sua equação ondulatória relativista do electron. Espero demonstrar, no último capítulo, que a recessão das nebulosas espirais nos conduz ao território que serve de fronteira entre as duas teorias, em que um grande número de problemas esperam uma solução. Por enquanto, contudo, ocupar-nos-emos apenas com a relação que apresenta essa recessão com a teoria da relatividade.

O resultado capital da teoria de Einstein era a sua lei da gravitação, geralmente expressa sob a fórma $G_{\mu\nu}=$ O, que tem o mérito da concisão, senão o da clareza. Aquilo de que nós mais ouvimos falar, são evidentemente os poucos fenômenos a respeito dos quais a lei de Einstein dá resultados sensivelmente diferentes daqueles que fornece a lei de Newton; mas é preciso não esquecer que para os problemas correntes que encontram na prática as duas leis dão na mesma coisa. E' assim que tomar $G_{\mu\nu}=$ O como lei que rege os movimentos das nebulosas espirais, significa dizer que essas nebulosas exercem umas sôbre as outras a atração newtoniana habitual variando segundo o inverso do quadrado das distâncias. A lei não lança nenhuma luz sôbre a razão pela qual as nebulosas nos fogem e se afastam entre si mutuamente. As nebulosas, no seu conjunto, teriam antes tendência a cair umas sôbre as outras — se bem que essa tendência ao caïmento do sistema possa achar-se contrabalançada como acontece com o sistema solar, por exemplo.

Cêrca de um ano mais tarde, Einstein trouxe à sua lei uma ligeira emenda para fazer face a certas dificuldades que êle tinha encontrado na sua teoria. Havia justamente um lugar em que essa teoria não parecia funcionar convenientemente que era... no infinito. Julgo que foi na maneira simples e radical por que êle se desembaraçou das dificuldades no infinito, que Einstein manifestou o seu gênio. Êle suprimiu o infinito. Modificou ligeiramente as suas equações de modo a curvar o espaço nas grandes distâncias a ponto de fechá-lo sôbre si mesmo. De tal forma que se, no espaço de Einstein, formos sempre na reta, na mesma direção, não chegaremos ao infinito; retornaremos ao ponto de partida. Como não havia mais infinito, êste não podia mais apresentar dificuldades.

Mas por enquanto não temos que nos preocupar com êste novo gênero de espaço. Apenas me refiro a êle aquí porque quero falar da modificação trazida por Einstein à sua lei de gravitação. A lei emendada se escreve $G_{\mu\nu} = \lambda g_{\mu\nu}$, e contém uma constante natural λ que se chama a constante cósmica. O têrmo λg_{HV} recebeu o nome de $t\hat{e}rmo$ $c\acute{o}smico$. A constante é tão pequena que nas aplicações correntes do sistema solar, etc., tornamo-la igual a zero, o que nos conduz à lei primitiva $G_{\mu\nu}=O$. Entretanto, por pequeno que possa ser λ , a lei modificada nos apresenta o fenômeno da gravitação sob uma nova luz, e nos auxiliou grandemente a compreender a sua significação verdadeira; ademais, temos agora razões para acreditar que λ não é tão pequeno que escape completamente à observação. A natureza da observação pode ser deduzida da maneira seguinte: a lei primitiva estabelecia que uma certa característica geométrica $(G_{\mu\nu})$ do espaço vazio era sempre nula; a lei modificada estabelece que ela está sempre numa relação constante com uma outra característica geométrica $(g_{\mu\nu})$. Podemos dizer que sob a primeira forma a lei dissociava completamente as duas características anulando uma delas e tornando-a por conseguinte independente da outra; sob a segunda forma, ao contrário, ela as une intimamente. Os geômetras podem imaginar espaços que não*têm nem uma nem outra dessas propriedades, mas o espaço real, o das nossas medidas físicas, não é de uma natureza tão indeterminada.

Como já dissemos, o têrmo primitivo na expressão da lei dá origem àquilo que é conhecido correntemente como atração newtoniana, que se exerce entre objetos materiais. Acha-se, da mesma forma, que o têrmo juntado em seguida

 $(\lambda \ g_{\mu\nu})$ cria uma repulsão diretamente proporcional à distância. Mas distância a partir de que? Distância de $n\~ao$ importa de onde; em particular, distância contada a partir do observador. E' uma fôrça dispersiva análoga àquela que eu tinha imaginado acima e que causava a dispersão do auditório na sala de conferências. Cada um crê que essa fôrça emana de si. Podemos dizer indiferentemente que a repulsão não tem centro, ou que todo ponto é um centro de repulsão.

Assim restringindo sua lei de gravitação para satisfazer certas condições puramente ideais, Einstein, quase por inadvertência, superpôs uma força repulsiva à atração newtoniana dos corpos. Chamamos esta fôrça a repulsão cósmica, porque ela depende da constante cósmica pelo fato de lhe ser proporcional. Ela é absolutamente imperceptível no interior do sistema solar ou na ação do Sol sôbre as estrêlas vizinhas. Mas como ela cresce proporcionalmente à distância, temos que ir bem longe para torná-la primeiro apreciável, depois intensa e finalmente formidável. Nas nossas observações, o mais longe que conseguimos atingir até aquí foram 150 milhões de anos-luz. Bem antes dessa distância constatamos que os objetos celestes se afastam de nós como se estivessem submetidos a uma fôrça dispersiva. Daí concluímos provisòriamente que a repulsão cósmica se tornou aí preponderante e que ela é a causa da dispersão.

Não temos prova direta da existência de uma aceleração na recessão das nebulosas porque se trata de velocidades que não observamos. Mas é razoável admitir que as nebulosas tomadas individualmente assim como no conjunto, se conformam à regra de que quanto maior é a distância mais rápida é a recessão. Se assim é, a velocidade de uma nebulosa aumenta à medida que ela se afasta, o que significa que existe uma aceleração de afastamento. Assim partindo dos movimentos observados pode-se, procedendo ao contrário, remontar pelo cálculo à fôrça repulsiva, e em seguida determinar pela observação a constante cósmica λ .

Mas tudo isso depende de muito da questão de saber-se se a mudança que trouxe Einstein à sua lei de gravitação introduzindo a repulsão cósmica era verdadeiramente justificada. A primeira razão invocada por Einstein não era muito convincente, e durante vários anos o têrmo cósmico foi encarado come um elemento fantasista, antes que como uma parte integrante da teoria. Einstein foi para a sua própria teoria um crítico tão severo quanto qualquer outro, e não se prendeu a ela de maneira invariável. Mas a constante cósmica tem agora uma posição assegurada em razão do grande progresso realizado pelo professor Weyl que, na sua teoria, fêz esta constante desempenhar um papel capital 1º. Não sòmente ela permite a unificação dos campos gravitacional e electromagnético, mas torna de tal forma mais luminosa e intuitiva a teoria da gravitação e sua relação com as medidas de espaço-tempo, que uma volta ao ponto de vista anterior é inconcebível. Eu aceitaria tão voluntariamente um retôrno à teoria de Newton como um abandono da constante cósmica.

VI

Terminemos agora o assunto. Segundo a teoria da relatividade, o campo de fôrças total comporta além da atração newtoniana clássica uma fôrça repulsiva (de dispersão) variando na razão direta da distância. Sabe-se bem que a lei de Einstein difere ligeiramente da de Newton, e dá por exemplo um efeito suplementar que pôde ser posto em evidência na órbita de Mercúrio, o mais rápido dos planetas do sistema solar; à repulsão cósmica marca uma outra diferença entre as duas leis, e só é apreciável no movimento dos objetos afastados. Colocando-nos num ponto de vista teórico, creio que não há mais dúvida de que é

^{10 &}quot;O têrmo cosmológico, que Einstein só introduziu depois de um golpe na sua teoria, se liga às raízes mais profundas da nossa". Raum, Zeit, Materie; pág. 261 (Edição francesa).

a repulsão cósmica a fôrça que perturba Mercúrio; contudo a observação não dá uma prova decisiva disso. No que toca a Mercúrio, a previsão teórica era quantitativa; mas a teoria da relatividade não atribue um valor particular à repulsão cósmica. Uma prova ùnicamente qualitativa nunca é muito concludente.

Não obstante, por muito de longe que a sigamos, a prova é satisfatória. A observação nos permite efetivamente constatar uma dispersão do sistema das galaxias como lhe produziria a repulsão prevista. As velocidades são extremamente grandes e o efeito se distingue nitidamente do conjunto das irregularidades secundárias. A teoria franqueou o seu primeiro obstáculo com um certo brio: ganhará ela a corrida? Essa é outra questão. Embora a prova não seja quantitativa, ela vai mais longe do que às vêzes se supõe. Só há duas maneiras de se levar em consideração as grandes velocidades de afastamento das nebulosas: (a) estas velocidades foram produzidas por uma fôrça dirigida para o exterior, como o admitimos aquí, ou então, (b) velocidades tão grandes ou mesmo maiores existiram desde a origem da ordem atual das coisas 11. Diversas explicações rivais do afastamento das nebulosas foram propostas, que não admitem que êste afastamento constitua uma prova da existência de uma fôrça repulsiva. Elas adotam necessàriamente o segundo ponto de vista e admitem que as grandes velocidades existiram desde a origem. Isso poderia ser verdade; mas é difícil chamar a isto uma explicação da enormidade das velocidades.

A melhor esperança que temos de progredir mais será descobrirmos alguma prova suplementar em favor da teoria — se possível uma prova quantitativa rigorosa. Seria preciso predizer a grandeza verdadeira da repulsão cósmica, e ver se os movimentos observados das nebulosas confirmam as nossas previsões. A teoria da relatividade só não o pode fazer, mas se a combinarmos com a mecânica ondulatória, parece que uma previsão quantitativa será possível.

Até aquí tratamos de um assunto que la direito ao objetivo. Exceção feita das grandezas consideráveis que entram em jôgo, nada há que exija da imaginação um esfôrço particular. No capítulo seguinte, exporei um aspecto um pouco diferente lançando mão de concepções difíceis. Imagino que o leitor me dirá:

"Porque lançar tudo a perder justamente quando eu começava a saber do que se trata?"

Se introduzo uma nova maneira de ver, é porque vou falar de regiões do universo situadas além daquelas que temos considerado até presentemente. O capítulo atual diz respeito, antes de tudo, à região efetivamente explorada, ou seja até uma distância de 150 milhões de anos-luz. Se as galaxias se detivessem aí, nada mais haveria a dizer; os pontos discutidos no próximo capítulo lhes seriam apenas aplicáveis e o aspecto geral dêste capítulo seria pedante sem necessidade. Mas nada indica que o sistema das galaxias se detenha aí e é de presumir que êle se estenda muito além de 150 milhões de anos-luz. Poderia estender-se por exemplo a cinco vêzes essa distância, sem que aparecesse nenhum caráter novo importante; mas se temos que ir muito além, poderemos encontrar aborrecimentos. A velocidade de recessão correspondente começaria a aproximar-se sèriamente da velocidade da luz — o que exige evidentemente que se olhe isso de perto. A fôrça de repulsão cósmica, que cresce com a distância, seria já regularmente intensa; mas se nos afastarmos a uma distância consideràvelmente maior, alguma coisa deve acabar por ceder — sòmente Einstein tomou a precaução de fechar o universo para nos impedir de ir longe demais.

¹¹ Para sermos completos, devemos acrescentar a hipótese possível de que o sistema se teria dilatado no passado muito mais do que o faz agora, em seguida se teria contraído, e atualmente estária numa fase de distensão. Isto explicaria a produção das grandes velocidades por fôrças dirigidas para o interior, as velocidades para o interior se tendo transformado em velocidade para o exterior pela passagem pelo centro. Ao que eu saíba, esta hipótese nunca foi defendida por ninguém. Ela não parece susceptível de levar em conta a distribuição das velocidades que observamos.

Os desenvolvimentos que seguem têm por objeto a discussão das questões sugeridas pela extensão possível do sistema das galaxias além da região atualmente explorada. Consideraremos extrapolações no tempo assim como no espaço, e discutiremos a história da evolução do sistema.

Qual é o fim destas extrapolações arriscadas em regiões do espaço e do tempo afastadas do campo de nossa experiência corrente! Poderia ser uma resposta suficiente o dizer-se que somos *exploradores*. Mas há uma outra razão mais imperiosa. O homem que pela primeira vez vê passar sôbre sua cabeça um avião sem dúvida pergunta a si próprio como êle anda. Não penso que se possa taxar de excentricidade se ele se pergunta igualmente como ele se detém. E' verdade que êle nada vê que lhe indique que êle vai deter-se; êle extrapola mentalmente o vôo além do que vê. Ele não pode estar certo da sua extrapolação; fora do domínio acessível às suas vistas pode haver condições que êle ignora e que deterão o vôo de um modo diferente do que êle imaginava. Mas suas conclusões relativas ao mecanismo do avião lhe inspirarão muito mais confiança se elas lhe explicam o vôo desde a saída até a chegada do aparelho, sem apelar a nenhuma intervenção desconhecida. A primeira vista, parece que é para a ciência um programa razoável pôr em boa ordem a região do espaço e do tempo de que temos experiência, e não fazer teorias sôbre o que se encontra além; mas o perigo de semelhante limitação é que esta ordenação pode consistir em relevar as dificuldades e levá-las à fronteira, em vez de lancá-las inteiramente fora.

Vimos que há uma fôrça de repulsão cósmica que vai crescendo à medida que a distância em relação a nós se vai tornando maior. As distâncias maiores que pudemos atingir, ela cresce ainda. A teoria que precede explica como se faz êsse crescimento. Mas temos ainda o desejo de saber como êle pode parar.

Julgado o primeiro "Concurso de Monografias de Aspectos Municipais"

Julgando em última instância o "CON-CURSO DE MONOGRAFIAS DE ASPECTOS GEOGRAFICOS MUNICIPAIS" de 1942, encerrou o Conselho Nacional de Geografía a primeira competição científico-cultural, dêsse gêinstituída pela sua Assembléia Geral.

Campanha da mais alta envergadura e significação, conseguiu o C.N.G. atrair a atenção de estudiosos de todo o país, em tôrno do seu novo empreendimento cultural, contando

seu novo empreendimento cultural, contando para isso, com a cooperação decisiva dos seus Diretórios Regionais e Municipais.

Organização de âmbito nacional, com atuação marcante em tôdas as unidades políticas do país, mercê disso, pôde o Conselho concluir, com êxito, a realização dêsse certame, cujos resultados vieram beneficiar sobremodo a cultura brasileira que se provincias com a cultura brasileira, que se enriqueceu com mais 154 contribuïções geográficas, contendo algumas, excelente teor científico, e de um modo geral, ótimo material informativo.

Recolhido tão rico material geográfico, de-pois de haver sôbre êle se pronunciado os órgãos locais, o Conselho Nacional de Geo-grafia, através do seu Diretório Central, julgou, em última instância, os trabalhos concorrentes, sendo os mesmos, antes, examinados por uma comissão de geógrafos pertencente à Secção de Estudos do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, órgão executivo central do C.N.G., tendo sido lavrado parecer relativo

a cada uma dessas monografias.

Ao julgar tais contribuïções, o Diretório
Central, de acôrdo com o edital que instruiu o concurso, conferiu 5 classes de prêmios, dis-

tribuídos da seguinte maneira:

tribuidos da seguinte maneira: 1 primeiro prêmio, Cr\$ 1 000,00; 10 segun-dos prêmios, Cr\$ 500,00; 20 terceiros prêmios, Cr\$ 200,00; 50 quartos prêmios, Cr\$ 100,00; 66 quintos prêmios, oferta de uma coleção das publicações editadas pelo C. N. G., durante

Conseguiu obter o 1.º lugar a monografia "LAJES, A RAINHA DA SERRA", da lavra do engenheiro Vitor A. Peluso Júnior, de Santa Catarina, relatada pelo prof. José Veríssimo da Costa Pereira que, como especialista dos estu-dos geográficos regionais, fêz parte da comissão julgadora.

Trabalho elaborado dentro das normas da moderna escola geográfica, o seu autor mos-trou conhecer e bem interpretar as diretrizes indicadas pelos clássicos da geografia, sôbre

tal gênero de trabalho.

Na contribuïção premiada em primeiro plano estão presentes, com suficiência, os as-pectos essenciais de *Lajes* como cidade, insistindo o autor, com argúcia e competência, na magna questão de *função de relação* exercida pela cidade, comparáveis a um organismo, como exige a moderna metodologia da geografia urbana.

A documentação estatística sóbria, sem ser insuficiente, mostra o seguro método de que se serviu, ao beneficiar-se dos números indispensávels para enriquecer a monografia. Sóbre a distribuïção da população, segundo os quar-teirões da cidade, realizou o engenheiro Peluso Júnior, um amplo inquérito, tendo co-lhido pessoalmente, dados capazes que o le-varam a conclusões seguras acêrca dos objetivos em vista.

Fartamente ilustrada com fotografias, de nítido cunho geográfico, a tese do engenheiro catarinense alinda foi enriquecida de interes-sante documentação cartográfica de sua pró-pria autoria, a qual "fala por si mesma", sendo ainda adequada a ficha bibliográfica que exibiu sôbre a próspera unidade municipal que estudou.

O total de monografias encaminhadas ao C.N.G. afim de serem submetidas ao último escrutínio, montou a 154, porém, 7 dentre elas deixaram de ser julgadas por não tratarem de "aspectos geográficos municipais", segundo determinou o edital.

"Que é a raca?"

O periódico Pour la Victoire, de Nova Iorque, reproduziu, há pouco, um notável artigo de E. Renan intitulado "Que é a raça?"

Ora, considerando-se que os trabalhos de

Renan datam da segunda metade do século passado, fica-se surpreendido da palpitante atualidade do assunto, devido sobretudo a dois fatores: primeiro, pelo fato de, naquela época, já estarem lançadas as bases da atual ciência etnográfica; segundo, pelo lamentável retrocesso da política alemã hodierna, que foi exumar princípios que já estavam desde bastante tempo na

cesta de papéis.

Infelizmente para o mundo ocidental a Alemanha recai com intermitência no êrro de deturpação da etnografia e desanda a agridir os vizinhos. Isso porque, no jôgo de fôrças que compôs o quadro das nações européias das diferentes épocas, nunca figurou a etnografia, portanto, sendo as populações forçosamente mescladas, elas serviram de pretexto para que o imperialismo alemão pretendesse encorporar as minorias germânicas à grande comunidade que se julga senhora dêsse grupo étnico. Essa encorporação porém só se faria de um modo todo especial: em vez de trazer essa minoria para dentro das fronteiras alemãs, prefere encorporar ao Estado alemão o território ocupado por essa minoria... e mais, se fôr preciso. Isto é imoral e anticientífico. Imoral por-

que força um grupo racial a fazer parte de uma nação sem ser consultado se é ou não do seu desejo, isto é, roubando-lhe os direitos de autodeterminação e de independência. An-ticientífico, porque é falso que qualquer nação da Europa mantenha uma raça pura, seja ela a Inglaterra, a França, a Itália ou a Ale-manha. Como frisou o pensador francês, o manha. Como frisou o pensador francês, o sul da Alemanha é gaulês de origem e o oeste, a partir do Elba, é de predominância eslava. E inútil porém desejar-se combater a de-

magogia com argumentos científicos.

Passando entretanto para o campo de etnografia pura, há ainda uma grande confusão sôbre o conceito de raça, que provoca discussões intermináveis, pois que o têrmo tem conceituações distintas, conforme seja considerado pelos antropologistas fisiólogos ou pelos historiadores filólogos. Os primeiros adotam o critério da zoologia, os últimos consideram os grupos lingüisticos e culturais. Sucede porém que as origens zoológicas da humanidade são muito anteriores à formação de tôda e qualquer cultura, civilização ou língua conhecidas. E os achados das escavações vieram comprovar que nos grupos humanos que formaram a cultura ariana já havia dolicocéfalos e braquicé-

falos.

A etnografia é ciência, e por isso não comporta dogmas e a política é arte, e por isso requer liberdade. Elas são distintas, não podem ser fundidas sem serem ambas deturpadas. A política, em nome da liberdade, exige que se permita a todos os povos o direito de

livre autodeterminação.

A etnografia, em nome da verdade, exige que ela fique exclusivamente no terreno científico, a etnografia servindo ao homem, e não o homem servindo à etnografia. O. V.

Os têrmos regionais e o ante-projeto do Código Rural

No número anterior dêste *Boletim*, publicámos uma síntese dos capítulos do projeto do Código Rural, a ser adotado em todo o país. A comissão elaboradora do projeto, na exposição de motivos que o antecede, pôs em destaque a diversidade de usos e costumes, entre as diversas regiões criadoras do Brasil, inclu-

sive quanto a linguagem regional.

Posuindo o Brasil um dos maiores rebanhos do mundo, de gado de tôdas as espécies, espalhado em todo o territorio nacio-nal, constituindo mesmo a principal riqueza nai, constituindo mesmo a principal inqueza de alguns Estados e apresentando-se a ati-vidade pastoril sob os mais variados aspectos, teria ela, como é natural, de ser tratada mais desenvolvidamente do que qualquer outra for-ma de atividade rural — assim se expressa o projeto.

A grande extensão territorial do país teria, outrossim, de dar lugar a certa diversidade de usos e costumes entre as diversas regiões criadoras, inclusive na linguagem empregada que foi prociso atendor a contra c gada, que foi preciso atender no Código. Quanto à diversidade na linguagem,

guns exemplos a elucidam eloquentemente.

O estabelecimento onde se faz a criação do gado é designado no Rio Grande do Sul outros Estados vizinhos pelo nome de estância. Pronunciado, porém êsse nome no Nordeste poucas pessoas o entenderiam naquela acepção. Em tôda essa vastíssima região brasileira, o estabelecimento pecuário é designado pelo nome de "fazenda" simplesmente, talvez porque, a princípio, não se conheciam, ali outras espécies de estabelecimentos, eis que todos os existentes tinham por finalidade principal a criação de gado. A lavoura canavieira, circunscrita às terras do litoral, do recôncavo da Baia ao Rio Grande do Norte, era feita ao redor dos engenhos de açúcar, que alimentava com a matéria prima, razão por Pronunciado, porém êsse nome era feita ao redor dos engenhos de acucar, que alimentava com a matéria prima, razão por que a palavra "engenho" ainda hoje é usada para designar os estabelecimentos agricolas onde se cultiva a cana.

Quando nos Estados do Nordeste, Norte e

extremo Norte, alguém emprega a palavra "fazenda" é sempre para designar um estabele-cimento pecuário. Nos Estados do Centro e cimento pecuário. Nos Estados do Centro e do Sul onde, ao lado da pecuária, ou independentemente desta, se faz a lavoura em grande escala, o estabelecimento também é designado pelo nome de "fazenda", com a especialidade a que se dedica, para a necessária diferenciação, verbi gratia fazenda "de café", fazenda "de gado", etc.

"Rodeio", no Rio Grande do Sul, é a operação que se executa para conter o gado, retinido, com uma finalidade qualquer. E' têrmo porém, desconhecido, no Nordeste, onde essa operação tem o nome de "vaquejada", talvez, mais apropriado do que aquele.

Ninguém sabe no Nordeste o que é um "terneiro", ou um poltrilho "orelhano", no-

mes dados no Rio Grande do Sul aos bezerros e poldrinhos ainda não marcados. Tão pouco se sabe alí que "alhambrado" significa um cercado de arame.

No Nordeste a "marca" tem o nome de "ferro", pelo que quando alguém quer refe-"ferro", pelo que quando alguém quer referir-se à marca de outrem, usa a expressão "o

ferro de F"

"Querência" é o nome por que se designa, no Rio Grande do Sul, o lugar de pastagem habitual do gado. Em nenhuma outra região do Brasil o empregam ou conhecem, segundo esclarece ainda o projeto.

Não sendo possível eliminar as diversidades, era necessário consigná-las no Código e assim foi feito nos artigos 84, 87, 92, 104, 113,

123, etc. etc.

O Projeto, por outro lado, adota normas que, no momento atual, embora não reflitam usos e costumes praticados em todo o Brasil, há conveniência na sua generalização, por traduzirem vantagens incontestáveis para o desenvolvimento da pecuária nas regiões que ainda as desconhecem. A experiência dos centros mais adiantados será propagada pelo Código nos ainda dominados pela rotina, competindo aos seus aplicadores agirem de modo que a transição se opere com o menor abalo possível.

São Paulo, A cidade das indústrias

O visitante que, depois de percorrer as belas avenidas e as largas ruas da capital paulista, penetra em certos trechos centrais da cidade, tem, por vêzes, a impressão de estar numa cidade que acaba de ser submetida a um severo bombardeio. De fato, quarteirões inteiros, ao longo de uma diretriz, como ao longo ceiros, ao iongo de uma diretriz, como ao longo dum rasto de avião, estão em ruínas: são exatamente os traçados de futuras avenidas, tão belas ou mais do que as que já surgiram. Se procurarmos explicar este fenômeno de uma cidade que não está se fazendo, mas anda se refazendo, se queremos resumir êste surto extraordinário em uma palavra, será esta apenas: industrialização. O maior parque industrial do continente sulamericano está numa crise de crescimento, como não há exemplo.

Industrialização significa o grau mais elevado na escala da produção, isto é, a maquinofatura em vista da produção em série e da padronização. As características da grande indústria são: a especialização, a integração e a concentração. E' exatamente o que encontramos hoje, no Estado de São Paulo. Ora, industrialização representa um estado econômico que altera tão profundamente o conceito de vida social, de vida urbana principalmente, que se torna necessária uma readaptação das condições de circulação e de habitação. Daí o aspecto de terremoto recente que apresenta a paulicéa, na sua febre de construções e reconstruções.

O Brasil "essencialmente agricola" uma expressão que nos definiu com justiça, no passado. Atualmente o têrmo não se aplica mais: o planalto paulista está "essencialmente industrializado", porque a sua própria agricultura já trabalha em vista da transformação de seus produtos. Já não visamos mais a sim-ples produção de matéria prima para expor-tá-la e outros beneficiarem de seu tratamento industrial.

Roberto Simonsen, grande industrial e também grande economista e escritor paulista trapem grande economista e escritor padiista tra-çou, em várias ocasiões, o quadro histórico de nosso desenvolvimento fabril. Prestou ho-menagem à intuïção do barão de Mauá, em meados do século passado, quando êste ilustre precursor da nossa grandeza industrial pre-conizava a multiplicação dos meios de transRESENHA 33

porte como condição básica de progresso. Reporte como condição pasica de progresso. Re-latou Simonsen as primeiras tentativas de in-dustrialização no XX.º século, os efeitos da guerra de 1914-18, o surto industrial que se se-guiu e os efeitos da crise de 1929 a 1933. De 1934 em diante, começou a reação favorável. De fato, em menos de dez anos, dobrou a produção industrial brasileira e, a produção industrial paulista que, em 1907, representava 14% da produção total do país, em 1914, 20% chegou, em 1938, a 41% e atualmente talvez não esteja longe dos 50%.

Já em 1940, o valor dos produtos fabris de São Paulo subia a 6 milhões de contos de réis, quando a sua exportação de produtos agrico-las ainda se mantinha em 4 ½ milhões de conto. Estava, pois, e Estado bandeirante, à frente da federação, tornando-se aos poucos "essencialmente industrial".

Nestas condições seria oportuno lembrar quais as condições econômico-sociais para que um país, ou uma região, se torne industrial. Depende como se sabe a industrialização de duas ordens de seus fatores: os fatores não-

geográficos e os fatores geográficos.

Na primeira ordem temos os capitais e a técnica; na segunda, a fôrca motriz, a mão de obra, os transportes, a proximidade da matéria prima e dos mercados.

Seria deveras interessante procurar como cada um dêstes fatores intervém no surto paulista para a constituïção do maior parque industrial da América do Sul.

Seria longo, porém; talvez seja preferível resumir a industrialização de São Paulo em uma frase. Disseram que o Egito foi um dom do Nilo; digamos agora, que a indústria pau-lista foi um dom do café. Eis a frase que se recomenda a novas meditações: A grande indústria de São Paulo é o resultado dos capitais acumulados comercialmente no café, da mão de obra chamada e atraída pelo café, dos transportes construídos para o café, das atividades técnicas e de direção aplicadas ao café e dos mercados consumidores internos que viviam do café. Se a isso acrescentamos o solo, pro-dutor de matérias primas, e as fôrças hidro-elétricas aproveitadas, temos, em poucas pa-lavras, os elementos todos da invejável grandeza paulista.

Examinemos sumàriamente alguns dêstes aspectos. Sob o ponto de vista da mão de obra e do mercado consumidor que ela repre-senta, é necessário lembrar que São Paulo, com seus sete e meio milhões de almas, é o mais com seus sete e meio milhões de almas, é o mais povoado do Brasil, embora não seja o que oferece maior densidade relativa à população, pois é de 30 habitantes por k² a sua densidade demográfica. Mas, quanto à sua produtividade e nível de vida, é o Estado que maior indice apresenta. O operariado paulista ultrapassou o meio milhão, sendo metade empregado na indústria. indústria.

Quanto à fôrça motriz, cuja importância aproveitada no Brasil já sobe a milhão e meio de Kw cabe a São Paulo cêrca de 60% dêste total. A estiagem de 1925 determinou o empreendimento das grandes obras da serra do Mar, no Cubatão, cuja importância já coloca São Paulo no oitavo lugar quanto às instalações geradoras de eletricidade, e talvez venha a levar êste Estado, algum dia, para o terceiro

Em relação aos transportes, São Paulo possue, 20% das rêdes ferroviárias do país e 25% de sua rêde rodoviária, em excepcionais condições de conservação e aparelhamento, representando respectivamente 7 ½ milhares de quilômetros e 50 000 de estradas de rodagem.

Entre os principais produtos fabrís de São Paulo figuram os tecidos de algodão, de juta, de sêda e de la, os metais fundidos, laminados e em artefatos, sendo as máquinas para a lavoura uma de suas especialidades, as louças e

porcelanas, os artigos de vidro e de cristal, os óleos vegetais, os sabões, as colas e os adubos químicos, as bebidas, os cigarros, os chapéus e calçados, o papel e o papelão e, por fim, os móveis, de madeira e de metal.

Em 1940, o valor total da indústria paulista já subia a 6 milhões de contos; mais de metade dêste total é produzido no município da capital — daí a necessidade de novos prédios, de novas comunicações, de novas ruas longas e de avenidas numa cidade industrial cujo crescimento apresenta sob o impulso patriótico de Prestes Maia um índice superior ao de Los Angeles, de Detroit, de Chicago e de Nova Iorque, para não falar nem no Rio de Janeiro, nem em Buenos Aires.

E' pois, dêste modo e neste ritmo que a indústria paulista, senhora de seu mercado estadual de alto poder aquisitivo, vai conquistando os mercados nacionais e os mercados estrangeiros, platinos principalmente. Dizia hà meses, um dos capitães da indús-

tria nacional, Francisco Matarazzo:

"Merecem particular menção as aquisições dos países sul-americanos no Brasil, que aumentaram de cêrca de 90% em confronto com 1940. Esta corrente é suscetível de ulterior incremento e esperamos não seja transitória. Além de alcançar a consolidação das posições conquistadas das que ainda são possíveis de obter no comércio inter-sul-americano, é preciso uma visão realista por parte de todos e um reciproco conhecimento das possibilidades de cada um, mantido continuamente em dia: "Merecem particular menção as aquisicada um, mantido continuamente em dia; recordando como um fenômeno cuja re-petição é preciso evitar, que durante a ou-tra guerra as trocas inter-sul-americanas foram mais que redobradas, para depois baixarem quase ao nível de 1914, tal como ocorrem nestes últimos anos".

São estas as palavras de um mestre sôbre a economia da Nação. Merecem ser meditadas porque são sóbrias e prudentes, mas também animadoras e patrióticas. (Aula ministrada pelo professor Delgado de Carvalho no último Curso de Férias promovido pela Associação Brasileira de Educação).

O abastecimento do Vale Amazônico

O Presidente da República expediu, recentemente, um decreto-lei criando a Superinten-dência de Abastecimento do Vale Amazônico, com sede em Belém do Pará e subordinada à Comissão de Controle dos Acordos de Washington. Destina-se essa instituição a atuar para o fornecimento de gêneros alimentícios e outros de primeira necessidade àquela vasta região do extremo norte, em face do programa da produção da borracha e outros artigos, determinado pelos convênios firmados entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos.

governos do Brasil e dos Estados Omdos.

Ficarão sob a jurisdição do novo órgão, os
Estados do Amazonas e do Pará, o Território
do Acre, a zona sul do Maranhão e a zona
norte de Mato Grosso e Goiaz. Compete-lhe
coordenar as medidas a serem tomadas conjuntamente pelos Estados da Amazônia, vi-sando aos suprimentos e ao incremento da produção dos referidos gêneros, e a providenciar sôbre a aquisição e o transporte, dentro ou fora do país, dos necessários ao consumo amazônico, sempre que o abastecimento pelos canais normais do comércio se mostrar insuficiente. Cabe-lhe ainda controlar não só os estoques e preços, estabelecendo o sistêma de racionamento, se tanto fôr preciso, como também a exportação e o transporte.

A Superintendência providenciará no sentido de serem formados estoques de gêneros e instalados os armazéns e frigoríficos que forem indispensáveis à sua conservação; propagará e estimulará a pesca, a pecuária, a agricultura e as indústrias diretamente ligadas ao problema da região amazônica; entrará em entendimento com entidades do govêrno dos Estados Unidos sôbre as questões relativas ao recebimento e distribuição de gêneros e meradorias destinadas ao fomento da produção da borracha: disporá sôbre o encaminhamento de trabalhadores para as regiões sob a sua ação; e finalmente, executará as instruções que lhe forem transmitidas pela Comissão de Controle dos Acordos de Washington relativamente às suas atribuições.

Tem, portanto, como se vê, funções da maior relevância em benefício do nosso desenvolvimento econômico e das necessidades mundiais decorrentes do estado de guerra em que se encontram, atualmente, quase todos os paí-

ses civilizados.

A horracha é matéria prima essencial e nós precisamos produzí-la em vasta escala para atender aos reclamos da indústria bélica dos nossos aliados norteamericanos, cumprindo os compromissos que assumimos. Mas, para tanto, não é suficiente reunir uma legião de trabalhadores da região produtora. Faz-se necessário organizar o trabalho, dar garantias plenas aos obreiros, proporcionar-lhes tôda a assistência no tocante à saúde e quanto aos meios de subsistência. Em todos êsses aspectos do problema vem agindo o govêrno com presteza e precisão, de forma a assegurar o êxito de um empreendimento que desdobra os horizontes da grandeza da Amazônia e da prosperidade do país.

*

Efeitos de sêca prolongada na região amazônica

Na Guiana inglêsa — informa A Fazenda, acreditada revista especializada norte-americana — houve uma sêca intensa durante 1939-40 durante a qual a precipitação pluvial dos nove meses compreendidos entre agôsto de 1939 e maio de 1940 foi de apenas 17,67 polegadas, ou seja 31,1 por cento do mínimo de 56,81 durante o mesmo período dos 59 anos precedentes, de 1880 a 1938.

Fêz-se um estudo da môsca do Amazonas no mês de agôsto seguinte para determinar o efeito que êste prolongado período de sêca tinha exercido sôbre êste inseto. Para comparação dispunha-se dos resultados de um estudo realizado em 1937-38. Depois de comparar os resultados de ambos os estudos, chegou-se à conclusão de que a môsca do Amazonas tinha continuado a ser um parasita da Diatraea saccharalis da cana de açücar desde a sua introdução da Guiana inglêsa em 1933, e que durante 1939-40 êsse parasitismo não tinha dimi-

nuído.

A sêca prolongada desde agôsto de 1939 a abril de 1940 em que as chuvas nas regiões estudadas tinham oscilado entre 12,75 e 18,38 polegadas apenas, de nenhum modo tinha afetado o parasitismo da dita môsca.

×

Elogio do chimarrão

O Sr. Pedro Luiz, em recente conferência que realizou sob o tema "Caçapava na Revolução Farroupilha", entre outras afirmações de ordem histórica onde avulta a combatividade por vézes romanesca do gaúcho, teceu o elogio do chimarrão. E' com efeito o chimarrão a bebida do gaúcho — expressou-se de início o conferencista. Tornou-se êle em quase tôda parte seu vinho de mesa. Sorve-o como néctar guardado em vasos de porcelana. Na França, na Espanha e em outros países o vinho é a bebida que acompanha os manjares para facilitar-lhes a digestão. No Rio Grande é a "ilex" clássica das mateadas tradicionais que neutraliza as tortinas.

O churrasco dos galpões, quente e solicitante, pede a cuia de nossa congonha para melhor ser assimilado. Qualquer comida pesada exige a sua fôrça desagregadora. Rebate ela o feijão, apisoa melhor a canjica, desmanda o guisado, decompõe o fubá, dissocia os legumes, dissolve o pepino, desacama a lentinha, desamassa o pão, descoalha, enfim, tôdas as iguarias, quer das mesas urbanas e polidas quer das pranchas do campo.

O mate-amargo agride os mal-estares estomacais e descimenta as indigestões rebeldes. Tempera os acepipes fracos, retempera os bem preparados e destempera os picantes. A poucos despraz porque é ele a ambrosia dos céus abertos do sul. Desenoja, desacerba e

desacobarda.

E' o mate da cuia remédio de efeitos múltiplos, antagónicos até. Numas pessoas, quando o sono grava os olhos, desacorda e desadormece. Noutras, quando o dormir tarda, entorpece e amodorra os membros. No inverno aquece o corpo, no verão entibla as iras do calor. Antes das refeições, esperta o apetite e aumenta a fome. E' matador de horas de ócio, porque, em sua sorvedura, encontra o homem ocupação, e é, outrossim, propulsor e estimulante do labor manual e intelectual, atigando estímulos adormecidos e afervorando a ânsia produtiva nas vontades. Desaceleia os tormentos do coração e aromatiza os sofreres do espírito. A própria satúdade, tão teimosa de curar, encontra nele distração passageira. Depois de chimarrear, sente-se o homem outra pessoa, mais aliviado, mais lépido e satisfeito.

Até remédio contra a murmuração é, essa planta liliácea depois de torrada e triturada. Enquanto as mamaduras da bomba ocupam a bôca de alguém, não sobra quase tempo de beliscar a vida alheia, conquanto seja também verdade que as reüniões para sua absorção ensejam melhor a mordedura nos nomes do próximo.

O chimarrão é corretivo da preguiça. O homem dado a êsse hábito levanta mais cedo. E', por isso, a cuia o despertador metálico do riograndense, a qual faz bater em retirada a preguiça matutina, amiga da boa cama.

Hoje, chimarroneia o rico, o pobre, o médico, o advogado, o sacerdote, quase todos. Há bombas com bocal de ouro e admiram-se cuias com bordas de prata, boleadas e recortadas de floreios, sôbre tripés de metal, nas casas dos apatacados, e se vêem outras sem jogos floreis, rústicas e pobres, nos ranchos do povo desherdado das bênçãos da fortuna. Aquí só não mateiam os reis, porque a América se desenfeitou do luxo régio dos tronos.

O mate promove a sociabilidade entre os indivíduos e robustece as amizades. Dá curso fácil às idéias. Tomando amargo, comum é discutir-se política, tocar em religião, examinar os ambientes e inquirir dos problemas do dia. Os médicos atacam o anti-higienismo da bomba, em que muitas bocas tocam, uma após outra. Mas o que porventura perde a evolução sanitária, lucra a amizade e o bemquerer.

O chimarrão constitue uma das características do gaúcho. Tiral-lhe o chimarrão e o laço e não tereis já o gaúcho, mas um brasileiro comum.

O gaúcho, o guasca, o carreteiro, o homem das distâncias despovoadas é o maior admirador do chimarrão. Nos galpões das fazendas

35 RESENHA

o mate corre a roda. Depois de tomado, há mais firmeza no braço para os tiros elegantes do laço, e mais certeza para os pealos das bo-las. Durante as noites nostálgicas, polvilhadas de estrélas ou navalhadas de ventos frios, quando não azorragadas de pampeiros demoníacos, o chimarrão entretém a caboclada em tôrno do fogo, enquanto se narram casos interessantíssimos, provocadores de gargalhadas sonoríssimas e bulhetas, ou se ponteiam nas cordas da viola as chimarritas crioulas, que se aprende-ram nos sapateados dos rincões amigos, soantes de chinelas e esporas.

O carreteiro, por sua vez, descanga os bois, sustém a carga sôbre o "muchacho" e, em se-guida, sentado sôbre os apeiros do flete, e, às vézes, sob o abrigo da quincha, delicia-se com as goladas continuas do mate.

Nas estâncias e nas querências tranquilas, nos ranchos cobertos de sapé, atravessados de fasquias e entaipados de barro, nas moradias posteiros, bem como nos palacetes das cidades, o chimarrão anda de mão em mão. Vem das tradições avoengas e passou para nossos hábitos atuais.

O gaúcho, madrugada grande ainda, quando o poleiro começa a despovoar-se e a passarada papeia nos capões vizinhos, aparece sôbre a porta com a chaleira de água quente na mão e a mamadeira de bocal entre os dentes. E' o velho começar do dia nos pampas.

Em Caçapava é o chimarrão também glorificado, mais com os fatos que com as pala-

A origem dos congressos brasileiros de geografia

O Sr. Valdemar Lefèvre, diretor do Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo conedeu, recentemente, ao Diário da Noite uma entrevista sôbre a contribuição que a representação daquele Estado levará ao X Congresso Brasileiro de Geografia, a realizar-se entre os dias 7 a 16 de setembro próximo, na capital do Pará.

Ao ensejo de enumerar o vulto de tais contribuïções, bem como a entusiástica co-operação que a Delegação Regional do X Conoperação due a Belegação Regional do A Congresso em São Paulo, sob sua presidência, vem recebendo por parte de todos círculos intelectuais e administrativos locais, o Sr. Valdemar Lefèvre historiou a origem dos congressos de que o próximo será o décimo da série.

Os Congressos de Geografía — esclareceu o Congressos de Congressos de Geografía — esclareceu o Congressos de Congressos de Geografía — esclareceu o Congressos de Congressos

Sr. Lefèvre, tiveram origem na proposta apresentada à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, em 1908, pelo seu então secretário, Sr. José Boiteux. Vencedora essa idéia, realizou-se o primeiro congresso na cidade do Rio de Janeiro, em setembro de 1909, sob a presidência do marquês de Paranaguá. O segundo se realizou no ano seguinte, nesta capital, também no mês de setembro, sendo seu presidente o Sr. Domingos Jaguaribe. E, assim, os congressos subsequentes vieram se realizando com relativa regularidade, nas cidades de Curi-tiba, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Paraíba e Vitória. Dentre todos devemos destacar o congresso da cidade do Salvador, o qual, sob a presidência do ilustre engenheiro Teodoro Sampaio superou os demais, não só pelo número de adesões que atingiu a 1 057, como pelo número das teses, que chegaram a 111.

Motivo de fôrça maior, entretanto, impediu que esta série de congressos geográficos continuasse depois de 1926, quando se verificou o certame de Vitória.

Na 3.ª assembléia geral do Instituto Brasileiro de Geografía e Estatistica, que se efe-tuou no Rio de Janeiro, em julho de 1939, ficou deliberado que aquele Instituto patrocinaria

os congressos de geografia que do I ao VIII vinham sendo organizados exclusivamente sob os auspícios da Sociedade de Geografia da Capital Federal.

o Congresso de Foi assim que tivemos Florianópolis, realizado em 1940, alcançando a alta cifra de 2 077 adesões, para a qual o nosso Estado concorreu com 207 teses que se distribuíram por oito secções.

Como preparar um diagrama em perspectiva

E' muitas vêzes desejável, para fins científicos e técnicos — ensina Monthly Sciences News — preparar um diagrama em perspectiva de um objeto que, por uma razão ou outra, não pode ser avistado de qualquer ponto conveniente para que seja desenhado ou foto-grafado de modo satisfatório. Felizmente, to-davia, informações detalhadas àcêrca de tais objetos acham-se, geralmente, disponíveis na forma de secções em séries paralelas ou dados comparáveis, ou podem ser fàcilmente deduzidas das plantas e algados no caso de proje-tadas estruturas arquitetônicas e de enge-nharia. Enquanto às pessoas possuídas da necessária habilidade artistica seja possivel possível desenhar um diagrama em perspectiva perfeitamente exato mediante um estudo atento dessas informações, outras em geral acham-se dessas minimações, outras em gerar actamismos obrigadas a se servirem de um ou outro dos seguintes recursos: construir, primeiro e la-boriosamente, um modêlo, ou empregar um método geométrico que se torna incômodo para objetos de forma irregular.

Descreveu-se, recentemente, um que, com o auxílio de uma câmara lúcida ou mesmo uma câmara, permite a construção, sem dificuldade, de diagramas em perspectiva de secções dispostas em série ou diagramas hipsométricos. No método em aprêço, estes ultimos são montados na extremidade de uma cremalheira graduada e colocados sucessivamente nas posições que ocupariam no objeto efetivo na escala empregada. Em cada etapa o delineamento apropriado ou secção em série é desenhado quando se olhar através da câ-mara lúcida, arranjada em uma posição con-veniente para desenhar o objeto caso ocupasse o espaço a definir por meio dos diagramas. Subsequentemente completam-se os contornos do obieto, põe-se sombra onde for precisa, e apagam-se tôdas as linhas desnecessárias.

apagam-se touas as innas desnecessarias.

O método é suscetível de ser aplicado em larga escala, embora seja limitado o tamanho do diagrama obtido diretamente quando se usar uma câmara lúcida. Fins típicos aos quais pode ser aplicado incluem topografía, exploração de minas, corpos de minérios, estruturas geológicas, as estruturas de ordem menor nos espécimenes biológicos e paleontológicos, cristais, reticulações de espaço nos cristais, e as superfícies definidas por três quantidades inter-relacionadas.

Massa trabalhista do Brasil

A massa trabalhista brasileira, segundo as estatísticas oficiais mais recentes - informa o último Relatório do Banco do Brasil — é representada por 12 808 931 pessoas, distribuídas pelos seguintes grupos profissionais abaixo discriminados:

Trabalhadores na agricultura — pecuária indústrias rurais — (estimativa) 8 860 000; industriários 956.088; comerciários 500 000; em-pregados em transportes e cargas 210 000; ferroviários 172 524; trabalhadores nos serviços públicos por concessão 96 488; marítimos e portuários 55 867; bancários 25 626; trabalhadores na estiva 21 338; outras atividades (estimativas) 1 911 000.

*

A conferência de Belém

A recente conferência de Belém, — acentua o Diário Oficial do Estado do Amazonas — representa mais uma articulação de vontades para a intensificação do trabalho no vale amazônico.

Realizada com o mapa do Brasil sôbre a mesa, teve um cunho claro e prático, em que todos os pensamentos se combinavam, como peças mecânicas, para o fim de uma ação única: assistência aos seringueiros, abastecimento, financiamento, transportes, saneamento, encaminhamento de trabalhadores nordestinos, localização em nossos rios, controle de preços, coordenação entre as diferentes comissões e as administrações estaduais e municipais, eis os principais problemas expostos na conferência em que todos os componentes manifestaram os seus pontos de vista para o objetivo de uma ação única.

Os empreendimentos na bacia amazônica, partindo de diferentes setôres, já tiveram início irradiando-se das capitais aos núcleos e seringais mais distantes. Enquanto os seus soldados se mobilizam, no apresto das armas, o Brasil atira-se a uma batalha de responsabilidade, certo da vitória — a batalha pela borracha.



Primeiro Congresso de Carburantes

Se há, no Brasil, problema que deva absorver a atenção dos dirigentes e responsáveis, na administração e na vida civil, para uma cabal e urgente solução, é certamente o dos carburantes. Já está sobejamente demonstrada a existência do petróleo no nosso sub-solo. Temos carvão em abundância, xistos, álcool e outras fontes de energia mecânica. O de que precisamos agora é investigar os meios de produzir, transportar, armazenar, distribuir e utilizar comercialmente êsses carburantes, de acôrdo com as nossas crescentes necessidades.

Tem-se atribuído muitas origens próximas ou remotas ao conflito internacional de agora. Chocam-se, naturalmente, opiniões as mais dispares acêrca da sua gênese e dos seus fins. Onde há um acôrdo quase unânime é quanto à chamada "sêde de combustívei" que atenaza os povos agitados pelo dinamismo de uma avançada civilização industrial e altamente mecanizada. Na verdade, não vale aperfeiçoar fábricas e usinas, abrir largas vias de comunicação e rotas de transportes para o intercâmbio de povo para povo, se se não dispõe de reservas abundantes das matérias que alimentam as máquinas motrizes, chave de todo êsse poderoso sistema de expansão e de energia criadora.

Ora, o Brasil, dono de apreciável potencial de carburantes, sofre, entretanto, no momento, a penúria deles, por isso que, não tendo conseguido ainda explorar intensivamente as suas disponibilidades, o nosso país se conserva na dependência do fornecedor estrangeiro. Essa situação assume aspectos inquietantes num momento como o atual, em que o consumo dos carburantes aumenta devido aos enormes e impreteriveis reclamos da defesa nacional, ao passo que os stocks diminuem pela carência dos mercados abastecedores.

O Touring Clube do Brasil, apreciando o palpitante assunto, tomou a feliz deliberação de promover o primeiro Congresso Nacional de Carburantes. Este se instalou a 21 de novembro ultimo sob os melhores auspícios, acorrendo ao Palácio Tiradentes várias delegações de técnicos, que deram uma orientação eminentemente prática aos seus estudos e pesquisas. Os poderes públicos dispensaram o seu apôio a essa iniciativa, que consulta os mais legitimos interêsses nacionais, sendo de prever que resultem de grande utilidade as deliberações da importante assembléia, onde se fizeram ouvir as vozes mais autorizadas na matéria pelo conhecimento científico, pela especialização e pela experiência.

O nome da capital baïana

A propósito de uma palestra pronunciada pelo Sr. Frederico Edelweiss no Centro de Estudos Baíanos, sobre qual a denominação certa da capital do Estado da Baía, se São Salvador, Cidade de São Salvador, Salvador, Cidade do Salvador, ou Baía, o vespertino A Tarde, que se edita na mesma cidade, fêz os seguintes comentários, em sua edição de 6 de fevereiro último, sôb o título "O nome certo da cidade" e sub-título "Cidade do Salvador":

E' velha, é centenária, a confusão em que nós próprios, os baïanos, nos debatemos, nessa questão de escrever o nome certo da nossa cidade — afirma inicialmente A Tarde. Tem havido muita divida em tôrdo de todo de tal relevância. Isso vem dos antigos escritores, dos autores de cartas, dos escrivães do Reino. A incerteza continua através dos quatro séculos, tornando-se cada vez mais difícil esclarecê-la dada a importância dos papéis em que é verificada e dada a autoridade dos que, durante todo êsse tempo, têm contribuído para aumentá-la, consignando, nos seus escritos, ora uma, ora outra designação.

Como será mesmo o nome da cidade. E' Baía, é Cidade do Salvador?

São Salvador é que não é. Salvador, simplesmente, também não. São nomes fora da discussão, felizmente. Historiógrafos competentes já deixaram claro que essas denominações não encontram apôio na documentação existente. Só muito poucos, por ignorância ou teimosia insistem ainda em querer chamar a cidade de São Salvador ou de Salvador. Vai se tornando corrente o uso exclusivo das duas formas em redor das quais gira a dúvida.

O esclarecimento dêsse ponto, que é fundamental, admirando não tenha sido ainda devidamente aclarado, mesmo considerada a dificuldade de obter argumentos definitivos, afigura-se-nos cousa de maior oportunidade, pois já se está a preparar o programa das comemorações — quadricentenárias de fundação da nossa cidade.

O quarto-centenário é da criação da Baía ou da criação da Cidade do Salvador?...

No Centro de Estudos Baïanos, sociedade que vem desenvolvendo útil atividade, o Sr. Frederico Edelweiss pronunciou interessante palestra sôbre a questão.

Tendo realizado pacientes buscas em volumoso repositório de papéis históricos, aquele estudioso alinhou de um lado e de outro os elementos em abono dos nomes "Baia" e "Cidade do Salvador". Demonstrou, com isso, que a indecisão é a miúde encontrada nos textos de clássicos, como Vieira, nos escritos de eruditos, como Nóbrega, nos documentos oficiais, como alvarás, cartas patentes, etc. Depois dessa exposição, chegou o Sr. Edelweiss, pelo exame e pelo sentido dos elementos utilizados, à conclusão de que "Baía" era o nome vulgar, corrente, da cidade. Proveio, possivelmente, das simplificações da denominação "Baía de Todos os Santos", designativo do acidente geográfico, para apenativo do acidente geográfico, para apenativo dos conclusãos de que "Baía" era o nominação "Baía de Todos os Santos", designativo do acidente geográfico, para apenativo dos acidentes geográfico, para apenativo dos acidentes geográfico, para apenativo dos acidentes geográficos para apenados para a penado de acidente geográfico, para apenado de acidente geográfico,

lidar a cidade existente a cavaleiro do gólfo e grande ancoradouro. "Cidade do Salvador", "Cidade do Salvador da Baía de Todos os Santos", o nome certo, encontrado no teor de documentos de maior importância, foi, ao correr do tempo, perdendo terreno, na bôca de letrados e do povo, para outro apelido, popular, mais vulgarizado. "Cidade do Salvador" é, porém, a designação exata. E é sob êsse nome que devemos fazer com que seja conhecida a nossa cidade.

O trabalho do Sr. Edelweiss ainda vai passar, no Centro, por discussão, ficando assentado seu envio à comissão organizadora das festividades de 1949, para servir de subsídio ao seu trabalho.

*

Concurso de monografias municipais

O Conselho Nacional de Geografia está realizando, do ponto de vista histórico e geográfico, uma das obras mais consideráveis já empreendidas no nosso país — assim expressou-se recentemente A Noticia, vespertimo desta capital. Trata-se de uma revisão total da nossa história e geografia por meio de monografias de aspectos municipais. Nesse sentido, promove concursos anuais que têm obtido o maior êxito, interessando os estudiosos das questões relacionadas com o nosso municipalismo. Ainda agora, — prossegue A Noticia — acabam de ser divulgados os resultados do concurso de 1942, cabendo o primeiro lugar ao trabalho de autoria do engenheiro Vítor Peluso Júnior, sôbre o município de Lajes, de Santa Catarina.

Abordando o vulto da contribuição oferecida ao concurso pelo Estado de Minas, depõe ainda o brilhante jornal — em segundo, terceiro e quarto lugares foram classificados os estudos com que o Diretório Regional do Estado de Minas Gerais participou do certame. São mais de cinqüenta monografias, baseadas na história de igual número de municípios mineiros. Como se vê, é um esfórço dos mais honestos e sinceros visando o aperfeiçoamento dos nossos conhecimentos históricos e geográficos.

Ultimado êsse balanço, que se processa tão vitorlosamente, o Conselho Nacional de Geografia estará em condições de contribuir para a elaboração de uma História do Brasil, tanto quanto possível exata, purgada das dúvidas e contradições que tanto dificultam o seu estudo. E tudo leva a crer, que dentro de pouco tempo êsse giganteseso trabalho estará concluído, projetando uma nova luz sôbre a história dos nossos municípios cujo valor para o seu desenvolvimento é incalculável. Fala-se muito em municipalismo, mas pouco se sabe da vida dessas pequenas unidades da federação brasileira — assim finaliza A Notícia o seu registro.

-≰

Imigração de após-guerra

O Sr. Castro Barreto, autor de vários estudos sôbre o problema imigratório brasileiro, publicou, recentemente, na Revista de Imigra-

ção e Colonização interessante e oportuno trabalho onde tão marcante assunto é exposto tendo, em vista as conseqüências decorrentes da guerra atual.

Baseado nessa nova contribuição do Sr. Castro Barreto, o Boletim Semanal da Asociação Comercial de São Paulo, condensou-a num dos seus comentários, cujos trechos finais focalizam a questão sob o ponto de vista da nossa densidade demográfica, em face de outros países do continente.

A densidade populacional dêste hemisfério — expressa-se o comentário — é, atualmente, de 11,5, enquanto no mundo de leste é de 36, por km². Entretanto, o crescimento dessa densidade em alguns países da América tem sido intenso: Em cem anos (até 1940), segundo Mortara, a Argentina teve um aumento de 1 550%, o Canadá 850%, os Estados Unidos 672%, o Brasil 638%, a Bolivia 467%, a Venezuela 363%, o Uruguai 200% e assim por diante. Foram precisamente os cinco países de maior imigração que tiveram aumentos impressionantes. A imigração, entretanto, atua mais indiretamente, pela elevação cultural e econômica. A América com os seus 275 milhões de habitantes dispõe assim de amplas possibilidades para o desenvolvimento de sua população.

O Brasil ocupa o quinto lugar no crescimento demográfico, representando sua população atual 15% do total do continente e 49% dos 84 milhões da América Latina.

Como a comparação dos cálculos de crescimento demográfico com os resultados efetivamente apurados pelos recenseamentos demonstra a justeza dêsses cálculos, pois as diferenças registradas devem ser levadas à conta, como diz Lira Madeira, de irregularidades nos trabalhos dos nossos recenseamentos, póde-se obter a curva da população no passado e no futuro de um país, curva cuja exatidão nem as guerras, nem o controle da natalidade impedem de aferir.

A taxa bruta da natalidade tem caído, no Brasil, de 46,6 em 1920 a 40,2 em 1940, ou seja, numa ordem de grandeza de cêrca de 14%. Bastaria reduzir a mortalidade infantil aos números da vida civilizada para que a densidade atual de 6,5 habitantes por km² seja elevada a 15, de acôrdo com as exigências de Bruch para o bem estar de uma população no padrão de vida da civilização atual. Segundo Lira Madeira, a população limite do Brasil—isto é, o limite do atual ciclo evolutivo—seria de 215 milhões, atingindo-se no ano 2 003, precisamente a 13 de fevereiro dêsse ano, a metade dêsse total, ou sejam, 107 milhões e meio.

Nenhuma nação conciente do seu destino será capaz de confiar o seu crescimento demográfico ao fenômeno imigratório. Mas o fenômeno imigratório do após-guerra deve encontrar-nos preparados para uma política humana, mas científica, para que a imigração seja útil.

Entre as medidas norteadoras dessa futura corrente imigratória, devemos ter em vista a capacidade funcional do indivíduo em relação à sociedade na qual vem cooperar. Devemos abandonar o rigoroso critério do imigrante agricultor, dando igualmente preferência ao médio-técnico, ao trabalhador especializado, já que imgressaremos numa intensissima fase industrial e nos encontramos desproporcionalmente ainda longe da formação das massas dêsses obreiros e mestres.

Ainda uma faceta de maior importância — conclue o comentário — é a distribuïção das massas migrantes pela vastidão do território nacional. Já não existem preconceitos contra o clima, e isso permite que se localize

convenientemente o homem numa ecologia favorável. A distribuïção unilateral dos imigrantes, que vem sendo condenada desde o século passado, deve ser corrigida, porque uma repartição equilibrada consulta os interêsses econômicos e políticos do país.



Crepúsculo dos impérios coloniais

O Sr. Raymond Arthur Davies publicou no Magazine Digest, de Toronto, um excelente artigo intitulado "O crepúsculo dos impérios coloniais", no qual, com visão penetrante, analisou, brilhantemente, a grande revolução, que já se esboça nestes últimos tempos, que irá transformar radicalmente o panorama da geografia econômica e política mundial de de após-guerra.

A princípio, pinta-nos o quadro clássico dos impérios coloniais: as colônias produzindo matérias primas para as indústrias da metrópole.

E, fazendo considerações de caráter militar, chama atenção para o fato de que, embora na 1.ª Grande Guerra as colônias tenham sido uma fôrça para os aliados, na presente elas são um entrave. Muito antes de deflagar o conflito já o Eixo explorava o descontentamento no seio das populações coloniais, de forma que, quando foi necessário, os aliados no Oriente, por exemplo, não puderam opor uma resistência séria, porque só podiam contar com as reduzidas fôrças metropolitanas.

Contrariando os argumentos de que as colônias são uma necessidade para a obtenção de matérias primas, lembra como a indústria livrou o mundo do monopólio de nitratos do Chile, como o Ocidente se libertou da sêda do Japão, e, assim por diante: o açúcar de cana substituído pelo de beterraba; a borracha e a gasolina pelo produto sintético, e certos produtos minerais pela descoberta de novas jazidas.

Mas — o que é mais importante porque tem um caráter profundamente social — dando-se liberdade às colônias estas se desenvolvem econômicamente e as suas populações adquirem um poder aquisitivo muito mais elevado, permitindo assim um intercâmbio comercial muito mais intenso. Haja vista que os Estados Unidos, com uma população de 130 milhões de habitantes, têm uma capacidade de compra igual a 90 bilhões de dólares, enquanto a ásia, com exclusão da União Soviética e do Japão, contando embora uma população de 1 bilhão de pessoas tem apenas um poder aquisitivo correspondente a 10 bilhões de dólares. Considere-se a diferença entre o valor econômico da Sibéria tzarista e as atuais repúblicas soviéticas da ásia que hoje são um elemento capital para a derrota alemã!

Só com esta dura experiência a maioria convenceu-se de que os princípios da economia não estão em choque com os princípios da moral. E as guerras do Eixo pelas colônias são uma prova de natureza atávica. Por causa da imoralidade dos seus fundamentos éle será derrotado. E do crisol desta sangrenta luta saírão novos conceitos de fraternidade humana que unirão aqueles que lutam pelo progresso e pela liberdade. O. V.



A raça tupí-guaraní, tronco comum de brasileiros e paraguaios

O antigo professor de antropologia do Museu Nacional, cientista Álvaro Fróis da Fonseca, manifestando-se recentemente sôbre as grandes raças indígenas sul-americanas, afirmou ser o Paraguai, o país cujo povo tem maiores identidades antropológicas com os brasileiros.

Na mescla racial brasileira— esclareceu o professor Fróis da Fonseca — o teor em sangue indigena é bem maior do que geralmente se imagina, especialmente nas regiões do centro e norte do país. Foi essa mescla que fez os bandeirantes, os desbravadores da Amazônia, que levaram o nosso pavilhão às fronteiras do Acre.

Ora, das quatro raças indígenas da América do Sul, reconhecidos por Elekstedt, a tupíguaraní ou simplesmente guaraní, ocupava um

grande anel, abrangendo tôda a região costeira do Brasil, todo o vale do Amazonas e, descendo pelo interior, abrangia o Paraguai. Esta unidade racial também era lingüística. Nós, infelizmente, descuramos o seu estudo e os inúmeros residuos do tupí, que sobreviveu na flora, na fauna, na geografia e no linguajar popular das nossas populações sertanejas já destituídos de significação, são perfeitamente entendidos pelo paraguaio que continua a falar, em familia, o guaraní.

O substrato racial indígena de um e de outro povo é o mesmo, como, aliás, também o é, práticamente, o ibérico, concluiu o cientista.

Esbôço geológico do Brasil*

Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães Chefe da Secção de Estudos Geográficos do Serviço de Geográfia e Estatístic Fisiográfica

Apesar de sua complexidade, a estrutura geológica do território brasileiro pode ser, em muito largos traços, assim definida: um *embasamento* de rochas cristalinas, parcialmente coberto por formações de rochas sedimentares, em que as primeiras se acham bastante perturbadas, isto é, intensamente dobradas, revelando antigos movimentos orogênicos; ao passo que as segundas (que constituem o *capeamento*, segundo o dizer expressivo de Morais Rêgo) estão dispostas horizontalmente ou quase, em formações tabulares, o que indica ausência de movimentos importantes da crosta terrestre, desde remotos tempos geológicos.

Por essa razão, já fazia notar o velho geólogo Lapparent que

"o maciço brasileiro é um dos territórios mais estáveis, mais rígidos e menos deslocados que existem no mundo".

Grande parte do nosso território mostra, com efeito, ter sido terra firme desde o periodo arqueano, sem nunca mais ter sofrido submersão.

EMBASAMENTO CRISTALINO

O embasamento cristalino compreende as rochas formadas nos períodos arqueano e algonquiano.

Arqueano

As rochas do *arqueano*, de grande importância no Brasil pela extensão que ocupam, constituem o conjunto por Branner denominado "Complexo Brasileiro" e por outros chamado Complexo Basal, Complexo Fundamental ou ainda Complexo Cristalino Brasileiro.

O exame do quadro de distribuïção da área do Brasil por grupos e sistemas geológicos mostra-nos que em cêrca de um têrço do nosso território afloram rochas do arqueano. Tal extensão abrange longa faixa oriental, do Ceará ao Rio Grande do Sul, além de vastas porções do interior do país e mesmo do extremo norte.

O gnais, com suas diversas variedades, é a rocha típica do "Complexo Brasileiro", além de outras rochas metamórficas, como os micachitos, quartzitos, mármores e dolomitos, e eruptivas, como os granitos e sienitos.

No fim do período arqueano, intensos dobramentos (diastrofismo laurenciano) ergueram cadeias de montanhas, sobretudo na parte oriental do pais, as quais foram, porém, no correr dos tempos, quase inteiramente aplainadas pela erosão. As direções das antigas dobras constituem, contudo, as diretrizes

^{*} Este resumo foi preparado pela Secção de Estudos do S.G.E.F. para a publicação "Brasil 1941-42", do Ministério das Relações Exteriores.

^{*} O próximo número do Boletim começará, nesta secção, a inserir oportunas e originais contribuições à Geografia humana, da lavra do eminente e erudito geógrafo brasileiro Prof. Carlos Delgado de Carvalho. Iniciando essa série publicaremos a Geografia das Linguas, seguindo-se a Geografia das Religiões e a Habitação Rural, etc.

segundo as quais se dispõem importantes linhas mestras da atual orografia brasileira, com a orientação predominante de nordeste-sudoeste (Serras do Mar

e da Mantiqueira).

É grande a importância econômica do Complexo Cristalino Brasileiro, apesar de não estarem aí localizadas as nossas maiores e mais valiosas jazidas minerais. São dignas de menção, por exemplo, as jazidas de pedras coradas, o minério de cromo, a magnetita, o caolim, a grafita e as excelentes pedras de construção. Os solos oriundos da decomposição de suas rochas apresentam boas condições de fertilidade.

Algonquiano

O sistema algonquiano ocupa pequena extensão no Brasil, aflorando suas rochas em apenas 4% do território nacional. A sua parte mais importante corresponde à grande série de elevações que se estendem num rumo geral sul-norte, desde as vizinhanças de Ouro Preto até as proximidades de Juazeiro, compreendendo a serra do Espinhaço, em Minas Gerais e a Chapada Diamantina, na Baía. Outra porção digna de nota abrange a serra de Paranapiacaba que se estende do sul de São Paulo ao Paraná. Extensas áreas são ainda encontradas em Goiaz e Mato Grosso, além de menores trechos em diversos outros Estados.

Os geólogos dividem o algonquiano em três séries: de Minas, de Itacolomí e de Lavras. À primeira, mais antiga e de maior importância econômica, têm sido equiparadas as séries chamadas São Roque em São Paulo, Cuiabá em Mato Grosso, Ceará nos Estados do Nordeste e outras.

As rochas do algonquiano são metamórficas e compreendem principalmente micachistos, quartzitos e calcáreos, sendo algumas variedades essencialmente brasileiras, como o itabirito e o itacolomito. O metamorfismo é, pórém, menos intenso do que nas do Complexo Brasileiro.

No fim do período algonquiano ocorreu nova fase de movimentos orogênicos (diastrofismo huroniano), com dobramentos importantes, sobretudo a leste, cujos vestígios constituem notáveis elevações no relêvo brasileiro, como a Chapada Diamantina, as serras do Espinhaço, da Paranapiacaba, dos Pireneus, etc.

Apesar de sua pequena extensão, o sistema algonquiano tem enorme importância econômica no Brasil, pois nele se encontram as nossas principais jazidas minerais: os imensos depósitos de minérios de ferro, filões auríferos, minérios de manganês, níquel, chumbo, prata, ocorrências de diamante, rutilo, bauxita, etc. Os solos originados da decomposição de suas rochas apresentam, contudo, em geral, pequena fertilidade.

CAPEAMENTO SEDIMENTAR

O capeamento sedimentar abrange uma área superior à metade do território nacional. No decorrer da história geológica, nem todos os períodos tiveram igual importância no Brasil. Dentre êles, salientam-se, pelas grandes extensões de depósitos que então se formaram, os períodos siluriano, permiano, triássico, cretáceo, terciário e quaternário. Os depósitos mais abundantes são os de natureza arenosa, constituídos por arenitos.

ERA PALEOZÓICA

Cambriano

No cambriano (primeiro período da era paleozóica ou primária) é duvidoso que se tenham depositado sedimentos no Brasil. Alguns geólogos consideram, porém, a Série de Lavras, importante sobretudo no norte de Minas Gerais e na Baía, como pertencente a êsse período. As rochas dessa Série são principalmente conglomeratos, que muitos se relacionam com as ocorrências de diamantes e revelam terem-se formado numa época de clima glacial em tais regiões.

Siluriano

Ao siluriano pertence uma estreita faixa de terrenos que orlam a parte norte da planície amazônica, a leste do rio Negro. Aí as rochas são arenitos duros, com fósseis marinhos cuja idade está bem determinada. A êsse período tem sido atribuída, ainda, uma extensa formação de rochas sedimentares, denominada Série de Bambuí, embora de modo duvidoso, por faltar a necessária base

paleontológica.

As rochas da Série Bambuí são principalmente calcáreos, ardósias e folhelhos, apresentando um metamorfismo menos intenso. Ocorrem em grandes extensões no alto e médio vale do São Francisco, em Minas Gerais e Baía. São ainda assinaladas no "vão" do Paranã (Goiaz) e em alguns trechos da região do Pantanal matogrossense. Sua decomposição dá origem a solos férteis. Devido à grande abundancia de calcáreos. é comum em terrenos dessa Série a formação de numerosas e vastas grutas, algumas famosas, como as de Maquiné (Minas Gerais) e de Bom Jesús da Lapa (Baía).

No fim do siluriano manifestou-se nova fase de movimentos da crosta (diastrofismo caledoniano), que produziram no Brasil dobramentos de menor importância que os anteriores. Estava formada a terra chamada pelos geólogos de

"Brasília".

Desde então não mais se processaram grandes movimentos orogênicos em nosso território e sim apenas movimentos verticais de conjunto (movimentos epirogênicos), às vêzes com formação de fraturas e falhas. As camadas formadas nos períodos seguintes se mantiveram em geral horizontais ou sofreram apenas fraças inclinações: daí as feições predominantes do relêvo do interior do Brasil, em grandes planaltos, que recebem as expressivas denominações de chapadas e tabuleiros. Sòmente em pequenos trechos se produziram mais tarde dobramentos de caráter puramente local (como as formações cretáceas petrolíferas do Recôncavo baïano).

Devoniano

No período devoniano depositaram-se sedimentos no vale do Baixo Amazonas, em duas estreitas faixas laterais. Outras formações encontram-se no Paraná (Serrinha) estendendo-se a um pequeno trecho de São Paulo, em Goiaz (Serra de Caiapó) e Mato Grosso (Chapada, a N.E. de Cuiabá). Suas rochas são principalmente arenitos e folhelhos. A erosão nos arenitos devonianos dá origem, com frequência, a curiosas formas semelhantes a ruínas, como a chamada Vila Velha, no Paraná. Os folhelhos são considerados, por alguns geólogos, com a possibilidade de conter reservas de petróleo e os arenitos como a matriz secundária do diamante.

Carbonifero

O carbonífero é representado no Brasil por duas estreitas faixas marginando o vale do Baixo Amazonas, em seqüência às do devoniano. Aí as rochas são arenitos, calcáreos e folhelhos. Tais sedimentos são de origem marinha, conforme atesta a abundante fauna fóssil aí encontrada e, por conseguinte, neles não podem ser encontradas jazidas de carvão. Até 1934 eram êsses os únicos terrenos de idade carbonífera conhecidos no Brasil. Nesse ano, porém, a já famosa sondagem n.º 125, realizada em Teresina (Piauí) para pesquisa de água subterrânea, revelou, a partir de 219 m de profundidade, a presença de espêssas camadas de sedimentos carboníferos de origem continental, com possibilidades, portanto, da existência do carvão de pedra.

Permiano

O permiano é um dos mais importantes períodos da história geológica do Brasil. Seus terrenos ocupam grande extensão no Nordeste Ocidental, cobrindo quase todo o Piauí e parte do Maranhão, estendendo-se ainda ao norte de Goiaz e sudeste do Pará. Outro trecho ocupa partes de Goiaz e Mato Grosso. na região do Alto Araguaia. No sul do país, estende-se em longa e estreita faixa,

desde o norte de São Paulo (vizinhanças de Mococa) até o Rio Grande do Sul. As rochas dêsse periodo são principalmente arenitos, folhelhos e tilitos. É interessante notar-se que no início de permiano manifestou-se no sul uma fase de

glaciação, com a formação de geleiras e deposição de tilitos e varvitos.

No pérmiano o Brasil, a África, Madagascar, a Austrália e a Índia se achavam ligados, constituindo um grande continente, por Suess denominado Terra Gondwana, no qual se desenvolvia uma flora característica de gigantescos fetos chamados Glossopteris e Gangamopteris. Admite-se que não existia então o Atlântico Sul (de qualquer forma, é certo que a linha de costa estava muito mais a leste do que a atual); a oeste, onde hoje se ergue a cordilheira dos Andes, achava-se o mar, para o qual se dirigia a drenagem fluvial brasileira. Esse fato repercute até hoje na hidrografia, principalmente no Brasil Meridional, onde os grandes rios correm para o interior.

A grande importância econômica do sistema permiano é a presença, na faixa meridional, das únicas jazidas de carvão de pedra conhecidas em nosso país. Embora êsse carvão deixe a desejar quanto à qualidade (o que era de esperar-se por ser de origem mais recente do que a hulha formada no carbonífero) suas jazidas têm uma grande significação para a conquista da nossa autarquia econômica. Convenientemente tratado, o carvão de Santa Catarina presta-se para a obtenção do coque metalúrgico, sendo assim um dos elementos básicos para

a realização duma siderurgia cem por cento nacional.

Os terrenos permianos do Sul contêm ainda importantes jazidas de folhelhos betuminosos (os chamados "xistos de Iratí") e têm sido considerados por eminentes geólogos como rocha matriz de petróleo.

ERA MESOZÓICA

Triássico

Sôbre as camadas permianas depositaram-se no *triássico* (primeiro período da era mesozóica ou secundária), extensas formações sedimentares. Tais sedimentos cobrem grande parte do Brasil Meridional, nas bacias do Uruguai e do Paraná, desde o Rio Grande do Sul até o sul de Goiaz e do Mato Grosso. São arenitos que denotam origem eólica, numa época em que aí reinava um clima desértico. A parte mais importante dessas formações é denominada "Arenito de Botucatú", que dá origem a solos muito pobres, quase estéreis.

No fim do período triássico (ou já no jurássico, segundo outros) manifestouse uma fase de movimentos da crosta, sem dobramentos, mas com a formação de fraturas. Através de numerosas fendas, derramaram-se extensíssimos lençois de lavas basálticas — os mais extensos do mundo — que cobriram uma área de cêrca de novecentos mil quilômetros quadrados (900 000 km²) no Brasil Meridional, atingindo em certos trechos uma espessura de 600 metros. Tais derrames, que recebem a denominação genérica de "Trapp do Paraná" ou "Lavas da Serra Geral", são de grande importância para a caracterização da Região Sul.

A decomposição dos basaltos e diabases dá origem à famosa "terra roxa", de grande fertilidade e que teve papel decisivo na prosperidade da agricultura do sul do país, especialmente na lavoura cafeeira. É interessante o contraste entre a uberdade dos solos de terra roxa e a quase esterilidade do arenito de Botucatú

nos trechos não beneficiados pelos derrames.

O "trapp" é bastante resistente à erosão e, assim, formou-se na borda oriental do capeamento de lavas uma imponente escarpa ("cuesta") denominada Serra Geral, que se estende desde o norte de São Paulo até o interior do Rio Grande do Sul. A consolidação das rochas eruptivas dentro das fendas, através das quais se faziam os derrames, deu origem a longas e resistentes paredes rochosas chamadas "diques". Tais "diques" e os rebordos dos lençóis de lavas são responsáveis pelas grandes quedas dágua, tão numerosas no Sul e que tanta importância apresentam como mananciais de energia: Iguassú, Sete Quedas, Urubupungá, Marimbondo, Cachoeira Dourada, etc.

As intrusões e derrames de rochas basalto-diabásicas se deram ainda em muitas outras regiões do país, embora em menor escala, com formações de diques, causadores de inúmeras cachoeiras. Tais rochas, pela sua coloração escura e grande dureza, recebem a denominação popular de "pedra-ferro", tão

comum no Brasil.

Jurássico

No jurássico não se depositaram em terras brasileiras sedimentos cuja idade ésteja comprovada. A êste período é entretanto atribuída intensa atividade vulcânica, com erupções de rochas alcalinas, em predominância: sienitos nefelínicos ou foiaítos, além de tinguaítos, fonolitos, etc. Exemplos dêsses centros de erupções se apresentam em Araxá, Poços de Caldas, em Minas Gerais; Itatiaia, nas divisas dêsse Estado com o do Rio de Janeiro; Ipanema, em São Paulo; Tinguá e Cabo Frio, no Estado do Rio de Janeiro; Gericinó e Mendanha, nas divisas dêsse Estado com o Distrito Federal; ilhas de Trindade e Fernando de Noronha, rochedos de São Pedro e São Paulo, etc.

Aos centros eruptivos de Araxá, Caldas e Itatiaia relacionam-se as fontes de águas minerais, tão abundantes em Minas Gerais. A decomposição das rochas foiaíticas de Poços de Caldas deu origem aos mais importantes depósitos de bauxita em nosso país, base para a criação da nossa indústria metalúrgica do alumínio. Outras importantes jazidas, genèticamente ligadas a essas rochas, podem ser aquí citadas, como as de baritina, em Araxá; as de minérios de zircônio, em Poços de Caldas, consideradas as maiores do mundo; as de apatita, em

Ipanema, etc.

Cretáceo

O período cretáceo caracterizou-se por uma extensa sedimentação. No interior do país são formações geralmente continentais, de arenitos que se dispõem em camadas horizontais. Tais são os grandes chapadões e tabuleiros do interior, como sejam as elevações do sul do Piauí e do Maranhão, o grande chapadão que se estende entre o Tocantins e o São Francisco (Espigão Mestre), a serra dos Parecís em Mato Grosso, as chapadas do Triângulo Mineiro e o noroeste de São Paulo. Quando o cimento (matéria depositada entre os grãos de areia, ligando-os) é calcáreo, como no arenito de Baurú, o solo é fertil; mas em geral tais terrenos são bastante pobres e neles cresce apenas uma vegetação campestre (arenitos de Parecís e de Urucuia).

No Nordeste notam-se algumas formações de origem marinha, como as Chapadas de Araripe e de Apodí, restos duma sedimentação cretácea que cobria grandes extensões nessa região. No litoral, desde o Rio Grande do Norte até o sul da Baía, encontram-se sedimentos cretáceos compostos de arenitos, calcáreos e folhelhos. Tais formações têm enorme valor econômico, pois constituem a nossa "Província Petrolífera da Costa Atlântica". A ela pertencem os campos petrolíferos do Recôncavo, já produtivos. Esses depósitos marinhos mostram ainda que no cretáceo começou a separação entre o Brasil e a África, esfacelando-se o continente da Gondwana.

No extremo oeste brasileiro, na serra de Contamana (Território do Acre) apresentam-se ainda formações cretáceas, com dobras do sistema dos Andes, onde também depositam os nossos geólogos fundadas esperanças de existência

de petróleo.

ERA CENOZÓICA

As formações da era *Cenozóica* (terciário e quaternário) abrangem uma quarta parte do território nacional, correspondendo quase que rigorosamente às planícies.

Terciário

Dos sedimentos depositados durante o período terciário, mais de 90% cobrem as planícies amazônica e maranhense. Longa e estreita faixa dêsses terrenos orla o litoral, desde o Maranhão até Campos e Macaé, no Estado do Rio de Janeiro. São dignas ainda de menção diversas pequenas bacias terciárias, antigos lagos de água doce, em pleno planalto: médio vale do Paraíba do Sul, região da cidade de São Paulo, Gandarela em Minas Gerais, etc. As barrancas do vale do Araguaia parecem ser também terciárias.

Mapa geológico (esquemático)



O mapa acima é uma esquematização do "Mapa geológico do Brasil" organizado por Avelino Inácio de Oliveira, diretor do Serviço do Fomento da Produção Mineral. Tendo em vista a exigüidade da escala e as necessidades didáticas, foram assinaladas apenas as ocorrências mais importantes, assim como simplificadas as linhas de contacto. Pelas mesmas razões foram representados englobadamente todos os terrenos sedimentares, sem distinção de grupos e sistemas. Convém notar-se que na região centro-oeste é ainda bastante incerta a delimitação do embasamento cristalino e do capeamento sedimentar.

Fábio de Macedo Soares Guimarães — Esbôço geológico do Brasil — Boletim do Conselho Nacional de Geografia, Ano I, N.º 3, junho de 1943.

Na Amazônia, os terrenos terciários formam a chamada "terra-firme", que apresentam barrancas para o vale pròpriamente dito, periòdicamente inundado. — a "várzea". No litoral, formam também tabuleiros um pouco elevados, que terminam, do lado do oceano, por escarpas de uns 50 a 160 m de altura — as "barreiras".

Suas rochas são folhelhos, arenitos e calcáreos e também argilas e areias

inconsistentes.

O período terciário teve grande importância na formação do relêvo brasileiro. Sabe-se aliás, que, em outras regiões foi um período de intensos movimentos orogênicos, com grandes dobramentos, que deram origem às maiores cadeias de montanhas atuais: Andes, Alpes, Atlas, Cáucaso, Himalaia, etc. No Brasil, porém. tais movimentos limitaram-se à formação de fraturas, ao longo das quais se deram importantes desabamentos, com o aparecimento de escarpas abruptas — "falhas" —. cujas direções são aproximadamente as mesmas que as dos antigos dobramentos laurencianos e huronianos. Tais falhas representam os maiores desnivelamentos que se observam no relêvo brasileiro — serras do Mar e da Mantiqueira dando-lhe o seu aspecto característico em degraus e patamares sucessivos. O levantamento dos Andes, nesse período, teve importantes repercussões na formação da atual planície amazônica. Anteriormente as águas aí corriam de leste para oeste, para um mar ocidental cuja borda estava aproximadamente na região das fronteiras do Brasil com o Perú e a Colômbia. O soerguimento dos Andes e o consequente represamento das águas tiveram como resultado a formação aí dum imenso lago, em cujo fundo se depositaram os sedimentos terciários. Quando mais tarde essas águas forcaram um escoamento para o Atlântico, organizou-se pouco a pouco uma nova drenagem de oeste para leste e, finalmente, a atual rêde fluvial do Amazonas e seus afluentes. Tal evolução explica a curiosa forma da planície amazônica, estreita a jusante e cada vez mais larga a montante, qual imenso frasco deitado.

Algumas bacias terciárias têm importância econômica. No litoral sul da Baía, em Maraú, encontram-se rochas betuminosas — o marauito — errôneamente chamadas de "turfa de Maraú". Folhelhos betuminosos (xistos de Taubaté) ocorrem também no médio Paraíba, onde ainda se encontram camadas de linhito (linhito de Caçapava). São também dignos de nota os calcáreos de Itaboraí (Estado do Rio de Janeiro).

Quaternário

Ao quaternário correspondem os depósitos recentes do vale amazônico pròpriamente dito, em suas partes periódica e permanentemente inundadas — "várzea" e "igapó"; a grande planície da bacia do Paraguai, em Mato Grosso, comumente chamada "Pantanal matogrossense"; estreita faixa ao longo do São Francisco, a montante de Juazeiro, e, dum modo geral, os depósitos das planícies inundáveis (formação das vazantes). São ainda relativamente importantes as diversas formações litorâneas (baixadas, restingas, dunas, praias, vazas dos mangues), os recifes de arenito e de coral, os depósitos dos leitos dos rios, das grutas, das "cacimbas" (lagoas temporárias do Nordeste), etc.

Vários dêsses depósitos são de interêsse econômico, como os depósitos de diatomito e de turfa, e os aluviões auríferos, diamantíferos, de pedras coradas,

de rutilo, etc.

Ao contrário do que se deu no hemisfério norte, não houve glaciação no Brasil, no período quaternário.

Feito em muito largos traços o esbôço da geologia do Brasil, convém notar-se que grande parte do seu território ainda se pode considerar geològicamente desconhecido. As pesquisas geológicas, que continuam a ser feitas em nossa pátria por cientistas eminentes e abnegados — ora revelando novos aspectos ainda não conhecidos, ora corrigindo noções anteriormente estabelecidas — são básicas para a compreensão da geografia física, especialmente do relêvo do país e têm repercussão econômica inestimável, com o conhecimento das nossas riquezas minerais.

Distribuïção da área do Brasil e das suas unidades federadas por grupos e sistemas geológicos Km²

GRUPOS	AR- QUEO- ZÓICO Ar- queano	PRO- TERO- ZÓICO Algon- quiano	PALEOZÓICO			MESOZÓICO			CENOZÓICO		Áreas	
SISTEMAS			Silu- riano	Deve- niano	Carbo- nífero	Per- miano	Triás- sico	Cre- táceo	Ter- ciário	Quater- nário	não estudadas	Total
UNIDADES FEDERADAS					-							
Acre		_		_	_		_	9 590	126 437	12 000		148 027
Amazonas	527 580	12 510	24 030	8 640	7 560		_	43 830	891 977	309 870	_	1 825 997
Pará	642781	4 449	12 743	26 918	24 732	13 648		76 005	162 642	200 418	216 630	1 380 966
Maranhão	21 420		-		_	138 691	89 840	28 823	69 330	18 113	_	346 217
Piauí	25 030		-	-	_	167 617		49 985	1 286	1 664	_	245 582
Ceará	111 961	7 000	- 1	- 1	~~~			16 710	11 520	1 400		148 591
Rio G. do Norte.	32 491		-	-	_	_		11 503	8 417		_	52 411
Paraíba	51 482	_	-	-		-	_	1 418	3 020		_	55 920
Pernambuco	86 897			_			· —	9 587	2 770	_	_	99 254
Alagoas	22 048				-			610	5 913		_	28 571
Sergipe	8 301	372	- 1	_				5 844	7 035	-	_	21 552
Baía	198 939	78 280	82 560				-	73 120	52 360	44 120		529 379
Espírito Santo	32 544	_	— i		-	-	- i		5 800	6 34	_	44 684
Rio de Janeiro	34 981		-		- 1	-	-	-	188	7 235		42 404
Distrito Federal.	597	-	_		i	- 1			- 1	570	_	1 167
Minas Gerais	213 603	113 310	149 400	-	-	990	35 190	$79 \ 920$	450	-		592 863
São Paulo	48 630	12 850	_	700		25 710	94 759	56890	3 100	4 600		247 239
Paraná	15 930	6 630	_	5 610		31 930	137 137		430	2 230		199 897
Santa Catarina .	18 282	2 664		-		18 939	$52\ 595$	- 1		2 518	_	94 998
Rio G. do Sul	39 734	2 203	2 469	-		16 836	200 555	'	- 1	23 492		285 289
Goiaz	146 227	27 040	63 480			54 840	37 440	7 360		-	324 753	661 140
Mato Grosso	493 560	66 780	11 250	5 310		14 130	145 710	214 920		169 020	356 361	1 477 041
BRASIL km.	2 755 018 32,37	334 088 3,92	345 932 4,07	47 1 7 8 0,55	32 292 0,38	483 331 5,68	773 226 9,09	686 115 8,06	1 352 675 15.88	803 590 9,45	897 744 10,55	8 511 189 100,00

Dados colhidos no Atlas Geológico do Brasil, elaborado pelo Serviço Geológico do Ministério da Agricultura, conforme cálculos procedidos pelo Eng.º Artur Cardoso de Abreu, com posteriores modificações do autor dêste trabalho.

Programas de geografia *

Faculdade Católica de Filosofia

GEOGRAFIA FÍSICA

A cadeira de geografia física da Faculdade Católica de Filosofia está sendo exercida interinamente pelo professor Carlos Marie Cantão. Funciona na 1.ª e 2.º séries do Curso de Geografia e História em aulas conjuntas durante três horas por semana. Há uma quarta hora que se destina apenas aos alunos da 1.º série. A matéria lecionada nesta aula já o foi no ano anterior aos alunos que se acham cursando atualmente a 2.º série.

Das três aulas conjuntas, uma é reservada à cartografia e trabalhos gráficos. Nas outras duas lecionam-se partes diferentes do programa. Nas semanas de seminário, a hora de cartografia e trabalhos gráficos será substituída por êste.

Haverá seminário uma ou duas vêzes por mês. Na segunda parte do ano letivo serão, aos domingos, realizadas excursões nos arredores do Rio de Janeiro.

PROGRAMA

I - História da geografia

- 1 O horizonte geográfico e a ciência geográfica dos povos da Antiguidade e Idade Média.
- 2 Os descobrimentos marítimos e o progresso das ciências naturais As explorações no interior dos continentes.
 - 3 Humboldt e Ritter As escolas geográficas.
 - 4 O método geográfico e seus princípios.

II — Cartografia e trabalhos gráficos

5 — Representação da Terra — Escalas.

- 6 Orientação de uma carta Convenções cartográficas Leitura planimétrica e altimétrica.
 - 7 Cópia, redução e ampliação de cartas e plantas.

8 — Levantamentos expeditos.

9 — Construção de gráficos e blocos-diagramas.

- 10 Projeções não desenvolvidas: ortográficas e estereográficas.
- 11 Projeções desenvolvidas: cilíndricas, cônicas e policônicas.

III — Cosmografia

12 — Forma da Terra — Dimensões — Achatamento.

13 — Orientação — Manejo de bússolas.

- 14 Movimentos da Terra e suas conseqüências.
- 15 Coordenadas geográficas A hora legal.

IV — Meteorologia e climatologia

16 — A atmosfera e suas divisões.

17 — Radiação solar e celeste — Irradiação terrestre.

- 18 Temperatura: variações, anomalias e distribuïção geográfica Cartas isotérmicas.
- 19 Pressão atmosférica: variações e distribuïção geográfica Cartas isobáricas.
- 20 Ventos: circulação geral, movimentos ciclonal e anticiclonal, principais regimes — Ventos locais.

^{*} Já foram divulgados, anteriormente, os programas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, respectivamente, nos ns. 1 e 2 dêste "Boletim".

- 21 A água na atmosfera: umidade, nebulosidade, precipitações.
- 22 Distribuição geográfica das chuvas.
- 23 Fenômenos óticos da atmosfera.
- 24 Eletricidade atmosférica.
- 25 Conceito de clima Classificações de clima.

V — Geomorfologia

- 26 A geomorfologia e suas divisões.
- 27 A altitude e as formas do relêvo.
- 28 Os fatores do relêvo A natureza geológica dos terrenos.
- 29 Os terremotos.
- 30 O vulcanismo.
- 31 Teorias e hipóteses orogênicas.
- 32 Ciclo vital do relêvo.
- 33 Relêvo calcáreo.
- 34 Relêvo desértico.
- 35 Relêvo granítico.
- 36 Relêvo vulcânico.
- 37 Relêvo glaciário.
- 38 Movimentos epirogênicos e movimentos eustáticos.
- 39 Tipos de costas.
- 40 A paleogeografia.

PROGRAMA PARA A AULA EXCLUSIVA DA 1.ª SÉRIE

Hidrografia

- 1 Distribuïção das terras e mares.
- 2 O fundo do mar.
- 3 A água do mar.
- 4 Movimentos do mar.
- 5 O lençol dágua e as fontes.
- 6 As torrentes e os rios.
- 7 Os lagos.

Blocos-diagramas

8 — Construção de blocos-diagramas. (A turma que está cursando a 2.ª série já teve esta parte no ano anterior).

GEOGRAFIA HUMANA

O titular da cadeira prof. Fernando Antônio Raja Gabaglia só entrou a lecionar em 1943. Nos anos anteriores a cadeira esteve inteiramente a cargo do prof. Everardo Backheuser. Os dois professores lecionam, atualmente, cada um, uma das duas séries do curso.

PROGRAMA ORGANIZADO PELO PROF. EVERARDO BACKHEUSER.

1.a SÉRIE

I — Preâmbulo

- 1 Definição de geografia O campo da geografia humana Seus princípios basilares, segundo Ratzel (espaço e posição ou situação) e segundo Kjellén (territorium, dominium e posição ou situação) — Noções que completam os princípios basilares — Leis antropogeográficas.
- 2 A geografia humana no quadro geral da geografia Fatores geográficos — Binários que dêles se originam — Ciências subsidiárias e fundamentais da geografia — Condições de ocurrência do fenômeno geográfico; sua unidade - Do espírito geográfico — Da especialização em geografia — Divisão da geografia humana: 1) topologia antropogeográfica (teoria da situação ou posição; geografia cultural); 2) mortografia antropogeográfica (teoria do espaço ou terri-

torium: geografia política); 3) dominiologia antropogeográfica (teoria do dominium: geografia econômica).

3 — Maneiras de encarar o estudo da geografia no ensino primário, secun-

dário, especializado e superior.

4 — História da geografia humana — Papel que nela desempenham o descobridor de terras, o pesquisador de terras já conhecidas, o didata e o filósofo da geografia — Escolas antropogeográficas.

II — Topologia antropogeográfica

(Teoria da posição ou situação: Geografia Cultural)

5 — O que se entende por "posição" ou "situação" em geografia humana e sua importância nessa ciência. — Situação natúral e situação política — Classificação das posições, segundo Supan: matemáticas, geográficas e políticas.

6 — A posição em relação ao equador e ao meridiano — Dos fatores climáticos e das classificações das païsagens naturais sob o ponto de vista antropogeográfico (Ratzel, Passarge, Huntington) — Ação e reação entre clima e seres vivos e entre clima e homem — Exame de cada uma das païsagens naturais e seu reflexo nos hábitos e necessidades do homem e nas païsagens culturais de correntes — Aclimatação — As zonas climáticas e sua importância no crescimento e valorização dos estados — Posições "complementares" segundo as latitudes — A posição segundo as longitudes: o homem oriental e o ocidental.

7 — A situação em relação ao nível do mar — As situações antropogeográficas em montanha, planície e planalto, segundo as diversas zonas climáticas — Problemas antropogeográficos dos vales, dos passos (gargantas), das linhas de crista, das vertentes e das faldas das montanhas — A montanha e a floresta — A planície e os estepes — Papel da tectonica na geografia humana — Tipos humanos que surgem das diversas situações dêste e do número anterior.

8 — A situação em relação ao afastamento do mar e das massas dágua — Função cultural, política e econômica do mar nos diversos períodos históricos — Ilhas e penínsulas: seu valor político, militar e comercial — Os rios e as bacias hidrográficas em seu papel cultural, político e econômico — Irrigação e enchentes — Estudo antropogeográfico dos oceanos e dos principais mares e rios — Tipos humanos correspondentes.

9 — As necessidades humanas segundo as várias posições e situações anteriormente estudadas — Reação do homem a elas — O alimento, o vestuário, a habitação e os objetos de goso individual e coletivo — Estudo mais particularizado do edifício como reflexo do meio físico e do mimetismo antropogeográfico

🗕 Gêneros de vida (Vidal de La Blache).

10 — A posição política — A visinhança política — Caracteres de semelhança e antagonismo das posições políticas — Influências, de diversas ordens, que sôbre o homem exerce a posição política dos estados: centrais e periféricas: próximas e afastadas dos focos de civilização e das bordas dos continentes — Posições seriadas, de extremidade e de corredor — As posições políticas segundo o nível de cultura.

11 — Diferenciação e homogeneização dos povos em virtude da posição — Classificação étnica dos estados — Da assimilação racial em geral e, em parti-

cular nos estados de tipo colonial.

2.a série

III — Morfografia antropogeográfica

(Teoria do espaço ou territorium: Geografia Política)

12 — O ecúmeno e sua evolução — espaços anecumênicos, bordas e vasios do ecúmeno — Quadros geográficos do passado.

13 — Exame, do ponto de vista da geografia humana, dos *continentes* e *estados* neles existentes — Da ocupação e aproveitamento dos continentes pelo homem.

14 — A noção de *territorium* (espaço), em antropogeografia — Espaço físico, político e econômico — O solo e o estado — Ciclo vital dos espaços geohumanos.

15 — O territorium, em suas dimensões — Vantagens e inconvenientes dos grandes e pequenos espaços. — Valorização do espaço interno — Conquista e

perda de espaço — Do "espírito nacional" na persistência dos espaços políticos - Classificação dos espaços segundo Ratzel e Maull — Grandes potências e pequenos estados. Impérios coloniais.

16 — O territorium, em sua forma — Classificação das formas dos "espa-

cos" — Importância de cada um dos tipos de "forma".

17 — À linha periférica dos espaços antropogeográficos — Fronteiras naturais, políticas, etnográficas, linguísticas, econômicas — Exame mais particularizado das fronteiras políticas; sua classificação — Fronteiras terrestres e faixas litorâneas — Quocientes de maritimidade e de pressão.

18 — Espaço e população — Quantidade de população da Terra e sua distribuïção segundo continentes, estados e regiões — População possível segundo Penck e Fischer — Papel da densidade demográfica na importância antropogeo-

gráfica dos espacos políticos.

19 — Qualidade da população — Da língua, da raça, da religião e do nível de cultura em geral em antropogeografia e em particular na valorização dos espacos — Classificação dos estados segundo Supan — A toponímia em geografia humana — Os monumentos e as ruinas.

20 — As condensações demográficas — As áreas rurais e as cidades — Intervenção de causas geográficas nas diversas fases da evolução de umas e outras - Atividades humanas ocurrentes nas zonas rurais e nas cidades - Tendência ao urbanismo — Anatomia e fisiologia das cidades — Da influência das zonas de diferenciação e mudança de transporte na localização das cidades.

21 — O centro de gravidade dos espaços políticos e econômicos — As capitais e as chamadas cidades principais — Sua localização dentro do territorium.

22 — O sistema circulatório no territorium — Função antropogeográfica dos caminhos e estradas — As migrações — Meios de transporte e comunicação e seu valor antropogeográfico em terra, mar e ar — Espaço e tempo — Faixas isocrônicas.

IV - Dominiologia antropogeográfica

(Teoria do dominium: Geografia Econômica)

23 — Noção de "dominium" em geografia humana — O dominium influenciado pela posição e pelo espaço — Païsagens culturais nascidas em virtude da exploração do dominium — Classificação dos vários tipos de dominium: terrestres, aquáticos e aéreos segundo a finalidade de servir à alimentação, vestuário, habitação do homem ou facilitar-lhe a vida dando também satisfação às suas exigências de goso material, intelectual e espiritual.

24 — O dominium mineral — Os metais e a civilização — As indústrias metalúrgicas — Minerais não metálicos e sua exploração — Païsagens culturais

e tipos humanos ligados às explorações minerais.

25 — O dominium vegetal — Indústria extrativa vegetal — A exploração agrícola — Produtos da alimentação e matérias primas vegetais — Païsagens culturais e tipos humanos decorrentes.

26 — O dominium animal — A pecuária — O rebanho universal — Indústrias decorrentes — Tipos humanos e païsagens culturais relacionados com êsse

domínio.

27 — O dominium energético — Principais fontes de energias: carvão, petróleo, quedas dágua, vento, motor animado. — A grande e a pequena indústria — Sua localização atual — Tipos humanos e païsagens culturais relacionados com a exploração da energia e a indústria.

PROGRAMA ORGANIZADO PELO PROFESSOR FERNANDO RAJA GABAGLIA *

1.a SÉRIE

I — Propedêutica

1 — Da Geografia. Seu conceito e evolução histórica.

2 — Geografia Física e Geografia Humana. A noção de região geográfica.

^{*} Ainda não foi apresentado à Secretaria da Faculdade o programa do 2.º ano.

II — Da Geografia Humana

3 — Conceito e extensão da Geografia Humana.

4 — Relações da Geografia Humana com os diversos ramos do conhecimento. Geografia Biológica e Geografia Humana. Sociologia e Geografia Humana.

5 — Dos estudos antropogeográficos, História, Doutrinas, Escolas,

6 — Classificação dos fatos de Geografia Humana.

7 — O Ecumeno. Distribuïção e movimentos da população da Terra.

8 — Raças e povos: dados antropogeográficos.

9 — Línguas e Religiões: dados antropogeográficos. 10 — Das Aglomerações humanas. A geografia urbana.

11 — Da alimentação e do vestuário do homem, nas diversas áreas geográficas.

12 — Dos gêneros de vida: seu conceito antropogeográfico.

13 — A exploração racional do Globo; o conceito de Civilização.

III - Da Geografia Política

14 — Conceito e extensão da Geografia Política.

15 — Problemas da geografia Política. A Geo-Política.

16 — Da noção geográfica do Estado.

17 — Estudo geográfico das Fronteiras e das Capitais.
18 — Das fontes, método e bibliografia da Geografia Humana. Idem: da Geografia Política.

IV — Metodologia e Bibliografia

GEOGRAFIA DO BRASIL

A cadeira de geografia do Brasil está sendo exercida interinamente pelo professor Fábio de Macedo Soares Guimarães. É lecionada aos alunos da 3.ª série do Curso de Geografia e História, em quatro horas semanais.

I — Introdução

1 — Princípios que regem a ciência geográfica. — Geografia Geral e Geografia Regional. Aplicação dos conhecimentos de Geografia Geral ao estudo da Geografia do Brasil.

2 — Evolução dos estudos geográficos brasileiros. — As explorações científicas. As cartas geográficas. O conhecimento atual do território. Fontes de estudo. Serviços técnicos oficiais e instituições particulares que realizam pesquisas geográficas. O Conselho Nacional de Geografia. A tarefa dos geógrafos brasileiros na atualidade.

II - Geografia física

3 — Espaço e posição. — Superfície territorial; situação atual do problema da determinação da área. Pontos extremos, dimensões, forma e centro geométrico do território. Vantagens e desvantagens decorrentes do espaco e da posição.

4 — Formação geológica. — Distribuïção da área pelos grupos e sistemas geológicos. Evolução geológica do território. Localização, influências no relêvo e valor econômico dos diversos terrenos. Estado atual dos estudos geológicos

no Brasil.

5 — Relêvo. — Suas feições principais e sua gênese. As planícies, os planaltos, as serras. Classificação das linhas mestras do relêvo. Estudo especial dos principais sistemas. Influências antropogeográficas do relêvo.

6 — Litoral. — Morfologia do litoral. Principais tipos de costas brasileiras.

Paralometria. Importância antropogeográfica da faixa litorânea.

7 — Clima. — Os elementos do clima. Os fatores climáticos. Classificação dos climas do Brasil. Influências do clima na hidrografia e na vegetação. Repercussões antropogeográficas do clima. Sêcas e enchentes. Salubridade.

8 — Hidrografia. — As bacias fluviais — Principais tipos de regime de rios. Classificação dos lagos brasileiros. Influências da hidrografia quanto aos trans-

portes e à energia hidráulica. Influências antropogeográficas.

9 — Fitogeografia — As formações vegetais; seus principais tipos. Divisão do Brasil em regiões fitogeográficas e estudo especial de cada uma. O homem e a vegetação.

10 — Zoogeografia. — Regiões zoogeográficas. Importância econômica da

11 — Divisão regional do Brasil — Síntese geográfica segundo as grandes regiões naturais e suas subdivisões. Situação atual dos estudos sôbre divisão regional.

III — Geografia humana

12 — A ocupação do território. — Principais linhas de penetração e marcha do povoamento. O recuo do meridiano. Formação das fronteiras. As fronteiras atuais; principais tipos. Os trabalhos de demarcação.

13 — O povoamento. — Elementos étnicos. As migrações. As principais correntes imigratórias. Problemas referentes às migrações. A atual política de imi-

gração e colonização.

- 14 A população Recenseamentos. Crescimento da população. Natalidade e mortalidade. Densidade demográfica. Distribuïção geográfica da população. Regiões de adensamento e de rarefação; causas. Os centros de população e seus deslocamentos.
- 15 Geografia das religiões A formação do povo brasileiro. A religião católica e sua influência. Seitas acatólicas.
 - 16 A habitação. Tipos de habitação; influências geográficas e históricas.
- 17 O habitat rural Habitat disperso e habitat concentrado. Tipos de aglomerações rurais.
- 18 O habitat urbano: as cidades. Fatores de formação, de crescimento e de decadência das cidades. Tipos de cidades. Urbanismo; tendências atuais.

IV — Geografia econômica

- 19 Características gerais da economia brasileira Evolução. Tendências
- Produção mineral Principais jazidas minerais; localização, produção e importância econômica. O ferro e a indústria siderúrgica. O problema dos combustíveis. A hulha branca. Os metais leves.

21 — Produção extrativa vegetal e animal. — A exploração florestal. Prin-

cipais matérias primas extraídas de plantas nativas. A caça e a pesca.

- 22 Agricultura. Evolução e tendência atuais. Produtos alimentícios; problemas de abastecimento. Matérias primas vegetais. Tipos humanos ligados à agricultura.
- 23 Pecuária. Evolução. Importância no povoamento do interior. O rebanho brasileiro. Principais regiões de criação. Tipos humanos ligados à pecuária.

24 — Indústria. — Evolução. Aspectos gerais e tendências da indústria bra- 💰 sileira. A defesa econômica da Nação.

25 — Comércio. — Evolução. Importação e exportação. O comércio interno.

26 — Transportes e comunicações. — Características geográficas — O desenvolvimento da circulação. Os portos. Importância atual da aviação e das radiocomunicações.

V - Geografia política

27 — Divisão territorial. — Unidades federadas, municípios e distritos. O decreto-lei nacional n.º 311. Discussão do problema da redivisão territorial. 28 — A capital. — Sua importância como centro político e cultural. O pro-

blema da localização da capital.

29 — Organização político-administrativa. — A Constituição de 1937 e o Estado Novo. Principais serviços públicos federais e regionais.

VI — Geografia regional comparada

30 — Estudo sumário dos principais países estrangeiros cujos problemas apresentam analogias ou exercem influências relativamente aos problemas brasileiros.

QUARTA TERTÚLIA SEMANAL, REALIZADA A 2 DE FEVEREIRO DE 1943

Continuando os debates em tôrno do tema — formador principal de um rio —, usou da palavra em primeiro lugar o coronel Rodrigues Pereira. Como consultor técnico do Itamaratí, interessado principalmente nas questões de limites, seu ponto de vista é o prático. Considera difícil a determinação científica das nascentes de um rio, sendo a mesma puramente convencional. A seu ver não há possibilidade de fixar critérios científicos senão por acôrdo mútuo.

O fator essencial a ser considerado é o volume dágua apreciado no período de estiagem, ou seja, o volume mínimo. E' fácil de obter em tôda extensão da bacia sem que sejam necessários os trabalhos prolongados que exige, por exemplo, a obtenção da descarga média. As regras que por acaso forem formuladas, devem ser regras simples e de fácil aplicação. Sempre tendo em vista o problema da aplicação prática, o coronel R. Pereira concluiu afirmando que, quando se trata

de questões de limites, nunca há tempo para obter valores médios.

O professor Ruellan concordou no que concerne às dificuldades de obter descargas médias. Na segunda regra de seu esquema já tinha declarado que apenas em observações de longa duração seria possível obter valores médios. A descarga mínima, a seu ver, tem grande significação. Rios, cuja descarga na época da estiagem é muito baixa, podem ter grandes cheias cuja importância não deve ser desprezada. Enchentes grandes e rápidas podem influir muito no perfil do rio, por meio de uma erosão intensissima.

Em seguida o professor Backheuser voltou a debater o assunto na base da

proposta apresentada na vez passada, ou seja, o esquema Ruellan.

Tomando a palavra, o professor Ruellan mostrou que os resultados a que chegara o professor Backheuser eram semelhantes aos seus, embora tivesse tomado como ponto de partida princípios diferentes. Uma vez fixo o nome, nada há a fazer, em caso contrário "os critérios que dão maior importância à descarga média e aos fatores que são sua causa (extensão da bacia de alimentação), o efeito (perfís longitudinais) permitem aos geógrafos fazer uma escolha cientificamente estabelecida".

Quando se trata de explorador, estando êste na impossibilidade de medir a bacia, o melhor guia é o perfil, que na maioria dos casos pode ser obtido por medições topográficas simples. O seu esquema foi organizado para atender às necessidades dos exploradores. No fundo é um problema de causa e efeito. Em igualdade de condições, o principal é bacia, depois a descarga e finalmente o perfil.

O engenheiro Agenor Machado propôs que se resolvesse se a discussão connuaria tendo em vista o problema em si, sendo para isto estabelecido um critério puramente científico ou sob o ponto de vista de exploradores, sendo neste caso estabelecido um critério prático.

O professor Alírio de Matos observou que neste caso haveria dois critérios, que por vêzes estariam em oposição, no que foi apoiado por vários des presentes.

O engenheiro Agenor Machado esclareceu que haveria regras de caráter técnico para distinguir um formador principal, e ao lado destas, regras práticas para determinações provisórias.

Respondendo ao professor Alírio de Matos, o professor Backheuser disse que sua objeção, em geral, não tem razão de ser, pois há uma estreita correlação entre a descarga, bacia e perfil. O interpelado objetou, dizendo que isto é possível nas bacias reduzidas mas não nas grandes, como no caso do Paraná-Paraguai, em que os diversos fatores podem estar em desacôrdo. O professor Backheuser mostrou que seria interessante que o C.N.G. procurasse, oficialmente, debater a questão e esclarecer critérios, que pelo menos uniformizassem o trabalho de levantamento de cartas geográficas.

O engenheiro Artur Cardoso de Abreu observou que, estabelecendo-se um critério para a escolha do formador principal de um rio, haveria o perigo de rea-

brirem-se discussões de limites.

O professor Fábio de Macedo Soares Guimarães concordou com a observação, acrescentando que no caso de verificar-se que a oficialização dêsses critérios possa ser contrária aos interêsses nacionais, a oficialização não será feita, o critério permanecerá de pé apenas para uso interno. Concordou com o engenheiro Machado no divisão do estudo, processando-se primeiro o estudo do ponto de vista científico, do qual decorrerá a solução prática.

O professor Ruellan, lembrando que os alunos do curso de aperfeiçoamento realizaram, segundo suas indicações, perfís que estão acompanhados por gráficos da descarga e da extensão da bacia, manifestou-se de acôrdo com o professor Fábio no sentido de que fôsse realizado um estudo detalhado de rios brasileiros

e estrangeiros.

Minutos antes de terminar a sessão, o Sr. presidente declarou que os debates continuariam contando já com os esquemas do professor Ruellan, do professor Backheuser e com a contribuïção da Secção de Estudos.

×

Comunicação apresentada pelo coronel Renato B. Rodrigues Pereira na 4.ª tertúlia semanal, sôbre "Critérios para a determinação do formador principal de um rio"

"Na primeira destas tertúlias geográficas ocupei a atenção dos abalizados geógrafos presentes, para manifestar o meu ponto de vista relativamente ao problema da determinação do formador principal de qualquer rio. Baseado na opinião de eminentes geógrafos como Elisée Reclus, Carlo Porro, etc., declarei que não existem regras científicas ou empíricas que permitam resolver cabalmente tal problema.

Em apoio da minha opinião, li o parecer sôbre a questão de limites entre os Estados do Maranhão e do Piauí, onde, como relator e chefe da Comissão de Limites dos Estados do Norte, em 1924, explanei largamente o assunto.

Tive novamente de tratar desta questão no longo parecer que, em 31 de agôsto de 1934, como consultor técnico do Ministério das Relações Exteriores, lavrei, em virtude das dúvidas que sôbre a nascente principal do arroio Invernada levantou o govêrno uruguaio. Tendo êste govêrno proposto a nomeação de uma Comissão Mista para a determinação científica do curso do arroio Invernada assim me externei naquele parecer:

"Não me parece conveniente a nomeação de uma Comissão Mista para a determinação "científica" do curso do arroio Invernada, porque, se por tal determinação se entende a organização da sua planta topográfica, esta foi realizada com a necessária precisão pelos demarcadores de 1852-56; se, porém, o que se quer é determinar cientificamente qual seja a nascente principal do arroio Invernada iremos colocar essa comissão em situação muito difícil, ou antes num beco sem saída, visto como não existem regras fixas científicas ou empíricas que permitam resolver de maneira cabal e definitiva tal problema. Os elementos principais a considerar para sua solução — volume dágua, extensão e direção do curso, e altitude das cabeceiras deixam perplexo o geógrafo que tem de decidir sôbre a sua preeminência. A observação das bacias hidrográficas mais conhecidas mostra que a nomenclatura e a classificação dos rios têm permanecido até o presente arbitràriamente convencionais e raramente se acham de acôrdo com as conclusões a que se poderia chegar pela análise daqueles elementos, cada um dos quais se fôsse adotado como característico exclusivo, obrigaria a uma remodelação geral da geografia na parte relativa às águas correntes".

Depois de transcrever as opiniões de Reclus e Posso, concluí:

"Assim, pois, enquanto os rios mantêm nomes tradicionais, não é lícito alterá-los; e, quando no seu esgalhamento superior, perdem êsse nome, a determinação do formador principal é convencional, podendo predominar qualquer dos característicos acima mencionados. Não há para tal determinação uma regra fixa, um princípio domi-

nante, geralmente aceito; daí o perigo de se rejeitar o trabalho dos grandes demarcadores do passado e renovar uma discussão já morta

e sepultada na poeira dos arquivos.

A comissão que tivesse de se encarregar dessa nova determinação, na ausência de um princípio superior, intangível, geralmente aceito, ver-se-ia emaranhada num cipoal de discussões estéreis e de impertinentes sofismas, que se prolongariam indefinidamente, com maléfica repercussão nas cordiais relacões que existem entre os dois países".

As idéias expostas nas tertúlias passadas pelos competentes geógrafos que a elas compareceram não modificaram a minha maneira de pensar. Apresentaram-se novos elementos a introduzir na apreciação dos formadores principais, como sejam a navegabilidade, o grau de utilização, etc, mas uma regra científica ou mesmo empírica, que seja aceita sem controvérsia e que permita estabelecer a preeminência entre estes elementos, esta não apareceu. A determinação do formador principal permanece puramente convencional. Os processos científicos são aplicáveis sòmente para a determinação dos elementos a apreciar. Volume, direção geral, altitude das cabeceiras, etc.

Entre os elementos a considerar para a determinação do formador principal foram propostos, como subsidiários, a navegabilidade, o grau de utilização, a densidade da população ribeirinha, etc. Penso que se não deve confundir a importância econômica dos rios com a idéia que se tem do seu valor em geo-

grafia física.

No meu parecer sôbre a questão de limites entre o Maranhão e o Piauí, fui de opinião que os volumes dágua para a determinação do formador principal devem ser apreciados na época da estiagem, isto é, deve-se comparar os volumes mínimos. O nosso eminente professor Ruellan opinou pelo volume médio, creio que com assentimento geral de todos os geógrafos presentes. Ora, o volume médio exige o conhecimento do máximo e do mínimo, complica o problema, em vez de um elemento, precisamos determinar dois. Nos rios encaixados, istoré, naqueles cujo leito maior não transpõe as margens ou barrancas, na época das enchentes, o máximo pode-se determinar como se determina o mínimo; mas nos rios que transbordam, alagam os terrenos marginais, atiram as suas águas nos seus próprios afluentes, a determinação do máximo torna-se muito complicada e exige trabalhos longos para se obter grosseira aproximação. O caso do rio Paraguai, de grande número dos seus afluentes, e dos rios da bacia amazônica é característico. Quando a Comissão Mista brasilio-colombiana levantou o rio Taraíra que se achava cheio e alagava os terrenos marginais, a sua principal preocupação era não navegar fora do leito para o não perder. Sei que não se deve argumentar com os casos excepcionais, mas os que cito são comuns no Brasil.

O volume médio só é possível obter-se nas regiões povoadas ou de fácil acesso, porque não é susceptível de medida direta e exige prolongadas observações; quando se obtém o seu valor os elementos da rêde hidrográfica já receberam as suas denominações e a tradição já as sancionou. Com o volume mínimo o mesmo se não dá. O mínimo obtido na época da estiagem para os galhos que se comparam, é suficiente. Em geral a época da estiagem é a mesma em tôda a bacia. Para o explorador, quando a questão do formador principal surge, a bacia fluvial já se acha muito reduzida, e é relativamente fácil reconhecer-se

se os formadores em aprêço se acham ou não no seu mínimo.

A formação de regras para a determinação dos rios principais deve revestir-se de caráter prático; isto é, as regras devem ser simples e de fácil aplicação. Quanto maior fôr o número de elementos a apreciar, maior a complicação, mais prolongadas as discussões, mais difícil o acôrdo.

Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1943.

(a) Renato Rodrigues Pereira"

Esquema apresentado pelo professor Everardo Backheuser na 4.ª tertúlia semanal. sôbre "Critérios para a determinação do formador principal de um rio"

Atendendo ao desejo manifestado pelo presidente das tertúlias, engenheiro Cristóvão Leite de Castro, de que "meditássemos" sôbre o esquema Ruellan, declarou o professor Backheuser que procurou fazê-lo. Além do esquema do professor Ruellan e das consideracões que acabavam de ser feitas pelo coronel Rodrigues Pereira, procurou meditar sôbre a proposta do engenheiro Agenor Machado no sentido de considerar todos os fatores no estudo do formador principal de um rio, atribuindo a cada um deles um valor determinado; sôbre a ponderação do professor Fábio de Macedo Soares Guimarães para que fôsse verificado cuidadosamente se, em vez da descarga não seria aceitavel tomar por base outros fatores, como, por exemplo, o declive. A descarga passaria, neste caso, a ser um corolário.

O professor Backheuser procurou consultar os tratadistas, quer de geografia física (Davis, Supan, De Martonne, Lapparent, Braun) quer de geografia humana (Ratzel, Maull, Vallaux, Brunhes), partindo sempre do princípio de que a geografia é uma só. A consulta aos livros, segundo declarou, não foi feliz, estes são omissos sôbre a questão. Abordam o problema de rios apenas como limite de modo geral, a maioria condenando formalmente a utilização dêsse acidente para fins de fronteira. As dificuldades de delimitação por meio de rios em lugares muito habitados são de natureza diferente das nossas, em regiões pràticamente despovoadas. Continuando, declarou ter encontrado uma bibliografia, principalmente no livro de Maull, porém sua consulta, no momento atual, é impossível.

Passou em seguida a apresentar os resultados de suas ponderações, que sempre procuraram ter como ponto de partida os princípios básicos da geografia humana. (Ratzel, Maull e Kyellén). Para êste fim organizou um esquema de caráter teórico, no qual se fariam cortes ou alterações para adaptá-lo à prática

e à situação de momento:

I — Nome — sendo um nome consagrado não deve haver dúvida quanto à sua conservação.

> - sendo um nome indeterminado, recebe longitudinalmente ou concomitantemente vários nomes, ou então, como entre outros observou Ratzel, em regra entre os povos de cultura rudimentar o nome do rio vem da própria palavra — rio —. Por ex.: Rio Mecong significa — Rio Rio — rio —; Rio Paraná é — Rio Rio —. Não compreendendo o nome pronunciado pelos nativos, os exploradores às vêzes deturpam as palavras, grafando-as conforme as ouvem.

II — Espaço -

tamanho área da bacia forma comprimento e direção

III — Posição — é o estudo da situação geográfica.

distância em relação ao equador e distância ao mar.

distância em relação ao nível do mar.

 As distâncias em relação ao equador e em relação ao mar vão determinar a questão do clima e da vegetação. No caso hidrográfico, corresponderia à questão da descarga. Permitirão conhecer a quantidade de chuva caída, logo a descarga.

— Da posição em relação ao nível do mar, conhecida a geo-

logia e o relêvo, depende o perfil do rio.

IV — **Domínio:** direto (no rio)

navegação quedas dágua (energia) pesca garimpo

 $\begin{array}{c} \text{indireto (no vale)}^* & \left\{ \begin{array}{l} \text{agricultura} \\ \text{pecuária} \\ \text{densidade demográfica} \end{array} \right. \\ \end{array}$

O grupo I (nome) concluiu o professor Backheuser, não tem grande importância, senão quando consagrado.

O grupo II (espaço) da as condições permanentes do rio (relativamente

permanentes, ao menos, pois sua variação é milenar).

O grupo III (de posição ou situação) inclue as condições variáveis, quer com as estações (cheias e estiagem), quer com o correr dos anos e ação erosiva (perfil). São condições em correlação com as primeiras, mas menos marcantes.

O quarto constitue as condições instáveis, transitórias, variam com o nível de cultura. A energia, a pesca, o garimpo, etc. são elementos que variam com o tempo. Uma vez extraído o ouro de um rio, êste perde a sua importância; do mesmo modo a navegabilidade varia com a capacidade técnica e econômica dos povos. Só devem ser levados em conta quando tomam feição característica e

decisiva como no caso da agricultura e da pesca, em alguns casos.

O professor Backheuser declarou ter apresentado o problema sob o aspecto teórico, não especificou, o que considera mais ou menos importante. Não há dúvida que os elementos permanentes têm grande importância; uma vez levantada a planta de uma região e sendo bem conhecida a bacia hidrográfica, grande parte do problema está resolvido. A bacia determina a condição do rio. Tratando-se de duas bacias iguais, passa a ser considerado o comprimento. Depois a descarga e apenas se houver coincidência em todos êstes fatores serão consideradas as últimas condições. Continuou o professor Backheuser dizendo que não propunha pesos, apenas mostrava quais os elementos mais ponderáveis, que são exatamente os que advêm do território. No caso de dizer-se que num trabalho de exploração não se pode ter a bacia levantada, é preciso ver que também é ousado querer estabelecer qual o rio principal nestas circunstâncias. Também considerou importantes as ponderações do coronel Rodrigues Pereira, num rio de grandes enchentes e também em rio selvagem coberto de mato, não se pode obter valores médios. Porém, normalmente, o rio de maior bacia é o de maior descarga.

Em resumo, descarga, perfil e bacia, estão mais ou menos em correlação. No caso de ser possível um levantamento topográfico, não deve haver dúvidas.

¥

QUINTA TERTÚLIA SEMANAL, REALIZADA A 9 DE FEVEREIRO DE 1943

Usou da palavra o professor Backheuser que falou sôbre "Hipóteses de tra-

balho nas pesquisas geográficas".

Inicialmente procurou caracterizar hipótese de trabalho e pesquisa geográfica, afim de verificar numa pesquisa, até que ponto deve ser formulada a hipótese e a hipótese de trabalho. O professor Backheuser é de opinião que na prática é impossível afastar tudo que é hipótese; elas são destruídas pelas que vêm posteriormente. Há casos de hipóteses formuladas a priori e que trazem conseqüências irônicas, como por ex.: a hipótese de Agassiz sôbre a existência de fenômenos glaciários no Brasil. (Os morros tão característicos à nossa païsagem, conhecidos como "matacões", êle os considerou fenômenos glaciários-"blocos erráticos" —. Apenas mais tarde o barão de Capanema esclareceu êsse ponto).

Quanto às "hipóteses de trabalho", formuladas ao ser iniciado qualquer estudo, estas não podem ser dispensadas em geografia. O trabalho não deve ser todo objetivo, deve-se levar ao campo uma hipótese, que possa porém, ser

posta de lado, logo que se verifique sua inutilidade.

A pesquisa só é geográfica quando se ocupa do homem, do meio, do clima

e da ação combinada dêstes três elementos.

Para exemplificar as hipóteses de trabalho em geografia, usou os *Morros do Rio de Janeiro*. E' um fenômeno *sui-generis* que interessa a todos os geógrafos. O Rio de Janeiro é caracterizado pela alternância de morros rochosos (Pão de Açúcar, Corcovado) e outros inteiramente decompostos. Haverá relação entre a petrografia e a decomposição das rochas? Para explicar a formação dos morros há uma série de hipóteses como a de Lamego e a de Betim. O professor Backheuser é de opinião que a causa seja o descascamento em mais de um sentido.

Seria também interessante verificar se existe correlação entre a natureza

geológica dos morros e o povoamento do Rio de Janeiro.

Quanto à parte pedagógica do ensino da geografia o professor Backheuser disse que se deve desenvolver a capacidade de observação dos alunos das nossas escolas. Este problema apresentou-se-lhe em tôdas as escolas, quando

por ex., quis fazer trabalhos práticos com os alunos da Politécnica foi forçado a primeiro ensiná-los a observar. Em seguida, contou como depois de despertar o entusiasmo dos referidos alunos para a pesquisa científica, realizou, durante 10 anos, com o seu concurso, a carta geológica do Distrito Federal. Estes mesmos estudantes fizeram uma série de descobertas interessantes como: 3 veios diferentes se cruzando, sambaquís, etc.

O mesmo trabalho pode ser feito para a geografia humana. Porém, para prosseguir é preciso uma estreita colaboração entre professores e alunos de

geografia

Finalizando o professor Backheuser, pediu a palavra o Sr. Pedro Geiger. A seu ver, as hipóteses de trabalho em geografia só podem ser feitas no campo. A hipótese consiste na interpretação de uma região. As perguntas formuladas pelo professor Backheuser não são hipóteses, são dados concretos que se vai buscar no terreno, reünindo estes dados constrói-se uma hipótese que será uma síntese da evolução da região. Não se deve confundir método de trabalho com hipótese de trabalho.

Em resposta, o professor Backheuser disse que não se referira a estudos em geral, e sim ao caso particular das rochas do Rio de Janeiro. Quanto à hipótese de trabalho, é sua opinião que esta pode surgir tanto no campo como

durante as leituras.

Respondendo ao professor Backheuser, o professor Ruellan disse que as hipóteses só devem ser formuladas depois de realizada a observação, obrigando cada um a fazer um trabalho próprio, e não apenas, ir ao terreno para aí re-

conhecer o que autores conceituados acreditam ter visto.

Em tôda pesquisa geomorfológica, há, a princípio, a observação direta sôbre o terreno com ajuda de instrumentos e a observação indireta que consiste em trabalhos gráficos sôbre cartas, quando estas existem. As observações conduzem o pesquisador a uma interpretação, em que se deve distinguir uma parte

de resultados adquiridos e uma parte de hipóteses inevitáveis.

Tôda hipotese leva, por dedução lógica, a uma série de conseqüências que devem ser comprovadas com novas observações no terreno e trabalhos gráficos. Há uma outra verificação que se impõe, mas que nem sempre é possível — é a experimentação. A experimentação é uma observação provocada, podendo sê-lo, pela própria natureza. Uma hipótese não deve ser logo destruída, deve ser antes bem observada; mesmo quando falsas, as hipóteses podem levar a novos estudos que poderão trazer esplêndidos resultados.

Tôda a história do progresso científico constituiu na refutação de hipóteses, que hoje parecem absurdas, mas as pesquisas que provocaram levaram à des-

coberta de leis mais sòlidamente estabelecidas.

Em seguida, falou o professor Veríssimo elogiando as propostas do professor Backheuser no sentido do desenvolvimento cada vez maior do estudo da geografia do Brasil. Interessou-se, particularmente, pelo estudo do povoamento do Rio de Janeiro em relação aos morros tecendo a respeito considerações gerais oportunas.

O professor Fábio Guimarães declarou que desejaria que houvesse uma maior colaboração entre os professores, afim de que a contribuïção dos estudantes das

várias faculdades não fôsse dispersada.

Discutiu-se em seguida o problema do estudo da geografia nas escolas superiores, tendo todos os presentes concordado que a geografia é prejudicada pela junção dos cursos de geografia e história.

Os professores Backheuser e A. Musso contaram experiências suas com alunos das faculdades no que se refere a trabalhos práticos e mostraram como depois

de algum tempo o entusiasmo dos estudantes é despertado.

Falando de outro ponto de vista, o engenheiro Agenor Machado observou que se nota a ausência de bons professores de geografia. O conhecimento da matéria por parte dêstes, não é suficiente.

Tomou em seguida a palavra o engenheiro A. Fragoso, que em nome dos alunos do professor Backheuser, que com êle colaboraram na confecção da carta

geológica do Distrito Federal, agradeceu-lhe os seus ensinamentos.

Finalmente, encerrando a sessão o engenheiro Leite de Castro notificou que na próxima reünião, além da discussão em tôrno do formador principal de um rio, haverá debate sôbre a região do Jalapão onde fica a lagoa do Veredão, região escolhida para a excursão científica de 1943, pelo Conselho Nacional de Geografia.

*

As "Hipóteses de trabalho" nas pesquisas geográficas, pelo professor Everardo Backheuser

Caracterizar o que é:

A — Hipótese de trabalho

B — Pesquisa geográfica

A — As hipóteses

- hipóteses gerais, isto é, teorias ou doutrinas que procuram ligar fatos conhecidos com o fio de uma pressuposta causa comum — Augusto Comte e Bouasse — Exemplos: hipóteses cosmogônicas, físicas, químicas, biológicas. — Não as há, dêsse tipo, em geografia, não convindo confundir doutrinas geográficas (escolas, métodos) com doutrinas-hipóteses.
- 2) hipóteses de trabalho São as que se formulam ao encetar um trabalho científico imaginando algo que se supõe provável. São, porém, depressa abandonadas se os fatos as infirmam. De uso freqüente entre todos os sábios e estudiosos. Mas precisam ser manejadas com agilidade pelos geógrafos. Seus perigos quando há obstinação em mantê-las contra os fatos Agassiz e a hipótese glaciária: sua aplicação ao caso dos blocos brasileiros errôneamente chamados erráticos. Agassiz e o barão de Capanema.

B — A pesquisa geográfica

- Caracterizá-la em confronto com o modo de pesquisar em outras ciências — O enciclopedismo sintético da geografia — Suas pesquisas só se devem referir a fenômenos na superfície da Terra e sob a atuação combinada dos três fatores: solo, clima e homem.
- Um exemplo de hipóteses de trabalho em geografia: "OS MORROS DO RIO DE JANEIRO".

Há relação entre a petrografia e a decomposição? Qual?

Há mister de hipóteses estratigráficas como as de Betim e Lamego para esclarecer a forma dos ditos morros? Ou bastará estudar o descascamento das rochas para esclarecer as formas de tipo Pão de Açúcar, Gávea, Corcovado? Influïrão nesse tocante as falhas, diques e diaclases? De que modo?

Existe correlação entre a decomposição dos nossos morros e a fixação da população sôbre êles? A diferença de densidade geográfica entre vales e morros no Rio é o simples "horror à montanha" ou há outras razões? Quais? o metassomatismo? o declive suave ou abruto?

Cada uma dessas perguntas, e muitas outras se poderiam formular, prestam-se para hipóteses de trabalho e sua verificação.

Providências de ordem prática

1 — Hábito de observação

Didática da "observação" no ensino primário, secundário e superior — Suas deficiências no sistema educacional brasileiro.

- 2 Despertar o entusiasmo para a pesquisa científica.
 - O valor da prioridade A satisfação da descoberta A importância da cooperação.
- 3 Como foi realizada a carta geológica do Distrito Federal por alunos da Politécnica, em turmas sucessivas — Dificuldades iniciais: geologia de "almofadinhas", incapacidade de observação — Entusiasmo final: descoberta de sambaquis, de rochas desconhecidas, de idade dos veios e diques, e outras.

- 4 O que se pode tentar no campo da geografia humana e o que há sido feito. Demarrage difícil mas que não parece impossível. A cooperação com o professor de geografia física: necessidade inicial de saberem os alunos fazer com desembaraço leitura de cartas, escalas, curvas de nível e localizá-las no terreno.
- 5 Coragem de trabalhar em colaboração: entre professores do mesmo estabelecimento, de estabelecimentos diversos, entre professores e alunos, dos alunos entre si e com colegas de outras faculdades. No Brasil, quanto à geografia, tudo está por fazer. Mas tudo, com auxílio de Deus e boa vontade dos homens, há de ser realizado. As tertúlias são um ótimo comêco.

*

SEXTA TERTÚLIA SEMANAL, REALIZADA A 16 DE FEVEREIRO DE 1943

O assunto tratado nesta reünião foi a expedição que está sendo organizada

pelo C.N.G., para a região do Jalapão.

Depois de apresentados os caracteres e os objetivos da expedição, pelo engenheiro Leite de Castro, falou o engenheiro Gilvandro de Simas Pereira que fêz um estudo sôbre a organização e o roteiro da mesma. Nos estudos preliminares necessários para organização de uma expedição, tem-se a considerar as condições do local, ou seja, o clima, estado sanitário, recursos alimentares, vias de comunicação e transporte. Feito isso, será possível, baseado numa carta embora rudimentar, construir o provável roteiro da expedição.

Passa-se, em seguida, à fase de organização em que se deve considerar os seguintes itens:

- 1 Programa dos trabalhos: geográficos, geológicos, mineralógicos, botânica, zoologia, climatologia, etc.
- 2 Pessoal necessário: um especialista para cada ramo, médico, pessoal operário.
- 3 Trajeto na ida e na volta: navegação aérea, marítima, fluvial; ferrovia e rodovia. Outros meios.
- 4 Tempo necessário para execução dos trabalhos.
- 5 Material para acampamento: cozinha, farmácia, instrumental, gêneros alimentícios e bagagem do pessoal.
- 6 Orcamento.

Há ainda a considerar a necessidade de um rádio-telegrafista, com estacões receptora e transmissora

Em seguida, falou o professor Urbino Viana a quem se deve uma memória sôbre a região do Jalapão, apresentada ao 8.º Congresso de Geografia do Espírito Santo. Apresentou um histórico dos estudos sôbre a região, em que se destacam James Wells, Braz do Amaral, Euclides de Matos e outros.

A lagoa do Veredão é também conhecida como Várzea Bonita, sendo assim denominada, principalmente, no período de sêca quando a lagoa se transforma num verdadeiro apaülado, dificilmente transposto.

"São planos os dois Jalapões: o de cima, numa rampa insensível até a Pedra da Baliza (constituída de arenito), e daí até o comêço do tombador; tendo ao nordeste a chapada da Mangabeira, ao sul e sudeste a lagoa do Veredão; ao centro a serra do Meio separando o rio Preto do Novo e formando a cachoeira da Velha; aqui e além, morros isolados de rochas areníticas; apaülados onde crescem inumeráveis buritís e por tôda a parte campos intérminos. O Jalapão de baixo é cortado, ao centro, pelo rio do Sono e limitado ao sul e oeste pelo vale do Balsas, profundo e volumoso, tributário daquele; é, como dissemos, plano de solo e em geral de areia como

o de cima. O clima é úmido continental, elevando-se a uma média de temperatura de 22°C., constando as chuvas de dois períodos com uma queda superior a 1 600 mms. anuais..."

"No Jalapão de cima encontra-se o divortium aquarum do São

Francisco, Parnaíba e Tocantins.'

O Sr. Pedro Geiger fêz um comentário bibliográfico sôbre a região. O seu estudo é de grande interêsse, principalmente, pelo fato de assinalar uma ligação entre duas bacias importantes. A região do Jalapão fica situada num todo maior, que apresenta uma cobertura de arenitos cretáceos que avança de Goiaz e Mato Grosso. E' um grande planalto que morre aos pés do Parnaíba limitado pelo São Francisco e cortado pelo Tocantins e Araguaia, sendo erodido pelas duas bacias, sendo portanto interessante um estudo comparativo entre estas e também com a do Parnaíba.

A região é revestida por grãos finos de quartzo e argila silicosa; a vegeta-

ção é pobre (carrascos ou cerrados secos); clima tropical sêco.

Nos planaltos há barrancos e montanhas testemunhas que traduzem forte erosão, é uma peneplanície que se inclina lentamente para a Baía e bruscamente para o Tocantins e Parnaíba. Citou em seguida vários autores que estudaram a região: Euclides de Mesquita, Gardner, R. Burton, J. Wells, Borges de Barros, A. Frot, Ag. Ang. de Miranda e H. Williams.

O engenheiro F. M. S. Guimarães mostrou que o interêsse dos debates é levantar problemas que a expedição irá resolver; seria interessante, por exemplo, saber para o norte, até onde vai a escarpa; se as serras entre Piauí e Baía apresentam escarpas para o N. e para o S., ou apenas para um lado, se a escarpa que termina em Goiaz também acaba abruptamente entre Piauí e Baía. Outra finalidade da expedição é esclarecer a nomenclatura confusa da região.

Respondendo ao pedido do engenheiro Leite de Castro para que fôssem apresentadas sugestões, o comandante Pina esclareceu que talvez o Serviço Hidrográfico da Marinha se interessasse pela excursão; o professor José Veríssimo aconselhou que se levasse um rádio, sem o que os excursionistas ficariam completamente isolados; o professor Backheuser insistiu na necessidade de geólogos.

Logo após falou o comandante Braz de Aguiar que depois de dar alguns conselhos práticos, fêz uma exposição do tipo de expedição que está acostumado a fazer na Amazônia, em que se parte num navio, passando a embarcações menores à medida que se sobe o rio e fazendo a última parte a pé. A expedição ao Jalapão é diferente, pois é uma região habitada, embora primitiva.

Finalmente, usou da palavra o professor F. Ruellan. Abordou, primeiro, o problema geológico da região, já estudado por Leonardos e por outros. Existe na região grande variedade de arenitos: ao norte encontra-se uma areia permocarbonífera, triássica e cretácea. Os fósseis são aí muito raros. Seria interessante verificar até onde se estendem ao sul os conglomerados, arenitos, calcáreos e xistos calcáreos, assinalados em tôda região oriental do Piauí e atribuído ao corbonífero inferior. A série fóssil de Santana pertence ao cretáceo superior e há uma hipótese de um mar cretáceo que deve ser verificada assim como as outras.

Há ainda a considerar o problema geomorfológico; o cretáceo aparece sobreposto ora a camadas sedimentares, ora a graniticas; isto só pode ser explicado pela suposição de que tenha existido antes da deposição cretácea, uma superfície de erosão pré-cretácea de que se deve marcar a extensão, o relêvo e as deformações.

Por outro lado, o problema já formulado de uma erosão diferente da bacia do São Francisco, do Tocantins e do Parnaíba, deve ser cuidadosamente estudado. Numerosos fatos levam a crer numa erosão mais fraca do São Francisco: a cornija voltada para Goiaz e pode-se supor que há capturas em preparação como a da lagoa do Veredão, e outras talvez, já feitas. O professor Ruellan assinalou principalmente que o traçado do alto do rio Novo e de outros rios talvez sejam devidos a capturas.

O rio São Francisco está num nível mais elevado do que o Tocantins ou o Parnaíba, êsse fato deve ser examinado para o estudo da evolução das cornijas dos perfís longitudinais e capturas. Há formações bizarras de rochas, devidas a fenômenos de erosão eólea preparadas talvez pela erosão fluvial. Nas proxi-

midades há fenômenos cársticos em que se encontrou fósseis de mamíferos do quaternário ou fim do terciário o que permite datar o afundamento do São Francisco

Finalmente deve-se considerar os depósitos superficiais, quaternários que dependem, em grande parte, do clima. Qual a sua espessura, natureza, tem fósseis, qual a estrutura fluvial, haverá formações lateríticas?

O estudo da climatologia e da biogeografia e da geografia humana da região (o tipo de povoamento e de "explotação" a utilização das terras, traçado e tráfico das trilhas e das estradas, natureza e direção das correntes comerciais) também deve ser feito.

"Expedição organizada pelo Conselho Nacional de Geografia à região do Jalapão" (Sétima tertúlia realizada a 23 de fevereiro de 1943)

Comentários feitos pelo professor Francis Ruellan.

Esbôço de alguns problemas a estudar — Todo estudo geomorfológico conciencioso dessa região tem, evidentemente, por ponto de partida essencial a campanha geodésica e topográfica cujo itinerário foi proposto pelo engenheiro Gilvandro Simas Pereira. Parece principalmente desejável multiplicar as determinações de altitude, pelos processos de nivelamento de reconhecimento, firmando-se nas estações meteorológicas, devidamente munidas de barômetros registradores e de barômetros de mercúrio, cujo regime é perfeitamente conhecido do Serviço de Meteorologia Central do Rio de Janeiro.

Nessa campanha de nivelamento, as três artérias mestras da rêde hidrográfica: rio Tocantins, rio São Francisco e rio Parnaíba, que enquadram a região estudada, constituem, evidentemente, uma base preciosa. Também parece desejável partir, não somente, das altitudes de Barra, na confluência do rio Grande e do rio São Francisco, e de Pontal, na confluência do rio Preto e do rio Grande, mas, atingir, na outra vertente, a confluência do rio do Sono e do rio das Balsas e também Pedro Afonso, na confluência do rio do Sono e do rio Tocantins. Enfim, na bacia do rio Parnaíba, Vitória do Alto Parnaíba, parece uma das confluências importantes.

Problemas geológicos — A principal dificuldade está na identificação dos arenitos permo-carboníferos triássicos e cretáceos. A raridade dos fósseis levou a reportar-se aos facies e à disposição estratigráfica. Gostar-se-ia, também, de saber, até onde se estendem, ao sul, os conglomerados, arenitos, calcáreos e xistos calcáreos assinalados em tôda a região oriental do Piauí e atribuídos ao carbonífero inferior.

No nordeste, a jazida fossilífera de Santana, na série de Araripe, que compreende peixes atribuídos ao cretáceo superior, dão um limite estratigráfico precioso. Formações análogas, foram encontradas ao norte e à leste em quase todos os Estados vizinhos. Sem dúvida, essas jazidas estão situadas muito longe da região do Jalapão, mas o problema subsiste em saber quais as relações existentes entre as formações cretáceas da chapada de Araripe e as da serra da Gurgueia, atribuídas igualmente, ao cretáceo, com um facies de depósitos em águas pouco profundas, onde se observam influências eóleas. A idéia de um grande lençol dágua, mais ou menos salobro, cobrindo a maior parte do nordeste do Brasil, no fim do cretáceo, é uma das que me parece dever ser examinada com o maior cuidado, procurando sua extensão máxima e suas variações. pois ela implica em questões paleogeográficas as mais importantes e as mais delicadas. Os trabalhos notáveis dos senhores Othon Henry Leonardos, Morais Rêgo, Arrojado Lisboa, Matias Roxo, Axel Löfgren, Antônio Dias, Jordan, etc.... trazem sôbre essês pontos preciosas contribuições.

Problemas geomorfológicos — As formações cretáceas repousam em discordância, quer sôbre as séries sedimentares que as precederam, quer diretamente sôbre a base arqueana cristalina ou metamórfica algonquiana. Isso supõe que a superfície de erosão foi modelada nos tempos pré-cretáceos. O contacto dos depósitos cretáceos com essa superfície permite reconstituir o relêvo geral e estudar as suas deformações. As pesquisas podem revelar, igualmente, deformações concomitantes desta superfície pré-cretácea e das chapadas cretáceas e trazer, de qualquer modo, esclarecimentos sôbre as torsões ("gauchissements") da base brasileira que foram de grande importância na construção do planalto do Brasil. A dificuldade dessas pesquisas vem das dúvidas que se pode ter, sôbre o limite inferior dos arenitos cretáceos, quando repousam diretamente sôbre camadas de arenito de idade mais antiga.

A essas questões fundamentais vêm juntar-se as que se atêm à explicação das formas dominantes da païsagem. A expedição promovida pelo Conselho Nacional de Geografia em 1942 revelou a erosão vigorosa dos afluentes do Tocantins que modelam nos arenitos cretáceos uma verdadeira cornija, uma "escarpa"

mestra", que recebeu o nome tradicional de Espigão Mestre.

Na vertente do São Francisco, o declive da chapada é a princípio mais doce, antes de atingir, igualmente, uma série de quedas e cascatas. A rêde do Tocantins e de seus afluentes aparece, pois, como a mais ativa, e as medidas de altitude que preconizamos acima, permitirão comparar os perfís longitudinais do rio Sapão, do rio Preto e do rio Grande, de um lado, do rio do Sono, de outro lado.

Esta concorrência entre a rêde do rio Tocantins e a do São Francisco se

explica muito bem:

- 1.º) pelos empobrecimentos devidos ao clima a que está sujeito o rio São Francisco.
- 2.º) pelo degrau do Sobradinho (372m) que deve transpor à montante de Juazeiro.

Deve-se, pois, legitimamente, esperar capturas. A lagoa do Veredão envia suas águas, indiferentemente, para as duas rêdes, mas parece que esta seja, uma situação recente, devida a uma captura feita pelo rio Formoso que estendeu sua cabeceira até a lagoa. A posição atual do escarpamento, faz mesmo pensar, que pequenos rios como o rio Pedra de Amolar, o rio Conte-Assado e o rio Galhão já foram capturados.

Será talvez futuramente a vez da lagoa do Veredão e do rio Pedra do Baliza que escaparão definitivamente da rêde do rio São Francisco. A cabeceira do rio Novo com seu cotovelo curioso que o leva diretamente para o Tocantins quando parecia dirigir-se para a lagoa do Veredão, não é, provàvelmente, outra cousa senão o resultado de uma captura que será fácil de se verificar, *in loco*, pelo exame do traçado do antigo vale e da natureza dos depósitos superficiais.

Problemas análogos são formulados quando se compara a rêde do São Francisco com a do Parnaíba. Esse último, leva certamente vantagem, quando se compara os declives nas duas vertentes da serra da Gurgueia. Mas no nordeste e no norte, essa vantagem se traduz por um verdadeiro relêvo de *cuestas* com vales subseqüentes e obseqüentes que caracteriza a serra Grande. Até onde êsse relêvo se estende ao sul e como passa da chapada cratácea à bacia permo-carbonífera do Parnaíba-Piauí?

Não se pode, por outro lado, evitar de levantar o problema de uma sucessão de ciclos de erosão, dos quais se deve procurar o traço e o encadeamento. Entre os mais recentes, há os que são revelados pelos fenômenos cársticos observados nas margens do São Francisco e do rio Grande, nos calcáreos da série de Bambuí. Esse episódio não é, certamente, anterior ao cretáceo, visto que, o São Francisco aí está afundado, mas não é, também, posterior ao pleistoceno antigo, visto que, as grutas dessa região encerram uma fauna de mas-todontes e de megatérios que marca o limite superior de idade para a baixa do nível das águas. Ao lado dos fenômenos cársticos, coloca-se o estudo das formas, onde testemunhas de erosão fluvial foram remodeladas pela erosão eólea num clima particularmente sêco. As formas bizarras, assinaladas pelo professor Urbino Viana, são talvez desta natureza. A natureza dos depósitos superficiais requer um estudo cuidadoso. Assinalou-se frequentemente, no nordeste do Brasil, depósitos de seixos rolados que a desagregação e a decomposição rápidas não deixam se desenvolver nas regiões do Brasil tropical úmido. Qual é a importância dêsses depósitos? Formam terraços? As areias e os seixos trazem o traço de ações eóleas. Até onde se estendem as dunas assinaladas ao longo do São Francisco? Observa-se lateritos e argilas laterísticas? Vê-se a importância dessas questões ligadas diretamente à influência dos climas atuais e passados, sôbre o modelado.

Uma tal expedição permitirá, igualmente, estudos biogeográficos afim de definir em relação ao clima e de denominar, corretamente, por têrmos empregados localmente, tanto quanto possível, as principais associações vegetais e animais.

Os problemas de geografia humana não são menos importantes. Os tipos de povoamento e de "explotação", as utilidades do solo, as bases da economia rural e a estrutura social, a natureza dos gêneros consumidos e trocados, são outras tantas questões cujo estudo se impõe. O coronel Lísias A. Rodrigues, falou das relações comerciais entre Pedro Afonso, no rio Tocantins, e o vale do rio Preto. A natureza dêsse comércio através regiões difíceis é extremamente interessante com a condição de que se anote, para cada etapa o custo dos gêneros e dos transportes. Todas as correntes comerciais, mesmo rudimentares, merecem um estudo, como o merecem, também, as tribus indígenas encontradas nos territórios percorridos.

As questões que acabam de ser ràpidamente indicadas sublinham, segundo cremos, o interêsse científico da expedição. Esse primeiro esbôco não tem outra pretensão, senão a de estimular as pesquisas e de convidar todos os pesquisadores qualificados a juntar seus esforços, para tornar frutuosa essa grande obra,

projetada pelo Conselho Nacional de Geografia em 1943.

SÉTIMA TERTÚLIA REALIZADA A 23 DE FEVEREIRO DE 1943

Ao dar início à sessão, o engenheiro Leite de Castro manifestou imenso júbilo pela presença do Exmo. Sr. presidente do I.B.G.E., o Sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares idealizador das tertúlias que a seu pedido veio pessoalmente testemunhar a realização do que projetara.

Tomando a palavra, o Sr. embaixador Macedo Soares, após agradecer as palavras do engenheiro Leite de Castro, comunicou o apêlo da Academia Brasileira de Letras, em oficio enviado ao I.B.G.E., no sentido de obter a sua colaboração

na organização do vocabulário ortográfico da língua nacional.

Fêz yer as possibilidades de que dispõe o C.N.G. que por meio de um inquérito que deverá abranger todos os municípios do país, poderá trazer valiosa

contribuïção ao trabalho da A.B.L.

O assunto despertou vivo interêsse entre os presentes, principalmente no que se refere a nomes estrangeiros, tendo pedido a palavra o engenheiro Leite de Castro, o major Adyr Guimarães, o comandante Oliveira Belo, e o professor Orlando Valverde, apresentando sugestões e solicitando esclarecimentos.

O Sr. embaixador forneceu informações baseando-se nas normas estatuídas pela Conferência de 1926 e nas instruções para a organização do vocabulário

ortográfico da língua nacional.

Tomando a palavra o professor E. Backheuser apresentou algumas suges-

tões quanto aos casos a encarar naquele trabalho.

O professor Ruellan salientou a împortância da questão ligada à nacionalização dos nomes estrangeiros. Reportou-se ao Congresso Internacional de Geografia reunido em Paris, em 1931, no qual se tratou desse problema. Fêz ver que o caso se reveste de um caráter internacional, portanto, de extrema delicadeza.

Passou, em seguida, a abordar a questão das expressões técnicas consagradas, que devem ser conservadas na língua original. Acrescentou que se pode,

quando muito, dar a significação em vernáculo.

Afim de atender aos problemas referentes à questão ortográfica dos nomes estrangeiros que poderão ser levantados nas tertúlias, o Sr. embaixador Macedo Soares nomeou uma comissão coordenadora, que ficou assim constituída:

> Professor Everardo Backheuser Dr. Virgílio Correia Filho Engenheiro Leite de Castro

O engenheiro Leite de Castro determinou que os debates em tôrno do assunto. prosseguissem nas tertúlias vindouras.

Passou-se ao assunto que deu motivo à reünião: A expedição à região do

Jalapão.

O engenheiro Leite de Castro fêz uma comunicação a respeito das diversas contribuïções que se anunciam, citando:

— O apôio do Estado da Baía que acaba de ampliar o Serviço Geográfico transformando-o em Departamento de Geografia, o que será de grande proveito.

— O oferecimento do Departamento de Correios e Telégrafos no sentido de facilitar à expedição o necessário serviço de rádio comunicação.

— O oferecimento generoso do Serviço de Mineralogia e Geologia, de enviar,

um ou mais geólogos.

- A colaboração do Museu Nacional que nos foi assegurada pela Sra. D.

Heloísa Alberto Tôrres a qual esteve presente a esta reünião.

O professor E. Backheuser, atendendo ao pedido do engenheiro Leite de Castro, apresentou um lembrete para o trabalho de geografia humana da expedicão.

O engenheiro M. Fragoso lembrou a utilização de aparelhos fotográficos que poderiam ser conseguidos na Aeronáutica, visto, ser difícil fazer a foto-

O professor A. Musso sugeriu que se fizesse a observação do que fôssse típico

da região.

O professor Veríssimo da Costa Pereira mostrou ser conveniente incluir no plano da expedição uma pessoa entendida em meteorologia e das suas relações com a climatologia e desta com a região.

Salientou ainda, a importância da história para os estudos antropogeo-

Pediu a palavra, a Sra. D. Heloísa Alberto Tôrres que mostrou a impor-

tância de se levar para o campo, verdadeiros pesquisadores.

Diante do seu depoimento o engenheiro Leite de Castro, fêz ver que o Museu Nacional constitue uma escola de pesquisadores e aproveitou a oportunidade para exprimir o veemente apelo dos tertulianos para que não falte à expedição um técnico daquele estabelecimento.

O professor Ruellan dissertou sôbre o espírito que deve prevalecer nas pesquisas de campo, que consiste em deixar a cada um, o seu domínio. Exemplificando, mostrou que em biogeografia, melhor contribuïção poderá ser trazida por um botânico ou um zoólogo do que pelo próprio geógrafo. O mesmo disse para o sociólogo no estudo da estrutura social e igualmente, para o domínio especial do antropólogo e do etnógrafo.

Referindo-se ao pedido de um conhecedor de meteorologia, feito pelo professor Veríssimo, disse que embora o espaço de tempo da expedição fôsse escasso para pesquisas dêsse gênero, poderá ser útil para a verificação do perfeito funcionamento dos barômetros, etc.

O coronel Lísias Rodrigues lembrou ser possível colhêr informações acêrca

de observações feitas, anteriormente.

O professor Veríssimo apelou, então, para o parecer do professor Schmidt. Visto isto, o engenheiro Leite de Castro, pediu ao professor Schmidt que fizesse na próxima tertúlia, uma comunicação de ordem doutrinária e de ordem de servico.

Foi encerrada a sessão, devendo ser debatidos na próxima tertúlia os assuntos referentes ao Vocabulário Ortográfico da Língua Nacional e à expedição científica à região do Jalapão.

Expedição científica organizada pelo Conselho Nacional de Geografia à região do Jalapão

Esbôco das principais pesquisas antropogeográficas a serem realizadas, apresentado pelo professor E. Backheuser.

I — Pesquisas de morfologia antropogeográfica.

A — Divisão territorial

1 — Verificação dos informes sôbre os municípios, anteriormente fornecidos ao I.B.G.E. pelos prefeitos da região.

B — Quantidade de população

2 — Adensamentos da população. Notícia sôbre cada uma das cidades , vilas, povoados e população esparsa, indicando, entre outras coisas: tipos de edifício (casas, igrejas, repartições, etc.), material empregado, etc. — Sugestões sôbre o melhor plano para as cidades de maior futuro.

C — Qualidade da população

- 3 Medidas antropométricas do homem local. Verificação das características raciais, de modo a verificar a predominância de uma das raças componentes do brasileiro — Colheita de documentos e informes etnográficos.
- 4 Colheita de dados sôbre o jargão lingüístico local, particularidades de pronúncia e de semântica, idiotismos, sintáticos, modismos. Estudo da toponímia, verificando-se, se possível, a origem da respectiva nomenclatura.
- 5 Indicações sôbre os credos religiosos mais seguidos. Indicações sôbre igrejas, capelas, missões. Credos protestantes. Espiritismo. Deturpações religiosas pela superstição.
- 6 Ocupações habituais dos moradores. Analfabetismo. Frequência à escola. Distribuição das escolas. Estabelecimentos culturais.

D — Limites e confrontações

7 — Exame psicológico da influência da linha de fronteiras interestaduais sôbre a alma coletiva das populações. Há um sentimento "estadual?" "nacional?" simplesmente "local"? de município? de distrito? Ou a linha de fronteiras não influe no ânimo das populações?

E — Comunicações

8 — Natureza das vias de comunicação e meios de transporte. — Sumária estatística dos receptores de rádio.

F - Migrações

9 — De qual dos Estados próximos vieram preponderantemente as populações da região? Tendem a sendentarizar-se ou a deslocar-se? São "de passagem?" Qual a direção geral do movimento da população?

II — Pesquisas de topologia antropogeográfica

10 — Estudo mais particularizado da distribuição da população segundo a situação geográfica, isto é, localização nos vales? nas chapadas? junto aos rios? As lagoas? independentemente da água? próximo a bosques? Localização dos vales, gargantas e altura média.

III — Pesquisas de fisilogia antropogeográfica

- 11 Principais características do "domínio" da região:
 - a) animal: o rebanho local, exportação de gado? Aproveitamento do leite? noticia da fauna local.
 - b) vegetal. Exame da flora local, seu possível aproveitamento. Atividades agrícolas.
 - c) mineral. Notícia dos recursos minerais da região. Atividades de mineração.
 - d) atmosférico. Aproveitamento atual, ou possível, do vento, das precipitações atmosféricas.
 - e) fluvial. Notícia de quedas d'água, de rios navegáveis (e seus afluentes), se já estão ou como podem ser aproveitados.

Noticiário

Da Capital Federal

Cr\$

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PLANO ESPECIAL DE OBRAS PÚBLICAS E APARELHAMENTO DA DEFESA NACIONAL O Sr. Presidente da República, no dia 2 de março, assinou o decreto-lei n.º 5 294, referendado por todos os Ministros de Estado, orçando a receita e fixando a despesa para execução, no exercício de 1943, do "Piano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional". A execução do "Plano" far-se-á com o pro-

duto do que fôr arrecadado sob as seguintes rú-

		Oιψ
a)	Taxa sôbre as operações cambiais	350 000 000,00
b)	Lucro das operações ban- cárias em que o Tesouro	ŕ
	tenha coparticipação	215 000 000,00
c)	Cambiais produzidas pelo	
	ouro remetido para o ex-	
	terior	_
d)		
	Tesouro Nacional (decre-	
	to-lei n.º 1 059, de 19-1-	
	1939)	
e)	Juro das contas especiais do	
	"Plano" abertas no Banco	
	do Brasil	25 000 000,00
f)	Saldo presumível do exercí-	
	cio de 1942	10 000 000,00
		600 000 000,00
		222 223 000,00

A arrecadação que porventura se efetuar neste exercício em consequência da venda de ouro para obtenção de cambiais e da colocação de obrigações que forem emitidas ex-vi do disposto no decreto-lei n.º 1 059, de 19 de janeiro de 1939, será computada nas rubricas respectivas (c ou d) que figuram sem estimativa na discriminação dêste artigo, em virtude de não ser provável a utilização, no corrente ano, de tais recursos, previstos, todavia, na lei institucional do "Plano".

Foi aberto o crédito especial de seiscentos milhões de cruzeiros para ocorrer, no exercicio de 1943, às despesas com a execução do "Plano", com a seguinte distribuïção:

	Cr\$
1 - Conselho Nacional do Pe-	
tróleo	15 000 000.00
2 Ministério da Aeronáutica	30 000 000,00
3 — Ministério da Agricultura	25 000 000,00
4 — Ministério da Educação e	
Saúde	20 000 000,00
5 — Ministério da Fazenda	215 000 000,00
6 — Ministério da Guerra	50 000 000,00
7 — Ministério da Justiça e Ne-	
gócios Interiores	10 000 000,00
8 — Ministério da Marinha	50 000 000,00
9 — Ministério da Viação e	
Obras Públicas	120 000 000,00
10 — Siderurgia Nacional	65 000 000,00
	600 000 000,00

Conselho. de Imigração e Colonização

OS MUNICÍPIOS DE SÃO VICENTE E GUA-RUJA', CONSIDERADOS ZONAS URBANAS PA-RA DETERMINADOS EFEITOS — O Conselho de Imigração e Colonização, em reunião realizada no dia 4 de janeiro deste ano, cuja ata foi publicada no Diário Oficial de 8 de fevereiro, aprovou o parecer do Conseiheiro Sr. Artur Hehl Neiva, opinando, em face de consul-ta da Secretaria da Segurança de São Paulo, que os Municípios paulistas de São Vicente e Guarujá, dada a sua situação geográfica e to-pográfica, podem ser considerados zona urbana para o fim de, as respectivas Delegacias de Policia, expedirem carteiras modêlo 19.

Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica

NOMEAÇÃO DE ASSISTENTE - O sr. Presidente da República, por Decreto de 23 de fevereiro, nomeou o engenheiro civil Mordaunt John Moreira Fisher para exercer, em comissão, o cargo de assistente, padrão M, da Divisão Técnica do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, vago em virtude da exoneração do engenheiro civil Feliciano Mendes de Morais civil Feliciano Mendes de Morais genheiro Filho.

Comissão Especial da Faixa de Fronteiras

EXONERAÇÃO E NOMEAÇÃO - Por decreto de 25 de maio, foi concedida exoneração ao Sr. Fernando Antunes, das funções de membro da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras, e nomeado para substituí-lo o Sr. Teodoro Ar-

Coordenação da Mobilização Econômica

CRIADA A COMISSÃO DE RECENSEAMENTO DOS CONSUMIDORES NO DISTRITO FE-DERAL — O Sr. Coordenador da Mobilização Econômica, pela Portaria n.º 46, de 1.º de abril dêste ano, considerando a necessidade de levantar o cadastro da população consumidora do Distrito Federal, criou a Comissão de Recenseamento dos Consumidores. A Portaria foi publicada no Diário Oficial de 2 do referido

ORGANIZADO O SETOR DA PESCA — O Sr. Coordenador da Mobilização Econômica, considerando a importância da pesca marítima fluvial e lacustre para a economia nacional, quer sob o ponto de vista do produtor, quer do

consumidor, e as vantagens de coordenar os constimidor, e as vantagens de condenar os diversos órgãos governamentais, associações de classe e entidades privadas, de forma a determinar o aumento da produção e conseqüênte minar o aumento da produção e consequente barateamento do prduto, no dia 9 de abril assinou a Portaria n.º 52, publicada no Diário Oficial de 10 do mesmo mês, criando o Setor da Pesca, com sede na capital da República e jurisdição em todo o território nacional. A ação do S. P. so fore cartirant da Actual de Consequente de Consequence ação do S.P. se fará sentir em todo o território nacional, dividido em 4 regiões: a) região amazônica, b) região nordestina, c) região central, d) região sulina.

SETOR DE COORDENAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA - O Sr. Coordenador da Mobilização Econômica, considerando a necessidade de coordenar a ação dos órgãos federais, estaduais, municipais e paraestatais e dos serviços que se municipais e paraestatais e dos serviços que se formarem na atual emergência para orientar ou dirigir a produção agrícola, baixou no dia 26 de fevereiro dêste ano, a Portaria n.º 42, publicada no Diário Oficial, no dia seguinte, organizando o setor de coordenação da Produção Agrícola, com sede na capital da República e com jurisdição em todo o território nacional, o qual será dirigido por um Assistente responsável diretamente subordinado ao C.N.E.

ASSISTENTE REGIONAL E DELEGADO NA AMAZÔNIA - O Sr. Coordenador da Mobiliza-AMAZONIA — O si. Cooltenado: da Madollização Econômica, conforme expediente publicado no "Diário Oficial de 4 de março, designou o comandante Braz Dias de Aguiar para exercer a função de Assistente Regional e Delegado da Coordenação na Amazônia, com jurisdição nos Estados do Amazonas, Pará e Território do Acre.

MOBILIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA NAS MI-NAS DE CARVÃO DO RIO GRANDE DO SUL -O Sr. Coordenador da Mobilização Econômica, atendendo a que a importação de carvão estrangeiro se acha reduzido de forma erástica em virtude das dificuldades de transporte marítimo, tornando-se, assim, necessário proteger e incre-mentar, por todos os meios, a produção de car-vão nacional, e considerando que as minas do Rio Grande do Sul encontram-se ameaçadas de paralização parcial devido ao exôdo dos trabalhadores, dirigiu-se, em exposição de motivos ao Sr. Presidente da República, sendo atendido, solicitando a aprovação da Portaria n.º 43, de 10 de março, a qual mobiliza a mão de obra destinada à produção e ao transporte do carvão naquele Estado e dá outras providências.

Na medida estão compreendidos os operários (mestres, contra-mestres, carvoeiros, me-cânicos, topógrafos, auxiliares de topógrafos, motoristas e serventes) que trabalham nas usinas, na lavagem de carvão, no seu transporte seja no páteo das minas, seja no percurso dêsses páteos às estações feroviárias, seja no transporte por via férrea ou nas operações de carre-gamento nos portos do Rio Grande do Sul.

gamento nos portos do Mio Grande do Sal.

Foi atribuído à Diretoria de Produção Mineral da Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, a solução de todos os problemas de mão de obra, os de natureza técnica referentes ao incremento da produção de carvão, os relativos ao transporte e ao carregamento da produção do mesmo nos portos de embarque do Estado do Rio Grande do Sul.

Departamento de Imprensa e Propaganda

MOSTRA FOTOGRÁFICA DAS CAPITAIS BRASILEIRAS - Como uma homenagem ao Sr. Presidente Getúlio Vargas, em sua data nata-lícia, no dia 19 de abril, foi inaugurada pelo Prefeito Henrique Dodsworth no "hall" do Museu Nacional de Belas Artes, uma mostra fotográfica das Capitais Brasileiras que teve por finalidade documentar os melhoramentos introduzidos na vida dessas cidades, seu desenvolvimento econômico, capacidade de transportes e execução de planos urbanísticos e saneamento.

FILMAGEM NA REGIÃO AMAZÔNICA O Sr. Major Coelho dos Reis, Diretor Geral do Departamento de Imprensa e Propaganda, enviou ao Sr. Interventor no Amazonas um telegrama, datado de 3 de março, comunicando que "Walt Disney productions" enviará, em breve, o cinegrafista Knapp para fazer filmagens documentárias da região amazônica, as quais servirão de base de um grande filme sôbre o desenvolvimento da mesma região.

DESCOBRIMENTO DO BRASIL — Sôb os auspícios da Secção Portuguesa do DIP. reaauspicios da Secção Portuguesa do DIP. rea-lizou-se no dia 28 de abril no Gabinete Por-tuguês de Leitura, uma sessão comemorativa ao Descobrimento do Brasil. Falaram os Srs. Almirante Gago Coutinho e Comandante Luiz de Olivios Palo de Oliveira Belo.

A sessão foi aberta pelo Sr. Martinho Nobre de Melo, Embaixador de Portugal, e presi-dida pelo Major Coelho dos Reis, Diretor Geral do Departamento de Imprensa e Propaganda.



Departamento Administrativo do Servico Público

PROGRAMA DE GEOGRAFIA E ESTATÍS-TICA DO CONCURSO PARA ARQUIVISTA — No *Diário Oficial* de 24 de abril foram publicadas às instruções que regulam o concurso de provas para provimento em cargos da classe inicial da carreira de Arquivista de qualquer Ministério. Para as provas figuram os seguintes programas de "Geografia do Brasil" e "Nocões de Estatística".

I — Geografia do Brasil:

1 — Bacias Amazônica, Platina e São Franciscana.

2 — Agricultura. Indústrias extrativas vegetais e minerais. Produtos animais e indústrias

dos derivados. Indústrias manufatureiras.

3 — Viação rodoviária, férrea, fluvial, marítima e aérea. Principais portos e aeroportos.

4 — Brasil: regionalização — Norte, Nordeste, Leste, Sul, Centro-Oeste (Res. n.º 72 do Conselho Nacional de Geografia (1941) e Res. n.º 225 do Conselho Nacional de Estatística (1941). Cidades principais e aspectos políticos

e econômicos das diversas regiões.

5 — Evolução e descrição das fronteiras.

A obra de Rio Branco.

III -- Nocões de Estatística:

- 1 Distribuïção de freqüência e representação tabular.
- 2 Gráficos simples em curvas, barras e setores. 3 — Média aritmética, moda e desvio pa-
- drão. Esta prova valerá até cem pontos, assim distribuídos:
- I Geografia do Brasil, até

VIAGEM DE ESTUDOS AO ESTRANGEIRO O Diario Oficial de 26 de abril publicou a exposição de motivos n.º 598, do Departamento Administrativo do Serviço Público, aprovada pelo Sr. Presidente da República, a respeito da

realização de cursos e estágios no estrangeiro para funcionários públicos federais e elementos da classe de extranumerários do serviço pú-

blico, estes últimos embora em menor escala.

A exposição de motivos é acompanhad das instruções regulando a designação dos servido-res públicos para a realização dos cursos e estágios.

Os candidatos habilitados serão submetidos a um processo de seleção, que constará de cursos intensivos, de frequência obrigatória, versando sôbre:

- I Inglês, prático e corrente, incluindo palestras sôbre usos e costumes norte-america-
 - II História e geografia brasileira;
- III Evolução econômica do Brasil; IV Sistema educativo e administrativo no Brasil e nos Estados Unidos da América.

×

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Presidência

RELATÓRIO REFERENTE AO ANO DE 1942 O Sr. Embalxador José Carlos de Macedo Soares apresentou, recentemente, ao chefe do Govêrno, substancioso "Relatório" referente aos trabalhos de natureza técnica e administrativa desenvolvidos, durante o ano de 1942, pelos três colégios que integram o Instituto de Geografia e Estatística, sob sua presidência.

"Embora em têrmos de síntese — esclarece de início o preclaro presidente do I.B. G.E., no ofício que encaminhou o "Relató-— a exemplo do que se verificou nos rio" relatórios referentes aos anos anteriores, êsse documento proporciona uma visão de conjunto dos fatos, iniciativas e realizações verificadas em tão importante setor da nossa organização administrativa, e cujos auspiciosos efeitos, em relação aos interesses da cultura brasileira e ao esfôrço de mobilização geral ora empreendido, têm sido expressivamente postos em relêvo, através de au-torizados pronunciamentos".

Compõe-se o "Relatório" de sete alentados capítulos. No 1.º sob o título de "Introdução" o sr. Embaixador Macedo Soares, ao ensejo de inventariar, sucintamente, a atuação do Instituto durante os últimos sete anos decorridos, sintetisa as realizações técnicas e culturais do órgão que preside como "a melhor demonstraorgao due preside como a memor demonstra-ção do espírito de unidade, racionalidade e continuïdade sob cuja influência se desenvolve a atuação do nosso aparêlho de pesquisa estatística e geográfica".

A obra do Instituto — expressa-se a seguir — é fundamentalmente nacional, em seus processos de ação e no objetivo que visa, ou seja o de fortalecer, pelo conhecimento sistemático das condições de vida do país, a conciência de nossa unidade, assegurando à máquina administrativa os ele-mentos de contrôle e orientação indispensá-veis ao bom êxito do seu funcionamento".

Ao sumariar, em seguida, os sacrifícios ligados à realização do programa que o I.B.G.E. se propôs realizar, refere-se o Sr. Embaixador Macedo Soares aos óbices encontrados encerrando assim a Introdução do "Relatório":

"Após decorridos sete anos de sua instalação, já será tempo, sem dúvida, de in-dagar se estaria correspondendo o Instituto à alta responsabilidade da missão que lhe cabe, como órgão de pesquisa votado perma-nentemente ao melhor conhecimento das realidades nacionais. Quer-nos parecer que o testemunho dos fatos só pode ser invocado para uma resposta afirmativa.

Com efeito, em qualquer dos três se-tores do sistema — dois permanentes, o estatístico e o geográfico, e um transitório, o censitário — já se evidencia um acervo, de realizações capazes de abonar o acêrto e segurança com que foi estabelecido o pro-grama de ação do Instituto.

Não caberia aquí o retrospecto dessas realizações. Para ressaltar o verdadeiro sentido e amplitude das conquistas verificadas em tão importante ramo de nossa organização administrativa, basta pôr em con-fronto, entretanto, a situação caracterizada pelas palavras atrás reproduzidas, e velhas apenas de pouco mais de um decênio, com o edificante panorama de trabalho que se reflete nestes relatórios anuais.

Esse confronto documenta suficiente-mente o admirável esfôrço de auto-revelação que o Brasil vem empreendendo, no último decênio, com a vitoriosa utilização da Estatística e da Geografia como poderosos instrumentos de perquirição e análise de todos os valores materiais e morais que interferem no rítmo de sua evolução histórica".

Comissão Censitária Nacional

No capítulo II do "Relatório" é feita a exposição dos trabalhos atinentes ao Recensea-mento eficientemente dirigidos pelo cientista prof. J. Carneiro Filippe com a colaboração de uma equipe de técnicos chefiada pelo Sr. Rafael Xavier, nome dos mais expressivos no seio da estatística nacional.

"Das revelações que os resultados preliminares propiciam, - informa o importante documento — muitas exprimem, de modo impressionante, o notável ritmo de progresso do Brasil contemporâneo. Esses testemunhos teriam de constar, evidentemente, de um enorme volume de questionários, cuja coleta, crítica e apuração assumem um vulto jamais excedido por qualquer outro empreendimento técnico- administrativo da nossa história, deixando a perder de vista mesmo o dos trabalhos do censo de 1920. De fato, o crescimento verificado na população - de 30 para 41 milhões -, no total de propriedades agrícolas - de 600 mil para cêrca de 2 milhões —, na soma de estabelecimentos industriais — de pouco mais de 13 500 para aproximadamente 52 300 -, para só falar nas indagações comuns a ambos os recenseamentos, bem como o aprofundamento dessas pesquisas, deram lugar a que a tarefa de agora assumisse tão vastas proporções

No entender dos especialistas, não seria possível obter de uma operação censitária maiores proveitos, quanto à revisão das estimativas há longo tempo em curso, do que os alcançados com o primeiro censo do Estado Nacional. Por outro lado, sentem todos quantos estão a par da profundidade das indagações dos inquéritos lançados, que o material dentro em breve ao dispôr dos administradores e dos estudiosos é de uma riqueza notável, tanto mais sugestivo quanto se refere, em parte, a detalhes — até então inteiramente ignorados —do "complexus" de um país jovem, em um período importantíssimo de sua história".

Os trabalhos e organização do plenário da Comissão Censitária Nacional, no ano em referência, as alterações por que passou o corpo

deliberativo, as representações, as atividades da sub-comissão que tem a seu cargo o exame e a aprovação de despesas, constituem outros tantos assuntos abordados.

Noutro título do "Relatório" são referidas as atividades do Serviço Nacional do Recenseamento, órgão executivo central da Comissão Censitária Nacional. Os assuntos abordados nesse título versam, em primeiro lugar, sôbre os trabalhos afetos ao Gabinete da Presidência, seguindo-se uma referência ao Grêmio Censitário e ao movimento de seleção de pessoal e, por fim, a atuação dos setores: Gabinete Técnico; Serviço de Subsistência e Gabinete Médico.

A Divisão Técnica do S.N.R., sob a chefia

A Divisão Técnica do S.N.R., sob a chefia do Sr. Rafael Xavier, mereceu lugar destacado no "Relatório, sendo postos em relêvo o processamento das tarefas atribuídas às suas secções, que são: Apuração do Censo Demográfico; do Censo Agrícola; dos Censos Industrial e dos Transportes e Comunicações; do Inquérito Postal-Telegráfico; dos Censos Comercial e dos Serviços; e por fim, do Censo Social. As Secções de Arquivo de Sistematização e de Apuração são referidas, igualmente.

As divisões de Coordenação e Publicidade e a Administrativa figuram também no "Relatório" com a especificação do seu movimento no

ano findo.

A descriminação do movimento financeiro da Comissão Censitária Nacional e do seu órgão executivo é o assunto com que se encerra êsse capítulo.

Conselho Nacional de Geografia

Começa o Relatório por acentuar da seguinte forma, a atuação do C.N.G. no seio do Instituto:

"Novas realizações e o vigoroso prosseguimento de iniciativas ainda em via de consecução, assinalaram de maneira bastante auspiciosa a vida do Instituto, durante o periodo a que corresponde êste relatório, no setor de atividades técnicas e culturais cuja coordenação está a cargo do Conselho Nacional de Geografia.

Conforme tem sido acentuado noutras oportunidades também nesse particular era das mais difíceis a obra a empreender, tanto pela própria vastidão do nosso patrimônio territorial, como pela relativa deficiência das pesquisas anteriormente realizadas, visando ao seu perfeito conhecimento. Faltara, sobretudo, a essas pesquisas, o necesário espírito de sistema e senso de continuidade, sem o que falhos e inoperantes serão os esforços empregados e precários os resultados obtidos.

A atuação do Conselho, desdobrada em numerosos cometimentos, caracteriza-se justamente pela organicidade do plano a que se submete, para alcançar objetivos certos, mediante a progressiva conquista de etapas que se sucedem necessariamente. Essa interdependência dos empreendimentos já realizados, ou que ainda estão sendo levados a efeito, assegura a plena concretização de todo um largo programa de trabalho, cujas principais fases já foram vitoriosamente atingidas, graças, sobretudo, ao esfôrço e bôa vontade dos técnicos que ao Conselho têm dado a sua cooperação direta.

O estado de guerra a que foi o país conduzido, em justo revide aos atentados à sua soberania, encontrou da parte dos geógrafos brasileiros um espírito de profunda compreensão, inspirada por vigilante patriotismo. Os serviços técnicos do Conselho passam a ser utilizados intensamente para fins militares, procurando a instituição,

por todos os meios ao seu alcance, prestar ao esfôrço de guerra do país o concurso das atividades especializadas que coordena".

O primeiro título do capítulo alusivo ao C.N.G. é consagrado ao registo das atividades desenvolvidas na última Assembléia Geral, realizada em Goiánia.

Realizou a Assembléia dezesseis reuniões, das quais duas solenes — a de instalação e a de encerramento —, deliberando sôbre vinte e dois relatórios elaborados àcêrca do desenvolvimento das atividades geográficas realizadas no país, tendo sido aprovadas vinte e tres Resoluções, sendo seis sôbre matéria administrativa, seis desenvolvendo assuntos técnicos, sete versando matéria cultural e quatro formulando pronunciamentos diversos àcêrca dos fatos da geografía nacional. Essas deliberações passaram a figurar nos fastos do I.B.G.E. com a denominação de "Resoluções de Goiânia".

Quanto ao Diretório Central, realizou êste, em 1942, vinte e duas reüniões, sendo baixado no mesmo período, trinta Resoluções (89 a 118) das quais dezesseis de matéria geral e administrativa, quatro de natureza técnica e dez de interesse cultural.

administrativo e coordenador das várias atividades do C.N.G. tem a seu encargo o preparo de todo expediente, cabendo-lhe, ainda, tomar ad referendum, ou por determinação da Presidência e do D. C. tôdas as providências de caracter administrativo necessárias à perfeita reguralidade da vida do Conselho, apresentou-se no "Relatório", mostrando sua eficiência.

Basta dizer que atingiu a 80 a média diária de documentos expedidos, muitos dêsses encerrando asuntos de suma importância e tratando questões técnicas e culturais que exigiram estudo cuidadoso e profundo.

O Serviço de Geografia e Estatística Fisiografias e documentos e preparou três alenta-administração subordinada ao C.N.G., em regime especial, sendo seu órgão executivo, realizou proveitosos serviços, informa ainda o *Relatório*.

O panorama geral das realizações do Serviço em 1942 é, realmente, expressivo: a Secção de Documentação coligiu abundante e valioso material documentário em livros, mapas, fotografias e documentos e preparou três alenta-das contribuições ao "Dicionário Geográfico Brasileiro"; as duas Secções de Cartografia recolheram nas repartições federais copiosa coletânea de dados cartográficos e elaboraram numerosas fôlhas da Carta Geral do Brasil e mapas outros, dos quais, dois foram impressos; a Secção de Estudos apresentou variados trabalhos de cunho científico; e a Diretoria, além de atender a vultuoso expediente, de preparar as reuniões dos órgãos centrais deliberativos e técnicos do Conselho, de executar medidas administrativas e orçamentárias, pôde, assistida pelas comissões técnicas a ela assessoradas — a Comissão da Carta e a Comissão da Biblioteca Geográfica Brasileira —, supervisionar os trabalhos da Campanha de Coordenadas Geográ-ficas, que ativamente prosseguiram em 1942, conduzir a participação efetiva do Conselho na expedição científica à região da divisa Goiaz-Baía, determinar o reconhecimento geral da região da divisa Minas-Goiaz, coordenar o estudo geográfico do Município de Goiânia, superintender a impressão de dois mapas do Brasil, o cartograma da densidade demográfica e o da faixa de fronteiras, - supervisionar o preparo e a impressão de publicações - os números trimestrais da "Revista Brasileira de Geografia" de Goiania — e dirigir o Concurso de Monografias de Aspectos Municipais.

Os empreendimentos assim esquematizados foram de tal importância e vulto, em seu desdobramento no decorrer de 1942, que foram ana-lisados e expostos um a um no Relatório. No prosseguimento da Campanha das Coor-

denadas Geográficas, dirigida pelo Prof. Alírio de Matos, apesar das grandes dificuldades: crise dos transportes e diminuição no número de operadores, a primeira decorrente da situação ge-ral e a segunda da volta de engenheiros para as respectivas funções nos Estados, foram assinaladas a determinação das coordenadas de 119 pontos, assim distribuídos:

Baia, 23; Golaz, 21; Minas Gerais, 26; Para-ná, 12; Pernambuco, 1; Piauí, 6; Rio de Janeiro, 5; Rio Grande do Sul, 17; Santa Catarina, 5; divisa Baia-Goiaz, 3.

A expedição à divisa Baía-Goiaz, realizada entre maio e agôsto do ano findo, pela Divisão de Geologia e Mineralogia do Ministério da Agricultura, a qual contou com a colaboração do Conselho, foi outro empreendimento de que se

Essa expedição estudou a região compreendida desde a trijunção Minas-Baía-Goiaz nas proximidades da cidade goiana de Sítio de Abadia até as imediações da cidade baïana de Bar-reiras, abrangendo cêrca de 400 quilômetros de percurso. Não havendo essa expedição, em face de vários motivos, podido terminar o estudo de toda a zona programada, que iria até a re-gião do Jalapão situada na pretensa quadrijunção Baia-Goiaz-Piaui-Maranhão, o Conselho está realizando êste ano uma nova expedição com os objetivos de prosseguir os trabalhos de 1942, estabelecendo, duma vez, suas indagações científicas e seus trabalhos de campo até o Jalapão e daí ao rio São Francisco, de modo a abranger com êsses estudos uma extensa faixa do Brasil interior. Ilustrando os benefícios decorrentes da primeira expedição é posta em relêvo a particularidade de haverem os técnicos do C.N.G. integrantes da mesma, encontrado uma diferença de ordem de cem quilômetros entre a posição da divisa Gojaz-Baía, figurada no mapa oficial do Brasil (Carta do Centenário) e a sua verdadeira posição, ora levantada.

serviços da expedição Paralelamente aos Goiaz-Baía foi realizada uma outra à divisa Goiaz-Minas havendo essa expedição, dirigida pelo eng.º Dalmí Rodrigues de Sousa estudado a região fronteiriça, de Sítio de Abadia até Formosa. 700 quilômetros foram percorridos por essa ultima expedição, sendo determinadas vinte coordenadas geográficas e executados numerosos

reconhecimentos.

O Curso de Especialização Cartográfica, promovido pelo Conselho e que tão excelentes resultados obteve, teve início em dezembro de 1941, prolongando-se até 1942, conseguiu habilitar a melhor e a maior equipe de especialistas no

Também o Curso para funcionários esta-duais, realizado em 1942, no qual foram inscri-tos 19 técnicos procedentes de quase todos os Estados, foi outra iniciativa de grande alcance e de reais proveitos.

Sôbre a atualização da Carta Geral do Brasil, ao mencionar os trabalhos, expressa-se o

Relatório:

"A atualização da Carta Geral do Brasil, ao milionésimo, é a tarefa em tôrno da qual, a bem dizer, se concentra a atividade do Conselho, que tem nesse encargo o seu empreendimento fundamental, na atual fase de atividades. Não sòmente a Campanha de Coordenadas, como as expedições científicas e todos os trabalhos de campo realizados ou promovidos e coordenados pelo Conselho, constituem contribuïções inestimáveis para o êxito dêsse empreendimento. Além disso, ativam-se no gabinete a coleta de elementos geográficos e cartográficos e a apuração de dados em arrranjos cartográficos técnicamente ajustados.

Foram coletadas e examinadas, em 1942, 3 020 coordenadas, sendo: 1 029 da Comis-são de Fronteiras, 174 da Diretoria de Navegação, 53 das Comissões de Limites Interestaduais, 1 480 dos Serviços federais, 170 dos Serviços estaduais e 114 diversos. Das 3 020 coordenadas coletadas, 1 729 foram julgadas boas e 1 921 sofríveis.

Por outro lado, muito intensa foi a coleta de dados cartográficos: da Divisão de Geologia e Mineralogia, 25; do Departa-Geologia e Mineralogia, 25; do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, 36; do Arquivo Nacional, 44; do Departamento de Correios e Telégrafos, 27; do Serviço Nacional de Obras de Saneamento, 7; da Inspetoria de Obras Contra as Sêcas, 26; do Instituto Nacional do Sal, 2; do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, 73; da Comissão da Carta de Mato Grosso, 2; do Estado do Rio Grande do Sul, 41; do Estado do Rio Grande do Sul, 41; do Estado do Rio Grande do Sul, 41; do Estado do Rio Grande do Rio Grande do Norte, 2; do Estado do Rio Grande do Norte, 2; do Estado de Santa Catarina, 31; de particulares, 14. de particulares, 14.

Depois de coletado o material, procede-Depois de coletado o material, procede-se ao seu ajuste para o preparo das fólhas da Carta Geral do Brasil. Traçada primeira-mente a gratícula ou rede de meridianos e paralelos, são locadas em cada fólha as co-ordenadas geográficas julgadas boas ou acet-táveis. Vêm depois os levantamentos de precisão, as triangulações geodésicas e os levantamentos topográficos rigorosos, para, o fim encherem o mas em adecuadas ao fim, encherem o mapa, em adequadas compensações e ajustes gráficos, os elementos de reconhecimento ou informativos.

Decidiu a Comissão Técnica, constituída pelo Conselho para superintender os trabalhos da Carta, que se figure uma edição preparatória, na escala de 1:500 000, sempre que os elementos coligidos comportem tal representação, e observada uma distribuição de fôlhas submúltiplas das fôlhas da carta ao milionésimo.

As fôlhas dessa edição foram previstas para ser impressas sòmente a três côres: o preto do fundo do mapa, o azul das águas e o vermelho dos caminhos. Ficou estabelecido também que não haveria chapadas coloridas. Assim, no preparo da edição preliminar há enorme simplificação: a) não aparece o relêvo, abolindo-se as curvas de nível; b) é reduzido a três o número de côres e essas apenas cobrem traços.

Esse critério é considerado muito feliz, pelas apreciáveis vantagens que oferece, tanto de ordem cultural, como de ordem material. Com a sua adoção, abre-se a possibilidade duma larga consulta aos técnicos, professores, geográfos, administradores, tes da edição definitiva, servindo as fôlhas preparatórias de excelente veículo de inquérito; por outro lado, torna-se acessivel, nas atuais circunstâncias, o aparecimento rápido e abundante de mapas que, embora só apresentando a planimetria, figuram o que há de melhor e de mais atualizado, em re-

ferência às diferentes regiões do país. De acôrdo com essa orientação, já se acham em preparo as fôlhas da edição preliminar, sendo o seguinte o estado atual dos

trabalhos:

7 fôlhas prontas: n.º 116; Goiânia NO; n.º 117; Goiânia NE; n.º 124; Goiânia SO; n.º 125; Goiânia SE; n.º 151; Uruguaiana NO; n.º 155; Uruguaiana SO; n.º 159; Lagoa Mirim NO.

13 fôlhas quasi prontas: do Estado da Baía, ns. 80, 81, 93, 94, 101, 103, 104, 110, 111, 112, 113, 121, 128.

2 fôlhas meio prontas: n.º 152: Uruguai-ana NE; n.º 156; Urugiana SE.

6 főlhas iniciadas: n.º 38: Fortaleza SE; n.º 39; Fortaleza SO; n.º 51: Teresina NE; n.º 65; Teresina SE; n.º 52: Jaguaribe NO; n.º 66: Jaguaribe SO.

Está o Conselho, pois, em condições de iniciar a impressão das fôlhas. O assunto, aliás, vem sendo cuidadosamente estudado, porque é seu propósito iniciar e com ritmo seguro prosseguir a edição das fôlhas da carta preparatória, por todo o ano de 1943".

A documentação geográfica sob a guarda da 1.ª secção também é inventariada, assim

apresentando-se:

A Biblioteca Central, que no ano anterior já apresentava um efetivo de 7 000 volumes, teve o seguinte aumento: livros, 357;folhetos, 659; periódicos, 2 748; duplicatas, 487.

Por sua vez, a Mapoteca, que já reunia 4 000 cartas, foi acrescida de mais 356 em 1942, enquanto se elevava a cêrca de 16 500 o número

de fotografias arquivadas.

O Arquivo Corográfico enriqueceu-se em 1942 de mais 11 824 documentos, a ajuntar aos 75 000 já existentes em dezembro do ano anterior.

O interêsse que vem despertando a do-cumentação coligida pelo Conselho, evidencia-se através do número crescente de consultas e, no caso especial dos mapas, pelo fornecimento de cópias tiradas no gabinete existente na re-partição central do Conselho. Em 1942, foram tiradas 8 423 cópias, consumindo-se 6 541 metros quadrados de papel heliográfico.

A atuação da Revista Brasileira de Geografia, órgão oficial do Conselho, já no seu 5.º ano de circulação ininterrupta, é enaltecida, expressando-se mais o documento sôbre as outras contribuïções culturais com que o Conselho tem en-

riquecido a bibliografia nacional.

A instalação da Comissão diretora da Bi-blioteca Geográfica Brasileira integrada por ilustres figuras do meio geográfico brasileiro e a consequente instalação dos seus trabalhos constitue outro ponto referido pelo Sr. Embaixador Macedo Soares, que ao ensejo, esclarece:

"Um dos primeiros trabalhos a ser lançado no plano de divulgação da Biblioreca Geográfica Brasileira será uma nova "Corografia do Brasil", elaborada pelo Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, viço de Geografia e Estatística Fisiográfica, mediante a utilização do abundante do-cumentário que vem reünindo, relativa-mente à geografia do Brasil, e constante de livros, mapas e fotografias. Deliberando sô-bre a iniciativa, que se destina a oferecer valiosa contribuïção às letras didáticas do país, a Assembléia Geral do Conselho esta-beleceu os seguintes principles. beleceu os seguintes princípios:

a) é considerado recomendável a) é considerado recomendável que, além da parte propriamente nacional em que será estudado o país — em conjunto, nos seus aspectos corográficos — e as suas grandes unidades geográficas, conste da obra uma parte regional, compreendendo o estudo análogo, quanto possível minucioso, de cada Unidade da Federação, mas de tal sorte que as duas partes da Corografia se completem e se harmonizem, sem repetições nem duplicidade de conceituação ou documentação;

para a organização da parte regional será solicitada a colaboração dos órgãos re-gionais do sistema nacional, cujas contribuïções deverão obedecer ao plano uniforme a ser previamente fixado pela repartição central do C.N.G.;

c) é julgado conveniente o maior esmero na apresentação da documentação geográfica, afim de que, pela fiel observância dos preceitos metodológicos, científicos em geral e geográficos em particular, a nova Corografia venha a constituir-se um modêlo de obra didática;

d) deverão ser objeto de entendimentos com as administrações regionais as edições das corografias estaduais que o C.N.G. pu-

blicará oportunamente.

Comissão Executiva da Biblioteca Geográfica Brasileira examinará, oportunamente, os originais do trabalho e deliberará quanto à respectiva edição.

Também fará parte da Biblioteca, segundo previu a Assembléia Geral do Conselho, em sua Resolução n.º 121, o relatório final a ser apresentado pelo Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica sôbre as contribuïções, completadas pelas pesquisas locais que haja por bem promover, referentes à delimitação e caracterização da Serra do Mar, como ponto do programa estabelecido, visando a tornar bem conhecido o relêvo brasileiro, principalmente nos seus acidentes de maior evidência.

Atendendo a uma exigência da cultura geográfica do país, o Serviço deverá publicar, ainda, também na Biblioteca Geográfica Brasileira, bibliografias geográficas sôbre o nosso território, a primeira das quais será a do Estado de Goiaz, baseada num trabalho apresentado à II Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística.

Continuando a enumerar as atividades da ala geográfica do I.B.G.E. o Relatório dá conta de outros trabalhos como sejam os decorrentes do preparo das contribuïções do "Dicionário Geográfico Brasileiro" que compreende em sua elaboração as três fases seguintes: a) o "Voca-bulário Geográfico", limitado cada verbete à consideração da espécie geográfica e localização municipal; b) o "Pequeno Dicionário Geográfico", apresentando os principais característicos ou acidentes e localidades; c) o "Grande Dicionário Geográfico" em que cada verbete é estudado minuciosamente, sob a forma de verdadeira monografia, ilustrada por fotografias, desenhos e mapas, conforme estabeleceu a Re-solução n.º 36, do Dicionário Central do Con-

No período a que corresponde o *Relatório*, foram preparadas três novas contribuïções, sob a forma prática de Vocabulários das Unidades Federadas: do Estado de Goiaz, com 8 252 verbetes; do Estado de São Paulo, com 13 456 verbetes; do Estado de Sergipe, com 1 332 verbetes.

Acham-se concluídas, por conseguinte, sete contribuïções, tôdas sob a forma de Vocabulário, ao Dicionário Geográfico Brasileiro, empreendimento êsse de evidente significação dentre quantos se encontram sob a responsabilidade do Instituto, no setor das suas atividades geográficas.

O processamento da revisão dos nomes das estações ferroviárias do país, determinado pelo decreto-lei federal n.º 3 599; a edição de trabalhos cartográficos elaborados pelo Conselho; o concurso de monografias municipais; o andamento das trabalhos preparatórios do X Congresso Brasileiro de Geografia, a realizar-se. em setembro próximo na capital do Pará; o estudo geomorfológico do município de Goiânia, procedido por funcionário do S.E.F., dirigido pelo prof. Francis Ruellan no qual também tomou parte o prof. José Verissimo da Costa Pereira; o Curso de Informações, constante de três eruditas conferências, realizadas por ilustres nomes da geografia brasileira, sob os auspícios do Conselho; a Divisão Regional do Brasil; o Código de especificações técnicas; a próxima re-visão do quadro territorial do país; os vários estudos geográficos procedidos pela Secção de Estudos do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica; as atividades dos Diretórios Regionais de Geografía e os Serviços Geográficos Estaduais, constituem outros tantos assuntos focalizados no importante documento apresentado ao Chefe do Govêrno pelo Embaixador J. C. de Macedo Soares.

Conselho Nacional de Estatística

Com referência aos trabalhos efetuados pelo Conselho Nacional de Estatística, o presidente do I.B.G.E. dedica grande parte do seu *Relatório* na explanação dos valiosos serviços levados a efeito pelo órgão *leader* do Instituto.

"O ano de 1942 — esclarece, de início, o Sr. Embaixador Macedo Soares — além da significação excepcional que lhe cabe na vida do Instituto, quanto aos objetivos de organização e de consolidação das condições básicas para a eficiência do sistema em todo o país, foi também de fecundas realizações, marcadas pelo crescente prestigio nacional e continental da estatística brasileira.

Recebeu a entidade as mais altas provas de confiança dos poderes públicos em geral e, de modo especial, daqueles órgãos incumbidos da segurança interna e defesa externa da nação, bem como dos responsáveis pelo nosso equilíbrio econômico na atual emergência. Demonstrações de aprêço que resultaram em novos encargos, foram, entretanto, acompanhadas das fórmulas e medidas capazes, não apenas de permitir a execução dessas tarefas de interesse imediato, mas também de assegurar o definitivo aparelhamento que ainda faltava à organização de estatística brasileira justamente na esfera mais importante das relações com as fontes informantes — a do sistema municipal.

Foi de par com outras iniciativas e multiplas providências, ligadas à eclosão de uma fase nova para a estatística brasileira, que se desenvolveram as atividades do Conselho, com uma intensidade cujo ritmo a vigência do estado de guerra acelerou vivamente.

Para o êxito daquelas medidas atrás referidas e o largo proveito dessas atividades, concorreu sobremaneira o espírito de cooperação de que deram mostra mais uma vez os chefes dos governos regionais, com uma visão verdadeiramente nacional dos assuntos, assentindo, como o fizeram governantes municipais, no alargamento da atuação técnica e administrativa do Instituto sôbre os órgãos locais e contribuindo de vários modos para o crescente aperfeiçoamento e eficiência da estatística em todo o país.

A campanha anual de pesquisas foi realizada com absoluta prontidão em tôdas as Unidades Federadas, e inquéritos novos puderam ser lançados conforme os reclamos da nossa defesa econômica e militar.

O Conselho manteve, em vários Estados, delegados seus em funções de direção ou asistência técnica junto aos Departamentos regionais, e distribuiu, nos têrmos da respectiva legislação, quotas de auxílios a todos êsses órgãos, intensificando-se por diversas formas a estreita colaboração que não está apenas na fórmula de estruturação das atividades estatísticas e geográficas brasileiras, mas no próprio espírito da entidade.

A essas circunstâncias é decerto devido também o realce que lograram ter as nossas iniciativas culturais, ou a nossa participação nas que se realizaram sob o patrocínio do Instituto".

Conselho Nacional de Estatística

ELOGIADA A ATUAÇÃO DO REPRESENTANTE DO EXÉRCITO — O General de Brigada Eduardo Guedes Alcoforado, 2.º Sub-Chefe do Estado Maior do Exército, referindo-se à comunicação do Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto Brasileiro de Geografía e Estatística dirigida ao Sr. Chefe do Estado Maior, com relação ao Major Irací Ferreira de Castro, assim se expressou, no Boletim n.º 11:

"O presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística deu ciência a esta Chefia de que o Major IRACÍ FERREIRA DE CASTRO, representante do Ministério da Guerra junto ao Conselho Nacional de Estatística, fóra o solicitante e o orientador direto da elaboração do estudo atinente a adaptar melhor a organização estatística brasileira às superiores exigências da segurança nacional e permitir um rendimento adequado das Secções de Estatística Militar.

No mesmo documento teve, outrossim, aquela autoridade oportunidade de testemunhar a alta valia da cooperação dos Ministérios Militares, prestando "o concurso assíduo, e muitas vêzes decisivo, dos órgãos militares às campanhas técnicas e culturais em que se desenvolvem as atividades do Instituto. E' de justiça ressaltar, em particular, a esclarecida e patriótica atuação do representante do Ministério da Guerra, o Major IRACÍ FERREIRA DE CASTRO, que, com incansável zêlo, tem trazido a mais valiosa contribuição pessoal às deliberações do Conselho de que participa, orientando com absoluta segurança todos os assuntos que interessam a êsse Ministério, o que tem tornado fáceis e proveitosos os nossos esforços, desenvolvidos segundo as diretrizes fixadas pelo Estado-Maior do Exército".

Esta Chefia se sente desvanecida com as expressões encomiásticas do Presidente do I.B.G.E., atingindo em cheio o E.M.M. na pessoa de um dos seus mais brilhantes e esforçados batalhadores — o Major IRACÍ FERREIRA DE CASTRO. Não constituiu surpresa, para os que, como eu, conhecem êsse oficial, o panegirico que lhe fêz o Embalxador Dr. JOSE' CARLOS DE MACEDO SOARES, porquanto materias de elevado relêvo lhe têm sido distribuídas para estudo, e, em todos os seus trabalhos e pareceres, percebe-se nitidamente que, através da sua modéstia cativante e da sua feição simples existe uma lúcida inteligência, servida por uma cultura sólida.

Como Chefe direto do Major IRACÍ, sinto-me por demais jubiloso ao ter conhecimento das palavras laudatórias do Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e, sem deixar passar a ocasião que a comunicação dêsse eminente brasileiro proporcionou, louvo prazeirosamente o Major IRACÍ FERREIRA DE CASTRO pela sua atividade eleveda e irrepreensível, não só no desempenho da missão de representante do Ministério da Guerra naquele destacada Instituto, mas também no trabalho quotidiano neste E.M.E.; pelo muito que revelou saber de Mobilização Econômica, destacando-se como um dos mais profundos conhecedores do assunto, cujas questões enfrenta com absoluta segurança. Oficial de cultura geral, profissional e especializada excelentes, leal, dedicado e ativo, esta Chefia tem nele um auxiliar infatigável para as mais difíceis missões".

O SR. ALBERTO MARTINS CONTINUARA' À DISPOSIÇÃO DO I.B.G.E. — O Sr. Presidente da República, conforme despacho publi-

×

cado no *Diário Oficial* de 22 de abril, autorizou continuasse à disposição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o Sr. Alberto Martins, estatístico, classe L, do Ministério da Educação e Saúde, lotado no Serviço de Estatística da Educação e Saúde, na forma do art. 35 do Estatuto dos Funcionários.

O D.A.S.P. manifestou-se favoràvelmente à solicitação até 31-12-44.

O Sr. Alberto Martins everce, com invulgar capacidade profissional, as funções de Diretor da Secretaria do I.B.G.E.

Conselho Nacional de Geografia

SERVIÇO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA FISIOGRAFICA — 3.º Secção, Conforme o relatório do respectivo Chefe ao Sr. Diretor do mesmo Serviço e referente ao ano de 1942, coube à 3.ª Secção a execução de todos os trabalhos a s. Secção a execução de todos os trabalhos gráficos de desenho saídos do S.G.E.F., com exceção dos trabalhos ilustrativos de "Vultos e Aspectos da Geografia do Brasil", publicados na "Revista Brasileira de Geografia", e dos da Carta Geral do Brasil.

A 3.ª Seccão executou ainda:

 Original para impressão do Cartograma da Divisão Municipal do Brasil que apresentará municípios, impressos conjuntamente;

Todos os gráficos que necessitaram restauração e nova execução, para os Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia.

— Execução dos trabalhos especiais apre-sentados pelo I.B.G.E. na Exposição de Educação, Cartografia e Estatística de Goiânia;

Inúmeros outros trabalhos, entre os quais se podem destacar: mapas-roteiro para as expedições realizadas e a realizar nos limites de Baía-Goiaz; esquemas para a palestra da Tertúlia inaugural; trabalhos gráficos para o Arquivo; cálculo da fronteira internacional do Acre; cálculos das áreas das circunscrições administrativas abrangidas pela faixa de fronteira, cujo mapa, executado na Secção em 1941, com êsse complemento foi publicado em 1942.

Prosseguiu a 3.ª Secção no preparo dos ori-

ginais dos cartogramas estaduais que seriam impressos e que, por deliberação da Comissão da Carta, foram suprimidos para dar lugar à impressão de mapas estaduais suficientemente detalhados, e cuja coleção foi iniciada em de-

zembro do ano findo.

Ao relatório da 3.ª Secção foram anexados os Carteira da Divisão Territorial e do Gabinete de Cópias, apresentados pelos respectivos Encarregados. Entre os trabalhos a cargo do Gabinete figurou a tiragem de cópias heliográficas, que atingiu a soma de 6 353,88m², elevando-se o total de cópias a 7 820, tendo-se completado a coleção dos 1 574 mapas municipals destinados os Savvios Necional de Armentals destinados ao Savvios Necional de Armentals pais, destinados ao Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários.

De cópias em retofoto foram tiradas em negativo 302 e 301 em positivo, empregando-se na realização dêsses trabalhos 187m² de papel.

O Gobinete de Cópias executou, ainda, inúmeros outros trabalhos para atender a solicitações, conservação e aperfeiçoamento do material existente e ao desenvolvimento do servico.

CARTEIRA DA DIVISÃO TERRITORIAL — Compete à Carteira da Divisão Territorial, o contrôle permanente da documentação relativa à execução dos decretos-leis, n.º 311, de 2 de março de 1938, que dispõe sôbre a Divisão Territorial, e n.º 3 599, de 6 de setembro de 1941, que dispõe sôbre a nomenclatura das estações ferroviárias do País. Consta êsse contrôle de di ferroviárias do País. Consta êsse contrôle de diferentes e minuciosos confrontos e exames, de tôda a documentação resultante da execução dos referidos Decretos-leis e demais resoluções que lhes são correlatas.

Quanto à divisão territorial, partiram os trabalhos do dispositivo regional, que executou o primeiro dos Decretos-leis, anteriormente mencionados, sendo a seguinte a relação dos confrontos e exames realizados com a documenta-cão de tôdas as Unidades Federadas:

1.º — Confronto entre os quadros anexos ao respectivo Decreto-lei, regional, que deu execução ao Decreto-lei, Federal, n.º 311, de 2 de março de 1938, o projeto-padrão dos decretosleis regionais previstos no art. 18 do decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938, baixado pelo Govêrno Federal e o modêlo para a publicação da nominata das circunscrições administrativas da nominata das circunscrições administrativas e judiciárias, anexos à Resolução n.º 36, de 14 de março de 1938 da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Geografia e o Anexo n.º 1 ao Decreto-lei, regional, que fixou a divisão territorial do Estado de 1.º de janeiro de 1939 a 31 de dezembro de 1943 (Lei Qüinquenal), observando-se, relativamente às circunscrições, a criação, a extinção, a mudança de âmbito territorial, a grafia dos topônimos e a categoria das

2.º — Confronto entre a lei quinquenal regional e os Anexos números 1, 2 e 3 do padrão previsto na Resolução n.º 108 do Conselho Nacional de Estatística, para as leis regionals executórias do decreto-lei, nacional, n.º 311, de 2 março de 1938, assentado pela Resolução n.º 12, de 19 de setembro de 1938 do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia;

3.º - Confronto entre os anexos números 1 e 2 da lei quinquenal, regional, observando-se a existência em ambos, do mesmo número de

Municípios e Distritos;

4.º — Exame ligeiro das descrições dos limites intermunicipais e das divisas interdis-tritais, constantes no anexo n.º 2 à lei qüin-quenal regional, para verificação da continui-dade dêsses limites e dessas divisas e da sua identidade com acidentes naturais;

5.º — Exame minucioso das descrições dos limites intermunicipais e das divisas inter-distritals, constantes no anexo n.º 2 à lei quinquenal regional, para verificação da correspondência e da reciprocidade entre os textos das

circunscrições confrontantes;

6.º — Exame dos atos interpretativos de linhas divisórias e a lei quinquenal regional de acôrdo com o ponto de vista assentado pela Resolução n.º 28, de 3 de fevereiro de 1939, do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia;

7.0 — Confronto entre os Mapas Municipais, organizados em observância ao Decreto-lei, Federal, n.º 311, de 2 de março de 1938, e o anexo n.º 2 à lei quinquenal, o satos de delimitação urbana e suburbana das sedes de circunscrições e os atos interpretativos de linhas divi-

sórias;
8.º — Confronto entre a lei qüinquenal e o Decreto-lei, regional, que deu nova organização judiciária, observando-se a corespondên-cia e a subordinação entre as sedes de circunscrições e a continuidade dos âmbitos terirtoriais, respectivos:

Quanto à documentação ferroviária, os trabalhos foram baseados nos relatórios da Comissão Revisora de cada Unidade Federada, em confronto com a nomenclatura das estações das empresas filiadas em tráfego mútuo e dos que com estas mantém tráfego direto, edição de 1939, revista e corrigida pela Contadoria Geral de Transportes, os Mapas Municipais respectivos e a Relação das Estações Ferroviárias do Departamento Nacional de Estações (Perroviárias do Departamento Nacional de Estações (Perroviárias do Perroviarias) Departamento Nacional de Estradas de Ferro, cedida à Carteira pela Secção de Estatística da Divisão Econômica do referido Departamento.

Servico Nacional do Recenseamento

VISITA DO PREFEITO HENRIQUE DODS-WORTH — O Sr. Henrique Dodsworth visitou o Serviço Nacional do Recenseamento, que percorreu demoradamente, ouvindo detalhadas explicações sôbre a natureza e a extensão dos trabalhos realizados pelas diversas secções. Receberam o Sr. Henrique Dodsworth, acompanhando-o durante a visita, os srs. Carneiro Filippe, presidente da Comissão Censitária Na-cional, e diretor geral do Servico Nacional de Recenseamento; Rafael Xavier, diretor da Di-visão Técnica do S.N.R.; Teixeira de Freitas, secretário geral do Instituto Brasileiro de Geo-grafia e Estatística; padre Leonel da Franca, da Comissão Censitária Nacional; Cristóvão Leite de Castro, secretário geral do Conselho Nacional de Geografia, além de chefes de servicos do S.N.R.. Depois de palestrar durante algum tempo, no gabinete do sr. Carneiro Filippe, o prefeito visitou as seccões de Censo Demográfico, de Apuração, Censos Industrial, Co-mercial, Agrícola e Social, e, finalmente, a de Sistematização. Os censos demográfico e econômico estão bastante adiantados. A exceção do censo Agrícola e do Demográfico, todos estarão terminados e com os resultados divulgados ainda êste ano. Contrariando a impressão, aliás injustificável de que os trabalhos de apuração estão sendo muito morosos, em uma das secções, durante a visita, o Sr. Rafael Xavier mostrou ao Sr. Prefeito o resultado final do Censo Comercial de 1939 nos Estados Unidos e só há pouco concluído e divulgado.

Despedindo-se do Professor Carneiro Filippe, o Sr. Henrique Dodsworth disse que levava a melhor impressão de tudo quanto havia visto e constatado através as explicações que lhe foram dadas sôbre as atividades do S.N.R.

4

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

SUBVENÇÕES AOS AEROCLUBES — O Sr. Ministro da Aeronáutica baixou, no dia 10 de fevereiro dêste ano, a Portaria n.º 17, aprovando as Instruções para a execução do Regulamento sôbre as subvenções aos aeroclubes, as quais foram publicadas no Diário Oficial, de 15 do referido mês.

NOVOS REPRESENTANTES NO SERVIÇO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO — O Sr. Ministro da Aeronáutica, por ato de 26 de janeiro designou o 1.º Tenente do quadro de oficiais auxiliares Valter Castilhos de Barros para substituír o capitão aviador Pindaro Pereira Dias no Serviço Geográfico e Histórico do Exército. Por ato de 3 de fevereiro, foi dispensado das funções que exercía no mesmo Serviço o capitão aviador Aldo Ferreira e designado para substituí-lo o aspirante da Reserva convocado, Edgard Azevedo Moreira.

Escola de Especialistas de Aeronáutica

PROGRAMA DE GEOGRAFIA — O Diário Oficial de 22 de fevereiro publicou, em suplemento, as Instruções para o funcionamento da Escola de Especialistas de Aeronáutica, aprovadas pela Portaria n.º 18, de 10 do mesmo mês, do Sr. Ministro da Aeronáutica.

No concurso de admissão ao Curso de Especialistas, figura o seguinte programa de Geografia:

"Assunto equivalente ao de admissão e ao da parte da 1.ª série ginasial do ensino secundário, compreendendo:

a) A terra no espaço: Idéia do Universo; sistema solar; principais astros e planetas; terra e lua: forma, dimensões e movimentos; eixo, polos, círculos e zonas climatéricas terrestres; coordenadas geográficas; orientação; representação da terra por meio de cartas.
 b) Estrutura da terra: A crosta da terra;

b) Estrutura da terra: A crosta da terra;
 acidentes geográficos aquáticos e terrestres;
 partes do mundo: continentes, oceanos e ma-

res. Atmosfera e climas.

c) Paises das Américas; localização relativa; capitais e cidades principais; população

e superfície relativa.

d) Brasil: situação, limites, superfície e população; principais serras, ríos, lagos, ilhas, cabos e baías. Dimensão administrativa. Estados, capitais, cidades e portos principais. População e superfície relativa comparadas às grandes nações. Govêrno, raça e lingua. Produção mineral, vegetal e animal; comércio e indústrias principais; materiais e produtos de exportação e importação. Vias de comunicações terrestres, fluvial, marítima e aérea.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

OBRAS NO PARQUE NACIONAL DE ITATIAIA — O Sr. Presidente da República, por
despacho de 22 de janeiro, publicado no Diário Oficial de 4 de fevereiro, aprovou o parecer
do Departamento Administrativo do Serviço,
público, constante da exposição de motivos n.º
176, sóbre o pedido do Ministério da Agricultura
no sentido de que fósse "autorizada a adjudicação das obras de abastecimento dágua e de
instalação de uma usina hidro-elétrica no
Parque Nacional de Itatiaia, ao único licitante
na concorrência realizada para êsse fim, cuja
proposta, embora dentro dos limites orçamentários fixados, prevê um prazo que excede o estipulado no edital de concorrência.

rios fixados, prevê um prazo que excede o estipulado no edital de concorrência.

O D.A.S.P., ponderando achar-se já esgotado o exercício de 1942, o que invalida a medida solicitada pelo Ministério quanto à forma de pagamento dos trabalhos, opinou favoràvelmente à aceitação integral da proposta da firma "Sociedade de Instalações Técnicas Ltda.", devendo a despesa correr por conta da Verba 5, Consignação I, Subconsignação 02, item 25, alí-

nea b do orçamento vigente".

AS MISSÕES SALESIANAS CONTINUARÃO A FAZER OBSERVAÇÕES METEOROLÓGICAS — O Diário Oficial, de 23 de fevereiro último publicou os têrmos de prorrogação do contrato e têrmos aditivos celebrados entre o Ministério da Agricultura e as Missões Salesianas, em 26 de julho de 1939, 25 de março de 1940 e 21 de setembro de 1942, para a execução de observações meteorológicas em diversas localidades do Estado do Amazonas e mais a Estação Aerológica da Juaretê, de acôrdo com o Decreto-lei n.º 5 120, de 19 de dezembro de 1942.

No mesmo Diário Oficial está também publicado o têrmo aditivo ao têrmo de prorrocação celebrado entre o mesmo Ministério e a Inspetoria Salesiana de Santo André para execução de observações meteorológicas em diversas localidades dos Estados do Pará e Mato Grosso.

A despesa decorrente dos referidos contratos correrão pela verba 3 — Serviços e Encargos — Consignação I — Diversos — Subconsignação 36 — Sub-contratuais (S.N.C.) Pagamento etc. do vigente orçamento do mesmo Ministério onde foi empenhada no Serviço de Meteorologia.

CRIADOS 5 CARGOS DE TECNOLOGISTA — Pelo Decreto-lei n.º 5 297, de 3 de março dêste ano, foram criados mais cinco cargos, classe

J. na carreira permanente de Tecnologista do Quadro Permanente do Ministério da Agricultura.

Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil

PEDIDO DE LICENÇA DO "COAST GEO-DETIC SURVEY" — No dia 19 de janeiro, con-forme ata publicada no *Diário Oficial* de 11 do mês seguinte, o Conselho de Fiscalização das Exposições Artísticas e Científicas realizou mais uma sessão ordinária, tendo o Conselheiro Sr. Armando Dias lido o seu relatório sôbre o pedido de licença do "Coast Geodetic Survey" para realizar novas observações magnéticas em várias cidades brasileiras, o qual conclue pela concessão da licença e sugere seja pedida cópia do relatório da expedição anterior, promovida pela mesma instituição, para constar dos ar-quivos do Conselho. Posto em discusão o parecer, falou a Conselheira Sra. Berta Lutz lembrando que, em se tratando de pedido oficial do Govêrno Norte Americano, deve ser dispensada a formalidade de requerimento de concessão de licenca. O presidente, Conselheiro Mário sad de licença. O presidence, conseniento mano de Oliveira, fala sóbre se não seria conveniente estabelecer o prazo de um ano, por exemplo, para a expedição, renovável em caso de neces-sidade, tendo a Sra. Berta Lutz lembrado que, em caso de prorrogação, bastaria uma comuni-cação dos expedicionários ao Conselho, por meio de carta ou telegrama. Posto em votação, é aprovado o parecer do Sr. Armando Dias.

UMA PALESTRA SÔBRE AS DIVISÕES FI-SIOGRÁFICAS DE MATO GROSSO - RESE-NHA DOS TRABALHOS DO CONSELHO — No dia 2 de fevereiro, conforme resumo da ata publicado no Diário Oficial de 17 de março, reüniu-se o Conselho de Fiscalização das Expediniu-se o Conseino de Fiscalização das Expedi-ções Artísticas e Científicas, sob a presidência do agrônomo Alfeu Domingues. Na ordem do dia, falou o conselheiro Renato Almeida para lembrar a necessidade da publicação de uma re-senha das atdividades do Conselho, em forma de boletim ou de anais, oferecendo-se para fazer o trabalho, desde que a secretaria forneça o material. O Sr. presidente rejubila-se com a idéia e o oferecimento do conselheiro Renato Almeida, acrescentando que a resenha poderá ser divulgada nas publicações do Ministério, tirando-se separatas.

Em seguida pede a palavra o conselheiro Anibal Alves Bastos para pronunciar uma pa-lestra sóbre assunto de sua especialidade. Disserta, então, sôbre as divisões fisiográficas do Estado de Mato Grosso, prendendo a atenção de todos com a explanação que fêz sôbre o interesante assunto. Terminada a palestra, o Sr. presidente congratula-se com o conselheiro Anibal Alves Bastos e sugere aos senhores conselheiros, cada um na sua especialidade, façam de vez em quando, palestras semelhantes à que

vinha de ser pronunciada.

OBSERVAÇÕES MAGNÉTICAS REALIZADAS NO RIO E NA BAÍA - EXPEDIÇÃO DO SR. G. H. H. TATE — No expediente da sessão levada a feito pelo Conselho no dia 9 de fevereiro, foi lido um ofício do secretário geral do Ministério das Relações Exteriores, acusando o ofício número 6 do Conselho remetendo cópia do relatório dos Srs. Joel B. Campbell e Fred Keller Jr. sôbre as observações magnéticas realizadas no Rio e na Baía em princípios de 1942. O Sr. presidente distribue o processo ao relator, ob-servando que a cópia do relatório recebida tinha sido endereçada ao diretor do Observatório Nacional, não tendo o Conselho recebido a cópia que os expedicionários devem remeter, de acôrdo com o Regulamento. Ainda no expediente foi lido um telegrama do delegado do Conselho no

Estado do Amazonas, comunicando ter visto notícia na imprensa local, sôbre o expedicionário norte-americano G. H. H. Tate e perguntando se o mesmo está devidamente licenciado pelo Conselho. O Sr. presidente sugere seja o assunto esclarecido junto ao Ministério das Resunto escarecido junto ao Ministerio das Re-lações Exteriores, antes do Conselho tomar qualquer deliberação, a respeito. Passando-se à ordem do dia pede à palavra para despedir-se do Conselho, Sr. A. A. Bastos visto ter de se-guir, a serviço de sua repartição, para o sul do país.

O Sr. conselheiro Angione Costa refere-se a repercussão obtida pela palestra do conselheiro A. A. Bastos, proferida na sessão anterior, tendo recebido carta a respeito, do Sr. Arlindo Lira, indagando se a palestra seria publicada.

Por fim o conselheiro Angione Costa pro-põe seja consignado voto de pesar pelo falecimento do Sr. Getúlio Vargas Filho, o que é unânimemente aprovado. Em seguida o conselheiro Armando Dias le o parecer que redigiu no processo da "Coast Geodetic Survey", opinando pelo arquivamento do mesmo. Posto em discussão é o parecer aprovado e asisnado pelos presentes.

A EXPEDIÇÃO DO SR. G. H. H. TATE -RELATORIO DO EXPEDICIONÁRIO CUTLER — A propósito da expedição ao Amazonas, do norte-americano G. H. H. Tate, na sesão levada a efeito pelo Conselho no dia 16 de fevereiro, foi lida uma carta do delegado do Conselho naquele Estado, remetendo recorte do Jornal do Comércio de Manaus, do dia 4 do mesmo mês, contendo notícia a respeito do referido expedicionário, em que êste declara à imprensa nada poder esclarecer sôbre seus trabalhos no Brasil "em virtude de ordens superiores e reservadas a respeito". O Sr. presidente, conselheiro Renato Almida, comunica ao Conselho ter procurado obter informações sôbre o expedicionário em questão, em fonte idônea, o que não fêz logo após a sessão anterior por motivo de moléstia, razão pela qual ainda não obtivera resultado de sua sindicância. O conselheiro Flexa Ribeiro fêz alguns comentários a res-peito e o assunto ficou para ser resolvido após recebimento de informações solicitadas pelo conselheiro Renato Almeida. Passando-se à ordem do dia a conselheira Berta Lutz lê carta que recebeu do expedicionário Cutler, relatando o trabalho realizado no Brasil e na Bolívia, tendo o conselheiro Renato Almeida proposto que se responda ao Sr. Cutler, agradecendo e pedindo permissão para publicação do trabalho apresentado. O conselheiro Angione Costa acha que a publicação deve ser feita independente de licença porquanto o Conselho tem capacidade para deliberar sôbre a publicação dos trabalhos a êle apresentados, o que não impede, todavia, sejam os autores consultados sem quebra da jurisprudência firmada. Opina mesmo pela publicação de resumos em inglês e espanhol. Com a apalavra, a conselheira Berta Lutz diz achar boa a sugestão do conselheiro Angione Costa, porém lembra a vantagem de ser o expedicionário cientificado da resolução do Conselho, mesmo porque seria interessante do Consenio, niesnio porque seria incressante solicitar ao próprio Sr. Cutler a redação do re-sumo em inglês. Finaliza lembrando que es-tando o expedicionário na Bolívia, fácil será obter os entendimentos necessários por via aérea. O Sr. presidente concorda com a solução alvitrada e pede à conselheira Berta Lutz para escrever ao Sr. Cutler a respeito.

VARIEDADES BRASILEIRAS NATIVAS DO MILHO — O relatório do Dr. Hugh C. Cutler, do Museu Botânico de Harvard College, diz respeito aos estudos realizados por êle e sua espôsa sôbre o milho e as plantas parentes e colhidas ao correr de expedições que em 1942 empreenderam no Brasil.

Os expedicionários percorreram Mato Grosso indo ao Paraguai e alí continuaram as suas observações. Mais tarde voltaram ao Brasil, achando-se atualmente na Bolívia. Os seus estudos versaram sõbre as variedades brasileiras nativas do milho, inclusive as cultivadas pelos indios, que vém suplantando aquelas. Abrangeram também os gêneros de gramineas vizinhas principalmente o gênero "Tripsacum", que, segundo a hipótese de outros cientistas americanos, deve ter desempenhado papel importante na formação do milho, que deve ser oriundo do centro da América do Sul. Estudaram outros gêneros como "Andropogan", encontrando variedades com características morfológicas provávelmente paralelas às primeiras fases na evolução das espigas de "Zea mays". No seu relatório elogiaram as realizações e o espírito de cooperação que encontraram no Brasil, tanto o público em geral, como entre os cientistas.

ILEGAL A EXPEDIÇÃO DO SR. G. H. H. TATE — Na sessão realizada no dia 23 de fevereiro, após lida a ata da sessão anterior, falaram os conselheiros Angione Costa e Berta Lutz propondo modificações no tocante ao re-latório do expedicionário Cutler. Postas em votação são aprovadas as modificações propostas. Do expediente constou um telegrama do secretário da Presidência da República agradecendo, em nome do Presidente Getúlio Vargas, o voto de pesar do Conselho pelo falecimento do Dr. Getúlio Vargas Filho. Na ordem do dia, o conselheiro Renato Almeida comunica que a entidade oficial por êle consultada, informa não conhecer nenhum expedicionário com o nome de G. H. H. Tate, no Brasil, e opina que o Conselho impeça a expedição e alvitra sejam pedidas informações ao consulado americano em Manaus. O conselheiro Flexa Ribeiro lembra ter sugerido as medidas propostas pelo conselheiro Renato, porquanto, desde o conhecimento, por parte do Conselho, da estada do Sr. G. H. H. Tate no Amazonas tinha dúvidas quanto à legalidade da expedição. A proposta do conselhei-ro Renato Almeida é aprovada. A conselheira Berta Lutz comunica ao Conselho ter recebido da expedicionária Maria Alice da Fonseca Moura alguns batráquios para estudos, e enaltece o in-teresse tomado por essa expedicionária no to-cante aos pedidos do Conselho.

AINDA A EXPEDIÇÃO DO SR. G. H. H. TATE — BATRAQUIOS DE MATO GROSSO — Na sessão realizada no dia 11 de março, o Conselho tomou conhecimento de um telegrama do delegado do Conselho no Estado do Amazonas comunicando que o consulado americano em Manaus informa ter o Sr. G. H. H. Tate regressado aos Estados Unidos, de onde voltará brevemente, ficando o aludido consulado de avisar quando tal regresso se der e dos propósitos do Sr. Tate.

Em seguida a conselheira Berta Lutz lê a nota sôbre os batráquios recebidos de Mato Grosso, enviados pela senhorita Maria Alice da Fonseca Moura, fazendo demoradas e interessantes considerações científicas sôbre o assunto.

Conselho Nacional de Proteção aos Índios

A TRANSFERÊNCIA DO ACERVO DA CO-MISSÃO CONSTRUTORA DE LINHAS TELE-GRÁFICAS ESTRATÉGICAS DE MATO GROSSO AO AMAZONAS — Na sessão realizada no dia 11 de fevereiro pelo Conselho Nacional de Proteção aos Índios, conforme ata publicada no Diário Oficial de 15 de março último, o Sr. General Cândido Rondon teve oportunidade de falar sôbre a transferência do Ministério da Guerra, para o da Agricultura, do remanescente da antiga Comissão Construtora de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, e da Inspeção de Fronteiras, compreen-

dendo pessoal, arquivo, molibiário e a concludendo pessoal, arquivo, molibiario e a conciu-são da publicação da Carta de Mato Grosso, a cargo do coronel Jaguaribe Gomes de Matos. O presidente do D.A.S.P., para solucionar certos embaraços administrativos resolveu, de acôrdo com o presidente do C.N.P.I., incluir provisòriamente no Conselho êsse acervo de serviços especiais de etnografia e pesquisas geográficas das regiões sertanejas habitadas por índios, em Mato Grosso, Amazonas, Pará, Goiaz, Maranhão e outros Estados. — "Para chegarmos a êsse resultado — declarou o general Rondon — tivemos diversas conferências com o presidente do D.A.S.P. e diretor do pessoal dêsse Departamento e o do Ministério da Agricultura das secções cartográfica, fotográfica e cinematográfica das antigas Comissão Telegráfica e de Inspeção de Fronteiras, acima referidas. —
O D.A.S.P. com a maior boa vontade e solidariedade administrativa, tudo facilitou para a solução pronta e favorável do antigo projeto que acariciávamos, para salvar o arquivo das Comissões que atuaram nos sertões de Mato Grosso, Amazonas, Pará, Goiaz e fronteiras do Brasil, afim de evitar o esfacelamento do precioso arquivo de meio século de profícuos e devotados serviços prestados à República e ao Brasil, em prol da sua geografia. — Por isso mesmo se congratulava com os seus colegas. pelo triunfo administrativo e científico alcançado"

Terminada esta exposição, o Sr. conselheiro Boaventura sugere seja consignado em ata um voto de louvor ao Sr. Luis Simões Lopes pela simpatia e reconhecimento com que acolheu os trabalhos realizados pelo Serviço e pelo Conselho Nacional de Proteção aos Índios e também pela boa vontade demonstrada na reorganização desta última entidade.

, Pédindo a palavra o Sr. coronel Vasconcelos manifesta-se de pleno acôrdo, acrescentando que esta reorganização além do mais constitue um ato de justica e uma reparação a velhos funcionários do Serviço de Proteção aos Índios. Aprovada a proposta fica resolvido enviar-se ao Presidente do D.A.S.P. um ofício comunicando o fato.

MODIFICAÇÃO DOS REGIMENTOS DO S.P.I. e do C.N.P.I. — No Diário Oficial de 29 de abril foi publicada a seguinte exposição de motivos do D.A.S.P. ao sr. Presidente da República sôbre a modificação do Regimento do Serviço de Proteção aos Índios e a elaboração do novo Regimento do Conselho Nacional de Proteção aos Índios:

"1 184 — Em 20 de Abril de 1943 — Excelentíssimo Senhor Presidente da República. — De acôrdo com a legislação em vigor, o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (C.N.P.I.) e o Serviço de Proteção aos Índios (S.P.I.) devem empenhar-se, simultânea e coordenadamente, em certos estudos de ordem geral, relativos aos nossos indígenas, verbi gratia os que se referem a línguas e costumes dos selvicolas.

2. O intuito que presidiu à resolução de colocar êsses estudos dentro do campo de imediato interesse dos dois órgãos, o que era, de algum modo, permitido pela natureza da função empenho em não relegar a segundo plano, por menos importantes para propósitos utilitaristas, êsses elementos do patrimônio moral e intelectual dos aborígenes, o que é um bom indício da largueza de visão da política de valorização das raças selvagens brasileiras.

3. Acontece, porém, que, ao menos por agora, a julgar por informações trazidas a éste Departamento, pelo S.P.I., não dispõe ésse órgão dos elementos imprescindiveis à organização dos planos objetos dos estudos mencionados, circunstância que su-

gere se modifique a legislação vigente no sentido de aliviar as obrigações do S.P.I. concernentes ao assunto, medida que não restringirá grandemente a extensão das atribuïções dêsse Serviço.

4. Com isto se incrementará a responsabilidade do C.N.P.I. nos estudos em questão, ficando o S.P.I., durante o prazo que se fizer necessário, votado inteiramente

que se fizer necessario, votado interramente para os outros aspectos do vasto e complexo problema que tem de enfrentar.

5. Nesse sentido, ésse Departamento elaborou o projeto de decreto junto, que modifica o Regimento do S.P.I., e vem submetê-lo à consideração de V. Excia.

6. Ao ter de efetuar o estudo do problema surgido da mencionada circunstân-cia, resolveu êste Departamento elaborar, também, um projeto de Regimento cuja falta se vem fazendo sentir aos trabalhos do C.N.P.I.

7. A elaboração do trabalho teve a cooperação do C.N.P.I., dada sob a forma de um projeto que nos foi enviado pelo presi-

dente desse orgão.

8. Examinando o projeto redigido no Conselho, verificou êste Departamento que se fazia necessário refundí-lo, afim de ajustá-lo, inteiramente, às normas usuais na elaboração dos regimentos, embora conservando-lhe os têrmos essenciais.

9. Este projeto de Regimento é também remetido, nesta oportunidade, a V. Excia., bem como um projeto de decreto relativo

à sua aprovação.

Aproveito a oportunidade para renovar Excia. os protestos do meu mais profundo respeito. - Luiz Simões Lopes, Presidente.

(Assinados decretos ns. 12 317 e 12 318 --em 27-4-943)".

Departamento Nacional da Produção Mineral

PROJETO SÓBRE A DISTRIBUÏÇÃO RE-MUNERADA DE LIVROS, BOLETINS É MAPAS — O Conselheiro Othon Henry Leonardos, na sessão do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, de 29 de janeiro último, conforme ata propôs fôsse organizado um projeto de Decreto-lei autorizando o Departamento Nacional da Produção Mineral a vender ao público as suas publicações (boletins, monografias, avulsos, mapas, etc.) e aplicar a receita obtida na reedição dos trabalhos esgotados e aquisição de livros e revistas para a sua biblioteca. Aprovada a proposta, foi designado o Conselheiro Antônio José Alves de Sousa para examinar o as-sunto e submeter à consideração do Conselho o projeto em aprêco.

Divisão de Águas

OS TRABALHOS REALIZADOS EM 1942 -Em relação ao estudo do regime dos nossos rios, foram realizadas, em 1942, pela Divisão de Aguas do Ministério da Agricultura, 1 885 me-Aguas do Ministerio da Agricultura, i coo medições diretas de descargas, instalados 100 novos postos hidrométricos e 189 pluviômetros, tendo sido efetuadas 1 730 viagens de inspeção aos inúmeros postos em funcionamento.

Para fins de classificação das águas, no que se refere à jurisdição a que estão sujeitas compressivados e publicados (2) dilática pos

foram organizados e publicados 63 editais, nos quais se baseia a distribuição pela União, pelos Estados e pelos municípios, das taxas sôbre o kilowatt de energia nas diversas usinas. Para o cálculo das mesmas taxas foram feitas numerosas operações de descargas médias.

Quanto aos trabalhos para estudo e avaliação do nosso potencial hidráulico, prosseguiram os da zona de Goiaz, interessando a região niquelífera de São José do Tocantins, tendo sido estudadas a Cachoeira dos Macacos, no rio do mesmo nome, a Cachoeira Quebrada ou da Caveira, no Tocantinzinho; a do Machadinho, no rio Maranhão e a da Ferradura.

Foram ainda realizados importantes estudos aproveitamento de energía hidráulica na Serra do Mar, São Paulo, pelo chefe do 1.º distrito. São êles o aproveitamento de Mococa, 660 metros de quéda e 43 m.c, e o aproveitamento Caraguatatuba, 620 metros de quéda e 45 m.c de descarga média. No setor energia hidráulica, técnicos da D.A. prestaram colaboração nas obras da usina de Macabú, no Estado do Rio.

Quanto à previsão de inundações, são recentes os serviços prestados pela Divisão de Aguas aos habitantes das zonas flageladas pe-las cheias recentes do Paraíba e São Francisco. Com admirável exatidão foram feitas as previsões e os anúncios antecipados, tendo a Divisão de Águas recebido cumprimentos do diretor do Departamento de Obras e Saneamento pela precisão e eficiência dos avisos prévios fornecidos à população de Campos. De muitos pontos ribeirinhos do São Francisco e do Paraíba chegaram agradecimentos à Divisão. No setor de estatística de usinas, está no

prelo um trabalho completo sôbre a indústria

da eletricidade no país.

O laboratório de eletricidade, embora modesto ainda, prestou serviços, estudando rendimento de fogões elétricos, de grande interêsse para o estabelecimento das tarifas de energia elétrica em Campinas. Prestou ainda serviços ao Arsenal de Guerra e ao Ministério da Marinha.

No campo de levantamentos aerofotogramétricos foram realizados vôos em Goiaz, no Estado do Rio e em São Paulo, em trabalhos pedidos por diversas organizações governamentais.

No que se refere à irrigação, foram terminados os campos de Propriá, Lapa, Santa Sé, Salitre e Massangano, na região do São Francisco. O de Pirapora está quase terminado. O de Juazeiro já está em fase de produção, tendo fornecido a agricultores da região cêrca de 20 000 mudas diversas. Os campos do Ceará tiveram uma produção da ordem de 400 mil cruzeiros.

Relativamente às concessões para aproveitamento de energia hidráulica e utilização de energia elétrica, foram estudados diversos pedidos e projetos, estando o programa estabe-lecido pelo Código de Águas sendo executado

co mtôda a firmeza.

CURSOS DÁGUA CONSIDERADOS DE USO COMUM - A Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Minismento Nacional da Frodução mineral, do Ministério da Agricultura, por edital publicado no Diário Oficial de 6 de março último, tornou público, para conhecimento dos interessados, em obediência ao disposto nos §§ 1.º e 2.º do art. 5.º do decreto-lei n.º 2 281, de 5 de junho de 1940, que considera públicas de uso comum e do domínio do Estado do Parana, as águas dos cursos abaixo mencionados que se enqua-

dos cursos abaixo mencionados que se enqua-dram no que dispõe o artigo 6.º do decreto-lei acima citado e que preencham as exigências do inciso II do art. 29 do Código de Águas: O curso dágua denominado "Capivarí da Cochiia Alta," "Capavarí" e "Capivarí", respec-tivamente nos seus trechos superior, médio e inferior, nasce no município de Tibagi e limita dete município com o de Injergo ambos no êste município com o de Ipiranga, ambos no Estado do Paraná:

O curso dágua denominado "Pitanguí" ao longo de tôda a sua extensão, nasce no municí-pio de Castro e limita êste município com o de

Ponta Grossa, ambos no Estado de Paraná; O curso dágua denominado "Patos", "Ivaí" e "Ivaí" respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior, nasce no município de Prudentópolis, limita êste município com os de Iratí, Imbituva e Ipiranga; limita ainda o município de Guarapuava com os de Reserva e

Londrina, todos no Estado do Paraná;

O curso dágua denominado "Cinzas" ao longo de tôda a sua extensão, nasce no município de Piraí, percorre os de Tomazina e Santo Antônio da Platina e limitada o município de Jaguariaiva com o de Pirai, limitando ainda o município de Bandeirantes com os de Jacare-rinho e Cambará, todos no Estado de Paraná;

O curso dágua denominado "Piraí Mirim" ao longo de tôda a sua extensão, nasce no município de Piraí e percorre o de Castro, ambos

no Estado de Paraná;

O curso dágua denominado "Dois Córregos Salto", "Tibagí" respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior, nasce no município de Palmeira e percorre o de Tibagí; li-mita o município de Ponta Grossa com o de Ipiranga; limita o município de São Januário com o de Londrina e limita ainda o município de Sertanópolis com o de Cornélio Procó-pio, todos no Estado do Paraná; O curso dágua denominado "Caratuva" ao

longo de tôda a sua extensão, nasce no município de Iratí e limita êste município com o de Imbituva ambos no Estado do Paraná.

O critério adotado para a determinação des-

sas águas foi o seguinte:

1) os cursos dágua foram determinados

partindo de jusante para montante;

2) nas confluências foram considerados como principais os de maior bacia hidrográfica. Nota — As identificações dos cursos dágua

foram feitas segundo os mapas municipais, organizados em observância ao decreto lei número

311, de 2 de março de 1938.

Por edital publicado no Diário Oficial de 16 de abril, a Divisão de Águas tornou público para conhecimento dos interessados, que, depois de meticuloso estudo também considera públicas de uso comum, do domínio federal, na parte marítima, e do domínio do município de Ilhéus, Estado da Baía, na parte restante do seu curso, as águas do curso dágua denominado "Braco do Sul-Almada", "Almada" e "Almada", respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.

O critério adotado para a determinação do

curso dágua foi o seguinte:

1) o curso dágua foi determinado partindo de jusante para montante;

2) nas confluências foi considerado como principal o de maior bacia hidrográfica.

TABÉM O CURSO DÁGUA DENOMINADO "ANGÉLICA" — Pelo edital publicado no Diário Oficial de 22 de abril, a Divisão tornou público que também considera públicas do uso comum e do domínio do município de Malacacheta, Estado de Minas Gerais, as águas do curso dágua denominado "Angélica", "Bimbarras" e "Bimbarras", respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.

Estas conclusões se apoiam no art. 6.º do decreto-lei acima citado e no inciso III do arti-

go 29 do Código de Águas. O critério adotado para a determinação dessas águas foi o seguinte:

1) o curso dágua foi determinado, partindo de jusante para montante;

2) nas confluências foi considerado como principal o de maior bacia hidrográfica.

A identificação do curso dágua foi feita segundo o mapa municipal, organizado em observancia ao decreto-lei n.º 311 de 2 de março de 1938.

Divisão de Fomento da Produção Mineral

ESTUDOS DE JAZIDAS E PROJETOS DE MINERAÇÃO — Por despacho de 13 de abril, na exposição de motivos do Ministério da Fazenda, publicado no Diário Oficial de 22 daquele mês, o sr. Presidente da República autorizou, conforme solicitação do Ministério da Agricultura, fôsse posto no Banco do Brasil, à disposição do Diretor da Divisão de Fomento da Produção Mineral, o crédito de Cr\$ 2 227 000,00 constante da verba 5.ª, Consignação, Sub-Consignação 01, do orçamento vigente, para estudos de jazidas e projetos de mineração a cargo do Departamento Nacional da Produção Mineral.

Justificando o pedido, declara o Ministério da Agricultura não ser possível ao Departamento interessado levar a efeito, por outra forma, os importantes trabalhos a cujo custeio se destina o crédito referido, todos de natureza especial e urgente, executados em diferentes pontos do interior do pais, inclusive os de pesquisas em cooperação com a Diretoria do Material Bélico do Ministério da Guerra e os de inspeções, fornecimento de dados estatísticos e relatórios técnicos para orientação da Comissão Técnica Americana e para o Sr. Coordenador da Mobilização Econômica.

Divisão de Geologia e Mineralogia

AS ATIVIDADES EM 1942 - Os trabalhos da Divisão de Geologia e Mineralogia foram, em 1942, afetados pelos acontecimentos políticos de repercussão internacional que atingiram tôdas as atividades, interrompendo umas e modificando outras, principalmente aquelas de natureza especulativa.

Essa Divisão do Departamento Nacional da Produção Mineral compõe-se, na parte técnica, de 4 Secções: Geologia, Topografia e Carta Geo-lógica, Paleontología e Petrografia.

Em relação à parte geológica e topográfica prosseguiram-se os estudos no norte do Estado da Baía e os levantamentos geológicos da região central de Minas Gerais. Foi possível, em colaboração com o Conselho Nacional de Geoconatoração com o Conseino Nacional de Geo-grafia e o Serviço Geográfico e Geológico de Minas Gerais, levar a efeito uma expedição científica, visando um maior conhecimento da região fronteiriça — Minas Gerais — Goiaz Baía. Os resultados obtidos de carater

geográfico e geológico foram da mais alta valta e muito contribuïrão para delinear a região li-

mítrofe dêsses Estados.

Na Divisão de Geologia e Mineralogia, dirigida pelo eng. Anibal Alves Bastos, os trabalhos topográficos tiveram o seu curso normal. Está sendo impressa a nova edição da carta geológica do Brasil, contendo grandes modificações, conseqüência do melhor conhecimento da geologia do País e dos estudos efetuados nos últimos anos pelos técnicos do Departamento.

Os estudos de Paleontologia, cuja impor-tância vem aumentando progressivamente, muito se têm ampliado com o acréscimo de exm-plares colhidos nas jazidas já conhecidas e em outras provenientes de depósitos novos. A Paleontologia é tratada com muito interêsse pela contribuïção que poderá oferecer à geologia do continente. Seria ocioso, ressaltar, aquí, a funcontinente. Sena octos, ressatar, aqui, a run-ção científica das coleções que representam va-liosa documentação dos trabalhos da referida Divisão. E' preciso, também não esquecer de que o Museu é, constantemente, procurando por estudiosos que nele encontram excelente campo para ampliar seus estudos científicos. No momento, procede-se à recomposição de mamíferos de grande porte, cuja montagem aguarda, recinto apropriado.

A Secção de Petrografia encarrega-se da classificação de amostras colhidas pelos técnicos do D.N.P.M. em trabalhos de campo. Além dessa parte, incumbe-se da identificação de material enviado por particulares. A atividade dessa Secção, como vem acontecendo há muitos anos, foi intensa, não só na parte relativa aos trabalhos do próprio Departamento, como especialmente na que se refere a particulares. Estes, tendo em vista o acolhimento e as facilidades que o serviço proporciona, o procuram, demonstrando absoluta confiança num atendi-

mento rápido.

Em 1942, foram estudados 698 exemplares procedentes de quase todos os Estados do País, sendo 335 minerais, 354 rochas e 9 areias. Forneceu-se a instituições oficiais 65 coleções, quase tôdas destinadas a estabelecimentos de ensino.

A coleção mineralógica, de alto valor científico, não sofreu interrupção. Representa elemento básico para o aperfeiçoamento cultural.

No momento, acha-se no prelo o catálogo geral dos minerais, publicação que despertará grande interesse, pois, permitirá aos especialistas nacionais e estrangeiros fazerem uma idéia das possibilidades do país.

DIARIAS AOS FUNCIONÁRIOS DA DIVI-SÃO — O sr. Ministro da Agricultura, por despacho do dia 6 de abril, publicado no *Diário Oficial* de 16 dêsse mês, deu autorização ao Sr. Diretor da Divisão de Geologia e Mineralogia, do D.N.P.M., para conceder mais 60 diárias consecutivas aos funcionários da Divisão que se encontram em serviços de campo.

Escola Nacional de Agronomia

FIXADO EM SETE HORAS O DIA DE TRA-BALHO ESCOLAR — O Sr. Presidente da República, pelo Decreto-lei n.º 5 276, de 25 de fevereiro dêste ano, na pasta da Agricultura e publicado no Diário Oficial de 27 do mesmo mês, alterou o artigo 405 do regulamento da Escola Nacional de Agronomía fixando em 7 horas o dia de trabalho escolar.

NOMEAÇÃO DE PROFESSOR SUBSTITUTO — Por decreto de 3 de março, na pasta da Agricultura, o Sr. Presidente da República nomeou o engenheiro Olivéro Henry Leonardos, ocupante do cargo de Assistente, padrão I, do Quadro Suplementar do Ministério da Agricultura, para exercer, interinamente, como substituto, o cargo de Professor Catedrático, padrão M, da 3.ª cadeira — Geologia Agrícola: geologia, mineralogia e agrologia, da Escola Nacional de Agronomia do Quadro Permanente do mesmo Ministério, durante o impedimento do respectivo titular Alcides de Oliveira Franco, em virtude de estar o mesmo exercendo a função gratificada de Diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização.

Laboratório da Produção Mineral

CRIADA A FUNÇÃO DE CHEFE DE PORTARIA — Pelo Sr. Presidente da República foi assinado, na pasta da Agricultura, no dia 16 de fevereiro, o decreto-lei n.º 5 251, publicado no Diário Oficial de 18 do mesmo mês, criando a função gratificada de chefe de portaria do Laboratório da Produção Mineral do Departamento Nacional da Produção Mineral.

Serviço Florestal

MOVIMENTO DURANTE O PRIMEIRO ANO DE GESTÃO DO SR. APOLÔNIO SALES — O Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, registou o seguinte movimento durante o primeiro ano de gestão do Sr. Apolônio Sales no Ministério da Agricultura: distribuíção, pelos hortos florestais localizados na Gávea, Lorena, Ibura e Ubajara, de 1 526 368 mudas de essências florestais para reflorestamento, ultrapassando de 507 557 à do ano anterior; idem de

670 quilos de sementes para igual fim; intensificação da campanha de repressão aos contraventores do Código Florestal, principalmente das matas da União localizadas no Distrito Federal e no Estado do Rio, que passaram à jurisdição do Ministério; realização de um inquérito florestal junto a tôdas as prefeituras do país, como base para elaboração do mapa florestal; recomendação aos hortos de Ubajara e Ibura para a produção de 40 000 mudas de cajueiros, tarefa em plena execução — mudas que serão distribuidas por intermédio das Secções locais da Divisão do Fomento da Produção Vegetal, e providências para a instalação do horto florestal no quilômetro 47, da Estrada Rio-Petropólis, constando do atual orçamento uma vérba de 1 500 000 cruzeiros, para êste fim.

vérba de 1 500 000 cruzeiros, para êste fim. Em outros setores de atividade do Serviço Florestal, dirigido pelo agrónomo Alfeu Domingues, assinalam-se igualmente o redobramento da campanha pela cultura do pau-brasil, tendo sido obtido um total de 2 197 mudas; preparação do II volume do Album Floristico, a publicação do Guia dos Visitantes do Jardim Botânico; a realização das exposições de begônias, tinhorões e orquideas nesse parque; o início da construção dos pavilhões da Paraíba e do Maranhão para representação da flora desses Estados no Jardim Botânico; a organização neste parque, da nova secção de plantas das Américas, tendo sido realizados entendimentos a respeito com as embaixadas do Uruguai e do Paraguai, a intensificação dos estudos para melhor conhecimento das plantas, medicinais e de outras valiosas plantas, como a seringueira, as orquideas e os eucaliptos; a identificação anatômica das madeiras e conseqüente cooperação com os Ministérios da Guerra e da Marinha.

São ainda dignos de registro o prosseguimento das obras para a instalação dos Parques Nacionais de Itatiaia, Serra dos Órgãos e Iguassú, onde começaram a ser estudados a flora e a fauna locais, e a colaboração do Serviço Florestal no ajardinamento e arborização da praça Internacional Livramento-Rivera e da "Cidade das Meninas".

PARQUES FLORESTAIS MUNICÍPAIS — O Ministério da Agricultura está interessado na constituição de Parques Florestais Municipais, já tendo o Serviço Florestal expedido as necessárias instruções.

De acôrdo com êsse órgão, para se formar um parque, torna-se indispensável a escolha de áreas que serão declaradas próprio municipal. Procedida a escolha do local onde será organizado o parque obedecendo aos requisitos de ordem técnica, o terreno, que foi declarado próprio municipal e amparado pelo Código Florestal, deverá ser levantado topográficamente e feita a respectiva planta, elementos indispensáveis aos entendimentos preliminares com a direção do Serviço Florestal.

Através da Secção de Parques Nacionais, o Serviço Florestal orientará as Prefeituras Municipais na conservação ou feitura da reserva florestal.

Os Parques Folrestais deverão ser de preferência localizados nas bacias dos mananciais que fornecem água às cidades, pois é conhecido o efeito benéfico das florestas, na manutenção das fontes, das nascentes ou mesmo dos ríos.

Na feitura dos Parques, o emprêgo de essencias florestais, locais, é não só recomendável, como ainda de grande utilidade, convindo observar que de permeio às árvores de crescimento lento, deve-se proceder o plantio de grupos de vegetais de crescimento mais ligeiro que sirvam de amparo às outras árvores. Assim, seguir-se-á a orientação da natureza, no que se refere à disposição na colocação das futuras árvores.

O Parque terá feição de mata quando as plantas forem árvores, e o aumento da população vegetal deve constituir objeto de observação do administrador municipal.

Como motivo de beleza, de recreação e elemento educativo o Parque Folrestal Municipal deverá ser, também, o início do grande trabalho de reflorestamento que cada município brasileiro terá de fazer com intensidade.

Servico de Meteorologia

CURSO AVULSO DE PREVISÃO DO TEMPO — O Sr. Ministro da Agricultura, pela Portaria n.º 60, de 2 de fevereiro dêste ano, publicada no Diário Oficial de 4 do mesmo mês, aprovou as instruções para o funcionamento, no Serviço de Meteorologia, do Curso Avulso da Previsão do Tempo, anexas à Portaria e baixadas pelo diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização.

LOTAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS — O Sr. Presidente da República aprovou a exposição de motivos n.º 1 104 do D.A.S.P., publicada no Diário Ojicial de 17 de abril último, favorável a solicitação do Ministério da Agricultura no sentido de serem os calculistas Orsino Aureliano Dias, Venâncio Gomes da Silva e Adalgisa Araújo Fonseca, e os observadores meteorológicos Amador Reis, Esmerinda de Sousa, Darcí de Oliveira Miranda, Euclides da Silva Martins, Diana Rodrigues Pires Condeixa, Maria Joana da Costa e Maria José da Costa, lotados na séde do Serviço de Meteorologia, postos à disposição das dependências do Serviço de Meteorologia nos Estados do Rio de Janeiro e Pará, São Paulo e Minas Gerais, devendo o prazo de afastamento ficar condicionado à relotação numérica das repartições ou órgãos do Ministério da Agricultura que, para isso, deverá fazer proposta em caracter geral, antes de 31-12-43.

Servico de Proteção aos Índios

TRABALHOS E MELHORAMENTOS REA-LIZADOS EM 1942 — A ação do govêrno sôbre os índios para a sua atração, assistência, educação e nacionalização, prossegue em lugares os mais distantes do território da República, através de 94 postos indígenas e turmas volantes, a cargo das Inspetorias Regionais do Serviço de Proteção aos índios, dirigido pelo Cel. Vicente de Paulo Vasconcelos. Conta êste Serviço com a colaboração do Conselho Nacional de Proteção aos índios, que funciona sob a presidência do General Rondon. Com o apôlo do Sr. Apolônio Sales, os trabalhos do Ministério da Agricultura, nesse sentido, foram grandemente intensificados em 1942, apezar de difíceis e perigosos. Na Primeira Inspetoria Regional (Amazonas e Acre) foram definitivamente instalados mais três postos indígenas, o de Tiquié, o dos Tu-cuns (fronteira colombiana) e o de Cucuí. Instalou-se também um posto para a atração e pacificação dos índios do Rio Cauaburia. Reorganizou-se a fazenda São Marcos, nos campos do Rio Branco, possuidora de 3 mil rêses. A navegação e o serviço rádio-telegráfico fun-cionaram regularmente. Na Segunda Inspetoria Regional construiu-se a casa da administração do Posto de Pucurui, com área de 209ms2, devendo ser terminada a do Posto de Marabá, além de dois pavilhões para a instalação da maquinária destinada ao fabrico da farinha, açúcar, etc.

No Posto Indígena de Nacionalização (PIN) Nisia Brasileira (Paraiba), IR 4, o Serviço construiu um edifício para a sede do posto, com luz elétrica, bem como um pavilhão para de-

pósitc.

Foi iniciada a criação de bovinos, com o plantel de 10 novilhas e um touro. O Posto General Dantas Barreto (Pernambuco) passou a contar com um edificio para depósito de almoraxifado e 10 casas para indios, com a área total de 500 ms². A criação bovina continua ali em progresso.

No Posto Pancarús (Pernambuco) fêz-se um edifício para escola e iniciou-se a criação de gado, tendo sido também concluidos 20 quiló-metros de cêrcas de arame. No Caramurú (Baía), que já dispõe de 260 vacas, completouse a instalação para o fabrico de queijo e manteiga. No Engenheiro Mariano de Oliveira, levantaram-se 10 casas para os índios Maxacalis. No Guido Marliere, foram construídos um edificio escolar, outro para enfermaria e cinco casas cio escolar, outro para enfermaria e cinco casas para indios. O governo adquiriu um plantel de 30 novilhas e um touro indubrasil. Na Quinta Inspetoria Regional, no Posto Cachoeirinha, já se acha construido um edifício para escola. Os auxiliares dêsse estabelecimento realizaram uma grande invernada de capim Jaraguá para a alimentação do gado. Montaram-se também dois cataventos. No Posto Taunay, foi construída uma escola, na aldeia Ipeguê, e reconstruído o Postos dos índios Cadiueas, no sopé da Serra da Bodoquena, tendo sido feitas uma casa num extremo de seus grandes campos e uma rodovia, descendo a dita serra, de mais de seis quilômetros. Construiram-se cêrcas de arame numa extensão de uns 20 Km. Esses campos comportarão mais de 40 mil cabeças de gado. O gaso-gênio presta, alí, serviços da maior valia. A Quinta Inspetoria Regional conta mais de 4 mil bovinos pertencentes aos índios. Foram construídos sólidos e espaçosos edifícios para escolas, enfermarias, depósitos, casa para empregados e indios, nos Postos de Córrego Granpregados e indios, nos Postos de Corrego Grande, São Lourenço, Simões Lopes e Fraternidade Indigena, num total de 1 317 ms² de área coberta. Terminaram-se as instalações do Posto Piebaga e outras no de "Simões Lopes" para acriação de gado, tendo o Serviço adquirido 27 touros zebús, sendo de 3 mil cabeças o rebanho existente. Mais de 36 000 metros de cêrca completam o trabella realizado. pletam o trabalho realizado.

Na Sétima Inspetoria instalam-se, no Posto Mangueirinha, os currais, abrigos e outras dependências destinados à criação. Para a cultura irrigada do arroz, preparou-se os tabuleiros no Posto "Duque de Caxias". A Oitava Inspetoria adquiriu uma lancha motor, a óleo crú, para carga e reboque no Rio Araragua e das Mortes.

Em junho de 1942, o Sr. Presidente da República concedeu ao Serviço de Proteção aos findios uma verba de 400 mil cruzeiros para a construção do rodovia de Cuiabá a Vilhena e 870 mil e 600 cruzeiros para as instalações sertanejas.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

ENDEREÇOS TELEGRÁFICOS DE VÁRIAS REPARTIÇÕES — Estabelecendo código telegráfico para designar os órgãos componentes do Ministério da Educação e Saúde, o titular dessa pasta baixou a Portaria n.º 113, de 28 de janeiro, publicado no Diário Oficial de 9 de fevereiro.

De acôrdo com o item I da Portaria, a partir de 1.º de março dêste ano os órgãos componentes do Ministério adotaram obrigatòriamente o código, elaborado em entendimento com o Departamento dos Correios e Telégrafos.

On símbolos telegráficos serão usados como enderêço e assinatura, e representarão sempre o diretor ou chefe da repartição destinatária ou sinatária do telegrama. Exemplo: do Recife: "Edpossoal-Rio DF — Remeti avião boletins re-

clamados — Edlex" (Telegrama da Faculdade de Direito do Recife à Divisão do Pessoal do Departamento de Administração). Entre os símbolos, figuram os seguintes para as reparções abaixo:

Biblioteca Nacional — Edoteca; Instituto Nacional do Livro — Editivro; Museu Histórico Nacional — Edistórico; Museu Imperial — Edimperial; Museu da Inconfidência — Edlibertas; Museu das Missões — Edmissões; Museu Nacional Edmuseu; Museu Nacional de Belas Artes — Edartes; Observatório Nacional — Edastronômico; Escola Nacional de Engenharia — Edengenharia; Faculdade Nacional de Filosofia — Edosofia; Serviço do Patrimônio Histórico e Artistico Nacional — Edpatri; Faculdade de Direito do Recife — Edlex.

NOMEADA UMA COMISSÃO PARA EXA-MINAR BIBLIOTECAS — Pela Portaria n.º 117, de 29 de janeiro, publicada no Diário Oficial, de 2 de fevereiro, o Sr. Ministro da Educação e Saúde designou uma comissão composta dos bibliotecários Emí do Amaral Pamplona, Maria de Araújo Filho e Martiniano Pereira da Fonseca para, no prazo de 3 meses, examinar as biblictecas das repartições que serão instaladas no novo edifício da sede do Ministério.

Para examinar os arquivos das mesmas repartições, o Sr. Ministro, pela Portaria n.º 116, designou também uma comissão composta dos oficiais administrativos Sílvio Braz da Cunha, Oto Floriano de Almeida e Calúdio de Castro Nascimento.

CONCURSO PARA A CARREIRA DE NA-TURALISTAS — No Diário Oficial de 8 de fevereiro dêste ano, foram publicadas as instruções para o concurso de provas para provimento em cargos da classe inicial da carreira de Naturalista, do Ministério da Educação e Saúde.

Todos os ocupantes interinos da mesma carreira foram inscritos "ex-ofício", devendo, entretanto, para aprovação da inscrição, satisfazer as exigências estabelecidas para o concurso.

LIMITAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO TEMPO DOS TRABÁLHOS ESCOLARES — No Diário Oficial de 15 de março dêste ano, foi publicada a Portaria n.º 169, de 13 do mesmo mês, baixada pelo Sr. Ministro da Educação e Saúde, a qual dispõe sôbre a limitação e distribuição do tempo dos trabalhos escolares no ensino industrial.

CIDADE UNIVERSITARIA — Pela Portaria n.º 219, de 20 de março, publicada no Diário Oficial, de 12 de abril, o Sr. Ministro da Educação e Saúde designou uma comissão composta dos memoros da Comissão do Plano da Universidade do Brasil (professores Raul Leitão da Cunha, Inácio Azevedo do Amaral e Ernesto de Sousa Campos) e ainda dos Srs. Otacílio Negrão de Lima, Joaquim Bittencourt Fernandes de Sá, Arí Azambuja, um representante da Prefeitura do Distrito Federal a ser indicado pelo Prefeito, e um representante da Estrada de Ferro Central do Brasil a ser indicado pelo respectivo diretor, para elaborar o projeto de um edital de concorrência para a construção da Cidade Universitária da Universidade do Brasil. O edital adotará a seguinte orientação: os concorrentes deverão propor-se a projetar, construir e instalar a Cidade Universitária mediante financiamento por êles próprios obtido, entregar a obra concluída, parceladamente, em determinados prazos, receber o pagamento em prestações anuais, fixadas de conformidade com as possibilidades do Tesouro Federal. Será presidente da comissão o professor Raul Leitão da Cunha, relator o professor Ernesto de Sousa Campos, e secretário o Sr. Joaquim Bittencourt Fernandes de Sá.

SEPARAÇÃO DAS CLASSES FEMININAS — Dispondo sóbre a execução do art. 25, n.º 2, da lei orgânica do ensino secundário, o Sr. Ministro da Educação e Saúde baixou no dia 27 de março a seguinte Portaria n.º 222, publicada no Diário Oficial de 1.º de abril:

"O ministro de Estado da Educação e Saúde,

Considerando que, nos têrmos do art. 25, n.º 2, da lei orgânica do ensino secundário, o preceito que determina a separação das classes femininas poderá deixar de vigorar por motivo relevante:

Considerado serem mótivo relevante, nos têrmos da lei, as dificuldades de natureza econômica decorrentes da atual situação internacional e ora alegadas por diretores de estabelecimentos de ensino scundário;

Rsolve permitir que deixe de vigorar o preceito do art. 25, n.º 2, da lei orgânica do ensino secundário, até que, a juízo do Ministério da Educação, não mais devam prevalecer as razões de carater relevante que ora fundamentam a permissão.

Rio de Janeiro, 27 de março de 1943. — Gustavo Capanema".

PROMOÇÃO ESCOLAR NO ENSINO SUPERIOR — O Sr. Ministro da Educação e Saúde baixou, no dia 31 março último a seguirte Portaria n.º 226, publicada no *Diário Oficial* de 1.º e 10 de abril, dispondo sôbre o regime de promoção escolar no ensino superior:

"O Ministro de Estado da Educação e Saúde, usando da atribuïção que lhe confere o parágrafo único do art. 1.º do decreto-lei n.º 4 320, de 21 de maio de 1942, conforme a redação que lhe foi dada pelo decreto-lei n.º 5 344, de 25 de março de 1943, resolve:

Art. 1.º Até que se estabeleça em lei um sistema uniforme quanto ao regime de promoção escolar no ensino superior, regerse-á cada Faculdade, nesta matéria, pelo que dispõe o respetivo regulamento, regimento ou estatuto.

Parágrafo único. O regulamento, regimento ou estatuto, de que trata êste artigo, é o aplicado no ano escolar de 1942, e vigorará com as alterações por ventura aplicadas nesse mesmo ano escolar.

Art. 2.º Nos casos omissos ou duvidosos, quer digam respeito a determinado aluno, quer sejam de carater geral, resolverá o respectivo conselho técnico-administrativo.

Art. 3.º As disposições da presente portaria ministerial se aplicarão a partir do início deste ano, mas em virtude dela não se processarão de novo provas já realizadas.

processarão de novo provas já realizadas. Rio de Janeiro, 31 de março de 1943. — Gustavo Capanema".

ORTOGRAFIA DOS LIVROS DIDÁTICOS — O Sr. Ministro da Educação e Saúde baixou a Portaria n.º 259, de 9 de abril, publicada no "Diário Oficial" do dia seguinte, dispondo sôbre a ortografia dos livros didáticos.

CONVÊNIO NACIONAL DO ENSINO PRI-MÁRIO — Pelo decreto-lei n.º 5 293, de 1.º de março dêste ano, assinado na pasta da Educação e Saúde, e publicado no "Diário Oficial" do dia 3 do mesmo mês, o Sr. Presidente da República ratificou o Convênio Nacional de Ensino Primário, de que trata o art. 4.º do decreto-lei n.º 4 958, de 14 de novembro de 1942, e celebrado, a 16 de novembro de 1942, entre o Ministro da Educação e os chefes ou delegados dos governos dos Estados, do Distrito Federal e do Território do Acre.

O texto do Convênio figura anexo ao decreto-lei, como parte integrante do mesmo.

Biblioteca Nacional

CURSO DE BIBLIOTECONOMIA - Relação dos alunos que terminaram o Curso de Biblioteconomia em março de 1943, 2.ª época, de acôrdo com a classificação seguinte:

Lugar	Médi
19.º Pérola Cardoso	. 5
20.º Maria da Piedade Bezerra Mergulhã	o 5
21.º Nilca Amabilia Rossi	
22.º Lígia Mendes Camelo	. 5
23.º Maria Alice Azevedo	. 5
24.º Zilda Galhardo de Araújo	. 5
25.º Lena Ribeiro da Cunha	. 5
26.º Maria Tereza Belfort	. 5
27.º Ení de Oliveira e Silva	. 5
28.º Maura Heloisa Parente Napoleão	. 5
29.º Ieda Berlingue do Rêgo Macedo	. 5
30.º Clotilde Belisário de Carvalho	. 5
31.º Maria da Glória Corrêa Vallim	. 5
32.º Iara Alvarenga	. 5
33.º Lêda Maria Nunes Pires	. 5
34.º Leo Bernardes	

A classificação acima seguiu a dos aprovados em 1.ª época.

Colégio Pedro II

CONCURSO DE HISTÓRIA DA CIVILIZA-ÇÃO — No "Diário Oficial" de 3 de abril foi publicado um expediente sôbre a organização definitiva da Comissão Julgadora do Concurso ao provimento das duas cátedras de História da Civilização no internato do Colégio Pedro II, a qual ficou constituída pelos professores Alvaro de Melo Dória, Hélio Gomes, Leopoldo Feijó Bitancourt, Fernando Antônio Raja Gabaglia e João Batista de Melo e Sousa. O prof. Leo-poldo Feijó Bitencourt substitue o prof. Lucio José dos Santos que, por motivo de fôrça maior, deixou de prosseguir nos trabalhos da mesma Comissão

Departamento de Administração

COMPROVAÇÃO DE SUBVENÇÕES - Jonforme expediente publicado no "Diário Oficial" de 2 de fevereiro dêste ano, do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde, o titular da mesma pasta aprovou a comprovação das subvenções concedidas ao Insti-tituto Geográfico e Histórico da Baía, em 1939, de 10 mil cruzeiros; ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em 1938, também de 10 mil cruzeiros; Sociedade Brasileira de Química, em 1942, de 6 mil cruzeiros; e à Faculdade de Engenharia do Paraná, em 1942, de 50 mil cruzeiros.

Com relação ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, a Divisão de Administração determinou que fôssem obedecidas as instruções constantes do ofício n.º 204, de 14 de ja-neiro dêste ano, da mesma Divisão.

Departamento Nacional de Educação

CONCESSÃO DE INSPECÇÃO A ESTABE-LECIMENTO DE ENSINO SECUNDARIO - O Sr. Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação, no dia 15 de abril, baixou a seguinte Portaria n.º 310, publicada no "Diário Oficial" de 22 do mesmo mês, estabelecendo exigências que devem ser atendidas pelos interessados em reguerer inspeção para estabelecimento de ensino secundário:

O diretor geral do Departamento Nacional de Educação, tendo em vista o disposto nos arts. 72 e 84 do decreto-lei n.º 4 244, de 9 de abril

de 1942, resolve:

- 1. Os requerimentos de concessão de ins-peção a estabelecimentos de ensino secundário deverão, no corrente ano, ter entrada no Serviço de Saúde durante os meses de junho e julho e atender, desde logo, às exigências da presente portaria. Os requerimentos recebidos após 31 de julho e os insuficientemente instruídos não terão andamento.
- 2. Os pedidos de reconhecimento serão assinados pelos próprios diretores ou pelos representantes das pessoas jurídicas que mante-nham o estabelecimento e deverão ser acompanhadas, pelo menos, dos seguintes documentos:
- a) recibo de depósito de Cr\$. 1 500,00 (mil quinhentos cruzeiros) feito na Tesouraria Geral do Ministério da Educação e Saúde;
- b) relação do corpo docente completo, com os nomes dos professores de cada disciplina e indicação dos respectivos números de registos;
- c) provas de notória competência e irrepreensivel idoneidade moral do diretor. As provas de conduta moral serão uma ou mais das seguintes:
- I Atestado de secretário de Educação ou diretor geral de Educação; II Atestado de delegado ou inspetor de ensino estadual; III Atestado do prefeito municipal; IV - Atestado de autoridade eclesiástica:
- As provas de competência serão uma ou mais das seguintes:
- I Diplomas de Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras do Brasil, oficialmente reco-nhecidas, ou de estrangeiro; II — Diplomas de curso superior; III - Cursos de seminários religiosos do Brasil ou do estrangeiro, devidamente confirmados e autenticados pelas autoridades eclesiásticas; IV — Diploma de Escolas Normais oficialmente reconhecidas do Brasil e do estrangeiro:
- prova de ser o diretor brasileiro nato, d.) excetuados os membros das comunidades reli-
- prova de que o estabelecimento oferece 0) garantias financeiras para o funcionamento du-rante o periodo mínimo de dois anos.

Essa prova constará, para os estabelecimentos mantidos por entidades privadas de depó-sito da importância de Cr\$ 24 000,00 (vinte e quatro mil cruzeiros) em dinheiro ou caução de títulos da dívida pública ou títulos daquele valor, efetuada na Tesouraria Geral do Ministério da Educação e Saúde. Para os estabele-cimentos mantidos por entidades públicas, será necessária a comprovação do ato legal que os houver criado, e das leis orçamentárias que assegurem o seu funcionamento por um ano;

3. Qualquer documento em língua estrangeira deverá ser apresentado com a respectiva tradução. - Abgar Renault, diretor geral,

EXAME DOS GINASIAIS MAIORES DE 19 ANOS — De acôrdo com a Portaria ministerial n.º 118, de 12 de fevereiro dêste ano, sôbre os exames dos ginasiais maiores de 19 anos, o Sr. Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação assinou a Portaria n.º 67, de 2 do referido mês. publicada no "Diário Oficial" de 10 do mesmo mês, baixando instrução para a realizacão dos exames.

De acôrdo com o item 6 da Portaria n.º 67, os exames de História Geral e do Brasil e de Geografía Geral e do Brasil obedecerão aos programas baixados para as 3.ª e 4.ª séries ginasiais pela Porioria Ministerial n.º 170, de 11 de julho de 19'2.

ORIENTAÇÃO NO SERVIÇO DE INSPECÇÃO — No "Diário Oficial" de 7 de abril foi publi-cada a circular n.º 4, de 3 do mesmo mês, expedida pela diretora da Divisão de Ensino Secundário, com o objetivo de melhor orientar o serviço de inspecção, em face da legislação vigente.

Escola Nacional de Minas e Metalurgia

AFASTAMENTO DO DIRETOR - Na consulta feita pela Reitoria da Universidade do Brasil (Processo n.º 10 202-43) sôbre afastamento do diretor da Escola Nacional de Minas e Metalurgia, o Sr. Ministro da Educação, exarou o seguinte despacho no "Diário Oficial" de 4 de março dêste ano:

"Havendo decorrido o prazo legal destinado à realização do processo (artigo 250 do estatuto dos funcionários públicos), julgo que não há mais razão para o afastamento do diretor, pelo que deve o mesmo reassumir o exercício de suas

funções. 26-2-43. — Capanema".

SUPERINTENDENTE DA ESCOLA TÉCNICA Para superintender os trabalhos da Escola Técnica de Ouro Preto, anexa à Escola Nacional de Minas e Metalurgia, da Universidade do Bra-sil, o Sr. Ministro da Educação, pela Portaria n.º 134, de 6 de fevereiro dêste ano, designou o professor José Carlos Ferreira Gomes, catedrático da Escola de Minas e Metalurgia.

Faculdade Nacional de Filsofia

AJUDA DE CUSTO E GRATIFICAÇÃO AO ASSISTENTE DE GEOGRAFIA — Na pasta da Educação, o Sr. Presidente da República, pelo decreto-lei n.º 5 295, de 2 de março dêste ano, abriu ao mesmo Ministério o crédito especial de Cr\$ 23 212.00, para pagamento de ajuda de custo de duzentos dólares e de gratificação de representação mensal de US\$ 100 (cem dólares), no período de doze meses (janeiro a dezembro de 1943) concedidas ao extranumerário mensa-lista, assistente de ensino XVII, de Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasal, Hildgard Sternberg, que foi aos Estados Unidos da América do Norte, gozar dos bene-fícios de uma bolsa de estudo, com que foi contemplado pela Universidade de Luisiânia.

Instituto Nacional do Livro

"ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA" E "DICIO-NÁRIO DA LÍNGUA NACIONAL" — Por despa-cho datado de 17 de fevereiro, publicado no "Diário Oficial" de 23 do mesmo mês, o Sr. Presidente da República autorizou o Instituto Nacional do Livro a utilizar, por meio de adiantamentos trimestrais, a dotação constante da Verba 3, Consignação I, Subconsignação 51-47-a, do Anexo 13 do Orçamento em curso, no total de Crs 400 000,00, para organização da Enci-clopédia Brasileira e do Dicionário da Lingua Nacional.

Museu Histórico Nacional

DOCUMENTOS HISTÓRICOS OFERECIDOS PELO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA — O Sr. Presidente da República vem de ofertar ao Museu Histórico Nacional valiosos documentos históricos e objetos, os quais irão enriquecer as coleções do Museu. E' a seguinte a relação dos Objetos oferecidos:

Bandeira Nacional e insígnia da Organização Henrique Lage, que primeiro tremula-ram na corveta "Matias de Albuquerque", recem-incorporada à Armada Nacional;

2 Álbum fotográfico das solenidades realizadas por ocasião da inauguração da cidade Goiânia, enviado ao Sr. Presidente pelo Interventor Pedro Ludovico;

3 Medalha comemorativa da inauguração do Monumento aos Heróis da Laguna e Dourados e os seguintes documentos pertencentes ao General Hermenegildo de Albuquerque Porto-carrero, Barão do Pôrto de Coimbra, oferecidos a S. Excia, por sua filha D. Anna Portocarrero Martins:

- 1) Carta de nomeação de oficial da Ordem
- Imperial do Cruzeiro, em 17 de janeiro de 1866; 2) Diploma que acompanha a Medalha
- Forte de Coimbra, assinada a 13 de julho de 1889:
- Carta Patente reformando no posto de Marechal de Campo o Brigadeiro Barão do Forte de Coimbra 1.º de maio de 1890;
- 5) Carta patente concedendo a graduação ao posto de Tenente General ao Marechal de Campo reformado Hermenegildo de Albuquerque Portocarrero (Barão do Forte de Coimbra) por contar mais de quarenta anos de serviço, de 16 de maio de 1892.

AQUISIÇÃO DE OBJETOS HISTÓRICOS E OBRAS DE ARTE - O "Diário Oficial" de 31 OBRAS DE ARTE — O "Diario Oficial" de 31 de março publicou o seguinte expediente da Divisão do Material do Ministerio da Educação e Saúde: "No processo n.º 12 941-43 em que o Sr. diretor geral do Departamento de Administração sugeriu ao Sr. Ministro a conveniência de ser obtida autorização do Sr. Presidente da República, para que seja distribuída à Tesouraria daquele Departamento a importância de raria daquele Departamento, a importância de Cr\$ 250 000,00, à conta da subconsignação n.º 14 — Objetos históricos e obras de arte, etc. —
 Inciso 64 — Consignação I — Material Permanente — Verba 2 — Material, do orçamento dêste Ministério para o corrente exercicio, destinada à aquisição de objetos históricos e obras de arte para o Museu Histórico Nacional, independente de concorrência, o Sr. Presidente da República, em data de 17 do corrente mês exarou o seguinte despacho: "Aprovado". — G. Vargas".

Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

AUTORIZAÇÃO DADA PELO SR. PRESI-DENTE DA REPÚBLICA — Pelo Sr. Presidente da República, por despacho de 3 de março, publicado no "Diário Oficial" de 10 de março de 1943, foi dada autorização, conforme solicitara o Ministério da Educação e Saúde, "para que o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional empregue, sob o regime de adiantamento, a dotação de Cr\$ 300 000,00 destinada a estudo, pesquisas, documentação e levantamen-tos necessários ao tombamento sistemático dos monumentos e obras de valor histórico e artístico".

ADMINISTRAÇÃO DAS OBRAS DOS MU-ADMINISTRAÇAO DAS OBRAS DOS MUSEUS NACIONAL E IMPERIAL — Por despacho de 15 de fevereiro, publicado no "Diário Oficial" de 20 dêsse mês, o Sr. Presidente da República aprovou o parecer do Departamento Administrativo do Serviço Público favorável à manda de la companio del companio de la companio de la companio del companio de la companio del companio de la companio de la companio del companio de la companio del companio del companio de la companio del companio proposta feita pelo Ministério da Educação e Saúde, no sentido de serem executados pelo regime de administração direta do Serviço do Patrimônio Histórico a Artíctico Necional de Patrimônio Histórico de Artíctico Necional Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, obras do Museu Nacional e Museu Imperial.

Servico de Radiodifusão

APROVADO O REGULAMENTO - O Sr. APRIO A REGULAMENTO — O ST.
Presidente da República, pelo decreto n.º 11 491,
de 4 de fevereiro dêste ano, publicado no "Diário Oficial" de 6 do referido mês, aprovou o
Regimento do Serviço de Radiodifusão Educativa baixado pelo Ministro da Educação e Saúde.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Caixa de Amortização

CONCURSO DE DESENHOS PARA AS NO-VAS NOTAS DE PAPEL-MOEDA — A Junta administrativa da Caixa de Amortização, con-

forme edital n.º 4, publicado no Diário Oficial de 11 de março último resolveu abrir novo concurso, na conformidade do disposto no decreto-lei n.º 5 108, de 17 de dezembro de 1942, para escolha de desenhos dos motivos simbólicos que devem figurar no reverso das notas do papel--moeda a que se refere o art. do decreto-lei n.º 4 791, de 5 de outubro de 1942, sendo:

- notas de Cr\$ 10,00 Unidade Nacional; notas de Cr\$ 20,00 Proclamação da República;
- notas de Cr\$ 50,00 Lei Áurea; notas de Cr\$ 100,00 A Cultura Nacional; - notas de Cr\$ 500.00 -- Abertura dos Portos.

O concurso ficou aberto durante 60 dias. a partir da data do edital de convocação dos interessados, podendo concorrer artistas idôneos de qualquer nacionalidade, exceto os súditos das nações que se acham em guerra com o Brasil.

Não serão aceitos trabalhos coloridos. Serão distribuídos os seguintes prêmios em dinheiro aos autores dos desenhos escolhidos para cada valor:

aos classificados em 1.º lugar — Cr\$ 10 000,00; aos classificados em 2.º lugar — Cr\$ 3 000,00; aos classificados em 3.º lugar — Cr\$ 1 000,00.

Diretoria das Rendas Internas do Tesouro Nacional

INSTRUÇÕES SÕBRE O SERVIÇO DE FIS-CALIZAÇÃO E ARRECADAÇÃO DOS TRIBUTOS DE QUE TRATA O CÓDIGO DE MINAS — O Diário Oficial da União, de 6 de abril, e o Minas Gerais, órgão oficial do Estado de Minas, em suas edições de 16 do mesmo mês, publicam, na integra, a circular n.º 11, de 27 de março, do sr. Diretor das Rendas Internas do Tesouro Nacional, baixando instruções relativas ao serviço de fiscalização e arrecadação dos tributos de que tratam o Código de Minas e o Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938, que dispõe sôbre a garimpagem e o comércio de pedras preciosas.

Cabe à Diretoria das Rendas Internas fiscalizar e orientar a arrecadação dos tributos de que cogitam os Decretos-leis n.º 1 985, de 29 de janeiro de 1940; 5 247, de 12 de fevereiro de 1943; e 466, de 4 de junho de 1938, exercendo-a diretamente ou por intermédio das Delegacias Fiscais e no Estado de Minas Gerais, também pelo Superintendente designado de acôrdo com o Decreto-lei n.º 5 247.

A sede da Superintendência será na capital do Estado de Minas Gerais.

MINISTÉRIO DA GUERRA

LEI DE ORGANIZAÇÃO - O sr. Presidente da República, no dia 10 de março último, assinou o Decreto-lei n.º 5 311, Lei de Organização do Ministério da Guerra, o qual atualiza disposições contidas no Decreto-lei n.º 279, de 16 de fevereiro de 1938, que fica assim revogado. De acôrdo com o artigo 1.º, para o desempenho de suas funções, o Ministro da Guerra dispõe dos convintos avectos sobre a constituidad de convintos avectos sobre autoridad de conventos avectos cobre a constituidad de conventos constituidad de constituidad de conventos constituidad de conventos constituidad de constituidad de conventos constituidad de constituid dispõe dos seguintes órgãos, sob sua autoridade imediata:

Gabinete do Ministro da Guerra; Estado Maior do Exército;

Secretaria Geral do Ministério da Guerra: Inspetorias e Diretorias.

O Ministro da Guerra é o presidente do Conselho Superior de Guerra, ao qual apresenta, para estudo e parecer, as questões relativas aos planos de operações e as bases gerais da organização do equipamento, da mobilização e da instrução do Exército. A organização e as funções do Conselho Superior de Guerra são reguladas por decreto especial.

A Escola de Estado Maior e o Serviço Geo-gráfico e Histórico do Exército ficaram subordinados ao Chefe do Estado Maior do Exército e ao Secretário Geral do Ministério da Guerra, do Gabinete Fotocartográfico, que constitue um dos Serviços Auxiliares do Ministério.

Entre as Diretorias criadas, figura a de Engenharia (Servico).

O decreto-lei em aprêço foi publicado na edição do dia 12 do referido mês, do Diário Oficial.

MONUMENTO AOS HERÓIS DE SÃO BOR-JA — O sr. Ministro da Guerra, no dia 7 de abril baixou o seguinte aviso, publicado no "Diário Oficail" de 9 do mesmo mês:

"N.º 892 — Considerando que o culto dos heróis e do passado deve ser sempre reavivado entre as novas gerações como exemplo de de-votamento à Pátria;

Considerando que os nomes daqueles que lutaram pela defesa da integridade territorial do Brasil devem ser perpetuados;
Considerando que o melhor meio de perpetuá-los é inscrevê-los no bronze dos monu-

mentos:

Considerando que a heróica defesa da então vila de São Borja, no Rio Grande do Sul, por ocasião da invasão paraguaia, a 10 de junho de 1865, é uma página brilhante da nossa história;

Considerando, finalmente, que no páteo do Quartel do Regimento João Manuel (2.º R.C.I.), foi erguida, pela fé cristã de nossa gente, uma tosca cruz de madeira de lei que recorda o local exato onde se feriu o principal combate durante a invasão,

Resolvo:

1.º Mandar construir um pedestal quadrangular de granito, no páteo do Quartel do referido Regimento, sóbre o qual será fixada a cruz aludida, devendo em cada um dos lados do pedestal ser colocado um escudo de bronze com os nomes dos mortos no campo da honra, feridos em combate, elogiados e condecorados, conforme a planta apresentada pelo Gabinete Fotocartográfico.

2.º Designar para se encarregar da execução dêsse monumento e assistir à sua inauguração como meu representante, o Exmo. Sr. general Emílio Fernandes de Sousa Doca, que fará todo o possível para inagurá-lo a 10 de junho do

corrente ano.

DIVISÃO TERRITORIAL MILITAR DO BRA-SIL — SERVIÇO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO EXERCITÓ — O sr. Presidente da República, no dia 12 de abril dêste ano, assinou na pasta da Guerra, o Decreto-lei n.º 5 338, publicado no Diário Oficial de 16 do mesmo mês, o qual atualiza disposições da lei de organização dos quadros e efetivos do Exército ativo contidas no Decreto-lei n.º 556, de julho de 1938.

é dividido em 10 Regiões Militares, assim constituídas:

- 1.ª R.M. Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro.
- 2.ª R.M. São Paulo.
- 3.ª R.M. Rio Grande do Sul.
- 4.ª R.M. Minas Gerais, Espírito Santo e Goiaz.
- 5.ª R.M. Paraná e Santa Catarina. 6.ª R.M. Baía e Sergipe.
- 7.a R.M. Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Fernando de Noronha.

8.^a R.M. — Pará, Amazonas e Acre. 9.^a R.M. — Mato Grosso.

10.ª R.M. - Ceará, Piauí e Maranhão.

As Regiões Militares acima têm suas sedes respectivamente, no Distrito Federal, cidades de São Paulo, Pôrto Alegre, Juiz de Fora, Curi-tiba, Salvador, Recife, Belém, Campo Grande e Fortaleza.

O capítulo XIV (art. 45) trata do Serviço Geográfico e Histórico ao qual incumbe o que concerne à elaboração, estudo e interpretação dos documentos cartográficos e históricos.

Cabem-lhe, ainda, o reconhecimento e des-crição dos limites entre os Estados, Distrito Federal e Territórios, bem como, mediante en-tendimento, a superintendência técnica sôbre as organizações civis de levantamento topográfico. Sua organização compreende:

 1 — Orgãos de direção e execução geral:
 Diretor — General de brigada; Gabinete; Gabinetes técnicos; Órgãos especiais. 2 — Órgãos de execução gerais: Divisões de Levantamento. 3 — órgãos de execução regionais: Sec-ções Topográficas Regionais. 4 — órgãos de preparação do pessoal: Escola Técnica do Exército

PROGRAMA DE GEOGRAFIA NO CONCUR-SO DE MENSALISTA — O Diário Oficial de 9 de fevereiro último publicou as instruções para a prova de habilitação para admissão de extranumerário mensalista na Fábrica de Juiz de Fora, pertencente ao Ministério da Guerra e subordinada à Diretoria do Material Bélico, na categoria de Amanuense Auxiliar, referência XII.

A prova de Conhecimentos Gerais preende os seguintes itens, relativos à Coro-

grafia do Brasil:

"a) resolução de 10 questões objetivas sôbre assuntos do seguinte programa de Coro-grafia do Brasil (nível de 3.ª série do curso secundário):

1 — Estados do Brasil, capitais, cidades

principais.

2 — Vias de comunicação, meios de trans-porte. Principais portos e aeroportos.

3 — Bacia Amazônica, Platina, e do São Francisco.

4 — Agricultura. Indústrias extrativas vegetais e minerais. Produtos animais e indústria dos derivados. Indústrias manufatureiras.

Serviço Geográfico e Histórico do Exército

CRIAÇÃO DO QUADRO DE AUXILIARES TÉCNICOS — No Diário Oficial de 8 de abril foi publicada a exposição de motivos do D. A. S. P. aprovada pelo Sr. Presidente da República sóbre a criação do Quadro de Auxilia-res Técnicos do Serviço Geográfico e Histó-rico do Exército, que fôra proposta pelo Minis-tério da Guerra, e sugerindo fôssem ampliadas as séries funcionais de extranumerários alí existentes, ou a criação de outras que forem jul-gadas indispensáveis ao bom desempenho do serviço.

Biblioteca Militar

"PRÊMIO TAUNAY" - Conforme noticiamos no primeiro número dêste Boletim, a Biblioteca Militar, em homenagem à memória do Visconde de Taunay, resolveu instituir, permanentemente, o "Prêmio Taunay". Em reiinião levada a efeito em março último, a Co-missão Diretora da Biblioteca elegeu a comis-são julgadora do "Prēmio", que ficcu consti-tuída pelo Tenente-Coronel José de Lima Fi-gueiredo, sr. Carlos Maul e Capitão Flamarion Barreto. O prêmio constará de uma medalha de ouro, com a efígie do autor da Retirada da Laguna e a quantia de cinco mil cruzeiros.

Os originais sôbre História e Geografia da América ou do Brasil deverão constar de cem páginas, no mínimo, datilografadas em espaço dois, não sendo julgados os trabalhos com mais de duzentas páginas, nem os que já tenham sido publicados.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais

CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE REGISTO -Na sessão realizada no dia 15 de março, resolveu a Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais opinar no sentido de ser baixada lei federal autorizando a criação do município de Registo, no Estado de São Paulo.

A PROPRIEDADE DAS MINAS, NA DOU-TRINA E NA LEGISLAÇÃO — O Diário Oficial de 6 de abril dêste ano publicou um parecer do sr. Sá Filho apresentado à Comissão dos Estudos dos Negócios Estaduais, sôbre a tributação na produção das minas. O parecer, que é longo, faz o histórico do conceito de propriedade das minas, focalizando os diversos sistemas ou teorias sôbre a matéria, desde a Idade Média, seguindo-se o exame do regime das jazidas minerais na evolução do direito pátrio. Na segunda parte, faz o histórico da tributação das minas, a começar das Ordenações Filipinas e Manuelinas. Concluindo, o sr. Sá Filho alvitra a reforma da parte positiva da legislação de

a reforma da parte postava da registação de minas, sob a seguinte orientação:

1.º — instituir a contribuïção federal, que poderá ser calculada sôbre o valor da produção e arrecadada no momento dos embarques ou da utilização como char en estados a Municípios.

2.º — aconselhar os Estados e Municípios, ou promover convenções ou acordos, para que a respectiva tributação sóbre a indústria mi-neira, embora distribuída pelos tributos que lhes cabem, se restrinja a determinadas proporções, devendo ser restituído, equitativamente, o excesso arrecadado.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Diretoria de Navegação

NOVA EDIÇÃO DA CARTA SÓBRE O ARQUIPÉLAGO DE FERNANDO DE NORONHA — O almirante Jorge Dodsworth Martins, diretor geral de Navegação, comunicou aos comandantes de navios ter sido felta uma nova tiragem da carta n.º 52, sôbre o arquipélago de Fernando de Noronha, com grandes correções, carta que está sendo distribuída. Os exemplares da-tados de novembro de 1938 devem ser cancelados e remetidos à Diretoria de Navegação.

Museu de História Marítima

DOAÇÃO DE MOEDAS ANTIGAS - Ao Sr. Chefe da Divisão da História Marítima, do Ministério da Marinha, o Sr. Presidente da Comissão de Metalurgia remeteu, para serem re-colhidas ao Museu de História Maritima, uma coleção de moedas antigas e mais 26 moedas de prata, também antigas, provenientes da "Campanha dos Metais",

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

CONSTRUÇÃO DO MONUMENTO AO BA-RÃO DO RIO BRANCO — Pelo sr. Presidente da República foi assinado, nas pastas das Re-

lações Exteriores e da Fazenda, no dia 18 de fevereiro e publicado no dia 20, o Decreto-lei n.º 5 259, aprovando as despesas efetuadas, no total de Cr\$ 38 451,30, além do orçamento estabelecido pelo Decreto-lei n.º 1 954, de 9 de janeiro de 1940, para a construção do monumento ao Barão do Rio Branco, na Esplanada do Castelo, nesta Capital.

Comissão Brasileira Demarcadora de Limites

EXONERAÇÃO E NOMEAÇÕES — Por portarias assinadas no dia 8 de abril, foi exonerado Americano César Marques, da função de auxiliar técnico de 2.ª classe da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — 2.ª Divisão, sendo o mesmo nomeado para exercer a função de auxiliar técnico de 1.ª classe da Comissão; e nomeando Sílvio Siqueira para exercer a função de auxiliar técnico de 2.ª classe da Comissão.

O sr. Ministro das Relações Exteriores, por Portaria de 25 de janeiro, exonerou o Capitão Iragé Pais Brasil da função de ajudante técnico da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — Segunda Divisão.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CURSO DE METEOROLOGIA EM MEDELIN — O sr. Presidente da República, conforme expediente publicado no Diário Oficial de 15 de abril, concedeu autorização para ausentar-se do país e licença do 18 meses, sem prejuízo dos vencimentos de seu cargo, ao escriturário, classe E, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Antônio de Sousa Teixeira Júnior, que obteve da União Cultural Brasil-Estados Unidos uma bôlsa de estudo para fazer o curso de meteorologista em Medelin, na Colômbia.

Conselho Federal de Engenharia e Agricultura

NORMAS PARA O REGISTO DE ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS — O Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura fez publicar no "Diário Oficial" de 23 de fevereiro as resoluções ns. 7 e 9, respectivamente de 7 de fevereiro de 1935 e 22 de abril do mesmo ano, a primeira regulamentando as eleições dos representantes das associações de classe, os quais elegeram dois membros do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura (renovação do têrço), e a segunda, estabelecendo normas para o registo de associações no mesmo Conselho.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

APOSENTADO O ENGENHEIRO QUE AUXILIOU PLÁCIDO DE CASTRO NA DEFESA DO ACRE — O sr. Presidente da República, pelo Decreto-lei n.º 5 423, de 26 de abril, considerando os serviços prestados pelo eng.º Gentil Tristão Norberto quando, como auxiliar do Coronel Plácido de Castro e durante o período compreendido entre 1899 e 1904, denodadamente defendeu a causa acreana, na questão de limites resolvida pelo Tratado de Petrópolis, aposentou-o de acôrdo com o artigo 196, item I, do Decreto n.º 1 713, de 28 de outubro de 1939, com vencimento integral, no cargo da classe L da carreira de Engenheiro (DNEF-DNER), do Quadro I do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Comissão de Marinha Mercante

DESIGNADOS OS MEMBROS DAS SUB-COMISSÕES NOS ESTADOS — Conforme expediente publicado no Diário Oficial de 8 de março, a Comissão de Marinha Mercante designou, nos têrmos do Decreto-lei n.º 5 249, de 15 de fevereiro último, os seguintes membros para as sub-comisões criadas pelo mesmo decreto-lei:

Belém — Presidente, comandante Rogério Coimbra; Secretário, Antônio Dantas Lima; Tesoureiro, Alberto Freire Autran.

Soureiro, Alberto Frene Attoran.

Recife — Presidente, Aloísio Fonseca; Secretário, Mário Pena; Tesoureiro, Ulises Correia.

Santos — Presidente, José Pereira Carollo;
Secretário, Heitor Sávio; Tesoureiro, Laércio de

Pôrto Alegre — Presidente, Leopoldo de Azevedo Bastos; Secretário, J. Oliveira Castro; Tesoureiro, Herbet Luiz Kern

TABELA DE DISTÂNCIA ENTRE VARIOS PORTOS MARANHENSES — A Comissão de Marinha Mercante fez publicar no Diário Oficial de 8 de março último, a seguinte tabela, relativa a distância entre vários portos maranhenses.

Tabela de distâncias em milhas entre os portos dos rios Mearim, Pindaré, Mundin e Cajapió, no Estado do Maranhão

	Distância entre pôrtos (milhas)	Distância a São Luiz (milhas)
Rio Mearim:		
São Luiz Ararí Vitória (Baixo Mearim) Lapela Lagem do Curral Bacabal São Luiz Gonzaga Pôrto do Machado Pedreiras. Marianópolis Barra do Corda	81 8 50 23 40 13 21 27 57 116	0 81 89 139 162 202 215 236 263 320 436
Rio Pindaré:		
São Luiz Barro Vermelho Boa Vista Campo Novo Alto Alegre Monção Caracauca São Pedro Eng. Central	777 255 4 20 12 12 12	0 77 102 106 126 138 150
De São Luiz a Viana 87 milhas e de Viana a Barro Vermelho, 10 mls.		
Rio Munin:		
São Luiz Icatú Axixá Morros	 66 14 8	0 66 80 88
Rio Cajapió:		
São Luiz. Cajapió	47	0 47
Rio Aurá:		
São Luiz Macapá Tabatuba São Bento	25 2 5	0 25 27 32

Comissão do Plano Rodoviário Nacional

APROVADO O PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA RODOVIA DO TOCANTINS — A Comissão do Plano Rodoviário Nacional, reunida no dia 13 de abril, aprovou o projeto da construção da rodovia do Tocantins, incluindo, assim, no plano nacional uma estrada de rodagem que se destina a incorporar à comunhão brasileira uma das mais ricas regiões do país.

A nova rodovia será prolongada até Santa Ana do Livramento, no Rio Grande Sul, e terá a denominação de Transbrasiliana.

Conselho Nacional de Minas e Metalurgia

TRANSITORIEDADE DA SUSPENSÃO DA LAVRA DAS MINAS — Na sessão realizada pelo Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, no dia 10 de dezembro do ano passado, conforme ata publicada no *Diário Oficial* de 13 de fevereiro dêste ano, o conselheiro Emilio Ferreira da Silva Júnior apresentou uma indicação com projeto de decreto-lei, justificando a neces-sidade de ser definida a transitoriedade da suspensão da lavra das minas, prevista no parágrafo 4.º do artigo 143 da Constituição. Devidamente examinado o assunto, o Conselho na sessão realizada no dia 7 de janeiro dêste ano, cuja ata foi publicada no Diário Oficial de 15 de fevereiro, aprovou a redação do aludido projeto de decreto-lei, nos seguintes têrmos: "O Presidente da República, usando da atri-

buïção que lhe confere o art. 180 da Consti-

Considerando que as minas em lavra transitòriamente suspensa já gozam desta facul-

dade por mais de oito anos;

Considerando que podem resultar grandes prejuízos para a Nação com a inércia de tais minas e convindo seja reiniciada sua lavra o mais breve possível;

Considerando que o Decreto-lei n.º 1 985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), fixa o prazo de um ano, contado do decreto de autorização, para que se inicie a lavra da jazida,

DECRETA:

Art. 1.0 - As minas manifestadas como em lavra transitòriamente suspensa, de acôrdo com 10 do Decreto n.º 24 642, de 10 de julho de 1934, terão sua lavra suspensa definitivamente, se não for reiniciada dentro do prazo de um ano, a partir da publicação dêste decreto--lei, salvo os casos de fôrça maior reconhecidos pelo Govêrno.

Art. 2.0 — As minas que tiverem sua lavra reiniciada dentro do prazo a que se refere o artigo precedente, gozarão de tôdas as vanta-gens atribuídas às minas em lavra ativa na data da Constituição de 1934, ficando sujeitas às regras prescritas pelo Código de Minas, apli-

cáveis ao caso.

Art. 3.º - As minas cuja lavra não for reiniciada no prazo previsto no art. 1.º decreto-lei, passarão para o domínio da Nação, ficando a jazida em disponibilidade, afim de ser aproveitada na forma do Decreto-lei n.º 1 985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas).

Art. 4.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dispo-sições em contrário."

PARECER DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SÔBRE A CRIAÇÃO DE CURSOS — O Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, em sua sessão de 17 de dezembro do ano passado, cuja ata foi publicada no Diário Oficial de 13 de fevereiro dêste ano, tomou conhecimento da Exposição de Motivos n.º 54, de 1 de dezembro de 1942, do Ministério da Educação e Saúde, restituindo a de n.º 21-GM, de 20 de fevereiro de 1942, do Ministério da Viação, com projetos de Decretos-leis referentes à criação de cursos de prospectores, capatazes de minas e mestres metalúrgicas, bem como dos aprendizados de mineração, com parecer a respeito.

Pelo ministro-presidente foi designado o Conselheiro professor Emidio Fererira da Silva Júnior, para entender-se com o Ministério da

Educação sôbre o assunto.

CURSO DE ENGENHEIRO DE MINAS PARA OS ENGENHEIROS CIVÍS — Na sessão levada a efeito no dia 22 de dezembro do ano próximo findo e cuja ata foi publicada no Diário Oficial de 13 de fevereiro dêste ano, foi lida também a exposição de motivos n.º 57, de 7 de dezembro exposição de motivos n.º 57, de 7 de dezembro de 1942, do Ministério da Educação, devolvendo a de 23-GM, de 24 de fevereiro de 1942 do Ministério da Viação, com projeto do Decreto-lei sôbre a criação na Escola de Minas e Metalurgia, de Ouro Preto, de um curso de engenheiro de minas para os diplomados em engenharia civil e propondo que o assunto seja solucionado pela reforma, em preparo, do ensino superior, proposta que foi aprovada pelo sr. Presidente da República.

PODE O CONSELHO PROPOR MEDIDAS SÓBRE O ENSINO TÉCNICO-PROFISSIONAL — Na sessão de 14 de janeiro dêste ano, o Conselheiro Emídio Ferreira da Silva Júnior fêz uma consulta ao Conselho sôbre se os pontos de vista indicados na exposição de motivos e projetos de decreto-lei organizados pelo Conselho deverão ser sustentados na reforma do ensino superior em preparo no Ministério da Educação. O Conselheiro Ernesto Lopes da Fonseca Costa, considerando que é uma das prer-rogativas do Conselho "propor medidas tendentes ao aperfeiçoamento no país, do ensino técnico-profissional de minas e metalurgia", opinou pela afirmativa, o que foi aprovado pelos demais Conselheiros.

NOVOS CURSOS DE ENGENHEIROS DE MINAS — Para emitir sua opinião sôbre a dificuldade em que se encontra, presentemente, a indústria mineiro-metalúrgica do país, devido à falta de engenheiros de minas, compareceu à sessão do dia 14, um representante da Escola Nacional de Engenharia, tendo lido circunstanciada exposição em tôrno do importante problema. Depois falaram os Conselheiros Ernesto Lopes da Fonseca Costa, Emídio Ferreira da Silva Júnior, Edmundo de Macedo Soares e Silva, Antônio José Alves de Sousa, Renato de Azevedo Feio e Othon Henry Leonardos, que apresentaram várias sugestões. Em seguida, o plenário, por proposta do Conselheiro Renato de Azevedo Feio, resolveu fôsse constituída uma comissão para elaborar e apresentar ao exame do Conselho um projeto de Decreto-lei visando a criação de novos cursos de engenheiros de minas, afim de atender às exigências da indústria mineiro-metalúrgica.

Aprovada a proposta, foram designados os srs. Antônio José Alves de Sousa e Othon Henry Leonardos para organizarem o alulido projeto.

MUDANÇA DA ESCOLA NACIONAL DE MI-NAS E METALURGIA, DE OURO PRETO sessão de 29 de janeiro, o Conselheiro Emídio Ferreira da Silva Júnior voltou a falar em tôrno do assunto, lendo alguns trechos do memorial apresentado à Congregação da Escola Nacional de Minas e Metalurgia da Universi-Nacional de Minas e Metalurgia da Oniversidade do Brasil, pela maioria dos professores que a constituem, a propósito da mudança da sede da mesma Escola. Durante a leitura, é aparteado pelo Conselheiro Renato de Azevedo Feio que alude à prática, na Central do Brasil, da admissão de estudantes de engapharia como que a consequia forme. engenharia, com o que se conseguia a formação de um corpo técnico superior para o futuro, pondo-os já em contacto com os diferentes problemas das estradas de ferro.

CURSOS DE PROSPECTORES DE MINAS, CAPATAZES E MESTRES METALÍRGICOS E DE ENGENHARIA DE MINAS E METALURGIA.— Na sessão do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, realizada no dia 4 de fevereiro, conforme ata publicada no Diário Oficial de 2 de abril, o Conselheiro sr. Emídio Ferreira, a propósito da criação dos cursos de prospectores de minas, capatazes de minas e mestres metalúrgicos e outro de aprendizado de mineração, comunicou que, de acôrdo com a designação do sr. ministro-presidente do Conselho se entendera com o Ministério da Educação, tendo apresentado ao respectivo titular as considerações que julgou oportuno fazer a respeito e transmitidas ao sr. ministro-presidente para seu exame.

Na sessão do Conselho, levada a efeito no dia 11 do referido mês de fevereiro, o conse-lheiro sr. Antônio Alves de Sousa, referindo-se à resolução do Conselho designando-o para, em comissão com o seu colega Othon Henry Leonardos, para elaborar e apresentar ao seu exame e deliberação um projeto de decreto-lei sôbre a criação de novos cursos de engenheiros de minas e metalurgia, comunica que recebera de São Paulo uma moção dos engenheiros dêsse Estado, acompanhada de uma justificação e Estado, acompanhada de uma Justineayao e de um quadro comparativo dos cursos e das disciplinas nas Escolas Nacional de Engenharia do Rio de Janeiro, Minas e Metalurgia de Ouro Preto e Politécnica de São Paulo, congratulando-se com o Conselho por essa ini-ciativa e apresentando sugestões a respeito, e, ainda, telegramas dos Srs. Aníbal Mendes Gon-çalves, presidente do Instituto de Engenharia de São Paulo, e Adriano Marchini, diretor do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do mesmo Estado, hipotecando sua solidariedade à moção e encarecendo a urgente necessidade de ser convertido em lei aquele projeto para o progresso das indústrias mineiro-metalúrgicas que está dependendo do aproveitamento de numerosos técnicos especializados. Procede à leitura dêsses documentos e propõe que os mesmos sejam dados à publicidade, no que é apoiado pelo Sr. Fonseca Costa, sendo aprovada a proposta.

O Sr. Othon Henry Leonardos apresenta, também, um telegrama que, em idênticos têrmos ao endereçado ao Sr. Alves de Sousa, Ihe foi dirigido pelo Sr. Adriano Marchini, diretor do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo.

O Sr. Macedo Soares emite sua opinião sôbre o curso de engenheiro de minas, achando curto o prazo de um ano para a formação, no mesmo, dos engenheiros civis, por serem pequenos os conhecimentos dêstes em química, física, metalurgia, siderurgia, metalografia, etc. e, em seguida, faz considerações em tôrno dos cursos da Escola Técnica do Exército e da falta de professores.

O Sr. Emidio Ferreira pede que lhe sejam fornecidas cópias dos documentos lidos pelo Sr. Alves de Sousa, afim de transmiti-los à Congregação da Escola de Minas e Metalurgia.

Na sessão realizada no dia 18 de fevereiro, o sr. Alves de Sousa, ainda sôbre o mesmo assunto, lê um telegrama que lhe foi dirigido pelo Sr. Valdemar Lefèvre, diretor do Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo, hipotecando sua solidariedade à moção que há dias recebera dos engenheiros daquele Estado e encarecendo a urgente necessidade da realização da medida.

Pede ainda ao Conselho que lhe forneça elementos para poder preparar o projeto em aprêço, notadamente quanto ao tempo de cada curso de mineração e metalurgia e às cadeiras que deverão constituir êsses cursos.

O Sr. Emídio Ferreira entende que será suficiente um ano e meio de curso intensivo e o Sr. Macedo Soares, que é melhor examinar as cadeiras em primeiro lugar; provàvelmente haverá indicação de cadeiras diferentes entre uns e outros e, depois de se ajustarem as cadeiras, tratar-se-á do tempo. O Sr. Renato Feio lembra que se faça um curso na Escola Técnica do Exército, no Rio, e um outro no Instituto de Pesquisas, em São Paulo.

O Sr. Fonseca Costa sugere que os elementos solicitados pelo Sr. Alves de Sousa poderão ser apresentados e discutidos na sessão próxima, devendo ser examinado, em primeiro lugar, o que é preciso exigir para a formação de um engenheiro de minas e, depois, o tempo necessário para êsse fim, o qual não convém seja longo, de vez que se trata de um curso de emergência, de caráter prático.

Na sessão de 25 de fevereiro, o conselheiro Sr. Emídio Ferreira procede à leitura do trabalho que elaborou como subsidio ao projeto de decreto-lei a ser organizado sóbre a criação de novos cursos de engenheiros de minas, a respeito do qual se pronunciam os Srs. Fonseca Costa, Renato de Azevedo Feio, Alves de Sousa e Othon Leonardos, sendo interrompida a discussão do assunto, afim de ser ouvida a palavra do engenheiro Amintas Jaques de Morais, que, a convite do Conselho, vinha fazer uma exposição relativa aos planos da Companhia Níquel Tocantins, de que é vice-presidente.

Terminada a exposição do engenheiro Amintas de Morais voltam a debate as sugestões do Sr. Emídio Ferreira para os novos cursos de engenheiros de minas, no qual também toma parte aquele engenheiro, aquiescendo à solicitação do Conselho.

Por fim, é adiada a discussão da matéria até que sejam presentes ao Conselho as sugestões dos Srs. Fonseca Costa e Othon Leonardos, para serem apreciadas em conjunto com as do professor Emidio Ferreira.

O Sr. Othon Leonardos, na sessão levada a efeito no dia 4 de março, apresenta suas sugestões ao projeto referente aos novos cursos de engenheiros de minas, tendo sido distribuídas cópias dessas sugestões aos demais conselheiros para seu estudo e pronunciamento. O assunto continuou, todavia, em discussão, através dêsse trabalho e do que fôra submetido à consideração do Conselho, na sessão transata, pelo Sr. Emídio Ferreira, sendo, afinal, resolvido designar o Sr. Macedo Soares para, em nome do Conselho, entender-se com os generais ministro da Guerra e inspetor do ensino do Exército e, conhecido o resultado dêsse entendimento, voltar à matéria a debate para a sua definitiva solução.

Dando resultado do entendimento que teve no Ministério da Guerra, o Sr. Macedo Soares, na sessão de 5 de março, comunica que ficara assentado que as autoridades daquele Ministério acolheriam com tôda a simpatia qualquer solicitação do Conselho no sentido da proposta apresentada.

Na sessão do dia 11 de março, o Sr. Macedo Soares ocupou, por algum tempo, a atenção do Conselho com a leitura e apreciação do programa dos cursos de engenharia da Escola Técnica do Exército, apresentando sugestões para a organização do projeto em aprêço, as quais, longamente debatidas pelo seu autor e professores Emídio Ferreira e Fonseca Costa, ficaram para ser novamente examinadas na próxima sessão, convocada para o dia seguinte. Nessa sessão, do dia 12 o Sr. Macedo Soa-

nessa sessao, do dia 12 o Sr. Macedo sodares prossegue em suas considerações dizendo da boa organização dos programas apresentados pelos Srs. Emídio Ferreira e Othon Henry Leonardos, aos quais dará sua colaboração com o dos cursos da Escola Técnica do Exército, afim de que, elaborado o definitivo, possa o Conselho dirigir-se ao Ministério da Guerra e pedir o seu apôjo para a execução da medida.

pedir o seu apôio para a execução da medida.

O Sr. Emidio Ferreira faz um estudo comparativo do seu trabalho com o do Sr. Othon
Leonardos, apreciando as sugestões oferecidas
pelos Srs. Fonseca Costa, Alves de Sousa, Macedo Soares e Renato Felo sôbre as denominações das cadeiras que deverão constituir o curso, ficando deliberado que o Sr. Emídio Ferreira se encarregaria da redação definitiva do
projeto de decreto-lei a ser submetido à consideração do Govérno.

Estrada de Ferro Central do Brasil

85.º ANIVERSÁRIO DE INAUGURAÇÃO A Estrada de Ferro Central do Brasil festejou no dia 29 de março o 85.º aniversário de sua inaguração. No programa comemorativo figuraram a inauguração do grande relógio colocado na tôrre do novo edifício, o qual é um dos maiores do mundo; inauguração do trecho eletrificado, de Nova Iguassú até Morro Agudo; e uma exposição retrospectiva dos empreendi-mentos realizados pela Estrada durante os 85 anos de atividades. Na exposição, que teve lugar no "hall" da Estação D. Pedro II, figuraram a mesa em que foi assinado o contrato entre o governo imperial e a Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II, em cuja cerimônia esti-veram presentes pela Estrada os Srs. Caetano Furquim de Almeida, João Batista da Fonseca, J. C. Mayrink e Militão Máximo de Sousa, sendo que sua incorporação ao patrimônio nacional verificou-se em 10 de julho de 1864; o livro em que foi lavrada a ata do contrato em apreço e o livro-caixa em que foi feita a primeira escrituração do movimento da Estrada. Grandes quadros e painéis foram expostos, bem as-sim os primeiros trilhos assentados no leito da via-férrea e as primeiras ferramentas usa-das naquela época. Tôda a iluminação do re-cinto da exposição foi fornecida por gasogênio.

MUSEU FERROVIARIO — Em vista do êxito atançado pela exposição retrospectiva da Central do Brasil, levada a efeito em comemoração do 85.º aniversário de sua fundação, no edificio da Estação Pedro II, o diretor daquela ferrovia, major Alencastro Guimarães, resolveu instalar um museu em que sejam expostos, permanentemente, documentos e todo o material de valor histórico, pertencente ao patrimônio da Central, e através do qual possa ser exibido o desenvolvimento de seus serviços desde a fundação até nossos dias.

O museu será o primeiro no gênero em tôda a América do Sul.

Departamento dos Correios e Telégrafos

1.º CENTENÁRIO DO PRIMEIRO SÉLO EMITIDO NO BRASIL — Transcorrendo a 1.º de agósto próximo, o centenário da emissão do primeiro sêlo postal brasileiro, o major Landrí Sales, diretor geral dos Correios e Telégrafos, determinou dar o cunho oficial às comemorações daquele acontecimento.

Uma comissão já está em atividade, reünindo-se periôdicamente no edifício dos Correios e Telégrafos, e, em esforços conjugados, êsse Departamento e o Clube Filatélico do Brasil, procuram dar às comemorações o maior brilhantismo.

As festas comemorativas constarão de uma Exposição Filatélica Nacional, a inaugurar-se a 1.º de agôsto, da realização do III Congresso Filatélico Nacional, que se retinirá nos dias 5 e 6 de agôsto; emissão de selos postais e cunhagem de moedas comemorativas, publicação de um catálogo completo, oficial, dos selos do Brasil. A exposição obedecerá a um regulamento cuja elaboração está sendo feita. Um

exemplar será oportunamente remetido a todos cs colecionadores de selos do Brasil, que encontrarão para as suas coleções, uma oportunidade única da mostra do elevado grau de adlantamento da nossa filatelia. A série dos selos comemorativos constituir-se-á de três valores, com a efigie do imperador D. Pedro II. Pretende-se ainda emitir-se um "bloco" contendo um dos selos da série, todos impressos e gravados pelo processo de "talhadoce". Haverá também carimbos especiais da exposição e do congresso, para obliteração dos selos comemorativos, cujo aspecto imita o dos usados em 1843, pelo Correio Geral da Côrte, sôbre os "olhos de boi".

Os colecionadores de todo Brasil que desejarem regulamentos e outros informes sôbre os grandes certames filatélicos de agôsto próximo, podem dirigir-se ao Clube Filatélico do Brasil (Caixa Postal 195), nesta capital. As festas comemorativas têm como presi-

As festas comemorativas têm como presidente de honra o Presidente da República, e como patronos os ministros da Viação, Fazenda e Educação, prefeito do Distrito Federal, diretores da Casa da Moeda, Departamento de Imprensa e Propaganda, da Imprensa Nacional, e todos os presidentes das Sociedades Filatélicas do Brasil.

A comissão encarregada de elaborar o programa das comemorações, está assim constituída: presidente, major Landri Sales Gonçalves; vice-presidente, Alfredo Avelmo Pinto Guimarães Júnior; secretário, Hugo Fracaroli; tesoureiro, Frederico de Albuquerque; assistentes, Major Mirabeau Pontes, tenente Alexandre da Costa, Rogório Gonçalves da Mota e Mário Dóglio.

EMISSÃO DE SELOS COMEMORATIVOS DO IV CENTENÁRIO DO DESCOBRIMENTO DO RIO AMAZONAS — No dia 12 de junho foi posta em circulação uma emissão de 1 000 000 de selos da taxa de Cr\$ 0,40 (quarenta centavos), destinada a comemorar o IV Centenário do Descobrimento do Rio Amazonas.

São características do sêlo em aprêço: Dimensões — 0,029m de comprimento por 0,018m de largura; formato — retangular; côr — vermelha mineral; motivo — sôbre fundo branco, representação cartográfica do curso do Rio Amazonas em território brasileiro, com seus principais afluentes das margens direita e esquerda; dizeres — todos em branco, sôbre fundo da própria côr do sêlo: ao alto, em duas linhas "IV Centenário do Descobrimento do Rio Amazonas"; no ângulo esquerdo inferior, em duas linhas, dentro de um retângulo vermelho mineral "40 centavos" e na base do sêlo "Brasil Correio". Ao alto, à esquerda, também em duas linhas separadas por um traço horizontal, as datas "1542-1942".

Zontai, as datas "1942-1942". A emissão foi impressa pela Casa da Moeda, pelo processo tipográfico, tendo sido utilizado papel gomado com a filigrama "Brasil Correio".

Serviço de Navegação da Bacia do Prata

DECRETO DE SUA CRIAÇÃO — O Sr. Presidente da República, no dia 16 de fevereiro, assinou, nas pastas da Viação e da Fazenda, o Decreto-lei n.º 5 252, publicado no *Diário Oficial* de 18 daquele mês, instituindo com personalidade própria, de natureza autárquica, o Serviço de Navegação da Bacia do Prata.

Prefeitura do Distrito Federal

LIVRO SÓBRE A CIDADE DO RIO DE JA-NEIRO — Convocada pelo prefeito Henrique Dodsworth, realizou-se no dia 6 de abril, em seu gabinete de trabalho, no edifício da extinta Cámara Municipal, uma reunião afim de ser estudada a publicação oficial de um livro sôbre a cidade do Rio de Janeiro.

Instituïções particulares

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS

CARVÃO NACIONAL — LEISHMANIOSE EXPERIMENTAL EM MACACOS — ESTUDO SÓBRE ELETRETOS — NOVO MÉTODO PARA INVESTIGAÇÃO EXPERIMENTAL DOS ELETRETOS — SÓBRE A ELETRIZAÇÃO DA CERA DE CARNAÚBA SOLIDIFICADA NA AUSÊNCIA DE CAMPO ELÉTRICO EXTERIOR — PODER EROSIVO DAS PÓLVORAS SEM FUMAÇA — Presentes os Srs. Artur Moses, presidente, F. Radler de Aquino, vice-presidente, J. Costa Ribeiro e F. M. de Oliveira Castro, 1.º e 2.º secretário, Mário da Silva Pinto, tesoureiro, Matias Roxo, Aristides Marques da Cunha, Alfredo Schaeffer, J. Frazão Milanez, B. Gross, Eugênio Rangel, Olímpio da Fonseca, Gustavo de Oliveira Castro e Silvio Fróis Abreu, reúniu-se em abril último, em sessão ordinária, a Academia Brasileira de Ciências. Justificaram a ausência os Srs. Alvaro Alberto, Meneses de Oliveira, Inácio Amaral, Carneiro Filipe e Carlos Chagas.

Por proposta do Sr. Olímpio da Fonseca e Melo Leitão, foram aprovados votos de pesar pelo falecimento do acadêmico Cardoso Fontes e do membro correspondente Carlos Porter.

Ainda na hora do expediente, o Sr. Melo Leitão pediu e obteve a aprovação de um voto de apôio da Academia às comemorações do centenário de Pedro Américo, um dos maiores artistas nacionais, cujo interêsse pelo estudo

das ciências era bem conhecido.

O Sr. Matias Roxo, fêz em seguida considerações sôbre a conferência do engenheiro Fernando Martins Pereira de Sousa sôbre a Hulha Nacional, conferência essa realizada na Divisão de Aperfeiçoamento do D.A.S.P. em fins do ano último, mas de que só teve conhecimento pelo folheto impresso enviado à Diretoria da Divisão de Geologia e Mineralogia, por cujo expediente acha-se respondendo, em vista de achar-se ausente o Diretor, dirigindo serviços de mineração de carvão no Sul do Pais. Acha altamente interessante e concorda in totum com o conferencista, lamentando entretanto que não houvesse sido lembrado pelo conferencista e seus debatedores o fato de já ter sido o assunto cabalmente ventilado pelo conferencista e seus debatedores de 24 de abril de 1912, de que lê os trechos mais incisivos, artigo êsse que se encontra reproduzido no Boletim do Ministério da Agricultura, Ano IV, n.º 3, Julho a Dezembro de 1915, págs. 123-124. Termina por considerar não ter razão um

dos debatedores, o Sr. Sílvio Fróis Abreu, ao afirmar ter receio em dizer diante de certos estrangeiros ser o combustível riograndense "carvão". A êsse respeito faz ressaltar o Sr. Matias Roxo que com a palavra coal, cuja tradução fiel em língua nacional é "carvão", é como tem designado os carvões das formações gondwânicas todos os geólogos inglêses e americanos. Acha assim ser sempre preferível aceitar a designação dos geólogos anglo-saxônicos, pois são êles que melhor e mais intensamente têm estudado êsses carvões, pelo simples fato de ser em territórios do Império Britânico onde mais são encontrados (Africa Austral, Índia, Austrália). Discorda ainda do Sr. Sílvio Fróis Abreu quanto à fórmula apresentada para obtenção do valor do carvão brasileiro, pois de sua aplicação verifica-se ser mais valioso o carvão de São Jerônimo do que o de Cresciúma, o que não é exato.

Conclue lamentando que ao fim de trinta anos ainda estejamos no periodo das experiências, fazendo votos para que da conferência do Sr. Pereira de Sousa resulte, afinal, o início das aplicações industriais, a começar pelas centrais termo-elétricas de que existem várias no País.

Passando à ordem do dia teve a palavra o Sr. Aristides Marques da Cunha que passou a discorrer sôbre infecções experimentais pela L. brasiliensis.

A seguir, o Sr. B. Gross faz sua comunicação sôbre eletretos ou corpos que produzem, permanentemente, campos elétricos. O estudo dos eletretos apresenta interêsse pelas conclu-sões que permite tirar sôbre as propriedades dielétricas dos sólidos e pelas aplicações técnicas dêstes corpos. Uma série de pesquisas sistemáticas realizadas nos últimos meses nos labo-ratórios do Instituto Nacional de Tecnologia traz novos esclarecimentos ao assunto. O trabalho obedeceu à seguinte ordem: Histórico e bibliografia — efeitos dia-elétricos e efeitos para-elétricos — homocargas e heterocargas corrente de polarização dia-elétrica e para-elétrica em condensadores — analogia entre eletreto e acumulador. Um relatório completo sôbre o trabalho será publicado nos Anais da Academia.

Comentando essa comunicação o acadêmico Micosta Ribeiro chamou a atenção da Academia para os importantes resultados obtidos pelo Sr. B. Gross nessas pesquisas em que se evidenciam nos dielétricos comportamentos para-eléricos e dia-elétricos, formalmente análogos aos comportamentos para-magnéticos e dia-magnéticos. Mostrou ainda como essas investigações contribuem para esclarecer aspectos fundamentais dos fenômenos observados nos eletretos e cuja interpretação era, até agora, pouco satisfatória.

Salientou por fim o interêsse especial que apresenta a determinação simultânea das correntes e densidades superficiais, que permitiu a B. Gross demonstrar experimentalmente a existência de fenômenos de condução nos eletretos.

A seguir, os acadêmicos B. Gross e J. Costa Ribeiro apresentaram um trabalho em colaboração "sôbre um novo método para a inves-

tigação experimental dos eletretos".

O referido método baseia-se na determinação das cargas elétricas induzidas em armaduras móveis localizadas a diferentes distâncias das duas faces do "eletreto", tornando possível tirar conclusões, não só sôbre o valor das densidades elétricas superficiais, como também sóbre a variação do campo elétrico nas vizinhanças do "eletreto", bem como sôbre a distribuição interna das cargas elétricas no "eletreto". Tal método constitue assim uma espécie de "sondagem externa" em oposição aos métodos normais de "sondagem interna" ou de "raspagem" e "corte" que têm sido empregados por outros investigadores e que podem alterar, mais ou menos profundamente, a própria distribuição das cargas que se pretende estudar.

O método proposto tem, entre outras, a vantagem de não destruir o corpo de prova utilizado.

Os autores ilustram sua exposição com demonstrações experimentais, utilizando um aparêlho para tal fim construido no Laboratório de Física Experimental da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

de Filosofia da Universidade do Brasil.

Finalmente o acadêmico J. Costa Ribeiro
fêz uma comunicação "sôbre a eletrização da
cera de carnaúba solidificada na ausência de

campo elétrico exterior"

Depois de se referir aos trabalhos de Eguchi e Gemant söbre a formação de "eletretos" por solidificação da cêra de carnaúba sob a ação de campos elétricos intensos, o autor apresentou os resultados de experiência por êle realizadas, pelas quais se verifica que discos de cêra de carnaúba solidificados sôbre placas de vidro e na ausência de qualquer campo elétrico, apresentam, ao serem destacados da placa de vidro, densidades elétricas superficiais da mesma ordem de grandeza que as que tem sido obtidas com "eletretos" formados sob a ação de campos elétricos de 10 000 volts por centímetro.

Não só a face do disco de cêra solidificada em contacto com o vidro, mas também a superficie livre, solidificada em contacto com o ar, apresentam altas densidades elétricas super-ficiais que podem ter sinais opostos e valores

absolutos diferentes.

O autor apresentou ainda curvas experimentais dos valores das densidades elétricas superficiais medidas nas duas faces do disco, bem como da carga resultante total, mostrando como evoluem êsses valores em função do

tempo.

Mostrou também curvas obtidas experimentalmente, dando os valores de carga elétrica induzida em armaduras móveis, em função da distância dessas armaduras às faces do disco de cêra de carnaúba, eletrizado pelo processo indicado, e comparou tais resultados com os obtidos com discos de colofônio submetidos a processo analogo, mas solidificados sóbre mercúrio e não sóbre vidro.

A comunicação foi também ilustrada com

demonstrações experimentais.

O Sr. Alvaro Alberto, nessa mesma sessão prosseguiu na série de comunicações sôbre o poder erosivo das pólvoras sem fumaca.

POSSE DA NOVA DIRETORIA — No dia 11 de maio, efetuou-se a sessão solene de posse Il de maio, ejettuou-se a sessao solene de posse da nova Diretoria da Academia, eleita na sessão realizada no dia 27 de abril. Estiveram presentes os Srs. Artur Moses, presidente, Radler de Aquino, vice-presidente, Glycon de Paiva, secretário geral, Costa Ribeiro, 1.º secretário, Mário da Silva Pinto, tesoureiro, e os seguintes acadêmicos: Alfredo Schaeffer, Frazão Milanez, Mário de Brito Artur do Prado, Lauro Travas-Mário de Brito, Artur do Prado, Lauro Travas-sos, Maurício Joppert, Bernardo Grosso, Melo Leitão, Álvaro Alberto, Meneses de Oliveira, Carlos Chagas Filho, Gustavo Oliveira Castro, Olímpio da Fonseca Filho, Costa Lima e Carneiro Filippe.

O presidente declarando aberta a sessão, deu posse à nova diretoria da Academia, para o posse a nova diretoria da Academia, para o biênio 1943-1945 e cujos membros são os seguintes: Cândido Melo Leitão — Presidente; Carneiro Filipe e Frazão Milanez — Vice-Presidentes; Olímpio da Fonseca F° — Secretário Geral; Mário da Silva Pinto — 1.º Secretário; Matias Roxo — 2.º Secretário; Artur do Prado - Tesoureiro.

Falou o prof. Artur Moses que pronunciou um discurso de saúdação ao novo presidente, prof. Melo Leitão, no qual recordou os trabalhos científicos empreendidos pelo mesmo. Referindo-se aos cargos ocupados pelo prof. Melo Leitão, disse o orador:
"Não alongarei a lista dos cargos que ilus-

trastes, nem os vossos títulos e comissões, afim de não prolongar a impaciência do auditório interessado em escutar a vossa alocução.

Assinalo somente aqueles em que vos salientastes zoólogo e professor, fazendo disci-pulos que continuam a vossa obra, no Museu Nacional, onde durante seis anos dirigistes a Secção de Invertebrados, no Instituto de Educação, onde dirigistes a cátedra de Biologia Geral e na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, em que inaugurastes o curso de Zoologia, fazendo-vos suceder por discípulo dos mais caros.

Desde a vossa tese inaugural, contam-se por duas dezenas vossos livros publicados, vários deles didáticos, dos melhores manuseados por colegiais de curso secundário e superior, e que, todos êles, se caracterizam pela sua atualização, pois ao tempo em que os autores brasileiros se satisfaziam com a classificação de Cuvier,

mais tarde substituída pela de R. Perrier, já os vossos compêndios adotavam a mais moderna de Clauss Robben e substituíam os exemplos tirados a livros estrangeiros, por outros de nossa flora e fauna, dando assim às descrições, outro interêsse e ao estudante o gôsto pelo estudo da natureza.

Em outros de divulgação científica, tais, A Vida nas Selvas a Zoogeografia do Brasil e a "A Vida Maravilhosa dos animais", convidais observação de animais e plantas no seu habitat e costumes, substituindo por estudo movimentado e agradável a árida descrição dos

gabinetes.

Na História da Biologia tornais accessíveis, completando-os, dados existentes em publicações raras e dispersas na literatura de várias linguas e na História das expedições cienti-ficas ao Brasil fazeis o comentário dos informes botânicos e zoológicos, contribuïção dos diversos naturalistas que vieram ao Brasil, permitindo a identificação das espécies, práticas em geral, difícil, pelo laconismo das descrições e nomenclatura obsoleta.

No conhecimento metódico das espécies de Aracnidas em que correstes tôdas as fases de zoólogo de raça, primeiro no estudo sistemático, onde Hoffmann, no VII Congresso Internacional de Entomologia, vos considera o melhor conhecedor de aranhas sul americanas, depois nos aspectos filogenéticos, em que Allan Archer, do Museu do Alabama, referindo-se a vossos tra-balhos sôbre zoogeografia, escreve: "Estou de pleno acôrdo com a vossa disposição de famílias. Vosso plano para a divisão das superfa-mílias vem ao encontro da minha opinião, pois estou plenamente interessado nos Argiopoidea, Dictynoidea, Dysderoidea e Scytodoidea

Já não era mais o simples conhecimento das espécies, mas a relação entre estas e os gêneros que vos ocupava a atenção e a propósito Koloswary, do Museu de Budapeste, qualifica êsses trabalhos sôbre filogênese, dos me-

lhores até àquela data publicados.

De vossa monografia sôbre as Theraphosidéa do Brasil na Revista do Museu Paulista, afirma Petrunkevitch que fostes o primeiro a coloma Petruneviten que lostes o filmento a com-car em mãos de estudiosos, volumoso e com-pleto tratado sôbre o asunto e os vossos Opi-liões do Brasil ainda em São Paulo publicados, são largamente citados na clássica obra de Roewer.

Zoogeógrafo e ecologista, ninguém melhor para aquilatar de vosso mérito que Cabrera e Yepes, autoridades das maiores que, em Tratado sobre os Mamiferos Sul Americanos, assim se externam: "Para o resto da América do Sul, acreditamos muito oportuno, tomar em boa consideração o interessante trabalho do conhecido entomólogo brasileiro Melo Leitão, sôbre a distribuïção das aracnidas daquela porção da América, pois o autor esboça cinco divisões que caracterizam zonas, e vários outros cujos limites coincidem com a formação de ambientes muito característicos e distribuïção comprovada para certas espécies de mamíferos.

Finalmente da importância de vossos tra-

balhos para a aracnologia moderna, dizem os autores dos grandes tratados de Kukentnal e Krumbach, Bronns e Petrunkevitch.

Dos duzentos ou mais trabalhos em revistas ou apresentados a congressos científicos, 180 o são de vossa especialidade e, dêsses, receberam nossos Anais cinquenta deles, o que prova a predileção entre as várias publicações científicas que vos disputam a colaboração.

A seguir, discursou o prof. Melo Leitão, salientando a atuação dos cientistas e pondo em destaque a contribuïção dos zoólogos:

"O momento é dos cientistas. Ainda há poucos dias o Ministro do Exterior da Inglaterra, Sr. Anthony Eden, afirmava em uma de suas notáveis alocuções no Canadá que, quando se escrevesse a história desta guerra, seria particularmente sublinhado o apôio que Churchill, o gigante da democracia, dava à ciência. É realmente extraordinário o esfôrço despendido pelos homens de ciência para a vitória final.

Já não quero falar nos progressos e aperfeiçoamentos trazidos aos engenhos bélicos, a precisão dos cálculos balísticos, à descoberta de novos explosivos ou de novas substâncias químicas, em tôdas essas invenções, em suma, que veem contribuindo para maior eficiência da ação destruïdora das fôrças armadas. Mas é justo reconhecer que a guerra, com seu tris-tíssimo cortejo de desgraças é, apesar de tudo, a inspiradora imediata de novas e interessan-tes pesquisas, cujas aplicações, quando voltar a paz, serão das mais úteis para a humanidade. As rádio-comunicações afinadas como sensi-bilissimos instrumentos de orquestra, as novas substâncias plásticas, os combustíveis sintéticos, os modernos processos de conservação dos alimentos, a transfusão de sangue à distância, para citar apenas algumas das conquistas mais frizantes, muito contribuïrão para o bem estar das novas gerações.

Se é monstruoso procurar, em tempos de paz, descobrir elementos de extermínio com os quais se levem a desolação e a dôr aos povos pacificos e ordeiros, não menos condenável é, nos dias de luta, quando a pátria e a civilização estão em perigo, querer isolar-se e, nesse egoismo mórbido do autor de Jean Christophe, pretender ficar au dessus de la

mêlée.

Não se pense que os naturalistas, sobretudo os zoólogos, estejam incluídos nesse número. Muitíssimo deve a humanidade à Zoologia, Muitíssimo deve a humanidade à Zoologia, principalmente depois que, com o advento dêste século, passou ela de contemplativa a militante. Muitas pessoas fazem ainda idéia de que o zoólogo é um maluco manso a cultivar a sua mania anódina mas inútil. A gente da minha geração (que infelizmente já não é muita) guardou essa noção no subconciente, pela leitura da *Inocência* de Taunay ou dos livros de Júlio Verne, e para ela todo zoólogo era um Mever ou um Topsius. E não era só era um Meyer ou um Topsius. E não era só no Brasil. Falando de sua vocação, conta Cabrera que, por causa de uma comédia larga-mente representada em Espanha, e na qual era levado à bulha um caçador de borboletas, seu pai tenazmente se opusera a que êle se

doutorasse em Ciências Naturais.

A geração atual passou a considerar a Zoología uma ciência cheia de nomes complicados, a falar do que tôda a gente sabe em têrmos que ninguém entende, mudando cada dia, pelo prazer de dificultar as coisas, os nomes dos animais conhecidos. Tal preconceito Ihes ficou talvez, como lembrança, do contacto de certos naturalistas que procuravam encer-rar-se em sua tôrre de marfim ou, melhor, que ficavam armados de lança em riste, à porta do castelo roqueiro da zoologia, em cujas salas vagava desalentada e sonhadora, a pálida cas-

telá da própria ignorância.

A taxinomia foi um passo imprescindível mas sem frutos imediatos. Só quando se passou ao estudo da ecologia, das relações dos animais com o meio e com os outros animais, vieram à luz os imensos benefícios que resultavam do conhecimento da fauna. Citemos alguns dos fatos mais brilhantes e notórios.

Foram es zoólogos que ensinaram a distin guir o Aedes aegypti de tantos outros mosquitos inócuos; foram êles que estudaram e de monstraram o ciclo biológico dos Culicidas e os hábitos e ecología do estegomia. Foram os zoólogos que classificaram as diferentes espécies de anofelinas, sua ecologia, em geral bem diversa da do Aedes, os hábitos crepusculares das fêmeas hematófagas. Com fundamento nesses estudos foi extinta a febre amarela de todos os centros urbanos de nosso território e se estabeleceram os preceitos de trabalho nas zonas de malária. Cabe ao zoólogo, pelo estudo da respectiva fauna, dizer se há a temer nesta ou naquela zona o aparecimento ou ocurrência de determinadas enfermidades. Aedes = febre amarela urbana; anofelinas <u>impaludismo;</u> flebótomos <u>leishmanioses;</u> triatominas <u></u> — doença de Chagas; australorbis — esquistosomose americana têm o rigor de fórmulas matemáticas.

O estudo da ecologia do Anopheles gambiae. feito por zoólogos brasileiros, deu lugar a essa vitória, considerada quase impossível, da ex-tinção total do perigosfissimo mosquito afri-cano no Nordeste, façanha que, segundo o voto solene da última Conferência Sanitária Pan Americana, "demonstra o que se pode esperar da cooperação inter-americana e faz jus à gratidão de todos os países do Continente"

o connecimento do ciclo evolutivo dos vermes parasitos é o primeiro passo para que se apaguem, em futuro não remoto, os nomes de muitas enfermidades das estatísticas nosológicas." O conhecimento do ciclo evolutivo dos ver-

REFORMA DOS ESTATUTOS — O Diário Oficial de 4 de fevereiro, publicou o extrato dos estatutos da Academia Brasileira de Ciências, após a reforma recentemente aprovada.

A Academia compor-se-á "de duas catego-rias de Membros Efetivos, que não responderão subsidiàriamente pelas obrigações contraídas no nome da Academia: — Membros Titulares, em número de sessenta e Membros Correspondentes, em número não superior, uns e outros, homens de ciência e consagrado merecimento, inscritos conforme detalhes dos arts. 13 e 14 e respectivos parágrafos dos estatutos."

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

TRANSFERIDO O DOMÍNIO ÚTIL DA SUA SEDE — Pelo Decreto-lei n.º 5 316, de 11 de Março, assinado na pasta da Fazenda, foi transferido, gratuitamente, à Academia Brasileira de Letras, juntamente com o edifício no mesmo de Estras, juntamente com o edificio no mesmo existente, o domínio útil do terreno acrescido de marinha, com a área de 1 180 m², situado na avenida Presidente Wilson n.º 203, nesta capital, e onde se acha edificado o prédio que, sob a denominação de palácio "Petit Trianon" a República Francesa construíra e doara à União, por escritura pública de 16 de dezembro de 1926, com o fim expresso de servir de sede da referida Academia. Nenhum onus ou con-tribuïção fiscal, quer federal, quer municipal, a qualquer título, gravará o terreno ou o edifício no mesmo existente.

ACADEMIA CARIOCA DE LETRAS

COMEMORAÇÃO DO 1.º CENTENÁRIO DO INSTITUTO HISTÓRICO DO URUGUAI — Celebrando a passagem do primeiro centenário do Instituto Histórico do Uruguai, a Academia Carioca de Letras realizou no dia 25 de maio, no Silogeu Brasileiro, uma solenidade de caráter cultural.

1 instituïção uruguaia, de tradição conti-nental, foi criada há cem anos, naquela data, por D. Andres Lamas, figura das mais eminentes do Govêrno da Defesa, na época das lutas históricas contra Rosas e contra Oribe, em que a República do Uruguai decidiu de seus destinos.

Para comemorar a data, a Academia convidou o historiador e publicista J. Paulo de Medeiros, que fêz uma conferência sôbre o tema "D. Andres Lamas precursor das primeiras alianças americanas". O conferencista fêz um estudo da personalidade de D. Andres Lamas sob o aspecto político e diplomático, revivendo a figura sugestiva do eminente ministro do Gorigura sugestiva do eminente ministro do Governo da Defesa junto ao Império do Brasil, para realizar uma obra americana nas primeiras alianças de Estados do continente em favor da liberdade de povos e da independência da República Oriental, oprimida pela tirania de Rosas e de Oribe, o que levou os três povos à vitória dos feitos de Ceerito e Caseros.

CASA DO ESTUDANTE DO BRASIL

*

CURSO DE GEOGRAFIA - A Casa do Estudante do Brasil vem promovendo anualmente sob a orientação de seu Departamento Culsob a orientação de seu Departamento Cultural, uma série de cursos, denominados "Cursos de Inverno". O primeiro foi regido pelo professor Artur Ramos, que abordou os temas relacionados com a Antropologia Brasileira, e que constituiu um verdadeiro éxito. Prosseguindo nesta iniciativa, foi convidado para reger o curso dêste ano, que será de Geografia o professor Pierre Monbeig, da Universidade de São Paulo. Este curso será feito em dois meses, tendo começado a 2 de jumbo corre dois meses, tendo começado a 2 de junho cor-rente, devendo se prolongar a 2 de agôsto, constando de 24 palestras, sendo 3 aulas por semana. O professor Monbelg organizou para êle, um substancioso programa, que será pu-blicado integralmente no "Boletim" de julho próximo e cujas divisões principais são as seguintes:

As ciências geográficas modernas

Desenvolvimento moderno e tendências

das ciências geográficas modernas. 2. A amplitude da Geografia, sua critica e sua unidade.

3. A Geografia no ensino primário.

4. A Geografia no ensino secundário.

5. A Geografia no ensino superior.6. O papel da Geografia no ensino. Conclusão.

A Geografia e a vida prática.
 Como trabalhar em Geografia.
 A situação da Geografia no Brasil

Estudos dos gêneros de vida

A noção do gênero de vida.
 A noção de gênero de vida.
 A scolha dos

A escolha dos quadros para o estudo 3. dos gêneros de vida. 4. A escolha

4. A escolha dos quadros para o estudo dos gêneros de vida: o gênero de vida e a produção.

- A escolha dos quadros para os estudos 5 dos gêneros de vida: a herança do passado.
- O estudo geográfico da cidade.
 O estudo geográfico das cidades.
 A região, base e coroamento do estudo ${\it geográfico}$.

9. A região, base e coroamento do estudo geográfico.

A geografia das indústrias

- O ponto de vista do geógrafo em relação às indústrias.
 - As formas de idústria.
 As formas de indústria
- As.formas de indústria. A.grande indústria moderna, forma essencial de indústria autônoma

As zonas pioneiras

1. Os "fronts" de colonização.

2. As zonas pioneiras atuais. 3. A marcha do povoamento no Estado de São Paulo

4. Aspectos atuais das zonas pioneiras paulistas

5. São as possibilidades ilimitadas?

CÍRCULO DE ESTUDOS MUNICIPAIS

O ESTABELECIMENTO DE TAXAS DE ME-LHORIA AOS PEQUENOS MUNICÍPIOS" — "
"ORGANIZAÇÃO DE PLANTAS TOPOGRAFICAS DAS CIDADES DO BRASIL" — Realizou-se no dia 27 de maio último a 10.ª sessão ordinária do Círculo de Estudos Municipais. Tomaram parte nessa retinião os srs. Celestino Basilio, Bilac Pinto, Roberto Viana Rodrigues, Saturnino de Brito, Geraldo Sampaio, Francisco Ba-silio, Carlos Eduardo Rosmam, Carlos Alberto Thomaz e Luiz Paulo do Amaral Pinto. Os srs. Mauricio Joppert e Silvio Prado justificaram sua ausência.

Distribuindo o trabalho "O Estabelecimento de Taxas de Melhoria nos Pequenos Municípios", foram trocadas idéias gerais a respeito. A seguir, fêz-se especial menção ao trabalho organizado por Saturnino de Brito, por ocasião da execução do saneamento da cidade de Santos e discutiu-se a questão da denominação de taxa ou contribuïção de melhoria, fazendo então o Dr. Bilac Pinto erudita exposição sôbre o assunto.

De acôrdo com o § 2.º do Art. 4.º do Regulamento para as Comissões Especiais de Estudos será, em breve, marcada reunião para os debates finais, sôbre o referido trabalho de "taxas de Melhoria".

A 11.ª sesão ordinária será realizada no proximo dia 5 de julho, na sede da Federação Brasileira de Engenharia, à rua Araujo Pôrto Alegre, 64 — 2.º andar. Nessa sessão será distribuido o trabalho "Ante-projeto de Instruções para a organização de plantas topográficas das cidades do Brasil", de autoria de uma das Comissões Especiais de Estudo, do Círculo, devendo comissões figura providências de cidades do devendo comissões de comis do-se então fixar providências, sôbre a dis-cussão daquele trabalho.

CÍRCULO DOS OFICIAIS REFORMADOS DO EXÉRCITO E DA ARMADA

'LITORAIS E SERRAS DO SUL DO BRA-SIL" — No dia 17 de março, no Círculo dos Oficiais Reformados do Exército e da Armada, o Sr. General José Vieira da Rosa pronunciou uma conferência sóbre o tema "Litorais e Serras do Sul do Brasil".

Esteve presente grande número de sócios da instituïção e famílias.

CLUBE DE ENGENHARIA

ELEIÇÃO DA DIRETORIA - No dia 15 de março, em concorrida e movimentada assembléia geral, uma das maiores da história da instituïção, a que compareceram centenas de sócios, realizou-se a eleição da nova Diretoria do Clube de Engenharia. Ao pleito concorreram três correntes que indicavam para a presidência, respectivamente os srs. Edson Passos, Jurandir Pires Ferreira e Eugenio Gondin. A assembléia teve início às 10,30 horas da manhã, prolongando-se

até às 3 horas da madrugada do dia seguinte. Antes de ser iniciado o pleito houve prolongados debates entre os representantes das três correntes, o que deu caracter movimentado à reunião. Os trabalhos foram presididos pelo engenheiro João Gualberto Marques Pôrto que, após providências e debates iniciais anuncia que se passa à segunda parte da ordem do dia: — eleição da diretoria, conselho diretor e comissão fiscal para o próximo triênio.

Processa-se a votação, encerrando-se às 17 horas e 18 minutos, quando foi suspensa a sessão por meia hora, para uma refeição dos membros da mesa, sendo as urnas lacradas, com envólucros assinados pelos fiscais e pelos membros da mesa. Reaberta a sessão às 20 e 15 minutos, é iniciada a apuração, obtendo-se o seguinte resultado: para presidente: Edson Junqueira Passos, 411 votos; Jurandir Pires Ferreira, queira Passos, 411 votos; Jurandir Pires Ferreira, 186 votos; Eugenio Gudin, 146, votos; João Carlos Vital, 2 votos; Pedro Rache 2 votos; José Pires do Rio, 1 voto; em branco, 1 voto. Para vice-Presidente, Maurício Joppert da Silva, 297 votos; Alberto Pires Amarante, 182 votos; João Gualberto Marques Pôrto, 162 votos; Washington Proença, 4 votos; José Pires do Rio, 1 voto; Margler, Telveiro, Brandão, 1 voto, Alcidos Ling. 1 celo Teixeira Brandão, 1 voto Alcides Lins, 1 voto. Para 2.º vice-presidente: Augusto de Brito Belford Roxo, 408 votos; Luiz Onofre Pinheiro Guedes, 196 votos; Fernando Martins Pereira e Souza, 140 votos; Maurício Joppert da Silva, 1 voto; João Gualberto Marques Porto, 1 voto; Alberto Pires Amarante, 1 voto Antônio Onofre Moraes Lacerda, 1 voto; Oscar Wekischenck, 1 Moraes Lacerda, 1 voto; Oscar Wekischenck, 1 voto. Para 1.º secretário: Alberto Pires Amarante, 396 votos; Francisco Saturnino de Brito Filho, 345 votos; Arthur Alberto Werneck, 1 voto; Luiz Onofre Pinheiro Guedes, 1 voto; Mário Campos Rodrigues de Souza, 1 voto; Thomas Britos Parkella Lacata, Manieur de Maria 1 maz Pires Rebello 1 voto; Henrique de Novais, 1 voto; Maurício Joppert da Silva, 1 voto; Luiz Rodolfo Cavalcanti de Albuquerque Filho, 1 voto; em branco 1 voto.

Para 2.º secretário: Francisco Baptista de Oliveira, 386 votos; Caio Pedro Moacir, 206 votos; Mário Campos Rodrigues de Sousa, 140 votos; Alberto Pires Amarante, 1 voto; João Alves Gorges Júnior, 1 voto; José Nascimento Brito, 1 voto; Otávio Nunes, 1 voto; Francisco Saturnino de Brito Filho, 1 voto; José Domingues Belford Vieira, 1 voto; em branco 1 voto. Para tesoureiro: Alfredo Conrado de Niemeyer, 416 votos; Bento Soares de Sampaio, 190 votos; Joaquim Catrambi, 137 votos; Gastão Baiana, 2 votos; Alberto Pires Amarante, 1 voto; José de Oliveira Reis, 1 voto; Alvaro Alberto da Mota e Silva, 1 voto; Luiz Joaquim da Costa Leite, 1 voto. Para bibliotecário: José de Oliveira Reis, 414 votos; José Moacir de Andrade Sobrinho, 187 votos; Eduardo de Sousa Filho, 142 votos; Augusto Barata, 2 votos; Jorge Leal Burlamaqui, 1 voto; Carmen Portinho, 1 voto; em branco 2 votos.

O Sr. presidente proclama os eleitos para os cargos da diretoria, na seguinte ordem: Edson Junqueira Passos, presidente; Mauyficio Joppert da Silva, 1.º vice-presidente; Augusto de Brito Belford Roxo, 2.º vice-presidente; Algusto de Tries Amarante, 1.º secretário; Francisco Batista de Oliveira, 2.º secretário; Alfredo Conrado de Niemeyer, tesoureiro; José de Oliveira Reis, bibliotecário.

Ao terminar, o Sr. presidente cumprimenta os novos eleitos. O Sr. Edson Passos agradece as felicitações e salienta a imparcialidade e elevação com que a mesa dirigiu os trabalhos da eleição, propondo uma salva de aplausos em homenagem à mesma. O Sr. Francisco Silva propõe que a homenagem prestada seja extensiva ao Sr. Gastão de Carvalho, pelo trabalho de dicado e eficiente do mesmo, nos atos prepara-

tórios da eleição e durante esta. Em seguida, as duas urnas restantes, com os votos para o conselho diretor e comissão fiscal, que se achavam lacradas, foram encerradas na sala da Presidência, ficando as chaves desta em poder do Sr. Presidente. Sendo 3 horas da manhã do dia 16, declarou o Sr. presidente que a assembléia seria suspensa, para se reabrir no dia 17, às 14 horas, afim de ser feita a apuração dos votos contidos nas urnas acima referidas.

No dia 17, às 14 horas, são reabertos os trabalhos, com a presença de todos os membros da mesa e dos escrutinadores fiscais.

Abertas as urnas referentes ao Conselho Diretor e Comissão Fiscal, são apurados os votos contidos nos mesmos.

Para membros do conselho diretor— Engenheiros: Adroaldo Junqueira Aires, Amandino Ferreira de Carvalho, Antônio José Alves de Sousa. Artur Rocha, Abel Ribeiro Filho, Alim Pedro, Adolfo Dourado Lopes, Antônio Alves de Noronha, Angelo Alberto Murgel, Artur Araripe Junior, Amintas Jaques de Morais, Braulio Eugenio Muller, Carlos Soares Pereira, César da Silveira Grilo, Ciro Romano Farina, Carlos Leal Burlamaqui, Cristóvão Leite de Castro, Domestenes Rockert, Dulcídio de Almeida Pereira, Edgar Raja Gabaglia, Edmundo Brandão Pirajá, Ernani Bittencourt Cotrim, Edgard Prado Lopes, Francisco Saturnino Braga, Francisco de Magalhães Castro, Francisco de Assis Basilio, Galba de Boscoli, Aroldo Cecil Poland, Humberto Beruti, Augusto Moreira, Ivan Carpenter Ferreira, João Ortiz Monteiro, Joaquim Bertino de Morais Carvalho, José Furtado Simas, José García Pacheco de Aragão, José Pires do Rio, João Augusto Maia Penido, João da Costa Ribeiro Júnior, Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves, Luiz Santos Reis, Mario Bittencourt Sampaio, Marcelo Roberto, Milton Freitas de Souza, Moacir Teixeira da Silva, Nanto Junqueira Botelho, Orion Lobo, Raymundo Barbosa de Carvalho Neto, Thomaz Pires Rebello, Theophilo Nolasco de Almeida, Ulisses Máximo, Augusto de Alcantara, Valter Ribeiro da Luz. Para membros da comissão fiscal; Francisco Moreira da Fonseca, João de Matos Travassos Filho, José Francisco Silva, Otávio da Rocha Miranda, Temistócles Alves Barcellos Corrêa. Para suplentes da comissão fiscal; Parariseo Moreira da Fonseca, João de Matos Travassos Filho, José Francisco Silva, Otávio da Rocha Miranda, Temistócles Alves Barcellos Corrêa. Para suplentes da comissão fiscal; Parariseo Bolastião Fragelli e Feliciano Penha Chaves.

Posse da nova Diretoria — No dia 14 de abril teve lugar a sessão para a posse da nova Diretoria, sob a presidência do engenheiro João Gualberto Marqués Pôrto, tendo como secretário o engenheiro Francisco Saturnino de Brito Filho. Fizeram parte da mesa os representantes dos srs. Presidente da República, Presidente do Supremo Tribunal Federal, Presidente do Supremo Tribunal Militar, Ministros da Guerra, Marinha, Aeronáutica, Relações Exteriores, Viação e Obras Públicas, Trabalho, Indústria e Comércio, Prefeito do Distrito Federal, Chefe de Polícia, Presidente do Banco do Brasil, Presidente do Instituto Histórico, Presidente do Clube Militar e Comandante do Corpo de Bombeiros.

O Sr. Presidente, pronunciando, ainda, breves palavras sóbre a gestão da Diretoria que terminava o seu mandato, declarou sentir-se feliz naquele momento em passar a presidência do Clube, ao colega, Engenheiro Edson Passos, cujas elevadas qualidades enalteceu, nomeando uma comissão composta dos Engenheiros Adolfo Morales de los Rios, Adroaldo Junqueira Aires e Frederico Cézar Burlamaqui, para acompanhar o Engenheiro Edson Passos até aquela presidência, o que foi feito sob os aplausos dos presentes. Assumindo a presidência, o Engenheiro Edison Passos pronuncia algumas palavras de elogios ao Engenheiro Marques Pôrto, e declara que, de acôrdo com o art. 40 dos Estatutos, o proclama membro vitalicio do Conselho Diretor. Em seguida, foram empossados os membros da Diretoria, do Conselho Fiscal, da Comissão Fiscal e seus suplentes.

O novo presidente concedeu, depois, a palavra ao orador inscrito, engenheiro Raimundo Barbosa de Carvalho Neto, que, em eloquente oração, relembrou o passado do novo presidente do Clube, tendo sido muito aplaudido. Falou, por último, o presidente engenheiro Edson Passos, que, em brilhante peça oratória, de valor e significação para a engenharia, agradeceu a sua eleição, traçando a seguir, com elevação de conceitos e firmeza de diretrizes, a esclarecida orientação profisisonal, cultural e social a ser desenvolvida pelo Clube de Engenharia. Ambos os discursos foram publicados na integra na Revista do Clube.

1.ª sessão ordinária do Conselho Diretor -O novo Conselho Diretor realizou no dia 4 de maio a sua 1.ª sessão ordinária, tendo presidido a reŭnião o engenheiro Edison Passos. Ña ordem do dia foram eleitos os suplentes da Diretoria, com o seguinte resultado: — para 2.º vice-Presidente, Antônio José Alves de Sousa, trinta votos; José Garcia Pacheco de Aragão, 1 voto; para 1.º Secretário; Mário Bittencourt, Sampaio, trinta votos; Artur Araripe Júnior, 1 voto; para 2.º Secretário Angelo Alberto Murgel, trinta votos: Joaquim Bertino de Morais Carvalho 1 voto; — para tesoureiro, Joaquim Catrambí, 31 votos; — para bibliotecário, Marcelo Roberto, 30 votos; Francisco de Assis Basilio, 1 voto. Absteve-se de votar, o Eng. Estanislau Bousquet. Sôbre o dia e a hora das reuniões do Conselho Diretor, falaram os Engenheiros Marques Pôrto, Ciro Farina e Carvalho Neto, tendo sido aprovada a proposta do Eng. Magalhães Castro que fixou a realização destas reuniões na 1.ª quarta-feira e na 3.ª quinta-feira de cada mês. O Sr. Presidente com a palavra, novamente, solicita do Conselho a indicação de doze dos seus membros para servirem de "Diretores de Dia" - afim de dar cumprimento ao artigo 42 dos estatutos, tendo sido designados, por unanimidade de votos, os seguintes nomes: Abel Ribeiro Reis, Alim Pedro, Adolfo Dourado Lopes, Edgar Raja Gabaglia, Francisco Beruti, Augusto Moreira, Joaquim Bertino de Morais Carvalho, João Augusto Maia Penido, Freitas de Sousa, Nanto Junqueira Botelho, Tomaz Pires Rebello e Armandino de Carvalho. Com referência à organização das comissões técnicas, assunto que tomou o imediato interêsse da nosa diretoria, o Sr. presidente faz uma série de considerações, em tôrno dessa organização mostrando as suas vantagens para a vida cultural do Clube e depois de ter apreciado com detalhes o assunto nomeia os Engenheiros Francisco de Assis Basilio, Joaquim Bertino de Morais Carvalho e Mario Bittencourt Sampaio para constituirem a comissão encarregada de elaborar a ossatura da organização dessas referidas comissões técnicas. Continuando, ainda com a palavra, o Sr. Presidente deu conhecimento ao Conselho da visita que a diretoria do Clube fêz a S. Excia. o Sr. Presidente da República, onde teve a oportunidade de expôr ao 1.º magistrado da nação, o plano que preten-dia executar com referência à construção da nova sede do Clube de Engenharia, tendo tido o ensêjo de nessa audiência, mostrar a S. Excia. os ante-projetos já elaborados para essa obra. Terminando o asunto inscrito na ordem do dia, o conselheiro Maurício Joppert da Silva solicita a apalavra para propôr uma sessão solene em homenagem ao velho mestre de Engenharia, Prof. João Filippe Ferreira, pelos relevantes serviços que na sua vida pública e no magistério, havia prestado a classe da engenharia e ao nosso país. Sôbre a proposta do conselheiro Maurício Joppert da Silva que foi aprovada unanimemente, usaram da palavra, os Srs. conse-lheiros Luiz Santos Reis, Teófilo Nolasco de Almeida, João da Costa Ribeiro Junior, Luiz Ribeiro Gonçalves, Francisco Magalhães Castro, João Augusto Maia Penido e Valter Ribeiro da Luz.

"Os minerais estratégicos do Brasil" — Na retinião realizada pelo Conselho Diretor do Clube de Engenharia, no dia 20 de maio, o engenheiro Alfeu Diniz Gonçalves fez interessante palestra sôbre: Auto-suficiência dos recursos minerais estratégicos (metálicos e não metálicos) das grandes potencias: Rússia, Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha, Italia, Japão e Brasil.

Quadros gráficos demonstrativos pormenorizadamente das super-produção, auto-suficiâncias, suficiência de dois terços, de mais de
um têrço e até um têrço dos respectivos recursos
das referidas nações foram apresentados, como
mapas do Brasil com gráficos das localizações
dos principais afloramentos dos referidos recursos estratégicos e apresentações de "specimens" dos respectivos minerais e minerios. Foi
feita, também, projeção cinematográfica colorida de mostruários dos minerais estratégicos:
ferro, cobre, chumbo, zinco, etc. corrida de aço
nas usinas de Monlevade. O pôr do sol na região
da borracha amazônica e bandeira brasileira armada com pedras preciosas brasileiras nas apresentações naturais das respectivas côres: verde
(esmeraldas) amarelo (topásios) azul (águasmarinhas) branco (opalas) e pedras incolores
lapidadas (fenaquitas, topásios, zircônicos) representando as estrêlas.

*

GRÊMIO LITERÁRIO COMENDADOR RAINHO

"OS QUADROS ÉTNICOS DO BRASIL" — Sôbre ésse tema, o Sr. Artur Ramos fêz uma conferência, no dia 17 de abril, iniciando as atividades culturais do Gremio Literário Comendador Rainho , no Liceu Literário Português.



INSTITUTO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE

CURSOS DE ARTE — O Instituto Brasileiro de História da Arte, útil criação dos Conservadores dos Museus Nacional de Belas Artes, Histórico Nacional, da Cidade, Nacional (da Quinta da Boa Vista) e Imperial de Petrópolis, que tão esforçadamente vêm trabalhando pela difusão da cultura artistica, recomeçou as suas atividades, findo o periodo de férias. Iniciando-as no dia 17 de abril, os seus sócios visitaram a Exposição Permanente Lucilio de Albuquerque, seguindo-se as visitas às Igrejas de S. Pedro e da Boa Viagem. Seguir-se-ão os Cursos divididos em quatro séries a saber:

1.ª série Bizantina, ministrada pelo Professor Antoine Bon, da Faculdade de Filosofia do Distrito Federal, obedecendo à seguinte divisão: As origens da Arte Bizantina; A Arte Bizantina nos séculos V e VI; A sua arquitetura, seus mosáicos e sua suntuária; A luta dos Iconoclastas; Do VI ao X séculos; Os característicos da Arte Bizantina e seu relevo na História Geral das Artes.

2.ª série Heráldica, pelo heraldista José Heitgen, assim dividida: Os seres fantásticos; a interpretação do Veiro; o Brasão dos Vasconcelos; A origem lendária e histórica do Armorial Polonês.

lonês. 3.ª série "Os païsagistas flamengos e holandeses até 1700", pelo técnico francês Adolphe Stein.

4.ª série Brasileira, dividida em duas partes, a 1.ª, a cargo do Sr. José Mariano Filho, antigo professor de Arte Brasileira da extinta Universidade do Distrito Federal, que discorrerá

sôbre: "Os sistemas de construção: A evolução arquitetônica dos templos brasileiros; a Arte Negra; A interpretação dos Balangandans; O Mobiliário.

A 2.ª do Sr. Francisco Marques dos Santos, que vai tratar da Gravura no Brasil (2 palespres): A Qurivesaria: e os Prateiros no Brasil

ras); A Ourivesaria; e os Prateiros no Brasil.

Nos meses de maio e junho, pronunciarão palestras culturais os Srs. Menezes de Oliva, professor do Museu Histórico Nacional, sóbre os "Primeiros ensaios de Arte no Brasil" e Quirino Campofiorito, professor da Escola Nacional de Belas Artes, sôbre o tema "Só existe uma Arte".

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

UMA CONFERÊNCIA SÓBRE O "FORTE DOS 3 REIS MAGOS" — Em reúnião do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o sr. Major Jónatas Correia pronunciou no dia 50 de abril, uma conferência sóbre o "Forte dos 3 Reis Magos", que teve papel destacado na guerra contra os holandeses. Presidiu o ato o Sr. General Sousa Doca.

INSTITUTO BRASIL-ESTADOS UNIDOS

UMA CONFERÊNCIA DO SR. PEDRO CAL-MON — A convite do Instituto Brasil-Estados Unidos, o professor Pedro Calmon, membro da Academia Brasileira de Letras e diretor da Faculdade Nacional de Direito, pronunciou no dia 19 de maio, em sua sede, uma conferência sob o título: "O Brasil e a sua política americana —História e doutrina duma aliança".

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

DIA PANAMERICANO — No Salão Pedro II, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro realizou-se no dia 14 de abril, uma sessão comemorativa do Dia Panamericano.

No impedimento do Sr. Presidente Perpétuo, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidiu a solenidade o Sr. Ministro Augusto Tavares de Lira, 1.º Vice-Presidente.

Aberta a sessão, o Sr. Virgilio Corrêa Financia Prop

Aberta a sessão, o Sr. Virgilio Corrêa Filho, 1.º Secretário leu a ata da sessão anterior e das Efemérides do Barão do Rio Branco, as relativas ao dia da sessão.

Em seguida, o Sr. Ministro Tavares de Lira, deu a palavra ao Sr. General Emílio Fernandes de Sousa Doca, que proferiu aplaudida e brilhante conferência, em que apreciou os diversos aspectos históricos do Panamericanismo.

Compareceram os Embaixadores do Chile

Compareceram os Embaixadores do Chile e do Uruguai e fizeram-se representar os Embaixadores dos Estados Unidos, da Inglaterra, do Canadá, da Colômbia, da Argentina; os Ministros da Fazenda, do Trabalho e o Comandante do Corpo de Bombeiros, e muitas associações.

HOMENAGEM À MEMÓRIA DO SR. MAX FLEIUSS — Realizou-se no dia 28 de abril, sob a presidência do Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Presidente Perpétuo, a primeira sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em homenagem à memória do saúdoso secretário perpétuo Sr. Max Fleiuss.

Abrindo a sessão, o Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares falou sobre a personalidade do Sr. Max Fleiuss, Secretário Perpétuo, ressaltando os serviços prestados ao Instituto durante quarenta e tres anos.

Em seguida, deu a palavra aos sócios que, em comovidas e sentidas palavras recordaram a figura do saúdoso Secretário Perpétuo, e que foram os Srs.: Ministro Augusto Tavares de Lira, Pedro Calmon, Alfredo Valadão, Comandante Radler de Aquino, Virgílio Correia Filho, Silvio Rangel de Castro, Cristóvão Leite de Castro, Canabarro Recnardt, Feljo Bitencourt, Almirante Raul Tavares, pela Sociedade de Geografia; Almirante Gago Coutinho pela Academia de Ciências de Lisboa e Comandante Carlos da Silva Carneiro.

Em nome da família Max Fleiuss, falou, agradecendo as homenagens, o Comandante Carlos da Silveira Carneiro.

Fizeram-se representar, também, entre outras instituições a Academia Brasileira de Letras, pelo Sr. Dr. Rodolio Garcia, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica pelo Sr. Alberto Martins, e o Conselho Federal de Geografia e Arquitetura pelo Dr. Alfredo Morales de los Rios.

SESSÃO COMEMORATIVA DO CENTENÁ-RIO DE PEDRO AMÉRICO — Comemorando o centenário de nascimento de Pedro Americo, reuniu-se, no dia 3 de maio, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Na ausencia do Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente perpétuo do Instituto presidiu a sessão o Sr. Ministro Augusto Tavares de Lira, 1.º vice- presidente que, após a letura da ata anterior, deu a palavra ao orador Ministro Argeu Guimarães, que 1ez um estudo sôbre o grande artista brasileiro.

Falou sôbre o mesmo assunto, logo após, o sócio Manuel Tavares Cavalcante e por último, em agradecimento o Sr. Embaixador Cardoso de Oliveira.

Compareceu especialmente uma comissão do Estado da Paraíba composta dos Srs. Daniel Carneiro, João Pereira de Castro Pinto, Tavares Cavalcanti e Epitácio Pessoa.

Além de numeroso auditório, fizeram-se representar os Srs. Embaixador dos Estados Unidos e da Bélgica; os Comandantes do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar; a Academia Carioca de Letras, pelo seu presidente.

Carioca de Letras, pelo seu presidente. Não podendo comparecer, o Sr. General Rondon, enviou expressivo telegrama.

CENTENÁRIO DO INSTITUTO HISTÓRICO DO URUGUAI — Sob a presidência do Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Presidente Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, realizou-se no dia 21 de maio, uma sessão especial em homenagem ao centenário da fundação do Instituto Histórico do Uruguai.

A convite do Presidente do Instituto, fizeram parte da mesa, além do Primeiro Secretário, o Embaixador do Uruguai, Sr. César Gutierrez e o Embaixador Hélio Lobo.

Para o recinto convidou o Sr. Presidente Macedo Soares, os Srs. representantes dos Ministros Marcondes Filho, Dr. Paranaguá Muniz, da Agricultura, Dr. Luiz Augusto de Matos, do Prefeito do Distrito Federal, J. Corrêa Pinto; pelo Corpo de Bombeiros, Tenente Herodoto Pereira, Conselheiro e Secretário da Embaixada do Uruguai, Srs. Saavedra Barroso e Oscar Justo Berro; o Dr. Afonso Costa, Presidente da Academia Cariosa de Letras.

No expediente o Sr. Secretário leu o seguinte telegrama que foi unanimemente aprovado:

"Por motivo fôrça maior não podendo comparecer reunião tenho honra pedir ilustres consócios inserção ata voto profundo pesar pelo

falecimento eminente brasileiro Prudente Morais Filho que entre outros relevantes serviços ao Brasil prestou o de defender com sua alta autoridade observância limites existentes regiões disputadas entre si pelos Estados irmãos príncípio que foi observado pela atual constituição Estado Nacional. Sinceros agradecimentos. Atencioas saudações — Thiers Fleming." Em seguida o Sr. Presidente Macedo Soares

deu a palavra ao sócio Dr. Cláudio Ganns, que pronunciou belíssima alocução sôbre a perso-

nalidade de Don Andrés Lamas.

Usaram ainda da palavra o Sr. Cristóvão Leite de Castro, para fazer uma comunicação a respeito dos folhetos editados especialmente pelo Conselho Nacional de Geografia de colaboração com o Instituto Histórico, para serem enviados à Montevidéo e o Sr. Dr. Leão Teixeira Filho, para propôr a designação do Ministro Sousa Leão, como representante do Instituto nas homenagens promovidas em honra de Robert Southey, adiadas para agôsto próximo em Londres.

UM DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA — O "Diário Oficial" de 15 de março, no expediente do Conselho Nacional de Serviço Social, publica o seguinte despacho do Sr. Presidente da República: "Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal — Ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi concedida, pelo decreto-lei n.º 4 175, de 13 de marco de 1942, uma subvenção especial de Cr\$ 100 000,00 por ano, e o orçamento da União, para 1943, consigna verba própria para o seu pagamento (verba 3 — Consignação I — Diversos — 0,304, 05-a). Não se justifica continue versos — 0,304, 05-a). Não se justifica continue o Instituto recebendo outra subvenção, pelo processo normal do decreto-lei n.º 527, de 1 de julho de 1938. Arquive-se. Em 26-2-43. G. Vargas".

MOVIMENTO DAS DIVERSAS SECÇÕES EM FEVEREIRO E MARÇO — Foi o seguinte o movimento das diversas secções do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro nos meses de fevereiro e março ultimos. Fevereiro: Biblioteca—

Obras oferecidas, 25; Revistas nacionais e estrangeiras, 33; Catálogos de Bibliotecas nacionais e estrangeiras. 10. Arquivo - Documentos consultados, 200. Mapoteca'— Mapas consultados, 15. Museu His-tórico — Visitantes, 42. Sala pública de leitura

- Consultas, 320.
Secretaria — Oficios, cartas e telegramas exrecebidos 420; ofícios, cartas e telegramas ex-

pedidos, 502.

Março: Biblioteca — Obras oferecidas, 36; adquiridas, 2; Revistas nacionais e estrangeiras, recebidas, 47; Catálogos de bibliotecas nacionais e estrangeiras, recebidas, 3.

Arquivo — Documentos consultados, 59. Mapoteca — Mapas consultados, 14. Museu Histórico — Visitantes, 38. Sala Pública de Leitura — Consultas, 249.

Secretaria — Oficios, cartas e telegramas recebidos, 220; ofícios, cartas e telegramas expedidos, 303.

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS

"A ROTA DE CABRAL NO DESCOBRIMEN-TO DO BRASIL" - Convidado pelo Liceu Literário Português, o Sr. Almirante Gago Couti-nho fêz, no dia 30 de abril, no salão nobre dessa instituïção de ensino e difusão cultural, uma palestra sôbre o descobrimento do Brasil, dissertando sôbre a provável rota de Cabral em 1500 — rota que foi indicada em um mapa de grandes proporções, desenhado pelo Prof. Abílio Guimarães, com a assistência do companheiro de Sacadura Cabral na travessia aérea do Atlântico Sul. A reunião teve a presença dos alunos e professores do Liceu Literário Português, tendo sido o conferencista saŭdado pelo escritor Afrânio Peixoto.

O almirante Gago Coutinho fez especial-mente para "O Jornal" desta capital, a seguinte síntese da conferência que transcrevemos pelo

seu intêresse histórico-geográfico:

"A História do Descobrimento do Brasil ficou envolvida em mistério, tanto pela falta de documentos, que foram reservados, como pela ignorância náutica com que os cronistas a con-jecturaram. Eles ignoraram as possibilidades, tanto dos marcantes do século XV, como dos seus navios: As caravelas eram usadas nos reconhecimentos de rotas novas, e as naus nas viagens defintivas - Com naus foram Colombo, Gama e Cabral.

VIAGENS FAMOSAS - Já antes se tinham praticado viagens largas, descobrindo-se os arquipélagos dos Açores e de Cabo Verde, A viagem de regresso da Guiné, e da Mina, passava meia milha de láguas ao largo da Africa, e pelo Mar de Sargaço e dos Açores. Praticava-se já em 1 443, mas conservava-se em segrêdo.

O Tratado de Tordesilhas revela que, em 1494, D. João II, ao ceder a Espanha terras na Asia Oriental percebera no Atlântico, sem dúvida, outras terras que êle já conhecia, o Brasil. Foi por isso que, a seguir, Colombo as buscou, encontrando a sua primeira terra firme, e a

ilha da Trindade.

Em 1487, Dias, com caravelas, foi ao canto sueste do Atlântico, e passou para o Oceano Índico: mas reconheceu que, por ali, não ha-via caminho para náus. Fez-se outro reconhecimento ao sudoeste do Atlântico e estudou-se a rota a seguir para, apesar dos ventos e terras, que lá havia, as náus pudessem passar para o sul e ir além do cabo. Se assim não fôsse terse-ia de partir da Mina e cortar pelo Atlântico Central, o que não foi feito, pois Gama já passou pelo Ocidente, montando a costa mais oriental do Brasil, Pernambuco.

CABRAL NAVEGA - Depois, em 1500, Cabral, já em época do ano diferente, e com náus. navegou também pelo Ocidente. Mas, por causa das correntes contrárias, que Gama verificara haver na costa da África do Sul, Cabral não fêz como fêz Gama, aguardar nem em Santiago nem em Sam Brás. Passada a costa difícil de montar — Pernambuco — e quando o vento se lhe fez largo, buscou a oeste um "pôrto seguro" qual lhe permitiu ir de lá a Moçambique sem outra escala.

VERSÃO DO ACASO DO DESCOBRI-MENTO — Prosseguindo, disse o almirante Gago Coutinho:

— De modo que, embora a versão do "acaso Cabral" se tenha propagado, a verdade é que só o conhecimento prévio do Atlântico Ocique so o conhecimento previo do Atiantico Oci-dental, e da sua margem — o Brasil — poderia ter permitido, tanto a Gama como a Cabral, traçar a rota mais própria para "dobrar" o Cabo Santo Agostinho e, enfim, traçar as mes-mas rotas que usam os veleiros modernos, quer no verão, quer no inverno. Enfim, aproximando "fatos concretos",

como:

Viagem da "Mina", pelo largo.
 Tratado de Tordesilhas.

— Rota de Gama, em "náus", sem ir à "Mina"

- Viagem de Colombo, ao Sudoeste, em 1498.

Instruções de Gama para Cabral.

- Terra só avistada tanto ao sul por Cabral, ressalta transparente prova de que, anterior-mente a 1497, já eram conhecidos a posição da terra e os ventos no Atlântico Sul Ocidental. "O Brasil não foi descoberto em 1500".

E, assim, só nos resta concluir que não houve "adivinhações" nem "acaso" na atuação, seja de D. João II seja dos navegadores Dias, Gama,

Colombo, Cabral.

De modo que, privados nós dos "Diários" dos navios de Cabral, temos de traçar a sua rota "conjecturando-a", apoiando-nos no conhecimento dos ventos dominantes no Atlántico, que hoje temos, e das indicações que se tiram, estudando as navegações do século XV.

E ao finalizar a conferência disse o conhe-

cido geógrafo português:

— Enfim, há a concluir que tudo derivou da "Arte de Navegar no Alto Mar" criada pelo Infante D. Henrique, a quem a glória de Colombo não deve deixar na sombra. Enquanto se navegou "ao acaso", nenhuma viagem larga se realizou antes do "Nefante" interior.

HOMENAGEM A CABRAL - O Liceu Literário Português, no dia 3 de maio mandou colocar flores sôbre a estátua de Pedro Álvares Cabral, como vem fazendo há alguns anos. A diretoria, professores e representação de alunos do Liceu Literário Português, assim como uma delegação de alunos do Ginásio Vasco da Gama estiveram em frente à estátua do descobridor do Brasil, prestando-lhe assim homenagem.

REAL GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA

SESSÃO COMEMORATIVA DO 106.º ANI-VERSÁRIO DE FUNDAÇÃO — Comemorando o 106.º aniversário de sua fundação, o Real Gabinete Português de Leitura realizou, no dia 14 de maio, uma sessão solene, que foi presidida pelo Conselheiro Camelo Lampreia.

O Sr. Albino de Sousa Cruz, presidente, desde 1919, da instituïção, proferiu rápida oração, salientando a significação da efeméride, procedendo em seguida, à entrega dos diplomas de sócios beneméritos aos Srs. Augusto de Sousa Baptista e Armando Vieira de Castro.

O Sr. Conselheiro Camelo Lampreia deu, a seguir, a palavra ao orador oficial da solenidade. Sr. Costa Rêgo, que discorreu sôbre a atuação

dos portugueses no Brasil.

Em seguida, foi empossada a nova diretoria do Gabinete que está assim constituída: Albino Sousa Cruz, presidente; Dr Augusto Soares de Batista, vice-presidente; Antônio Augusto de Sousa Pinto, 1,º secretário; Armando Ribeiro Vieira de Castro, 2.º secretário; Com. Avelino Ferreira Souto da Mota Mesquita, 1.º tesoureiro; Augusto de Castro Lopes Brandão, 2.º tesoureiro; Dr. Jaime Zuzarte Cortesão, bi bliotecário; Serafim Ferreira Barbosa, procurador.

ROTARY CLUB DO RIO DE JANEIRO

CONFERÊNCIA DO SR. JOSE' MARIANO FILHO SÓBRE "PARQUES E JARDINS" --- NA reunião semanal do Rotary Club do Rio de Janeiro, realizada no dia 12 de março, fêz a palestra do dia o Dr. José Mariano Filho que falou sôbre "Parques e Jardins".

O orador fez o histórico do nosso Passeio Público, que muito deve a Mestre Valentim e explicou como e de que forma se procedeu ao atêrro daquela área, então alagadiça. Explicou o origem de várias plantas frutiferas, sendo que a maioria delas procedia das Índias. Demonstrou a necessidade de se criar a vegetação à semelhança dos seus próprios padrões de terras, de modo a que a flora não apresente diversifi-

cações, dando-nos a impressão de uma vegetação, que intrusa ou extranha ao meio, foi nela introduzida estravagantemente. Referiuse à vantagem e utilidade da sombra das árvores donde o valor urbanistico das arborizações tão usadas, agora, nos climas tropicais.

"ANGÚSTIA DAS FERROVIAS EM TRÁ-FEGO" - Na reŭnião do Rotary Club desta capital realizada no dia 14 de maio, foi orador o sr. Aleidos Lins, Diretor da Estrada de Ferro Leopoldina Railway. Sua conferência, sôbre "A angústia das ferrovias em tráfego", constituiu um amplo campo de observação sôbre os problemas de transporte, sobretudo os ferroviários, mostrando no exame de cada setor, as dificuldades com que lutam as estradas de ferro, para bem atender ao seu tráfego no cumprimento de horários prestabelecidos.

Dentre as dificuldades que assoberbam as administrações de estradas de ferro, o conferencista salientou a falta de material rodante e de tração, dadas as notórias impossibilidades de sua importação no momento atual e daí de sua substituïção sistemática, como se pratica em

tempos normais.

tempos normais.
Falaram, ainda os Srs. Ranulfo Bocaiuva
da Cunha e José Mariano Filho, o primeiro sôbre a data nacional do Paraguai e o segundo sôbre os chafarizes outrora existentes na cida-de e demolidos, na opinião do orador, sem necessidade.

SOCIEDADE DE AMIGOS DE ALBERTO TÔRRES

AFASTAMENTO DE JAPONESES DA ZONA LITORÂNEA - A Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais, na sessão que realizou no dia 26 de janeiro, tomou conhecimento de um memorial da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres sôbre proïbicões da pesca, em águas nacionais, aos nipônicos, ainda que naturalizados brasileiros e sôbre o afastamento dêsses ele-mentos de suas colônias agro-militares situadas na orla marítima. A Comissão opinou no sentido de ser o memorial enviado ao Conselho de Segurança Nacional para opinar.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

HOMENAGEM À MEMÓRIA DE FRANZ BOAS — Em sua sede, à Praça Duque de Ca-xias, reüniu-se, no dia 20 de março, a diretoria da S.B.A.E. para tomar conhecimento do rela-tório do presidente e do balancete relativo ao ano de 1942 e estudar o programa cultural para o presente ano.

Deliberou-se a realização duma sesão ex-traordinária em homenagem à memória do antropólogo norte-americano Franz Boas, recente-mente falecido. Esta sessão será um "sympo-sium" sôbre a Escola de Boas, em que falarão, entre outros, o professor Roquete Pinto, a professora D. Maria Júlia Pourchet e o professor Artur Ramos.

"DOZE ANOS ENTRE OS CARAJÁS" — Iniciando os trabalhos dêste ano, realizou a Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, uma reunião no dia 14 de abril, no auditório da Faculdade Nacional de Filosofia, à praça Duque de Caxias.

A ordem do dia constou de uma conferência do Pe. Luiz Palha, O.P. da Missão Dominicana do Brasil, sôbre o tema "Doze anos entre os Carajás", com exibição de fotografías e material etnográfico. Apresentou o conferencista o Prof. Arthur Ramos, que falou sôbre a contribuïção dos missionários á etnologia brasileira.

A sessão foi presidida pelo Prof. Leitão da Cunha, Reitor da Universidade do Brasil e presidente de honra da S.B.A.E.

MENSAGEM CONTRA OS MITOS DE SUPERIORIDADE RACIAL — A Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia dirigiu, em fins de abril último, aos antropólogos da Grá-Bretanha, por intermédio do embaixador britânico no Brasil, sir Noel Charles, a seguinte mensagem lida perante numeroso auditório a 29 daquele més, retinido no salão nobre da Escola Nacional de Filosofia para uma homenagem dos homens de cultura do nosso país ao povo inglês.

"A Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia tem a honra de dirigir-se aos antropologos inglêses, neste momento grave do mundo, em que a civilização se acha ameaçada pelos novos bárbaros da história. Justifica-se o pronunciamento da Antropologia, considerada no seu sentido largo de Ciência do Homem e da Cultura, quando em nome dela ós maiores crimes se têm cometido contra as liberdades essenciais da pessoa humana.

Foi poluída a verdade científica, nas contrafações da antropologia física, criando o mito da raça e do sangue, e nas distorções da antropologia cultural, ao adotar errôneas atitudes de um desbugado etnocentrismo.

Contra essas grosseiras falácias, de tão tremendas conseqüências, já se havia pronunciado há algum tempo a antrolopogia
inglêsa, pela voz generosa da maior parte
dos seus cultores contemporâneos. Esta antropologia vem reagindo contra aquele érro
de método do século passado, justamente
combatido como revelando uma atitude de
etnocentrismo evolucionista, cujas racionalizações criaram os mítos das superioridade
racial, agora, revividos pelos falsos antropólogos do III Reich. Esta antropologia vem
mostrando que superioridades e inferioridades não são categorias raciais, não são qualidades psicológicas das racias, mas induções
históricas, ligadas às vicissitudes da cultura, nas suas ascensões e declínios.

A guerra atual, em que todos nós, da frente democrática, estamos empenhados, processa-se sob o signo do Homem. A lição doutrinária da antropologia social de fontes inglêsas, já ha muito tempo estava incorporada a uma filosofia de ação no Brasil. O nosso tratamento empírico das raças e das culturas sempre se distanciou, o mais possível, das atitudes racistas e etnocêntricas. Povos e culturas confluiram no Brasil, com oportunidades iguais e sem se constituirem em minorias étnicas de violentas discriminações.

Esta filosofia, que está ligada à nossa própria existência de país independente, e que sempre foi proclamada pelos nossos grandes pioneiros da antropologia, recebe agora a sua confirmação científica, na opinião experimentada dos modernos representantes da já extensa corrente tradicional dos antropólogos anglo-saxões, empenhados hoje em corrigir os erros de método da antropologia social do século passado.

E' a estes representantes da moderna antropologia da Inglaterra que se dirige a Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, jovem que nasce de cabelos brancos, porque a sua experiência já surgiu velha de quatro séculos — uma experiência que é a própria vida do Brasil, êste vasto laboratório onde povos e culturas se estão misturando, num processo aculturativo e histórico de uma ligão transcendente.

Na guerra, desta vez, como na paz, amanhã, a Antropolgia há de ter também a sua função formativa: aquela tarefa imensa da antropologia aplicada, que nos vem da escola de Oxford, já homenageada pela Sociedade Brasileira de Antropolgia e Etnologia na pessoa de um dos malores representantes vivos daquela escola, o prof. Radeliffe Brown, em sessão extraordinária de 18 de julho de 1942.

Essa tarefa, será a da compreensão e do respeito ás prerogativas culturais de cada povo da terra. Na mesa redonda da paz, futura, a obra normativa da Antropologia será, todos o esperamos, de extraordinária relevância: a de recompôr o Homem, espesinhado e humilhado, nos seus quadros justos de sociedade e de cultura, sem a submissão aos falsos deuses e ás falsas "raças mestras" dêste mundo.

Sessão extraordinária da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia a 29 de abril de 1943. — *Arthur Ramos*, Presidente".

SOCIEDADE DE ENGENHEIROS DA PREFEI-TURA DO DISTRITO FEDERAL

UMA CONFERÊNCIA DO ENGENHEIRO CRISTOVÃO LEITE DE CASTRO — Afim de assentar as medidas comemorativas da passagem do 15.º aniversário de sua formatura, a turma de engenheiros civís da antiga Escola Politécnica do Rio de Janeiro, de 1927, realizou uma reúnião preparatória, no dia 19 de abril, na sede da Sociedade de Engenheiros da Prefeitura, à rua Bittencourt da Silva, 21, 3.º andar. Nessa ocasião, o engenheiro Christóvão Leite de Castro, secretário geral do Conselho Nacional de Geografia, pronunciou uma palestra sôbre o tema "A 2.º edição da Carta Geográfica do Brasil ao milionésimo".

SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO

2.ª SESSÃO ORDINÁRIA — No dia 8 de abril, em sua sede social, à praça da República, realizou a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro a 2.ª sesão ordinária da Diretoria e do Conselho Diretor.

Em continuação a leitura do expediente o Presidente deu a palavra ao sr. Carlos Domingues que, como membro da comissão nomeada para estudar o projeto apresentado pelo engenheiro Cristóvão Leite de Castro, leu o esquema das sugestões apresentadas. O Sr. Paulo José Pires Brandão, comunicou que assinou, como membro do Conselho Diretor da Sociedade, o telegrama congratulatório ao Sr. Ministro Gustavo Capanema felicitando o mesmo pelo decreto que regula o uso dos símbolos nacionais. O Presidente nomeou em seguida o sr. Alexandre Emílio Somier para ocupar a vaga existente no Conselho Diretor. Essa indicação foi aprovada por unanimidade. Falaram, depois, os srs. Cmte. Luiz Alves de Oliveira Belo e Francisco Portugal Neves. O primeiro para convidar os presentes para assistirem à conferência que realizará no próximo dia 23 do corrente às 21 horas no Gabinete Português de Leitura, e que versará sobre o tema "Questão

dos Fundeadoros na descoberta do Brasil" e o segundo para justificar a ausência do sócio re-cipiendário Sr. Ulisses Gomes Porto. O Sr. João Ribeiro Mendes fez uma comu-

nicação sóbre os trabalhos do geógrafo e na-turalista Brasileiro do Século XVIII, Alexandre Rodrigues Barbosa e do continuador de sua obra, Sr. Carlos França, fazendo uma síntese dos trabalhos efetuados por ambos no domínio de suas averiguações.

3.ª SESSÃO ORDINÁRIA - No dia 6 de maio, teve lugar a 3.ª sessão ordinária da Di-retoria e do Conselho Diretor. Após a leitura da ata da sessão anterior,

Apos a leitura da ata da sessao anterior, do expediente e das propostas de inscrição ao quadro social da Sociedade, o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. João Ribeiro Mendes que fêz uma comunicação lendo o artigo publicado na "Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro", 1.º boletim do Tomo 4 de 1888, intitulado "Exploradores brasileiros", na qual se referitue a primeiro expedição geográfica promoreferiu a primeira expedição geográfica promovida pela mesma Sociedade sob a chefia dos oficiais do Exército Capitão Lourenço Teles Pires, 2.º Tenente Augusto Ximenes Vileroy e José Carlos da Silva Teles e 2.º Tenente Oscar de Oliveira Miranda, durante a presidência do Marquês de Paranagua. O Sr. João Ribeiro Mendes concluiu sua comunicação comparando os objetivos da expedição com a "Viagem filosófica" do grande geógrafo brasileiro do sé-culo XVIII, Alexandre Rodrigues Barbosa. o XVIII, Alexandre Rodrigues Barbosa. Em seguida, o Sr. Presidente deu a pala-

vra ao Sr. General Salvador B. Uchoa Caval-canti, que propôs fôsse enviado ao Sr. Presi-dente da República um telegrama felicitando-o pelo decreto que considerava inexistente a divida do Paraguai ao Brasil. Essa proposta foi

unânimemente aprovada.

O Sr. Presidente felicitou, em seguida, Comandante Luiz Alves de Oliveira Belo pelo êxito alcancado na conferência realizada em 28 de abril próximo passado no Gabinete Português de Leitura, sôbre o tema: "A questão dos gues de Lettura, sobre o tema: "A questad dos fundeadouros na descoberta do Brasil" convi-dando o mesmo para repetir sua conferência na Socidade de Geografia. O Comandante Oli-veira Belo agradeceu as felicitações e marcou data de 27 do corrente para a realização da mesma.

O Sr. Presidente anunciou que no próximo dia 20 a Sociedade se retinirá afim de ouvir a conferência do Sr. General José Vieira da Rosa, sôbre o tema: "Bacias Vales e o Homem do Brasil Meridional".

CONFERÊNCIA DO COMANDANTE LUIZ ALVES DE OLIVEIRA BELO — No dia 27 de maio, o Sr. Comandante Luiz Alves de Oliveira Belo pronunciou a sua conferência intitulada "Os fundeadouros da frota de Cabral em Pôrto Seguro e Cabralia". A sessão foi presidida pelo Sr. Ministro Almirante Raul Tavares, presidente da Sociedade.

O Comandante Oliveira Belo deu início à

sua conferência discorrendo sôbre a controvérsia histórico-geográfica estabelecida em tôrno do conhecimento exáto do local em que teria fundeado a rota de Pedro Álvares Cabral, em 22 de abril de 1500.

O conferencista, que fôra o representante oficial da Sociedade de Geografia na comissão encarregada pelo Govêrno Federal de averiguar o ponto exáto em que fundeou a fróta do Almirante português, desenvolveu longa exposição sôbre o assunto, concluido por opinar em favor da baía Cabrália, à vista de estudos sôbre o jôgo de latitudes, a influência dos ventos, a carta de Pero Vaz de Caminha e outras considerações técnicas.

Na sua exposição, o Comandante Oliveira Belo utilizou-se de mapas antigos e recentes, al-Belo utilizou-se de mapas antigos e recentes, al-guns de sua autoria, tais como: carta parti-cular com trecho da costa bañana, desde a ponta de Santo Antônio até a ponta Comoxati-ba; carta da baía Cabrália, de 1940, da Diretoria de Navegação do Ministério da Marinha; Pôrto Seguro, carta 1205, da Diretoria de Navegação; vista fóto-aérea do logamar de Pôrto Seguro; baía Cabrália com o río Mutari e a Corôa Ver-melha; cartas históricas de João Teixeira Alber-naz, de 1631 e 1666 assinalando Pôrto Seguro e naz, de 1631 e 1666, assinalando Pôrto Seguro e Santa Cruz.

TOURING CLUBE DO BRASIL

VI CONGRESSO PAN-AMERICANO DE ES-TRADAS DE RODAGEM — Na última reŭnião de Março da Diretoria do Touring Clube, presidida pelo Sr. Sr. Juvenal Martinho Nobre, foram tratados vários assuntos. O Sr. Martinho Nobre, comunicou ter visitado, juntamente com o Sr. Prefeito Henrique Dodsworth, e a convite da emprêsa "Imper", as obras de pavimentação ua empresa "Imper", as obras de pavimentação da Avenida Brasil, de que trouxera ótima impressão. A seguir o Sr. Edgar Chagas Dória, Secretária Geral, apresentou um exemplar dos "Anais" do VI Congresso Pan-Americano de Estradas de Rodagem, realizado no México e dos quais consta projeta do Circulta de Constante dos quais constantes do Circulta de Constantes de Circulta de Constantes de Circulta de Constantes de Circulta de Circulta de Constantes de Circulta de Estradas de Rodagem, realizado no mexico e dos quais consta projeto do Circuito da Boa Vizinhança, organizado pelo Touring Clube do Brasil e que merecera aprovação integral na-quele memorável certame. O Sr. Chagas Dória propôs, sendo unanimemente aprovado, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Lopes Martins, benemérito da causa do turismo no Brasil, a quem muito deve a construção do Monumento Rodoviário para o qual doára grande área de terreno, de sua propriedade. O mesmo Diretor propôs, sendo também aprovado, um voto de congratulações com o Automóvel Clube Argentino por motivo da recente inau-guração de sua nova sede.

O Sr. Berilo Neves, Vive-Presidente, falou sobre o êxito da Excursão às Cidades Históricas de Minas, e propôs, sendo unânimemente aprovado, um voto de congratulações com a "Noite" por motivo de sua campanha em prol do hábito dos "fins de semana", importante no duplo ponto de vista médico e social.

O Sr. Paulo Goulart, Diretor Social, propos um voto de convenidações ao Sr. Painton de la convenidações de de la conven

pôs um voto de engratulações ao Sr. Raimundo de Castro Maia por motivo de suas idéias a res-peito do reflorestamento da Tijuca e de sua

transformação em Parque Nacional.

Certames

III CONFERÊNCIA DE TÉCNICOS EM CONTA-BILIDADE PÚBLICA E ASSUNTOS FAZENDÁRIOS

Durante a primeira quinzena de julho próximo, deverá reünir-se, nesta Capital, a III Conferência de Técnicos em Contabilidade Pública e Assuntos Fazendários, sob os auspícios do Conselho Técnico de Economia e Finanças, do Ministério da Fazenda.

Afim de se incumbir dos estudos atinentes àquele Conferência, o govêrno federal criou, pelo decreto-lei n.º 9 610, de 9 de junho de 1942, uma Comissão composta de representantes

da Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais. do Ministério da Fazenda e de vários órgãos dêsse Ministério.

Dessa Comissão, que, ao ser instalada passou denominar-se Comissão Organizadora das Conferências Financeiras, fazem parte os seguintes membros: sns. Antonio Gontijo de Carvalho, Francisco Sá Filho, Luiz Simões Lopes e Oto Prazeres, como representantes da Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais; Valetim F. Bouças, Olimpio Flores e Affonso Almiro R. da Costa Jr., como representantes da Secretaria do Conselho Técnico de Economia e Finanças; Benedito Silva e Arizio de Viana, representando a Comissão de Orcamento do Ministério da Fazenda e, finalmente, os Srs. Humberto J. J. Sportelli e Vitor da Silva Alves Filro, como representantes da Contadoria Central da República. Este último, foi substituido pelo sr. Ezequiel Penalber, também representante da Contadoria Central da República.

De início, foram apresentados à Comissão Organizadora das Conferências Financeiras, pela Secretaria do Conselho Técnico de Economia e Finanças, os onze temas seguintes, como sua contribuïção para a III Conferência de Técnicos em Contabilidade Pública e Assuntos Fazendárine

- 1 Uniformização da nomenclatura dos órgãos administrativos.
- 2 Levantamento de Cadastros Imobiliários e de Contribuintes.
- 3 Cadastro dos bens móveis e imóveis e da dívida ativa,
- 4 Uniformização e codificação da nomenclatura das contas e sub-contas.
- 5 Reforma do Padrão e normas orçamentárias
- 6 Código telegráfico para as Estados e Municípios.

- 7 Normas para justificação de verbas.
 8 Normas para operações de crédito.
 9 Reforma dos padrões de balanços.
 10 Terminologia da Administração Financeira
- 11 Código de Contabilidade Pública.

Já foram, até junho corrente, realizadas 17 reüniões da Comisão Organizadora das Conferências Financeiras e 10 da Sub-Comissão Executiva.

Das Unidades Federadas

ALAGOAS

Instituto Histórico

REEDIÇÃO DOS PRIMEIROS NÚMEROS DA REVISTA DO INSTITUTO - Reuniu-se no dia 31 de março, em sessão ordinária, o Instituto Histórico de Alagoas.

Na ordem do dia, o sr. Abelardo Duarte fa-lou sôbre o 1.º centenário do nascimento do Visconde de Taunay, recordando a sua atuação como homem de letras e militar. A seguir, o sr. Diegues Junior propôs um voto de homenagem à memória de Southey pelo transcurso do centenário de sua morte transcorrido em 21 de março, lembrando a sua valiosa "História do Brasil" e um voto de pesar pelo falecimento do historiador Max Fleiuss, secretário perpétuo do Instituto Histórico Brasileiro.

O sr. Teo Brandão comunicou o faleci-mento do cientista brasileiro Cardoso Fontes pedindo que fôsse inserido na ata um voto de pesar, lembrando a necessidade de serem ree-ditados os primeiros números da Revista do Instituto, todos já esgotados e que são objeto de constantes pedidos das bibliotecas do país e do estrangeiro. Sugeriu o orador que se pro-curasse, nessas futuras edições, conservar o mais possível o feitio original.

AMAZONAS

Instituto Histórico e Geográfico

SUBVENÇÃO ESTADUAL -- O Sr. Interventor federal no Amazonas, pelo Decreto n.º 991. de 26 de fevereiro, concedeu subvenção a vá-rias instituições do Estado, entre as quais o Instituto Geográfico com a importância de Cr\$ 3 600,00.

BAÍA

Divisão territorial e organização judiciária

DIVISÃO TERRITORIAL E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA — JUDICIÁRIA — Para conhecimento público, a secretaria do Interior e Justiça do Estado da Baía fez publicar no Diário Oficial do Estado, nas edições do dia 16 de março e seguintes, o projeto de reforma da organização judiciária local. E' o seguinte o Plano Geral do Código: Título I — Da divisão territorial e organização judiciária — Título II — Das auto-Para conhecimento público, ridades judiciárias — Título III — Dos auxiliares da justiça - Título IV - Da vitaliciedade e da estabilidade dos magistrados e dos auxiliares da justiça — Título V — Dos impedimentos e incompatibilidades - Título VI - Da aposentadoria - Título VII - Do título, posse e exercício dos Juízes, Pretores e auxiliares da justica — Titulo VIII — Dos vencimentos, vantagens, férias e licenças — Título IX — Das contas e selos - Título X - Da assistência judiciária — Título XI — Da disciplina do foro — Título XII — Da administração do Forum, na comarca da capital — Título XIII — Disposições gerais e transitórias.

Divisão territorial e organização judiciária

Está assim redigido o Título I, que trata da divisão territorial e organização judiciária:

Capítulo I — Disposições gerais:

Art. 1.º — O território do Estado, para os efeitos da administração da justiça e dos serviços que lhe são conexos ou auxiliares, divide-se em distritos têrmos e comarcas. Para os atos da competência do Tribunal de Apelação, porém, constitue uma 2.ª circunscrição.

Art. 2 - Haverá tantos distritos judiciários em cada têrmo, quantos já foram ou venham a ser creados.

Art. 3 A criação dos distritos estará subordinada aos seguintes requisitos:

a) existência, no mínimo, de 500 casas habitadas sendo 100 na sede do povoado;

b) existência de população superior a 3 000

Art. 4 Os têrmos judiciários serão constituídos por um ou mais municípios, exigidas, para sua criação, as seguintes condições:

a) renda anual nunca inferior a cem mil

cruzeiros:

b) população superior a 15 000 habitantes; c) existência, na respectiva sede, de edi-ficios apropriados às audiências do Juiz ou do Pretor, à sessões do Juri e à cadeia. § Unico — Nenhum município poderá cons-

tituir mais de um têrmo.

Art. 5 Para apurar os requesitos essenciais à criação de um distrito ou de um têrmo, de ver-se-á recorrer às informações dos Prefeitos, dos Juízes, dos Pretores e dos representantes do Ministério Público, assim como aos subsídios da estatística.

Art. 6 Quando um têrmo for constituído por dois ou mais municípios, serão todos obrigados às despesas judiciárias, das quais caberá ao municipio onde funcionar a sede o duplo da parte que tocar aos outros. Compreendemse nessas despesas as gratificações dos serven-

tuários do Juízo. Art. 7 O Pretor que exercer suas funções em têrmo constituído por dois ou mais municípios deverá transportar-se para a séde dos que não têm fôro, sempre que fôr necessário ao serdente do Tribunal de Apelação, cabendo igual obrigação ao Juiz de Direito, quando o têrmo sede da comarca fôr composto de mais de um

Art. 8 As comarcas serão constituídas de um ou mais têrmos, com sede no de maior movimento forense, e se classificarão por entrâncias, de 1.ª, 2.ª, 3.ª e uma única de 4.ª que é a da Capital. Para essa classificação se levará em conta a sua importância, resultante da densidade da população, recursos naturais proximidade da Capital, meios de fácil transporte e

movimento do fôro.

§ Único — A superioridade de entrância não importará em diversidade de atribuïções dos respectivos Juízes, visando a classificação, ape-nas, a ordem das nomeações e promoções e a diferenca dos vencimentos dos magistrados vitalícios, de acôrdo com a tabela estabelecida em lei especial que fixará o número a denominacão e a classificação das comarcas, têrmos e distritos.

Art. 9 Precedendo audiência do Tribunal de Apelação e no interêsse do serviço ou da ordem pública, poderá o Governo determinar a transferência provisória da sede do distrito do têrmo ou da comarca. Cessado, porém, o motivo da transferência, deverá ser imediatamente, restabelecida a sede primitiva.

§ Unico — No têrmo sede da comarca, pas-

sará a residir e a exercer suas funções o Pretor do têrmo para onde fôr transferida a sede do Juízo, para a qual deverão transportar-se o Promotor Público e o Juiz de Direito, ressalvada, quanto a êste, a faculdade atribuída pelo

art. 103 letra f da Constituïção Federal.

Art. 10 Deverá ser organizado pela Diretoria de Administração, da Secretaria do Interior e Justiça, um fichário de todas as comarcas cârmes e distritos com a indireção respectivotermos e distritos, com a indicação, respectivamente, da superficie territorial, população urbana e rural, com o número de habitantes por quilômetro quadrado, meios de comunicação, estradas de radação qui de ferro escatuação. estradas de rodagem ou de ferro em construção, indústrias principais, valor da produção e cál-culo aproximado do valor dos imóveis, tudo isso apurado pelos trabalhos estatísticos.

Comissão Revisora do Quadro Territorial

DESIGNADOS OS SEUS MEMBROS — O Sr. Interventor federal na Baía, por Decreto assinado no dia 17 de março, designou para membros da Comissão Revisora do Quadro Territorial, Administrativo e Judiciário do Estado, os srs: engenheiro civil Alberto de Sá Oliveira, como representante do Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia; Tulo Hostilio Montenegro, como representante da Junta Exe-cutiva Regional de Estatística; bel. Tarcilio cutiva Regional de Estatisuca; del l'alcino Vieira de Melo, Diretor do Departamento das Municipalidades; engenheiro civil Lauro de Andrade Sampaio, Diretor do Departamento de Geografia do Estado; e engenheiro civil Oscar de Sousa Carrascosa, Assistente Técnico do de Sousa Carrascosa, Assistent Conselho Nacional de Geografia.

Departamento de Geografia

QUADRO ORCAMENTARIO - O Diário Oficial da Baia publicou, em sua edição de 3 de janeiro dêste ano, o quadro orçamentário do Departamento de Geografia do Estado, o qual está assim organizado:

PESSOAL EFETIVO

VENCIMENTOS	
1 Diretor — III N	\$ 26.400,00
III A	\$ 12.300,00
II F 1 Escriturário de 4.ª Classe —	\$ 7.800,00
II A	\$ 6.300,00 \$ 4.320,00
1 Contínuo — I O	\$ 3.980,00
2 Serventes de 1.ª Classe — I I	\$ 6.120,00
SECÇÃO DE CARTOGRAFIA E TOPOGRAFIA	
1 Engenheiro de 1.ª Classe — III I	\$ 16.800,00
1 Engenheiro de 2.ª Classe — III F	\$ 15.300,00
1 Desenhista de 1.ª Classe — III A	\$ 12.300,00
1 Desenhista de 2.ª Classe —	
II L	\$ 9.300,00
SECÇÃO DE GEODÉSIA E ASTRONOMIA	
1 Engenheiro de 1.ª Classe — III I 1 Engenheiro de 2.ª Classe —	\$ 16.300,00
III F	\$ 15.300,00
1 Auxiliar Técnico de Enge- nharia de 3.ª Classe — II D	\$ 7.200,00
Total	\$ 160 . 200,00
e	
PESSOAL VARIÁVEL	
EXTRANUMERÁRIOS	
Para admissão de mensalistas, de acôrdo com as tabelas nu-	
méricas a serem aprovadas por Decreto	\$ 63.300,00
Turmas de Campo — (Diaristas)	\$ 54.000,00
DIÁRIAS .	
Ao pessoal quando em serviço fóra da sede	\$ 24,000,00
Total do pessoal	ó 301 . 500,00
·	0 001.000,09
MATERIAL PERMANENTE Instrumentos c utensílios	\$ 21.000,00
MATERIAL DE CONSUMO	. = -,
Despesas de Expediente	\$ 6.000,00
Custeio dos Serviços do Depar-	
tamento	\$ 30.000,00
Total de material	\$ 57.000,00

Total da verba.....

\$358.500.00

Departamento de Terras e Proteção à Natureza

QUADRO DO PESSOAL - No orçamento para o corrente ano, do Estado da Baía, figura o seguinte quadro com as verbas destinadas ao Departamento de Terras e Proteção à Natureza. o qual foi publicado no Diário Oficial local, de 3 de janeiro do corrente ano:

PESSOAL EFETIVO

PESSOAL EFETIVO		
VENCIMENTOS		
1 Diretor — III N	\$2.200,00	\$ 26.400,00
III A	\$4.100,00	\$ 49.200,00
II L	\$2.325,00	\$ 27.900,00
II F	\$1.950,00	\$ 23.400,00
II A	\$2,100,00	\$ 25.200,00
II A	\$ 720,00 \$ 480,00	\$ 8.640,00 \$ 5.760,00
1 Auxiliar de 1.ª Classe — I V	\$ 480,00	\$ 5.760,00
1 Porteiro de 3.º Classe — I L	\$ 330,00 \$ 300,00	\$ 3.960,00 \$ 3.600,00
2 Serventes de 1.ª Classe — I I	\$ 510,00	\$ 6.120,00
Total		\$173.640,00
PESSOAL TÉCNICO EFETIVO		
1 Chefe		\$ 17.400,00
(Ajudante) III I	•	\$ 16.800,00
1 Chefc. 1 Engenheiro de 1.ª Classe — (Ajudante) HI I. 4 Engenheiros de 1.ª Classe — (Consultors Técnicos) HI A 1 Engenheiro de 1.ª Classe —		\$ 67.200,00
III A		\$ 12.300,00 \$ 16.800,00
2 Auxiliares de Consultor Juri-		
dico III A		\$ 24.600,00 \$ 46.800,00
1 Inspetor de 1.ª Classe — II F 1 Delegado de Terras — II L		\$ 7.800,00 \$ 9.300,00
1 Desegnato de Terras — II L 1 Desenhista de 1.ª Classe		\$ 12.300,00
Total		\$231.300,00
PESSOAL EFETIVO		
VENCIMENTOS		
Percentagens		
Aos Delegados de Terras		\$ *2.000,00
Sôbre a arrecadação de Legiti- mação de Terras de acôrdo com		
o Decreto 10.973 de 7/IX/1938		\$ 42.640,00
Pessoal Variável		1,
Extranumerários		
Para admissão de mensalistas de acêrdo com as tabelas numé-		
ricas a serem aprovadas por		P 60 000 00
Decreto		\$ 60.000,00
Diárias Ao pessoal quando em serviço		•
fóra da séde		\$ 40.000,00
Total do pessoal		\$549.580,00
MATERIAL PERMANENTE		
Instrumentos e utensílios Téc-		e 7 440.00
nicos Aquisição de Máquinas e Acces-		\$ 7.440,00
sórios		\$ 6.000,00

MATERIAL DE CONSUMO		

Despêsas de Expediente......

CUSTEIO DE SERVICOS

Locações de prédio

Aluguél de prédio onde funciona a Delegacia de Lenções	\$ 1.000,00
Total de material	\$ 32.440,00
Total da verba	\$532,020,00

Escola Normal

PROGRAMAS DE SOCIOLOGIA EDUCACIO-NAL E DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR E ESTATÍSTICA APLICADA — O Diário Oficial local, de 27 de fevereiro dêste ano, publicou os seguintes programas da cadeira de Sociologia Educacional do Curso de Preparação Pedagógica, e da Cadeira de Administração Escolar e Estatística Aplicada, da Escola Normal da Baía:

PROGRAMA DA CADEIRA DE SOCIOLOGIA EDUCACIONAL DO CURSO DE PREPA-RACÃO PEDAGÓGICA

1.º Ano Normal

1.º Ponto — Da possibilidade de um ciência social. Objeções. Pressupostos. Precursores. 2.º Ponto — Da existência de uma ciência

social. Augusto Comte e a inclusão da sociologia no quadro das ciências. Conceito e objeto da Sociologia. A Sociologia e as ciências so-ciais. Posição da Sociologia na classificação dos conhecimentos e sua natureza. Relações com as demais ciências; ciências auxiliares.
3.º Ponto — Divisão e ramos da Sociologia.

Da Sociologia educacional, conceito, objeto.

4.º Ponto - Principais correntes sociológicas e suas contribuïções para a constituição da ciências social. Da existência de leis socioló-

gicas; conceito, natureza, modalidades. 5.º Ponto — Aplicação do método científico à sociologia; dificuldades, possibilidades, condições.

A obra metodológica de Emilio Durkheim. A contribuïção de Frederico Le-Play e sua escola para o método de observação sociológica; a monografia familiar, seu aperfeiçoamento e nomenclatura social; recentes aplicações. Outros processos de investigação sociológica: entrevistas e inqueritos sociais: o emprêgo da esta-tística nas ciências sociais. Métodos histórico — comparativo. A ecologia humana, a etnografia e a antropologia como métodos auxiliares; o método histórico cultural.

Aplicações socio-pedagógicas dos métodos de observação sociológica, especialmente do mé-

todo monográfico.

6.º Ponto - A sociedade e o homem. Indivíduo e Sociedade. Gregarismo animal e sociedade humana. Classificação das sociedades humanas. Necessidades fundamentais.

Do fato social e sua natureza: discussões. Fatores da vida social. Classificação dos fatos

sociais.

\$ 18,000,00

7.º Ponto — A Família; origem, formas, ti-pos. Tipos de família e tipos de educação; a classificação de Ph. Champault. Caracteres e funções essenciais e permanentes do grupo fa-miliar. A familia como célula da sociedade. A escola histórico-cultural e o evolucionismo; a familia atravez os estudos da civilização; influxos do cristianismo. A familia moderna.

8.º Ponto — Sociologia econômica. A economia primitiva: origens, formas, evolução. Os elementos essenciais da vida econômica; o meio natural, a população e os quadros institucio-

A Divisão social do trabalho e os agrupamentos econômicos. A profissão. A corporação. A classe.

9.º Ponto — Sociologia política. A Sociedade política, caracteres, formas, evolução. A Nação (seu conteúdo sociológico e espiritual. O Estado moderno sua formação, caractéres, funções. Formas de Estado e formas de Govérno. Regimens políticos. O Estado nacional brasi-leiro, suas bases, suas diretrizes. 10.º Ponto — A sociedade internacional: fa-

tores que favorecem as relações entre as nações. A guerra, suas causas, suas consequências. A organização jurídica da vida internacio-nal: tentativas, realizações. O papel e o concurso da educação para o estabelecimento da

paz universal.

11.º Ponto — A Religião do ponto de vista sociológico; a escola sociológica francesa e a escola historico-cultural. A religião nos diferentes estádios da civilização. Valor social do cristianismo. O problema político-social da unidade religiosa do Brasil: fatores de enfraquecimento; meios de defeza. Deformações do sentimento religioso no Brasil; causas, prejuí-

zos, corretivos. O Ensino religioso nas escolas. 12.º Ponto — A arte e a ciência do ponto de vista sociológico. A arte como fator de edu-

cação social.

Observação: - Dada a finalidade socio-pedagógica do ensino da Sociologia nos cursos normais o estudo sucinto das instituições supra mencionadas deverá ser feito de fórma a se mostrarem as suas relações com os processos e problema de Educação.

Bibliograia: Sociologia (Notas prévias) — Tito Partes da Fonseca.

Princípios de Sociologia — Fernando de Azevedo.

Lições de Sociologia — Aquiles Archero Jr. Preparação à Sociologia — Tristão de Ataide.

Noções de Sociologia — Madre F. Peeters. Précis de Sociologie — A. Lemonnyer, O. P. e outros.

Trabalhos Práticos: Vêde nota final.

2.º Ano Normal

1.º Ponto — A verdadeira função da Sociologia na solução dos problemas humanos: conflito da moral e da Sociologia.

(Durkheim, Deploige, Bureau). A Sociologia como um dos fundamentos da Ciência da

Educação.

2.º Ponto — A Educação como fenômeno humano, sua especificidade, modalidades. A Educação do ponto de vista sociológico; a educação como função social. A socio-pedagogia positiva, a sociologia aplicada, a educação e a pedagogia social.

Divisão e ramos da sociologia educacional. Ciências conexas e auxiliares. Delimitação dos

fatos pedagógicos, sua classificação.

3.º Ponto - Métodos e processos de investigação sócio-pedagógicos. Aplicações sócio-pe-

dagógicas do método monográfico.

4.º Ponto - O meio como determinante biopsicológico. O estudo do meio do ponto de vista dos interesses educativos; o meio natural, social e cultural: problemas sócio-pedagógicos. Utilização do meio nas atividades escolares (Deeroly — Devaud).

- 5.º Ponto As comunidades educacionais; A família e a escola. O Estado e a educação, funções educativas do Estado nacional. A Igreja e o seu papel e a sua missão educacional. Função social e educativa da Religião. Outras comunidades que educam. Inter-dependência, colaboração, conflitos. Necessidade e vantagens da coordenação das várias atividades educativas: meios.
- 6.º Ponto A escola como instituição social e nacional; a escola, campo específico da Educação. A formação e a evolução dos diversos tipos de ensino; o ensino normal. O conteúdo dos diversos ensinos; formação dos programas

de ensino. O funcionamento das instituïções pedagógicas antigas e as tendências modernas. Os sistemas escolares e a organização políticoadministrativa do Estado.

7.º Ponto — Progresso e educação; conceitos e modalidades do progresso. Causas sociais da evolução pedagógica. Educação progressiva; a escola como fator do progresso individual e so-

- 8.º Ponto O sistema educacional brasileiro em face da nossa realidade social. A escola e a unidade nacional. Aspectos de formação nacional: o litoral e o sertão; os meios urbanos e as zonas rurais: características, diferenças, problemas, educação apropriada. A escola rural. Causas do retardamento do processo educativo: demograficas, sociais, de comunciação e transportes, econômicas, politicas, financeiras; meio de neutralizá-las.
- 9.º Ponto Alfabetização e educação do povo. Escola para adultos. A formação das elites: processos sociais e educacionais de seleção. Necessidade e valôr das elites na Democracia. O
- problema social da orientação ocasional. 10.º Ponto O Trabalho como meio educativo. O ensino profissional, suas modalidades, suas funções sociais e econômicas. Relação do ensino profissional com as necessidades e possibilidades econômicas do meio. Os males sociais e individuais da super especialização profissional: Os seus corretivos educacionais e sociais. O problema social e humano da ocupação das horas de lazer. 11.º Ponto — Agências sociais (não escola-

res) que educam: a imprensa, o cinema e o rádio. Sua influência na formação dos costumes; exigências do bem comum e da educação social; controle pelos poderes sociais e morais. Sua utilização pela Escola.

12.º Ponto - Formação e desenvolvimento dos senso social na Escola. Sentimentos sociais. Disciplina e Jerarquia na sociedade e na Escola; coação, autoridade, responsablidade, li-

berdade.

Práticas e associações escolares de colabo-ração, auxílio mútuo e previdência. Atividades

ração, auxino mutuo e previdencia. Advidades extra-curriculares, recreios e formação social.

13.º Ponto — Valor social da higiene e da educação fisica; a eugenia da Raça. Socialização, regulamentação e aclimação dos desportes.

14.º Ponto — Contribuição da Sociologia.

para a compreensão dos fins da Educação: o Homem, a Sociedade, a Democracia, a Civilização e os fins de Educação. Educação integral.

BIBLIOGRAFIA

(Além da indicada para o 1.º ano)

Sociologia Educacional - Fernando de Azevedo.

Sociologia Educacional - Delgado de Carvalho.

Sociedade Rural — A. Carneiro Leão Lições de Sociologia Educacional — A. Archeiro Jr.

Estudos objetivos de Educação — Isaias Alves

L'École et la Nation — P. H. Simon Le Milieu et L'éducation — René — Jadot La Fonction sociale de l'Éducation - E. Candaux.

N. B. - A indicação bibliográfica feita representa, apenas, as principais fontes de que se serviu o autor do programa, na sua confecção com o propósito de facilitar a sua execução.

TRABALHOS PRÁTICOS

Determina o Decreto-Lei estadoal n.º 11 234, de 15 de fevereiro de 1939 que o Prof. de Sociologia deverá evitar discussões de escolas, devendo dar ao ensino da matéria, cunho emi-nentemente prático. Para isto deverá criar, na medida das possibilidades, um centro de pesquisas e de documentação sociais (clubes de sociologia — museu social) fazendo com que os alunos, sob a sua orientação, se exercitem na prática dos métodos sócio-pedagógicos, realizando inquéritos de estatísticas sociais e escolares, monografias, observações sociológicas, excursões, etc.

O professor organizará o plano dos trabalhos práticos que deverão versar, de preferência, sôbre dados e fatos do meio baïano onde irão atuar. provávelmente os alunos.

Março de 1941.

O Professor catedrático — (a) RENATO MESQUITA.

Escola Politécnica

REABERTURA DOS CURSOS — Na Escola Politécnica da Baía, teve lugar, no dia 15 de marco Kltimo, a cerimônia da reabertura dos cursos, tendo proferido a aula inaugural o professor Epaminondas dos Santos Tôrres.

A seguir, foi prestada uma homenagem ao professor Arquimedes de Siqueira Gonçalves, que durante muitos anos foi diretor da Escola, sendo inaugurado o seu retrato no salão nobre.

NOMEAÇÃO DE CATEDRÁTICO — Por decreto de 12 de fevereiro, o sr. Interventor federal na Baía nomeou o sr. Eloinaldo Chagas de Oliveira, catedrático, interino, de Estatística, Economia Política e Finanças da Escola Politécnica da Baía, ficando, assim, retificado o Decreto de 4 do mesmo mês, que o nomeou catedrático das citadas disciplinas.

Por outro decreto, também de 12 de fevereiro foi nomeado o Engenheiro eletricista João Duarte Guimarães, professor, interino, de Medidas Elétricas e Magnéticas, Estações Geradoras e Transmissão de Energia Elétrica, do Curso de Engenheiros Eletricistas da Escola Politécnica. da Baía.

PROFESSORES INTERINOS DA CADEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL E ARQUITETURA — O sr. Interventor federal da Baía, por decreto de 22 de março último, designou o professor catedrático da Escola Politécnica do Estado, engenheiro civil Jaime Cunha da Gama e Abreu, para reger a cadeira de "Construção Civil e Arquitetura" do mesmo estabelecimento, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, engenheiro civil Leibnitz Vieira Reis.

Faculdade de Ciências Econômicas

ABERTURA DOS CURSOS — No dia 1.º de marco, teve lugar, na Faculdade de Ciências Econômicas da Baía, a cerimônia da abertura dos cursos.

Iniciada a sessão, falou o Prof. Guilherme Marback, diretor do estabelecimento, assinalando, de início, que, tinha a satisfação, mais uma vez, de congratular-se com o professorado e o corpo discenté, reafirmando os propósitos de não medir sacrifícios para elevar o ensino à altura das necesidades do estudante, apezar da Faculdade achar-se quasi superlotada, obrigando-o a recusar matrícula a vários candidatos. Adeantou que conhecia a generosidade das classes conservadoras e das intenções dos poderes públicos aos quais oportunamente, haveria de apelar, afim de que a Faculdade de Ciências Econômicas venha a ser dotada de instalações apropriadas para realizar a sua obra educacional. Concedeu, em seguida, a palavra ao prof. Edgard Matta, que falou sôbre o tema — "Democracia e Liberdade".

Faculdade de Filosofia

INAUGURAÇÃO DAS AULAS — No salão da Escola Politécnica da Baia, teve lugar, no dia 15 de marco, a cerimônia da instalação das aulas da Faculdade de Filosofia, que êste ano começa a funcionar.

Presidiu a solenidade o Prof. Aristides Novis. s cretário da Educação, que iniciando os trabalhos, discursou de improviso, falando sôbre o significado cultural da Faculdade de Filosofia. Ao encerrar a sua oração, o Secretário da Educação deu por inaugurada a Faculdade.

A seguir, foi concedida a palavra ao diretor do estabelecimento, Prof. Isalas Alves, que realizou a aula inaugural, abordando o tema: — "Missão Nacional e Humana da Faculdade de Filosofia",

Instituto Politécnico da Baía

ELEIÇÃO DA DIRETORIA — Em assembléia geral realizada no dia 10 de fevereiro, foram eleitas as seguintes Diretoria e Comissões do Instituto Politécnico da Baía:

DIRETORIA: Sr. Américo Furtado de Simas — Presidente. Sr. Arquimedes de Siqueira Goncalves — 1.º Vice-Presidente, Sr. Jaime Cunha da Gama e Abreu — 2.º Vice-Presidente, Sr. Tito Vespasiano Augusto César Pires — 1.º Secretário. Sr. Oscar Caetano da Silva — 2.º Secretário. Sr. Albano da Franca Rocha — Tesoureiro.

COMISSÕES: 1.ª Comissão — Ciências e Matemáticas — Sr. Elísio de Carvalho Lisboa, Sr. Leopoldo Afrânio Bastos do Amaral, Sr. Pedro Muniz Tavares Filho. 2.ª Comissão — Redo Muniz Tavares Filho. Sr. Leopoldo Afrânio Redo Muniz Tavares Filho. Mecânica e eletricidade — Sr. José Antônio Costa, Sr. Armando Carneiro da Rocha, Sr. Carlos Furtado de Simas — 3.ª Comissão — Ciencias físicas e naturais, minas e metalurgia
— Sr. Paulo de Matos Pedreira de Cerqueira,
Sr. Arquimedes Pereira Guimarães, Sr. Afonso
de Costra Rebelo Baggi. — 4.º Comissão — Geografia agtronomia tenoresia condesia grafia, astronomia, topografia, geodesia, nave-gação e hidrografia — Sr. Aurélio Brito de Me-nezes, Sr. Sífredo Pedral Sampaio, Sr. Oscar Carrascosa — 5.ª Comissão — Construções, arquitetura, urbanismo e belas artes - Sr. Arnaldo Pimenta da Cunha, Sr. Jaime Goncalves Cerqueira Lima, Sr. João Sales Brito Machado. — 6.ª Comissão — Hidráulica, engenharia sanitária, navegação interior, pôrtos — Sr. Epaminondas dos Santos Tôrres, Sr. Filinto de Melo, Sr. uas uos santos torres, Sr. Filinto de Melo, Sr. Luiz Teixeira de Carvalho. — 7.ª Comissão-Agronomia, trabalhos agrícolas e colonização — Sr. Antônio Francisco de Paula Júnior. Sr. Alvaro Nuno de Barros Pereira, Sr. Alexandre Lopes da da Costa. — 8.ª Comissão — Economia, finanças, estatística e legislação — Sr. Francisco de Freitas Guimaños. Sr. Awgol Costa Callago. de Freitas Guimarães, Sr. Argeu Costa. Cel. Trajano Cândido Rodrigues. — 9.ª Comissão — Estradas de ferro e de rodagem e aviação — Sr. Joaquim dos Santos Pereira, Sr. Jaime Furtado de Simas, Sr. Aristides da Silva Gomes. 10.ª Comissão — Administração e contas — Sr. Hermínio Afonso Guerreiro. Sr. Otávio de Brito Figueiredo, Sr. Frederico de Simas Saraiva.

ESPÍRITO SANTO

Colégio do Estado

REFORMADO O QUADRO DO CORPO DO-CENTE-RECONDUZIDO O LENTE DE GEOGRA-FIA — Pelo Sr. Interventor no Espírito Santo, foi assinado, no dia 17 de marco, o decreto-lei n.º 14 407, dispondo sôbre o corpo docente do Colégio Estadual do Estado. Foi fixado em 20 o número de lentes, a saber:

2 lentes de Português; 2 lentes de Latim; 1 lente de Inglês; 3 lentes de Matemática; 2, de História (Geral e do Brasil); 2, de Geografia (Geral e do Brasil); 1, de Ciências Naturais, 1, de Fisca; 1, de Química; 1, de Biologia; 1, de Fiscafia; 1, de Espanhol.

Os catedráticos de Matemática e Geografia, do antigo Ginásio do Espírito Santo, passaram a exercer, em caracter efetivo, no Colégio Estadual, respectivamente, uma das cadeiras de Matemática e uma das cadeiras de Geografia Geral e do Brasil.

Continuam fixados em Cr\$ 790,00 os venci-

mentos mensais dos lentes.

Pelo Decreto n.º 14 423, foi nomeado o Sr. Fernando Duarte Rabelo, catedrático do antigo Ginásio do Espírito Santo, para exercer o cargo de lente efetivo de Geografia Geral e do Brasil, do Colégio Estadual, sendo exonerado, pelo De-creto n.º 14 418, o sr. Armando de Lima Cabral, lente interino da cadeira de Geografia, do Curso Fundamental do extinto Ginásio do Espírito Santo.

Instituto Histórico do Espírito Santo

REFORMA DOS ESTATUTOS — No dia 11 de março teve lugar uma sessão do Instituto Histórico do Espírito Santo, presidida pelo Sr. Américo Coelho. Durante o expediente, falou o Sr. Almir Gonçalves, oferecendo ao arquivo do Instituto uma cópia da "A Cruz de Muribeca", lenda histórico-religiosa da autoria de Pessanha Póvoa. Na ordem do dia, o Sr. Jair Dessaune apresentou os primeiros artigos do ante-projeto de reforma dos Estatutos. Por proposta do Sr. Nelson Almeida, a Casa resolve que o propo-nente apresente o projeto completo, subscrito já, se possível, pela Comissão de Estatutos de que faz parte, para um melhor exame da ma-téria pela Assembléia. Em seguida, o Secretá-rio Geral apresentou a lista geral dos sócios da Casa, organizada de acôrdo com os elementos de que poude dispor, salientando as dificuldades encontradas dada a escassez de fontes. Mostrou a necessidade de se resolver, de vez, o assunto, afim de regularizar a situação de vários associados, pois poude verificar que muitos deles irregularmente admitidos, já tinham exercido até cargos da Diretorla e prestado rele-vantes serviços à Casa, não sendo justo que fôs-sem afastados por defeito no processo de admissão.

A Casa, à vista da exposição, discutiu amplamente a matéria e resolveu por proposta do Sr. Araújo Primo, que sejam até ali considerados sócios do Instituto todos os que, de qualquer forma, tenham sido indicados como tais e hajam praticado atos próprios dessa condição, po-dendo a Secretaria Geral, dentro dêsse crité-rio, organizar o cadastro definitivo dos mem-bros da Casa.

Departamento de Educação

PROGRAMAS DE GEOGRAFIA E DE HIS-TÓRIA PARA OS GRUPOS ESCOLARES — O Diário Oficial do Espírito Santo publica, em sua edição do dia 17 de abril dêste ano, o Programa de ensino para Grupos Escolares ano, no qual figuram os seguintes, na íntegra, para Geografia e História:

Geografia — Trabalhos práticos indispensáveis

Localização da sala de aula em relação ao prédio e dêste em relação à localidade. Esboços, no quadro e em papel, de localização de pré-dios, ruas, estradas e acidentes geográficos locais, Exercícios em tabuleiros de areia. Constru-

ção de relógios solares de diversos tipos. Desenho da Rosa dos ventos. Excursões. Contôrno aproximado, do município e do Estado. Organização de albuns geográficos. Descrições de viagens realizadas, com ilustrações

conhecimentos a ministrar (durante os tra-

balhos realizados).

Pontos cardials. Orientação pelo sol, pela lua e pela bússola. Noção, por demonstrações concretas, dos movimentos de rotação e translação da terra, e explicação a respeito do dia, da noite e das estações do ano.

Divisão do tempo: ano, mês, semana, dia,

hora, minuto,

Denominações dadas às terras e às águas; continente, ilha, monte, serra, praia, baía, rio lagoa mar, pôrto. Dificuldades e vantagens trazidas pelos acidentes geográficos. Filmes ns. 852, 739 e 864.

A localidade: configuração, prédios importantes e sua localização, enumeração de localidades vizinhas, meios de vida locais (fábricas, atividades do comércio e da lavoura). Seus produtos de pesca, criação e plantações. Meios produtos de pesca, criação e plantações. Meios de transporte locais. Filmes n.º 739, 864, 901.

Enumeração de municípios vizinhos.

Configuração geral do Estado do Espírito

Santo. Sua Capital.

Idéia da grandeza do Brasil. Número de Estados. Referência ao Oceano Atlântico e ao extenso litoral brasileiro.

Localização aproximada dos países de onde partiram os descobridores.

História — Trabalhos práticos indispensáveis

Visitas a lugares históricos. Comemorações, em aula, de nascimento ou morte de brasileiros notáveis; comemorações de acontecimentos importantes de nossa história. Albuns com fo-tografías, estampas, gravuras de concidadãos ilustres. Recortes de notícias e gravuras sobre realizações dos poderes públicos. Esquemas das viagens dos descobridores.

Conhecimentos a ministrar (durante a rea-

lização dos trabalhos).

Organização do atual Govêrno do Estado. O Govêrno anterior. Algumas realizações desde

1930. O atual Governo Algumas realizações dos Governo Federal, desde 1930.

Fatos do Brasil primitivo. Noções sôbre o descobrimento. Filme n.º 117. Colombo e Cabrol Peferal Referência con primitivo de la constanta de la co bral. Referências aos primitivos habitantes. Os índios do Espírito Santo. Referência a Martim Afonso de Souza e aos governos de Tomé de Souza e Duarte da Costa, Caramurú e João Ramalho, Ligeira notícia sóbre a catequese: Nóbrega e Anchieta, Primeiros colégios. Breve biografia de Anchieta. Os primeiros estabelecimentos agrícolas. O elemento indígena e o africano. Palmares. Notícia da abolição.

GOIAZ

Tributação dos minérios

DISCRIMINAÇÃO DE PARCELAS -- Conforme despacho publicado no Diário Oficial de 2 de Março, — Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais — o Sr. Presidente da República aprovou o projeto de decreto-lei da Interventoria Federal no Estado de Goiaz, discriminando as parcelas devidas ao Estado e ao Município, sóbre a percentagem de 5% que lhes atribue o artigo 68, parágrafo 1.º do Código de Minas, na tributação dos minérios.

Departamento das Municipalidades

RECEITA E DESPESA DOS MUNICÍPIOS — Montante das previsões orçamentárias e as respectivas execuções nos últimos anos, englobando as parcelas de todos os municípios de

Goiaz, tendo tido a arrecadação dos mesmos em 1930, de Cr\$ 2 168 206,00, valor sextuplicado em 1942:

RECEITA

Anos	Orçada	Arrecadada
1940	Cr\$ 9.141.494,20	Cr\$ 10,183,012,61
1941	Cr\$ 10.248.186,88	Cr\$ 11.908.705,87
1942	Cr\$ 11,456.800,00	Cr\$ 13.800.000,09

DESPESA

Anos	Fixada		Realizada
1940	Cr\$ 9.141.494	,20 Cr\$	9.605.763,45
1941	Cr\$ 10.243.234	,88 Cr\$	11.531.486,80
1942	Cr\$ 11.456.800	,00 Cr\$	13.500.000,00

Os dados da receita arrecadada e da despesa realizada referentes ao ano de 1942 estão sujeitos a leves retificações, dependentes da chegada dos balancetes mensais de receita e despesa de alguns municípios, e dos últimos meses do findo exercício.

Para 1943, tanto a receita como a despesa dos municípios estão previstas em Cr\$ 12 548 500.00.

Revisão do quadro territorial

A 6.ª REUNIÃO DA COMISSÃO — O Correio Oficial, órgão dos Poderes Públicos de Golaz, em sua edição de 10 de abril, publicou a seguinte ata da 6.ª reunião da Comissão Encaregada de elaborar a novo Quadro Territorial do Estado de Goiaz:

"ATA da 6.ª reunião da Comissão Encarregada de elaborar o novo Quadro Territorial do Estado.

Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de mil novecentos e quarenta e três, no gabinete do Diretor do Departamento de Geografia e Cadastro, nesta cidade de Goiânia, Capital do Estado de Golaz, presentes os membros Humberto Ludovico de Almeida, Antônio Ju-ruena Di Guimarães e Abel Soares de Castro, comigo Secretário, e sob a presidência do pri-meiro, reiiniu-se a Comissão Encarregada de Elaborar o Novo Quadro Territorial do Estado.

EXPEDIENTE - Aprovação da ata da reünião anterior e leitura das seguintes correspondências: ofício do prefeito de Caldas-Novas, comunicando não ter nenhuma sugestão a fazer; ofício do prefeito de Formosa, com idêntica comunicação; ofício do prefeito de Planaltina, propondo formular sugestões, oportunamente; telegrama de uma comissão do município de Goiandira, protestando contra a pretensão de autonomia por parte do distrito de Cumari; certidão da renda do distrito de Urutai, em 1942; ofício do prefeito de S. José-do-Tocan-tins, fazendo sugestões e uma representação de habitantes de determinada zona do distrito de Hidrolândia, pedindo a sua anexação ao distrito de Ribeirão, neste municipio. Os três primeiros foram mandados ao arquivo e Os os demais para aguardarem a oportunidade dos estudos dos respectivos municípios.

ORDEM DO DIA - Foram estudados e revistos os limites dos municípios de Mineiros e Paraúna, ficando retificadas tôdas as linhas divisórias dos mesmos, inclusive as dos respectivos distritos. A seguir, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, aprovada,

será por todos assinada e subscrita pelo secretário.

Humberto Ludovico de Almeida, Anto-8.) nio Juruena Di Guimarães. Abel Soares de Castro. Frederico de Medeiros - Secretário".



MARANHÃO

Monumento à Duque de Caxias

O Sr. Interventor Federal no Maranhão, pelo Decreto-lei n.º 714, de 26 de janeiro último prorrogou até 31 de março o prazo para entrega ao Estado, pelo escultor José Otávio Correia Lima, do monumento ao Duque de Caxias, a ser levantado na capital do Estado.



MINAS GERAIS

Academia de Ciências

SEMANA DE ESTUDOS HISTÓRICOS EM MEMÓRIA DE DIOGO DE VASCONCELOS — A Academia de Ciências de Minas Gerais, em sessão solene realizada no dia 14 de maio, deu início à "Semana de Estudos Históricos", homena-geando o Centenário de nascimento de Diogo de Vasconcelos.

Perante grande número de associados e intelectuais o Sr. Arnaldo Cathoud, abrindo a sessão, pôs em relêvo a importância da Semana de Estudos da História Mineira iniciada pela Academia de Ciências, dando em seguida a pa-lavra ao professor Anibal Matos que discorreu sôbre a personalidade, a vida e a obra de Diogo de Vasconcelos e ao terminar fêz o elogio do Sr. Edelweis Teixeira, convidado para iniciar aquela série de estudos.

Sob uma salva de palmas o Sr. Edelweis Teixeira, em improviso agradeceu a escolha de seu nome para abrir a série dos Estudos Históricos e a seguir realçou as qualidades de Diogo

de Vasconcelos como historiador.

Passando ao tema proposto — "Em tôrno da História de São João del Rei", leu três capítulos de seu trabalho sôbre aquela cidade mineira. Teve ocasião de abordar os temas -Ibituruna e a bandeira de Fernão Dias Leme, Fundação de São João — Os núcleos primitivos do Rio das Mortes — O papel de Tomé Portes del Rei e Francisco Barcelos. O local do Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar e Pelourinho. A Guerra dos Emboabas e sua repercussão em Tiradentes e São João del Rei. A participação de um e outro povoado. O local do Capão da Traição.

Falou, por último, o Sr. Tomé de Vasconcelos, que em nome da família do homenageado agradeceu à Academia de Ciências mais essa

prova de carinho para com seu progenitor.

A Academia foi convidada para a sesão de
Instituto-Histórico, para posse dos Srs. Dermeval Pimenta e Marcondes Vergoza que farão
panegirico dos professores Leopoldo Cathoud e João Liban Soares, respectivamente.

Congresso das Associações Rurais

PRÓXIMA REALIZAÇÃO EM BELO HORIZONTE — Realizar-se-á brevemente, em Belo Horizonte, um Congresso das Associações Rurais de Minas Gerais, sob o patrocínio da Sociedade Mineira de Agricultura.

Entre os assuntos que figurarão na ordem do dia, destaca-se o projeto do Código Rural.

Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (4.ª Região)

Renovação do Têrço — No dia 15 de abril, realizaram-se as eleições para renovação do têrço do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 4.ª Região.

A's 16 horas, reuniram-se os delegados eleitores das Escolas que elegeram conselheiro e tores das Escolas que elegeram conseniero e suplente, respectivamente, o professor Teodoro Amalio da Fonseca Vaz e o engenheiro Antônio de Melo Silva. A's 20 horas, procederam-se àseleições para a renovação do têrço relativo à representação das associações e sindicatos de classe, tendo sido eleito, para conselheiros: drs. classe, tendo sido eleto, para conseniados dis-Sebastião Virgilio Ferreira, Ari Diniz Andrade e Amador Parreira Barbosa (este para terminar o prazo do mandato do conselheiro Pires e Al-buquerque), suplente, dra. Iracema Brasiliense.

Departamento Geográfico

COMEMORANDO O 4.º ANIVERSÁRIO DE SUA CRIAÇÃO — Comemorando o 4.º aniversário da criação do Departamento Geográfico do Estado, reuniram-se, no dia 25 de março, no gabinete da Diretoria, os chefes das Divisões e chefes de Secções e demais funcionários do De-

partamento, ora na capital.

Pelos funcionários do Departamento, falou o Dr. Valdemar Lobato, que exprimiu o con-tentamento de todos pela grata efeméridade, referindo-se particularmente ao espírito de justiça e constante entusiasmo com que o Sr. Benedito Quintino dos Santos vem dirigindo as atividades geográficas do Estado, de acôrdo com o pensamento do Governador Benedito Valadares, pedindo que transmitisse a S. Excia as justas homenagens e o reconhecimento de todo o pessoal da repartição.

O Sr. Benedito Quintino dos Santos agradeceu as manifestações que lhe foram feitas, ressaltando a constante atenção e amparo dispensados pelo Governador Benedito Valadares aos inúmeros empreendimentos do Departamento e à situação de todo o seu pessoal, prometendo transmitir ao Chefe do Govêrno os aplausos e agradecimentos tão calorosa e significativamente prestados, ao ensêjo de mais um aniversário do órgão geográfico de Minas.

TELEGRAMA AO SR. GOVERNADOR BE-NEDITO VALADARES — Por motivo da passa-gem do 4.º aniversário do Departamento, ao Sr. Governador Benedito Valadares foi diri-gido o seguinte telegrama:

"BELO HORIZONTE, 25 - Em meu nome, no do pessoal do Departamento Geográfico e do Diretório Regional de Geografia, hoje reunido em sessão comemorativa da passagem do 4.º aniversário da criação do Departamento, apresento a V. Excia, congratulações calorosas e sinceras pela grata efeméride. A criação do Departamento, com a organização dada por V. Excla. velu posibilitar varias realizações es-tudos que colocam o nosso Estado em posição de destaque, permitindo a solução de inúmeros problemas de ordem ténica e administrativa e proniemas de ordem tenica e administrativa e o conhecimento sempre crescente do solo de Minas Gerais. Comerorando a data, o Diretório aprovou por unanimidade uma moção de aplausos a V. Excia. pela orientação segura e pelo amparo que tem dispensado ao órgão geográfico de Minas, na execução de seu vasto programa de atividades.

Respeitosas saudações — Benedito Quintino dos Santos".

Divisão de Águas

INAUGURAÇÃO DO PARQUE DE EXPERI-MENTAÇÃO E APRENDIZAGEM — Em Belo Horizonte, realizou-se, no dia 20 de março, no 2.º

Distrito da Divisão de Águas do Ministério da Agricultura, a inauguração do Parque de Experimentação e Aprendizagem, destinado à padronização de normas técnicas relativas aos estudos de rios, de fôrças hidráulicas e dos fenômenos meteorológicos e climáticos que interessem aos trabalhos. O ato foi assistido pelo Di-retor da Divisão de Aguas, do chefe do 2.º Dis-trito, representante do Governador do Estado e de outras autoridades federais, estaduais e militares

O Parque é constituído por um bem cuidado jardim, o que torna o ambiente atraente. Além de numerosos aparelhos técnicos postos em exposição e funcionamento, destacou-se um painel contendo a evolução dos trabalhos do 2.º Distrito da Divisão de Águas nos últimos dez anos, O quadro com suas côres vivas, claras imagens e diagramas, foi o tema de uma oração cívica e de incitamento ao trabalho, pronunciada pelo engenheiro Costa Rodrigues, chefe do 2.º Dis-

Salientou o orador a incontestável eficiência dos servidores da causa pública, fazendo re-ferências às regiões do País onde vem operando intensamente a grande repartição do Ministério da Agricultura, para estudos imprescindíveis de quedas dágua, para melhoramentos das con-dições de navegabilidade e aproveitamento dos rios como vias de transporte para solução de problemas de saneamento, abastecimento dá-gua, irrigação e tantas outras utilizações da na concepção da técnica moderna.

Depois de fazer uma referência aos serviços de sua atribuïção, teceu comentários à atuação vigorosa e patriótica dos defensores do Código

de Águas.

Citou o engenheiro Costa Rodrigues os nomes dos Srs. Antônio José Alves de Sousa e Valdemar José de Carvalho, técnicos de reconhecida projeção da engenharia nacional, os quais só por essa campanha de defesa dos interesses públicos se consagraram como verdadei-ro paladinos do grande progresso em que se encontra o País relativamente à legislação vi gente regularizadora da indústria da eletri-

Em seguida, passou o orador a falar do es-fôrço que deve ser feito, em todos os sentidos, para que o Brasil se liberte da dependência de combustíveis estrangeiros e asinalou a impossibilidade da continuação da destruição de nossas florestas e o ânimo que deve ser sempre aumentado para uso e emprêgo dos combustíveis minerais.

A seguir, discursou o Diretor da Divisão de Aguas, após ter inaugurado o Parque de Ex-perimentação e Aprendizagem, fazendo o relato em tôrno da repartição que dirige e dos valiq-/ sos benefícios que já vem prestando à economia nacional, demonstrada em suas várias atribuï-

Citou o do Sr. Hidebrando Góis, diretor do Servico de Saneamento da Baixada Fluminente, que testemunhou as providências tomadas nas regiões vitimas das inundações no acautela-mento de seus haveres que, sem os avisos da Divisão de Águas, teriam redundado em sérios prejuízos.

Diretório Regional de Geografia

4.º ANIVERSÁRIO DA CRIAÇÃO DO DE-PARTAMENTO GEOGRÁFICO — X CONGRES-SO DE GEOGRAFIA - DIFICULDADES NA FI-XAÇÃO DE PERÍMETROS URBANOS E SUBUR-BANOS — DATA DO ANIVERSÁRIO DO C.N.G — PLANTA CADASTRAL DE BELO HORIZONTE OUTROS ASSUNTOS TRATADOS NA 5.4 REUNIÃO — No dia 25 de março, realizou o Diretório Regional de Geografia de Minas Gerais a sua 45.ª sessão, no Departamento Geográfico, presentes os Srs. Benedito Quintino dos San-

tos, Antônio Gomes Monteiro Júnior, Hildebrando Clark, Eduardo Schmidt Monteiro de Castro, Valdemar Lobato, Orlando de Oliveira Vaz, João Paulo de Vasconcelos, Dante Gon-calves Teixeira e Manuel Leme Dias, sob a presidencia do Sr. Benedito Quintino dos Santos. O Sr. Presidente manda que o secretário as-sistente Sr. Manuel Leme Dias, faça a leitura da ata da reŭnião anterior que foi aprovada sem alteração. Em seguida passou o secretário assistente a ler o expediente que constou do seguinte: ofícios e telegrama da Secretaria Geral do Conselho — encaminhando ao Diretório cópia da resolução n.º 127 que baixa instruções para uso da franquia postal-telegráfica pelos órgãos do Conselho: enviando cópia da resolução n.º 119 que baixa a classificação, em julgamento final, das monografias de aspectos municipais do Concurso de 1942; comunicando a mudança da sede; ofício do Diretório de Mato Grosso encaminhando um exemplar do Diário Oficial n.º 7 931 que contem o decreto n.º 208 que fixa a divisão territorial do mesmo Estado; ofício do Diretório Municipal de Presidente Vargas, remetendo cópia da ata da 5.ª sessão, convocada para que os membros daquele Diretório tomassem conhecimento do teôr do decreto-lei n.º 839 que dá novas denominações às cidades mineiras de Itabira e Presidente Vargas. Na ordem do dia o Sr. presidente passa a referir-se, como fato de especial relêvo, nesta data que assinala o 4.º aniversário da criação do Departamento Geográfico, ao ato pelo qual o Sr. Governador do Estado deu autonomia e ampliou o antigo Serviço Geográfico da Secretaria da Viação. Por êsse motivo propunha, neste ensêjo, uma moção de aplausos e agra-decimentos ao Governador Benedito Valadares, o que foi aprovado com aplausos calorosos. Com o que loi aprovado com aprados cantosos. Com a palavra, o Sr. Orlando Vaz, interpretando o pensamento dos membros do Diretório, satida o diretor do Departamento e consulta a Casa sôbre consignar-se em ata um voto de congratulações pelo 4.º aniversário da repartição e um voto de louvor ao seu diretor, Sr. Benedito Quintino dos Santos, que com segurança e patriotismo, vem dirigindo a importante repartição estadual, e mais um voto pelo seu retorno aos trabalhos e pelo seu completo restabelecimento que é motivo de alegria a todos que estão acostumados a segui-lo em seus exemplos de trabalho. O Sr. presidente agradece a moção, que lhe servirá de estímulo para sua atividade, não sòmente funcional como de patriota. O Sr. Hildebrando Clark declara, também, que é portador de felicitações de todos os companheiros da Junta e do Departamento Estadual de Estatística, pela passagem do 4.º aniversário do Departamento, associando-se ao júbilo de todos quantos trabalham no Diretório. O Sr. presidente passa a falar sôbre o X Congresso Brasileiro de Geografia, informando que na qualidade de delegado regional da Comissão Orga-nizadora, não tem descuidado da propaganda do certame, que foi continuada, não obstante sua ausência, pelo seu substituto, Sr. Valdemar Lobato. Faz um apêlo, particularmente aos membros do Diretório para que emprestem sua colaboração, não sòmente com sua adesão como na propaganda que deve ser feita do Congresso a realizar-se em Belém. O Sr. Eduardo Schmidt Monteiro de Castro pede a palavra e expõe as dificuldades que o Diretório tem encontrado na solução de alguns casos de fixação de peri-metros urbanos e suburbanos. Ficou estabelecido que oportunamente seja feito pela Divisão de Limites e Coordenação Geográfica sob a chefia do proponente, um plano para solução definitiva do assunto. Ainda com a palavra, o Sr. Monteiro de Castro propõe que se consigne em ata o júbilo da Casa pelo êxito de Minas na participação no Concurso de Monografias de 1942. Minas, continúa o orador, figurou em lugar que sobremaneira honra a cultura do Estado e daí

o voto que propunha. Logo em seguida o Sr. Valdemar Lopato comunica que tendo passado, ontem, a data de aniversario do Conseino Nacional de Geografia, propunna que o Diretorio apresentasse congratulações ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares e a Secretaria Geral do Conselho, pelo transcurso de tao importante eremende. O Sr. presidente informa que foram enviagos telegramas de congratulações ao embalxador Macedo Soares e ao Sr. Cristovao Leite de Castro, ficando, assim, aprovada a iniciativa da Secretaria do Diretorio, Todas as moções apresentadas foram aprovadas por unanimidade. O Sr. presidente, referindo-se à pre-sença do Sr. João Paulo de Vasconcelos, assistente do Departamento, posto à disposição da Prefeitura da Capital, para os trabalhos de orientação e fiscalização do levantamento da planta cadastrai, pede que o mesmo de uma nocicia dos trabainos a seu cargo, pelos quais o Departamento Geográfico niulto se inveressa, tendo, mesmo, dado comego aos diversos serviços, executando toda a trianguiação geodesica e 1,zendo o levantamento de algumas romas. Sr. João Paulo de Vasconcelos começa dizendo que tinna, efetivamente, o desejo de falar sobre esse trapamo, em sessão do Diretorio, para reiterar o convite já feito no sentido de receber a visita de todos os membros do Diretorio e funcionários do Departamento, pondo em destaque a colaboração do Departamento, cuja assistencia nos importantes trapainos de ievantamento da pianta cadastrai da capital e que tem permitido o andamento normai do serviço. Até o momento, continua o orador, tem a pianta em 1/10 000 grande numero de Ioihas. A pianta da cidade em quarterroes, na escara de 1/250 prossegue em filmo sem accierado e o maya do manicípio será feito na escala de 1/10 000, com curvas de nível equidistantes de 10 metros. O Sr. presidente agradece as informações prestadas pelo enegnheiro João Paulo de Vasconcelos, bem como o convite para uma visita aos escritorios tecnicos da pianta cadastral, sob sua chefia. Antes de levanuar a sessao, o Sr. pre-sidente formula agradecimentos ao Sr. Valdemar Lobato pelo zêlo com que o substituiu no impedimento verilicado, conquzindo-se de tal modo que não houve nenhuma solução de continuidade, nenhum hiato em suas diversas atividades e empreendimentos. O Sr. Hildebrando Clark aproveita o ensejo e também apresenta agradecimentos ao Sr. Valdemar Lopato, de parte da Junta e do Departamento de Estatística pela valiosa colaboração que sempre deu aos trabalhos daqueias repartições durante o tempo em que substituiu o diretor eletivo do Departamento Geografico.

POSSE DO SR. DERMEVEL PIMENTA — REVISÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO — APROVAÇÃO DE DECRETOS QUE FIXAM OS PERIMETROS URBANOS E SUBURBANOS DE CIDADES E VILAS — X CONGRESSO DE GEOGRAFIA — CONCURSO DE MONOGRAFIAS MUNICIPAIS — "BOLETIM DO C.N.G." — "DIA DO ESTATÍSTICO" — No dia 19 de maio, no gabinete da Diretoria do Departamento Geográneo, presentes os Srs. Dermeval José Pimenta, secretário da Viação, demais membros, realizou-se a 46.ª sessão do Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia. Abrindo a retinião, o Sr. Benedito Quintino dos Santos começou declarando que passava a presidência efetiva do órgão regional do C.N.G. ao Sr. Dermeval José Pimenta, seu presidente nato, por 10°Ça do qua dispôe o Decreto n.º 92, pelo qual fol o mesmo criado. Historiando a vida do 1.B.G.E., do qual é o Diretório o órgão regional, refere-se o Sr. Quintino dos Santos, ao carinho dispensado à instituição pelo Presidente Getúlio Vargas que ao fundá-la cedeu a casa, uma das salas do Palácio do Catete, e um ministró, o Embaixador José Carlos de Ma-

cedo Soares. Por sua vez, o Diretório Regional tem recebido do Governador Benedito Valadares constante apôio e estímulo, permitindo a execução de trabalhos geográficos de grande repercussão no País. O Sr. Quintino dos Santos ainda teve palavras de louvor ao antigo presi-dente do Diretório, Sr. Odilon Dias Pereira, pelo zêlo que orientou os trabalhos e estudos em uma fase de intensa atividade. Dada a pa-lavra ao Sr. Valdemar Tavares Pais, produziu este eloquente improviso em que ressallou as qualidades do novo presidente do Diretório e a alegria com que era recebido. Acentuou o orador o alcance e competência do ilustre engenheiro, manifestada no exercício de diversas funções públicas, salientando, em particular, as realizações levadas a efeito na principal ferrovia do Estado. Conhecendo-se a ponderação do Governador Benedito Valadares na escolha de seus auxiliares, não causou surpresa a sua nomeação para Secretário da Viação e, portanto, presidente do Diretório. Termina o orador afirmando a disposição de todos os membros, de continuarem com entusiasmo o seu esfôrco, em prol do melhor conhecimento do solo e da gente montanhesa. Feita a leitura da ata da sessão anterior foi a mesma posta em discussão e aprovada. Por proposta do Sr. Secretário, o expediente ficou para ser lido na próxima reunião. Na ordem do dia foram ventilados assuntos da maior importância, tais como os estudos que deverão ser iniciados em breve, da revisão da divisão administrativa do Estado, tendo sido feita a leitura do telegrama do Sr. presidente do I.B.G.E. endereçado ao Sr. Governador e da informação prestada ao Sr. presidente, pelo secretário que passou os papéis às mãos do Sr. Dermeval Pimenta para que, por seu intermé-dio, sejam encaminhados ao Sr. Governador. Em seguida foi apresentada pelo Sr. Secretário uma prestação de contas, tendo sido nomeada pelo presidente a seguinte comissão, para exame das mesmas: Eduardo Schmidt Monteiro de Castro, Valdemar Tavares Pais e Esmeraldo Augusto Borges. Logo após, para tratar da aprovação de decretos-leis municipais fixando perímetros urbanos e suburbanos, foi dada a palavra ao Sr. Alberto Mourão de Miranda que apresentou o seguinte parecer: "Como membros da Comissão do Diretório Regional de Geografia incumbida do exame dos decretos-leis baixados pelos prefeitos municipais para delimitação de perímetros urbanos vimos propõr a esta assembléia a aprovação da delimitação de mais os seguintes municipios, fazendo-se as necessárias comunicações ao Secretário das Finanças e ao Secretário do Interior, para os fins convenietnes". Por proposta do Sr. Quintino dos Santos êsse parecer foi aprovado, devendo ser transformado numa resolução que também fica desde já apro ada, ficando a cargo da Secretaria do Diretório sua redação e o expediente necessário. A resc.ução então aprovada tem o número 19 e a seguinte ementa: "Manda registrar os decretos-leis municipais fixando os quadros urbanos e suburbanos respectivos dos municípios banos e suburbanos respectivos dos intinterpios que relaciona". Constou, ainda, da ordem do dia, a realização, em setembro deste ano, em Belém, Capital do Pará, do Décimo Congresso Brasileiro de Geografia, certame cultural que tem conseguido elevado número de adesões Informou o Sr. Secretário sôbre o grande êxito que vem tendo no Estado e sôbre as adesões recebidas e, mais, que a Comissão Organizadora Central deverá visitar Minas Gerais em missão de propaganda, em princípios de junho próximo. Sôbre o Congresso de Monografias de aspectos municipais dêste ano, comunicou que a Secretaria do Diretória já fez a redistribuïção de editais e instruções a todos os municí-plos, esperando-se grande interesse nos meios culturais de todo o Estado. Foi também, apresentado em plenário o Boletim do Conselho Nacional de Geografia que será publicado men-

salmente, encerrando valiosas informações que interessam à Geografia e assuntos correlatos. Na última parte da ordem do dia, foram assentadas as comemorações para o dia 29 do corrente. "Dia do Estatístico" e aniversário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, constando do programa uma visita ao Governador Benedito Valadares, a quem oferecerão, os ór-gãos regionais, álbums artísticos contendo dia-gramas que fixam tôda a vida do Estado e uma cuidada coletânea de dados estatísticos, como testemunhos do seu reconhecimento pelo prestigioso apóio que tem recebido de S. Excia. A Comissão designada para o exame das contas, pelo seu relator, Sr. Valdemar Tavares Pais, apresenta o seguinte parecer que é aprovado: "A Comissão abaixo, designada pelo exmo. sr. presidente do Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia para examinar as contas dos servicos de levantamento dos mapas municipais do Estado, opina pela aprovação das despesas feita no período de 31 — XII — 1941 a 31 — XII — 1942 na importância de aprovadas moções de congratulações aos Sr. Benedito Quintino dos Santos, pela sua recente eleição para presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e ao Sr. Arcebispo D. Antônio dos Santos Cabral pela comemoração do Jubileu Episcopal de S. Excia revma. Antes de encerrar a sessão o Sr. Dermeval Pimenta agradeceu as referências feitas à sua pessoa, manifestando a sua decisão de trabalhar com tôda a dedicação, também neste setor. para maior engrandecimento de nossa Pátria. Fêz um apêlo aos chefes de serviços técnicos que integram o Diretório, visando uma colaboração perfeita para que sejam vitoriosas as campanhas da instituição, criada com tanto carinho pelo Presidente Getúlio Vargas e prestigiada pelo Governador Benedito Valadares. Termina o Sr. Dermeval Pimenta declarando que podem todos confiar no desejo que o anima de levar o Diretório ao êxito de tôdas as pesquisas e trabalhos de suas atribuições, contando com a colaboração de todos quantos o compõem, na execução de seu patriótico programa.

Instituto Histórico e Geográfico

CONFERÊNCIA DO SR. EDELWEISS TEI-XEIRA — Teve lugar no dia 4 de março, em sua sede social, no Palacete Álvaro José dos Santos, uma reúnião do Instituto Histórico e Geográfico. Ocupou a tribuna o Sr. Edelweiss Teixeira, que dissertou sôbre o tema "Origem da cidade do Japão, de Oliveira", falando a seguir sôbre a monografia "Baependi", do Dr. Alberto Pelúcio.

ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA — Realizou-se no dia 22 de março em sua sede provisória, à rua do Espírito Santo n.º 757, a eleição da nova diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e das comissões permanentes, as quais ficaram assim constituídas:

Para presidente de honra, por proposta do consócio Geraldo Dutra e Morais, foi aclamado o nome do Governador Benedito Valadares Ribeiro.

Presidente, Sr. Benedito Quintino dos Santos; vice-presidentes, Sr. Milton Campos. Coronel Herculano Assunção, Sr. Lourenço Baeta Neves, Sr. Estêvão de Magalhães Pinto e Sr. Cincinato Noronha Guarani; secretário geral, Arnaldo Cathoud; sub-secretário, Sr. Geraldo Dutra de Morais, oradores, Srs. Roberto de

Vasconcelos e Magalhães Drumond; Bibliotecário e encarregado do museu, Sr. Abílio Bar-reto: tesoureiro Sr. Copérnico Pinto Coelho.

Para as comissões foram eleitos: História, — Srs. Afonso Santos, Adolfo Via-na, Valdemar T. Pais, Lúcio dos Santos e Nelson de Sena, Geografia, - Srs. Álvaro da Silveira, Benedito Quintino dos Santos, Tabajara Pedroso e Floriano de Paula, Admissão de Sócios — Srs. José Ribeiro Viana, Tancredo Martins e Décio Jose Ribeiro Viana, Tancredo Martins e Décio de Vasconcelos. Arqueologia, Etnografia e Antropologia. — Srs. Arnaldo Cathoud, Aroldo Valter e Prof. Anibal Matos. Estudos e Redação dos Anais, — Drs. Arduino Bolivar, José Osvaldo de Araújo, Augusto Couto, Manoel Casasanta e Alvora Benício de Paiva. Fundo e Orçamento, — Drs. Mários Casasanta, Coronel Herculoro Assunção e Guerino Casasanta culano Assunção e Guerino Casasanta.

A SESSÃO DE POSSE - No dia 19 de abril foi levada a efeito a solenidade da posse da nova foi levada a efeito a solenidade da posse da nova diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, com a presença do Sr. Dermeval Pimenta, secretário da Viação, autoridades civis e militares, grande número de socios, jornalistas e, pessoas gradas.

O prof. Anibal Matos abriu a sessão, convidando o Sr. Dermeval Pimenta para dirigir os trabalhos

os trabalhos.

Em seguida usou da palavra o presidente do Instituto, prof. Anibal Matos, que proferiu magnifico discurso em que se referiu ao sentido da data, em que comemorava o natalício do presidente Getúlio Vargas.

O Sr. Benedito Quintino dos Santos pronunciou seu discurso da posse no cargo de presidente do Instituto, falando depois o Sr. Dermeval Pimenta, que enalteceu a atuação patriótica do Instituto Histórico e Geográfico.

Junta Regional de Estatística

AS COMEMORAÇÕES DO "DIA DO ESTA-TÍSTICO" FÍSTICO" — Como ocorreu em todo o país, o 'Dia do Estatistico", que transcorreu no dia 29 de maio, data aniversária da instalação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foi comemorado festivamente em Belo Horizonte, por iniciativa da Junta Executiva Regional de Estatística, com a colaboração do Diretório Regional de Geografia e do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

As comemorações tiveram início no dia 28, com a celebração de uma missa, na igreja de Lourdes, em sufrágio das almas dos estatísticos

e geógrafos falecidos.

e geografos infections.
Seguitu-se uma romaria ao Cemitério do Bonfim, levando os funcionários da Geografia e da Estatística flores e coroas aos seus colegas: João Utsch de Carvalho, João Ribeiro Costa, José Ximenes César, Dr. Abílio de Castar De tro, José Ramos de Oliveira, André Bernardo de Barros, Zeni Mercef de Barros, José Drumond, José Ribeiro, Manuel Garcia Vieira, José de Paula e Silva, Deoriano Modesto Guimarães. Gracinda Edwards Santiago, Afonso de Guaira Herberle, e Otacílio Lisboa.

À beira do túmulo do professor José Ximenes César, falou, o Sr. Orlando de Oliveira Vaz.

No dia 29, as solenidades foram iniciadas com uma missa votiva, na igreja de Lourdes com oração congratulatória pela padre Antônio Dutra, que ressaltou o sentido espiritual da função dos estatísticos. Cantou durante o ato religioso um coro formado por funcionários, es-tatísticos, sob a direção do maestro Francisco de Lima Gil.

SESSÃO SOLENE — Às 9,30 horas realizouse uma sessão solene na sede do Departamento de Estatística. Compareceram o representante do governador do Estado, cap. Haroldo Ferretti, representantes dos secretários de Estado e do prefeito Juscelino Kubitschek, além de outras autoridades civis e militares e todos os funcionários de Estatística.

Falaram os Srs. Benedito Quintino dos Santos, credenciado pelos órgãos regionais do I.B. G.E. e pelo I.H.G.M.G.; o Sr. José de Almeida, alto funcionário e técnico da Estatística, e o Sr. Hildebrando Clark, que agradeceu aos geógrafos e estatísticos e a contribuição prestada aos serviços sob sua jurisdição.

Sociedade de Geo-Estatísticos

"SOCIEDADE DE GEO-ESTATÍSTICOS" Pedindo a palavra novamente, o Sr. Benedito Quintino dos Santos sugeriu a fundação de uma sociedade a que atribuiu o nome de "Geo-Esta-tísticos de Minas Gerais", cujo objetivo seria, não só propugnar pelo desenvolvimento dos estudos relacionados com os dois ramos, como, também, retinir os membros de ambos os departamentos e suas famílias, às quais se prestaria a devida assistência. A sugestão do Sr. Benedito Quintino foi unânimemente aplaudida, sendo o seu nome aclamado para presidir a nova Sociedade.

O nome do Sr. Hildebrando Clark foi também aclamado para presidente do Conselho

Fiscal.

Outros oradores ainda se fizeram ouvir, entre os quais o Sr. Xavier Bruno, pela Secção de Estatistica da Municipalidade.

VISITA AO GOVERNADOR VALADARES --seguir estiveram incorporados no Palácio da Liberdade os membros da Junta Regional de Estatística e do Diretório Regional de Geografia, funcionários do Departamento Estadual de Estatística.

Recebidos pelo Dr. João Quadros, chefe do gabinete do governador do Estado falou primeiramente o Sr. Benedito Quintino dos Santos, diretor do Departamento Geográfico, que de improviso exaltou a atuação do governador Benedito Valadares na organização tanto do Departamento de Estatística do Estado, como na do Departamento Geográfico, imprimindo-lhes uma orientação segura e esclarecida e aparelhando-os para que desempenhassem a sua alta função.

Em nome do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais o Sr. Benedito Quintino dos Santos disse que, associando-se aquela entidade às homenagens que eram prestadas ao chefe do govêrno mineiro, fazia entrega do diploma de Presidente de Honra daquele Instituto, que por aclamação fora conferido ao governador Benedito Valadares.

Terminando o diretor do Departamento Geográfico, o Sr. Hildebrando Clark leu a mensagem, que publicamos, dirigida ao Governador Be-nedito Valadares, subscrita pelos membros da Junta Regional de Estatística e Diretório Regio-

nal de Geografia.

Nessa ocasião, foram entregues ao Dr. João Quadros, para que os transmitisse ao governador do Estado, um álbum de gráficos e cartogramas sôbre a vida e atividades de Minas Gerais, uma sinopse estatística com os mais completos e recentes dados estatísticos e a mensagem que acabava de ser lida.

Em nome das entidades ali representadas, a senhorinha Maria Helena Quintino dos Santos ofereceu a D. Odete Valadares uma linda "cor-

beille" de flores.

O Dr. João Quadros, chefe do gabinete do governador, agradeceu em breves palavras aquela homenagem ao chefe do govêrno mineiro e disse que teria muito prazer em transmitir ao governador Benedito Valadares aqueles expressivos documentos.

MENSAGEM AO GOVERNADOR - Foi a seguinte a mensagem que a Junta Regional de Estatística e o Diretório Regional de Geografia dirigiram ao governador Benedito Valadares:

"Exmo. Sr. Dr. Benedito Valadares Ribeiro.

"DD. Governador do Estado.

"Os Estatísticos e os Geógrafos mineiros" têm na pessoa de V. Excia, um Chefe esclarecido, um amigo afetuoso, um guia se-guro e um protetor magnânimo.

Desejando demonstrar a V. Excia, sua estima e seu aprêço por tantos e tão relevantes motivos, resolveram, ao ensêjo do "Dia do Estatístico" e aniversário de fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica que hoje se comemora caloro-samente em tôda a Pátria, trazer a V. Excia. neste manifesto, as expressões mais sinceras de tais sentimentos oferecer a V. Excia. uma Sinopse Estatística do Estado e um álbum de gráficos e cartogramas sóbre o de-senvolvimento de Minas na administração fecunda e patriótica de V. Excia. Nesta sinopse e neste álbum encontrará

Excia, um resumo das cuidadosas e metódicas pesquisas, levantamentos e trabalhos que os órgãos técnicos especializados minei-

ros, têm podido executar.

Tais realizações constam de rigorosa e múltipla coleta de dados estatísticos de to-dos os aspectos: fisiográficos, demográficos, econômicos, culturais, sociais e administrativos; levantamentos geodésicos e topográ-ficos que resultam em cartas primorosas, sistemática e continuadamente executadas, aprimoradas e atualizadas; pesquisas e estudos geo-estatísticos; delimitação do ter-ritorio mineiro, cujas linhas divisórias se encontravam sem demarcações, incertas e controvertidas; todos os trabalhos enfim, basilares à pública administração e à cultura mineira que se vêm realizando em prosseguimento aos que se devem às organizações anteriores e que são hoje mais disciplinadas, intensificadas, engrandecidas e moderniza-das, graças à organização e aos incentivos que V. Excia. houve por bem conceder aos dois Departamentos especializados e que se acham integrados no organismo central que é o Instituto, há 7 anos criado com patriotismo e desvêlo pelo Presidente Getúlio Vargas, ao qual tem dado V. Excia, um apôio decidido e entusiastico.

Ao entregar a V. Excia. tais demonstra-cões de nossas atividades congratulamo-nos sinceramente com V. Excia, pela auspiciosa efeméride, e saudamos respeitosamente ao eminente Chefe do Govêrno da nossa gloriosa Minas, reafirmando a V. Excia. os nossos propósitos de prosseguir sempre com ardor e devotamento nesta obra grandiosa de cultura sob a orientação e o amparo de

Belo Horizonte, 29 de Maio de 1943, 8.º do Instituto. - Benedito Quintino dos Santos, Hildebrando Clark, José do Carmo Flores, Godofredo Prates, Lourival Ferreira Carres, Godofredo Frates, Lourival Ferteira Car-neiro, Déci de Vasconcelos, Armando Ma-chado Portela, J. Xavier Brum, pelo Dr. Otávio Pena, Orlando de Oliveira Vaz, Co-pernico Pinto Coelho, Eduardo Schmidt Monteiro de Castro, Otavio Braga, cap. represen-tante do E.M.R. Olímpio Mourão de Miranda, Marta Klein Teixeira, Maria Stela de Cerqueira Lage, Arinos Câmara, José Ximenes César Júnior e Eurico Arcieri".

Sociedade Mineira de Agricultura

ANTE-PROJETO DO CÓDIGO RURAL — Na sessão realizada no dia 24 de fevereiro, na Sociedade Mineira de Agricultura, foi estudado o ante-projeto do Código Rural, tendo falado vários oradores, ficando por último aprovada a nomeação de uma comissão para acompanhar os trabalhos apresentados pelos interessados sôbre o aludido Código.

O sr. Flávio de Sales Dias fêz interessantes O Sr. Fiavio de Sales Dias les interescentes comentários sôbre o ante-projeto. Depois de uma análise geral, o sr. Flávio Dias elogiou a legislação rural adotada em São Paulo com ótimos resultados para a classe.

Sôbre o assunto, falou depois o sr. Roberto Werneck, dizendo merecer a commisão especial elaboradora do ante-projeto francos aplausos porque vem cuidar da melhoria da situação do trabalhador rural, fazendo desaparecer o regime patriarcal exercido até agora pela majoria dos proprietários sóbre o colono, concedendo-lhes vantagens e garantias e dando-lhes, tam-bém, assistência e instrução. Continuando, disse que o Código merece a coloboração de todos os bons brasileiros para a elaboração de sua redação final, capaz de satisfazer às múltiplas necessidades das classes a que se destina.

Falou, após, o dr. Antônio Aleixo que sa-lientou a ausência de um dispositivo no referido código, que viesse proteger e defender o homem rural quando dedica especial proteção e cuidados aos animais de raça. Secundando as palavras do orador, falou o dr. Edelweiss Teixeira que focalizou interessantes aspectos do problema social do homem do campo. Foi, a seguir nomeada a comissão, composta dos srs. Cândido Gomes de Freitas, Flávio de Sales Dias, Antônio Aleixo, Benedito Coutinho e Roberto Werneck, incumbida de estudar as successão gestões enviadas pelas associações rurais e pelos associados sôbre o assunto em aprêço. Foi posta em destaque a necesidade de ser prorrogado por mais tempo o prazo que consta do ante--projeto para apresentação de sugestões, tendo em vista a enorme extensão territorial do país e complexidade dos problemas agro-pecuários. Ficou aprovado, por último, que a Sociedade mantenha uma perfeita colaboração com as associações rurais do Estado, as quais formularão sugestões capazes de atender às condições de cada região, para elaboração de um trabalho em conjunto.

Sôbre o problema do reflorestamento, foi unânimemente aprovada a proposta apresentada pelo sr. Antônio Aleixo no sentido de se remeter aplausos ao prefeito de Pomba pela criação de um Horto Florestal com o plantio de 50 ml árvores. Em seguida, osr. presidente participou que o Serviço de Divulgação da Sociedade está distribuindo para os interessados uma mono-grafia sôbre Melhoramentos e Conservação das Pastagens, de autoria do técnico Fausto Paulo

SEGURO CONTRA GEADAS, CHUVAS DE PEDRA, MORTE DE ANIMAIS, ETC — ISENÇÃO DE IMPOSTOS — HORTICULTURA — NO dia 31 de março, realizou a Sociedade Mineira de Agricultura uma sessão que foi presidida pelo sr. Cândido Gomes de Freitas

Constou do expediente a moção de solidariedade e apôio que a Sociedade Sul Mineira de Agricultura de Guaxupé enviou à S.M.A., manifestando o seu propósito de participar do Congresso das Associações Rurais de Minas, que

se realizará em Belo Horizonte.

Figurou, também no expediente, uma comunicação dos Centros dos Lavradores de Ubá, lembrando a necessidade da criação de seguros agrícolas contra geadas, chuvas de pedra, morte de animais, etc. Sôbre o assunto, falou o sr. João Viana, que informou já existir modali-Joao Viana, que informou já existir modalidades do aludido seguro em algumas companhias especializadas, assegurando o sr. Flávio de Sales Dias que o govêrno de São Paulo instituiu o seguro em relação ao algodão. Foi ainda motivo de apreciações o decreto do Govêrno, que isenta o produtor rural do imposto de indústrias e profissões e vendas e consignações o qual tem mercido constantes atenções ções, o qual tem merecido constantes atenções da S.M.A. Detendo-se na apreciação de várias

consultas sôbre o assunto, formuladas por agricultores do interior do Estado, o presidente convidou o sr. Flávio de Sales Dias para conferenciar novamente com o sr. Secretário das

Finanças a respeito,

Com a palavra, o sr. João Viana sugeriu que a Sociedade, em prosseguimento da campanha que está desenvolvendo para o fomento da horticultura no município da Capital, solicitasse ao sr. Prefeito de Belo Horizonte ordenar seja feita a ligação de águas nos lotes de terrenos urbanos, afim de que os proprietários possam utilizá-los para a cultura de produtos da pequena lavoura. Aprovando a sugestão, o presidente esclareceu que o assunto tem sido focalizado várias vêzes perante o Prefeito da capital, esperando-se que dentro em breve seja atendida a solicitação da S.M.A. Encerrando a sessão, o presidente submeteu à aprovação da casa a indicação dos srs. Antônio da Costa Barros, Atair Lopes de Rezende e Antônio de Campos Melo para o quadro social.

Sociedade Mineira de Engenharia

DELEGADOS-ELEITORES — Para a eleição dos delegados-eleitores que tomaram parte nas eleições para a renovação do têrço dos Conselhos Federal e Regional de Engenharia e Arquitetura, reuniu-se em assembleia extraordinária, no dia 27 de fevereiro último, a Sociedade Mineira de Engenharia, sob a presidência do engº José de Almeida Campos Júnior. Foi o seguinte o resultado do pleito: para delegado-eleitor junto ao Conselho Federal, o engº Herman Palmeira, e para suplente o eng.º Paulo de Andrade Costa; para delegados- eleitores junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 4.º Região: Nilo Miranda, Iracema Brasiliense, José de Campos Continentino e Amador Parreira Barbosa, suplentes: Aristóteles Juvenal de Faria Alvim e White Lifio Silva.

PARÁ

Instituto Histórico e Geográfico

X CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRA-FIA E 1.º CONGRESSO DE HISTÓRIA DA AMA-ZÔNIA — CENTENÁRIO DO VISCONDE DE TAUNAY — Depois de alguns meses em férias, realizou o Instituto Histórico e Geográfico do Pará no dia 13 de março, uma sessão sob a presidência do professor Avertano Rocha, estando presentes vários membros do Conselho deliberativo.

Após a leitura da ata e das efemérides nacionais e paraenses, o orador da casa falou sôbre o professor Raimundo de Campos Proença, que fôra o último bibliotecário do Instituto, cujo retrato se inaugurava na galeria dos sócios que têm prestado maiores e mais dedicados serviços

à veneranda associação.

Estando presente, em visita, o sr. coronel Mário. Magalhães Cardoso Barata, fêz uma resenha histórica da atuação da família Barata na vida paraense, destacando duas figuras: o coronel do Exército português Francisco Rodrigues Barata, que fora membro da junta governativa do Pará há mais de cem anos, e o então senador dr. Manuel Barata, reputado historiador, cujo nome estava na galeria dos melhores e mais conceituados relevadores dos fatos da história do Pará. A seguir referiu o primeiro govêrno do atual interventor federal, sr. coronel Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, a quem o Estado e, particularmente, o Instituto devia inolvidáveis serviços, citando o fato da cessão da casa em que funcionava a associação

e a publicação de várias edições de sua "Revista" de divulgação de estudos paraenses.

Agradecendo as referências feitas à família Barata e à sua pessoa falou o coronel Mário Barata, focalizando vários fatos e episódios da vida de seu bisavô, coronel Francisco Rodrigues Barata e de seu tio senador Manuel Barata, cuja notável bibliotéca se encontra no Instituto Histórico Brasileiro e que fóra avaliada em cerca de quatrocentos contos de réis. Terminou oferecendo ao museu do Instituto várias recordações do saúdoso historiador paraense No decorrer da seccão o professor Paulo

No decorrer da secção o professor Paulo Eleutério falou sóbre a personalidade e a obra do Visconde de Taunay, cujo centenário decor-

rêra recentemente.

A seguir, o orador referiu-se aos trabalhos, que vão adiantados, da comissão local do X Congresso Brasileiro de Geografia, aludindo aos esforços do seu presidente, capitão de mar e guerra Braz Dias de Aguiar, que tem sido o grande animador da causa, em que está em-penhada a própria cultura nacional. Prosseguindo, o antigo secretário perpétuo do Insti-tuto aludiu à necessidade de ser tornada em realidade, sua antiga proposta já aprovada pelo conselho administrativo, da realização, no Pará, do 1.º Congresso de História da Amazônia, que poderia seguir-se ao Congresso de Geografia, em Setembro próximo, devendo para isso ser feita a necessária propaganda, interessando os Insa necessaria propaganta, interessanto os institutos Históricos do Amazonas, do Acre, do Piauí e do Maranhão, assim como os seus respectivos governos e institutções culturais. O orador fôra eleito presidente da comissão executiva do Congresso, mas por deficiência de seu estado de saúde, pedia permissão para resignar na pessoa do desembargador Jorge Hurley, pesquisador da história e geografia locais, para ao lado do jovem historiógrafo Artur César, Ferreia Reis, levarem avante a idéia do Congresso, não se furtando, porém, de se prestar a sua colaboração, tanto que já possuía um inédito intitulado "A Amazônia no Século XVI", para oferecer aos futuros membros do certame. Depois de tratarem do assunto também os drs. Hurley e Bolivar Bordalo, ficou aceita a reorganização da comissão executiva, sob a presidência de Jorge Hurley.
Usaram ainda da palavra diversos diretores,

Usaram ainda da palavra diversos diretores, tomando parte nos debates os srs. Mário Barata, que lembrou ao Instituto o próximo centenário do aeronauta paraense Júlio César Ribeiro de Sousa, que decorre a 13 de Junho deste ano, historiador Max Fleiuss e antigo parlamentar e ministro J. J. Seabra, propondo votos de pesar

que foram unânimemente aceitos.



PARAÍBA

A remuneração dos prefeitos

O sr. Interventor federal na Paraíba, em ato assinado em abril último, fixou no mínimo de Crs 800,00 e máximo de Crs 3.000,00 o vencimento mensal dos prefeitos do Estado. A remuneração de cada prefeito varia de acôrdo com a importância do município e sua renda.

Instituto Histórico e Geográfico Paraïbano

HOMENAGEM À MEMÓRIA DO ESCRITOR CARLOS D. FERNANDES — Iniciando suas atividades no corrente ano, o Instituto Histórico e Geográfico Paraïbano realizou uma sessão no dia 14 de março.

Após a leitura do expediente, falou o Presidente, sr. Ademar Vidal, sôbre o escritor Carlos D. Fernandes, prestando homenagem à sua memória. Por proposta do sr. J. Veiga Júnior foi aprovado um voto de profundo pesar pelo falecimento de Max Fleiuss, Secretário do Instituto Histórico Brasileiro e sócio correspondente do I.H.G.P.

PARANÁ

Departamento Administrativo do Estado

CANAL DO VARADOURO — No Diário Oficial do Paraná, edição do dia 9 de fevereiro, foi publicado o parecer n.º 2 779, apresentado pelo sr. Flávio Guimarães ao Departamento Administrativo do Estado, opinando pela aprovação do projeto do decreto-lei do sr. Interventor federal, o qual autoriza o Govêrno do Estado a contratar, com pessoa natural ou juridica, que melhores vantagens oferecer, a execução das obras de construção de um canal navegável, a denominar-se Canal do Varadouro, destinado a ligar, por intermédio dos rios Varadouro de São Paulo e do Paraná, as bacias de Cananéia, no Estado de São Paulo, e a de Paranaguá, no Estado do Paraná.

Para financiamento das obras, o govêrno do Paraná entrará em entendimento com o Banco do Estado do Paraná, de acôrdo com as condições e cláusulas que forem pactuadas, ficando, ainda, ressalvado ao Estado do Paraná o direito de organizar uma sociedade anônima com o capital inicial de cinco milhões de Cruzeiros, do qual subscreverá o mínimo de 52%, podendo transferir à sociedade assim organizada a concessão do citado Canal.

Salientando a importância da iniciativa do Govêrno estadual, diz o parecer:

"A interventoria Federal do Paraná submete à deliberação do Departamento Administrativo, o projeto de lei cuja finalidade acentuadamente patriótica e de tantas possibilidades no domínio da economia paranaense visa a ligação dos portos de Para-naguá ao de Cananéia, no Estado de São Paulo, por meio da construção de um Canal, que deverá unir os rios Varadouro dos Estados do Paraná e São Paulo, com a largura de dez metros na base, de modo que permita, fàcilmente, o cruzamento de duas embarcações das que forem usadas na região e seja navegável, em águas mínimas, por veículos de um metro de calado, com revestimento dos taludes de vegetação nativa e com a extensão de quatro mil trezentos e sessenta metros.

O projeto e o orçamento feitos e aprovados pelo Departamento dos Portos importa em Cr\$ 4 948 482,20 (quatro milhões novecentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e dois cruzeiros e vinte centavos) com a seguinte previsão: Modo de pagamento:

Para a limpeza do terreno, máquinas, instalações, acampamentos, saneamento, abastecimento dágua, luz etc.

Na assinatura do contrato 44 prestações de cem mil	Cr\$	500 500,00
cruzeiros, pagamentos		
mensais até novembro		
de 1946	Cr\$ 4	400 000,00
Último pagamento	Cr\$	48 482,20
Total	Cr\$ 4	948 482,20

O Diário Oficial federal de 9 de janeiro de 1942, publica o decreto-lei n.º 3 986, de 2 de janeiro de 1942, o qual autoriza a concessão ao Estado do Paraná para o fim de explorar a construção referida, mediante as normas tra-cadas e que deveriam ser estabelecidas no concadas e que deveriam ser estabelecidas no con-trato que foi, posteriormente, assinado entre a União e o Govérno do Paraná, em 28 de ja-neiro do mesmo ano." A Comissão de Estudos dos Negócios Es-taduais, em sua sessão de 19 de fevereiro,

unânimemente, opinou pela aprovação do mes-

mo projeto.

O sr. Presidente da República, conforme despacho publicado no Diário Oficial de 26 de março último, aprovou, com alterações, o referido projeto.

Departamento Estadual de Estatística

CONSTITUÏÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL Pelo Decreto n.º 1 611, de 15 de fevereiro último, o sr. Interventor federal no Paraná determinou a constituïção do quadro do Departamento Estadual de Estatística, na forma prevista pelo art. 4.º do Decreto n.º 11 164, de 26 de outubro de 1939, no qual figura uma secção cartográfica.

Instituto de Pesquisas Técnológicas

APROVADO O PROJETO DE SUA CRIA-O — Em sua sessão de 2 de abril, a Comis-ÇÃO são de Estudos dos Negócios Estaduais opinou pela aprovação, com pequenas ementas, do propeta aprovaço, com pequenas ementas, do pro-jeto de Decreto-lei da Interventoria no Estado do Paraná criando, no Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas da Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura, o Serviço de Controle Sanitário Animal.

Junta Regional de Estatística

"DIA DO ESTATÍSTICO" - Festejando o aniversário da instalação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foi comemorado no dia 29 de maio, em Curitiba, por iniciativa da Junta Executiva Regional de Estatística, o "Dia do Estatístico".

A comemoração constou de uma cerimônia na sede do Departamento Estadual de Estatística. Ao ato, que teve início às 10 horas, estiveram presentes além do Interventor Manuel Ribas, o diretor geral do D.E.I.P., o Delegado Regional do Trabalho, o representante do Prefeito Municipal, o major chefe da 4.ª secção do Estado Maior da 5.ª R.M., o diretor de Receita, da Secretaria da Fazenda, o representante do Conselho Regional de Geografia, o Contador Central da Secretaria de Fazenda, o chefe do Serviço de Bio-Estatística do Departamento de Saúde, o representante do Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública, os prefeitos Municipais de Paranaguá e Cornélio Procópio, o diretor do Diário da Tarde, o secretário do Departamento Administrativo, o chefe do Serviço de Estatística da Prefeitura Munido Servido de Estatistica da Freesidia a mani-cipal e outras pessoas gradas. Presidiu a ceri-mônia o Sr. Lauro Scheleder, diretor geral do Departamento Estadual de Estatística que abriu a sessão pronunciando em seguida vibrante oração sôbre a importância da estatística no grave momento que atravessamos, salientando o papel que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística vem desenvolvendo em nosso país e pondo em relêvo os trabalhos realizados pela repartição que dirige com o concurso dos Agentes Municipais de Estatística e do auxílio dos funcionários do quadro interno do D.E.E. Falaram, ainda, o Sr. José Nicolau dos Santos, em nome do Conselho Regional de Geografia e o bacharelando Nélson Prado em nome dos funcionários da estatística.

Museu Coronel Daví Carneiro

Instituiição de real valor, o Museu Daví Carneiro é uma iniciativa particular que merece o mais amplo apôio do Poder Público.

Estabelecimento modelar no gênero, êsse Museu já mereceu dos Governos Federal e Estadual o reconhecimento de utilidade pública.

Não visa qualquer interêsse pecuniário, e vem, desde a sua fundação, em 1928, prestando

os melhores serviços para o progresso nacional.

O Município de Curitiba, bem compreendendo a elevada finalidade dêsse estabelecimento, vem de apresentar à elevada apreciação do Sr. Presidente da República um projeto de decreto-lei concedendo isenção dos impostos municipais, na parte que se refere ao prédio ocupado pelo Museu Coronel Daví Carneiro.

É, essa, uma atitude do Govêrno Municipal de Curitiba que merece o mais decidido apôio por parte dos poderes competentes, pois que visa amparar uma iniciativa particular que sobremodo tem auxiliado a preservação do patri-

mônio histórico paranaense.



Realizações do Estado Novo

No dia 13 de março, foi inaugurada, em Recife, no hall do Grande Hotel, a Exposição das Realizações do Estado Novo em Pernambuco.

A mostra, organizada pelo Departamento
Estadual de Imprensa e Propaganda, constou
de gráficos e fotografias dos trabalhos realizados no qüinqüênio 1937-1942 nos diversos
setores da administração, assim como a obra
levada a efeito pela Liga Social contra o Mocambo.

Encerrada a Exposição, o material foi apresentado às populações do interior, em diversos municípios do Estado.

Escola de Engenharia

COMEMORAÇÃO DE FORMATURA DA TUR-MA DE 1918 — No dia 4 de abril último, os engenheiros diplomados em 1918 pela Escola de Engenharia de Pernambuco comemoraram o 25.º aniversário de sua formatura, tendo sido obser-

vado o seguinte programa:

a) Missa em ação de graças na igreja de Nossa Senhora de Fátima, comparecendo os engenheiros e suas famílias; b) excursão à cidade de Triunfo, tendo sido visitadas as obras de engenharia realizadas no percurso; c) almôço regional naquela cidade sertaneja, durante o qual foram lidas as impressões de cada um dos componentes da turma sôbre a vida profissional e sua projeção a serviço do Brasil. Depois da comemoração, foram reunidas em plaquete essas impressões, como lembrança do 25.º ani-

essas impressoes, como lembrança do 25.º am-versário da formatura. São os seguintes os engenheiros formados pela tradicional Escola de Engenharia de Per-nambuco, em 1918: Gercino de Pontes, Isaac Gondim, Alvaro Celso, Nogueira Batista, José Sabino Pinheiro, José Arruda, Aderbal Duarte e Manuel Caminha Sampaio.

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Manuel Nóbrega

CONCEDIDA AUTORIZAÇÃO PARA O SEU FUNCIONAMENTO — O Diário Oficial de 2 de março último, publicou, na integra, o parecer n.º 9 da Comissão de Ensino Superior, do Conselho Nacional de Educação, opinando seja con-

cedida autorização para funcionamento dos cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Manuel Nóbrega, de Recife, fundada pela So-ciedade Nacional de Instrução, mantenedora do Colégio Nóbrega, em Recife, e Antônio Vieira, na Baía.

Entre as cadeiras que constam dos cursos Entre as cadeiras que constam dos cursos figuram as seguintes, com os respectivos professores: Sociologia — dr. Antônio Vicente de Andrade Bezerra; Estatística Geral e Aplicada — eng. Antônio Bezerra Baltar; Geologia e Paleontologia — agrônomo Apolônio Jorge de Faria Sales. Mineralogia e Petrografía — químico Adauto da Silva Teixeira; Geografía Física — bacharel em Direito Gilberto Osório de Oliveira Andrade; Geografía humana — bacharel em Direito Décio de Lira Rabelo: Geografía charel em Direito Décio de Lira Rabelo; Geo-grafia do Brasil — bacharel em Direito João Feliciano da Mota Albuquerque Filho; Antropologia e Etnografia — dr. José Mariz de Morais, médico; Estatística Educacional - engenheiro industrial Paulo Acioli Pimentel.

Figurando entre os professores dois súditos do Eixo e 5 outros estrangeiros, propôs a Co-

missão:

"1.º que os professores D. Anselmo João Fuchs O. S. B., alemão, e P. Guido Barra, italiano, súditos do Eixo, só poderão figurar como professores e apenas na categoria de con-"1.0 tratados, ouvida, preliminarmente, a autoridade competente;

2.º que os professores P. Antônio Maria de Castro Simas, S. J., P. Antônio Fernandes da Silva Lamego, portugueses e P. Thomas Patrick Digman S. J., irlandês, sejam considerados contratados e não catedráticos efetivos."



PIAUÍ

Aéro Clube

ELEIÇÃO DA DIRETORIA - Pela assembléia geral realizada no dia 6 de fevereiro, foi eleita a diretoria do Aéro Clube do Piauí, a qual ficou assim constituída:

Sr. Lindolfo do Rêgo Monteiro, presidente; dr. Cícero da Silva Ferraz, vice-presidente; sr. João Rodrigues de Almeida, secretário; sr. João João Rodrigues de Almeida, secretario; sr. João Batista Carneiro, sub-secretário; prof. Agripino Oliveira, tesoureiro; sr. Miguel Sadí, sub-tesoureiro; sr. Iberê Reis, diretor técnico; sr. Luiz Carvalho Cruz, sub-diretor técnico; sr. Robert Wall de Carvalho, diretor de propaganda. Conselho Fiscal; Rivadávia Couto, Valdir Couto Carvalho e dr. João Mendes de Melo. O Aero Clube do Piauj prestou uma homensem ao sr. Interdo Piauí prestou uma homenagem ao sr. Interventor federal no Estado, benemérito do Clube, aclamando-o seu presidente de honra.

Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda

EXPOSIÇÃO DE FOTOGRAFIAS E CARTAS GEOGRÁFICAS — Organizada pelo D.E.I.P., foi inaugurada no dia 3 de maio, em homenagem ao transcurso do 8.º aniversário de govêrno do sr. Interventor Leônidas Melo, uma exposição de fotografias e mapas atualizados, dos Municípios do Estado. O certame despertou o máximo interêsse e obteve completo êxito, sendo encerrado no dia 16 daquele mês.

Junta Regional de Estatística

"DIA DO ESTATÍSTICO" - No dia 29 de maio, a Junta Executiva Regional de Estatística do Piauí realizou uma sessão conjunta com o Diretório Regional de Geografia afim de manifestar suas congratulações ao Presidente da República e ao interventor Federal no Estado presidente e órgãos deliberativos do I.B.G.E., Sociedade Brasileira de Estatística e Agências Municipais de Estatística do Piauí por motivo da comemoração do "Dia do Estatístico". Durante o dia foram exibidos pelo Departamento Estadual de Estatística vários filmes documentários sôbre as realidades piauïenses, a inauguração de Golânia e as atividades da Legião Brasileira de Assistência.

*

RIO DE JANEIRO

Comissão Especial de Estudos da Divisão

REUNIÃO DA COMISSÃO — Reuniram-se no dia 27 de abril, na sala de retiniões do Departamento das Municipalidades, os membros da Comissão Especial de Estudos da Divisão Administrativa do Estado: srs. Mário Alves, Brito de Magalhães, Luiz de Sousa e Hermes Cunha, sob a presidência do sr. José Matoso Maia Forte, tendo deixado de comparecer os srs. Francisco Steele e Rui de Almeida. Após a aprovação da ata da sessão anterior, pelo sr. Luiz de Sousa, foi lido um ofício, dirigido ao Diretório Regional de Geografia, pelo sr. Cristóvão Leite de Castro, Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia, remetendo cópia da carta em que o cidadão Artur N. de Carvalho apresenta sugestões sõbre a mudança do nome da cidade de Cachoeiras. O sr. presidente determinou que se tirasse cópia da mesma, afim de que fôsse melhor estudada pela Comissão.

Ao sr. Mário Alves foi distribuído o expediente, para relatório, constando de sugestões apresentadas pelos prefeitos municipais de Bom Jardim e Itaocara. Nada mais havendo a tratar, foi levantada a sessão.

Departamento Estadual de Estatística

"DIA DO ESTATÍSTICO" — Comemorando o 7.º aniversário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foi festejado em Niterói o "Dia do Estatístico".

Além das cerimônias oficiais privativas da própria organização, a estatistica fluminense encomendou missa votiva, às 10 horas, na Matriz do Ingá, a qual foi rezada por monsenhor Carlos Maria do Amaral, presentes altas autoriades, funcionários especializados, delegações de organizações classistas, colégios e representações do comércio e da indústria. O ato religioso teve acompanhamento orquestral sendo precedido de uma prédica do vigário local sôbre a cooperação e a confraternização a serviço da estatistica.

Nos demais municípios do Estado, por iniciativa dos prefeitos, idênticas comemorações foam levadas a efeito.

Departamento das Municipalidades

AS ENCHENTES DE DEZEMBRO A JANEIRO — DESPACHO DO SR. INTERVENTOR FEDERAL SÓBRE O PLANO DE AUXÍLIO AOS MUNICÍPIOS ATINGIDOS — Na exposição do sr. Diretor do Departamento das Municipalidades do Estado do Rio sóbre a situação das Prefeituras atingidas pelas enchentes de dezembro e janeiro últimos, as quais acarretaram grandes prejuízos em vários setores, o sr. Interventor federal naquele Estado, proferiu o seguinte despacho, publicado no Diário Oficial estadual de 3 de abril dêste ano.

"Tomando conhecimento da exposição do Departamento das Municipalidades sóbre a situação dos municípios atingidos pelas enchentes de dezembro e janeiro últimos, às quais acarretaram grandes prejuízos, sobretudo às pontes e estradas, aprovo o plano de auxílio financeiro por parte do Estado, recomendando o seguinte:

O Departamento das Municipalidades deverá:

 a) organizar os projetos das obras de arte de maior vulto e orientar, através de sua Divisão de Engenharia, as Prefeituras que não disponham de serviços especializados;

 b) aproveitar, durante o correr do exercício, todo o excesso de renda porventura arrecadado por esses municípios e as economias oriundas da compressão de despesas na reconstrução dos respectivos sistemas rodoviários;

 c) indicar as verbas de que possam ser transferidas e saldos disponíveis para formar o quantitativo necessário de acôrdo com o

presente despacho.

As Prefeituras contempladas são as seguintes: — Itaperuna. Cr\$ 100 000,00; Pádua, Cr\$ 50 000,00; Cantagalo, Cr\$ 50 000,00; Itaocara, Cr\$ 50 000,00; São Fidelis, Cr\$ 40 000,00; Miracema, Cr\$ 25 000,00; Vassouras, Cr\$... 25 000,00; Bom Jardim, 25 000,00; Carmo, Cr\$ 20 000,00.

O auxílio será concedido em duas etapas: — a primeira imediata, e a outra no segundo semestre, logo que as finanças

do Estado o permitam.

O auxilio pedido para o município de Paratí, afim de ser reconstruída a ponte de atracação, não é atendido, visto já ter sido determinada a execução dêsse serviço pelo Departamento de Engenharia da Secretaria de Viação e Obras Públicas."

Secretaria de Viação e Obras Públicas

CARTA DO ESTADO — Pelo sr. Interventor federal no Estado do Rio de Janeiro, conforme expediente publicado no Diário Oficial local, edição do dia 20 de março, foi autorizada a entrega, como adiantamento, ao engenheiro Benjamin F. Kingston, chefe do Serviço de Demarcação da Linha Divisória do referido Estado com o de Minas Gerals, a quantia mencionada no oficio do sr. Secretário de Viação e Obras Públicas, para atender a tôda e qualquer despesa, realizada ou a realizar, com os serviços da Carta do Estado.

CONTRATADO UM ENGENHEIRO ARQUI-TETO — O Diário Oficial local, edição do dia 31 de março, publica o têrmo do contrato de locação de serviços entre o Estado do Rio de Janeiro e o engenheiro arquiteto Libertário Botino, que exercerá a função de arquiteto do Corpo Técnico Especializado da Secretaria de Viação e Obras Públicas.

*

RIO GRANDE DO NORTE

A Reünião de Estudos dos Vales Úmidos do Nordeste

Contrastando com as zonas sujeitas às sêcas calamitosas, de longas estiagens, existe no Nordeste a região dos vales úmidos, nas proximidades do oceano, até agora práticamente não aproveitadas e impaludadas, que exigem para o seu aproveitamento a desobstrução dos rios, evitando-se, assim, as águas acumuladas e estagnadas, onde proliferam os anofelinos trans-

missores da malária. Para a zona das sêcas, no alto sertão, a técnica aconselhou, como solução, a açudagem, as barragens, que retenham as águas fluviais, formando reservatórios para

as épocas de estiagem.

Os vales úmidos do Nordeste requerem porém, outra solução e para estudar os seus problemas, o Departamento Nacional de Obras do Saneamento promoveu em Natal, de 6 a 9 de abril último, uma Reünião de Estudos dos Vales Úmidos do Nordeste, fixando-se um plano de ação no sentido de se proceder à conquista de novos territórios, para desenvolvimento regular e intenso da produção agrícola (vale).

Na Reunião, foram examinados os aspectos essenciais do problema, como saneamento, colonização, transportes, organização econômica, fixação do homem ao solo, financiamento e

ação governamental.

DECLARAÇÕES DO SR. SECRETÁRIO DA AGRICULTURA SÓBRE O CONCLAVE DE NA-TAL — Antes de seguir para Natal onde representou o Govêrno da Paraíba na Reünião de Estudos dos Vales Úmidos do Nordeste, o sr. José Joffly Bezerra, secretário da Agricultura do mesmo Estado, prestou as seguintes declarações à imprensa de João Pessoa.

"A organização da importante reünião de Natal deve-se ao engenheiro Camilo de Menezes, do Departamento Nacional de Obras de Saneamento e chefe do Distrito

do Nordeste.

Com o apôio do general Newton Cavalcanti, objetíva dar o máximo impulso à Batalha da Produção, iniciativa oportuna e de extraordinária repercussão, visando rápida e completa solução do abastecimento das populações nordestinas e das unidades de tropas sediadas nesta região.

O aproveitamento dos vales — A dedelegação da Paraíba apresentará várias sugestões de maior interêsse que visam o aproveitamento dos vales do nossos rios litorâneos, tais como o Guajú, o Miriri, o Gramame, o Mumbaba, o Cuiá, o Abiá e o Jaguaribe, sem falar no vale do Camaratuba, onde o Interventor Rui Carneiro realizou e continúa ampliando uma obra notável, que vale como um marco inapagável no quadro geral de sua proficua administração.

Em Camaratuba temos um exemplo típico do que se poderá fazer com relação aos demais rios da zona úmida da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

`Acoreamento"-- Os cursos rios litorâneos, continuou, sofrem um pro-cesso que denominamos de "açoreamento". É um lento e ininterrupto enfraquecimento de sua correnteza devido à ação dos vegetais, a exemplo dos juncos e de outros mais, que vão se retrançando de tal sorte. ao longo dos cursos dágua, a ponto dêstes se tornarem extensas zonas estagnadas e insalubres, dando margem ao abandono da insatures, dando margem ao abando su maioria de sua população que não quer se consumir pela malária. Espraiando-se em zona de uma topografia regular, sem acidentes de grande importância, os rios dêsse tipo correm em sinuosidades que, com o tempo, vão-se multiplicando devido ao crescimento da vegetação densa e emaranhada. Esta, aos poucos rouba tôda a energia das correntes dágua. Dai decorre o abandono de cada vale úmido, a sua estagnação e, lògicamente a completa ausência de trabalhos agrícolas.

Drenagem e movimentação das águas — Mas, disse o sr. José Joffly, essa terra, assim paludosa e doentia acumula grandes reservas de matéria orgânica, paúes fertilíssimos que, à ação de processos de drenagem e movimentação das águas paradas, podem se tornar, de um dia para outro, celeiro das populações que porventura alí habitem, concorrendo para sua definitiva fixação. É êsse o fio condutor do problema e que ocupará a nossa atenção no decorrer dos trabalhos da Reünião de Natal. Apresentaremos sugestões no sentido de se processar a desobstrução dos leitos da maioria dos rios do litoral paraibano, fazendo-se abertura de drenagens, retificação de cursos e, por fim, a cultura das terras das bacias que lhes pertencem".

A ação de dois governos — "Essa tarefa, entretanto, já foi cuidada desde muito tempo, embora sem a amplitude e a intensidade que merece, tal como acontece

hoje em Camaratuba.

Possivelmente creio que foi no govêrno do ex-presidente Solon de Lucena que se procedeu ao saneamento do curso do rio Jaguaribe, visando-se, sobretudo, as zonas próximas desta capital. Depois, o ex-interventor Antenor Navarro, com sua visão extraordinária de homem de govêrno, antecedendo-se aos nossos dias, tratou da desobstrução do rio Sinimbu, no município de Mamanguape, conseguindo arrancar da esterilidade quase absoluta, cêrca de mais de 500 hectares de terras, os quais passaram a dar os melhores rendimentos, ficando menos sujeitos às endemias, que infestam aquele trecho de território paraïbano outrora rico e intensamente produtivo.

A obra foi projetada e executada pelo engenheiro Joffly Pereira da Costa que, a propósito, escreveu um importante estudo, divulgado naquela época pela "A União."

Areas de produção e transportes — "Com essa conquista pacifica de territórios próximos aos grandes centros consumidores, poderemos dar mais um passo de máxima relevância, na solução do problema de abastecimento das populações nordestinas, hoje extraordináriamente aguçado devido à guerra e a outros fatores, tais como as sêcas dos dois últimos anos. Saneamento, drenagem, retificação dos cursos dágua de extensas zonas do nosso litoral, tudo isso será objeto das nossas exposições, na qualidade de representantes da Paraíba, perante a Reúnião da capital do Rio Grande do Norte.

Trataremos ainda, na parte de estudos topo-hidrográficos, do conhecimento do regime dos rios em aprêço, ao lado do aproveitamento intensivo das suas bacias. Afóra isso, abordaremos também a questão de transportes, apresentando indicações sôbre as vantagens para construção de uma rodovia ligando diretamente Sta. Rita a Mamanguape sem passar por Sapé, o que fará uma redução de metade do atual trajéto. Depois, lembraremos a construção de outra estrada de rodagem, ligando ainda Mamanguape a Guarabira e que deverá atravessar a zona ricamente produtiva de Araçagí e outras mais, de modo que chegássemos a contar com uma ligação efficiente e reduzida ao máximo, entre os nossos centros produtores das zonas úmidas e os grandes centros consumidores."

RIO GRANDE DO SUL

Empréstimo para a aquisição de maquinária para exploração de cobre

O sr. Interventor no Rio Grande do Sui assinou, no dia 16 de março, o Decreto-lei n.º 335, pelo qual ficou autorizado o Govêrno do

Estado a contrair com o Banco do Brasil um empréstimo de cinco milhões de cruzeiros, destinado a custear as despesas com a aquisição e transporte de maquinária adquirida do Govêrno do Uruguai para exploração do cobre no Estado. O empréstimo será amortizado mediante o pagamento de semestralidades iguais, dentro do prazo de 10 anos, vencendo os juros de 7% ao ano.

Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia

DESIGNAÇÃO DE NOVO MEMBRO - Conforme expediente publicado no Diário Oficial do Rio Grande do Sul, do dia 17 de abril, o sr. Interventor federal interino nomeou, de conformidade com o art. 2.º, parágrafo 2.º, alinea b, do Decreto n.º 7 163-B, de 11 de março de 1938, o dr. Caio Brandão de Melo, representante da Secretaria da Educação e Cultura, membro efetivo do Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia, com as funções definidas no respectivo regulamento e consideradas de relevante serviço público.

Por outro ato, publicado no mesmo Diário Oficial, foi exonerado, a pedido, das mesmas funções o dr. Herófilo Azambuja, em virtude de ter sido nomeado Diretor Geral da Secretaria

do Interior.

SANTA CATARINA

Interventoria Federal

REUNIÃO DOS PREFEITOS MUNICIPAIS — Sob a presidência do sr. Interventor federal, realizou-se, em Florianópolis, nos dias 15, 16 e 17 de março, uma reunião dos 44 prefeitos catarinenses:

Nessa reunião foram debatidos vários problemas administrativos e traçadas normas para a solução dos que dependem da ação conjugada dos poderes estaduais e municipais. Encarouos poderes estatuais e inimençais. Encatores e-se a possibilidade da extinção de alguns impostos e taxas e a substituição de outros, de maneira que não fiquem as administrações municipais privadas dos indispensáveis recursos financeiros.

A uma das reŭniões compareceu a Presidente da Comissão Estadual da Legião Brasi-leira de Assistência, senhora Nereu Ramos, e à outra, o sr. Nemésio Heusi, representante do setor de preços da Coordenação da Mobilização Econômica. Foram tomadas, nessas reü-niões, deliberações para intensificação dos tra-balhos da Legião no Estado e para melhor articulação entre as Comissões municipais e a Comissão estadual de preço no sentido do aperfeiçoamento dos seus serviços.

Foi assinado o Convênio estadual do ensino primário que será submetido ao Departamento administrativo para a sua ratificação. Segundo o Convênio, os municípios empregarão 15% da sua renda de impostos no desenvolvimento do

ensino primário.

Ao término dos trabalhos, foi passado ao sr. Presidente da República um telegrama em que se lhe reafirmou solidariedade.

A EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇS DE ABAS-TECIMENTO DÁGUA E ESGOTOS NOS MUNI-CÍPIOS — O sr. Interventor federal em Santa Catarina, no dia 9 de abril último, assinou o Decreto-lei n.º 761, que dispõe sôbre a implantação ou remodelação e sôbre a exploração dos serviços de abastecimento dágua e esgotos nos Municipios catarinenses, agrupados para êsse

fim, de acôrdo com o art. 29 da Constituïção Federal. O art. 1.º autoriza o Interventor a firmar acôrdo com os Municípios de Florianópolis, Blumenau, Itajaí, Joinvile, Laguna, Lages, Rio do Sul, São Francisco e Tubarão, sôbre assunto de que trata o decreto.

Para garantia caucionária de financiamento dos trabalhos, obras, desapropriações e instalações relativos aos empreendimentos de que trata o decreto-lei, o Estado, a juízo do Interventor Federal, poderá emitir, sob a denominação de "Obrigação Sanitária", um título representativo do crédito correspondente às vinte quotas semestrais de investimento das taxas dáguas e de esgotos para cada terreno edificado ou não, atingido pelo plano dêsses melhora-mentos em cada uma das cidades referidas. O valor nominal de cada "Obrigação" será

igual ao montante das vinte quotas semestrais de investimento das taxas dágua e de esgotos. devidas pelo terreno a que ela se refira e ex-presso em dezena de cruzeiros por inteiro, aproximando-se para mais de dez cruzeiros as frações desta importância iguais ou superiores a cinco cruzeiros e desprezando-se as inferiores.

Cada obrigação será constituída: de uma parte principal, na qual se mencionarão, além dos detalhes indispensáveis à perfeita caracterização do terreno a que se refira, os respectivos valor nominal e número de emissão; e de uma parte accessória, formada por vinte coupons picotados, cada um deles contendo, além do número de emissão, a importância da quota semestral do investimento que represente.

Instituto de Educação

CONFERÊNCIA DO PROFESSOR ROGER BASTIDE - No Instituto de Educação de Florianópolis, realizou-se, no dia 11 de março, a cerimônia da abertura dos cursos sob a presi-

dência do sr. Interventor federal no Estado.
O sociólogo francês, prof. Roger Bastide,
da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, então em visita ao Estado de Santa Catarina, realizou uma conferência, dissertando sôbre os diversos aspectos da preparação profissional, intelectual e moral do educador.

O prof. Roger Bastide foi apresentado ao auditório pelo prof. João Roberto Moreira, di-retor do Instituto de Educação.

Instituto Histórico e Geográfico

HOMENAGEM AO PROF. ROGER BASTI-DE — Na sêde da filial da Cruz Vermelha Brasileira em Florianópolis, o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina prestou, no dia 12 de março, uma homenagem ao prof. Roger Bastide, da Universidade de París e da Facul-dade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, oferecendo-lhe um almôço em sinal de reconhecimento pela valiosa colaem smai de reconnecimento peia vanosa cola-boração que prestou ao Instituto por ocasião da comemoração do octogésimo aniversário de Cruz e Sousa. O almôço foi presidido pelo Interventor dr. Nereu Ramos, tendo o dr. Ivo d'Aquino feito a saüdação ao homenageado que respondeu fazendo um brinde ao chefe do Govêrno estadual.

A noite, o Instituto realizou uma sessão ainda em homenagem ao prof. Bastide, que foi saüdado pelo prof. Henrique Fontes, presidente do Instituto.

SUBVENÇÃO ESTADUAL — Ao Instituto BUDVENÇAU ESTADUAL — Ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, o sr. Interventor federal no Estado, pelo Decreto n.º 736, de 25 de março dêste ano, concedeu a subvenção de Cr\$ 6 000,00. VOLTOU A CIRCULAR A "REVISTA DO INSTITUTO" — Com a sua circulação suspensa desde 1921, voltou a circular em Abril último a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. O 1.º número dessa nova fase, correspondente ao primeiro semestre dêste ano insere matéria de interêsse histórico. A direção da Revista está entregue ao sr. Carlos da Costa Pereira, tendo como redatores os srs. Osvaldo S. Cabral e Eliezar S. Carvalho.

CENTENÁRIO DO MARECHAL XAVIER DA CÁMARA — Comemorando o centenário do Marechal Xavier da Câmara, realizou o Instituto uma sessão solene no dia 19 de maio, a qual foi presidida pelo capitão Asteróides Arantes, representante do sr. Interventor federal no Estado. O desembargador Henrique Fontes, presidente do sodalicio, ao abrir a sessão, fez o elogio do Marechal Câmara, dando a seguir a palavra ao professor Custódio de Campos que proferiu uma conferência recordando a atuação do homenageado.

SÃO PAULO

Conselho Estadual de Bibliotecas e Museus

ANTE-PROJÉTO DE SUA CRIAÇÃO — No Palácio dos Campos Elíseos, realizou-se, no dia 27 de fevereiro, a cerimônia da entrega ao sr. Interventor federal em São Paulo do ante-projéto de criação do Conselho Estadual de Bibliotecas e Museus, elaborado por uma comissão constituída pelos srs. Paulo Assunção, presidente, Rui Nogueira Martins, prof. Luiz Galhanone, Arí Ferreira Mota, Osmar Pimentel e Rubens Borba de Morais.

Rubens Borba de Morais.

Falaram o sr. Paulo Assunção, Interventor
Fernando Costa, e o sr. Teotônio Monteiro de
Barros Filho, secretário da Educação.

O Conselho Estadual de Bibliotecas e Museus tem por objetivo habilitar os poderes públicos a iniciar os primeiros passos na divulgação do livro e da cultura, mediante a organização racional das bibliotecas públicas e museus locais.

Compete ao Conselho: a) servir de órgão consultivo de Govêrno em matéria de Bibliotecas e Museus; b) organizar e orientar as bibliotecas no Estado, incentivar o seu desen-volvimento e prestar tôda assistência técnica e cultural às instituïções, públicas ou particula-res, que a solicitarem; c) estabelecer as bases para a unificação e padronização dos servicos para a diffineação e patronização dos serviços técnicos nas bibliotecas do Estado e dos Municípios, solicitando às autoridades competentes as medidas necessárias para regularizar o respectivo trabalho quando em desacôrdo com a orientação geral estabelecida; d) promover, nos municípios, a criação de bibliotecas, discotecas e museus locais, onde se conservem documentos de qualquer natureza relacionados com a história local e suas personalidades eminentes; e) manter intercâmbio e articulação com insti-turções congêneres do país e do estrangeiro, especialmente o Instituto Nacional do Livro; f) adquirir livros e distribuí-los às bibliotecas; g) concorrer para o aperfeiçoamento técnico dos bibliotecários, seja mediante a vulgarização de obras sobre biblioteconomia, seja mediante a vugarização de obras sobre biblioteconomia, seja mediante cursos e estágios especiais; h) fazer a propaganda do livro através dos diversos meios de publicidade e promover reúniões e congressos bibliotecários; i) orientar, de acôrdo com as Prefeituras, as atividades das comissões Municipais de Bibliotecas.

UMA COMISSÃO EM TODOS OS MUNICÍ-PIOS — Em todos os Municípios haverá uma comissão Municipal de Biblioteca, composta de cinco membros nomeados, mediante portaria, pelo Prefeito, e escolhidos entre as personalidades que, pela sua cultura intelectual, sejam merecedoras dessa distinção, todos com mandato de dois anos.

à Comissão Municipal de Biblioteca, compete: a) sugerir ao Prefeito tôda e qualquer providência visando a administração e a organização da biblioteca e secções anexas sob mé-Inização da oblitoteca e secções anexas son me-todos e sistemas modernos, de forma a poder atingir, com eficiência, os seus objetivos cul-turais; b) propôr ao Prefeito, nos limites das dotações orçamentárias, a aquisição de obras para a formação do acervo bibliográfico; c) representar ao Prefeito sôbre as falhas e omissões que notar com relação não só aos serviços técnicos e administrativos da biblioteca, como ao respectivo mobiliário, visando a sua melhor disposição, o confôrto dos consulentes e a higiene do local; d) indicar os nomes dos funcionários que devam ser nomeados interinamente, nos casos a que se refere o art. 10: e) promover por todos os meios ao seu alcance o maior desenvolvimento da biblioteca, inclusive pedido de doações de obras aos amigos da biblioteca; f) providenciar e orientar, quando julgar oportuna, a organização junto à bi-blioteca, das secções de hemeroteca e disco-teca e de um museu local.

Faculdade de Filosofia de São Bento

CURSOS DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA, MATE-MÁTICA E FÍSICA — Na edição do dia 2 de março dêste ano, do *Diário Oficial*, foi publicado o parecer n.º 73, da Comissão de Ensino Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao reconhecimento dos Cursos de Geografia e História, Matemática e Física da Faculdade de Filosofia de São Bento, de São Paulo.

Instituto Geográfico e Geológico

CONTRATO DE UM TÉCNICO — Pelo sr. Presidente da República, conforme expediente publicado no Diário Oficial de 2 de março último — Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais — proc. n.º 1 303-43 — foi dada autorização para contratar Oswey Biniamowsky, para os serviços especializados de engenharia de minas, no Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo.

Instituto de Pesquizas Tecnológicas

CRÉDITO PARA A AMPLIAÇÃO DA USINA METALÚRGICA — Pelo sr. Presidente da República, conforme expediente publicado no Diário Oficial de 15 de março, aprovou o Decreto-lei que abre o crédito de Cr\$ 500 000,00, à Secretaria de Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo, destinado às despezas de ampliação da Usina Metalúrgica do Instituto de Pesquizas Teconógicas do referido Estado.

SERGIPE

Colégio de Sergipe

AULA INAUGURAL DO PROFESSOR FELTE BEZERRA — Realizou-se no dia 16 de merço no Colégio de Sergipe, em Aracajú, a cerimônia do início do período letivo, presentes os corpos docente e discente. Após falar o diretor do estabelecimento, foram lidos os artigos do regulamento, referentes aos deveres dos alunos. Em seguida, foi hasteado o Pavilhão Nacional, enquanto os presentes entoavam o Hino Nacional.

Proferindo a aula inicial, falou o professor dr. Felte Bezerra, que expós a origem e desenvolvimento da ciência geográfica até a geografia moderna, salientando a importância dessa ciência no quadro das ciências sociais. Por último, falou o professor José Augusto que fêz uma exortação aos estudantes.

Departamento do Serviço Público

PROGRAMA DE HISTÓRIA E COROGRA-FIA DO BRASIL, DO CONCURSO PARA RE-VISOR — O sr. Diretor do Departamento do Serviço Público, do Estado de Sergipe, em portaria baixada no día 29 de março, aprovou as instruções para as provas de habilitação para o lugar de revisor (extranumerário), entre os quais figuram noções de História e Corografia do Brasil, de acôrdo com o seguinte programa: Programa de História do Brasil: 1.º O Brasil Colônia; 2.º Indepenidência, o Primeiro Império e a Regência; 3.º O Segundo Império, Caxias e Osório; 4.º A República. Programa de Corografia: 1.º Principais rios do Brasil; 2.º O São Francisco; 3.º Agricultura brasileira; 4.º Pecuária no Brasil; 5.º Fronteiras do Brasil.

Escola de Comércio "Conselheiro Orlando"

NOMEADO PROFESSOR DE GEOGRAFIA ECONÔMICA — O sr. Interventor Federal em

Sergipe, por decreto de 15 de março dêste ano, designou o bacharel João de Araújo Monteiro para reger a cadeira de Geografia Econômica, do Curso Superior de Administração e Finanças da Escola de Comércio "Conselheiro Orgando", percebendo a gratificação de magistério.

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO — O sr. Interventor federal em Sergipe, por decreto de 20 de março, tendo em vista a proposta da Diretoria do Instituto de Química, resolveu designar o professor catedrático da cadeira de Fisica, Química e História Natural da Escola de Comércio "Conselheiro Orlando", José Barreto Fontes, para, em comissão, especializarsen na Escola Superior de Agricultura e Química Industrial de Pernambuco, em estudos físico, químico e biológico dos solos, sem outras vantagens além das de metade de seus vencimentos.

Rotary Clube

CONFERÊNCIA — Na reunião realizada pelo Rotary Clube de Aracajú, em 7 de abril próximo findo, fez uma conferência o dr. Urbano Lima Neto, diretor do Departamento da Produção, do Estado, sôbre o tema: "A Agricultura e Sergipe".

Dos municípios

Antônio Prado - (R. G. do Sul)

Elaborado pela Prefeitura do Município de Antônio Prado, recebemos, recentemente, uma cópia datilografada do trabalho que a seguir transcrevemos, no qual se encontram úteis informações acérca dessa unidade municipal.

TERRITÓRIO — O Município está encravado na região fisiográfica da Encosta da Serra. A sua extensão territorial é de 494 km ou 49 400 hectares dos quais 16 200 hectares são aproveitados na agricultura.

A população humana monta à 12 000 habitantes, havendo em cada km 24 a 29 habitantes. A cada habitante do Município corresponde

mais ou menos 1,35 hect. de terras cultivadas.

MINERAIS — O subsolo tem grandes extensões de granito, com muitos vestígios de minérios de ferro, não havendo porém exploração.

MADEIRAS — Existem ainda, algumas madeiras de lei, tais como Cabriúva, Angico, Guajuvira, Cedro etc.

AGRICULTURA — Na safra de 1941, a produção agrícola alcançou 24 870 toneladas, no valor total de 7 087 contos de réis, assim discriminada:

PRODUTOS	Toneladas	Valor (contos)
1. Milho. 2. Trigo. 3. Uvas. 4. Aipim. 5. Batata doce. 6. Feijão. 7. Batata inglêsa. 8. Cevada.	15.800 3.240 3.600 1.200 1.000 400 400 130	3.950 2.268 420 180 150 160 80

Na safra de 1942 o trigo produziu 80 000 sacos no valor de 3 500 contos; e a produção total de vinho é calculada em 3 milhões de litros, no valor aproximado de 1 800 contos.

PECUÁRIA — Apesar do Município ser puramente agrícola, possue um rebanho de aproximadamente 46 950 cabeças, assim discri-

ESPÉCIE	Número	Valor Rs.	
1. Suínos.	34.500	869:000\$	
2. Bovinos.	5.200	780:000\$	
3. Muares.	3.700	740:000\$	
4. Equinos.	3.600	540:000\$	

Os produtos de maior vulto na safra de 1941, foram: banha, com 250 000 quilos e couros salgados com 8 760 quilos.

INDÚSTRIA — As fábricas transformativas de real importância para a economia do Município, que funcionaram em 1941, foram em número de 14, como se verifica do quadro abaixo:

ESPÉCIE	Capital	Movimento
1. Moinho trigo	2.200:000\$	2.100:000\$
2. Cant. vinho	493:000\$	832:000\$
3. Fab. produtos suínos 3 — Fab. carr	36:000\$ 100:900\$	254:000\$ 115:000\$
2 — Fab. móveis	37:500\$	65:000\$
2 — Art. de couro	52:500\$	63:300\$

No mesmo período funcionaram mais 30 pequenas fábricas transformativas de menor importância, com um capital aproximado de 280:000\$ e um movimento comercial de 750:00\$. Funcionaram ainda 20 oficinas de confeções, reparação e conservação, com o capital de 142:600\$ e o movimento comercial de 345:000\$; dando emprêgo, tôda a indústria do Município, a 102 operários.

Balança Comercial — O movimento de importação e exportação, colhido no comércio local, no exercício de 1941, foi o seguinte:

Total da exportação Total da importação		585:000\$000 870:000\$000
Saldo	 1	715:000\$000

Na exportação os três primeiros lugares couberam respectivamente: 1.º) Farinha de trigo, 2 100:000\$; 2.º) Bebidas — vinhos, 1 200:000\$; 3.º) Produtos suínos — banha, 280:000\$. Na importação: 1.º) Tecidos, 420:000\$; 2.º) Açúcar, 380:000\$; 3.º) Ferragens, 210:000\$;

Finanças — No exercício de 1941, a contribuição do Município pelas diversas repartições arrecadadoras, está assim repartida:

Prefeitura Municipal	284:524\$600
Exatoria Estadual	357:711\$900
" Federal	383:901\$500
Total	1 026:1389000

CIDADE — Antônio Prado — séde da administração Municipal e têrmo da Comarca de Caxias. Está a cidade situada no extremo norte do Município, no alto de uma colina; sendo a parte mais povoada na encosta da mesma; compõe-se o perimetro urbano da cidade de 24 ruas, 3 praças, 3 travessas e 2 becos; com 364 prédios, sendo: 246 térreos, 113 de dois pavimentos, com a população de 1 720 habitantes. Conta ainda com boa iluminação pública e particular, sendo: usina, rêde, etc. propriedade da Municipalidade.

Comércio — Na cidade existem cinco lojas de fazendas, ferragens, louças, etc. com o capital de 1 238:0008000.

Indústria — As seguintes são as principais da sede: Moinho "Pradense", Adega "Cesa", "Cooperativa Viti-Vinícola Pradense Ltda." e Distilaria "Palombini", com um total de 2 700:000\$000 de capital. Empregam suas atividades nestas fábricas 23 operários.

Comunicações — A população é servida por malas postais, diariamente, existindo na sede Estação Telegráfica e Serviço Telefônico, com comunicação à longa distância.

Transportes — Quanto ao transporte de passageiros, existem no Municipio confortáveis linhas de ônibus diárias, para Pôrto Alegre, Caxias, Vacaria e Lages no Estado de Santa Catarina e, três vêzes por semana, para Alfredo Chaves, Prata e Bento Gonçalves. Além disso existem carros de aluguel, à disposição, a qualquer momento.

Hespedagem — Possue bons e confortáveis hotéis. Hotel Rio Grandense, Planalto e Novo Hotel, todos com água potável em abundância e, suas diárias variam de 78000 a 108000, funcionando bons "Cafés", "Bar-Restaurante" e bem instalado cinema.

Economia — Existem dois correspondentes bancários; Banco do Rio Grande do Sul e Banco Pfeiffer.

VILA — Guararapes séde do 2.º distrito. Conta com 58 prédios, e um belo Templo Católico; com 348 habitantes; bôa iluminação elétrica, pertencente a Emprêsa particular.

Comércio — Na vila existem duas casas comerciais, com o capital de 58:000\$000.

Economia — Não existem casas ou agências bancârias

Comunicações — Uma agência de Correio e Serviço Telefônico.

Transportes — Para a sede Municipal, em linha de ônibus, três vêzes por semana.

Hospedagem — Conta com um hotel, cuja

Hospedagem — Conta com um hotel, cuja diária é de 5\$000 a 7\$000.



FUNDAÇÃO DA CIDADE — A cidade de Aracajú comemorou, no dia 17 de março, o 88.º aniversário de sua fundação e elevação à categoria de capital da então Província de Sergine.

A iniciativa da fundação da cidade foi devida ao presidente da Província, dr. Joaquim Inácio Barbosa, que venceu as dificuldades opostas à transferência da sede do govêrno para um então simples povoado e praias inhóspitas da Cotinguiba.

Araranguá (Santa Catarina)

INSTALAÇÃO DE CAMPO EXPERIMENTAL — No distrito de Volta Grande, será instalado, pelo govêrno estadual, um campo experimental. Agradecendo a escolha da localidade para a instalação do campo, comerciantes e lavradores alí residentes dirigiram um telegrama ao sr. Interventor federal.

Araxá — (Minas Gerais)

PARQUES E JARDINS DECORATIVOS — Esteve em março último, em Araxá, o professor Alfredo Agache, que foi encarregado pelo govêrno de Minas, de estudar os parques e jardins decorativos que estão em vias de acabamento, do Grande Hotel e Termas, em Barreiros.

Aquele urbanista foi acompanhar os trabalhos de movimento de terra que serão as bases da execução do seu projeto.

Bandeirantes - (Paraná)

DENOMINADO "DUQUE DE CAXIAS" UM POVOADO DO MUNICÍPIO — Pelo sr. Epaminondas Santos, membro do Departamento Administrativo do Paraná, na sessão realizada pelo Departamento no día 4 de fevereiro último, foi apresentado o seguinte parecer, que tomou o n.º 2 832: "PARECER N.º 2 832 — Projeto de Decreto-lei n.º 118, da Prefeitura de Bandeirantes, dando denominação a um povoado do Município. Pelo projeto ora submetido à aprovação do Departamento Administrativo, encaminhado pela Prefeitura de Bandeirantes, dá-se a denominação de "Duque de Caxias" a um povoado daquele Município, conhecido pelo nome de "Galdinópolis".

Na há que opor ao projéto, podendo ser aprovado com as correções de redação que lhe foram feitas. Sala das Sessões, em 4 de fevereiro de 1943. (a) Epaminondas Santos."

Barra do Piraí - (Rio de Janeiro)

NOVA DIVISÃO DE SUA ZONA URBANA — Pelo Decreto-lei n.º 49, de 2 de fevereiro dêste ano, o sr. Prefeito de Barra do Piraí pôs em execução o Código de Obras do Município, o qual se compõe de 301 artigos.

Para os efeitos do Código, ficou a zona urbana dividida em três bairros: Comercial, Residencial e Industrial. O primeiro compreende os seguintes logradouros: ruas Aureliano Garcia, Governador Portela, Padre Alfredo, Newton Prado (até Paulo de Frontin), Coronel Noyais, Paulo de Frontin (no trecho compreendido entre a praça Júlio Braga e a rua Ana Neri); praças: Heitor Vale, Nilo Peçanha, Júlio Braga e Pedro Cunha.

O Bairro Residencial compreende os lo-gradouros abrangidos pela "Cidade Industrial" do plano de urbanização da cidade.

Belém — (Pará)

A POSIÇÃO GEOGRÁFICA DE BELÉM URBANISMO INDÍGENA FUNDADO NA ANTROPOGEOGRAFIA — O SUBSÓLO E O MOVI-MENTO DAS AGUAS - DESSECAMENTO, ES-GOTOS E ÁGUAS PLUVIAIS — ENGENHARIA SANITÁRIA — O PLANO DE REALIZAÇÕES DO NOVO PREFEITO — No almôço que lhe SANITÁRIA DO NOVO PREFEITO — No almoço que lhe foi oferecido, no Rio de Janeiro, o engenheiro Jerônimo Cavalcanti, novo prefeito de Belém, teve oportunidade de, em discurso, referir-se ao que pretende realizar à frente do governo da capital paraense.

Inicialmente, estudou o orador, a formação da conciência jurídica do país, defendendo a necessidade da criação de uma outra conciência complementar: a conciência técnica.

Examinando a posição geográfica de Belém e os problemas de sua administração, assim se expressou o prefeito Jerônimo Cavalcanti:

"Belém está destinada a posição culminante no seio da federação. Quem olha para o mapa disto tem noção imediata e nítida. Ao mesmo tempo que o escoadouro direto e indireto do Amazonas, do Madeira, do Negro, do Xingú, do Tocantins e do Araguaia, rios cuja região inexplorada guarda um potencial milionário de riqueza, e ainda estes mesmos atributos, o ponto de convergência de uma bacia fluvial por onde circulam os interêsses econômicos do Perú, Bolívia, Equador, etc. E não é só isto. É ainda uma área geográfica a meio caminho da América do Norte e do Sul, e dentro em breve, aeropôrto obrigatório das linhas européias e africanas ininterruptas.

Belém é talvez no mundo uma das ci-dades econômicamente melhor situada. E a afirmação de todo êste destino excepcional está na memorável profecia de Humboldt. Neste suntuário habitat desenvolver-se-á, um dia, a maior civilização do universo.

Pois bem, meus senhores, é esta a cidade que eu vou dirigir e cujo plano dire-tor vou traçar. Com esta responsabilidade levo para Belém um programa urbanístico, um programa que me impõe o uso de óculos de alcance para que ne impoe o uso de oculos de alcance para que veja bem as grandes proporções de seu futuro. Não vou fazer um urbanismo de importação. Vou fazer um urbanismo indígena. Vou fazer um urbanismo que fundando co no contractor. urbanismo que, fundando-se na antropo-geografia da cidade, nas tendências de seu povo, na sua história e no seu habitat or-ganize um plano que, firmando-se no passado e na tradição, satisfaça as necessida-des do presente e descortine os largos e amplos caminhos do futuro. E isto de tal

modo que comporte o desenvolvimento e a função sócio-econômica adequadas cenário e à païsagem amazônica, na sua forma, na sua grandeza e no seu valor intrínseco. Meu primeiro trabalho em Belém será cuidar do subsolo, será cuidar do movimento das águas. Numa cidade malárica, água parada é um suicídio. Assim, em entendimento com outros técnicos, já cheguei a uma conclusão satisfatória para um ataque coordenador aos serviços de dessecamento, esgotos e escoamento das águas pluviais.

A solução do problema da malária não está no quinino: está na engenharia sanitária.

O urbanismo que despresa o sobsolo. é um urbanismo que tem uma perna curta. Não anda, coxeia. Sem êste saneamento não há o homem sadio e sem o homem sadio não há a unidade dinâmica, eficiente e produtora, não há prosperidade urbana, não há urbanismo construtor. O urbanismo que não parta desta base é urbanismo de fachada, é urbanismo de cartaz.

Um outro problema para o qual já dei os primeiros passos é o problema alimentar e do abastecimento da cidade. Para isto já encarreguei agrônomos e especialistas, para fazerem um levantamento das terras sem aplicação em tôrno de Belém de modo a especificar-lhe as vocações e as áreas de produção, afim de formar uma cintura verde, em tôrno da cidade, dividida em pequenas propriedades agrícolas, de tal modo que a cada metro quadrado urbano habitado corresponda um metro quadrado agricola cultivado. Com este objetivo torno à cidade autárquica sob o ponto de vista agrícola, ao mesmo tempo que reduzo ao minimo os transportes dos gêneros alimentícios, concorrendo assim para o esfôrço de guerra, economizando veículos e combus-tíveis. Outros detalhes como sejam, praça cívica, zoneamento, tráfego urbano, etc., estão comportados no estudo do plano diretor, escusando-me de fazer uma exposição minuciosa para não tornar-me demasiado longo. Este, em linhas gerais, meu programa: cuidar da cidade, cuidar do homem, cuidar da riqueza urbana."

Belmonte - (Baía)

O CAMPO DE AVIAÇÃO LOCAL SERÁ FEI-TO PELA PREFEITURA — O sr. Prefeito do Município de Belmonte, no Estado da Baía, atendendo a que não se apresentaram concurrentes para a construção do campo de aviação local, já tendo decorrido o prazo do respectivo edital, e considerando a necessidade da efetivação dêsse melhoramento por ser de interêsse geral e, principalmente, para o serviço militar, resolveu, pelo Decreto n.º 254, de 3 de fevereiro, fazer a construção do referido campo por administação direta da Prefeitura, sob a fisca-lização direta de uma comissão de amigos do Município a ser designada por Portaria.

Belo Horizonte (Minas Gerais

O JULGAMENTO DOS TRABALHOS APRE-SENTADOS NO I CONCURSO DE FOTOGRA-FIAS — Conforme noticiamos no 1.º número dêste Boletim, foi inaugurada em março último, no hall do Cassino da Pampulha, o I Concurso de Fotografias de Belo Horizonte, promovido pela Prefeitura local. O certame despertou o máximo interêsse, tendo sido expostas inúmeras fotografias.

No día 5 de abril, reúniu-se a Comissão julgadora sob a presidência do sr. Joubert Guerra. Achavam-se presentes os membros drs. Renato Augusto de Lima, Newton Prates, Narbal Montalvão, Moacir Andrade, Erico de Paula Francisco Sales de Oliveira, Carlos Monteiro de Barros e J. Carlos Lisboa, fazendo-se representar, respectivamente, pelos srs. Renato de Lima, Luiz de Medeiros e Narbal Montalvão, os srs. Cristiano Martins, Gregoriano Canedo e Luiz de Bessa.

Dando início à sessão, que se realizou no próprio local da exposição, o presidente disse que o seu objetivo era proceder ao julgamento dos trabalhos apresentados ao Concurso. Depois dos debates preliminares, resolveu-se constituir sub-comissões de três membros cada uma, incumbidas de apreciar cada qual determinada secção do Concurso, levado depois o seu parecer à resolução do Juri pleno. Após mais de duas horas de apurado exame, o Juri resolveu o seguinte:

na secção de vistas da cidade de Belo Horizonte, premiar em primeiro lugar a fotografia de Gilson, sob a legenda "Belo Horizonte, cidade luz!", vista noturna da Avenida Afonso-Pena; em segundo lugar, a fotografia de Gilson, sob a legenda "Praça Raul Soares";

na secção de instantâneos-figuras, premiar, em primeiro lugar, a fotografia de Leise, sob a legenda "Caricia"; e, em segundo, a fotografia de Zinho, sob a legenda "Cabeça de Velho";

na secção de vistas do bairro de Pampulha, premiar em primeiro lugar a fotografia de Ció-vis, sob a legenda "Primeira vela"; e, em segundo lugar, a fotografia de Gilson, sob a legenda "Cassino, Iate, Baile, tríade maravilhosa do coração da Reprêsa."

Abertos os envelopes, verificou-se terem sido premiados, na secção de vistas da cidade, o fotógrafo Amável Costa, da Rádio Inconfidência; na secção de instantâneos-figuras, o fotógrafo amador Francisco Fernandes, em primeiro lugar; na secção de vistas da Pampulha, foram premiados, em primeiro e segundo lugares, respectivamente, o fotógrafo amador Vicente Prates e o profissional Amável Costa.

Conhecido o resultado, usou da palavra o sr. J. Carlos Lisboa, que propôs não se conceder nenhum prêmio na secção "Realizações da atual administração municipal" — em vista das fotogarfías apresentadas não corresponderem à obra realizada pelo govêrno municipal. Propôs ainda o sr. J. Carlos Lisboa, sendo unânimemente aprovado, que ficasse adlada para época a ser oportunamente fixada, o Concurso de Fotografías relativo a êsse tema, com prêmios respectivamente, de três mil e mil cruzeiros.

Em seguida, falou o sr. Narbal Montalvão, que propôs à comissão um voto de louvor ao prefeito Juscelino Kubitschek, patrocinador do certame, pelo êxito alcançado pela sua iniciativa, sendo a proposta recebida sob prolongados aplausos de todos os presentes.

VISITA DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA À CIDADE INDUSTRIAL — INAUGURA-CÃO DA AVENIDA PAMPULHA — Em sua recente viagem a Belo Horizonte, em maio último. o sr. Presidente Getúlio Vargas teve a oportunidad de visitar o local em que está sendo construída a "Cidade Industrial", localizada em uma grande área próxima de Belo Horizonte, entre a Rêde Mineira e a Central do Brasil, à margem da rodovia que une a capital Mineira, Araxá e Uberaba. Neste local o govêrno mineiro prepara o terreno para reünir tódas as fábricas e novas indústrias que queiram instalar-se em Belo Horizonte. Os industriais encontrarão tôdas as facilidades por parte do

govêrno para localizar seus novos empreendimentos, principalmente a fórça elétrica, que lhes é fornecida a preço mínimo. Por outro lado o fácil acesso para a capital da República ou para o interior do país, assegura facilidades para escoar os seus produtos. O govêrno do Estado está construindo no município de Divinópolis, bem próximo à referida zona, uma gigantesca usina elétrica, que ficará pronta dentro de poucos meses, com capacidade inicial de 20 000 kilowatts. Para se ter uma idéla do que representa a construção da cidade industrial para Minas Gerais, basta dizer que mais de 30 companhias já requereram terrenos para instalar suas indústrias, cujos pedidos de fôrça já atingem a 12 000 kilowatts. Belo Horizonte, assim, ficará possuindo, numa zona de fácil acesso, com magníficas rodovias, seu centro industrial. Três grandes realizações acompanham, passo a passo, o preparo do terreno para a construção da "Cidade Industrial"; uma vila operária, que conterá, de início, 2 000 casas; uma crêche, para 600 crianças, e uma escola que poderá abrigar 1 000 alunos. Desta maneira, terão os operários das fábricas residências baratas, cujo aluguel não ultrapassará de 40 cruzeiros. Essa realização será completada com um pôsto médico, que atenderá todos os operáda "Cidade Industrial", sem distinção de

O presidente Getúlio Vargas visitou demoradamente as obras percorrendo, inicialmente, a avenida Amazonas que ligará a rodovia Belo Horizonte-Araxá ao centro da capital mineira. S. Excla. teve a atenção despertada para três gigantescas pontes de cimento armado, que estão sendo construídas sôbre o leito da Central do Brasil, e representam a conclusão da citada avenida. O secretário da Viação, sr. Dermeval Pimenta, teve oportunidade de mostrar ao chefe do govêrno notas e gráficos relativos aos planos da "Cidade Industrial". O governador Benedito Valadares informou, então, ao presidente da República, que os industriais que se organizam, para instalar alí suas novas fábricas, pretendem construir um instituto profissional. Prosseguindo em sua visita, o sr. Presidente da República esteve na pequena usina que condensará e transformará a energia proveniente de Divinópolis.

Blumenau — (Santa Catarina)

SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DAGUA E ESGOTOS — O Prefeito Municipal de Blumenau, na conformidade dos artigos 29 da Constituição Federal e 5.º do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939 e do Decreto-lei estadual n.º 761, de 9 de abril do corrente ano e devidamente autorizado pelo sr. Presidente da República, assinou no dio 15 de abril o Decreto-lei n.º 85, autorizando o Prefeito a firmar em nome do município de Blumenau e juntamente com os municípios de Florianópolis, Itajaí, Joinvile, Lajes, Laguna, Rio do Sul, São Francisco e Tubarão, um acôrdo com o Estado para a implantação, remodelação e exploração dos serviços de abastecimento dágua e esgotos na cidade de Blumenau, mediante as condições que determina.

Bom Jesús da Lapa — (Baía)

NOVOS ESTATUTOS DO AÉRO CLUBE — O Diário Oficial do Estado da Baía, na edição do dia 29 de fevereiro, publicou, na integra, os Estatutos do Aéro Clube de Bom Jesús da Lapa, fundado a 16 de janeiro dêste ano.

7

Camanducáia — (Minas Gerais)

INAUGURAÇÃO DE MELHORAMENTOS — Na cidade de Camanducáia foram inaugurados, no dia 18 de maio, o novo edifício da Prefeitura Municipal, o hangar e o campo de aviação.

*

Campina Grande - (Paraíba)

RIQUEZAS DO SUBSÓLO DO NORDESTE — Para estudar as riquezas do subsólo do Nordeste o Ministério da Agricultura montou, em Campina Grande, no Estado da Paraíba, um moderno Laboratório dotado com os mais aperfeiçoados aparelhos, sendo iniciados, depois, pelos técnicos do Departamento Nacional da Produção Mineral o estudo de tôdas as possibilidades mineralógicas da região, realizando numerosas excursões, trabalho de prospecção e análises.

Foram estudados minérios valiosos para a nossa contribuição de guerra: a tantalita, para o endurecimento dos aços para as couraças; berilo, para a liga com o alumínio para a fabricação de aviões; a scheelita, que fornece o tungstênio para os aços especiais; a cassiterita, o minério do estanho, o metal insubstituível; a fluorita, matéria prima para a fabricação do alumínio; o ouro e tantos outros elementos igualmente preciosos.

A mineração espalhou-se por todo o nordeste, elevando o padrão de vida de milhares de brasileiros. Um fato significativo do surto de mineração naquela parte do país é indicado pela produção mensal de cêrca de 15 milhões de cruzeiros, somente de scheelita, cientificamente tungstato de cálcio.

*

Campo Grande - (Mato Grosso)

5.ª EXPOSIÇÃO AGRO-PECUÁRIA E FEI-RA DE AMOSTRAS DE MATO GROSSO — 2.º CONCURSO PECUÁRIO DO BRASIL-CENTRAL — Realizou-se, em abril, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso, o 2.º Congresso Pecuário do Brasil Central, tendo sido ao mesmo tempo inaugurada a 5.ª Exposição Agro-Pecuária e Feira de Amostras de Mato Grosso. Ambos os certames obtiveram completo êxito, despertando o máximo interêsse entre os criadores do Brasil Central.

Os trabalhos de Congresso obedeceram ao seguinte programa: dia 24, às 8 horas — sessão preparatória, para apresentação dos congressistas e de credenciais, bem como para a organização das comissões e distribuição de teses: às 14 horas, retimião das comissões para opinarem sôbre as teses, e às 20 horas, instalação solene do Congresso, discursos oficiais, palestra por um oficial da 9.ª Região Militar, sôbre assunto técnico-pecuário. Dia 25, às 10 horas, palestra do dr. Alfeu Reveillau, instalação da Exposição, com a presença dos congressistas; às 14 horas, retimão das comissões, e às 20 horas, sessão plenária, apresentação e discussão dos pareceres sôbre as teses, palestra do dr. Dario Brossard. Dia 26, às 8 horas, sessão plenária, palestra do dr. Arnaldo Figueiredo; às 14 horas, sessão plenária, palestra do dr. Oscar da Silva Brito, e às 20 horas, sessão solene de encerramento do Congresso, apresentação de agradecimentos e votação de moções, discursos, discurso de encerramento.

Campos - (Rio de Janeiro)

REUNIÃO DO DIRETÓRIO MUNICIPAL DE GEOGRAFIA — No dia 6 de maio, realizou o Diretório mais uma reunião, sendo tratados vários assuntos de interêsse de Campos e da alçada do Diretório.

Antes de ser encerrada a reunião, o conselheiro, sr. Gastão Viana Sampaio, propôs que se consignasse em ata um voto de louvor por motivo do primeiro ano de govêrno do atual prefeito, sr. Salo Brand, e de adesão às manifestações que se realizaram comemorando o acontecimento, o que foi aprovado unânimemente.

*

Casimiro de Abreu - (Rio de Janeiro)

• A CASA ONDE NASCEU CASIMIRO DE ABREU — Uma comissão de acadêmicos fluminenses, composta dos escritores Carlos Maul, Altino Pires e Luiz Lamego, designada para apurar qual a casa em que nascera Casimiro de Abreu depois de investigações conseguiu identificá-la, à margem do rio São João. O govêrno do Estado do Rio, a cujo patrimônio foi a mesma incorporada, criou o "Museu Casimiro de Abreu", destinado a guardar tudo o que pertencera ao grande romântico e a recordar-lhe o nome perpêtuamente. A pintora Odete Barcelos fixou numa tela a pitoresca habitação da margem do rio São João, e por intermédio da Academia Fluminense ofereceu-a 20 município de Casimiro de Abreu.



Caxias - (Rio Grande do Sul)

FORNECIMENTO DE ÁGUA À CIDADE — O Departamento Administrativo do Rio Grande do Sul, na sessão levada a efeito no dia 15 de abril último, aprovou os projetos de Decretos-leis ns. 39 e 40, da Prefeitura, que abrem, respectivamente, os créditos extraordinários de Cr\$ 30 000,00 e Cr\$ 50 000,00, destinados a atender o fornecimento de água à cidade, enquanto perdurarem as conseqüências da sêca.

perdurarem as conseqüências da sêca.

Opinando pela aprovação dos projetos, o relator, sr. Alberto Pasqualini, apresentou o seguinte parecer:

"1. A prolongada estiagem que assolou o Estado provocou, na cidade de Caxias, o esgotamento das águas da reprêsa que abastece aquela cidade. Como consequência, viu-se a administração municipal na contingência de tomar prontas e rápidas medidas de emergência, como o fornecimento de água à população em grandes tonéis transportados em caminhões, sendo a água captada em arrolo distante oito quilômetros da cidade.

Para atender às despesas decorrentes, a Prefeitura abriu inicialmente um crédito extraordinário de Cr\$ 30 000,00, que se tornou insuficiente em face do prolongamento da sêca, tendo sido, posteriormente, por essa razão, aberto novo crédito extraordinário, no montante de Cr\$ 50 000,00.

Segundo os cálculos da administração municipal, o custo da água transportada e fornecida pela forma descrita é de Cr\$ 20,00

por metro cubico.

2. A Prefeitura submete agora à aprovação *a posteriori*, do Departamento os decretos legislativos pelos quais foram abertos os créditos. Opino pela sua aprovação."

Conceição das Alagoas — (Minas Gerais)

CONCLUÍDA A PLANTA CADASTRAL DA CIDADE — Segundo comunicação feita pelo sr. Prefeito do Município de Conceição das Alagôas, ao sr. Governador de Minas Gerais, no dia 23 de março último, foram terminados os serviços de campo e de levantamento da planta cadastral da cidade, executados pelo topógrafo Azarias Ricardo de Sousa.

, .

Cornélio Procópio - (Paraná)

POÇOS ARTESIANOS PARA ABASTECER DE AGUA A CIDADE — O Diário Oficial do Estado publicou, em sua edição de 23 de março dêste ano, o parecer n.º 2 838, apresentado ao Departamento Administrativo do Estado pelo sr. Epaminondas Santos, opinando pela aprovação do projeto de Decreto-lei n.º 11, da Prefeitura de Cornélio Procópio, abrindo um crédito especial de Crs 228 000,00, destinado a correr às despesas com a perfuração de dois poços artesianos para a instalação do serviço de águas e esgotos daquela cidade.

Assim esclarece o parecer: "A finalidade do crédito está muito bem explicada na Exposição de Motivos do projeto e o serviço de águas e esgotos é uma necessidade premente daquela localidade, que luta freqüentemente com a falta do precloso líquido, principalmente nas épocas de estiagem, quando então essa necessidade converte-se em calamidade pública. O meio que se encontrou de prover a cidade de Cornélio Procópio de água foi a abertura de poços artesianos, tendo para êsse fim a Prefeitura local contratado os serviços de um engenheiro especializado, que após demorado e minucioso estudo apresentou a solução do problema com a perfuração de dois poços, cuja capacidade de água foi calculada em 50 mil litros por hora."

×

Cuiabá — (Mato Grosso)

224.º ANIVERSÁRIO DE FUNDAÇÃO DA CIDADE — A Cidade de Cuiabá comemorou no dia 9 de abril o 224.º aniversário de sua fundação, tendo desfilado pelas ruas da capital as fórças do Exército e da Polícia. O Instituto Histórico e outras entidades culturais cuiabanas efetuaram sessões solenes, tendo na Casa do Barão de Melgaço, falado Dom Aquino Correia, bispo de Cuiabá, e membro da Academia Brasileira de Letras.

*

Curitiba (Paraná)

AS COMEMORAÇÕES DO 250.º ANIVERSÁ-RIO DA FUNDAÇÃO DA CIDADE — A cidade de Curitiba festejou no dia 29 de março o 250.º aniversário de sua fundação. As comemorações foram promovidas pelas associações culturais do Estado, que formaram com êste objetivo uma União das Entidades Culturais, compreendendo o Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, Museu Paranaense, Círculo de Estudos Bandeirantes, Museu Coronel David Carneiro, Academia Paranaense de Letrae, Centro de Letras do Paraná, Associação Paranaense de Imprensa, Centro Paranaense Feminino de Cultura, Diretório Acadêmico Nilo Cairo, Diretório Acadêmico de Engenheria, Diretório Acadêmico de Filosofia, Rádio Clube Paranaense e Diretório Regional de Geografia, com o apoio do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, Prefeitura Municipal, União Estadual de Estudantes e várias outras instituições.

A data centenária — 29 de março, quando há 250 anos passados foi fundada a Vila de Nosas Senhora dos Pinhais de Curtiba por um pugilo de desbravadores, à frente a figura legendária de Mateus Leme — foi precedida de uma semana de comemorações, inclusive uma série de palestras radiofônicas relacionadas à história de Curtiba a cargo das entidades promotoras das comemorações.

As palestras radiofônicas foram realizadas diáriamente, às 12 horas, pelo microfône da Radio Clube Paranaense, assim distribuidas:

Dia 22 — Cel. Romário Martins, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense; 23 — Sr. Valífido Pilôto, pela Academia Paranaense de Letras; 24 — Srta. Inaura Carneiro Leão, oradora do Centro Paranense Feminino de Cultura; 25 — Sr. Osvaldo Pilôto; 26 — Sr. Heitor Stockler de França, pelo Centro de Letras do Paraná; 27 — Sr. Clotário Portugal Filho, representante da União Estadual dos Estudantes; 28 — Encerramento das palestras pelo Sr. Nestor Ericksen, por delegação do Prefeito Municipal, Sr. Rozaldo de Melo Leitão.

No dia 23, a Academia de Música do Paraná, sob a direção do prof. Antônio Melo, realizou na sede da Sociedade Duque de Caxias uma Audição de Piano a cargo da diplomada Jamile Karam.

No dia 24, a Banda da Fôrça Policial realizou um concêrto, na praça Osório, sob a regência do maestro Ângelo Antonelo, tendo sido executadas exclusivamente músicas de compositores paranaenses.

O círculo de Estudos Bandeirantes levou a efeito no dia 25 uma sessão solene, tendo discursado o professor Benedito Nicolau dos Santos, que estudou o desenvolvimento de Curitiba desde os seus primeiros anos.

A partir do dia 26, de conformidade com instruções baixadas pelo Diretor Geral da Educação, Sr. Simeão Mafra Pedroso, foram realizadas, em todas as escolas públicas do municipio, preleções alusivas á efeméride.

A convite da Comissão promotora das comemorações, o historiador Romório Martins, compôs uma página relembrando a história de Curitiba a qual foi distribuída pelos escolares.

A União Estadual dos Estudantes, no dia 27 realizou uma sessão solene na Universidade do Paraná, tendo sido orador o acadêmico Pereira da Cunha. Solidarizando-se com as festividades, o Instituto dos Advogados levou a efeito, no Clube Curitibano, uma sessão especial, tendo-se feito ouvir o Sr. Raul Rodrigues Gomes. Ainda no dia 27, a Rádio Clube Parana-ense irradiou a fantasia histórica: "Curitiba", de autoria do Sr. Francisco Pereira da Silva, escrita especialmente como colaboração às grandiosas solenidades comemorativas do aniversário da cidade. A fantasia encerra dentro do seu texto, as principais fases da vida de Curitiba, desde a sua fundação.

No domingo, 28, o Jóquei Clube Paranaense fez disputar um programa especial, dando-se a cada pareo o nome dos primeiros povoadores eleitos pela Câmara da Vila em 1693, destacando-se o Grande Premio Cidade de Curtilba.

Antes de terem início as corridas, a diretoria da entidade turfistica prestou uma homenagem ao prefeito do Município, dr. Rozaldo Gomes de Melo Leitão e ao Sr. Nestor Ericksen, diretor-geral do DEIP, oferecendo-lhes um cocktail. Compareceram ao ato o Interventor Manoel Ribas acompanhado da exma. Sra. Anita Ribas, altas autoridades e pessoas gradas. Saŭdando o prefeito em nome do Jóquei Clube Paranaense falou o capitão Fernando Flôres, secretário do Interior, Justica e Segurança Pública e vice-presidente da tradicional entidade, pondo em relêvo a significação da grata efeméride.

Em seguida, o prefeito agradeceu a home-

nagem.

Exposição Retrospectiva — Ainda no dia 28, teve lugar a inauguração da Exposição Retrospectiva, na sede da Sociedade Duque de Caxias. tendo sido o ato presidido pelo Interventor Manuel Ribas. Inaugurou o certame a Sra. Anita Ribas.

A Exposição Retrospectiva caprichosamente organizada apresentou numa visão cinemática, vários e interessantes aspectos da evolução da cidade. Franqueada ao público, diáriamente, a partir das 19 horas, a exposição foi visitadíssima, despertando o maior interêsse.

O "Dia de Curitiba" — No dia 29 — data da fundação da cidade — as 5 horas da manhã, a banda de música do Tiro Rio Branco tocou uma alvorada. As 9 horas, na Praça Tiradentes, exatamente no local onde se deu a fundadação da Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, teve lugar o ato da entrega à municipalidade, do marco simbólico, mandado erigir por iniciativa da União das Entidades Culturais de Curitiba.

Abrindo a solenidade, a Comissão promotora dos festejos, por intermédio do Sr. Nestor Eri cksen, diretor-geral do DEIP convidou o Sr. Prefeito Municipal e o representante do Co-mando da Região a içarem as bandeiras de Cristo e do Brasil colônia — a primeira bandeira do Brasil. A seguir, o Interventor Manoel Ribas descerrou o marco simbólico, sob palmas da multidão que se comprimia no local.

Falou, então, em nome da União das Entidades Culturais, promotora das festas, o Dr. Bento Munhoz da Rocha Neto, presidente do Círculo de Estudos Bandeirantes.

Agradecendo, falou o Sr. Rosaldo G. de

Melo Leitão, Prefeito da capital.

Seguiu-se uma missa campal em memória dos povoadores. Em altar colocado à entrada da Catedral Metropolitana, monsenhor Lamartine Corrêa de Miranda oficiou a cerimônia religiosa, que foi descrita pelo dr. Elias Karam, atravez do microfone da rádio-emissora local. Por ocasião da elevação da hostia, foi içada a Bandeira Nacional entre as tôrres da Catedral, ouvindo-se então, pela Banda da Fôrça Militar, o Hino Pátrio.

Fêz uma invocação à N. Senhora da Luz dos Pinhais, padroeira de Curitiba, a dra. Marita Stockler de Franca.

Durante as festividades realizadas na Praça Tiradentes, as escolas públicas e particulares do Município realizaram uma concentração, representadas por delegações constituídas de 50 alunos cada uma.

Aviões da 5.ª Base Aérea sobrevoaram o local durante as cerimônias, num magnífico espetáculo de solidariedade às homenagens come-

morativas.

Encerrada a primeira parte do programa oficial o Interventor Manoel Ribas, acompanhado dos seus auxiliares de govêrno, outras altas autoridades civís e militares e elevado número de pessoas gradas, dirigiram-se para a sede do Colégio Estadual do Paraná, o mais antigo estabelecimento de ensino secundário da Ca-

O professor Francisco José Gomes Ribeiro, diretor do Colégio, abriu os trabalhos da sessão solene que foi presidida pelo Interventor Manoel Ribas, e fez uma preleção sôbre o melhoramento que vinha enriquecer o patrimônio cultural do educandário, e convidou a seguir o chefe do executivo paranaense para abrir a estante número um da sala, como um ato simbólico da inauguração da Biblioteca. Usaram da palavra, a seguir pelos professores o dr. Portos Morais de Castro Veloso, e pelos alunos o jovem Daví Silveira da Mota Filho.

Depois falou o chefe do govêrno estadual, concitando os jovens daquele estabelecimento, por onde passaram gerações e gerações de paranaenses ilustres, a se devotarem ao trabalho e ao estudo pelo engrandecimento do Paraná e do Brasil.

Em seu discurso atendendo ao apêlo que lhe fôra feito pela direção da Casa, manifestou a intenção do seu govêrno de dotar o Colégio Estadual do Paraná de todos os recursos indispensáveis ao cumprimento das suas altas fipensaveis ao cumpilimento de mesmo tempo o pro-pósito de promover o mais rapidamente possivel a construção de um novo edifício capaz de atender às necesidades mais urgentes ao desenvolvimento das atividades pedagógicas do quase centenário estabelecimento de ensino do Estado. Ao finalizar, S. Excia, declarou a satisfação com que via à frente da direção do Colégio a capacidade realizadora do professor Francisco José Gomes Ribeiro.

A seguir, o prof. Ribeiro agradeceu as pa-lavras do Interventor Manoel Ribas, e mandou proceder à leitura da ata alusiva à inauguração da Biblioteca do Colégio Estadual do Paraná, e

encerrou após os trabalhos.

A Bibliotéca está convenientemente instalada em amplo salão, com todo o material necessário ao expediente, fichários, dispondo inicialmente de 4 500 volumes, distribuídos em 15 estantes.

Às 16 horas, o 15.º Batalhão de Caçadores, tendo à frente sua banda de música e oficialidade, desfilou pela rua 15 de Novembro, indo-até a Praça Tiradentes onde, diante do marco da fundação de Curitiba, prestou as homenagens do estilo militar.

Elementos do veterano Tiro de Guerra 19 procederam, à tarde, ao arriamento da Ban-deira Nacional que tremulou entre as tôrres da Catedral Metropolitana, ao som de sua banda musical.

A's 21 horas, no salão principal do Clube Curitibano, realizou-se uma sessão promovida pela União das Entidades Culturais, e com a qual ficaram encerrados os festejos.

Especialmente convidado, falou o dr. Brasil Pinheiro Machado, diretor da Faculdade de Filosofia, que fêz uma brilhante conferência sôbre a data.

Estiveram presentes o Interventor Manoel Ribas, altas autoridades civís e militares, como elevado número de figuras de representação nos meios sociais e culturais da cidade.

O Marco Simbólico - A valiosa peca de granito foi trazida de Paranaguá, onde servira nos primeiros tempos da penetração para assinalar a posse das terras em nome do rei.

E' um losângulo de granito, com base própria para ser plantado na terra, trazendo em relêvo numa das faces a Cruz de Malta e a expressão "El-Rey". O marco foi apoiado em pequeno monumento de granito com expressiva placa de bronze.

A contribuição do Conselho Nacional de Geografia — Como contribuição do Conselho Nacional de Geografia às comemorações do 250.º aniversário da fundação de Curitiba, o professor Alírio de Matos, catedrático de professor Afrio de Matos, catedratico de Geodesia e Astronômia de Campo da Escóla Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil e diretor técnico da Campanha de Levantamento das Coordenadas Geográficas das Sedes Municipais Brasileiras, organizada pelo Conselho Nacional de Geografia, esteve na capital paranaense em missão cultural e científica, com o propósito de levantar a coordenada geo-gráfica daquela cidade, as quais, embora já fixadas por outros observadores, não estão convenientemente localizadas, de modo a afastar quaisquer dúvidas quanto ao seu rigor. Esse trabalho figurará no mapa ao milionésimo, ou internacional, que o Conselho Nacional de Geografia elabora e que determinará as coordenadas geográficas do país com exatidão absoluta, corrigindo dessarte, os mapas de que dispomos que estão cheios de erros.

REFÓRÇO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA
— Fêlo Sr. Interventor federal, no Paraná fol
asinado no dia 17 de maio o decreto-lei n.º
145, abrindo o crédito especial de 12 milhões de
cruzeiros à Secretaria da Agricultura, Viação
e Obras Públicas.

Na distribuïção dêsse crédito está prevista a execução do serviço de refôrço do abastecimento de água para Curitiba, no qual serão aproveitadas as águas do rio Piraquára. Esse nasce na Serra do Marumbí e vem em direção à Curitiba, cortando a estrada da atual adutora a 15 km. do centro da cidade, lançando-se de-pois no rio Iguaçú. E' no ponto em que êle corta a estrada da atual adutora que vai ser feita a captação. Antes de ser feito o projeto definitivo das obras, foram estudados todos os rios próximos de Curitiba, tais como Iguaçu, Barigui, Ipiranga, Capivari, Taquari e outros menores. Foram também perfurados poços na várzea do rio Iguaçú, para estudo do lençol freático, tendo se chegado à conclusão de que a melhor solução era a do aproveitamento do rio Piraquára. O rio Iguaçú confrontando com o rio Piraquára apresentava diversas desvantagens tais como: água de qualidade inferior; tem afluentes que recebem os despejos do Matadouro Modêlo, Cortumes e Leprosário S. Roque, o que não se dá com o rio Piraquára, que nasce na Serra do Marumbi, onde recebe as mesmas águas que atualmente abastecem Curitiba e vem em direção a esta Capital passando proximo de uma unica povoação que é a Colônia Nova Tirol. As águas vão ser completamente tratadas de fórma que não haverá mais o receio de se beber água contendo germens prejudiciais à saúde. Além do tratamento para destruição dos germens, serão também retiradas as matérias orgânicas (partículas de fôlhas em decomposição) que dão à água de Cuririba a côr escura que atualmente apresenta, passando a se ter uma água perfeitamente límpida e pura. Será feita também a correção do grupo de acidês, mediante a adição de cal, passando a ter o laboratório químico que funcionará na Estado de Tratamento.

A água captada no rio Piraquára, irá por gravidade até a Casa das Bombas do 1.º Recalque, onde será recalcada para a Tôrre de Equilibrio. Daí irá por gravidade até a Estação de Tratamento, numa extensão de 10,00m., onde será tratada e novamente recalcada para o Reservatório do Cajurú. Este Reservatório tem a capacidade de 8 000m³, e ficará situado no prologamento da rua 15 de Novembro. Ao lado do Reservatório será construida uma Torre com Depósito para 300m³ que receberá a água do Reservatório e enviará para o Reservatório de São Francisco. A parte baixa da cidade será abastecida pelo Reservatório do Cajurú, devendo para êste fim ser construída uma linha tronco de distribuíção partindo do citado Reservatório e indo até a rua João Negrão, continuando depois por esta rua até o Hipódromo. O projeto prevê duas adutoras de 0,60 m. de diâmetro. Por enquanto será construída uma que recebe atualmente 10 000m3/4 horas em épocas normais, sendo que em épocas de estiagem, êste volume baixa a 8 000m3/24 horas.

A nova adutora trará 21 000m3/24 horas. Nas Casas das Bombas serão instalados além da bomba necessária mais uma de reserva ficando lugar para a terceira bomba que será instalada quando fôr construída a segunda adutora. Os suportes das adutoras já são construídos com lugar para esta segunda adutora de fórma que o seu assentamento no futuro será de pouco custo. A Estação de Tratamento será construida para a capacidade exigida pelas duas adutoras (48 000m3/24 horas) podendo suportar uma so-precarga de 25%. As obras já estão em franco andamento. Já estão assentados 830m de adutores, existindo no local do serviço 3 000m, de tubos. A adutora é de ferro de fabricação da Cia. Ferro Brasileiro. No fim do ano de 1944 as obras deverão estar concluídas e então Curitiba poderá ter seu abastecimento permanente dia e noite e poderão ser ampliadas as rêdes para os bairros que ainda não estão servidos de água.

*

Diamantina (Minas Gerais)

INAUGURADAS AS NOVAS INSTALAÇÕES DA D. R. DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS — Pelo major Landri Sales, diretor geral dos Correios e Telégrafos, foram inauguradas no dia 3 de maio, as novas instalações da Diretoria Regional, em edificio próprio, cuja construção foi recentemente concluída.

*

Entre Rios (Rio de Janeiro)

AS ZONAS URBANAS EM FACE DO NOVO CÓDIGO DE OBRAS — O Sr. Prefeito do Município de Entre-Rios, no Estado do Rio, pelo Decreto-lei n.º 42, de 2 de fevereiro dêste ano, publicado no Diário das Municipalidades, de 4 de abril, pôs em execução o Código de Obras do Município. As zonas urbanas foram divididas em Bairros Comercial, Residencial e Industrial, compreendendo o 1.º distrito do bairro Comercial os seguintes logradouros: o trecho da rua Condessa do Rio Novo, limitado pela praça Visconde Entre Rios e a rua 15 de Novembro; praça Visconde de Entre Rios; rua Duque de Caxias no trecho da rua Condessa do Rio Novo à praça Dr. Weinschenck; trecho da praça Dr. Weinschenck; trecho da praça Dr. Weinschenck pertencente ao quateirão pela praça Visconde de Entre Rios e ruas Duque de Caxias e Condessa do Rio Novo; rua Nelson Viana no trecho entre a ferrovia Central do Brasil e rua Visconde de Entre Rios; e o trecho da rua 15 de Novembro compreendido entre a ferrovia Central do Brasil e a rua Nelson Viana. O bairro Comercial do 4,º distrito compreende: Praça da Estação, I, e a rua da Barateza. — Os bairros residenciais compreendo o Decreto 645, de 28 de dezembro de 1938 e a Deliberação n.º 50, de 10 de junho de 1938.

O Bairro Industrial do 12.º distrito, compreende a área dos terrenos da Ponte das Garago de Caxias de Contrals da Cataria da Vista de Caraca da Cataria da Cataria

O Bairro Industrial do 12.º distrito, compreende a área dos terrenos da Ponte das Garças e Colônia de Cantagalo, limitada pela linha divisória da Zona Urbana, compreendida entre os marcos da rua Santo Antonio, triângulo à rua Adelia Torno; dai pela margem esquerda do rio Paraíba até o ponto de limite entre os terrenos de Cantagalo e Fazenda da rua Direita; daí em reta até a estrada de Ferro Central do Brasil (Linha Auxiliar), acompanhando esta estrada até o ponto fronteiro da rua Santo Antonio.

4

Florianópolis (Santa Catarina)

CENSO IMOBILIÁRIO — Por determinação do Sr. Interventor federal no Estado de Santa Catarina, está sendo realizado um "Censo Imobiliário" em Florianópolis, no qual estão incluidas tôdas as propriedades prediais ou ter-

A todos os proprietários de prédios ou terrenos é distribuído um questionário para cada propriedade, o qual será restituído dentro de 5 dias, da data do seu recebimento ao Escritório Central do Contratante dos Serviços, situado à avenida Hercílio Luz, esquina da avenida Mauro Ramos.

A não solicitação ou não devolução dos questionários devidamente preenchidos, bem como a falsidade nas declarações prestadas, implicará em responsabilidade para os seus sinatários, além de outras penalidades que o caso comportar.

Franca (São Paulo)

INAUGURADOS VÁRIOS MELHORAMEN-TOS — Na cidade de Franca, Estado de São Paulo, sob a presidência do Sr. Interventor federal, realizou-se, no dia 27 de março, a inauguração oficial dos Serviços de água e esgotos, seguindo-se a inauguração das instalações do novo edifício da Escola Normal e Colégio Universitário. No dia seguinte, no Estádio da Associação Atlética Francana, foi inaugurada a exposição de gado de raça, a primeira que se realizou em França, considerada um dos mais importantes centros de criação do gado Gyr, no nais.

Goiana - (Pernambuco)

DESOBSTRUÇÃO DO CANAL DA CIDADE -O Departamento Nacional de Portos e Navega-cão, que tem como diretor o eng.º Frederico César Burlamaque, vem de lançar uma interessante publicação sôbre as realizações levadas a efeito por aquele Departamento, da qual extraimos as seguintes informações àcêrca do canal de Goiana e das obras realizadas, bem como as projetadas.

A cidade de Goiana, localizada à margem da estrada de rodagem Recife-João Pessoa, pode ser considerada como uma das mais prósperas e importantes do interior do Estado de Pernambuco, e se comunica com o Oceano por meio de uma rêde de navegação interior constituída pelo canal e pelo rio Goiana.
O canal de Goiana, aberto artificialmente,

vai atingir a confluência dos rios Capiberibe-Mirim e Tracunhaem, cujas águas reunidas formam o rio Goiana.

Por êsse canal artificial, se fazia o tráfego de embarcações que transportavam os produtos do interior — especialmente o açúcar — com destino aos portos de Recife e Cabedelo, as quais tinham, como carga de retôrno, mercadorias diversas de que necessitava o interior.

Com o correr dos tempos, foi se fazendo sentir a ação dos agentes físicos, com o asso-reamento progressivo do canal, cujas condi-ções de navegabilidade mais e mais se foram dificultando, a ponto de se achar em 1937 quase impraticável.

Tendo em vista as incontestes vantagens do canal para o desenvolvimento econômico da-

quela região, examinou o Departamento Nacional de Portos e Navegação, a possibilidade de restabelecer as antigas condições de profundidade. A par dos serviços de dragagem que então se tornavam necessários, foi projetado o revestimento das margens do canal, procurando, assim, diminuir, senão mesmo eliminar, os fatores de seu assoriamento.

Apresentando o canal de Goiana uma ex-tensão total de 3 408m foi, porém, organizado o projeto de revestimento das margens, sòmente para o primeiro trecho de 500 m., onde elas estão sendo mais fortemente atacadas. Tal projeto, que foi aprovado pelo Aviso n.º 2 975, de 30 de agôsto de 1938, do Sr. Ministro 2 970, de 30 de agosso de 1800, do 51. Millisto da Viação e Obras Públicas, previa ainda a dra-gagem de todo o canal até a cota de — 1,50m., num cubo provável de 123 000m², feita por uma draga de alcatruzes para êsse fim adquirida na Holanda.

Já anteriormente, de setembro a dezembro de 1936, fôra executada pela Fiscalização do Pôrto de Recife a abertura de uma bacia de evolução, situada na cidade, à jusante da ponte da estrada de rodagem para a Paraíba, tendo também sido desobstruído o canal numa extensão de 500m., para que não viesse a ficar paralizado o tráfego das embarcações. Nessa bacia de evolução, cuja parte mais larga mede 67 metros, foram construídos 196m. de muro de arrimo, com três escadarias.

Tendo surgido dificuldades na execução do projeto elaborado, foi executada pela referida Fiscalização a proteção das margens do canal por meio de uma cortina de estradas pranchas de concreto armado do tipo Ravier, tendo o seu coroamento na cota 0.45m., sendo deixado o canal numa largura de 18m.

Em maio de 1941, quando já estavam construídos 581 m. de revestimento de margem, isto é, no trecho de condições mais precárias, foram os serviços interrompidos de modo a se processarem estudos complementares das condições do canal e observar o comportamento do trecho revestido.

Esse serviço de dragagem e revestimento de margem prossegue e deverá estar concluído até o fim de 1942 ou início de 1943.

Ilhéus (Baía)

FUNDAÇÃO DE UMA SOCIEDADE AFRO--BRASILEIRA - Na Vila de Guarací foi recentemente fundada uma Sociedade Afro-brasileira.

A Sociedade, entre outras finalidades, realizará reuniões de acôrdo com as tradições africanas usando músicas antigas e sempre que fôr possívei as do rítmo africano.

Iratí (Paraná)

DELIMITAÇÃO DAS ZONAS URBANAS DA CIDADE — O prefeito municipal de Irati, pelo decreto-lei n.º 147, de 26 de dezembro do ano passado, publicado no Diário Oficial do Estado, em 4 de março dêste ano, estabeleceu a divisão da cidade, para os efeitos legais, em quatro zonas urbanas, a saber:

Zona Central, Primeira Zona, Segunda Zona e Terceira Zona.

A Zona Central, compreenderá a área limitada pelo perimetro seguinte, inclusive ambos os lados das ruas limitrofes: Inicia na rua Dr. Munhoz da Rocha no ponto de interseção com a rua Cel. Manoel Gracia, seguindo depois por esta até a rua Alfredo Bufrem; daí, pela rua Alfredo Bufrem até as ruas Cel. Manuel Garcia e Dr. Munhoz da Rocha.

A Primeira Zona compreenderá a área limitada pela linha de fecho da Zona Central e o perímetro que segue abrangendo ambos os lados das ruas limítrofes; tendo como ponto de partida a rua Dr. Correia, esquina da rua Cel. Pires segue por esta até a linha férrea da Rêde Viação Paraná-Santa Catarina; por esta até a rua Cel. Manuel García, em direção a rua 7 de Setembro; pela rua 7 de Setembro até a rua 15 de Julho e por esta até a rua da Liberdade; pela rua da Liberdade até a rua Marechal Floriano, daí em ângulo de 9.º atravessa a linha férrea da Rêde Viação Paraná-Santa Catarina até a interseção com a rua Conselheiro Zacarias, desde a travessa do mesmo nome, até a rua Marechal Deodoro; por esta até a rua 24 de Maio; pela rua 24 de Maio até a rua Quintino Bocaiúva; por esta até a rua Alfredo Bufrem; pela rua Alfredo Bufrem até a rua 15 de Julho e por esta até a rua Cel. Pires; pela rua Cel. Pires, até o ponto de partida, isto é, a rua Dr. Correia.

A Segunda Zona, compreenderá a área limitada pela linha de fecho da Primeira Zona e o perímetro que segue, inclusive ambos os lados das ruas limitrofes; inicia na rua da Mina, ponto de interseção com a linha férrea da Rêde Viação Paraná-Santa Catarina, seguindo por esta até a rua Cel. Manuel Garcia; pela rua Cel. Manoel Gracia (face NO) até o rio das Antas; continuando pela referida via, até a rua Cel. Saboia; pela rua Cel. Saboia até encontrar a rua 4; por esta até a rua B seguindo pela rua B até a rua 8; por esta até a rua E; daí até encontrar com a rua 10; pela rua 10 até a rua 24 de Maio; da rua 24 de Maio segue pela rua H até encontrar a rua 14: por esta até G; pela rua G até a rua 18; no ponto de interseção segue pela rua 18 até a rua 19 de Dezembro; pela rua 19 de Dexembro até a rua da Mina; por esta até encontrar a linha férrea da Rêde Viação Paraná-Santa Catarina, ponto inicial.

A Terceira Zona está compreendida entre os limites da Segunda Zona e quadro urbano, de conformidade com a planta cadastral da cidade.

Itajaí (Santa Catarina)

INSTALAÇÃO DE UMA GRANDE FÁBRICA DE CIMENTO — Segundo noticiou o "Bole-tim Comercial", de Florianópolis, em seu número de abril dêste ano, estão definitivamente assentadas as bases para a instalação em Itajaí de uma grande fábrica de cimento Portland. A nova indústria itajaiense, que tem como incorporador o Sr. Roland Renaux, terá uma emissão inicial de 30 milhões de cruzeiros em ações, cuja distribuïcão será a seguinte: 10 milhões de cruzeiros ao acervo das indústrias Renaux; 10 milhões para serem distribuídos por outros acionistas em Santa Catarina e o restante para o Rio.

A Fábrica será nas imediações da Barra do Rio e disporá de uma pequena rêde ferroviária própria.

Itaparica (Pernambuco)

ÍNDIOS PANCARÚS -- A FESTA DO UMBÚ Os índios aldeiados da tribo Pancarús, no Brejo dos Padres, levaram a efeito em março a grande festa anual denominada "A Festa do Umbú". O programa compõe-se de dansas, com seus trajos típicos, sendo executadas as do Prauá e do Torê. É uma festa animada com ritual próprio. Para a mesma deu todo apóio o professor Agenor Guedes Pereira, atual di-retor do Pôsto Indígena do Pancarús. O Pôsto Indigena dos Pancarús está subordinado ao Servico de Proteção aos Índios.

ESTUDOS GEODÉSICOS E ASTRONÔMI-COS - Esteve em março último de passagem por Itaparica uma comissão de americanos, em estudos geodésicos e astronômicos, composta de um oficial e cinco sargentos.

Juazeiro (Ceará)

INQUÉRITO DE JUAZEIRO - Esteve no mês de março próximo passado em Juazeiro, no Ceará, o Sr. Nóbrega da Cunha, diretor da Divisão do Ensino Primário do Ministério da Educação. Numa reunião de alunas e professores da Escola Normal Rural da cidade, expôs interessante plano de trabalho que será desenvolvido, durante o ano letivo, pelas futuras mestras ruralistas. Em palestra com os jornalistas da capital cearense, assim falou o Sr. Nóbrega da Cunha sóbre o aludido plano: — "Trata-se de uma aplicação "em grande", isto é, em extensão e profundidade, da técnica, que, em pedagogia, se tornou conhecida pela denominação de "método de projeto". Juazeiro foi escolhida para campo dessa aplicação que constituirá ao mesmo tempo, um valioso exercício prático para as normalistas e um importante ensaio dessa técnica a ser, depois, aproveitado em todo o país, porque nenhuma outra cidade brasileira apresenta conjunto tão interessante de aspectos como a metrópole do Cariri. Juazeiro, com efeito, é uma cidade dotada de personalidade especial, seu município é relativamente pequeno e bem caracterizado e, por fim, sua escola normal possue um espírito inteiramente aberto a tôdas as iniciativas de renovação.

O plano, tracado para a Escola Normal Rural, consiste no projeto de um inquérito - que as aulas realizarão, orientadas pelo corpo docente e auxiliadas por todos os homens cultos da cidade - para o estudo do município sob todos os aspectos, mediante pesquisa e observação, devendo de tudo isso resultar uma completa monografia que será publicada, com documentação fotográfica, sob o título "Inquérito de Juazeiro". A execução do plano dará oportunidade a que as alunas desenvolvam as noções teóricas, adquiridas em classe, no estudo de tôdas as disciplinas do programa regular, aperfeiçõem a capacidade de iniciativa e exercitem o espírito de pesquisa, habituando-se também às vantagens do trabalho em grupo, isto é, em cooperação:

1.0) História de Juazeiro: a) Primitivos habitantes da região (indios), sua raça, língua, costumes; b) Primeiros povoadores, procedência, realizações, lutas e famílias, que deram origem; c) Fundação do povoado inicial, elevação a vila, criação do município; d) Figuras marcantes da história de Juazeiro.

2.0) Geografia de Juazeiro; a) Física aspectos gerais do solo, corografía, potomografia, geologia, mineralogia, climatologia; b) Econômica - flora, fauna, pecuária, mineração, indústria e comércio; c) Humana — grupos humanos que constituem a sua população atual, (os nascidos em Juazeiro e os procedentes de outros Estados e municípios), suas maneiras de vida, seus tipos de habitação, suas contribuições para o desenvolvimento do município; d) Política — organização administrativa, judiciária e religiosa.

3.º) Problemas urbanos de Juazeiro: a) características da cidade e dos distritos, vias de comunicação, serviços públicos (água, esgotos, luz, etc.); b) — possibilidades de um plano de urbanização, (sentido do desenvolvimento da cidade, embelezamento dos logradouros públicos, arborização, etc.) c) vida administrativa — orçamentos de receita e despeza, códigos de posturas e regulamentos municipais.

4.º) Problemas sociais de Juazeiro: a) Educação, cultura, recreiação e folclore; b) saúde, higiene e asistência social; c) sêcas e suas conseqüências para o município.

Juiz de Fóra (Minas Gerais)

O 93.º ANIVERSÁRIO DA CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO — Juiz de Fóra comemorou no dia 31 de maio o 93.º aniversário da criação do seu Município, pela lei provincial n.º 472 que elevou a então paróquia de Santo Antônio de Juiz de Fóra, à categoria de vila e constituindo o seu Município.

×

Mamanguape (Paraíba)

"O PASSADO E O PRESENTE DE MAMAN-GUAPE" — Em João Pessoa, capital da Paraíba, ao microfone da Rádio Tabajara, o escritor Celso Mariz pronunciou, no dia 21 de março, uma conferência sôbre "O passado e o presente de Mamanguape", na qual estudou as diferentes fases do desenvolvimento econômico regional.

×

Mariana (Minas Gerais)

CENTENÁRIO DE DIOGO DE VASCONCE-LOS — Em Mariana, onde nasceu o historiador Diogo de Vasconcelos, foram realizadas várias homenagens à sua memória no seu centenário de nascimento, no dia 8 de maio. No dia 22 do mesmo mês esteve na cidade uma caravana, que também visitou Ouro Preto, composta da diretoria e membros do Instituto Histórico, de representantes da Academia Mineira de Letras, representantes da imprensa, filhos e membros da família do historiador.

Recebida na estação pelo prefeito interino, Sr. Dante Sampalo, funcionário da Prefeitura, elementos destacados do clero e grande massa de povo, dirigiram-se para o Hotel Central, onde se serviu um almôço, oferecido pela Prefeitura.

A seguir, teve lugar a colocação da placa no lugar onde existiu a casa em que nasceu Diogo de Vasconcelos, à rua da Olaria.

Falaram no ato da colocação da placa — "Neste lugar existiu a casa onde nasceu Diogo de Raimundo Trindade, em seu nome e pelo cléro;

cônego Francisco Braga, em nome da Prefeitu<u>r</u>a e do povo de Mariana, e o historiador Geraldo Dutra de Morais, pelo Instituto Histórico.

Sessão solene na prefeitura — Abriu a sessão o prefeito, dr. Dante Sampaio, que, em seguida, deu a palavra ao orador da Prefeitura, professor Joaquim de Vasconcelos Mota, que leu aplaudida oração.

Falou, depois, o presidente do Instituto Histórico, Sr. Benedito Quintino dos Santos.

Esteve presente a sessão, tocada de viva emoção, a unica irmã sobrevivente de Diogo de Vasconcelos, a Sra. Henriqueta Firmina de Vasconcelos, que foi muito cumprimentada. Ao ensêjo da visita a Mariana, o presidente

Ao ensejo da visita a Mariana, o presidente do Instituto Histórico fêz entrega dos diplomas de sócios correspondentes ao cônego Raimundo Trindade e ao capitão Antonio Ferreira de Morais

*

Montes Claros - (Minas Gerais)

CONSTRUÇÃO DE NOVA SEDE PARA OS CORREIOS E TELÉGRAFOS — Em Montes Claros, será em breve iniciada a construção de um edifício de três pavimentos, para sede dos Correios e Telégrafos.

*

Nazaré — (Pernambuco)

INAUGURADO O EDIFÍCIO DA BIBLIOTE-CA PÚBLICA — Foi inaugurado em abril último o edifício da Biblioteca Pública da cidade de Nazaré da Mata, no norte do Estado. Nazaré é um dos mais importantes municipios pernambucanos. No seu território existem, além de grandes usinas de açúcar, cêrca de 300 engenhos banguês. Na sede do município há várias associações de classes e culturais, com edifícios próprios. O comércio é bem desenvolvido, existindo bancos locais, cooperativas de crédito e pequenas indústrias. Dentre os grandes edifícios da cidade destaca-se a Catedral, a Prefeitura e o Forum.

*

Nova Friburgo — (Rio de Janeiro)

NOMENCLATURA DOS NOMES DAS RUAS DA CIDADE — O sr. Prefeito do Município de Nova Friburgo, pela Portaria n.º 1, de 3 de fevereiro dêste ano, designou o sr. Pedro Cario, dr. Otávio L. Morais e dr. José Felix Veroneze para elaborarem um estudo sôbre a regularização da nomenclatura das ruas da cidade, devendo apresentar sugestões sôbre mudanças de nomes dos logradouros públicos, julgados imprescindíveis.

A ZONA URBANA DIVIDIDA EM DOIS BAIRROS — Pelo Decreto-lei n.º 53, de 14 de janeiro déste ano, publicado no Diário Oficial — secção Diário das Municipalidades — de 28 do mesmo mês, o sr. Prefeito de Nova Friburgo, pôs em vigor o Código de Obras do Municipio.

A zona urbana está dividida em dois bairros: o comercial e o residencial, compreendendo o primeiro os seguintes logradouros: ruas MacNiven, Visconde de Bom Retiro, Alberto Braune, Sete de Setembro, Riachuelo, Leuenroth, Comandante Ribeiro de Barros, Modesto de Melo (1.º trecho), Visconde de Itaboraí (até a esquina da rua General Câmara), São João, Farinha Filho, General Pedra e Luiz Spinelli e praças 15 de Novembro e Conselheiro Julius Arp.

O bairro residêncial compreende os logradouros situados nos seguintes morros: da Boa Vista, do Cemitério, de D. Mariana, da Vila Guaraní, do Nicote, do Bairro da Bela Vista, das Braunes, do Xaxá, de Santa Teresinha, de Vila Amélia e Lagoinha, e mais os seguintes logradouros: ruas Augusto Cardoso, Andrade Neves, Almirante Barroso, Anchieta, Arnaldo Bittencourt, Alvares de Azevedo, Baronesa, Barão do Rio Branco, Bonfim, Campesina, Coronel Zamith, Conselheiro Sinimbú, Carlos Enggert, Carlos Eboli, Casimiro de Abreu, Coronel Galiano das Neves, Carlos Baltazar da Silveira, Duque de Caxias, Ernesto Brasílio, Gonçalves Dias, General Osório, General Câmara, Governador Portela, Henrique Zamith, Lopes Trovão, Luíza Carpenter, Modesto de Melo (2.º trecho), Monsenhor Miranda, Major Marques Braga, Marechal Deodoro, Ministro Plínio Casado, Nilo Peçanha, Oito de Janeiro, Pastor Meyer, Prudente de Morais, Professor Frezze, Padre Madureira, Padre Luiz Yabar, Padre Rafael Galante, São Clemente, São Pedro, Santo Inácio, Silva Jardim, Salusse, Sousa Cardoso, Três de Outubro, Uruguaiana, Visconde de Itaboraí (a partir da rua General Câmara); praças: do Suspiro e 1.º de Março, e avenidas: Comte. Bittencourt, Euterpe Fribuerguense e Rui Barbosa.

*

Novo Hambugo - (R. G. do Sul)

INSTALADA A ESTAÇÃO RODOVIÁRIA — Oficializada pelo D.A.E.R., foi oficialmente instalada, no dia 7 de abril, na cidade de Novo Hamburgo, a Estação Rodoviária de Novo Hamburgo.

A cargo da nova estação ficou afeta a venda de passagens, para os ônibus que partem para Pôrto Alegre e São Leopoldo e localidades do interior.

*

Ouro Preto - (Minas Gerais)

CENTENÁRIO DE DIOGO DE VASCONCE-LOS — Em Ouro Preto foram levadas a efeito várias solenidades, em memória do historiador Diogo de Vasconcelos, no dia do centenário de seu falecimento, a 8 de maio.

Afim de participar dos festejos promovidos sob os auspicios da Prefeitura local, esteve em Ouro Preto uma caravana de intelectuale e historiadores de Belo Horizonte, chefiada pelo historiador Salomão de Vasconcelos.

As 8 horas, realizou-se missa solene na Matriz de Antônio Dias, estando o sermão a cargo do revmo. padre Pedro Vidigal.

Do Rio de Janeiro, também, na mesma data, chegou a Ouro Preto, uma embaixada de historiadores e homens de letras.

Durante a sessão solene, que se realizou na antiga capital de Minas, o historiador Geraldo Dutra de Morais pronunciou uma conferência, em nome do Instituto Histórico de Minas Gerais, sob o título "Vida e obra de Diogo de Vasconcelos".

No dia 22, ainda em comemoração ao centenário de Diogo de Vasconcelos, chegou à antiga capital mineira uma caravana composta da Diretoria e membros do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, representantes da Academia Mineira de Letras, institutos de ensino, jornalistas, filhos e membros da família do referido historiador.

A caravana chegou a Ouro Preto à tarde, sendo-lhe oferecido um jantar pelo Prefeito, sr. Washington Dias, seguindo-se uma visita ao Museu dos Inconfidentes.

No dia seguinte, 23, às 8 horas da manhã, foram todos incorporados assitir à missa so-lene oficiada, na Matriz do Pilar, pelo monsenhor João Barbosa, fazendo-se ouvir, durante a missa, excelente conjunto, com harmônio e violino.

Na Chácara da água — Dalí seguiram os visitantes para a chácara da Água Limpa, onde Diogo de Vasconcelos residiu durante 44 anos. No edifício principal da chácara antes de ser colocada a placa comemorativa mandada fazer pelo Instituto Histórico e Prefeitura local, falaram o presidente do Instituto, e os srs. Valdemar Tavares Pais, Caio Nelson de Sena e Tomé de Vasconcelos, filho do historiador.

Em seguida o presidente do Instituto sr. Quintino dos Santos, disse que, tendo o Instituto Histórico, com a aquiescência e colaboracão dos filhos de Diogo de Vasconcelos e com o apôio da Prefeitura de Ouro Preto e do Ser-viço do Patrimônio Histórico e Artístico Na-cional, resolvido criar na chácara da Água Limpa o "Asilo D. Jovelina Pires de Vasconcelos", para recolhimento da velhice desamparada, com uma secção destinada ao "Retiro dos Intelectuais", dava por criado êsse asilo, em memória do historiador e de sua espôsa, d. Jovelina Pires de Vasconcelos. Nomeou uma comissão composta do prefeito de Ouro Preto, de monsenhor João Barbosa e do assistente do S.P.H.A.N., dr. Francisco Lopes, para redigir os Estatutos da nova instituïção de caridade e propôs para zelador do "Retiro dos Inte-lectuais" o sr. Tomé de Vasconcelos e para guarda do edifício o sr. Manuel Geraldo, o que foi aprovado por aclamação. Falaram vários oradores, lavrando-se por

Falaram vários oradores, lavrando-se por fim uma ata.

No Teatro Municipal teve lugar, à tarde, uma sessão civica, presidida pelo prefeito, sr. Washington Dias, que falou sôbre a finalidade da assembléia, e em seguida, deu a palavra aos oradores inscritos, sr. Caio Nelson de Sena, em nome do Instituto Histórico, sr. Marcondes Verçosa e o sr. Armando Rolemberg, pelos estudantes.

Foi, depois, lida por tôda assistência, em voz alta e em conjunto, uma oração civica, escrita pelo sr. Valdemar Tavares Reis Pais, de invocação à Pátria, a qual terminou sob calorosas salvas.

Falou, ainda, aludindo às homenagens, realizadas em memória de Diogo de Vasconcelos, em Belo Horizonte, Mariana e Ouro Preto, o sr. Washington Dias. Com a palavra, o presidente do Instituto, dr. Benedito Quintino dos Santos, agradeceu ao prefeito de Ouro Preto o acolhimento e o brilho que emprestou às solenidades na Cidade-Monumento, encerrando-se a sessão.

Tomou parte nas comemorações uma delegação de acadêmicos de Belo Horizonte, representando a União Estadual dos Estudantes e chefiada pelo universitário Armando Rolemberg, secretário geral da U.E.E. A delegação foi homenageada pelos estudantes de Farmácia da cidade, realizando-se uma sessão sob a presidência do farmacolando Geraldo Pilar de Castro, vice-presidente da U.E.E. Falou o acadêmico Constantino Cardenzim, presidente do Diretório da Escola de Farmácia, respondendo em agradecimento o sr. Armando Rolemberg.

Palmeira - (Santa Catarina)

VILA TENENTE PORTELA - Colonizado por elementos provindos das chamadas colônias velhas, surgiu, há pouco mais de dois anos, no centro da mata virgem situada quase na divisa do Município de Palmeira, com o Estado de Santa Catarina, uma nova povoação que recebeu o nome de Tenente Portela, em homenagem a êsse militar que alí tombou em 1924. O movimento dessa nova zona já é intenso. quer no comércio, quer na indústria, como pela afluência de novos agricultores em procura de terras para dedicarem-se à agricultura. As estradas principais estão sendo construídas pela Inspetoria de Terras do Estado, e outras pela Prefeitura Municipal. Na sede, que conta pouco mais de dois anos de existência, acham-se edificadas, aproximadamente, duzentas casas, e está sendo construído também um edifício orçado em mais de sessenta mil cruzeiros, para o Grupo Escolar, o qual já está em franco funcionamento em prédio provisório, com grande frequência de alunos. A igreja e o hospital já estão quase concluídos.

Na praça denominada Miraguai, foi erigido um monumento em memória do tenente Portela, patrono da localidade, e na praça Tenente Paiva existe também um monumento em sua memória. No dia 15 de maio, a população da vila prestou uma homenagem ao sr. Felício Augusto de Almeida, prefeito municipal, por motivo da passagem de seu aniversário natalício, transcorrido no dia 1.º do mesmo mês.

Petrópolis — (Estado do Rio)

1.º CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DA CI-DADE — A cidade de Petrópolis comemorou com grande solenidade, no dia 16 de março, o 1.º centenário de sua fundação que teve lugar em 1843, pelo decreto imperial de D. Pedro II.

Foi o seguinte o programa oficial das comemorações:

Dia 13 - 21 horas - Inauguração da Ex-

posição Industrial, pelo Presidente da República.
Dia 14 — 10 horas — Grande concêrto sinfônico no Teatro D. Pedro, sob a regência do
maestro Eleazar de Carvalho — 16 horas — Ins-

talação da Casa de Santos Dumont.

Dia 15 — 10 horas — Inauguração, na Escola Major Koeller, do retrato do seu patrono

cola Major Keeller, do retrato do seu patrono

— 16 horas — Inauguração da Exposição de
Belas Artes, do Grupo Escolar D. Pedro II.

— Dia 16 — 6 horas — Alvorada nas praças
Rui Barbosa, D. Pedro e Vieira Cristo, respectivamente pelas bandas Comercial, Euterpe
e Primeiro de Setembro. 9 horas — Missa campal celebrada pelo Núncio Apostólico, D. Aloisi
Masella. O sermão gratulatório foi pronunciado
pelo bispo diocesano D. José Pereira Alves.
A missa foi celebrada na praça do Palácio de A missa foi celebrada na praça do Palácio de

at the same of the

Cristal, seguindo-se romaria aos túmulos dos Gristal, segundo-se folima aos cumidos dos fundadores da cidade D. Pedro II e major Koeller, onde o prefeito municipal, sr. Márcio Alves, depositou corôas em nome da cidade de Petrópolis. 15 horas — Inauguração do Grupo Petropolis. 15 horas — Inauguração do Grupo Escolar Siqueira Campos, em Cascatinha, pelo Interventor Amaral Peixoto. 17 horas — Inauguração do Museu Imperial pelo sr. Presidente da República. 20 horas — Fogos de Artifício na praça Rui Barbosa. 21 horas — Sessão solene do Museu Imperial, promovido pelo Instituto Histórico de Petrópolis. Discurso do professor Pedro Calmon Pedro Calmon.

Dia 21 — 17 horas — Conferência do pro-fessor Artur Sá Earp Neto, na Prefeitura. Dia 23 — 21 horas — Sessão solene promo-

vida pela Academia Petropolitana de Letras na Prefeitura, falando o professor Corrégio de Castro.

Dia 28 - 15 horas - Inauguração da Exposição Filatélica no Grupo Escolar Pedro II. Dia 30 — 21 horas — Sessão solene no Paço Municipal, sendo orador o sr. Cardoso de Miranda.

Em maio, nos dias 12 a 16, foi realizado o Congresso Eucarístico, com a participação de autoridades eclesiásticas de todo o Brasil. O Congresso foi encerrado com procissão solene.

O Decreto assinado por D. Pedro — São os seguintes os têrmos do decreto assinado por D. Pedro II e do qual resultou a formação da cidade de Petrópolis:

"Tendo aprovado o plano que me apre-sentou Paulo Barbosa da Sylva, do Meu Conselho, Official Mór, e Mordomo da Mi-nha Impérial Casa, de arrendar a Minha Fazenda denominada "Corrego Secco" ao Major de Engenheiros Koeller, pela quantia de um conto de réis anual, reservando um terreno suficiente para nelle se edificar um Palácio para Mim, com suas dependencias e jardins, outro para uma povoação que deverá ser aforado a particulares em datas ou prazos de cinco braças indivisiveis, pelo preço que se convencionarem, nunca menos de mil réis por braça:

"Hei por bem authorisar o sobredito Mordomo a dar execução ao dito plano sob estas condições. E, outrosim o Authoriso a fazer demarcar um terreno para nelle se edificar uma Igreja com a invocação de S. Pedro de Alcantara, a qual terá uma superficie equivalente a quarenta braças quadradas, no logar que mais convier aos vizinhos e foreiros, do qual terreno lhes faco doação para este fim e para o cemiterio da futura povoação. Ordeno portanto ao sobredito Mordomo que proceda aos ajustes e escrituras necessarias, nesta conformidade, com as devidas cautelas e circunstancias de localidade, e outrosim que forneça a minhas espenças os vazos sagrados, e ornamentos para a sobredita Igreja, logo que esteja em termos de n'ella se poder celebrar — Paço da Boa Vista deseseis de Março de 1843, vigesimo segundo da Independencia e do Império. Dom Pedro II. Paulo Barbosa da Sylva".

Fundada a cidade de Petrópolis, cuidou imediatamente o mordomo Paulo Barbosa de mediatamente o mordomo Paulo Barbosa de arrendar o Córrego Sêco, como lhe fôra ordenado, o que fêz a Júlio Frederico Koeller, em 26 de Julho de 1843.

As terras da Fazenda Córrego Sêco de Serra Acima, que pertenciam ao sargento-mór José Vieira Afonso e sua mulher D. Rita Mane de 1820.

Jesús foram adquiridas em 6 de fevereiro de 1830, por 50 000 cruzados, equivalente a Cr\$ 20 000,00, por D. Pedro I, passando em 1842 por herança a seu filho.

and the second second

Museu de Santos Dumont — Por iniciativa do Prefeito de Petrópolis, sr. Márcto Alves, foi organizado em Petrópolis o Museu de Santos Dumont, na casa em que habitava todos os anos, em sua estação de veraneio, o inventor da dirigibilidade dos balões e do aeroplano. A inauguração teve lugar no dia 21 de março, falando na ocasião os srs. Leví Carneiro, pelo PEN Clube do Brasil, Raul Pedrosa, pela Associação dos Artistas Brasileiros, e o Prefeito Márcio Alves. Ao ato estiveram presentes o ministro Salgado Filho e a sra. Amália Ferreira Santos Dumont, cunhada do "Pai da Aviação".

Museu Imperial — A Cerimônia da sua Inauguração — Como parte integrante das comemorações do contenário da fundação da cidade de Petrópolis, realizou-se, no dia 16 de março, a cerimônia da inauguração do Museu Imperial, instalado na antiga residência do Imperador D. Pedro II.

O ato foi presidido pelo Sr. Presidente da República, tendo discursado os srs. Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde, e Alcindo Sodré, Diretor do Museu. A seguir o sr. Presidente da República visitou as coleções do Museu, inclusive a coróa e o cetro dos Imperadores do Brasil, que se encontravam guardados na tesouraria do Tesouro Nacional e foram entregues ao Museu Imperial no dia 13 de março, em cerimônia realizada no Ministério da Fazenda.

Doacões e Visitas — O Museu Imperial de Petrópolis recebeu, durante o mês de Abril último, 4 219 visitantes. Dêstes 2 122 mulheres, 1 699 homens, 297 menores de 101 estudantes em visita coletiva. As visitas coletivas foram feitas por alunos da Universidade Católica e da Academia de Comércio do Rio de Janeiro, chefiados, respectivamente, pelos professores Everardo Backheuser e Sérgio D. T. Macedo. Durante o primeiro mês de funcionamento recebeu o Museu as seguintes doações: um punhal de ouro, tendo as armas imperiais e a sigla Pedro II, oferta do coronel Benjamim Vargas; uma garrafa, dois cálices brancos e um cálice vermelho, todos com as iniciais e coroa do barão de Arari, oferta de sua neta, D. Evangelina de Paranaguá Moniz; dois desenhos a lapis de D. Pedro II menino e um desenho e um exercício caligráfico da princesa D. Paula, oferta da familia do barão de Matos Vieira; um prato de porcelana francesa com as iniciais e a corôa do marquês de Itú, oferta de D. Elisa de Aguiar de Andrada; um lenço de cambraia de linho com a coroa imperial feita em crivo, que pertencera à imperatriz Leopoldina, oferta de D. Luísa Lopes de Oliveira Alves; uma chicara de porcelana e respectivo pires, que pertenceu ao barão de São José, oferta do sr. Vicente de Paulo Ribeiro de Miranda; uma caixinha de pano com flores pintadas, oferta de D. Julieta de Mayrink; uma fotografia do principe D. Pedro de Orleans e Bragança e sua família, oferta do sr. Humberto Fridolino Cardoso; duas chicaras de porcelana francesa e respectivos pires com as iniciais e coroa do visconde de Itaboraí, oferta de seu neto, sr. Artur Bosisio, por inter-médio do interventor Ernani do Amaral Peixoto; uma fotografia do Palácio de Cristal em Petrópolis, oferta do sr. Carlos Wehrs. Fizeram ain-da doações ao Museu: sr. Francisco Marques dos Santos, Conde de Paranaguá, prof. Ferreira da Rosa, dr. Heitor da Silva Costa, senhora Jorge de Gouveia, sr. Ricardo Francisco Canejo e D. Rute de Paula Leite. Foram entregues ao Museu pelo testamenteiro da sra. Luíza Melo Franco da Porciúncula, uma coleção de livros históricos sôbre o Brasil, mesa de xarão e retratos a óleo de seu marido, o republicano José Tomaz da Porciúncula, e de outros membros da família, tudo especialmente doado pela veneranda, senhora recentemente falecida. Foram transferidos do Arquivo Nacional para o Museu Imperial, por iniciativa de seu diretor sr. Vilhena de Morais, os seguintes objetos: um album com a coroa imperial e adornos de ouro e pérolas, oferecido pelos habitantes do Pôrto a D. Pedro II pelo feliz têrmo da Campanha do Paraguai; uma caixinha de jacarandá com ornatos de prata, contendo as chaves dos ataúdes de D. Pedro II e D. Teresa Cristina e um candelabro com campainha. A Biblioteca do Museu foi enriquecida pelas seguintes doações: Voyage au Brésil por S. A. R. Maximilien, oferta do sr. Heráclides César de Sousa Araújo; o Livro de Thilda, oferta do sr. José Vieira; Revista Genealógica Brasileira e várias publicações oficiais.

Pitanguí - (Minas Gerais)

AGÊNCIA DO BANCO DO BRASIL — Foi inaugurada, em março, a agência do Banco do Brasil em Pitanguí, cidade que já conta com 4 estabelecimentos bancários.

Salinas - (Minas Gerais)

NOVA SEDE DA PREFEITURA — Foi inaugurada em março último, a nova sede da prefeitura municipal de Salinas. O novo prédio, recentemente remodelado e adaptado está em condições de comportar todos os órgãos administrativos do govêrno municipal.

Salvador — (Baía)

NOMEADO O FISCAL DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE — O sr. Prefeito do Município do Salvador, Estado da Baía, pela Portaria n.º 309, publicado no Diário Oficial, do Estado, de 2 de abril dêste ano, nomeou o engenheiro civil João Augusto Calmon du Pin e Almeida para exercer as funções de Fiscal do Contrato para a organização do plano de Urbanização da Cidade do Salvador, celebrado entre a Prefeitura e o engenheiro Mário Leal Ferreira, percebendo a gratificação mensal de 2 mil cruzeiros.

São Gabriel - (Rio Grande do Sul)

MUSEU JOÃO PEDRO NUNES — Por despacho de 3 de março, o sr. Diretor da Diretoria das Prefeituras Municipais do Rio Grande do Sul submeteu à consideração do Prefeito de São Gabriel o processo 5 339-67-86.1942, que trata da possibilidade de ser incorporado ao patrimônio do municipio o Museu João Pedro Nunes.

São Gonçalo de Sapucaí — (Minas Gerais)

COMEMORAÇÃO DO 2.º CENTENÁRIO DE FUNDAÇÃO — São Gonçalo de Sapucaí, onde nasceu o grande naturalista Barbosa Rodrigues, onde Lúcio de Mendonça passou sua mocidade, onde Raimundo Corrêa foi juiz e escreveu os seus melhores sonetos e onde viveu e morreu Bárbara Heliodora, heroína da Inconfidência, festejou em maio o segundo centenário de sua fundação. Houve missa solene na igreja matriz, pregando o cônego Mesquita. Na sessão solene no Paço Municipal, presidida pelo prefeito Ibraim de Carvalho falaram vários oradores que exaltaram as tradições da cidade. À noite realizou-se grande baile no club local, comparecendo muitas famílias das cidades vizinhas.

São Jerônimo - (Paraná)

MUDANÇA DA SEDE DO MUNICÍPIO — A Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais, em sua sessão de 20 de abril, conforme ata publicada no Diário Oficial, de 30 do mesmo mês, opinou pela elaboração de ante-projeto de decreto-lei federal autorizando, em face dos motivos excepcionais alegados, a mudança da sede do Município de São Jerônimo (Paraná) da cidade dêsse nome para a vila de Assaí, distrito do mesmo Município.

Tupaciguara - (Minas Gerais)

INAUGURADA A ESTAÇÃO TELEGRÁFICA
— Na cidade de Tupaciguara, teve lugar no dia
28 de fevereiro a inauguração da estação telegráfica local, sendo o ato comemorado festivamente.

Vitória - (Pernambuco)

1.º CENTENÁRIO DE ELEVAÇÃO À CATE-GORIA DE CIDADE — Conforme noticiamos no número anterior dêste *Boletim*, a cidade de Vitória, no interior de Pernambuco, comemorou festivamente, no dia 6 de maio, o 1.º centenário de sua elevação à categoria de cidade.

A então vila de Santo Antão, pela lei provincial 113, do Conde da Boa Vista, passou à categoria de cidade com o nome de cidade de Vitória, em lembrança da grande vitória alcançada pelas armas luso-brasileiras sóbre os holandeses, na batalha do monte das Tabocas, situado em terras do município, a 3 de agôsto de 1645.

As comemorações tiveram início no dia 1.º de maio, apresentando a cidade aspecto festivo, com as ruas e edifícios públicos ornamentados e com iluminação especial.

Às 6 horas, ao pé do monumento comemorativo da batalha das Tabocas, foi celebrada missa campal, realizando-se, em seguida, um desfile trabalhista, no qual tomaram parte operários da cidade e do campo. Às 14 horas, foi inaugurada a sede da Sociedade Beneficente de Artistas e Operários "Amor e Trabalho".

Seguiu-se a inauguração da Exposição Municipal Agro-Industrial e Artística e Exposição das Realizações do Estado Novo, em Pernambuco. Ao ato da inauguração estiveram presentes o sr. Nilo Pereira, diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, sr. Paulo Pimentel, diretor do Departamento Estadual de Estatistica, prefeito José Aragão e outras autoridades do Município, além de grande massa popular.

À noite, no Teatro Diogo Braga, realizou-se um espetáculo de gala, promovido pela Tuna Portuguesa.

Na praça Dom Luiz funcionaram o parque de diversões, o teatro de variedades e outros divertimentos populares.

A Exposição Agro-Industrial abrangeu diversos "stands" onde foram expostos produtos agrícolas, industriais e artísticos, documentação estatística e fotográfica.

O dia 2 — "Dia da Pátria" — foi dedicado ao culto da Pátria, realizando-se, pela manhã, uma romaria civica ao monte das Tabocas.

As 16 horas, teve lugar uma concentração ao pé do monumento de Diogo de Braga, fundador da cidade, realizando-se então, imponente homenagem ao Brasil, presidente Getúlio Vargas e fôrcas armadas.

As 17 horas, na igreja matriz foi realizada uma solene cerimônia cívico-religiosa em ação de graças pelos benefícios recebidos nesses cem anos, seguindo-se a inauguração da Exposição de Animais patrocinada pelo govêrno do Estado.

No dia 3, dedicado às crianças, os escolares levaram a efeito o desfile pelas ruas principais da cidade, sendo-lhes oferecido entretenimentos no parque de diversões da praça Dom Luiz.

O dia seguinte, denominado da Satidade, foi destinado à recordação dos vultos destacados da história e da vida do município, entre os quais o poeta Demóstenes de Olinda, patrono de uma das cadeiras da Academia Pernambucana de Letras; o escritor Estêvão Cruz e o antigo governador de Pernambuco, dr. José Bezerra.

Do programa constou: 7 horas — bênção da capela recem-erguida no cemitério público e missa em sufrágio da alma de todos os que nele se encontram sepultados. Distribuïção de bôlo aos esmoleres, na Casa dos Pobres; 17 horas — sessão cívica no Paço Municipal, em memória dos nomes ilustres do município.

No dia 5 foi celebrado o "Dia da Cultura", tendo sido levada a efeito uma hora literoartística com a participação de vários elementos da sociedade local.

No dia 6 — Data do centenário — às 10 horas, na matriz local, sob a invocação de Santo Antão, padroeiro da cidade, foi cantada uma missa gratulatória pelo vigário de Vitória. A cerimônia compareceram o prefeito José Aragão e demais autoridades.

As 11 horas foi recebido o interventor Agamenon Magalhães, que foi saúdado pelo promotor da comarca, sr. Tertuliano Vieira Brasil. Seguiu-se o almôço oferecido ao chefe do govêrno no tradicional Hotel Fortunato. O prefeito local, sr. Aragão Bezerra Cavalcante fêz uma saúdação ao interventor Agamenon Magalhães, que respondeu declarando que Vitória no decurso de um século, apresentava um grande exemplo de trabalho e confiança na terra e no homem. Vitória tem duas mil e cem pequenas propriedades. É terra dividida e plantada por todos. É colmeia em que todos fabri-

1

cam o mel da felicidade comum. É, no Estado Novo, evolução social. É um protesto contra o latifúndio.

A seguir falou o dr. Euclídes Ferraz, juiz de Direito da Comarca, pronunciando o brinde de honra ao presidente da República.

Depois do almôço, o interventor Agamenon Magalhães, acompanhado de sua comitiva, e das autoridades locais, dirigiu-se ao recinto da Grande Exposição Municipal, percorrendo todos seus "stands" e instalações. As 16 horas, na praça Duque de Caxias foi

Às 16 horas, na praça Duque de Caxias foi inaugurado o monumento comemorativo do centenário, obra do escultor vitoriense Luiz Ferrer.

O monumento é constituído por um obelisco, cujo pedestal, de quatro faces, apresenta três baixos relevos: aspecto da vila de Santo Antão, em 1843; cena da batalha das Tabocas; evolução da figura do barão da Boa Vista, presidente da província de Pernambuco, que assinou, a 6 de maio de 1843, a lei n.º 113, elevando a vila de Santo Antão à categoria de cidade, com o nome de Vitória, e à frente do monumento, a placa comemorativa do centenário.

Seguiu-se o encerramento das solenidades com a entrega dos prêmios aos expositores e o baile oferecido pela sociedade às autoridades.

Bibliografia

Apontamentos bio-bibliográficos de geógrafos brasileiros contemporâneos

Avelino Inácio de Oliveira

Engenheiro civil e de minas, titulado pela tradicional e afamada Escola de Minas, de Ouro Preto, o geólogo Avelino Inácio de Oliveira pertence à moderna equipe de especialistas que tanto tem beneficiado o Brasil estudando o seu solo e fomentando a sua economia, através de notáveis serviços técnicos e de eruditas e pacientes pesquisas levadas a efeito em quase tôda a extensão do seu imenso e

ainda pouco conhecido território.

Ocupando atualmente destacado cargo no Departamento Nacional da Produção Mineral, como diretor que é da Divisão de Fomento da Produção Mineral, c engº Avelino Inácio continua alí a obra iniciada pelos profissionais, seus antecessores, notadamente a dos saüdosos cientístas Gonzaga de Campos e Euzébio de Oliveira. Velando pela tradição de labor e de cultura de tão importante setor técnico, vem êle imprimindo orientação segura e proveitosa aos trabalhos de indagações científicas alí em curso, que valem como excelentes contribuïções à ciência e à riqueza material do País.

Nomeado engenheiro-ajudante contratado do antigo Serviço Geológico e Mineralógico, a 13 de setembro de 1917, um ano após haver conquistado o título de engenheiro civil e de minas (1916), iniciou sua carreira profissional ingressando na turma de pesquisas de carvão de pedra e de petróleo no vale do Amazonas, indo, por isso, naquele ano para o município de Maués, Estado do Amazonas, local indicado para os serviços, sendo-lhe conferida a função de engenheiro-aju-

dante da turma encarregada de tão árduas tarefas.

Trabalhando nessa turma, recebeu a incumbência de, ao ensêjo dos trabalhos de perfuração, fazer também reconhecimentos geológicos nos rios Paraurí, Urupadí, Mamurú, Maicurapá, Solimões, Javarí, Pardo, Itacoaí e Quixito, situados no Estado do Amazonas, demorando-se na execução dessas tarefas até 31 de dezembro de 1919, havendo, durante êsse tempo de proficuos e úteis trabalhos, conseguido sólida reputação profissional, passando o seu nome a figurar, desde então, entre os principais técnicos brasileiros da sua especialização. Em 1 de janeiro de 1920, tal foi a eficiência e a competência demonstradas no desempenho de tais funções que, a partir daquela data, até 15 de agôsto de 1923, esteve na direção dos trabalhos de pesquisas de carvão e de petróleo no vale amazônico. Em agôsto de 1923, deixa o engo Avelino Inácio a direção daqueles serviços porque, precisando o Govêrno de nomear um técnico de tirocínio que chefiasse a Comissão Brasileira junto à Missão Norte-Americana que veio naquela época ao Brasil para estudar o problema da borracha na bacia amazônica, a escolha recaiu no seu nome, sendo-lhe confiado êste encargo.

Nova oportunidade teve êle, assim, de demonstrar sua competência e operosidade profissional ao acompanhar de perto os trabalhos dos técnicos americanos os quais se desenvolveram em larga zona de ação, abrangendo o seguinte percurso: Cidade de Belém, rios Amazonas, Madeira, Bení, Madre de Dios, Abuña, Acre, Purús, Solimões, Amazonas-peruano, Marañon, Huallaga, Negro, Tapajoz, Tocantins, ilha do Marajó e as regiões baïanas abrangidas pela Estrada de Ferro

Nazaré e bacia do Rio das Contas.

Encerrados, em 1924, os trabalhos da Missão Norte-Americana, nova comissão teve êle de desempenhar: o estudo da geologia da bacia do rio Branco, no Estado do Amazonas, cabendo-lhe ainda, na oportunidade, por delegação especial do govêrno, apurar as intenções da Expedição Hamilton Rice que se encontrava no momento realizando pesquisas e estudos na região. Delicada incumbência que, além de conhecimentos profissionais, requeria sagacidade e finura de trato.

A êle não faltaram êsses atributos, conseguindo assim honrar a confiança com que foi distinguido, apresentando extenso relatório sôbre o que observou.

Em 1925 voltou Avelino Inácio a chefiar os trabalhos de pesquisas de carvão de pedra e de petróleo no vale do Amazonas, dando novo rumo às pesquisas, visando apenas o petróleo, permanecendo na chefia dêsses trabalhos até agôsto de 1933, quando, a chamado do govêrno, regressou ao Distrito Federal, em face da reforma que se processou na organização do Ministério da Agricultura, naquele ano.

Havendo o cientista Eusébio de Oliveira sido nomeado diretor do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, na vaga ocorrida com o falecimento do geólogo Gonzaga de Campos, resultou no aproveitamento de Avelino Inácio para exercer o cargo de geólogo do mesmo serviço, depois de se haver submetido a concurso, no qual tomaram parte 7 geólogos de nomeada. Obtendo classificação em 1.º lugar, perante uma comissão examinadora, composta de exigentes e eruditos especialistas, essa foi uma das maiores vitórias de sua vida profissional.

Nomeado geólogo efetivo em setembro de 1929, tornou êle à Amazônia para

prosseguir os trabalhos técnicos alí em andamento.

No ano de 1933, sendo distinguido para exercer a chefia da Secção de Prospecção da Diretoria de Minas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, voltou ao Distrito Federal permanecendo no cargo até princípios de 1936. Vagando em 1936, o cargo de diretor da Diretoria de Minas, já então denominada Serviço de Fomento da Produção Mineral, assumiu êle a direção dêsse importante setor do Departamento Nacional da Produção Mineral, por nomeação do govêrno federal. Em 21 de setembro de 1938 deixou o exercício de tais funções, passando a servir como chefe de secção do Conselho Nacional do Petróleo.

A 24 de junho de 1942, a convite do atual Ministro da Agricultura voltou a dirigir a Divisão de Fomento da Produção Mineral, cargo que atualmente exerce.

Nesceu Avelino Inácio de Oliveira na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, em 10 de novembro de 1891.

Técnico de projeção nacional, o seu nome figura com relêvo nos quadros so-

ciais de várias instituições científicas, possuindo os seguintes títulos:

Bacharel em Ciências e Letras pelo Ginásio Diocesano de Uberaba, Minas Gerais, em 1909; engenheiro de minas e civil pela Escola de Minas de Ouro Preto, em 1916; engenheiro de minas, classe M do Quadro único do Ministério da Agricultura; diretor da Divisão de Fomento da Produção Mineral; membro do Conselho Técnico dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização; Representante do Ministério da Agricultura come Delegado Técnico junto ao Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia; sócio da "The National Geographic Society", do "American Institute of Mining and Metallurgical Engeneering", do "Instituto Brasileiro de Mineração e Metalurgia" do "Instituto Histórico e Geográfico do Pará" e do "Clube de Engenharia".

Avelino Inácio de Oliveira, conhecendo tão bem o território brasileiro, através de expedições, de pesquisas e estudos, tem dado à bibliografia especializada valiosas contribuïções, sendo a mais notável a denominada Geologia do Brasil, trabalho que elaborou de parceria com o geólogo Othon Henry Leonardos, como contribuïção do Brasil às Festas dos Centenários Portuguêses, últimamente comemorados. Esse livro reüne os mais amplos conhecimentos da Geologia brasileira, estando esgotada a 1.ª edição, sendo considerada a obra mais completa no gênero.

A sua extensa ficha bibliográfica acusa a existência de perto de 20 trabalhos, todos êles considerados de suma importância, como veremos a seguir:

I — LIVROS, RELATÓRIOS E BOLETINS

- 1923 Ligação geológica entre o vale do Tapajoz, e as sondagens no Município de Maués. Serviço Geológico e Mineralógico. In Relatório Anual do Diretor, 1921, pp. 71/72 Rio de Janeiro.
- 1924 Estudos geológicos na fronteira com o Perú. Boletim n.º 8, do Serviço Geológico e Mineralógico, pp. 55/76. Com 3 ilustrações e 1 mapa de reconhecimento da região do Alto Solimões, Javarí e seus afluentes e rio Içá. (Em colaboração com Paulino de Carvalho). Rio de Janeiro.

Estudos sôbre o vale do Amazonas. Comissão Brasileira junto à Missão Oficial Norte-Americana de Estudos no vale do Amazonas *Relatório*. 1 vol., 476 ps. 231 estampas e mapas — Rio de Janeiro.

Estudos sôbre o vale do Amazonas — (Reprodução da 2.ª parte do trabalho anterior) — Serviço Geográfico e Mineralógico, ps. 341/416 — Rio de Janeiro — sem data da impressão.

1926 — Reconhecimentos geológicos nos rios Guajará e Capim. Boletim n.º 15 do Serviço Geológico e Mineralógico, ps. 124/128. (Ém colaboração com Egeu M. de Almeida Gomes). Rio de Janeiro.

Reconhecimentos geológicos e sondagens efetuadas na região entre os rios Abacaxís e Tapajoz. Boletim n.º 15 do Serviço Geológico e Mineralógico, ps. 7/111. Com 31 ilustr., e 7 mapas. (Em colaboração com Paulino Franco de Carvalho) — Rio de Janeiro.

1928 — Através da Guiana Brasileira pelo rio Erepecurú, Estado do Pará. Boletim n.º 31, do Serviço Geológico e Mineralógico, ps. 3/39. Com 41 ilustr. e um mapa geológico do rio Erepecurú — Rio de Janeiro.

Reconhecimento geológico no rio Xingú, Estado do Pará — Boletim n.º 29 do Serviço Geológico e Mineralógico, ps. 3/22. Com 24 ilustrações, 1 mapa geológico do vale do rio Xingú e 1 perfil da margem direita, logo a montante da foz do Igarapé Trahirão. Rio de Janeiro.

Reconhecimento geológico nos rios Anapú, Pacajá e Iriuanan. Boletim n.º 29 do Servico Geológico e Mineralógico, ps. 25/6. Rio de Janeiro.

- 1929 Bacias do Rio Branco, Estado do Amazonas Boletim n.º 37 do Serviço Geológico e Mineralógico, ps. 1/50. Com 24 ilustrações. Rio de Janeiro.
- 1932 Pesquisas de petróleo no rio Tapajoz. In "Relatório Anual do Diretor do Serviço Geológico e Mineralógico" 1931 ps. 76/82 Rio de Janeiro.
- 1936 Baritina em Araxá. Minas Gerais. Avulso n.º 10 do Serviço de Fomento da Produção Mineral, ps. 1/11, com fotografias Rio de Janeiro.

 Depósitos de cromita do Estado da Baía Avulso n.º 12 do Serviço de Fomento da Produção Mineral. Rio de Janeiro.
- 1937 Recursos minerais da bacia do rio Branco. Avulso n.º 18 do Serviço de Fomento da Produção Mineral, ps. 1/12. Com ilustrs. Rio de Janeiro.

 Relatório da Diretoria 1934-1935 Boletim n.º 18 do Serviço de Fomento da Produção Mineral, ps. 1/199. Com 21 ilustrs. Rio de Janeiro.
- 1938 Relatório da Diretoria 1936 Boletim n.º 29 do Serviço de Fomento da Produção Mineral, ps. 1/257. Rio de Janeiro.

Relatório da Diretoria — 1937 — Boletim n.º 31 do Serviço de Fomento da Produção Mineral, ps. 1/227. Rio de Janeiro.

Situação do problema do petróleo no Brasil em 1938. Boletim n.º 23, do Serviço de Fomento da Produção Mineral, ps. 1/64. Com 1 mapa. Rio de Janeiro.

- 1940 Geologia do Brasil Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal 1 vol., ps. 472, com ilustrs., e 1 mapa geológico do Brasil e de parte dos países vizinhos. (Em colaboração com Othon Henry Leonardos). Rio de Janeiro.
 - Relatório da Diretoria, janeiro a setembro de 1938 Boletim n.º 41, da divisão do Fomento da Produção Mineral, ps. 5/58 Rio de Janeiro. Geologia do Brasil (Em colaboração com Othon Henry Leonardos) 1.º edição Rio de Janeiro.
- 1943 Geologia do Brasil (Em colaboração com Othon Henry Leonardos) 2.ª edição, refundida e atualizada Rio de Janeiro.
 - Nota Esta obra acaba de ser lançada pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura.

II -- TRABALHOS INSERTOS EM REVISTAS

1936 — Baritina em Araxá. Minas Gerais. In "Mineração e Metalurgia", vol. I, n.º 2, ps. 54/59. Com ilustrs. e 1 mapa — Rio de Janeiro.

Chumbo e prata na Serra da Paranapiacaba. In "Mineração e Metalurgia", vol. I, n.º 3, ps. 3/5. Com ilustrs. — Rio de Janeiro.

Depósitos de cromita do Estado da Baía. In "Mineração e Metalurgia", vol. I. n.º 3, ps. 93/96. Com ilustrs, e 1 mapa — Rio de Janeiro.

Folhelhos oleigenos (Betuminosos e piro-betuminosos). In "Mineração e Metalurgia", vol. I, n.º 4, ps. 173/174. Com ilustrs. — Rio de Janeiro.

1937 — *Lenhito no Brasil. In* "Mineração e Metalurgia", vol. II, n.º 8, ps. 105/107. Com 1 mapa. Rio de Janeiro.

Recursos minerais da bacia do rio Branco. Estudo do Amazonas. In "Mineração e Mitalurgia", vol. I, n.º 6, ps. 243/350. Com ilustrs. e 1 mapa e perfil. Rio de Janeiro.

1938 — Depósitos de cromita do Estado da Baía. In "Revista Brasileira de Química", vol. V, n.º 27, ps. 132/136. Com ilustrs. Rio de Janeiro.

Adubos fosfatados. Produção nos EE. UU, e sua perspectiva no Brasil. In "Mineração e Metalurgia", vol. III, n.º 14, ps. 67/69. Rio de Janeiro.

Lutando por petróleo no Brasil. In "Mineração e Metalurgia", vol. II, n.º 12, ps. 354/358. Com ilustrs. Rio de Janeiro.

O problema do petróleo no Brasil. In "Mineração e Metalurgia", vol. II, n.º 11, ps. 290/925. Com 1 mapa. Rio de Janeiro.

- 1939 A evolução da indústria petrolifera. In "Mineração e Metalurgia", vol. III, n.º 18. ps. 369/373 Com 1 mapa esquemático. Rio de Janeiro.
- 1942 Nota sôbre a idade da série Estância, dos Estados da Baia, Sergipe en Alagôas. In "Mineração e Metalurgia", vol. VI, n.º 33, ps. 111/113. Ri ode Janeiro.
- 1943 Tungstênio em Minas Gerais. In "Mineração e Metalurgia", vol. VII, n.º 37. Rio de Janeiro.

Amazônia e seus recursos minerais. In "Observador Econômico e Financeiro", n.º 89. Rio de Janeiro.

III — TRABALHOS CARTOGRÁFICOS

- 1938 Mapa demonstrativo das possibilidades geológicas de petróleo no Brasil — Esc. 1:7.000.000 — Em côres — Desenho de J. Bueno e M. Veríssimo — Serviço de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.
- 1938 Mapa geológico do Brasil e de parte dos países vizinhos, organizado de acôrdo com as publicações do Serviço Geológico e Mineralógico do Serviço de Fomento da Produção Mineral, da Inspetoria de Obras Contra as Sêcas, das Instituïções Geológicas Estaduais e Estrângeiras e de trabalhos individuais Esc. 1:7.000.000 Desenho de J. Bueno e M. Verissimo Serviço de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

comentários bibliográficos

Sôbre livros

PROF. ANTÔNIO TRAVERSO - "Fatores da formação dos povos sul-americanos. —
(Tese apresentada à Congregação do Colégio Pedro II — Est. Gráfico Canton & Reile). — Rio de Janeiro, 1941.

A atual concepção da história dos povos afasta-se, cada vez mais, do velho conceito de narração cronológica dos fatos, de biografias fantasiosas ou de interpretações pessoais tendenciosas, quase sempre. Dêsse modo, o âmbito da ciência histórica tende a alargar-se cada vez mais, buscando subsídios imprescindíveis na geografia, na etnológia, na economia e na sociologia.

Inaugurando um sistema novo na apreciação dos fatos históricos, Splengler organizou os conhecidos "ciclos históricos", onde as fases por que passa a humanidade são estudadas no seu todo, levando-se em conta, não apenas o desencadear cronológico dos fatos, mas, os fenôme-nos que concorreram para a caracterização de um momento histórico. Contudo, o conceito esplengleriano ainda se ressente do resíduo evolucionista.

Essas nossas considerações surgiram em face da leitura da Tese, já defendida do Prof. An-tônio Traverso, que tem o título "Fatores da formação dos povos sul-americanos"

A orientação dada pelo autor ao seu trabalho é das mais modernas, pois que, procurando localizar no tempo e no espaço a formação dos povos sul-americanos, o faz assentando em observações geográficas, etnológicas e sociológicas, demonstrando que o fator histórico baseia-se naquelas observações. Dividindo a sua tese em cinco capítulos, - meio físico, meio étnico, fator econômico, fator político e fator so-cial, — com várias subdivisões, pormenorisa o assunto, mostrando a evolução da vida nas colônias espanholas e portuguesa na América do Sul, desde os seus promórdios até a instalação das Capitanias Gerais e Vice-reinados, em relação à América espanhola e até as Entradas

Adotando o possibilismo para as suas afirmações quanto ao meio físico, salientando a necessidade dos estudos das etnias que se transportaram para essa América e do elemento nativo aí encontrado, referiu-se, dentro dos mais atuais conceitos de assimilação e aculturação, à nova etnia que, dêsse contacto de raças e de culturas iria surgir.

Os últimos capítulos estudam a economia, as transformações políticas e as modificações so-ciais, demonstrando o autor, a completa interdependência dêsses vários fatores, no condicio-namento do desenvolvimento dos povos sul-americanos. A conclusão esclarece que foi da ignorância das verdadeiras causas que surgiram os vários desajustamentos sociais e políticos na América meridional, firmando ainda o autor a opinião de que somente com o perfeito conhecimento da história dos povos vizinhos é que se poderá construir a verdadeira amizade. Boa bibliografia especializada. Assunto de relevante importância no momento glorioso das Américas.

Uma realização útil. Trabalho de fôlego e de substâncias. M. V.*

ALBERTO BETIM PAES LEME - História Física da Terra — Livraria Briguiet — Rio de Janeiro — 1943

E'uma obra de grande valor e cunho muito original. E' uma geologia do Brasil diferente de tôdas as outras geologias impressas aquí ou no estrangeiro.

E' obra que reflete a personalidade de Al-

berto Betim.

Os que o conheceram reconhecem no livro suas maneiras, sua orientação cultural e a cen-telha duma inteligência arguta. Alberto Betim teve uma formação cientí-

fica francesa, conviveu com os mestres da geologia na Sorbonne e na Escola de Minas e nunca se afastou da orientação em que formou o seu espírito. Obra volumosa, de mais de mil páginas, constitue o livro, pròpriamente, um compêndio de geologia geral com tôda a exemplificação brasileira e tôda discussão dos fenômenos gerais em tôrno do ambiente nacional.

O livro em aprêço é mais desenvolvido que a célébre Geologia Elementar do prof. Branner aparecida em 1919 e que tanto sucesso fêz por seu valor como livro didático, aplicado ao Brasel e escrito por autor idôneo e grande conhecedor da nossa terra. E' de gênero diverso da Mineralogia e Geologia de Rui de Lima e Silva e Valdemiro Potch, obra feita com a preocupação pedagógica, destinada a uso nos cursos secundários. E' bem diferente da *Geologia do Brasil* de Avelino Inácio de Oliveira e Othon H. Leonardos, publicada em 1940, por ter um caracter menos restrito que êsse livro já clássico na literatura cientifica do País.

A História Física da Terra não é, pròpriamente, um tratado de geología pura, mas um estudo da face do Brasil, segundo as normas gerais da geología, da fisiografía e da paleontología, feito com um cunho pessoal e uma

doutrina segura.

O livro encerra abundante e adequada documentação fotográfica bem como dados numerosos com respeito à química e petrografia campos que o autor manejava com desembaraço. Cumpre salientar que Alberto Betim morreu antes de pôr a obra no prelo, de modo que o trabalho saiu com imperfeições, como uma peça de fundição que o mestre deixou na fôrma. Muitos senões decerto desapareceriam no de-

^{*} Firmado pelas iniciais M. V. o Boletim inicia uma série de pequenos conmentários e registos sôbre contribuïções referentes à etnologia e à antropologia.

Essas iniciais correspondem ao prenome e sobrenome da Professora Marina Vasconcelos, Secretária Geral da Sociedade Brasileira de Etnologia e Antropologia a qual no próximo número criticará outras obras.

curso da impressão, fase em que faria as correções, como o operário que burila a peça fundida, tirando rebarbas e corrigindo falhas.

Nomes geográficos e têrmos técnicos muitas vêzes estão truncados, mas fàcilmente são reco-nhecidos pelos leitores de cultura média.

E' o seguinte o sumário da obra: Parte I — FORMAÇÃO — Cap. I — Origem

da Terra. Cap. II — Constituição Física da

Parte II — A LITOSFERA — Cap. I — Esto Geral. Cap. II — As rochas eruptivas. tudo Geral. Cap. II — As rochas eruptivas. Cap. III — Estudo descritivo dos principais tipos de rochas eruptivas. Cap. IV — Tipos de magma. Cap. V - Metalogenia - Jazidas primá-

Parte III - HIDROSFERA E ATMOSFERA Parte III — HIDNOSPERA E ATMOSPERA Cap. II — Gênese. Cap. II — A hidrosfera. Parte IV — CICLO GEOLÓGICO DA PARTE

Cap.

EXTERNA DA LITOSFERA — Cap. I — Glipto-gênese. Cap. II — Litogênese. Cap. III — Me-tamorfismo. Cap. IV — Orogênese. Parte V — GEOLOGIA HISTÓRICA — Cap.

 I — Estratigrafia. Cap. II — Precambriano.
 Cap. III — Paleozóico — Era Primária. Cap. IV
 — Sistema Devoniano. Cap. V — Sistema car-— Sistema Devomano. Cap. V — Sistema carbonífero. Cap. VI — Sistema permiano. Cap. VII — Mesozóico. Era secundária. Sistema Triássico Cap. VIII — Sistema Jurássico. Cap. IX Sistema Gretáceo. Cap. X — Cenozóico. Era terciária. Cap. XI — Era quaternária. Continuação do Cenozóico (Antropozóico).

Epilogo - A MORTE DA TERRA.

Contém, ainda, Tábuas dos minerais mencionados, segundo Dana (1244), Groth (1245) e Lacroix (1246); indices das abreviaturas usadas na bibliografia, relação alfabética da bibliografia e a bibliografia constante de 1 273 títulos, abrangendo reputados autores nacionais e estrangeiros.

A obra termina com referências à morte da Terra e decadência da Humanidade, pondo assim, nos domínios da Geologia um pouco de filosofia, muito do gôsto dos cientistas fran-

ceses

Nisso lembra muito a obra Les Gites Miniers et Leur Prospection de Roux Brahic onde existe um espírito filosófico que se encontra também no livro de Alberto Betim.

Falta à obra um índice remissivo por assuntos, indispensável a livro de tal vulto, que não é destinado apenas a deleitar o espírito momentâneamente, mas é também repositório de in-

formações de consulta frequente.

Sugerimos aos editores um índice dessa natureza que pode ser impresso em folheto destinado a acompanhar o grosso volume enca-dernado. Grande defeito, de responsabilidade do editor, é o preço elevado (duzentos cruzeiros) que torna a obra inacessível a grande número de pessoas de orçamento apertado. Temos a convicção de que se o autor tivesse podido interferir no assunto, a obra teria um preço limitado às despesas de impressão, porque Alberto Betim era um espírito de escól, caracterizado por idealismo salutar e por um desprendimento fóra do comum. Alberto Betim não era apreciado sòmente nos meios científicos, mas também no ambiente social onde se destinguia pela afabilidade no trato e pelo encanto de suas atitudes. Seu livro representa, sem fayor, um dos padrões de nossa cultura científica. S. F. A.

AARÃO REIS, DAVID PENNA — Geografia do Brasil para a 3.ª Série Ginasial — Livraria Zélio Valverde — Rio de Janeiro, 1943.

Já estão surgindo os primeiros compêndios de Geografia, elaborados de acôrdo com as exigências dos atuais programas da Reforma Capanema.

Entre êles inclue-se a presente obra, edição Zélio Valverde, de autoria do Prof. David Penna Aarão Reis, nome que se vem impondo no conceito do magistério secundário nacional.

uma contribuïção muito louvável de TI! quem pretende suavizar os esforços dos que lutam, em nosso meio educacional, para vencer os obstáculos que ora surgem, decorrentes da necessidade de adaptar o ensino da Geografia aos programas estabelecidos pela atual Reforma.

Daí, entretanto, decorre a primeira falha que se verifica pela leitura atenta do livro em aprêço; o autor prejudicou a obra pelo desêjo de ser útil e não atingiu bem a finalidade almejada porque a solicitude em completar a obra e logo oferecê-la, como novidade, traiu os propósitos elevados de aperfeiçoar e corrigir os métodos rotineiros que ainda não foram, inteiramente, afastados em nosso meio pedagógico, principalmente, no que se refere ao ensino da Geografia.

Seria de desejar que o autor procurasse imprimir um cunho pessoal nos conceitos emitidos apreciando os fatos geográficos brasileiros de própria voz tornando a obra original nas deducões, na esquematização, nas interpretações, enriquecendo-a com novas e valiosas contribuïenriquecento-a com novas e vanosas commande, ções, procurando, enfim, dotá-la de aspectos mais sugestivos e diversos dos que estamos habituados no manuseio constante de outras obras, tantas que já existem, com a feição entediante e monétona que não mais aproveitam aos que se dedicam e acompanham, com entusiasmo, os progressos realizados pela moderna geografia.

O prof. Aarão Reis, estudioso e culto, não evidencia em sua obra os valores que possue; transcreve, apenas, o que leu em livros organizados para o curso secundário e nem teve tempo de se valer das opiniões de mestres consagrade se valer uas opinios de interestados para ilustrar e valorizar o seu compêndio. Somente o prof. Delgado de Carvalho é lembrado com insistência, como se o autor só conhecesse bem, a obra notável do renomado mestre. Há também, descuidos na redação, obrigando-nos, em certos capítulos, a grandes esforços para compreender melhor os pensamentos tra-duzidos em frases de sentido dúbio. E não faremos apreciações maiores, de erros que atribuímos a descuidos da revisão, como no capítulo do Relêvo, impropriedades toponímicas, pobreza lamentável de mapas, esboços, gráficos, etc. que seriam indispensáveis à boa compreensão dos assuntos estudados — mesmo porque não desconhecemos aqui a interferência sempre pre-sente e lamentável das exigências impostas pelas casas editoras que visam antes o lucro do que a obra — porque o nosso objetivo não é destruir e sim procurar corrigir, apontando as falhas, sugerindo, lembrando para que o ensino da Geografia no Brasil se eleve às altitudes de sua própria grandeza.

E para isto contamos, confiantes, nos valores novos que se dedicam, com fervor, às atividades geográficas e entre os quais figura com muito brilho o prof. Aarão Reis. J. M. B.

ALFREDO POVIÑA — História de la Sociologia en Latino-america — Fundo de Cultura Econômica -- México.

Alfredo Poviña, professor da Universidade de Cordoba, (Rep. Arg.), inicia com êste manual uma nova secção na coleção de obras de sociologia do Fundo de Cultura Econômica. De acôrdo com as manifestações do diretor dessa coleção, José Midina Echavarria, o propósito a que se propõem essas publicações não pode ser mais recomendável, pois, visa conseguir uma história do pensamento político-social da América Latina para, com a devida seriedade, conseguir-se um conhecimento reciproco que termine com o estado das instituïções vagas e das frases vasias.

Não se pode desconhecer a dificuldade de realizar com justeza tal trabalho em países onde o pensamento político-social muito poucas vêzes surge em forma de rigorosas construções teóricas e onde, ao contrário, são abundantes os trabalhos inorgânicos sôbre temas sociais, trabalhos que quase sempre têm sua origem em necesidades de política prática. Se o historiador se atém à consideração estrita das obras científicas, ficamos sem história. Se pelo contrário inclue todos os pensadores que hajam tratado problemas sociais, não serão suficientes muitos volumes para dar cabo a todos os que têm vivido em nossa América.

O professor cordobês em sua História de la Sociologia adota, ante êste problema, uma atitude que poderíamos chamar eclética. Para a Argentina considera como precurssores da sociologia os políticos que se ocuparam de problemas sociais, classificando-os segundo diversas ten-dências, e, forma análoga ao que fêz o Dr. Ricardo Levene, o mesmo faz com a história da sociologia brasileira, porém êstes estudos constituem uma pequena parte, apenas trinta páginas; o resto do livro é uma história do ensino da sociologia nos países latinoamericanos.

Este aspecto está tratado, minuciosamente no que respeita à Argentina e ao Brasil, assinalando com justeza a história de cada uma das cátedras que se lecionam, as direções de pensamento sustentadas por cada professor e as publicações principais, realizando um estudo critico das mesmas, completando esta informação com um apêndice no qual figuram todos os programas de sociologia lecionados nas distintas

cátedras.

A terceira parte, que encerra o desenvolvi-mento da sociologia nos demais países hispânicos-americanos, é, como mesmo o autor reco-

nhece, menos completa.

O panorama que apresentam êstes estudos, através da exposição realizada pelo prof. Poviña, não nos parece tão alentador como a êle. A confusão e falta de unidade nos estudos sociológicos é fóra de dúvida para quem se detenha na comparação dos programas de acôrdo com os quais se leciona sociologia nos distintos países, senão também dentro de cada país e até mesmo dentro de cada universidade, quando conta com mais de uma cátedra de sociologia. Por outra parte não nos parece motivo de legítimo orgulho "a multiplicação enorme de cátedras exis-tentes na América" enquanto sua atividade não se manifeste em trabalhos de seminário, monografias realizadas pelos alunos e formação de institutos de investigações sociológicas complementares da cátedra. Até agora é muito pouco o existente nêste terreno.

Entretanto esta é uma questão à margem do livro que comentamos, ao qual reconhecemos um valor real como iniciação de estudos históricos sôbre o pensamento sociológico da América espanhola, (comentário da lavra da escritora Angela Romera, publicado na revista ARCHEION Archivo de Historia e la Ciencia, vol. XXIV,
 n.º 2 — Universidad Nacional del Litoral — Santa Fé - Argentina).

VASCONCELOS TÔRRES — Ensáio de Sociologia Rural Brasileira — A. Coelho Branco Filho — Rio de Janeiro — 1943.

E' um livro feito aos 22 anos, que bem se enquadra no apostolado de Alberto Tôrres.

Prefacia-o Oliveira Viana, que, a bem dizer, se deteve em apresentar o publicista: "Extremamente jovem, êle tem essa sinceridade, êsse pundonor pela verdade, que arde sempre na alma de todo moço; é, por isto, um trabalhador desinteressado, sem simulação ou mistificações, sem idéias preconcebidas, sem segundas intenções nos seus trabalhos".

Aí está, porém, o próprio elogio da obra, acrescentando-se mais estas palavras do prefácio: "pensamento construtivo digno de for-necer aos responsáveis pela direção tais elementos seguros de informação, científicamnete coletados, para que possam resolver, com sabedoria e senso das realidades brasileiras, o grande problema das nossas populações rurais". J. B.

O INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. E ESTATÍSTICA E A EDUCAÇÃO — Serviço Gráfico do I.B.G.E. — Rio de Janeiro — 2 volumes 847 — 382 págs. — Rio de Janeiro

O expressivo título da publicação, transcrito, já evidencia a atuação do I.B.G.E.

em materia educacional.

São dois volumes, o primeiro de 847 paginas, acrescidas com 382 do segundo, cujo simples sumário revela o alto objetivo em que levam a

Abrange os vários aspectos do problema brasileiro do ensino, distribuídos por capítulos que vão dos "Estudos políticos e filosóficos" aos "Es-tatísticos", além dos "Adiminstrativos", "So-ciais", "Pedagógicos" e "Técnicos".

Em cada um deles, são chamados a depor as individualidades mais eminentes, que já versaram a questão magna do país, onde Miguel Couto, com o seu olhar arguto, apenas lobriga três problemas fundamentais, em que se lhe baseasse o engrandecimento.

Primeiro — educação — S cão — Terceiro — educação. - Segundo - educa-

cao — Tercero — educação.

Para os "Estudos políticos e filosóficos",
por exemplo, foram acolhidos ensaios de Getúlio Vargas (Educação), de Francisco Campos (Sôbre a Filosofia da Educação), de José Carlos de Macedo Soares (A Educação no ideário cíde Macedo Soares (A Educação lo Idealo Ci-vico do I.B.G.E.), de Alceu Amoroso Lima (Educação, Instrução, Cultura), de Fernando de Azevedo (A Unidade Nacional e a Educação) do padre Leonel Franca (Ciência, Arte e Técnica) de Alberto Tôrres (Organização Nacional, Estatística e Educação), Benedito Silva (Cooperação entre os Municípios, os Estados e a União). A. Carneiro Leão (Tendências e diretrizes da Escola Secundária). De maneira análoga, em outros capitulos aparecem, como autores, nomes laureados de educadores e publicistas, que explanam com saber os mais variados temas em tôrno do assunto principal, que os encadeia para a mesma alta aspiração patriótica, de "valorização social e espiritual do nosso povo", como incisivamente conceitua o Presidente do I.B.G.E. em "Palavras de Apresentação".
Para tanto, continúa, as "três partes dêste

livro apontam o instrumento, técnica e a finalidade suprema que o Brasil há de pôr em obra se quiser cumprir, bem e depressa, o mais grave, o mais complexo e o mais nobre dos seus deveres: o de educar os seus cidadãos".

Tal o programa que norteou a cooperação ibgeana, ao enfeixar em volume valiosos escritos referentes á "Educação", assim organizando admirável "symposium", em que se espelham as opiniões de insignes patrícios, além das resoluções, com que põe de manifesto o seu em-penho em contribuir eficientemente para a relevante campanha nobilitadora da naciona-lidade. V. C. F.

GILBERTO FREYRE - Guia prático, histórico cão de Documentos Brasileiros) — 2.º Edi-ção de Livraria José Olímpio — Rio — 1942.

Da coleção "Documentos Brasileiros, dirigida pelo sr. Otávio Tarquino de Sousa, a Editora José Olímpio acaba de publicar, já em segunda edição, a trigésima quarta monografia

- Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade do Recife, com felizes ilustrações de Luiz Jardim. O autor é o ilustre polígrafo Gilberto Frevre.

As descrições de cidades, principalmente quando nos títulos trazem farta verbosidade, em regra, são vácuos cheios de bôlhas vasias ou, ao inverso, blocos maciços de técnica urbanística: ou o Rio em crônica literária ou Camberra em cadastro. Poucos como Goldschmidt, podem apresentar a vida inteira de um império sob uma palvra — Rome.

Mas na obra interessantíssima a que se refere esta nota, cada vocábulo do frontal epigrafa

mais de um capítulo opulento.

Aí vemos, na ilha, uma acrópole ateniense com os templos exuberantes de arte, escolas a difundir luzes, a invasão por mar a recordar o Talata, a figura de Nabuco a reviver Demós-tenes, mais também o velho "Lamarão" na agitação ergástica, suarenta e sórdida do "Pi-

Por ela, sabemos que a primeira igreja protestante do Brasil se estabeleceu em Recife, meio preponderantemente católico, sob a forte

influência da Ordem dos Jesuítas.

Vemos chegar, investigar, deixar sua nota de pitoresco, uma legião de sábios que enalteceram a História Natural do Brasil em todos os ramos.

Conhecemos que mais de uma tentativa de invasão, ou melhor, de colonização alemã e francesa, houve, além da ocupação holandesa, e temos novas lições sôbre a guerra para libertação do solo nacional e sôbre as revoluções com ideal republicano.

Como em Vila Rica, onde se concentrou a Inconfidência, condensou-se em Recife a vida econômica, financeira, cultural artistica, política, em grande parte, do Brasil subequatorial

no passado.

E', pois, uma grande obra a do sr. Gilberto Freyre, em moldes menores, porém, perberto Freyre, em mondes menotes, potent, freitos, de Mommsen ou de Fustel de Coulanges em "La Cité Antique" abrangendo a região, o culto, a família, instituïções civís e militares, enfim, um trabalho magnifico de nossa História Regional e de Geografia Política.

GASPARI BARLAEUS — Rerum in Brasilia Ges-tarum Sub Praef. Y. Mauritii (1637-1647) — Amsterdam 1647 (Edição facsimilar) Martinus Nijhoff. HAIA - 1940.

Lançado pela editorial Martinus Nijhoff, de Haia, foi editada, em 1940, mais uma edição facsimilar da clássica obra de GASPAR BAR-LAEUS, sôbre o domínio holandês no Brasil.

A edição primitiva dessa obra cujo título original é *Rerum in Brasilia Gestarum Sub Praef. Y. Mauritii* (1637-1644), foi impressa em Amsterdam no ano de 1647, constituindo hoje em dia, uma raridade bibliográfcia, co-

biçada por todo bibliófilo.

Ainda recentemente, por iniciativa e sob os auspícios do Ministério da Educação, foi ela traduzida para a nossa lingua sob o ti-tulo: "História dos feitos recentemente pra-ticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o govérno do ilustrissimo João Mau-ricio, conde de Nassau, Etc., sendo editada em dois formatos: um in-folio, contendo tôdas as excelentes e preciosas ilustrações contidas no original holandês e outro in 4.º onde não aparecem ilustrações. Ambas essas edições recomendam-se ainda, pela luxuosa apresentação material e pela erudita tradução do texto que foi confiada ao Sr. Cláudio Brandão, que enriqueceu mais ainda a obra com valiosas anotações de sua lavra. C. P.

S. PRAMPOLINI — História universal de la literatura - 13 volumes - Edição Editorial espanhola sob a direção de José Pejoan.

Originàriamente editada no idioma italiano a obra de S. Prampolini vem de ser traduzida para a língua espanhola por uma equipe de intelectuais sob a direção do Sr. José Pejoan.

Colaboraram na edição argentina vários intelectuais americanos que enriqueceram êsse excelente repositório com valiosos acréscimos informativos àcêrca da literatura dos países do novo continente.

Atinge a obra a 13 volumes, sendo que o XIº e XIIº são quase consagrados às letras ibero-americanas. C. P.

HISTÓRIA E ETNOLOGIA AMERICANAS

A Sociedade das Nações, o Congresso Internacional de Americanistas, a Conferência Panamericana de Lima, as Comissões Nacionais Americanas, além de vários outros certames e órgãos culturais do continente, vêm através de sucesivas resoluções e recomendações, sugerindo a publicação de uma série de obras que versem, de modo geral, a história e à etnologia americanas.

Tomando, recentemente, a seu cargo tal incumbência, o Conselho Superior da *Univer*sidade de Buenos Aires, por iniciativa do Sr. Roberto Levillier nomeou uma comissão com-posta pelos professores Emílio Ravignoni diretor do *Instituto de Investigações Históricas*, da Faculdade de Filosofia e Letras; Francisco de Aparício, diretor do Museu Etnográfico da mesma Faculdade e o autor da proposta, para elaborar uma coleção de História e Etnologia Americanas de acôrdo com o estabelecido naqueles certames internacionais.

Em uma das suas reuniões essa Comissão aprovou o plano de publicação dos dez primeiros volumes da coleção, resolvendo, tam-bém, para dar maior unidade à obra, res-tringir o mas possível o número de colabora-dores, determinando ainda várias medidas sôbre os autores que deverão colaborar na coleção.

Ficou resolvido mais que os respectivos autores deverão dar a seus trabalhos, caráter sintético e erudito não sendo permitido a inserção de teses e problemas de pura erudição, por considerar êsses aspectos contrários à finalidade da obra.

O plano, que foi redigido pelo professor Francisco Aparício coresponde à Secção Etnológica, devendo os dez primeiros volumes conter o seguinte material científico: As grandes regiões etnológicas (Áreas raciais, famílias e grupos lingüísticos e áreas de cultura); Os aborígenes da América do Norte (Hiperbóreos, aborígenes do sudeste e aborígenes do sudo-este); Os aborígenes do México (Período arcáico, culturas pré-aztecas e cultura azteca); Os aborígenes de Iucatan, América Central e Antilhas (Cultura Maia, aborígenes da América Central e aborígenes das Antilhas); Os aborígenes da Colômbia e do Equador (Cultura chibicha e culturas andinas do Equador); Os aborígenes do Perú — primeira parte (Culturas pránciaes da costa e culturas pránciaes da (Culturas pré-incaicas da costa e culturas pré-incaicas da serra e do altiplano); Os aborígenes do Perú — segunda parte (Cultura incaica); Os aborigenes do Chile e do noroeste argentino (Aborigenes do norte do Chile e do noroeste argentino e aborigenes do sul do Chile); Os aborigenes da Venezuela e do Brasil (Os aborígenes da selva e da savana e os aborígenes do altiplano oriental); Os aborigenes do Rio da Prata e da Patagônia (Os aborígenes do Chaco os aborígenes do Pampa, os aborígenes da Patagônia e os aborígenes da Terra do Fogo). C. P.

Sôbre periódicos

OBSERVATÓRIO NACIONAL DO RIO DE JA-NEIRO — Suplemento do Anuário para 1943 - Posição aparente de 619 estrêlas — Edição mimeografada.

Recentemente, o Observatório divulgou, por antecipação, em edição mimeografada, o "Suplemento" do seu conhecido e útil *Anuário* referente a 1943. Contém a edição mimeogra-fada do "Suplemento" 16 fôlhas formato almaço nas quais estão registradas as posições apa-

rentes de 619 estrêlas.

Sendo, em tempos normais, distribuído após o aparecimento do Anuário o Eng.º Sodré da Gama, diretor do Observatório, determinou que, este ano, fôsse o "Suplemento" divulgado, embora em reduzidissima edição, atendendo, particularmente, à utilidade imediata que tal contributorio sodo contributorio de cont tribulção pode prestar aos órgãos que têm a seu cargo a tarefa de determinar posições geográficas de localidades brasileiras, como sejam: o Serviço Histórico e Geógráfico do Exército, o seu congênere da Marinha, a Insperoria de Obras Contra as Sêcas, o Conselho Nacional de Geografia e outros.

Até o ano findo, as posições aparentes das estrêlas eram aproveitadas das "efemérides" estrangeiras, geralmente publicadas com grande antecedência, permitindo, dêsse modo, divulgação em época oportuna no Brasil, como nos outros países do continente.

Acontece que, na situação atual, o aproveitamento da tal contribuição estrangeira tornouse pràticamente impossível. Em face da situação criada pela guerra, o Observatório, num meritório esfôrço, organizou um corpo de calcula-dores sob a direção do astrônomo-chefe Eng.º Domingos Fernandes Costa, evitando, assim, a interrupção dos trabalhos dos importantes ór-

gãos públicos que usavam aquelas efemérides. O competente técnico brasileiro a quem foi confiada a direção de tão valiosa tarefa, numa demonstração invulgar de capacidade profissional conseguiu levar a efeito o cálculo das po-sições aparentes, de 300 estrêlas das 619 que figuram no "Suplemento", com a notável parti-cularidade do cálculo da redução ao lugar aparente ter sido feito com notável economia de tempo. Graças à feliz modificação introduzida nos métodos clássicos de redução, sem prejuízo de precisão dos resultados, fato êsse que põe ainda mais em relêvo o trabalho do técnico brasileiro.

O eng.º Sodré da Gama, ao prefaciar tão útil trabalho, esclarece os motivos da publicação antecipada ao Anuário, prestando outras informações de ordem técnica. C. P.

ROOP W. P., Watercraft in Amazonia. In Revista del Instituto de Antropologia de la Universidad Nacional de Tucuman, tomo II, Tucuman - Argentina, 1942.

Estuda o autor de maneira detalhada e sob a base de uma enorme bibliografia, a navegação amazônica. Depois de dar um resumo da geografia, da história e da etnologia da região, descreve os distintos modelos de embarcação indígena em uso na ampla área banhada pelo Amazonas e seus numerosos afluentes. Menciona

logo os dados conhecidos, com especificação do modêlo dominante em cada um dos 178 principais povos amazônicos que regista, comentando, por fim, os resultados a que chegou.

Como pontos principais estabelecidos neste trabalho, talvez possam ser considerados os três seguintes:

- 1) O tipo de embarcação escolhido, não depende, como se expressara Friderici, das condições geográficas. Estas são, através de tão ampla área bastante uniformes. Sem embargo. os tipos são vários e parecem misturados en-
- A influência das culturas incaica e polinesia na navegação amazônica é práticamente nula, o que era de esperar. E' bem sabido que aquelas culturas são relativamente recentes, en-quanto que as amazônicas são de tipo médio o que equivale dizer que, em compensação, são muito antigas;
- 3) A idéia de que os vários povos que ca-recem de meios de navegação pertençam a um estágio de cultura anterior à especificamente amazônica é considerada pelo autor como "uma sedutora hipótese": Porém não se atreve a fazê-la sua sôbre a única base do estudo da navegação.

(Registo bibliográfico transcrito dos Anales del Instituto Etnografico Americano, tomo IV. ano 1943).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAUDE — Museu Histórico Nacional — Anuário — II volume — Rio de Janeiro 1943

O importante estabelecimento cultural instalado na Praça Marechal Ancora tem continuado a desenvolver grandes atividades. O museu Histórico Nacional tem sido procurado dià-riamente por um elevado número de visitantes, contando-se entre estes numerosos estrangeiros que, ao desembarcarem no Aeroporto Santos Dumont, têm desde logo sua atenção voltada para o edifício onde está instalado.

Entre as atividades que merecem maior destaque conta-se o funcionamento de um interes-sante curso de Técnicos de Museus que tem contado com grande frequência e que tem a finalidade de preparar funcionários especiali-zados para os museus brasileiros. A Secretaria do Museu Histórico Nacional

no louvável propósito de concorrer para a di-fusão dos estudos da história tem mantido um regular serviço de consultas dando informações precisas sôbre objetos históricos, estando tais informações a cargo de competentes funcionários especializados que o estabelecimento pos-sue. A bibliotéca do Museu Histórico Nacional também tem sido muito procurada pelos alunos de nossas escolas superiores os quais alí podem encontrar obras que geralmente não existem em outras bibliotécas, dada sua feição especializada.

Dando desenvolvimento ao interessante programa cultural traçado, o Museu Histórico Nacional deu início à publicação dos seus Anais Depois do grande sucesso obtido com o I.º Volume dessa publicação o Museu acaba de distribuir agora o II.º Volume, do qual transcre-vemos o respectivo Sumário:

Gustavo Barroso - "A Caricatura Inglêsa no Museu Histórico;

Edgar de Araujo Romero — "O Estado do Maranhão e o seu meio circulante;

Menezes de Oliva — "Tentativa de classificação dos "balangandans";

Angione Costa — "Ladislau Neto":

Luis Marques Poliano — "Ordens honorificas do Govêrno Provisório;

Alfredo Solano de Barros — "Estudo crítico e doutrinário sôbre Medalhas Militares Brasileiras'

Paulo Olinto — "Uma jóia da armaria"; Nair de Morais Carvalho — "Os painéis dos an-tigos Passos da Baia";

Iolanda Marcondes Portugal — "A cerâmica na numismática;

Jenny Dreyfus - "A sigilografia no Museu Histórico":

Alfredo Teodoro Rusins - "As carruagens imperiais do Brasil";

Nilza Bote - "A Medalha da Passagem de Humaitá":

matta;
Otavia Corrêa dos Santos Oliveira — "O Baile
da Ilha Fiscal";
Fortunee Levy — "A circulação fiduciária no
Distrito Diamantino";

Adolfo Dumans — "O Marechal Barão de Ta-

Mario Barata — "O problema da Primeira Casa da Moeda do Brasil":

Apêndice — Gustavo Barroso — "História e Tra-dição; A. Solano de Barros — "Gravadores argao, A. Solano de Barros — Gravadores e abridores de cunhos"; Museu Histórico — "Dois canhões", "Uma peça admirável", "Reliquia dos tempos coloniais", "Relação da da Nova Colônia do Sacramento"

Esse II.º volume que conta com 424 paginas e elevado número de gravuras foi primorosa-mente executado nas oficinas da Imprensa Nacional. O. J.

ENRIQUE SPARN — Cronologia, diferenciación, matricula y distribución geográfica de las sociedades de Mineralogia, Geologia y Paleontologia — In Boletim de la Academia Nacional de Ciências, tomo XXXVI, entrega 1.a, CORDOBA, 1942.

O cientista argentino Sr. Enrique Sparn secretário da Academia Nacional de Ciências. a quem as ciências correlatas à Geografia devem meritórias contribuições, compareceu nas colunas do último número do Boletim daquela Academia (tomo XXXVI, entrega 1.ª) com interessante e curioso trabalho de divulgação sob o titulo: Cronologia, diferenciação, matricula e distribuição das sociedades de mineralogia, geologia e paleontologia".

Valendo-se de fontes universais sôbre a matéria, depois de manusear beneditinamente anuários científicos e revistas especializadas dos vários países do globo, como sejam muitos os anuários Minerva editado em Berlim, Index Generalis e o Handbook of cientifical societies of the United States and Canadá, respectivamente, publicados em Paris e em Washington, deu-nos êle valiosa contribuïção sôbre a distribuição e especificação das sociedades cien-tíficas especializadas nos estudos e na divulgação dos conhecimentos da mineralogia, da geologia e da paleontologia, assuntos êsses intimamente correlatos à ciência geográfica.

Antes, êle já nos deu idênticos trabalhos obedientes à mesma sistemática, nos quais ofereceu uma visão panorâmica mundial da exis-tência e das atividades das sociedades onde se abrigam os obreiros dos assuntos zoológicos e botânicos Boletim XXXV. (mesmo tomo 1940/1941).

Ilustrando tão útil quão paciente trabalho com cartogramas e quadros, intercalados, para mais racionalmente esclarecer as oportunas e eruditas informações constantes do excelente texto, conseguiu o Sr.Sparn fazer, ao mesmo tempo, obra de utilidade imediata e de erudição científica, que inestimável soma de be-nefícios prestará aos especialistas de tais ma-

E' justo, pois, que aguardemos com justifi-cado e maior interêsse a sua contribuïção sôbre as sociedades geográficas, pròpriamente ditas.

Sôbre mapas

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA - Cartograma da Densidade Demográfica do Brasil, segundo a divisão municipal e os resultados do Recenseamento Geral de 1940 — Escala (aproximada) 1:5 700 000 — Serviço Gráfico do I.B.G.E. — Rio de Janeiro

a figura concreta, condensada e utilissima de um dos resultados do último recensea-mento. Seria interessante, mediante êste mapa, determinar o ponto onde cai, agora, o centro de gravidade demográfico do Brasil.¹ — Revela o cartograma o contraste demográfico entre a faixa costeira, inicial do povoamento, e o interior do País. Mostra o valor das concentrações hu-manas rurais, de 1.ª ordem na zona de café, (S. Paulo e Minas) e do açúcar (Pernambuco e Baía) e de 2.ª ordem, nas vázias zonas agriculturadas, inclusive as do Nordeste que já tivemos a oportunidade de estudar detalhadamente. O interessante cartograma sugere uma

infinidade de considerações no campo da Geografia Humana, da Sociologia e da História, cujo desenvolvimento daria para um alentano livro. Ele, certamente, dará ao Govêrno valiosas inspirações de caráter político, econômico, e estratégico, de acórdo com as circunstâncias so-ciais que, agora, dominam o quadro convulcio-nado do mundo e que, logo depois, ao retornar da paz, criarão uma nova ordem universal. O Brasil, pela sua posição geográfica, pelo seu po-tencial humano, pela sua extenção territorial, pelas suas quase infinitas possibilidades econômicas, requer lugar de acentuado destaque. mas isto exige estudos e investigações profundas. O cartograma em aprêço, para isto, já constitue uma excelente contribuïção. T. P. S.

¹ O autor dêste bem fundamentado e oportuno registo. Dr. Tomaz Pompeu Sobrinho erudito geógrafo brasileiro e consultor técnico do Diretório do Conselho Nacional de Geografia

do Estado do Ceará, ao sugerir, com muita ra-zão, que se deveria "determinar" o ponto onde cai, agora, o centro de gravidade demográfico do Brasil" desconhece, como é natural, que a Secção de Estados Geográficos do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, está procedendo ao estudo de tal problema, já tendo chegado mesmo a interessantes conclusões, como poderá ser visto no último Relatório apresentado ao Sr. Presidente da República, pelo Embai-xador José Carlos de Macedo Soares, preclaro presidente do I.B.G.E.

Esse trecho do Relatório está assim redigido:

"O estudo do movimento das populações brasileiras — do Brasil, de cada Região e de cada Estado— mediante o cálculo e localização dos "centros de população", segundo os dados dos Recenseamentos de 1920 e 1940, é um trabalho digno de nota, executado também pela Secção de Estudos

Para a sua elaboração, houve necessidade de realizar difícil pesquisa àcêrca da divisão municipal vigente em 1920; em seguida, o preparo dos cartogramas das malhas municipais de 1920 e 1940; depois, o cômputo das coordenadas geográficas da sede de cada município, e, finalmente, o cálculo das coordenadas do centro de população, supondo-se, em primeira aproximação, tôda a população do município concentrada na respectiva sede.

O cálculo, bem de ver, não é preciso, pois nem existem coordenadas determinadas para tôdas as sedes municipais brasileiras, nem de fato as populações estão concentradas num ponto, sim disseminadas irregularmente por uma

área territorial.

Segundo êsse estudo, o deslocamento "centro de população" do país, no período 1920-1940, fêz-se no sentido sudeste, o que era de prever, dado o predomínio do crescimento nu-mérico absoluto nas massas demográficas maiores, que no Brasil se localizam característicamente na faixa litorânea".

A. D. PINTO - Mapa do município de São Jerônimo — Estado do Rio Grande do Sul -Escala de 1:180 000 - 1941.

Temos sôbre a mesa o mapa do Município gaúcho de São Jerônimo, na escala de 1:180 000, edição de 1941, e que faz parte integrante da excelente monografia "Município de São Jerônimo", da lavra do Dr. Alfredo Simch, operoso Prefeito dêsse Município.

Foi-nos dado comparar o referido trabalho cartográfico com o mapa do mesmo Município, organizado em fins de 1939, em observância ao Decreto-lei nacional n.º 311, de 2 de março de 1938, por ordem do mencionado Prefeito

nicipal, pelo engenheiro geógrafo A. D. Pinto O mapa do Município, com a data de 1941, é da autoria do mesmo profissional. Dessarte, não é de estranhar que sua maior diferença, à primeira vista, do mapa de 1939, seja a escala de denominador maior. Verifica-se de relance que os elementos básicos são os mesmos nos dois mapas de época diversa. Ao observador atento, entretanto, não pode escapar que o Autor teve o mui louvável desejo de melhorar o seu trabalho de 1939, apresentando um desenho ainda mais cuidado, enriquecido de mais detalhes valiosos- vide a mais precisa caracterização da divisa interdistrital entre os 3.º Distrito (II.ª zona) e 4.º Distrito (II.ª zona), pela localização dos cerros do Ingá e do Potreiro e retificações nos demais limites interdistritais e intermunicipal.

Também as convenções acham-se, no novo mapa, bastante enriquecidas. Haja vista as re-ferentes a fazenda de criação, grupo escolar e escola singular, cabo aéreo e plantações de ar-roz e eucaliptos. Acrescem a isso muitas representações pictóricas que caracterizam adequa-damente as riquezas naturais e as atividades principais no âmbito do Município e que acentuam o caráter de mapa econômico do presente trabalho cartográfico.

Estão, pois, de parabens as alas estatística geográfica do I.B.G.E.: aquela, pela excelente caraterização dos elementos econômicos, esta, pela esmerada e rica representação cartográfica, dentro do possível. Seja-nos, porêm, permitido referirmo-nos à parte litográfica, a saber, apenas a representação da hidrografia, que com uma côr mais carregada, nos parece, ficaria mais harmoniosa. Certamente é isso um leve senão que em nada afeta o valor intrínseco

do trabalho realmente excelente. Aos profisionais engenheiros A. D. Pinto ao desenhista J. R. Rominillin pela confec-ção técnica e particularmente ao Dr. Alfredo Simch, distinto administrador da comuna de São Jerônimo, pela sua fecunda iniciativa, os nossos aplausos e os agradecimentos que com êsse novo mapa melhorado de São Jerônimo vêm prestando, sem dúvida, à cartografia re-

gional e nacional, P. G.

TEN. CEL. ANTÓNIO JOSE' BELAGAMBA — Mapa do Distrito Federal, revisto pelo Prof. Dr. Mário da Veiga Cabral — Editores e concessionários: O Escorchado Anatômico, Edésio de Castro & Cia.

O mapa do Distrito Federal organizado pelo Ten. Cel. Belagamba e revisto pelo prof. Veiga Cabral é uma simplificação da Carta levantada pelo Serviço Geográfico Militar. Foi feito na escala de 1:50 000 e impresso em côr verde, com as curvas de nível em castanho. Assinala as producões, além dos acidentes físicos e dos centros de povoamento e estradas,

Trata-se de um trabalho digno de todo elogio, pois se baseia em ótima fonte, está bem impresso e facilita o estudo da nossa geografia.

O trabalho do Serviço Geográfico Militar é ótimo, mas para os alunos torna-se exaustivo. O excesso de elementos afasta-o da categoria das obras didáticas. Aliás, êle foi elaborado com outro fito...
A obra do Ten. Cel. Belagamba é perfei-

tamente didática e representa uma contribuïção

preciosa para os nossos estudantes.

Que os estabelecimentos de ensino tomem conhecimento dêle e o adquiram em beneficio da cultura geográfica, são os nossos votos. C. M. C.

AOS EDITORES: Este "Boletim" não faz publicidade remunerada, entretanto registrará ou comentará as contribuïções sôbre geografía ou de interêsse geográfico que sejam enviadas ao Conselho Nacional de Geografía, concorrendo dêsse modo para mais ampla difusão da bibliografia referente à geografia brasileira.

Achegas para uma bibliografia sôbre climatologia

11

- FERRAZ, SAMPAIO Martin Gil e a Lavoura Argentina. O Estado de S. Paulo, 13 de Out. 1933.
- FERRAZ, SAMPAIO Causas prováveis das sécas do Nordeste Brasileiro. 1925, Rio de Janeiro.
- FERRAZ, SAMPAIO O Segundo Ano Polar Internacional 1932-1933. A cooperação do Brasil. Rio de Janeiro, 1931.
- FERRAZ, SAMPAIO A previsão de tempo baseada em observações locais. (Indicações aceitáveis e ablusões condenáveis). Rio de Janeiro, 1928.
- FERRAZ, SAMPAIO A previsão das sêcas do Nordeste. 1929, Rio de Janeiro.
- FERREL Popular Treatise on the Winds. Londres, 1890.
- FINTIKLIS, T. La température de l'air à Athène. Annales de l'Observatore National d'Anthènes. Tome X, 1929, pg. LXXXVII.
- FIELD, J. H. WARDEN, R. A survey of the air currents in the bay of Gibraltar 1929-30. Geophisical Memoirs. N.º 59, Londres, 1931.
- FISHER, A. Mathematical Theory of Probability.
- FISHER, R. A. Tests of significance in Harmonic Analisis. Proc. Royal Society. Series A. Vol. 125, n.º 796, 1929, pg. 54.
- FISHER, R. A. Statistical Methods for Research Workers. 4. a ed. 1932, Londres.
- FITTON, E. BROOKS, C. F. Soil temperatures in the United States. M. Weather Review. Jan. 1931, pg. 6.
- FLEURE, H. J. e outros The relation between past and pluvial and glacial periods. Separata da British Association Meeting Papers. 1930, pg. 371, Londres.
- FOLSE, J. A. A new method of estimating stream flow based upon a new evaporation formula. Carnegie Inst. Washington. 1929.
- FONSECA HERMES, J. S. da MIRANDA BASTO, MURILO de — Limites do Brasil (descrição da linha divisória). In "Anais" do IX Congresso Brasileiro de Geografia. Vol. II, Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1942.
- FONSECA, SEVERIANO DA Viagem ao redor do Brasil. Rio 1880, 2 vols.

- FONTSERÉ, E. Redution de la pression barométrique observée sur les hauts plateaux. Fôlhas mimeografadas. Barcelona, 1926.
- FONTESERÉ, E. Sobre las diferencias de temperatura entre algumas estaciones meteorologicas espanholas y la costa. Apêndice à obra supra, pg. 38.
- FORSYTH, A. R. Differencial Equations.
- FORTE, JOSE' MATOSO MAIA A Bacia do Rio Paraiba do Sul, no Estado do Rio de Janeiro. In "Anais" do IX Congresso Brasileiro de Geografía. Vol. II, Conselho Nacional de Geografía, Rio de Janeiro, 1942.
- FOWLE, F. E. Vide Annals of the Astrophysical Observatory of the Smithsonian Institution. Vols. I-V, Washington; e várias contribuições importantes publicadas no Astrophysical Journal, Washington.
- FOWLE, F. E. Ozone and the sun-spot cycle. Trans. Am. Geophys. Union. 1933, pg. 110. Nat. Res. Council Washington.
- FRANZE, B. Die Niederschlags-verhältnisse in Südamerika. Gotha, 1927.
- FRIEDRICH, W. Die messung der verdunstung vom Mittellandkanal bei Sehnde in den Jahren 1925 bis 1927. Jahrbuch für die Gewasserkunde Borddeutschlands. 1930, Berlim.
- FUJIWHARA, S. KANAGAWA, Z. Citação de Davies (285). The Geophysical Magazine do Central Met. Obs. Tóquio, vol. I, n.º 6 1928.
- FUJIWHARA, S. A remarkable example of the use of 3 000 ms. isobars in forescasting weather. The Geophysical Magazine do Central Met. Obs. de Tóquio, vol. III, n.º 2, 1930, pg. 91.
- GALBAS, P. LINKE, F. e outros Berichte des Etrahlungs-Klimatologischen Stationsnetzes im Deutschen Nordsseegegiet. 1929.
- GAMBA, P. Sulla previsione der minimi di temperatura. L'Universo. Junho 1932, pg. 107.
- GARSAUX STROHL La vitesse d'ascencion et de descente en avion — Ses effets sur l'organisme Revue Aéronautique Internacionale. Dez. 1932, pg. 467.
- GEIGER, R. Das Klima der Boddennahen Luftschicht. Brunswick. 1927.

- GEIGER, R. Das Mikroklima und seine Bedeutung fur die belebte Natur. Zeits. f. Angewandte Met. das Wetter. 48. 5. 1931, pg. 137.
 - Bibliography of Literature on Agricultural Meteorology, 3 vols. Ministry of Agriculture and Fisheries. Londres, 1931.
- GEIGER, R. Mikroklima und Pflanzenklima. Berlim, 1930.
- GEORGII, W. Flugneteorologie. Leipzeig,
- GEORGII, W. The Weather Map An Introduction to Modern Meteorology. Londres, 1930.
- GEORGII, W. Westher Forecasting in the United States. Washington, 1916.
- GEORGII, W. Wettervorhersage; die Fortschritte der Synoptischen Meteorologie. 1924, Dresden.
- GIANNETTA, F. *Il tifigramma*. Annali dell'Uficio Presagi. Vol. V. 1932, pg. 136, Roma.
- GIBLETT, M. A. The structure of the wind over level country. Geophysical Memoir n.º 54 da Met. Office. 1932, Londres.
- GILES, G. M. Outlines of Tropical Climatology. Londres, 1904.
- GISH, O. Systematic errors in measurements of ionic content and the conductivity of the air. Gerlands Beit. z. Geophysik. 35. 1932, pg. 1.
- GLASSPOOLE, J. Heavy falls of rain in short period. Q. Journal R. Met. Society. Jan. 1931, pg. 57.
- GLASSPOOLE, J. The rainfall over the British Isles of each of the eleven decades during the period 1820-1929. Q. Jornal R. Met. Society. Julho 1933, pg. 253.
- GOELDI Materialen zu einer Klimatologie. Rio de Janeiro, 1888.
- GOELDI, E. Zum Klima von Pará (Met. Zeit., 1902).
- GOLD, E. Aids to forecasting: types of pressure distribution. Geophysical Memoirs N.º 16. Londres, 1920.
- GOLDIE, A. Characteristics of rainfall distribution in homogeneous air currents and surfaces of discontinuity. Geophysical Memoirs. n.º 53. Met. Office. Londres, 1931.
- GORCZYNSKI, L. Actinometros termo-elétricos para las medidas totales, normales y espectrales de la radiacion solar. Serv. Met. Mexicano, Folleto I, 1928.
- GORCZYNSKI, L. Quelques traits caractéristiques du climat solaire réel du littoral tunisien. Sep. dos Annales du Service Botanique de Tunisie. Tome V, fasc. 2, 1928, Tunis.
- GORCZYNSKI, L. Gerl. Beit. z. Geophysik. 1931. Vol. 32. pg. 47 e vários outros de facil encontro nas bibliografías dos trabalhos já citados.
- GORCZYNSKI, L. Sur l'emploi des filtres solaires dans d'actinométrie. Annales du Service Botanique de Tunisie. Tome VII, 1930. pg, 195, Tunis.
- GORCZINSKI, L. Sur les éléments caractéristiques du climat solaires. Sep. dos Annales de l'Institut d'Actinologie. Maio, 1931.

- GOTHA VOSS, ERNEST LUDWIG Die Niederschalageverhaltuisse von Sudamerika. Justus Perthes, 1907.
- P. G. GOTT Lightning, Proc. Royal Society, Out. 2, 1933.
- GOTZ, W. F. Das atmospharische Ozon. Gerlands Beit. z. Geophysik Suppt. band I — Ergebnisse der kosmischen Physik. 1931, pg. 180, Leipzig.
- GOTZ, W. F. Vertical distribuition of ozone in the atmosphere. Nature Agôsto 19, 1933, pg. 281.
- GRAÇA, CALHEIROS DA Clima (Anuário de Estatística municipal. Rio de Janeiro, 1914).
- GREGG, W. R. Aeronautical Meteorology. 2.ª ed. 1930, Nova Iorque.
- GREGG, W. R. An aerological survey of the United States. Suppt. 20. da M. W. Review. 1922.
- GREGG, W. R. Anleitung zur ausführung meteorologischer beobachtungen auf flugwetterposten. 2.° ed. 1930. Thüringische Landeswetterwarte. Weimar.
- GREGG, W. R. Instructions for airways observers. Circular N.º 2, ed. 1932, Weather Bureau, Washington.
- GREGG, W. R. Meteorological Service for airways in the United States. The Geographical Review. Abril 1930, pg. 207, Nova Iorque.
- GREGG, W. R. Recent advances in weather service in relation to aerial navigation Washington, 1932.
- GREGORY, J. Origin and distribution of Underground Waters. Circ. 69 da British Waterworks Association. Londres, 1927.
- GREGORY, J. W. Palestine and the stability of climate in historic times. The Geographical Journal. Dez. 1930, pg. 487, Londres.
- GREGORY, R. Weather recurrences and weather cycles. Q. Jornal R. Met. Society. Abril 1930, pg. 103.
- GRISEBACH -- La végétation du Globe. Paris, 1875
- GROSSI, V. Geografia médica e Coloniel, la questione del acclimatazione degli Europei nel Norte del Brasile. Nuova Ressegna Rome, 1894.
- GROSSI, V. Note e appunti sulla Geografia medica dell'America. I. Climatologia, Geol. e Idrol. de Minas Gerais. L'Idrologia e 1.ª Climatologia. Turim, 1893.
- P. GRUNER H. KLEINERT Die Dämmerungsercheinungen. Probleme der Kosmischen Physik. Vol. X, Hamburgo, 1927.
- GRUNSKY, C. E. Evaporation from lakes and reservoirs. Mountly Weather Review Jan. 1932, pg. 2.
- GUILBERT, G. Nouvelle méthode de Prévision du temps. París, 1909.
- GUILBERT, G. La Prévision scientifique du temps. Paris, 1922.
- GUIMARÁES, ROZENDO Observações meteorológicas na Baía. Rev. do Obs. 1887-88; Bol. mens. do Obs., 1900-01.
- B. GUTENBERG Der Aufban der Atmosphäre; die Schallausbreitung der Atmosphäre. Handbuch der Geophysik. Vol. 9, parte I, Berlim, 1932.

١

- HAMMOND GOSTIN The effect of humidity upon the rate of evaporation. Ecology. Out. 1933, pg. 411.
- HANN, JULIUS Der tägliche Gang der Temperatur in der inneren und äussenren Tropenzone (Denkschriften d. k. Akad. d. Wiss., Vienne, 1906-08).
- HANN, JULIUS Die jährlichen und täglichen Änderungen in der Richtung und Stärke des Südost Passats im Atlantischen Ozean (Mét. Zeit., 1915).
- HANN, J. KNOCH, K. Handbuch der Klimatologie 1.º vol. do Allgemeine Klimalehre. Stuttgart, 1932.
- HANN, JULIUS SURING, R. Lehrbuch der Meteorologie 4.ª edição, Leipzig, 1926.
- HANN, JULIUS Meteorologie von Fernando de Noronha (Sitzb. d. Wiener Akad. d. W., vol. CXXIII, 1914).
- HANN, JULIUS Handbook of Climatology
 - —London, 1908 Tradução inglesa pelo professor R. de Courcy Ward, veja-se também, edição americana.
- HANN, JULIUS Handbuch der Klimatologie. Tome II: Klimor der Tropenzone.
- HANN, JULIUS Resultate d. Met. Beob. zu Pará 1907-10 (Met. Zeit. 1914).
- HANN, JULIUS Zum Klima von Cuyabá (Met. Zeit. 1905 et suiv.).
- HANN, JULIUS Zur Meteorologie des Aequators (Sitzungsb, d. k. Akad. d. W., 1902 et 1905).
- HANN, JULIUS Zur Meteorologie des Aequators nach der Beobachtungen, zu Pará au Museum Goeldi, II.
- HUNTINGTON, ELLSWORTH Civilization and Climate, Yale University Press. New Haben, 1915.
- HUNTINGTON, ELLSWORTH Wether and Health. Bulletin of the National Research Council N.º 2 75. 1930, Washington.
- HANZLIK, S. Der Luftdruckeffekt def Sonnenflecken periode. Gerlands Beit. zur Geophysik 28. 1-3. 1930, pg. 114 e 29 2. 1931, pg. 138.
- HARVEY, H. W. Biological chemistry and physics of sea water. Cambridge, 1928.
- HAURWITZ, B. Official long-range forecasts in Germany. Bulletin American Met. Society. Out. 1933, pg. 247.
- HECK, L. SUDECK, G. Neue Meteorographen fur drahtlose fernubertrazung. Gerl. Beit. z. Geophysik. 31-1-1931, pg. 291.
- HELLAND-HANSEN, B. NANSEN, F. Temperature variations in the North Atlantic Ocean and in the atmosphere. Smithsonian Inst. 1920, Washington.
- HELLMANN, G. The dawn of Meteorology. Q. Journal Royal Met. Soc. Vol. 34, 1908, pg. 221, revista e augmentada na Met. Zeitschrift Band 25. 1908, pg. 482.
- HELMANN, G. Contribution to the bibliography of meteorology and terrestrial magnetism in the fifteenth, sixteenth and seventeenth centuries. Part II of the Report Chicago Meteorological Congres. Aug. 1893, pg. 352, Washington.

- HELLMANN, G. Die entwicklung der meteorologischen beobachtungen in Deutschland von den ersten Anfangen bis zur Einrichtung staatlicher beobachtungsnetze. Abh. Preuss. Akademie Wissenschaft. 1926. Berlim.
- HELLMANN, G. Klima Atlas von Deutschland. Berlim, 1921.
 - Climatic Atlas of Japan and a neighbouring countries. Toquio, 1929.
 - Klima der Union der Sozialistischen Sowjet-Republikken, trabalho em curso de publicação. Vide Teil 1. de E. Rubistein, sôbre a temperatura, com ótimo atlas.
- HENSE, H. Haufigkkeit und dauer einer niederschlagsintensitat von mindestens 0.2mm. in der minute nach 32 Jahringen registrierungen in Potsdam. Met Zeitscrift. 50. 10. 33, pg. 384.
- V. F. HESS The electrical conductivity of the atmosphere and its causes. Tradução de Codd. London, 1928.
- HESS, V. O'BROLCHAIN, C. An error in the marking of an Aithen dust counter. Gerlands Beit. z. Geophysik. 37. 4. 32, pg. 386.
- HESSELBERG, Th. Sur la réduction de la pression atmospherique au niveau de la mer. Report of the Int. Met. Conference of Directors at Utrecht Sept. 1923. Appendix L. pg. 171, Utrecht, 1924.
- HERBERTSON, A. J. The Distribution of Rainfall over the Land. Londres, 1901.
- HEPWORTH, W. C. Relation between Pressure, Temperature and Air Circulation over the South Atlantic Ocean. (Met. Comm. Official, N. 177, Londres, 1905).
- HETTNER, A. Die Klimate der Erde. Geogr. Schriften. h. 5. 1930, Berlim.
- HILDEBRANDSSON The Circulation of Atmosphere in Tropical Regions. Monthly Weather Review, 1902.
- HILL, L. CAMBELL, A. Health and Environment. Londres, 1925.
- HILL, L. Sunshine and open air. Londres, 1925.
- HILL, L. Meassurement of the biologically active ultra-violet rays of sunlight. Proc. Royal Societ. 116 (A). 1927, pg. 268, Londres.
- HOLDEFLEISS, P. Agrarmeteorologie. Berlim. 1930. Procès-verbaux des séances de Munich. 19-21 Sept. 1932. Commission de Météorologie Agricole. Secrétariat de l'Organisation, Met. Internationale n.º 14.
 - Utrecht, 1933. Papers and discussions, 2.º vol. Conférence of Empire Meteorologists. 1929, Londres.
- HULBURT, E. Temperature of the lower atmosphere of the Earth. The Physical Review. Nov. 15. 1931, pg. 1876, Mineápolis.
- HULBURT, O. E. The outer atmosphere of the earth. Transictions of the Royal Canadian Inst. N.º 40, vol. 18, parte II, julho 1932, pg. 237, Toronto.
- HUMPHREYS, W. J. Rain making and other wather vagaries. Baltimore. 1926.
- HUMPHREY, R. A detailed study of desert rainfall. Ecology. Jan. 1933, pg. 31.
- HUMPHREYS J. The Weather and Radio. M. Weather Review. Agosto 1931, pg. 309.

- HUMPHREYS, W. Weather proberbs and paradoxes. Baltimore, 1923.
- INSTITUTO ASTRONÔMICO E METEOROLÓ-GICO — Dados Meteorológicos. Pôrto Alegre, 1914.
- ISELIN, C. The development of our conception of the Gulf Stream System. Trans.
 Am. Geophys. Union. 1933, pg. 226, Nat.
 Res. Council, Washington.
- T. ISIKAWA Desert sounds. Bul. Am. Met. Society. Fev. 1931, pg. 40.
- T. ISIKAWA Singing sands. Taylor Tycos Rochester. Out. 1932, pg. 125.
- T. ISIKAWA Sound and Seismic waves produced by the eruptions of Mount Asama. Geophysical Magazine (Okada Volume) Março 1932, Tóquio.
- H. ISRAEL Luftelektrizität-Grundlagen und Meszmethoden. Meteorologisches Taschenbuch. Berlim, 1933, 2.º vol.
- ISRAEL, H. Luftelektrische Messungen im Hochgebirge und ihre mögliche Bioklimatische Bedeutung. Gerlands Beit. z. Geophysik. (Köppen Band III) 34. 1931, pg. 164.
- JAMESON, H. On the expectancy of heavy rainfall in Ceylon. Colombo, 1932.
- JAMESON, H. On the mean maximum rainfalling in a time t. Q. Journal R. Met. Society. Jan. 1929, pg. 31.
- JATHO, A. La correlacion de la presion atmosferica y de las precipitaciones con las manchas solares. 1931, Buenos Aires.
- JATHO, A. El regimen pluviometrico. Anales de la Soc. Cientifica Argentina. Tomo CXV. pg. 233. Buenos Aires, 1933.
- JOHNSTONE, J. An introduction to Oceanography. 2. ded. 1928, Londres.
- JUNOT, LUCAS R. Estudo da Temperatura da Cidade de São Paulo. In Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia, Vol. II Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1942.
- KAEMPFERT, W. Uber die Durchlässigkeit von Strahlungsfiltern. Gerlands Beit. für Geophysik. 23. 1929, pg. 167.
- K. KAHLER Einführung in die Atmosph. Elektrizität. Berlim, 1929.
- KALITINE, N. N. Die strahlungseigenschaften der schneedecke Gerl. Beit. z. Geophys. Koppen-band III, pg. 354, 1931.
- KANDA, S. Resumo no Japanesse Journal of Ast. and Geophysics. Vol. X, n.º 3, 1933, pg. 30, Tóquio.
- KARSTEN Meteorologische Beobachtungen aus Pelotas. A. Voigt. Schriften des Naturwissenschaftlichen Vereins für Schleswig-Holstein. Kiel, 1879, Bd. III.
- KATUNANI, O. Comparisons of the stream flows of the forested and not forested basins. Jl. of Met. relating to forestry and hydrology 13. 1933, pg. 141.
- KEIL, K. Die Veroffentlichung der aerolologischen beobachtungen in den vershiedenen Landern. Beit. z. Physik der freien Atm. 20-2-1933, pg. 103.
- KEEN, B. Soil physics in relation to Meteorology. Quarterly Jl. Royal Met. Society. Julho 1932, pg. 229.

- KENNELLY, E. A. Cosmic disturbances of the earth's magnetic field and their influence upon radio communication. The Scientific Monthly. Julho 1932, pg. 42.
- KERNER, FR. VON Zonalen Regenverteilungen in Sudamerika. (Met. Zeit. 1909).
- KESTNER, O Eine chemische Messung der kurzeweilingen ultra-violet-stahlung und ihre Ergebnisse. Strahlentherapie. 46. 3. 1933, pg. 574.
- KIDSON, E. Sun-spot numbers and annual rainfall in New Zeland. N. Z. Jl. of Science and Technology. Vol. X, n.º 2, pg. 90, 1928, Wellington.
- KIDSON, E. Problems of Antartic Meteorology. Quarterly Journal Met. Soc. Out. 1933, pg. 372.
- KIDSON, E. The general circulation on a water Hemisphere. Q. Jl. Royal. Met. Soc. Out. 1933, pg. 372.
- KIDSON, E. Notes on the General Circulation in the New Zeland Region. Gerl.
 Beit. z. Geophysik. Vol. 34. (Koppen-Band III), pg. 1, 1931, Leipzig.
- KIDSON, E. Some periods in Australian Weather. Bulletin 17. Bureau of Meteorology, Mebourne. 1925, pg. 5.
- KIMBALL, H. H. Pyrheliometers and pyrheliometric measurements. Circular Q Solar Radiation. Investigations Section. Pub. 1 051 do Weather Bureau Americano 1931.
- KIMBALL, H. H. Reflectivity of different kinds of surfaces M. W. Review Julho 1929, pg. 280. Vide também M. W. Julho 1929, pg. 291.
- KIMBALL, H. Solar Radiation as a meteorological factor Review of Modern Physics. Vol. 4, n.º 2, pg. 259 abril, 1932.
- KIMBALL, H. HAND, I. The use of glass color screens in the study of atmospheric depletion of solar radiation. Monthly Weather Review. Marco. 1933, pg. 80.
- KNOCHE, W. Aquivalente Temperaturen in Sudamerika. Gerlands Beit. z. Geophysik. 35. 2, 1932, pg. 189.
- KNOCH, K. Klimakunde von Südämerika. Handbuch der Klimatologie. Band II. Teil G. Berlim, 1930.
- KOELPER, O. Untersuchungen uber Sonnen — und Himmelstrahlung. Veroff. des Met. Obs. Aachen. 1932. Aachen.
- KOHLER, P. FLACH, F. Atmosphärische Strömungsvorgange im Zusammenharg mit Krankheitserscheinungen. Strahlentherapie: 48. 3. 1933.
- KOHLI, S. Solar Radiation Measurement at Poona in 1931 Memoirs of the Indian Met. Dpt. Vol. XXV, parte X Calcutá, 1932.
- KOLZER, J. Beobachtungesergebnisse über Schallausbreitung auf nahe Entfernungen und Schluszfolgerungen zum Problem der anomalen Shallauslreitung. Veröffentlichungen der Preussischen Met. Instituts. Vol. X, n.º 1, Berlim, 1932.
- KÖPPEN, W. Das Gesetz in der Wiederkehr J strenger winter in West Europa. Met. Zeits. 47. 6, 1930, pg. 205.
- KOPPEN, W. Gundriss der Klimakunde. 2.ª edição refundida da Klimate der Erde, Berlim, 1931.

- KOPPEN, W. The past cold Winter and the possibility of long-range weather forecasting by W. J. Petterson. Monthly Weather Review. Junho 1929, pg. 257.
- KÖPPEN, W. Versuch einer Klassification der Klimate Leipzig, 1901.
- KORTE, W. Messungen der Vertikal bewegung der Atmosphare durch Pilot-ballons. Beit z. Phys. der freien Atm. 17-4-1931. Vide igualmente trabalhos mais antigos de Jaumotte, publicados no Bulletin de la Société Belge d'Astronomie, etc. (Ciel et Terre).
- KOSCHMIEDER, H. Theorie der horizontalen Sichtseite. Met. Zeischrift. 43. 11, 1926, pg. 420.
- KOSCHMEIDER, G. Medidas defenidas de la presion atmosferica. Anales de la Sociedad Española de Meteorologia. Vol. III, n.º 4, 1929, pg. 98, Madrí.
- KOWALEWSKI Differentialrechnung.
- KRATZ. A. P. KONZO, S. Study of summer cooling in the research residence for the summer of 1933. Heating. Pipping and Air Conditioning. Dez. 1933, pg. 613.
- KRUMMEL, O. Handbuch der Ozeanographie. 1.º vol. 1907. 2.º vol., 1911, Stuttgart.
- KRÜMMEL Die Equatorialen Meerstromungen des Atlantischen Ozeans (Leipsigh. 1877).
- KULLMER, C. J. The latitude shift of the storm track in the 11 year solar period Smithzoonian Miscellaneus Collections. Vol. 89, n.º 2, 1933. Washington.
- KUMBALL, H. H. Measurements of solar radiation intensity and determination of its depletion by the atmosphere. M. Weather Rev. Abril 1927, pg. 155.
- LABROUSTE, H. Analyse des graphiques resultant de la superposition de sinusoides. Annales de d'Inst. de Physique du Globe de l'Univ. de Paris. Vol. VII, 1929, pg. 190.
- LACERDA, AUGUSTO DE Clima. Comm. geol. e geogr. de M. G. Bol. n.º 2, 1895.
- LAERNE, VAN DELDEN Le Brésil et Java. Haia, 1885.
- LALIÈRE, A. Le Café dans l'Etat de Saint-Paul. Paris, 1909.
- LAMMERT, I. Frontologische Untersuchungen in Australien. Beit z. Physik der freien atm. Vol. XIX. (Bjerknes festband). 1932, pg. 203.
- LANGE, H. Südbrasilien (Leipsick, 1885).
- LAPWORTH, H. Meteorology and water supply. Q. Journal R. Met. Society. Julho 1930, pg. 271.
- LASKA, V. Zur anwendung der statistik in der Meteorologie im algemeinen und auf die niederschlagsreduktion insbesondere. Met. Zeitschrift, 45. I. 1928, pg. 17.
- LAULANIE', F. Chaleur animale Traité de Physique Biologique d'Arsonvel, vol. I.
- LAURENS, H. Physiological effects of radiant energy. N. Orleans. 1933. Resumo e critica no Jl. Franklin Inst. Ag. Ag. 1933, pg. 286.
- LEAKEY, L. East African Lakes. Geographical Journal. Vol. 77, 1931, pg. 497, Londres.

- LEAKEY, L. The stone age cultures of Kenya Colony. Cambridge University Press. 1931.
- LE COINTE, PAUL Le Climat Amazonien et plus spécialement de climat du bas Amazones. Ann. de Géographie, novembre, 1906.
- LEEUWEN, W. e outros Luftelektrizität und Föhnkrankheit. Gerlands Beit. z. Geophysik. 38. 3/4. 1933, pg. 407.
- LEDOUX, E. Traité de conditionement de l'air. París, 1932.
- LEMPFERT, R. The scientific work of the meteorological Office. Cardington. Q. Journual R. Met. Society. Abril 1931, pg. 119.
- LEIGHLY, J. Graphic studies in Climatology. 3 fascículos. Berkeley. Califórnia. 1926, 1928 e 1934.
- LENNAN Mc, C. J. On the auroral green line 3 ème Rapport de la Com. inst. pour poursuivre l'étude des relations entre les phénomènes solaires et Terrestres. Conseil Int. de Recherches. 1932, pg. 90.
- LESS, E. Uber die Vorausbestimmung des nächtlichen Temperaturminimums. Met. Zeitschrift. 47. 4. 1930, pg. 127.
- LEVI, F. Erfahurungen bei der Eichung von cadmiumzellen. Met. Zeits. 4, 1932. (Sep.).
- LEWIS, A. D. Rainfall normals, up to the end of 1925, com 35 maps Cidade do Cabo. 1927.
- LEWIS, A. D. Sumary of Indian Rainfall for the 50 years, 1875-1924. Memoirs of the Indian Met. Dpt. Vol. XXV, parte II, Calcutá, 1928.
- LEWIS, A. D. The daily, monthly and annual normals of precipitation in the United States, based on the 50 year period, 1878 to 1927 inclusive. Monthly Weather Review, Supt. n.º 34, 1930.
- LEWIS, S. R. Air conditioning for confort. Chicago, 1932.
- LIAIS, E. Climat, géologie, faune et géogr. botanique du Brésil. Paris, 1872.
- LIMA, G. C. BIERRENBACK Sugestões sóbre a nomenclatura dos Cursos de Agua e suas denominações. In Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia. Vol. II, Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1942.
- LIMA, J. E. DE A pressão barométrica comparada com a temperatura, no Rio de Janeiro Rev. do Obs., 1886, I.
- LIMA, J. E. DE Regime dos Ventos no Rio de Janeiro. Rev. do Obs., 1888.
- LINDMAN, C. A. M. A Vegetação no Rio Grande do Sul. Pôrto Alegre, 1906, trad. Löefgren.
- LINKE, F. Gerl. Beit. z. Geophysik. Vol. 37, h. 1, pg. 49; Met. Zeitschrift, 1924, pg. 42; Phys. der f. Atmosph., 1922. Vol. 10, pg. 91; seu trabalho básico.
- LISBOA, ARROJADO Oeste de S. Paulo, Sul de Mato Grosso, Clima. Rio, 1909.
- LISBOA, ARROJADO O problema das sêcas Conférence à la Bibliothèque Nationale, à Rio, em aout 1913; publiée par le Jornal do Comércio).

- LISOWSKI, K. Sulle condizioni meteorologiche della navigazione aérea in Polonia. Resumo italiano. D'Aerotecnica. Maio 1932. pg. 714. Original na Prace Geofizyczne. Fasciculo X, 1931, Varsóvia.
- LOCKYER, W. J. S. Southern Hemisphere Surface Air Circulation. Londres, 1910.
- LÖEFGREN, ALB. Contribuições para a questão florestal da Região nordeste do Brasil. Rio, 1912.
- LÖEFGREN, A. Ensaio para uma distribuição dos vegetais nos diversos grupos florísticos no Estado de S. Paulo. Bol. da Com. geo. e geol. de S. Paulo, 1898.
- LÖEFGREN, ALB. Notas Botânicas. Ceará. Rio, 1910.
- LOEWY, A. Uber Klimatophysiologie. Leipzig, 1931.
- LÖREN, AXEL Aspectos Parciais da Fisiografia Brasileira. In Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia. Vol. II, Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1942.
- LOHR, A. Ergebnisse der Hamburger Flugzenganfstiege der Deutschen Seewarte. Archiv der Deutschen Seewarte 49, N.º 10, 1931, Hamburgo.
- LUGEON, J. Precipitations Atmosphériques. Ecoulement et Hydroélectricité. Paris, 1928.
- LOHR, A. Instructions for making aerological observations Circular P da Aerological Division do Weather Bureau Americano 1930, Washington.
- MADELUNG, E. Die mathematischen Hilfsmittel des Physikers.
- MAGARINOS TÓRRES, F. E. Justificação das Normais de Chuva da Rêde Pluviométrica Brasileira. Diretoria de Meteorologia Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, 1926.
- MAGARINOS TÓRRES, F. E. SAMPAIO FERRAZ, J. DE Contribuição para o Estudo do Regime das Chuvas no Nordeste Brasileiro (memória apresentada pela secção de pluviometria e inundações da Divisão de Águas do Ministério da Agricultura) In Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia. Vol. II, Conselho Nacional de Geografia. Bio de Janeiro, 1942.
- MAGUIRE, C. Aerology. A ground school manual in aeronautical meteorology. Nova Iorque, 1931.
- MAHALANOBIS, P. Report on Rainfall and Floods in North Bengal 1870-1922. Calcutá, 1927.
- LUNDEGARDH, H. Environment and plant devolopment. Londres, 1931.
- MALURKAR, S. RAMDAS, L. Theory of extremely high lapse-rates of temperature very near the ground. Indian Journal of Physics. Vol, VI, parte VI, fev. 1932, Calcutá.
- MANGOLDT-KNOPPE Differentialrechnung.
- MARCOVITCH, S. The measure of droughtiness. Monthly Weather Review. Março 1930, pg. 113.
- F. KERNER-MARILAUN Paläoklimatologie. Berlim, 1930.
- MARIS, B. H. The upper atmosphere. Terr. Magn, and Atmospheric Electricity. Dez. 1928, pg. 233 e março 1929, pg. 45, Baltimore.

- MARK JEFFERSON The steady Warmth of the Tropics — Bull of the Geograph. Soc. May 1915.
- MARMER, H. The Gulf Stream and its problems. Smithsonian Inst. 1929. Washinton.
- MAROIS, N. Les effects d'une extrême sécheresse dans l'Afrique du Sud — Revue Générale des Sciences, 29 fev. 1916.
- MARSIAJ, O. A Meteorologia no domínio da Obstetrícia. Porto Alegre. 1930.
- MARTONNE, E. DE Une nouvelle fonction climatologique-l'indice d'aridité. La Météorologie. Out. 1926, pg. 449.
- E. MATHIAS e diversos Traité d'Electricité Atmosphérique et Tellurique. Paris, 1924.
- MATA, A. Geografia e topografia médica de Manaus, 1916.
- MATOS, BELFORT Breve notícia sôbre o Clima de São Paulo. São Paulo, 1905.
- MATOS, BELFORT Contribuição para o conhecimento do clima de Campos do Jordão. S. Paulo, 1911.
- MATOS, BELFORT Em defesa do clima do Estado de S. Paulo. São Paulo, 1910.
- MATOS, BELFORT O Serviço meteorológico e o clima de São Paulo. São Paulo, 1908.
- MAUFE, H. B. Changes of climate in Southers Rhodesia during later geological times. South African Geographic Journal. Vol. 13, 1930, pg. 12, Johannesburg.
- MAURAIN, C. La stratosphère et les couches les plus elevées de l'atmosphère. Révue Scientifique 26 set. 1931, pg. 545, París.
- MAYR, M. Die Routenaufnahme von Dr. E. Snethlage von Xingú zum Tapajoz (Pet. Mitt., 1912).
- MC DONALD, W. Hourly frequency and intensity of rainfall at New Orleans. La. M. Weather Review. Jan. 1929. pg. 1.
- MC EWEN, G. Indications of precipitation and temperature trend for the season 1933-1934. Circular de Out. 15. 1933, La Jolla.
- MEISINGER, C. L. The preparation and significance of free air pressure maps for the central and eastern United States. Supt. n.º 21 da M. W. Review. Out, 1922.
- MERLÉ, R. Les maladies et les saisons. Análise da conferência do Prof. Th. Madsen publicada na Revue d'Hygiène. La Nature. 15 Fev. 1930, pg. 153.
- MEYER, R. Die Haloerscheinungen. Probleme der Kosmischen Physik. Vol. XII, Hamburgo, 1929.
- MILDNER, P. Uber Symmetrie punkte und ihren prognostischen Wert. Beit. z. Physik der freien Atmosphäre. 17. 1. 1930, pg. 1.
- MILHAM, W. J. Meteorology. Nova York, 1921.
- MILLER, P. A. Airplane landings in gusty surface winds. Monthly Weather Review. Jan. 1931, pg. 33.
- MILLER, A. Climatology. Londres, 1931.
- MINSSEN, W. Contribuïção para o estudo climatológico do Rio Grande do Sul. Pôrto Alegre, 1900.

- MOLTCHANOFF, P. Die methode der Radiosonde und ein versuch ihrer anwendung bei der erfoschung der honeren atm. et. Gerl. Beit. z. Geophysik, Koppen-Band III. 1931, pg. 36.
- MONTANARI, D. Sulla determinazione di correnti verticali per mezzo di palloni piloti, separata da L'Aerotecnica. Marzo 1931, Roma.
- MOORE, W. L. The Work of the Weather Bureau in connection with the rivers of the United States. Washington, 1896.
- MORGANS, W. R. Relation between ground contours, atm. turbulence, wind speed and direction. R. e M. n.º 1456 da Aeronaut. Res. Committee. 1932, Londres.
- MORIKOFER, W. Sur l'augmentation de l'intensité du rayonnement solaire avec l'altitude et son effet climatologique en Suisse. Archives des Sc. Phys. et Naturelles. 136, 1931, pg. 44.
- MORIKÖFER, W. Zur Bioklimatologie der Schweiz. II Teil: Die Strahlungsverhältnisse. 1932.
- MORIKOFER, W. Zur Bioklimatologie der Schweiz — 1.º Vol. Die Atmospharische luft ihre bestandteile und derem Biologische bedeutung. 1931, 3.º Vol. Die warme — und wind verhältnisse. 1933 (vide 388).
- MORIKÖFER, W. Die Abhangikeit der Sonnestrahlungsintensität von der Meereshöne und ihre Konsequensen für die Organisation der Lichtklimatischen Forschung. 1932.
- MOHN, PROFESSOR H. Les Phénomènes de l'Atmosphère. Paris, 1884 — Tradução francesa por J. Rotschild.
- MORIZE, H. Esbôço de uma climatologia do clima do Brasil. 2.ª edição. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Obsertório Nacional, 1922.
- MORIZE, HENRIQUE Contribuição ao estudo da influência da umidade e do vento na sensação térmica. Bol. do Ministério da Agricultera, Rio, 1912.
- MORIZE, HENRIQUE Ebauche d'une Climatologie du Brésil, Rio de Janeiro, 1891.
- MORIZE, H. Esbôço de uma climatologia do Brasil. 1891, Rio de Janeiro.
- MORIZE, HENRIQUE The Present Condition of Agricultural Meteorology in Brazil. Monthly Bull. Agr. Intell., Rome, 1913.
- MORTENSEN, H. Der formenschatz der Nordchilenischen Wüste. Berlim, 1927.

- MOSBY, H. The sea-surface and the air. Det Norske Videnskaps-Akademi i Oslo. 1933, Oslo.
- MOSBY, HAKON Sunshine and Radiation. Folheto do Geophysisk Institut de Bergen. 1932.
- MOSSMAN, R. Las condiciones fisicas del Atlantico Sur entre el Rio de la Plata y las islas Orcadas del Sur durante el verano. Oficina Met. Nacional. 1922, Buenos Aires.
- MOYER, J. A. Air condicioning. Nova Iorque, 1933.
- MtGGE, R. Synoptische Betrachtungen. Met. Zeitschrift. 48. 1, 1931, pg. 1.
- NARAYANAN, A. Horizontal gradients of pressure and temperature in the upper atm. over India calculated from pilot ballon winds. Scientific Notes. Vol. III, n.º 28 do India Met. Dept. 1931, Calcutá.
- NEEDLES, R. J. Health problems in the Amazon valley. Science. Dez. 8. 1933, pg. 532.
- NICHOLS, E. Predicting minimum temp. especially as a function of preceeding temperature. Monthly Weather Review. Maio 1930, pg. 179.
- NILSON, E. Quaternary glaciotions and pluvial lakes in British East Africa. Geografiska Annaler. Vol. 13, 1931. pg. 249, Estocolmo.
- NICHOLS, E. A classification of weather types. M. Weather Review. Out. 1925, pg. 431, juntamente com outras contribuïções análogas.
- NICHOLS, E. Notes on formulas for use in forescasting minimum temperatures. Monthly Weather Review. Dez. 1926, pg. 499.
- NILSON, E. Summary of progress of the Geological Survey of Uganda for the years 1919 to 1929. Geological Survey. Eutebre (Uganda) 1931, pg. 37.
- NISH, A. Mc. Sources of errors in the determination of the potential gradient of the earth's electric field. Terrestrial Magn. and Atm. Electricity. Dez. 1932, pg. 439.
- NODON, A. Essai d'Astrométéorologie. Paris, 1920.
- NORMAIS CLIMATOLÓGICAS Serviço de Meteorología. Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agricola. Rio de Janeiro, 1941.

(Continua no próximo número)

Envie os livros de sua autoria, ou os que se encontrem em duplicata em seu poder à Biblioteca Central do Conselho Nacional de Geografia, para maior benefício da cultura geográfica do Brasil.

e cartográfico

"Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro"

Índice dos autores

1

[Anos de 1855 a 1941]

A

ACCIOLI, TACIANO — Expedições ao Interior do Brasil — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 263.

ACIOLI, HILDEBRANDO POMPEU PINTO — Discurso de posse do ministro ... — Tomo XLIV., ano 1937, pág. 77.

AFFONSO CELSO, CONDE DE — Nova concepção da Geografia, A — (Artigo do sr., no Jornal do Brasil, de 1.º de Julho, sôbre a conferência do Prof. Backheuser — Tomo XXXI, anos 1926/1927, pág. 90.

ALINCOURT, LUIZ D' — O Rio Doce, Descrição. Fasc. II, ano 1890, pág. 62.

ALMEIDA, ANTERO PINTO DE — Problemas econômicos brasileiros — Tomo XXVIII, ano 1923, pág. 120.

ALMEIDA LIMA, TRISTÃO FRANKLIN DE -- Teonível, O -- Fasc. IV, and 1887, pág. 310.

ALBUQUERQUE, M. TENARIS D' — Nomes ameríncolas, as letras — T. L. e R. — Tomo XLVI, ano 1939, pág. 37.

AMELIE, ANTONIE — Tradução de ..., Brasil, O — Carta da escritora norte-americana Francis Parkinson Keys publicada no número de Dezembro de 1929, da revista Todd House Keeping de New York; para a Revista da Sociedade de Geografia, tomo XXXIV (1.º semestre, ano 1929, pág. 3).

ARARIPE, TRISTÃO DE ALENCAR — Neografia e neografia geográfica do Brasil — Fasc. II, ano 1885, pág. 129.

AZEVEDO, AROLDO — Geografia e suas modernas diretrizes — Tomo XLVII, ano 1940, pág. 59.

AZEVEDO, ANTÓNIO PEIXOTO DE — O Rio Piratininga, Memória de uma viagem de Pará a Cuiabá em 1819. Fasc. I, ano 1885, pág. 25.

AZEVEDO, PORTELA DE — Notas para a Corografia do Brasil — (Maragogipe, Baía) Tomo XLVIII, ano 1941, pág. 60.

В

BACKHEUSER, EVERARDO — Rápidos Traços da Païsagem Cultural e Política do Estado do Rio de Janeiro, Memória apresentada pelo professor, tomo XXXII, ano 1928 (1.º semestre) (1.ª parte), pág. 116 — Laureados em Geografia — Justificação aos títulos de, tomo XXXI, anos 1926/1927, pág. 102. — Nova concepção da Geografia, A — A Geografia e Ciências correlatas, conferência pelo Prof. ..., tomo XXX, ano 1925, pág. 86. — Nova concepção da Geografia, A — (Conferência realizada pelo Prof. ..., inaugurando as preleções do Curso Superior Livre de Geografia, aos 25 de Maio de 1926) — Ciência Antiga e Moderna, tomo XXXI, anos 1926/1927, pág. 75.

BACKEUSER, EVERARDO (Dr.) — Geografia do Brasil, A — Comemorativa do Centenário da Independência — Tomos XXV/XVII, anos 1912/1922, pág. 149.

BACKHEUSER, EVERARDO — Redivisão territorial e localização da Capital Federal (Redação final da matéria vencedora na Grande Comissão Nacional organizadora para estudar a questão). Tomo XXXVIII, ano 1933 (2.º semestre), pág. 126.

BAHIENSE, ELZIO — Discurso de posse do novo sócio Sr. Tomo XLVII, ano 1940, pág. 187.

BANDEIRA DE MELO, RAUL CORREIA — Geografia do Brasil no nosso ensino secundário, A — Relatório apresentado à Sociedade pela comissão designada para tratar de assunto, composta do Sr.; Elzio Salviense, Carlos Xavier, S. A. de Oliveira Belo, tomo XLVIII, ano 1941, pág. 9.

BANDEIRA DE MELO, RAUL CORREIA — Geobélica, Apêlo sôbre a — Tomo XLV, ano 1938, pág. 139.

BANDEIRA DE MELO, RAUL CORREIA — Pôrto do Maranhão, O — Tomo XXXVIII, ano 1933 (2.º semestre) pág. 178.

BANDEIRA DE MELO, RAUL CORREIA — Subdivisões político-administrativas do Brasil, as novas — Tomo XXXXIX, ano 1934 (1.º e 2.º semestre), pág. 71.

BANDEIRA DE MELO, RAUL (Tte Cel.)—Redivisão territorial e localização da Capital Federal (Redação final da matéria vencedora na Grande Comissão Nacional, organizada para estudar a questão). Tomo XXXVIII, ano 1933 (2.º semestre), pág. 126.

BANDEIRA DE MELO (General) — Moreira Guimarães, discurso pronunciado em diversos atos e sessões em homenagem pelo falecimento do General..., Tomo XLVII, ano 1940, pág. 3.

BANDEIRA DE MELO, RAUL (General) — Exposição Retrospectiva do Exército (Relatório apresentado pelo Sr. e Sr. Antônio dos Santos Oliveira Júnior, Tomo XLVII, ano 1940, pág. 109.

BANDEIRA DE MELO, RAUL CORREIA (Coronel) — Fortaleza de Coimbra, A — (Breve estudo histórico e geográfico). — Tomo XL, ano 1935 (1.º semestre), pág. 20.

BARBOSA RODRIGUES JÚNIOR, J. e outros — Rondon — Parecer da comissão nomeada pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro para se manifestar sôbre os trabalhos da comissão ..., — Antônio Olinto dos Santos Pires, Francisco Bhering, João Alberto Masô. Tomos XXI/XXVII, anos 1912/1922, pág. 5.

BARBOSA, JOSÉ AUGUSTO — Atlântida, A, Considerações, pelo 1.º Tenente do Exército, Tomo XXXII, ano 1928 (1.º semestre) (1.ª parte), pág. 99.

BARBOSA, RODRIGUES JÚNIOR, J. — Expedições ao Interior do Brasil. Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 263.

BARROSO, GUSTAVO — Populações do Nordeste, por — (João do Norte). Tomo XXXI, anos 1926/1927, pág. 48.

BASTOS, JOSÉ LESSA — Redivisão territorial e localização da Capital (Redação final da matéria vencedora na Grande Comissão Nacional organizada para estudar a questão), Tomo XXXVIII, ano 1933 (2.º semestre), pág. 126.

BASTO, MURILO DE MIRANDA — Discurso de posse do sócio, Tomo XLVII, ano 1940, pág. 173.

BATISTA DE ABREU, JOÃO — Brandão Júnior, Aspectos fisiográficos do Brasil — Tomo XLVII, ano 1940, pág. 143.

BEAUREPAIRE ROHAN, HENRIQUE DE — Serra dos Martírios, A. Memória apresentada ao govêrno em 18... (Edição Brasílio Machado), Fasc. 1/4, tomo XVII, ano 1904, pág. 6.

BELFORD, ÁLVARO (Dr.) Amazônia, A — (Descrição sucinta). Tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 147.

BELO, LUIZ ALVES DE OLIVEIRA — Deodoro da Fonseca, oração proferida pelo Comandante —, por ocasião da inauguração do retrato do Marechal Tomo XLVIII, ano 1941, pág. 71.

BESAHOREN, MAXIMILIANO — Determinação da altura de diversas localidades na parte do Rio Grande do Sul. Fasc. II, ano 1889, pág. 113.

BEZERRA, ALCIDES, Expedições ao Interior do Brasil. Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 263.

BEZERRA, ALCIDES — Geografia do Brasil no século XIX. Memória apresentada a Assembléia inaugural do Instituto Panamericano de Geografia e História. Tomo XXXVI, ano 1932 — (2.º semestre), pág. 115. BEZERRA, ALCIDES — Geografia. Obras gerais — suas tendências, valor relativamente ao seu tempo e ao nosso. Tomo XXVI, ano 1932 (2.º semestre). pág. 116.

BEZERRA, ALCIDES — Redivisão territorial e localização da Capital Federal (Redação final da matéria vencedora na Grande Comissão Nacional organizada para estudar a questão. Tomo XXXVIII, ano 1939 (2.º semestre), pág. 126.

BEZERRA, ALCIDES — Antropogeografia no Brasil, A — Tomo XXXVI, ano 1932, pág. 127 (2.º semestre).

BEZERRA, ALCIDES — Um folheto raro da época holandesa — "A Bôlsa do Brasil" — Tomo XXXVII, ano 1939 (1.º semestre), pág. 22.

BEZERRA, ALCIDES — Comunicações Geográficas — A Sericicultura. Tomo XXXII, ano 1928 (1.º semestre) (1.ª parte), pág. 161.

BEZERRA, ALCIDES — Hartt, os discípulos de — Tomo 1932 (2.º semestre), pág. 126.

BEZERRA, ALCIDES — O Dr. Otto Quelle e o Problema das Sêcas. Tomo XXXV, ano 1932, (1.º semestre), pág. 59.

BEZERRA, ALCIDES — Aires de Casal — Tomo XXXVI, ano 1932 (2.º semestre), pág. 117.

BEZERRA, ALCIDES — De Aires de Casal a Guets-Muths, Tomo XXXVI ($2.^{\circ}$ semestre), ano 1932, pág. 119.

BEZERRA, ALCIDES — Geógrafos do Brasil no século XIX. Tomo XXXVI, ano 1932 (2.0 semestre), pág. 115.

BEZERRA DE MENESES, JOSÉ GERALDO — Mocanguês, As — Tomo XXXVII, ano 1933 (1.º semestre), pág. 86.

BEZERRA, LUPÉRCIO — Expedições ao Interior do Brasil. Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 263.

BHERING, FRANCISCO (Dr.) — "Geografia do Brasil, A — Comemorativa do Centenário da Independência" — Tomos XXV/XXVII, anos 1912/1922, pág. 149.

BHERING, FRANCISCO e outros — Rondon — Parceer da comisão nomeada pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro para se manifestar sôbre os trabalhos da comissão..., — Antônio Olinto dos Santos Pires, João Alberto Masô, J. Barbosa Rodrigues Júnior. Tomos XXV/XXVII, anos 1912/1922, pág. 5.

BHERING, FRANCISCO — Geografia no Centenário da Independência, A — Resumo da conferência feita pelo professor ..., na Sociedade de Geografia em 7 de Dezembro de 1917. Tomos XXV, XXVII, anos 1912, 1922, pág. 3.

BITTENCOURT, CARLOS — Expedições ao Interior do Brasil. Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 263. $^{\rm a}$

BITTENCOURT, LIBERATO — Estudo racional da Geografia, sôbre o — Tomo XXXVII, ano 1933 (1.º semestre), pág. 71.

BITTENCOURT, LIBERATO — Um sábio da História da Geografia e da Língua — Afonso D'Escragnolle Taunay (Esbôço psicológico), Tomo XXXVI, ano 1932 (2.º semestre), pág. 144.

BITTENCOURT, LIBERATO (General) — Redivisão territorial da Capital Federal (Redação final da matéria vencedora na Grande Comissão Nacional organizada para estudar a questão). Tomo XXXVIII, ano 1933 (2.º semestre), pág. 126.

BOITEUX, JOSÉ ARTUR — Costa Catarinense, A — Tomos XXII/XXIII/XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 101.

BRAGA, ERASMO (Prof.) — Ressurreição da Palestina, Conferência do prof.... ao tomar posse de sócio efetivo, em 5 de setembro de 1928. Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 201.

BRANDÃO, MORENO — Monografia do Município de Maceió. Tomo XXXIV (1.º semestre), ano 1929, pág. 15.

BRANDÃO, MORENO — Monografía do Município de Maceió — Hidrografía — Tomo XXXIV, (1.º semestre), ano 1919, pág. 17.

BRÍCIO FILHO — Moreira Guimarães, discurso pronunciado em diversos atos e sessões em homenagem pelo falecimento do General, Tomo XLVII, ano 1940, pág. 3.

BROWN, BARRINGTON C. — Jutaí, o rio — Exploração — 1875 — Fasc. II, ano 1886, pág. 81.

C

CÁCERES, LUIZ DE ALBUQUERQUE PEREIRA E — Fronteiras de Mato Grosso, Goiaz e Pará, com as possessões espanholas — Informações oficiais (1785). Fasc. II, ano 1885, pág. 97.

CALAÇA, FRANCISCO JOSÉ GOMES — Relatório da Alagoas Railway. Fasc. IV, ano 1888, pág. 273.

CALMON, XENÓCRATES — O centenário do município de Colatina — Tomo XXXVIII, ano 1933 (2.º semestre), pág. 209.

CÂMARA, ANTÔNIO ALVES — A pesca na Baía. Fasc. I, ano 1889, pág. 17.

CÂMARA, ANTÔNIO ALVES — (Cap. Corveta) — Redivisão territorial e localização da Capital Federal (Redação final da matéria vencedora na Grande Comissão Nacional organizada para estudar a questão). Tomo XXXVIII, ano 1933 (2.º semestre), pág. 126.

CÂMARA, FREDERICO CORREIA DA — 0 emprêgo do óleo para aplacar as Ondas. Fasc. I, ano 1888, pág. 34. Fasc. II, ano 1888, pág. 83.

CÂMARA, FRED CORREIA DA — Vento: Ciclones e a tempestade. Fasc. IV, ano 1888, pág. 309.

CAMINHA, PERO VAZ DE — Carta escrita ao Rei de Portugal, D. Manuel por, de Maio de 1500, Fasc. 1/4, tomo XI, ano 1895. pág. 49.

CAMPOS JÚNIOR, J. GOMES DE — Rio Grande do Sul — O — Tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 122.

CARVALHO, AUGUSTO DE — Descobrimento do Brasil — Fasc. I, ano 1893, pág. 56.

CARVALHO, JOÃO PARSONDAS DE — Tartarugal ao Jurupí, A Amazônia. Conferência. Fasc. 1/4, tomo XVI, ano 1903, pág. 3.

CARVALHO, JOSÉ CARLOS DE — A Baía de Paranaguá. Fasc. IV, ano 1886, pág. 293.

CARVALHO, JOSÉ CARLOS DE — Meteórito de Bendengó, O — Fasc. II, ano 1888, pág. 150. Fasc. IV, ano 1888, pág. 333. Fasc. I, ano 1888, pág. 59. Fasc. III, ano 1888, pág. 233. Fasc. II, ano 1887, pág. 120.

CARVALHO, JOSÉ CARLOS DE — Baía de Paranaguá — Fasc. IV, ano 1886, pág. 293.

CARVALHO, JOSÉ CARLOS DE — Farol da Barra de São Francisco do Sul, O — Fasc. III, ano 1886, pág. 251.

CATRAMBY, JOSÉ A. RODRIGUES D'OLI-VEIRA — Descobrimento do Brasil em 1500 — Conferência — Fasc. 1/4, Tomo XI, ano 1895, pág. 3.

CATRAMBY, JOSÉ A. RODRIGUES D'OLI-VEIRA — Descobrimento do Brasil em 1500 — 2.ª Conferência — Fasc. 1/4, tomo XI — ano 1895 — pág. 36.

CATRAMBY, JOSÉ A. RODRIGUES D'OLIVEIRA — Considerações sôbre a memória do Sr. Visconde de Pôrto Seguro, que se acha publicada em Boletim do Instituto Histórico e Geográfico, lida na sessão ordinária, em 26 de outubro de 1895, por ... Tomo XXII, anos 1896 e 1897, pág. 60.

CATRAMBY, OLIVEIRA — Descobrimento do Brasil em 1500 — Esquemas cartográficos sôbre — Fasc. 3.º e 4.º, tomo IX, ano 1893, pág. 75.

CATRAMBY, OLIVEIRA — Distâncias (Cabo de Santa Maria a Oiapock). Fasc. I, ano 1885, pág. 53.

CATRAMBY, OLIVEIRA — Distâncias. (Portos do Amazonas, Pará — Perú). Fasc. I, ano 1885, pág. 54.

CATRAMBY, OLIVEIRA — Horas em diferentes pontos do Globo (Tabelas comparativas) — Fasc. I, ano 1885, pág. 55.

CATRAMBY, JOSÉ A. RODRIGUES — Rio Granamuan, O — Fasc. 1/4, tomo XI, and 1895, pág. 45.

CORREIA DE MORAIS — Comunicação do Amazonas com o Rio da Prata pelo Tocantins, Mortes e Araguaia. Fasc. IV, ano 1886, pág. 298.

COSTA, EURICO FIGUEIREDO — Discurso de posse. Capitão de Corveta ..., Tomo XLIII, ano 1936 (2.º semestre), pág. 165.

COSTA LIMA (Dr.) — A Catástrofe do "Santos Dumont" — Homenagens prestadas pelos sócios da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro às vítimas da..., Tomo XXXIII (2.º semestre), ano 1928, pág. 264.

COSTA L1MA, ROBERTO MOREIRA DA — Discurso do Sr. Dr...., ao assumir o cargo de orador — tomo XXX, ano 1925, pág. 16.

COSTA LIMA, ROBERTO MOREIRA DA — Estudo Geográfico da Ilha da Trindade — Posição Geográfica, Extensão e Topografia. Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 185.

COSTA LIMA, R. M. DA (Dr.) — Comunicações Geográficas — "O vol. 63.ª da Academia de Letras", Tomo XXXII, ano 1928 (1.º semestre) (1.º parte), pág. 146.

COSTA LIMA, ROBERTO MOREIRA DA — Estudo Geográfico da Ilha da Trindade. Memória apresentada pelo Dr. , ao 8.º Congresso Brasileiro de Geografia, tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 181.

COSTA LIMA, ROBERTO MOREIRA DA — Estudo Geográfico da Ilha da Trindade — Memória pelo Dr., Episódio histórico. Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 197.

COSTA, OTON — Moreira Guimarães — discurso pronunciado em diversos atos e sessões em homenagem pelo falecimento do General ... — Tomo XLVII ano 1940, pág. 3.

COSTA, JOSÉ VERÍSSIMO DA — Rio Doce, Viagem ao Rio Doce. Fasc. 1/4, tomo XVIII, ano 1905, pág. 12.

COSTA, JOSÉ VERÍSSIMO DA — Lagoa Juparanã, Viagem ao Rio Doce. Fasc. 1/4, tomo XVII, ano 1905, pág. 26. COSTA, JOSÉ VERÍSSIMO DA — Viagem ao Rio Doce, Navegação do Rio Doce e colonização nas margens — Fasc. 1/4, tomo XVIII — ano 1905 — pág. 13.

COSTA, JOSÉ VERÍSSIMO DA — Viagem a Linhares e passeio a Lagoa Juparana, Viagem ao Rio Doce, Viagem da Regência a Linhares — Fasc. 1/4, tomo XVIII, ano 1905, pág. 16.

COSTA, JOSÉ VERÍSSIMO DA — De Linhares ao Pôrto Mascarenhas, Viagem ao Rio Doce — Fasc. 1/4, tomo XVIII, ano 1905, pág. 30.

COSTA, JOSÉ VERÍSSIMO DA — Viagem ao Rio Doce, Viagens pelos ríos navegáveis do Estado do Espírito Santo, navegação prática de Vitória à barra do rio Doce, descrição da Costa, rio Doce e sua navegação. Fasc. 1/4, tomo XVIII, am 1905, pág. 3.

COUDREAU, HENRY — Guiana Central e o seu futuro, A — Fasc. I, ano 1892, pág. 68.

COUTO FERNANDES, ALBERTO — Esperanto, Língua de turismo — Tomo XLI, ano 1925 (2.º semestre), pág. 127.

COUTO FERNANDES, A. — Expedições ao Interior do Brasil — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 263.

CRUZ, SEBASTIÃO C. O. (Major) — Discurso de Posse — Tomo XLVIII, and 1941, pág. 93.

CUNHA, EDMUNDO GASTÃO DA (Capitão) — Redivisão territorial e localização da Capital Federal (Redação final da materia vencedora na Grande Comissão Nacional organizada para estudar a questão), Tomo XXXVIII, ano 1933 (2.º semestre), pág. 126.

CARNEIRO DA CUNHA, JOSÉ PEDRO—Redivisão territorial e localização da Capital Federal (Redação final da matéria vencedora na Grande Comissão Nacional organizada para estudar a questão) — Tomo XXXVIII, ano 1933 (2.º semestre), pág. 126.

D

DEFFONTAINES, PIERRE — Zones tropicales, cans les responsabilites geographiques — Tomo XLIII, ano 1936 (2.º semestre), pag. 131.

DELGADO DE CARVALHO, C. — Geografia — Ciencia da Natureza — (Conferência do professor Dr. ..., iniciando as preleções do 2.º ano de runcionamento do Curso Livre de Geografia. Tomo XXXI, anos 1926/1927, pág. 93.

DELGADO DE CARVALHO (Dr.) — Laureados em Geografia. Justificação dos títulos de ... — Tomo XXXI, anos 1926/1927, pág. 102.

DERBY, ORVILLE — O Regime das Chuvas nas regiões sêcas, escrito pelo Dr., e oferecido pelo autor à Sociedade de Geografia do kilo de Janeiro. Tomos XIX/XXI, anos 1906, 1908, pág. 5.

DERBY, ORVILLE — O Vale do Rio Grande — Fasc. IV, ano 1885, pág. 291.

DERBY, ORVILLE — Os Picos Altos do Brasil — Fasc. III, ano 1889, pág. 69.

DINIZ, SEBASTIÃO — Amazonas, estudo sôbre o — Zona de Turumã — Fasc. 1/4, tomo X, ano 1894, pág. 17.

DINIZ, SEBASTIÃO — Cuieiras, zona de. Amazonas, estudo sôbre o — Fasc. 1/4, tomo X, ano 1894, pág. 17.

DINIZ, SEBASTIÃO — Mucajaí, zona de — Amazonas, estudo sôbre o — Fasc. 1/4, tomo X, ano 1894, pág. 17.

DINIZ, SEBASTIÃO — Rio Branco, zona de — Amazonas, estudo sôbre o — Fasc. 1/4, tomo X, ano 1894, pág. 17.

DINIZ, SEBASTIÃO — Anauã e Barauna, zona de — Amazonas, estudo sôbre o — Fasc. 1/4, tomo X, ano 1894, pág. 17.

DINIZ, SEBASTIÃO — Janaperí, zona de — Amazonas, estudo sôbre o — Fasc. 1/4, tomo X, ano 1894, pág. 17.

DINIZ, SEBASTIÃO — Matumã, zona de — Amazonas, estudo sôbre o — Fasc. 1/4, tomo X, ano 1894, pág. 17.

DINIZ, SEBASTIÃO — Ururú, zona de — Amazonas, estudo sôbre o — Fasc. 1/4, tomo X, ano 1894, pág. 17.

DINIZ, SEBASTIÃO — Tarumã, zona de — Amazonas, estudo sôbre o — Fasc. 1/4, tomo X, ano 1894, pág. 17.

DOMINGOS, CARLOS — Expedições ao Interior do Brasil — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 263.

DRAENERT, F. M. — Climatologia no Brasil — Fasc. I, ano 1888, pág. 3.

DRAENERT, FRED MAURICIE — Naufrágio do "Rio Apa" e a previsão de tempo — Fasc. I, ano 1888, pág. 26.

DUARTE, ANTÔNIO JOSÉ — Os índios coroados em Mato Grosso. Catequese — Fasc. 7, ano 1887, pág. 48.

E

ELDRIDGE R. RESTREPO — Esfôrço do Japão para o predomínio do mundo — Tomo XLI, ano 1935 (1.º semestre), pág. 159.

ESPÍNDOLA, ARISTIDES DE SOUSA — A Cidade abandonada no interior da Baía — Fasc. IV, ano 1892, pág. 250.

ESTELITA, JOSÉ — Cidade, nova concepção do Govêrno da — Tomo XLV, ano 1938, pág. 20.

ESTELITA, JOSÉ — Cidades, As funções das — Tomo XLV, ano 1938, pág. 15.

ESTELITA, JOSÉ — Urbanismo, definição de urbanismo — Tomo XLV, ano 1938, pág. 18.

ESTELITA, JOSÉ — Urbanismo, fim social do — (oração de mestre proferida pelo professor — na abertura dos cursos da Escola de Belas Artes de Pernambuco) — Tomo XLV, ano 1938, pág. 15.

ESTELITA, JOSÉ — Urbanismo rural como solução ao problema do Chômage — Tomo XLV, ano 1938, pág. 22.

F

FERNANDES JÚNIOR, ANTÔNIO MANUEL (Dr.) — Palmeira, Dados Estatísticos. (Coleção Brasílio Machado). Fasc. 1/4, tomo XVII, ano 1904, págs. 29/44.

FERNANDES JÚNIOR, ANTÔNIO MANUEL (Dr.) — Guarapuava, Dados Estatísticos. (Coleção Brasílio Machado). Fasc. 1/4, tomo XVII, ano 1904, págs. 29/44.

FERNANDES JÚNIOR, ANTÔNIO MANUEL (Dr.) — Tibagí, Dados Estatísticos. (Coleção Brasílio Machado). Fasc. Fasc. 1/4 — tomo XVII, ano 1904, págs. 29/44.

FERNANDES JÚNIOR, ANTÔNIO MANUEL (Dr.) — Ponta Grossa. Dados Estatísticos. (Coleção Brasílio Machado). Fasc. 1/4, tomo XVII, ano 1904, págs. 29/44.

FERNANDES JÚNIOR, ANTÔNIO MANUEL (Dr.) — Palmas, Dados Estatísticos. (Coleção Brasílio Machado) — Fasc. 1/4, tomo XVII, ano 1904, págs. 29/44.

FERNANDES JÚNIOR, ANTÔNIO MANUEL (Dr.) — S. José dos Pinhais, Dados Estatísticos. (Coleção Brasílio Machado) — Fasc. 1/4, tomo XVII, ano 1904, págs. 29/44.

FERNANDES JÚNIOR, ANTÔNIO MANUEL (Dr.) — Rio Negro, Dados Estatísticos. (Coleção Brasílio Machado) — Fasc. 1/4, tomo XVII, ano 1904, págs. 29/44.

FERNANDES JÚNIOB. ANTÔNIO MANUEL (Dr) — Morretes. Dados Estatísticos. (Coleção Brasilio Machado) — Fasc. 1/4, tomo XVII, ano 1904, págs. 29/44.

FERNANDES JÚNIOR, ANTÔNIO MANUEL (Dr.) — Guarakessaba, Dados Estatísticos (Coleção Brasílio Machado). Fasc. 1/4, tomo XVII, ano 1904, págs. 29/44.

FERNANDES JÚNIOR, ANTÔNIO MANUEL (Dr.) — Guaratuba, Dados Estatísticos. (Coleção Brasilio Machado). Fasc. 1/4, tomo XVII, ano 1904, págs. 29/44.

FERNANDES JÚNIOR, ANTÔNIO MANUEL (Dr.) — Antonina, Dados Estatísticos. (Coleção Brasílio Machado) — Fasc. 1/4, tomo XVII, ano 1904, págs. 29/44.

FERNANDES JÚNIOR, ANTÔNIO MANUEL (Dr.) — Curitiba, Dados Estatísticos. (Coleção Brasílio Machado) — Fasc. 1/4, tomo XVII, ano 1904, págs. 29/44.

FERNANDES JÚNIOR, ANTÓNIO MANUEL (Dr.) — Campo Largo, Dados Estatísticos. (Coleção Brasílio Machado) — Fasc. 1/4, tomo XVII. ano 1904, págs. 29/44.

FERNANDES JÚNIOR, ANTÔNIO MANUEL (Dr.) — Votuverave, Dados Estatísticos. (Coleção Brasílio Machado) — Fasc. 1/4, tomo XVII, ano 1904, págs. 29/44.

FERNANDES JÚNIOR, ANTÔNIO MANUEL (Dr.) — Iguassú, Dados Estatísticos. (Coleção Brasílio Machado) — Fasc. 1/4, tomo XVII, ano 1904, págs. 29/44.

FERNANDES JÚNIOR, ANTÔNIO MANUEL (Dr.) — Príncipe, Dados Estatísticos. (Coleção Brasílio Machado) — Fasc. 1/4, tomo XVII, ano 1904, págs. 29/44.

FERNANDES JÚNIOR, ANTÔNIO MANUEL (Dr.) — Jaguariaíva, Dados Estatísticos. (Coleção Brasilio Machado) — Fasc. 1/4, tomo XVII, ano 1904, págs. 29/44.

FERNANDES JÚNIOR, ANTÔNIO MANUEL (Dr.) — Paranaguá, Dados Estatísticos. (Coleção Brasilio Machado) — Fasc. 1/4, tomo XVII, ano 1904, págs. 29/44.

FERNANDES JÚNIOR, ANTÔNIO MANUEL (Dr.) — Provincia do Paraná. A — (1854) — (Coleção Brasílio Machado) — Fasc. 1/4, tomo XVII, ano 1904, págs. 29/44.

FERNANDES JÚNIOR, ANTÔNIO MANUEL (Dr.) — Província do Paraná, A — (1854) — Dados Estatísticos, Extrato das informações prestadas ao govêrno pelo ...; (Coleção Brasilio Machado) — Fasc. 1/4, tomo XVII, ano 1904, pág. 23

FERRAZ, JORGE DE ARAÚJO (Engenheiro) — As Riquezas Minerais do Brasil — Tomo XXXI, anos 1926/1927, pág. 5.

FIGUEIREDO, CÂNDIDO DE — CARLOS DE LAET — Rumania — Comentário sôbre a verdadeira origem da palavra... Tomo XXVIII, ano 1923, pág. 62.

FLEMING, THIERS — Pelo Brasil unido (Limites interestaduais). Tomo XLIV, ano 1937, pag. 31.

FLEMING, THIERS — Pelo Brasil unido (Limites interestaduais). Tomo XL, ano 1935, (1.º semestre), pág. 16.

FLEMING, THIERS — Pelo Brasil unido (Limites interestaduais). Tomo XLVI, ano 1939, pág. 3.

FLEMING, THIERS — Limites interestaduais. Comunicação. Tomo XLVII ano 1940, pág. 127.

FONSECA FILHO, HERMES R. DA — São Tomé das Letras — (A História da povoação). Tomo XXXI, 1932 (1.º semestre), pág. 46.

FONSECA FILHO, HERMES R. DA — Sistema Hidrográfico do Rio da Prata, ligeiras contribuïções para o estudo de ... por ... Tomo XXX, ano 1925, pág. 66.

FONSECA HERMES JÚNIOR, JOÃO SEVE-RIANO DA — Limites entre Guatemala e Honduras Inglesa, Questão de — Tomo XLVI, ano 1939, pág. 13.

FONSECA HERMES JUNIOR, JOÃO SEVE-RIANO DA — Fronteiras do Brasil, atos internacionais e laudos arbitrais que definem as — Tomo XLII, ano 1936 (1.º semestre), pág. 21.

FONSECA HERMES JÚNIOR, J. S. DA — "Fronteiras do setor Sul" (Comunicado àcêrca do livro...) de autoria do Coronel Leopoldo Nery da Fonseca. Tomo XLIII, ano 1936 (2.º semestre), pág. 111.

FONTOURA, OTÁVIO DE GUSMÃO — As Aranhas Caranguejeiras e os Maribondos. Tomos XIX, XX, XXI, anos 1906, 1907, 1908, pág. 23.

FORREST, A. S. — Marrocos — Conferência realizada pelo Sr. Tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 125.

FOURNIER, LUIZ MARIANO DE BARROS — Homem americano, origem do — Tomo XLV, ano 1938, pág. 113.

FOURNIER, BARROS (Coronel) — Moreira Guimarães, discurso pronunciado em diversos atos e sessões em homenagem pelo falecimento do General..., Tomo XLVII, ano 1940, pág. 3.

FOURNIER, LUIZ MARIANO DE BARROS (Coronel) — Vestígios arqueológicos no Brasil — Tomo XLV, ano 1938, pág. 113.

FOURNIER, LUIZ MARIANO DE BARROS (Coronel) — Vestígios arqueológicos no Brasil (Resposta a uma crítica) — Tomo XLVII, ano 1940, pág. 43.

FRÓIS ABREU, SÍLVIO — Contribuïções para a antropogeografia do Maranhão — Conferência realizada na Associação Brasileira da Educação, série de Ensino Técnico Superior — Tomo XXXIV (1.º semestre), ano 1929, pág. 1.

FRÓIS ABREU, SÍLVIO — Um Capítulo da Geografia do Ceará — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), págs. 159/167.

FRÓIS ABREU, SÍLVIO — Minério de Cobre — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), págs. 159/167.

FRÓIS ABREU, SÍLVIO — Minério de Chumbo. Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), págs. 159/167.

FRÓIS, SÍLVIO — Minério de Manganês, Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), págs. 159/167.

FRÓIS ABREU, SÍLVIO — Minérios de Ferro — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), págs. 159/167.

FRÓIS ABREU, SÍLVIO — A Exploração do Salitre — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), págs. 159/167.

FRÓIS ABREU, SÍLVIO — **A Questão da Mina** (Pedras Verdes). Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), págs. 159/167.

FRÓIS ABREU, SÍLVIO — A exploração da Prata — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), págs. 159/167.

FRÓIS ABREU, SÍLVIO — A importância dos Sambaquís no Estudo de Prehistória do Brasil — (Memória apresentada ao Congresso Internacional de Antropologia e Prehistória reunido no Pórto), Tomo XXXV, ano 1932 (1.º semestre), pág. 3.

FRÓIS ABREU, SÍLVIO — Recursos Minerais — Tomo XXXIII, and 1928 (2.º semestre), pág. 146.

FRÓIS ABREU, SÍLVIO — Caustobiolitos na Baixada Fluminense, sôbre a formação de — Tomo XXXVII, ano 1933 (1.º semestre), pág. 5.

FRÓIS ABREU, SÍLVIO — Païsagens litorâneas (Espírito Santo) — Tomo XXXVI, ano 1932 (2.º semestre), pág. 152.

FRÓIS ABREU, SÍLVIO — Comunicações Geográficas. (Geografia Histórica), tomo XXXII, ano 1928 (1.º semestre) (1.ª parte), pág. 153.

FRÓIS ABREU, SÍLVIO — Enseada de Piúma e o Morro do Agá — Tomo XXXVI, ano 1932 (2.º semestre), pág. 153.

FRÓIS ABREU, SÍLVIO — Barreiras do litoral — (Espírito Santo) — Tomo XXXVI, ano 1932 (2.º semestre), pág. 153.

FRÓIS ABREU, SÍLVIO — Gruta calcárea nas proximidades de Pains — Tomo XXXVI, ano 1932 (2.º semestre), pág. 151.

FRÓIS ABREU, SÍLVIO — Um Capítulo da Geografia do Ceará. Chistos betuminosos — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 172.

FROTA, FERNANDO SALDANHA DA GAMA — (Capitão Tenente) — Serviço Hidrográfico da Marinha, O — Tomo XLIII, ano 1936 (2.º semestre), pág. 169.

G

GAFFRÉ, CÂNDIDO LUCAS — Tocantins e Araguaia, rios — Tomo XLIII, ano 1936 (2.º semestre), pág. 115.

GALENO, HENRIQUETA (Dra.) — Discurso de posse da Dra. — Tomo XLVIII, ano 1941, pág. 85.

GALENO, JÚLIA — Discurso de posse de D.a... Tomo XLVIII, ano 1941, pág. 79.

GAMA, LUIZ DUARTE DA — Comunicações Geográficas. "O estudo da Geografia". Tomo XXXII, ano 1928 (1.º semestre) (1.ª parte), pág. 159.

GAMA, LUIZ DUARTE DA — Expedições ao Interior do Brasil. Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 263.

GAMA, LUIZ DUARTE DA — Comunicações Geográficas — Geografia Econômica — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 235.

GAMA, LUIZ DUARTE DA — O Relatório do Dr. E. Backheuser — Comentário do Prof. ..., Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 257.

CANCEDO, ALEJANDRO (Dr.) — Americanismo — Conferência do dr. , proferida na Sociedade de Geografia em 15 de julho de 1913, tomo XXVIII, ano 1923, pág. 82.

GANS, CLÁUDIO — Discurso de posse do novo sócio Sr. ... — Tomo XLVII, ano 1940, pág. 181.

GASPARINI, ISAURA SYDNEY (Dra.) — Comunicações Geográficas — Geográfia Econômica — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 235

GASPARINI, ISAURA S. — Áreas Geográficas do Dinheiro — Tomo XXXIV (1.º semestre), ano 1929, pág. 63.

GASPARINI, ISAURA S. (Dra.) — Cuba — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 111.

GASPARINI, ISAURA S. (Dra.) — Energias do Brasil — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 246.

GASPARINI, ISAURA S. (Dra.) — Expedições ao Interior do Brasil — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 263.

GEFE, LUIZ R. PRAPROTNIN — 2.ª Exposição da Feira Internacional de Amostras — O Govérno da Província de Buenos Aires — (República Argentina). A inauguração en la Plata, em 1.º de Outubro de 1924 — Tomo XXXIX, ano 1924, pág. 58.

GERTSH, ALBERT — Uma Viagem Através da Suíça — Conferência realizada pelo sócio correspondente, ministro da Suíça, Sr. . . . , nos dias 15 e 29 de setembro de 1928. Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 208.

GODOY, CÂNDIDO JOSÉ DE — Bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul. (Pelo engenheiro...). Tomos XXV, XXVII, anos 1912-, 1922, pág. 60.

GOIOCOCHEA, CASTILHOS — Chiquito — Tomo XLVIII, ano 1941, pág. 54.

GOMES CUNHA (Comandante) — Limites do Brasil com a Bolívia — Tomo XIII, anos 1898 a 1900, pág. 51.

GOMES DE MATOS, FRANCISCO JAGUA-RIBE (Ĉapitão) — "Geografia do Brasil, A" — Comemorativa do Centenario da Independência" — Tomos XXV/XXVII, anos 1912/1922, pág. 149.

GOMES, HÉLIO — Redivisão territorial e localização da Capital Federal (Redação final da matéria vencedora na Grande Comissão Nacional organizada para estudar a questão) — Tomo XXXVIII, ano 1933 (2.º semestre), pág. 126.

GOMES PEREIRA, A. C., ANTÔNIO OLINTO DOS SANTOS PIRES, ANTÔNIO VICENTE RIBEIRO GUIMARÃES — Mapa do Território do Acre — Parecer sôbre o — organizado pelo engenheiro João Alberto Masô, firmado pela comissão composta pelos Srs. ... — Tomo XXVIII, ano 1923, pág. 111, 330.

GOMES PEREIRA, A. C. — Relatório apresentado em Assembléia Geral de 16 de fevereiro de 1925 pelo então Presidente da "Sociedade de Geografia" Sr. Almirante... Tomo XXX, ano 1925, pág. 105.

GOMES PEREIRA, A. C. — Relatório apresentado pelo Sr... Presidente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, referente ao ano de 1923. Tomo XXIX, ano 1924, pág. 53.

GOMES PEREIRA, A. C. (Almirante) — Relatório apresentado pelo Presidente da Sociedade de Geografía Almirante..., à Assembléia Geral em 26 de fevereiro de 1923. Tomo XXVIII, ano 1923, pág. 137.

GOMES PEREIRA, A. C. (Almirante) — Discurso do Sr. Almirante..., transmitindo a Presidência ao Sr. General Dr. Moreira Guimarães — Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, tomo XXX, ano 1925, pág. 5.

GRAÇA, JOÃO CORDEIRO DA (Dr.) — Boas Estradas, A nossa Senha — Tomo XIX, XX, XXI, anos 1906, 1907, 1908, pág. 33.

GRAVIERÉ, JURIEN DE LA — Um explorador brasileiro (Barão de Tefé) — Fasc. I, ano 1892, pág. 56.

GROSSI, VICENTE — Descobrimento da América e os supostos precursores de Colombo. Fasc. IV, ano 1891, pág. 270.

GUIMARÁES. ANTÔNIO VICENTE RIBEI-RO, A. C. GOMES PEREIRA, ANTÔNIO OLIN-TO DOS SANTOS PIRES — Mapa do Território do Acre, Parecer sôbre o — organizado pelo Sr. Engenheiro João Alberto Masô, firmado pela comissão composta pelos Srs. . . . Tomo XXVIII, ano 1923, pág. 111, 330.

GUSMÃO, OTÁVIO DE (Comandante) — Mocanguês — ilhas mabaças, ilhas gêmeas — Mocanguê Grande, Mocanguê Pequeno. (A propósito da mudança de nome dessas ilhas). Tomo XXXVII, ano 1933 (1.º semestre), pág. 85.

GUSMÃO, SALADINO DE — Cariua ôca — Tomo XXVII, ano 1933 (1.º semtstre), pág. 8.

GUSMÃO, SALADINO DE — Memória Histórica sóbre o Município de Santo Amaro (Estado de São Paulo). Tomo XXXV, 1932 (1.º semestre), pág. 16.

GUSMÃO, SALADINO DE — Redivisão territorial e localização da Capital Federal (Redação final da matéria vencedora na Grande Comissão Nacional organizada para estudar a questão) — Tomo XXXVIII, ano 1933 (2.º semestre), pág. 126.

GUSMÃO, RAIMUNDO SALADINO DE — Constituição brasileira, A — Tomo XLII, ano 1936 (1.º semestre), pág. 5.

GUSMÃO, SALADINO DE — Geografia do Pará, erros a corrigir na — Tomo XLV, ano 1938, pág. 31.

GUSMÃO, SALADINO DE — A Pororoca — (Equatoriais) — Tomo XXXVIII, ano 1933 (2.º semestre), pág. 176.

H

HAAG, ALEXANDRE — Bolívia, a República da —, Fasc. III, ano 1886, pág. 191.

HOPPE, LUPERCIO — Comunicações Geográficas — Geografia Econômica, Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 235.

HUNI, A. — População de algumas cidades da Europa, A — há 77 anos passados até o presente. Tomo XII, ano 1896, pág. 47.

L

LABRÉ, A. R. PEREIRA (Coronel) — O Rio Ituxí. Conferência. Fasc. II, ano 1888, pág. 117.

LABRÉ, A. R. PEREIRA — Os rios Madre Dios e Acre. (Bolívia). Fasc. II, ano 1888, pág. 102.

LAET, CARLOS D& — CARLOS DE FIGUEI-REDO — Rumánia — Comentário sôbre a verdadeira origem da palavra... Tomo XXVIII, ano 1923, pág. 62.

LA-FAYETTE CÔRTES, Discurso do Sr. ..., ao transmitir o cargo de orador ao Sr. Dr. Roberto Moreira da Costa Lima — Tomo XXX, ano 1925, pág. 11.

LA-FAYETTE CÔRTES, Discurso do professor..., recebendo o novo consócio Sr. Professor Júlio Nogueira — Tomo XXVIII, ano 1923, pág. 77.

LA-FAYETTE CÔRTES (Prof.) — Discurso do orador oficial da Sociedade de Geografia, Prof. ..., recebendo o Dr. Fernando Raja Gabaglia — Tomos XXV/XXVII, anos 1912/1922, pág. 7.

LEAL, OSCAR — Regiões da terra e água, as — Fasc. I, ano 1893, pág. 3.

LEÃO, JOSÉ — Estradas de ferro do Norte do Brasil. Fasc. II, ano 1891, pág. 49.

LEÃO, JOSÉ — Limites entre o Ceará e Rio Grande do Norte. Fasc. IV, ano 1888, pág. 286.

LENCASTER — Temporais, os — Fasc. III, ano 1892, pág. 194.

LICÍNIO CARDOSO, VICENTE (Dr.) — Rio São Francisco, O — Base física da unidade do Império, conferência feita pelo Dr. ..., em 27 de junho de 1925. Tomo XXX, ano 1925, pág. 27.

LICÍNIO CARDOSO, VICENTE (Dr.) — São Francisco, O: rio sem história — Conferência realizada no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em 4 de Setembro de 1925, pelo Dr. ... Tomo XXX, ano 1925, pág. 42.

LIMA, BENJAMIN FRANKLIN DE ALBU-QUERQUE — O Rio Parnaíba — Fasc. I, ano 1887, pág. 32.

LIMA, J. C. ALVES DE — A Aviação, o Instrumento mais poderoso, mais eficaz, para expansão econômica e riqueza de qualquer país e consequente paz no mundo inteiro. — Tomo XXXV, ano 1932 (1.º semestre), pág. 97.

LIMA, JOÁO EVANGELISTA DE — A Meteorologia no Brasil — Fasc. I, ano 1887, pág. 3.

LIMA, JOÃO EVANGELISTA DE — O Clima da cidade do Rio de Janeiro. Fasc. IV, ano 1886, pág. 277.

LIMA, OSCAR — Índios da America, Os — Fasc. III, ano 1892, pág. 180.

LISBOA, MIGUEL RIBEIRO — O Vale do Amazonas — Fasc. IV, ano 1889, pág. 236.

LUSTOSA, JOÃO DA CUNHA — Cherentes, Os — Informações sôbre as tribus existentes no Piauí em 1827. Fasc. I, ano 1886, pág. 36.

M

MACHADO, ÁLVARO CARDOSO DE MELO — Torpedo Dirigivel, conferência pelo comandante da Armada Portuguesa..., tomos XIIX, XX, XXI, anos 1906, 1907. 1908, pág. 153.

MACHADO, JORGE (Dr.) — Laureados em Geografia — Justificação dos títulos de — Tomo XXXI, anos 1926/1927, pág. 102.

MACHADO, MANUEL FRANCISCO — fdolo amazônico, O — Fasc. IV, ano 1891, pág. 281.

MAGARINOS, JOSÉ — Arqueologia no Brasil, palavras sôbre — Tomo XXXVII, ano 1933 (1.º semestre), pág. 76.

MAGARINOS, JOSÉ — Imigração (Esbôço médico-social), Tomo XLI, ano 1935 (2.º semestre), pág. 155.

MAGARINOS, JOSÉ — Estética da Geografia, A — Tomo XXXVIII, ano 1933 (2.º semestre), pág. 205.

MAGARINOS, JOSÉ — "Riquezas e segredos da Amazônia" — Crítica ao livro... de autoria do Dr. Saladino de Gusmão. Tomo XXXVI, ano 1932 (2.º semsetre), pág. 166.

MAIA FORTE, JOSÉ MATOSO — Campos dos Goitacazes — Tomo XL, ano 1935 (1.º semestre), pág. 6.

MAIA FORTE, JOSÉ MATOSO — Centenário de quatro municípios fluminenses, por..., Tomo XXXVI, ano 1932 (2.º semestre), pág. 160.

MAIA FORTE, JOSÉ MATOSO — Iguassú, Centenário de — Itaboraí, Centenário de..., Tomo XXXVI, ano 1932 (2.º semestre), pág. 160.

MAIA FORTE, JOSÉ MATOSO — Niterói — Tomo XL, ano1935 (1.º semestre), pág. 11.

MAIA FORTE, JOSÉ MATOSO — Nossa Senbora da Ajuda de Cernambitigba — Tomo XLIV, ano 1937, pág. 49.

MAIA FORTE, JOSÉ MATOSO — Nossa Senhora da Conceição do Rio Bonito — Tomo XLIV, ano 1937, pág. 49.

MAIA FORTE, JOSÉ MATOSO — Nossa Senhora do Destêrro de Itambí — Tomo XLIV, ano 1937, pág. 50.

MAIA FORTE, JOSÉ MATOSO — Paraíba do Sul, Centenário de — Tomo XXXVI, ano 1932 (2.º semestre), pág. 160.

MAIA FORTE, JOSÉ MATOSO — Santíssima Trindade — Tomo XLIV, ano 1937, pág. 45.

MAIA FORTE, JOSÉ MATOSO — Santo Antônio de Sá — São João de Itaboraí — Tomo XLIV, ano 1937, págs. 35, 44 e 51.

MAIA FORTE, JOSÉ MATOSO — Rio-São Paulo, Estrada de Rodagem — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), págs. 82, 85, 92, 95, 99 e 102.

MAIA FORTE, JOSÉ MATOSO — Marapiců, Estrada de Rodagem — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), págs. 82, 85, 88, 92, 95, 99 e 102.

MAIA FORTE, JOSÉ MATOSO — Itaguaí — Estrada de Rodagem — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), págs. 82, 85, 88, 92, 95, 99 e 102.

MAIA FORTE, JOSÉ MATOSO — Bananal — Estrada de Rodagem — Tomo XXXIII, ano. 1928 (2.º semestre), págs. 82, 85, 88, 92, 95, 99 e 102.

MAIA FORTE, JOSÉ MATOSO — Seropedica — Estrada de Rodagem — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), págs. 82, 85, 88, 92, 95, 99 e 102.

MAIA FORTE, JOSÉ MATOSO — São Bento e São Paulo de Ribeirão das Lajes — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), págs. 82, 85, 88, 92, 95, 99 e 102.

MAIA FORTE, JOSÉ MATOSO — Rio Claro — Estrada de Rodagem — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), págs. 82, 85, 88, 92, 95, 99 e 102.

MAIA FORTE, JOSÉ MATOSO — Pouso Sêco — Estrada de Rodagem — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), págs. 82, 85, 88, 92, 95, 99 e 102.

MAIA FORTE, JOSÉ MATOSO — São João Marcos — Estraua de Rodagem — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), págs. 82, 85, 88, 92, 99 e 102.

MAIA FORTE, JOSÉ MATOSO — Passa Três — Estrada de Rodagem — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), págs. 82, 85, 88, 92, 95, 99 e 102.

MAIA FORTE, JOSÉ MATOSO — Piraí — Estrada de Rodagem — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), págs. 82, 85, 88, 92, 99 e 102.

MAIA FORTE, JOSÉ MATOSO — Bom Jardim — Estrada de Rodagem — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), págs. 82, 85, 88, 92, 99 e 102.

MAIA FORTE, JOSÉ MATOSO — Três cidades fluminenses. O centenário de — Tomo XL, ano 1935 (1.º semestre), pág. 3.

MAIA FORTE, JOSÉ MATOSO — Vassouras, Introdução à Corografia de — Tomo XLVIII, ano 1941 pág. 25.

MAIA FORTE, JOSÉ MATOSO — Vassouras, Centenário de — Tomo XXXVI, ano 1932 (2.º semestre), pág. 160.

MAIA FORTE, JOSÉ MATOSO — Vilas fluminenses (Santo Antônio de Sá) — Tomo XLIV, ano 1937, pág. 35.

MAIA FORTE, JOSÉ MATOSO — Ata adicional à Constituição de Império (Lei de Agôsto pe 1834) a propúsito de seu centenário — Tomo XXXVIII, ano 1933 (2.º semestre), pág. 173.

MAIA FORTE, JOSÉ MATOSO — Divisão territorial, administrativa e judiciária, a nova — (Estado do Rio de Janeiro) — Tomo XLV, ano 1938, pág. 105.

MAIA FOR LE, JOSÉ MATOSO (Dr.) — Comunicações Grográficas — Geografia Econômica — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 235.

MAIA FORTE, JOSÉ MATOSO (Dr.) — Estrada de Rodagem Rio-São Paulo — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 246.

MAIA FORTE, JOSÉ MATOSO — Estrada de Rodagem Rio-São Paulo — Aspectos Econômicos — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 104.

MAIA FORIE, JOSÉ MATOSO — Estrada de Rodagem Rio-São Paulo — A Rodovia Construída e outras traçadas — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestie), pág. 108.

MAIA FORTE, JOSÉ MATOSO — Bibliografia sôbre o Estado do Rio de Janeiro — Tomo XLIV, ano 1937, pág. 3.

MAIA FORTE, JOSÉ MATOSO — Estrada de Rodagem Rio-São Pauio, A — Bacia de Ribeirão das Lajes — Tomo XXXIII (2.º semestre), ano 1928, pág. 93.

MALAN, A. (Padre) — Uma Rufada pelo Sertão — Tomo XXXV, 1932 (1.º semestre), pág. 63.

MALAN, ANTÔNIO (Padre) — Bororós, Os — Conferência feita pelo ... Tomos XXIX, XX, XXI., anos 1906, 1908, pág. 89.

MALAN, ANTÔNIO (Padre) — Bororós, Os — Conferências de ... Tomos XXV, XXVII, anos 1912, 1922, pág. 107.

MAWSON, JOSEPH — Notícia sôbre a Lapa de Brejo Grande, caverna explorada por ... Fasc. I, ano 1886, iág. 102.

MARCOU, JULES — Brasil, origem do nome — Fasc. II, ano 1889, pág. 121.

MASO, JOÃO ALBERTO — E OUTROS — Rondon — Parecer da comissão nomeada pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro para se manifestar sóbre os trabalhos da comissão

.... — Antônio Olinto dos Santos Pires, Francisco Bhering, J. Barbosa Rodrigues Júnior. Tomos XXV, XXVII, anos 1912, 1922.

MASÔ, JOÃO ALBERTO — Índios Cachararis, Os — Tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 98.

MASO, JOÃO ALBERTO (Dr.) — O Guaraná — Fomo XIX, XX, XXI, anos 1906, 1907, pág. 143.

MASÓ, JOÁO ALBERTO (Dr.) — Flora e Fauna Amazonense e Acreana — Tomos XIX, XX, XXI, anos 1906, 1907, 1908, pág. 157.

MATOS, FRANCISCO JAGUARIBE DE — Geografia do Brasil — Relatório da Comissão Diretora da Geografia do Brasil, apresentada ao Sr. Almirante A. C. Gomes Pereira, M. D. Presidente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, Antônio Olinto dos Santos Pires, Lindolfo Xavier e ... Tomos XXV, XXVII, anos 1912 e 1922, pág. 165.

MEDEIROS, JOÃO PAULO DE — Discurso de posse do Sócio ..., — Tomo XLVI, ano 1939, pág. 81.

MELO, BENJAMIN DE — Raul Catão Bandeira de Melo, oração a borda do túmulo do General ..., no dia de seu entêrro, pelo representante da União Maranhense do Rio de Janeiro, professor ..., — Tomo XLVIII, ano 1941, pág. 98.

MELO, FRANCISCO AGOSTINHO DE SOU-SA E — Baía de Paranaguá, anomalia observada com marês da — Tomo XLVI, ano 1939, pág. 73.

MELO, MÁRIO — Congressos de Geografia — O próximo Congresso de Vitória — Tomo XXX, ano 1925, pág. 95.

MELO, RAUI. SILVEIRA DE (Major) — Redivisão territorial e localização da Capital Federal (Redação final da matéria vencedora na Grande Comissão Nacional Organizadora para estudar a questão). Tomo XXXVIII, ano 1933 (2.º semestre), pág. 126.

MENDES, ANTÔNIO DA SILVA — Movimento Cósmico — Tomo XLVIII, ano 1941, pág. 62.

MENDONÇA ESTÊVĂC DE — Rio São Lourenço, O — Comentário apresentado ao Sr. Conrado Ericksen Filho, então Secretário da Agricultura, por ... — Tomos XXV, XXVII, anos 1912, 1922, pág. 104.

MENDONÇA BENATO — Geografia Linguística — Tomo XLII, ano 1936 (1.º semestre), pág. 53.

MINISTÉRIC DAS RELAÇÕES EXTERIO-RES — Limites entre o Brasil e a Colômbia, demarcação de — Tomo XLIV, ano 1937, pág. 89.

MIRANDA, AGENCR AUGUSTO DE — Alguns nomes pitorescos na Geografia Nacional — Tomo XXXVII. ano 1933 (1.º semestre), pág. 16.

MIRANDA, AGENOR A. DE — Jalapão, zona de (Mapa) — Tomo XXXIX, ano 1934 (1.º e 2.º semestres), pág. 23.

MIRANDA, AGENOR AUGUSTO DE — Brasil interior, pelo — (A zona de Jalapão; limites da Baía-Goiaz, Piavi-Maranhão. Um ponto singular na geografia nacional. A pedra da Baliza — (Monumento nofável nas Gerais do Jalapão). Tomo XXXIX, ano 1934 (1.º e 2.º semestre), pág. 3.

MIRANDA RIBEIRO, JOÃO ALBERTO DE — Santa Catarina, a Previncia de Santa Catarina, Freguesia de N. S. do Rosário da Enseada de Brito e Vila de N S. da Graça do Rio S. Francisco. — Freguesia de S. José — Freguesia de S. Miguel — Freguesia de Vila Nova de Santana (Vila de Sto. Autônio dos Anjos da Laguna). Fasc. 1/4, tonio XVII, ano 1904, págs. 2, 3, 4.

MONNIER, MARCEL — "Andes au Pará, Des" — Fasc. 11, ano 1890, pág. 83.

MONTEIRO, JOÃO PEREIRA (Dr.) — 4.º Centenário do caminho das Índias — Discurso pronunciado na Sociedade de Geografía de Lisboa. Tomo XIII anos 1898 a 1900, pág. 13.

MONTENEGRO J. ARTHUR — Índice Geral das Matérias publicadas nos Boletins da Sociedade de Geogratia de Rio de Janeiro, até o ano de 1893, organizado por ..., 1885-1893. Tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 272.

MORAIS, JOSÉ FELICIANO RODRIGUES DE — Mortes, o rie das — Exploração — Fasc. III, ano 1889, pag 150.

MORAIS, JOÁO JOSÉ CORREIA DE -- O rio Lourenço de Albuquerque -- Fasc. II, ano 1890, pág. 73.

MOREIRA GUIMARÃES (General) — Considerações sôbre Geografia das calamidades — Tomo XXX, ano 1925, pág. 95.

MOREIRA, GUIMARAES — Comemoração de Roald Amundsen — Sessão em que se comemorou a descoberta do Polo Sul homenageando a memória do grande explorador norueguês Roald Amundsen, realizada a 14 de junho de 1928, na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Usaram da plaavra o Presidente, General ..., o Padre Geraldo Pauwels, o Prof. La-Fayette Côrtes e o ministro Herman Gade — Tomo XXXIII (2.º semestre), ano 1928, pág. 267.

MOREIRA, GUIMARÃES (Dr.) — A Catástrofe do "Santos Dumont" — Homenagens prestadas pelos sócios da Sociedade de Geografia do Río de Janeiro. Tomo XXXIII (2.º semestre), ano 1928, pág. 264.

MOREIRA, GUIMARÃES (General) — Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. (Discurso pronunciado pelo General ... por ocasião do 50.º aniversário da Sociedade). Tomo XXXVIII, ano 1933 (2.º semestre), pág. 119.

MOREIRA GUIMARÃES — Relatório do Presidente — General Dr. ..., apresentado em Assembléia Geral de 25 de Fevereiro de 1928 e relativo ao ano Social de 1927. Tomo XXXII, ano 1928 (1.º semestre) (1.ª parte), pág. 165.

MOREIRA GUIMARÃES (General) — Variações — Histórico — Geográficas, pelo General ..., Tomo XXXII, ano 1928 (1.º semestre) (1.º parte), pág. 5.

MOREIRA GUIMARÃES (General) — Curso Superior Livre de Geografia e Projeto de lei orgânica de Curso Livre de Geografia, submetida em sessão pelo Sr. General ... Tomo XXX, ano 1925, pág. 7.

MOREIRA GUIMARÃES — Expedições ao Interior do Brasil — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 263.

MOTA LIMA, RODOLFO DA — Geografia das calamidades. Tomo XXXIX, ano 1934 (1.º e 2.º semestre), pág. 98.

MOURA, INÁCIO BATISTA DE — Exploração do Rio Tocantins (parecer), Antônio de Paula Freitas (Dr.) sôbre a Memória âcêrca da... pelo Engenheiro ... (Dr.) — Tomo XIII, anos 1898, 1900, pág. 19.

(Continua no próximo número)

Anualmente o Conselho Nacional de Geografia realiza um concurso de monografias de aspectos geográficos municipais, com direito a prêmios. Concorra com os seus estudos geográficos, seus levantamentos, sua documentação.

A cartografia brasileira nos periódicos estrangeiros

Ш

[1901 - 1910]

1901 — Sketch map of the Amazon, near the mouth of the Tapajos. (1:1 400 000) Geogr. Journ., 17 (1901) 383.

Delta of the Amazon. From tre "Mapa do Estado do Pará pelo engenheiro H. de Santa Rosa". 1899. (1:3 150 000). Geogr. Journ., 17 (1901) 460.

"La cuestión de límites con el Brasil", por JUAN L. MUNOZ. (1:3 500 000) Bol. Soc. Geogr. de La Paz, Ns. 9-11 (1901) 478.

Kaart van het terrein in geschil tusschen Brazilie en Frankrijk. (1:7 709 000) Tijdschr. Nederl. Aardrijksk. Genoot., II, 18 (1901) pl. 6.

Partie nord-est de l'état du Pará, Brésil Carie du pays compris entre l'océan et le rio Guama, par MM. HUBER et VON KRAATZ. 1:2 250 000. La Géographie, 3 (1901) 127.

Le contesté Franco--Brésilien. (1:24 000 000) La Géographie, 3 (1901) 155.

Contesté Franco-Brésilien. (1:8,100,000) Rev. Française de l'Etranger et des Colon, et Explor., 26 (1901) 73. Nouvelle limite entre la Guayane Française et le Brésil, d'après la sentence arbitrale rendue le fig. rer décembre 1900. (About 1:6 000 000) Ann. de Géogr., 10 (1901) 69.

Karte der Mündung des Trombetas in den Amazonas. Hauptsächlich nach den Aufnahmen der Ingenieure: Le Blanc, Robert, Haag, Paul le Cointe, Valente do Couto und nach eigenen Beobachtungen zusammengestelt von Dr. FRIE-DRICH KATZER. 1:700 000. Petermanns Mit., 47 (1901) py. 4.

1902 — Geological map of the eastern part of Parahyba do Norte, Brazil. J. C. BRANNER. (1:512 500) p. 41, pl. 4.

Geological sketch map of the region about Pernambuco, Brazil, by J. C. BRANNER. (1:450 000) p. 62. pl. 11.

Geological map of the region along the Natal at Nova Cruz Railway, Rio Grande do Norte, Brasil, by J. C. BRANNER. (1:525 000) p. 93, pl. 15. Bull. Geol. Soc. of America, 13 (1902).

Haut bassin du rio Madeira, d'après l'atlas de V. de SAINT APARTIN et quelques notes personnelles. 1:6 000 000 Bull. Soc. de Géogr. Commerc., 24 (1902) 72.

Chemins de fer du Brésil 1900. (1:7 800 000) Année Cartogr., 11 (1902).

Karte der Grenzensprüche in Französischen Guayana 1:600 000 Petermanns Mitt., 48 (1902) pl. 6.

1903 — The mining-zone of the state of Minas Gerais, Brazil. (About 1:900 000) Trans-Amer. Inst. of Mining Engineers, 33 (1903) 406. The river Yavary, surveyed for the Bolivian bonundary commission by C. SATCHELL, 1901. 1:1 000 000. Geogr. Journ. 22 (1903) 484.

Esbôço geográfico organizado em conformidade de documentos oficiais e outros valiosos, com o fim principal de mostrar a fronteira do Brazil no terirtório compreendido entre os rios Madeira e Javarí pelo BARÃO DA PONTE RIBEIRO. (1:8 500 000) Bul. Bur. of the Amer. Republics, 15 (1903) 78.

Croquis de los territorios del oriente del Perú, disputados con los gobiernos de Bolivia y del Brasil. Trazado por el Archivo de Lymites. Lima, Noviembre de 1903. (1:2 750 00) Bol. Soc. Geogr. de Lima, 13 (1903) 462.

Vallée de l'Amazone, de Faro à Alemquer, rio Trombetas, rio Ariramba — par PAUL LE COINTE. 1:500 000 Ann. de Géogr., 12 (1903) pl.

État de São Paulo. (1:8 000 000). Bull. Soc. de Géogr. Commerc., 25 (1903) 72.

Das Quellgebiet des Rio Paraguay, VON KA-PITÄN LUDWIG JERRMANN. 1:400 000. Petermanns Mitt., 49 (1903) pl. 13.

Lotungen vor der La Plata- Mündung. (1:1 230 000) p. 232.

Lotungen zwischen den Abrolhos und Kap Frio (193). (1:1 380 000.) p. 328 Ann. Hydrogr. und Mart. Meteorol. 31 (1903).

1904 — Changes in the boundary line between Bolivia and Brazil in the Plata valley, according to the treaty of Nov. 17 th. 1903.....
1:1 500 000. Geogr. Journ., 23 (1504) 603.

— The Acre territory and the caoutchouc region of southwestern Amazona, showing frontiers according to the treaty of 1903, between Brazil and Bolivia. 1:3 000 000 Geogr. Journ., 23 (1904) 704.

Map showing the new frontier between trazil and Bolivia in the Amazon basin..... 1:2,857,200. Inset: The newboundary between Brazil and Bolivia along the southern part of Matto Grosso. 1:2 857 200. Bull. Amer. Geogr. Soc., 36. (1904) 256.

Stone reef at the mouth of rio Grande do Norte, Brazil. by C. E. GILMAN. (1:30 000) p. 37. (2) Tertiary reef at the mouth of rio Pirangy, by C. E. GILMAN (1:30 000) p. 41. (3) Stone reefs of the rios Cunhahú and Sibauma, by C. 7. GILMAN. (1:43 000) p. 42 (4) Map of the Mamanguape and Traição stone reef, estado de Parayba do Norte, Brazil, by Harold Havens and C. 0. GILMAN. (1:66 000) p. 47. (5 Stone reef at Rio Doce, by C. F. Gilman (1:28 000) p. 59 (6). Venda Grande stone reef, by C. E. GILMAN. (1:23 256). p. 68 (7) Gaibú bay. (Scale not determined) p. 70. (8) Stone reef at Cabo Sto. Agostinho, by C. 0. GILMAN. (1:77 000)

p. 71 (9) Map of the stone and coral reefs at the mouth of rio Formoso, by J. C. BRANNER, 1875. (1:52 600) p. 83 (10) Stone reefs of rio Sapucahy, by C. E. GILMAN. (1:23 530). p. Sapucahy, by C. E. GILMAN. (1:23 530). p. 89. (11) Sketch map of the southwest end of the stone reef at Paripueira, state of Alagoas (Scale not determined) p. 90. (12) Stone reefs of rio Pratagy, by C. E. GILMAN. (1:24 000) p. 92. (13) Map of Porto Seguro, by Luther Wagoner, 1876. (1:26 000) p. 86. (14) The coastal lakes of the state of Alagoas, Brazil, after the harographic charts. (1:625 000) p. 132. (15) Bird's-eyeview of the region about Traição and the mouth of rio Mamanquape, showing the relation of the stone reefs to the shores p. 132 lation of the stone reefs to the shores p. 132 (16) Breached sand neck rio Ilhtas Scale not determined.) p. 135. (17) Breached sand neck, rio Una. (Scale not determined) p. 136. (18) Sketch map of the former channel rio Santa Cruz. (Scale not determined). p. 137. (19) Bird's-eye view of the Pernambuco embayment. (Scale not determined) p. 138. (20) Sketch of the topography of a part of rio Jaguaripe, state the topography of a part of rio Jaguaripe, state of Bahia. (Scale not determined) p. 140. (21) Sketch map of the region about São Thomé do Paripe, Bahia, by J. C. BRANNER, 1899. (1:18 000) p. 151. (22) Sketch map of Ilheos, state of Bahia. (1:21 000), p. 154. (23) Port of Tamandaré, coast of Pernambuco, Brazil. about Santos, showing nouthe coastal mounabout Santos, showing nouthe coastal mountains have been submerged... (Reduced from the São Paulo sheet of the Commissão Geologica de S. Paulo. (1:153 000) Pl. 5. (30) St. Roque reefs and channel. (Part of H. O. Chart N.º 481) (1:153 000) Pl. 6. (31) Port Cabedello, part of hydr. chart of the mouth of rio Parahyba do Norte (1:33 250) Pl. 7. (32) The reefs team Santa Crus to Commatible state of Pakin from Santa Cruz to Comoxatiba, state of Bahia. (From H. O. Chart) (1:600 000) Pl. 8. (33) Part of the H. O. Chart showing the Lixa, Parcel of Pernambuco and the reef. Pl. 58. (36) The stone reef at Cabo Santo Agostinho. Pl. 60. (37) Map of the stone reef of Natal. Pl. 61. Bull. Museum of Comp. Zoöl. (Geol. and Zoöl. Ser.) 44 (1904) Ser.), 44 (1904).

Frontière entre le Brésil et la Bolivie, territoire d'Acre, traité de Novembre 1903 et cours du rio Yavary. Levé pour la Commission de la Frontière bolivienne, par C. SATCHELL. 1901. 1:6 000 000. Année Cartogr., 14 (1904).

Système des voies ferrées au Brésil. 1904 (1:13 500 000) La-Géographie, 10 (1904) 302.

—Frontiera fra la Guiana inglese de il Bresile. Schizzo dimostrativo annesso alla sentenza arbitrale di S. M. il Re d'Italia del 6 Giugno 1904. 1:1 750 000. Boll. Soc. Geogr. Ita-1:500 000. Globus 86 (1904) 295.

Skizze des Rio Acará (Kompaszaufnahme) 1:500,000. Globus 86 (1904) 295.

Übersicht der Regenverteilung und der meteorologischen Stationen in Süd-Brasilien 1:7 500 000. Ergänzungsheft N.º 145 zu Petermanns Mitt., (1904) 48.

Lotungen an der Ostküste Süd-Amerikas zwischen Sta. Catharina und dem la Plata. (1:2 800 000) Ann. Hydrogr. und Marit. Meteorol., 32 (1904) 96. 1905 — Bird's-eye view of the region about Traição and the mouth of rio Mamanguape. (Scale not determined Bull. Geol. Soc. of America, 16 (1905) 3.

The coastal lakes of the state of Alagôas, Brazil (1:650 000) Bull. Geol. Soc. of America, 16 (1905) 5.

Distribution of hevea in the Amazon basin. 1:16 000 000 Bull. Amer. Geogr. Soc. 37 (1905) Skizze der Victoriafälle des Iguazú 1:120 000) Globus, 87 (1905) 217.

1906 — (I) Sketch map of the region to the east of the river São Farncisco, (1:10 000 000) p. 377. (2) Sketch map of upper Paraguassú basin. 1:1,000,000. p. 379. Journ. of Geol. 14 (1906).

— Plano del rio Amazonas desde Iquitos hasta Manáos, levantado por orden del Señor Prefecto del Departamento de Loreto segun el plano proporcionado por la Companhia de Vapores "Booth & Co., Iquitos — Liverpool", reducido à la escala de 1:500 000; las posicones geográficas del Territorio Perunno, rectificado con datos de D. ARTURO WERTHEMAN, por CARLOS E. C. HOEMPLER, Cartógrafo, Iquitos, Enero de 1906. 1:500 000. (4 sheets.) Bol. Soc. Géogr. de Lima, 21 (1907) Trimester 1.

Brésil-Guyane Anglaise. Frontière fixée par arbitrage du 5 Juin 1904. 1:6 000 000. Année Cartogr., 16 (1906).

Modification de la frontière boliviano-brésilienne dans la région du haut Paraguay, suivant le traité de Petropolis 17 Novbre, 1903. 1:2 000 000. Année Cartogr., 16 (1906).

Rio Jauapery, Brasilien. Nach eigenen Aufnahmen in den Jahren 1900 und 1901, von Richard Payer. 1:1,000 000 Petermanns Mitt., 52 (1906) pl. 15.

Karte des Acre-Gebietes. Kompiliert nach dem gesammten neuern Material. 1:2 500 000. Petermanns Mitt., 52 — (1906) pl. 16.

Völkerkate des Gebietes am oberen Rio Negro und Yapurá. Entworfen von Dr. Theodor Koch-Grünberg. 1:3 000 000. Globus, 90 (1906) 10.

— Geological map of northeastern Brazil. (1:21 765 000) — Journ. of Geol., 15 (190) 222.

Mapa que comprende las últimas exploraciones y estudios verificados desde 1900 hasta 1906. Mandado levantar por el Coronel D. Pedro Portillo indicando en tinta roja el rumbo de su viaje en 1900 y el último tratado con el Brasil, siendo Ministro de Relaciones Exteriores el Dr. Alberto Elmore, 1907. 1:1 000 000. Bol. Soc. Geogr. de Lima, 21 (190) 484.

Ligne des premières chutes dans la Guyane brésilienne. 1:8 000 000. p. 165. (2) Bouches de l'Amazone et du rio Pará 1:8 000 000. p. 169.

Carte du cours de l'Amazone depuis l'oceán jusqu'à Manaos, et de la Guayne brésilienne, dressée par Paul le Cointe, d'après ses relevés personnels, 1892-1906. 1:2 000 000. Pl. 4. Inset: Port de Belem. Ann. de Geógr., 16 (1907).

Navigazione della R. N. "Dogali" comandata dal Cap. di Fregata G. Ronca sul fiume Amazzone-Solimões-Marañon. Dic.1904 — Febbr. 1905. 1:1,500 000 Boll. Soc. Geogr. Italiana, 44 (1907) 1068.

Gegewärtiger Stand der deutschen Siedelung in Rio Grande do Sul (1:2 750 000) Deutsche Erde, 6 (1907) pl. 8.

Mappa explicativo para o artigo de J. HU-BER "Plantae duckeanae", organizado segundo o mappa do engenheiro P. LE COINTE (An. de Géogr., Parys, 1907), por A. DUCKE. 1:200 000. Bol. Museu Paraense de Hist. Nat. e Ethnogr., 5 (1907-08) 313.

1908 — (I) Carte du Brésil. (1:50 000 000) p. 362. (2) Carte de l'état de São Paulo 1:9,000,000) p. 374. Tour du Monde, (1908).

Estados Unidos do Brazil. Carte des voies de communication du Brézil 1:11 500 000) Bull. Soc. Royale de Géogr. d'Anvers, 32 (1908) 520.

Frontière entre la Colombie et le Brézil, fixée par traité du 24 Avril 1907 (1:5 000 000) Année Cartogr., 18 — (1908).

Exploration de la région occidentale, extremo sertão, de l'Etat de São Paulo, Brésil. Rios Paraná, Tieté, Feió et Aguapehy. do Peixe, etc. 1905-1907. Par la Commission Géographique et Géologique de l'Etat de São Paulo. 1:2 500 000. Année Cartogr., 18 (1908).

Carte hypsométrique de l'état de St. Paul (Brésil) d'aprés les levés topographiques exécutés par la commission géographique. 1:2 500 000. Ann. de Géogr., 17 (1908) pl. 18.

Der Koloniebezirk S. Lorenço in Rio Grande do Sul. 1:500 000. Deutsche Erde, 7 (198) pl. 7.

Annähernder Situationsplan der Gebiete zwischen Guaviare und Caqueta-Lapura, entworfen von Dr. THEODOR KOCHGRÜNBERG, 1908. (1:7 500 000) Globus, 93 (1808) 303.

— Schetskaart van het grengebied Suriname-Bracilië (5.° Suriname-expeditie 1907) door C. H. DE GOEJE. 1:1,000,000. Inset: Schetskaart van Suriname naar de nieuwte gegevens. 1:4 000 000. Tijdschr. Nederl. Aaardrijksk. Genoot., II 25A (1908) 112, pl. 4.

1909 — The evolution of falls on the Alto Paraná. 1:40,000. Geogr. Journ. 33 (1909) 116.

Three Great Falls of the Paraná basin: Uberapouca falls. Guayra falls or Siete Quedas and Iguazú falls. (Scale not determined) Bull. Bur. of the Amer. Republics, 28 (1909) 288.

 $\it Railroads$ in Brazil. (1:22 000 000) Bull. Bur. of the Amer. Republics, 28 (1909) 325.

Area and population of the United States of Brazil. (About 1:260,000,000) (21 maps) Bull. Union of the Amer. Republics, 29 (1909) 59.

Die sambaquis und die vorquartären Strandlinien im Mündungsgebiet des Ribeira-Flusses, Staat São Paulo. Entworfen von Richard Krone. 1:400 000 — Petermanns Mitt., 55 (1909) pl. 28.

Kartenskizze des mittleren Araguayagebietes. 1:15 000 000. Globus, 96 (1906) 301.

(I) Lotungen zwischen Bahia und den Abrolhos. (1:1,400,000) p. 576. (2) Lotungen zwischen den Abrolhos und Kap Frio (1:1 400 000) p. 576. (3) Lotungen bei der Insel Fernando Noronha. (1:87 700) p. 576. Ann. Hydrogr. und Marit. Meteorol., 37 (1909).

Karte des Ober-Orinoco, Atabapo und Guanya nach eigenen Aujnahmen gezeichnet von Ingenieur A. JAHN, JR., unter Benutzung der Arbeiten der Venezolano-Brasilianischen, 1880, und der Venezolano-Columbianischen, 1901, Grenz-Kommissionen. 1:1 000 000. Zeitsch. Gesell. für Erdkunde zu Berlin, (1909) pl. 2.

1910 — Sketch map of the region about the falls of rio Salitre, by H. E. WILLIAMS, 1907 (1:600 000) Amer. Journ. of Sci. 30 (1910) 256.

South America. Maps to illustrate a paper on explorations and boundary surveys in Bolivia, by Major P. H. FAWCETT 1:5 000 000 Insets: (I) (Boundary between Brazil and Bolivia) 1:2 500 000. (2) Mato Grosso, Brazil 1:2 500 000. Geogr. Journ., 35 (1910) 620.

South America. The river Uaupés from a survey by Hamilton Rice, Oct. 1907 — April 1908. 1:1 000 000. Geogr. Journ., 35 (1910) 744.

Gneral plan of bar and port of Rio Grande do Sul (proposed improvements). 1:50 000. Bull. Bur. of the Amer. Republics, 30 (1910), 411.

Map of route followed by Lieut. LARDNER GIBBON. U. S. Navy, 1851-52, on his exploring expedition from the Pacific to the Atlantic Ocean. (1:36 000 000) Bull. Bur. of the Amer. Republics, 30 (1910) 452.

Map showing route of propossed submarine cable between Pará, Nictheroy and Chuy, Brazil. Bull. Bur. of the Amer. Republics, 30 (1910) 47f

Bibliografia estrangeira sôbre o Brasil

III

[1801 - 1827]

1801 - FERNANDES PINHEIRO, J. F.

Sistema Universal de História Natural, incluindo a história natural do homem, dos orangotangos, e tôda a tribo de Ximia. Traduzido do inglês pelo Bacharel José Feliciano Fernandes Pinheiro. N.º 1 — Lisboa, na Tip. halcográfica do Arco do Cego. MDCCCI (1801) Por Ordem Superior. — Un. — 8.º 71 pp. com est.

1801 — HUMBOLDT, Fred. H. Alexander de Baron von)

Esquisse d'un tableu géologique de l'Amérique méridionale. — In: Journal de Physique, de Chimie, d'Hist. Nat. et des Arts. vol. LIII, pp. 30-00 Paris, 1801.

1802 — HAUY

Memoire sur des topazes du Brésil. — In: Annales du Museum Nacional d'Histoire Naturelle, tomo 1 pp. 346-352. Paris, 1802.

1802 — HUMBOLDT, Fred. H. Alexander de Baron von)

Skizze eines geologischen Schilderung des Südlichen Amerika. — In: Allgeineine Geographische Ephemeriden. — Verfasset von einer Gesellschaft Gelehrter und A. C. Gaspari und F. J. Bertuch, — tomo IX, pp. 310-329 e 389-420. — Weimar, 1802.

1803 - GOMES, Bernardino Antonio

Observationes botanico-medicas denonmillis Brasiliæ plantis quas patrio latino que sermone exaratas regræ scientiarum Academiæ offert.

— Olisipone, Typ. Academiæ scientiarum. 1803, in — 4.º, 2 vols.: — 1.º, LV, 46 pp. e 5 estps.; — 2.º, 55 pp. e 6 estps.

1808 — HEATHER, William

A new chart of the coast of Brazil from St. Ann's Islands to St. Sebastian, drawn the best surveys, by W. Heather. 1808, Stephenson, engr. London, 1808.

1808 — GALTINA (Michael Angelo de), e PIACENZA (Denis de Carli de)

A curious and exact account of a voyage to Congo in the years 1666 and 166/ by th R.R.F.F. Michael Angelo of Galtina and Denis de Carli of Piacenza, Capuchiss and Apostolio Missioners of the said kingdons of Congo. In: A general collection of the best and the most interesting voyages and travels in all parts of the world ... By John Pinkerton, ... — London, printed for Longman, 1808-14, in-4.°, 17 vols. — Vols. XVI, pp. 148-194.

1809 — GRANT, Andrew

History of Brazil, comprising a geographical account of that country, together with a narrative of the most remarkable events which

have occurred there since its discovery; a description of the manners, customs, religion etc., of the natives and colonists; interpersed with remarks on the nature of its soil, climate, productions and foreign and internal commerce. To which are sub-joined cautions to new settlers, for the preservation of health. London: Printed for Henry Colburn, Conduit-Street, New Bond-Street (B. Clarke, Printer, Well-Street, Cripplegate), 1809, in-8.º, 3 fis. n nums. e 304 pp.

1809 - HAKLUYT, Richard

Collection of the early voyages, travels, and discoveries of the english nation, by Richard Hakluyt. — London, 1809-1812, 5 vols. in-4.°.

1811 — GEHLEN, A. F.

Platinum und Palladium in Brasilien und St. Domingos gefunden. In: Schweigger's Journal Für Chemie und Physik, tomo 1 pg. 302. Nuremberg, 1811.

1811 — GRANT, Andrew

Histoire du Brésil, contenant: — Un précis des événements les plus remarquables, depuis sa découverte; la description des mœurs, des coutumes et de la religion des habitants; des observations sur la nature du sol, du climat, des productions et des cultures coloniales; suive — d'un Tableau du commerce intérieur et extérieur de cette colonie; de la réduction de ses monnales en livres sterling et en roubles d'argent; de quelques avis de l'auteur sur les moyens de préserver la santé en passant au Brésil ou autres climats du Tropique, etc. etc. — Traduit de l'anglais d'Andrew Grant, M. D. — On a joint à cette traduction des notes et le traté d'amitié et de commerce entre S. M. Britannique et S. A. R. le Prince-Régent de Portugal, signé à Rio de Janeiro le 19 de Fevrier 1810. Prix, 5 Rbls. St. Pétersbourg, de l'Imprimerie de Pluchart et Comp. 1811, in18.º. VIII — 334 pp.

1811 - HAUKINS, William

A briefe relatio of two sundry voyages made by ... William Haukins of Plimmouth ... in the years 1530. and 1532. In: Hakluit's Collection, 1811, vol. IV, pg. 198.

1814 - GRANT, Andrew

Andrew Grant's Doctor's der Arzneikunde. Beschreibung von Brasilien, nebst de 5m, am 19 Februar 1810 zu Rio de Janeiro, Zwischen Sr. Briitannischen Maj. und Sr. Königl. Hoheit. dem Prinz-Regenten von Portugal, abgeschlosenen Frenndschafts-Handels und Schiff-fahrts Ver trage. Aus dem Französischen übersetzt und mit den Berichtigungen des Hrn. Navarrod'Andrade, portugiesischen Geschä ger am St. Petersburger Hofe, verseher Weimar, im Verlage des Landes-Industrie-Comptoirs, 1814, in-8.º, XVI — 272 pp.

1816 - ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von

Extracto de uma Memória sôbre a descadência das minas de ouro da Capitania de Minas Gerais, e sôbre vários outros objectos montanísticos. In: Mem. da Acad. Real das ciências de Lisboa, tomo IV, Par. 2.ª, pp. 65-76, 1816.

1816 — HUMBOLDT, Fred. H. Alexander de (Baron von)

Voyages aux régions équinoxiales du Nouveau Continent en 1799-1804, par M. de Humboldt et A. Bonpland, redigé par Alexander de Humboldt; avec un atlas géographique et physique.

— A la Librairie Grecquelatine-allemande, 1816, 13 vols. in-8.0.

1817 - ELLIS, Henry

Journal of the Proceedings of the Late Embassy to China: comprising a correct narrative of the public transactions of the embassy, of the voyage to and from China, and of the Journey from the mouth of the Pel-Ho to the return to Canton. Interspersed with observations uppon the face of the country, the polity, moral character, and manners of the chinese nation. — The whole illustrated by maps and drawings. London. Printed for John Murray, Allemarle Stret, London, T. Davison, Lombardstreet, Whitefriars), 1817, in-4.0 VII + 526 pp. 1 fl. n. num. 1 retr. 7 est est ps. coloridas e 3 mapas.

1817 - ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von

über das Verkommen des Gediegen-Goldes zu Minas Geraes in Brasilien. — In: Neue Jahrbücher der Berg-un Hüttenkunde (Von K. E. von Moll). Vol. III, pp. 321-340, 1817.

1818 - ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von

Physikalische und Bergmannische Nachrichten aus Brasilien. — In: Annalen der Physik de von L. W. Gilbert, tomo LIV, pp. 117-139. Leipzig, 1818.

1818 - ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von

Journal von Brasilien, oder vermischte Nachrichten aus Brasilien, auf wissenchaftlichen Reisen gesammat Mit einem Plane und Kupfern. — Weimar, Gr. H. S. pr. Landes-Industrie-Comptoirs, 1818, in-8,9 2 vols. — I, XV pp. de Testo, maps. e illustr.

1818 - ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von

Verkommen des elastischen Sandsteines in Brasilien. In: Gilbert's Annalen der Physik. Neue Folge, vol. XXVIII, pp. 99-101. Leipzig, 1818.

1818 — GAYOSO, Raymundo José de Souza

Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura do Maranhão, suas produções e progressos, que têm tido até ao presente, entraves que a vão deteriorando; e meios que tem lembrado para desvanecê-los em augmento da mesma lavoura, e sem prejuízo do real patrimônio; etc. — Paris, Na Officina de P. N. Rougeron. — MDCCCXVIII (1818) in-8.º.

1818 - DESSIOU, Joseph Foss

The Brazil pilot, or, sailing directions for the coast and harbours of Brazil by Messrs. Warner and Harris. — Compiled by J. Foss Dessiou. — London, W. Fladen, 1818, in-8.°.

1818 - FORTES, P. Ignacio Felizardo

História do Brasil desde a sua descoberta até 1810. Escrita em francês por Affonso de Beauchamp, e traduzida em português pelo padre Ig. F. Fortes. — Rio de Janeiro, na Imprensa Regia, 1818-1819, 2 vols. in-8.º.

1818 — HARRIS, John

The Brazil pilot; or, sailing directions for the coast and harbours of Brazil, bi Messers. Warner and Harris & Compiled By Joseph Foss Dessiou, London, W. Faden, 1818, in-8.º

1818 — DROUIN DE BERCY

L'Europe et l'Amérique Comparées. — Avec six planches coloriées. — A Paris, chez Rosa, librairie. Grande cour du Palais-Royal — A Londres, chez Treuttel et Wurtz. — A Bruzelles, chez Lecharlier, Librairie. 1818, 2 vols. in-8.°; 1.°, VI — 432 pp. — 2.°, 452 pp. e 6 estampas.

1818 - FOSS DESSIOU, Joseph

A New General Chart of the Coast of Brazil, from the River Amazon to the River Plate; drawn from the Surveys made by order of the Portuguese Government communicated by Vice-Admiral Sir Sidney Smith, the late admiral Campbell; & José Patricio, Pilot, together with those by Mess". Warner & Harris, Masters of the Royal Navy. Describing the Tracks of H.M.S. Nereus, Peter Heywood, Esq." Captain adjusted te Nemerous Astronomical Observations, By Joseph Foss Dessiou, Master of the Royal Navy. London, Published by W. Faden August, 12. 1818. Engraved by D. Henwood. 2 fls. de 0m,610-0m,945 — (C.E.H. n.º 1533). Uma nova carta da costa do Brasil, do Rio Amazonas ao Rio da Prata; desenhada pelos estudos feitos por ordem do Govêrno Português communicados pelo vice-almirante Sidney Smith ao último almirante Campbell. — José Patricio, piloto, juntamente com Warner & Harris, commandantes da Armada Real, descreveram o itinerario seguido da H.H.S. Nereus, por Peter Heywood, capitão contractado para as numerosas observações astronômicas — por Joseph Foss Dessiou, commandante da Armada Real.

1819 - ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von

Observations sur la manière de voyager dans l'intérieur du Brésil et tableau de cette partie du pays. (Traduit de l'allemand). In: Nouvelles Annales des Voyages, tomo III, pp. 99-120. Paris, 1819.

1819 - HIPPISLEY, G.

A narrative of an Expedition to the Rivers Orinoco, and Apure, in South-America. — London, 1819, in-8.º.

1819 - FISCHER, Ch. A -

"Nuestes Gemälde von Brasilien." — Leipzig, In Hartle bens Verlagsexpedition, 1819, in-12, 2 vols. — 1.° 2 fls. n. nums. + 190 pp. e 4 gravs; — 2.° 177 pp. + 5 pp. n- nums. e 6 gravs.

1820 — DANIEL, Padre João

Thesouro Descoberto no Rio Maximo Amazonas. — Quinta Parte. Contem hum novo methodo para a sua agricultura utilissima praxe para a sua povoação, navegação, augmento e commercio, assim dos Indios como dos Europeus. Rio de Janeiro, Impressão Régia, MDCCCXX, (1820) — In-4.º Advert. X pp. prels. 151 pp. de texto e mais 2 fls. n. nums. (Raro) — Õs manuscriptos originaes constam de 6 partes. As 5 primeiras partes, manuscriptas, existem na Biblioteca Nacional. Além da Quinta, publicada em 1820 no Rio de Janeiro, o Instituto Historico e Geographico Brasileiro publicou a Segunda, nos tomos II, pp. 328 e 445, e III, pp. 39, 138, 282 e 372, de sua "Revista" (1840-

41). Trinta e oito annos mais tarde, em 1878, o mesmo Instituto obteve uma cópia da Sexta parte, do original existente em Evora, que publicou no tomo XLI da "Revista".

1820 - ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von

Über Einige Merkwürdige Brasilianische Gebirgs-Formation. — In: Annalen der Physik und der Physikalis chen Chemie, von L. W. Gilbert. — vol. V, pp. 411-424, Leipzig, 1820.

1820 - ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von

Nachrichten aus Portugal und dessen Colonien, Mineralogischen und bergmannischen Inhaltes, herausg, von J. C. L. Zincken. Ein Seitenstuck zum Journale von Brasilien. in-8.º, illust. Braunschweig, 1820.

1821 - HENDERSON, James

A History of the Brazil; comprising its geography, commerce, colonization, aboriginal inhabitants, etc. etc. By, recently from South America.—Illustrated with twenty-eight plates and two maps London: Printed for the author, and published by Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, Pater-noster-Row (Marchant, Printer, Ingram Court, Fenchurch Street), 1821, in-4.°, XXIII — 5222 pp., 1 fl., n. num., 28 estps., 2 mappas.

1822 - ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von

Geonostische Beobachtungen übem einen Theil der Capitanie S. Paulo. — In: Taschebuch für Mineralogie von Leonhard, pp. 193-206, Frankfurt, 1822.

1822 — GALL, M. le Dr.

Voyage pittoresque autour du mond avec des portarits de sauvages d'Amérique, d'Asie, d'Afrique, et des iles du Grande Ocean; des paysages, des vues maritimes, et plusieurs objects d'histoire naturelle; accompagne des descriptions par M. le Baron Cuvier, et M. A. de Chamisso et d'observations sur les crânes humains par M. le docteur Gall. — Paris, de l'Imp. de Firmin Didot 1822, in-fol. com 1 retrato. estampas e 1 charta.

1822 - GIVRY

Resumé des operations hydrographiques faites en 1819 et 1820 pendant la campanhe de la corvette "La Bayadère" et du brick "Le Favori", commandés par M. 1 baron Roussin, — par M. Givry ingénieur hydrographe. — s. 1. 1822, in-8.9, 22 pp.

1822 - HEWETT, William

Charts of the Northern Coast of Brasil, From Seara to the Island of S. João of St. John, including the bay of Maranham, & Adjusted from chronometric observations and a survey by cap. W. Hewett. — Pub. 1822, by R. H. Laurie. London.

1822 — INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Coleção de 15 peças históricas publicadas em Lisboa, na Imprensa Nacional, em 1822.

1822 - JONNES (Alexander Moreau de)

Histoire physique des Antilles Françaises: Martinique et les iles de la Guadaloupe. Parys, in-8.º, 1822.

1823 — ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von

Voyage de Rio de Janeiro au Comarca d'Ilha Grande fait en 1810. Extrait du Journal von Brasilien. In: Nouvelles Annales des Voyages de la Géographie et de l'Histoire, tomo XX, pp. 289-328, in-8.º, Paris, 1823.

1823 - ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von

Esquisse géognostique du Brésil suivie d'une dissertation sur la gangue originaire du diamant. (Traduit de l'allemand por M. Combes.) Annales des Mines, tomo VIII, pp. 401-430. Paris, 1823.

1823 — GRAHAM Mrs. Mary

Journal of a residence in Chile, during the year 1822 and a voyage from Chile to Brazil in 1823. — London 1824.

1823 — HUMBOLDT, Fred. H. Alexander de Baron von)

A geognostical essay on the superposition of roocks in both hemispheres. — Transl. from the original French. — London, 1823.

1824 - DENIS, Ferdinand

Scénes de la nature sous les tropiques et de leur influence sur la poésie; suivies de Camoens et Jozé Indio. Paris, chez Louis Janet, Librairie, 1824.

1824 - FREIREYSS, Georg Wilhelm

Beiträge zur näheren Kenntnis des Kaiser thums Brasilien, nebst einer Schildrung der neuen Kolonie Leopoldina und der wichtigsten Erwerbszweige für europäis che Ansiedler, sowie auch einer Darstellung der Ursachen, woodurch mehrere Ansiedelungen missglückten. — Frankfurt s. M. David Sauerländer, 1824, in-8.º XII — 1/0 pp.

1824 — FREYCINET, Louis de

"Voyage autour du Monde". — entrepris par ordre du roi sous le ministère et conformement aux instructions de S. Exc. M. le vicomțe du Bouchage secrétaire d'État au départment de la marine, executé sur les corvettes de S. M. l'"Uranie" et la "Physicienne", pendant les années de 1817, 1818, 1819 et 1820; publié sous les auspices de S. Ex. M. le Comte Courbiers secrétaire d'État de l'intérieur, — pour la partie historique et les sciences naturelles; et de S. Ex. M. de comte de Chabrol de Crouzol, secrétaire d'État de la marine et des colonies, pour la partie nautique. — Paris, Pillet Ainé, 1824-1844, 9 vols. in-4.º de texto e 4 vols. in-fol. de Atlas.

1824 - GRAHAM, Mrs. Mary

Journal of a voyage to Brazil, and residence there during part of the years 1821, 1822 and 1823. — London, 1824 in-4.º, VI pp. prels. 335 pp. de testo, 11 estampas e 9 vinhetas.

1825 - DINIS, Ferdinand

"Resumé de l'Histoire du Brésil, suivi du resumé de l'histoire de la Guyane. — Seconde édition. — Paris, Lecointe et Durey, libraires, 1825, in-16, 343 pp.

1825 - ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von

Noticias e reflexões estatísticas a respeito da Província de Minas Gerais — In Memórias da Acad. Real das Ciências de Lisboa. tomo IX, pp. 1-27. Lisboa, 1825.

1825 - GABRIEL, Soares de Souza

Noticia do Brasil. Descrição verdadeira da Costa daquele Estado que pertence à coroa do Reino de Portugal, sitio da Baía de Todos os Santos. — in-4.º de 342 pp. S.L.n.d. (Lisboa, 1825).

1825 — GIRALDES, J. P. C. Casado

Tratado completo de cosmografia e geografia histórica, física e comercial, antiga e moderna, oferecido a S. M. Fina. o Senhor D. João VI por J. P. C. Casado Giraldes, coronel graduado de milicias, cavaleiro da ordem de Christo, consul de S. M. fidelissima no Havre, sócio corespondente da Academia Real das ciências, e de outras, e autor dos mapas estatísticos histórico-geográficos da Europa, Portugal, ilhas da Madeira, etc. — Paris, chez Fantin, Rey et Gravier, Aillaud, MDCCCXXV (1825) in-4.9, 4 vols. — 1.9, XXIX pp. prels. e 447 pp.; — 2.0, (1826) VII pp. prels. e 474 pp.; — 3.0 (1827) 4 fls. n. nums. e 423 pp.; e 4 fols. n. nums. e 413 pp. O 1.º vol. traz o retrato de D. João VI, e o 4.º o do Autor.

1825 — HUMBOLDT, Fred. H. Alexander de (Baron von)

Vorkommen des Platins und Palladiums in Brasilien. — Schweigger's Journal für Chemie, tomo XLV, pg. 45, Nuremberg, 1825.

1826 - DUFEY DE L'YONNE, P. J. S.

Resumé de l'Histoire des Révolutions de l'Amérique Méridionale, depuis les premières découverts par les Europeéns, jusqu'a nos jours:
—Perou. — Mexique. — Guatemala. — Brésil. — Vénezuela. — Colombie. — Chili — Paraguay. — Cuba. — Porto-Rico, etc. — Leurs religions. — Lois. — Moeurs. — Usâges. — constitutions actuelles. — Evénements jusqu'à la fin de 1825. Paris, Achiles Jourdan, 1826, 2 vols. in-12; 1.º, IV. — 382 pp. 2.º, 3/5 pp.

1825 - GAUDICHAUD. Charles

Voyage autour du monde, entrepris par ordre du Roi executé sur les corvettes de S. M. l'"Uranie" et la "Physicienne" pendant les annés 1817-1820, par M. Louis de Freycinet. 9 vols., in-4.º Paris, 1826.

1826 - HAHN, Chr. L.

Ein Auszug aus dem Werke des Majors von Schäffer. — Kirchheimbolanden, 1826, in-8.°, 80 pp.

1826 - HAHN, Chr. L.

Brasilien wie es ist, ein Leitfaden für alle diejeniger welche sich nähere Kenntniss über dies Land erwerben wollen. — 2. Auflage. — Frankfurt, 1826, in-8.º, 174 pp.

1826 - HORSBURGH, James

India Directory of directions for Sailing to and from the East Indies, China, New Holland, Cape of Good Hope Brazil, and the interjacent ports compiled chiefly from original journals at the East India house and from observations and remarks, made during twenty-one years experience havigating in those seas. — London, printe for the author, 1826, in-fol.

1826 — HUMBOLDT, Fred. H. Alexander de Baron von)

Personal narrative of travels to the equinotial regions of the new continent during the years 1799-1804 by Alexander de Humboldt and Aimé Bonpland, with maps, plans, etc. written in French and translated into English by Helen Maria Williams. — London, 1826, in-8.°.

1826 — HUMBOLDT, Fred, H. Alexander de Baron von)

Note sur le platine en Amérique communiquée à l'Acad. Royale des Sciences, séance du 17 Juillet 1826. — Le Globe, (Paris) 20 Juillet 1826. — Bull. des Sci. Nat. et de Geol. n.º 11, pp. 505-507. Paris, 1826.

1826 — HUMBOLDT, Fred, H. Alexander de Baron von)

Viagem a las regiones equinociales del Nuevo Contineute, hecho en 1799 hasba 1804. — Paris, en casa de Rosa, 1826, 5 volumes in-4.º com 4 mappas geographicos.

1827 - DRUMMOND, Menezes de

Notice sur les mines du Brésil — Journal des Voyages Découvertes et Navigations Modernes, tomos XXXIII, ppg. 188-230, e XXXIV, pp. 286-316, Paris, 1827.

1827 - GUTS-MUTHS, J. Ch. F.

"Das Kaiserthum Brasilien", — Weimar, 1827, in-8.0.

1827 - HERTSLET, Lewis

A complete collection of the treatiez and conventions, and reciprocal regulations, at present subsisting between Great Britain & foreign powers, and of the laws decrees, and orders in council, concerning the same; so far os they relate to commerce and navigation ... Compiled by Lewis Hertslet. — London, H. Butterworth, 1827-35, 4 vols. in-8.9.

1827 - HORSBURGH, James

Ibidem. Roteiro da India ou instruções para navegar nos mares da India, China, Nova Hollanda, Cabo da Boa Esperança, Brazil e Portos interjacentes, por James Horsburg. — Traduzido por V. J. Ferreira. — Calcuttá, 1827, infoiio, 511 pp.

1827 - JOÃO VI (D.)

Histoire de Jean VI roi de Portugal depuis sa naissanse jusqu'a sa mort, en 1826; avec des particularités sur sa vie privée et sur les principales circonstances de son régne. — Paris, Ponthieu et Compagnie, 1827, in-8.º, VIII, + 130 pp. de texto, mais 2 pp. de Indice.

Mapoteca central do C. N. G.

CATÁLOGO GERAL

Ш

(MAPAS DE N.os 201 a 300)

- N.º 201 Mapa da Viação dos Estados do Paraná e S. Catarina. Esc. 1:1 500 000 Dim.: 0,m595 x 0,m559 Edit.: Inspetoria Federal das Estradas (M.V.O.P.) Secção Cart. da Comp. Lith. Ipiranga, S. Paulo e Rio das convenções cartográficas 1928.
- N.º 202 Mapa da Viação do Estado do Rio Grande do Sul Esc. 1:1 500 000 Dim.: 0,m670 x 0,m553 Edit.: Inspetoria Federal das Estradas (M.V.O.P.) Secção Cartográfica da Comp. Lith. Ipiranga, S. Paulo e Rio das convenções cartográficas 1928.
- 203 Mapa do Estado da Baía (Edição Provisória) Esc. 1:2 000 000 Dim.: 0,m519 x 0,m610 Edit.: Diretoria de Serviços Geográficos, Geológicos e Meteorológicos (S.A.I.C. V.O.P.) Impresso no Est. Graf. "O Globo" Baía" das convenções cartográficas 1934.
- 204 Carta del Uruguay (fl. Pando) Esc.: 1:50 000 Dim.: 0,m682 x 0,m422 Edit.: El Instituto Geográfico (Rep. del Uruguay) Impresso en los Talleres Gráficos de la Imprenta Nacional das convenções cartográficas 1926.
- N.º 205 Carta del Uruguay (fl. Piriapolis) — Esc.: 1:50 000 — Dim.: 0,m683 x 0,m422 — Edit.: E'l Instituto Geografico-Republica d'el Uruguay — Impresso en los Talleres Gráficos de la Imprenta Nacional das convenções cartográficas — 1932.
- N.º 206 Carta del depto. de Montevideo (fl. Las Piedras) Esc.: 1:20 000 Dim.: 0,m847 x 0,m524 Edit. Servicio Geografico del Ejército Impresso en los Talleres Gráficos de la Imprenta Nacional das convenções cartográficas 1920.
- N.º 207 Carta del Departamento de Montevideo (fl. Rincón de Melilla) Esc.:1:20 000 Dim: 0,m848 x 0,m525 Edit. pelo Serviço Geográfico del Ejército Impresso en los Talleres Gráficos de la Imprenta Nacional das convenções cartográficas 1920.
- N.º 208 Carta del Departamento de Montevideo (fl. Manga) Esc.: 1:20 000 Dim.: 0,m847 x 0,m528 Edit. pelo Servicio Geográficol del Ejército Impresso en los Talleres Gráficos de la Imprenta Nacional das convenções cartográficas 1920.
- N.º 209 Carta del Departamento de Montevideo (fl. Colón) Esc.: 1:20 000 Dim.: 0,m845 x 0,m524 Edit.: pelo Servicio Geográfico del Ejército Impresso en los Talleres Gráficos de la Imprenta Nacional das convenções cartográficas 1920.
- 210 Carta del Departamento de Montevideo (fl. Santa Lucia) Esc.: 1:20 000 Dim.: 0,m845 x 0,m526 Edit. pelo Servicio Geográfico del Ejército Imprensso en los Talleres Gráficos de la Imprenta Nacional das convenções cartográficas 1920.

- N.º 211 Carta del Departamento de Montevideo (fl. Carrasco) — Esc.: 1:20 000 — Dim.: 0,m845 x 0,m526 — Edit. pelo Servicio Geográfico del Ejército — Impresso en los Talleres Gráficos de la Imprenta Nacional das convenções cartográficas, — 1920.
- N.º 212 Carta del Departamento de Montevideo (fl. Cerro) Esc.: 1:20 000 Dim.: 0,m844 x 0,m525 Edit. pelo Servicio Geográfico del Ejército Impresso en los Talleres Gráficos de la Imprenta Nacional das convenções cartográficas 1920.
- N.º 214 Carta del Departamento de Montevideo (fl. Punta Carretas). Esc.: 1:20 000 Dim.: 0,m848 x 0,m524 Edit. pelo Servicio Geográfico del Ejército Impresso en los Talleres Gráficos de la Imprenta Nacional das convenções cartográficas 1920.
- N.º 215 Carta del Uruguay (fl. Atlantida) — Esc.: 1:50 000 — Dim.: 0,m681 x 0,m421 — Edit. Instituto Geográfico (Republica Uruguay) Impresso en los Talleres Gráficos de la Imprenta Nacional das convenções cartográficas — 1931.
- N.º 216 Carta del Uruguay (fl. Colonia del Sacramento) Esc.: 1:50 000 Dim.: 0,m681 x 0,m421 Edit.: Instituto Geográfico (Republica Uruguay) Impresso en los Talleres Gráficos de la Imprenta Nacional das convenções cartográficas 1934.
- N.º 217 Carta del Uruguay (fl. Mosquitos) Esc.: 1:50 000 Dim.: 0,m681 x 0,m 423 Edit. Instituto Geográfico (Republica Uruguay) Impresso en los Talleres Gráficos de la Imprenta Nacional das convenções cartográficas 1930.
- N.º 218 Carta del Uruguay (fl. Cagancha) — Esc.: 1:50 000 — Dim.: 0,m685 x 0,m421 — Edit. Instituto Geográfico (Republica Uruguay) Impresso en los Talleres Gráficos d ela Imprenta Nacional das convenções cartográficas — 1933.
- N.º 219 Carta del Uruguay (fl. Migues) — Esc.: 1:50 000 — Dim.: 0.m682 — 0.m424 — Edit. Instituto Geográfico (Republica Uruguay) Impresso en los Talleres Gráficos de la Imprenta Nacional das convenções cartográficas — 1931.
- N.º 220 Carta del Uruguay (fl. La Barra) Esc.: 1:50 000 — Dim.: 0,m678 x 0,m 424 — Edit. Insituto Geográfico (Republica Uruguay) — Impresso en los Tallers Gráficos de la Imprenta Nacional das convenções cartográficas — 1929.

- N.º 221 Carta del Uruguay (fl. La Union) — Esc.: 1:50 000 — Dim.: 0,m678 x 0,m423 — Edit. Insitutuo Geográfico (Republica Uruguay) Impresso en los Talleres Gráficos de la Imprenta Nacional das convenções cartográficas — 1928
- N.º 222 Estado do Rio Grande do Sul Mapa do município de Dom Pedrito Esc.: 1:200 000 Dim.: 0,m662 x 0,m 595 Prefeitura Municipal Impresso Lit. Liv. do Globo P. Alegre em côres 1927.
- N.º 223 Estado de S. Paulo (Planta da Cidade de Araraquara) Esc.: 1:10 000 Dim.: 0,m510 x 0,m410, cópia osalide.
- N.º 224 Estado do Rio Grande do Sul (Planta do Município de Garibaldi) Esc.: 1:75 000 Dim.: 0,m480 x 0,m340, em cores.
- N.º 225 Carta do Estado do Paraná Esc.: 1:800 000 — Dim.: 0,m933 x 0,m655 — Edit.: Loureiro Santos — Impressora Paranaense Curitiba — em cores — 1934.
- N.º 226 Planta do Município de Antonio Prado (Rio Grande do Sul). Esc.: 1:50 000 — Dim.: 0,m804 x 0,m577 — Maria F. Mariw. original em côres — 1935.
- N.º 227 Estado do Rio Grande do Sul Mapa do Município de São Leopoldo — Esc.: 1:90 000 — Dim.: 0.m602 x 0,m876 — Prefeitura Municipal — em côres — 1934.
- N.º 228 Estado do Rio Grande do Sul Mapa do Município de Quaraí Esc.: 1:150 000 Dim.: 0,m734 x 0,m498 Prefeitura Municipal Livraria do Globo Pôrto Alegre em côres 1920.
- N.º 229 Estado do Rio Grande do Sul Mapa do Município de Julio le Castilhos Esc.: 1:200 000 Dim.: 0,m752 x 0,m553 Luiz Gomes de Araujo Zeller & Geogr. P. Alegre em côres 1927.
- N.º 230 Estado do Rio Grande do Sul Mapa do Município de Arroio Grande Esc.: 1:130 000 Dim.: 0,m604 x 0,m798 Prefeitura Municipal Livraria do Globo P. Alegre das convenções cartográficas 1925.
- N.º 231 Estado do Rio Grande do Sul Mapa Geral do Municipio de Erechim Esc.: 1:200 000 Dim.: 0,m500 x 0,m529 Prefeitura Municipal Litografia Modelo' Boa Vista do Erechim em côres 1934.
- $N.^{\circ}$ 232 Estado do Rio Grande do Sul Mapa do Municipio de Santa Vitória do Palmar Esc.: 1:250 000 Dim.: 0,m468 x 0,m624. Cópia osalide.
- N.º 233 Estado do Paraná Mapa do Município de Curitiba Esc.: 1:40 000 Dim.: 0,m671 x 0,m960 Francisco Gutierrez Beltrão e Arthur Martins Branco Impressora Paranaense Curitiba cópia osalide 1915.
- $N.^{\circ}$ 234 Mapa Estatístico Industrial do Rio Grande do Sul Dim.: 0,m814 x 0,m790. Cópia osalide.
- N.º 235 Estado do Rio Grande do Sul Mapa do Município de Uruguaiana — Esc.: 1:200 000 — Dim.: 0,m724 x 0,m828 — G. Gaudenzi — original em côres — 1930.
- N.º 236 Estado do Rio Grande do Sul Mapa do Município de Itaquí — Esc.: 1:100 000 — Dim.: 0,m974 x 0,m579 — Prefeitura Municipal — Livraria Globo — P. Alegre — em côres —

- N.º 237 Carta del Uruguay (fl. Los Cerrillos) Esc.: 1:50 000 Dim.: 0,m681 x 0,m424 Instituto Geografico (Republica Uruguay) Impresso en los Talleres Gráficos de la Imprenta Nacional 1926.
- N.º 238 Carta del Uruguay (fl. Arazati) — Esc.: 1:50 000 — Dim.: 0,m681 x 0,m424 — Instituto Geográfico Militar (Republica Uruguay) Impresso en los Talleres Gráficos de la Imprenta Nacional das convenções cartográficas — 1934.
- N.º 239 Carta del Uruguay (fl. San Gregorio) — Esc.: 1:50 000 — Dim.: 0,m681 x 0,m424 — Instituto Geográfico Militar (R. Uruguay) Impresso en los Talleres Gráficos de la Imprenta Nacional — 1932.
- N.º 240 Carta del Uruguay (fl. San José de Mayo) — Esc.: 1:50 000 — Dim.: 0,m681 x 0,m424 — Instituto Geográfico Militar (R. Uruguay) — Impresso en los Talleres Gráficos de la Imprenta Nacional das convenções cartográficas — 1934.
- N.º 241 Carta del Uruguay (fl. Santa Lucia) Esc.: 1:50 000 Dim.: 0,m681 x 0,m424 Instituto Geográfico Impresso en los Talleres de la Imprenta Nacional das convenções cartográficas 1929.
- N.º 242 Carta del Uruguay (fl. Nueva Helvecia) — Esc.: 1:50 000 — Dim.: 0,m681 x 0,m424 — Instituto Geográfico (R. Uruguay) — Impresso en los Talleres de la Imprenta Nacional das convenções cartográficas — 1935.
- N.º 243 Carta del Uruguay (fl. Juan L. Lacase) Esc.: 1:50 000 Dim.: 0,m681 x 0,m424 Instituto Geográfico (R. Uruguay) Impresso en los Talleres de la Imprenta Nacional das convenções cartográficas 1935.
- N.º 244 Carta del Uruguay (fl. Santa Rosa) — Esc.: 1:50 000 — Dim.: 0,m681 x 0,m424 — Instituto Geográfico — (R. Uruguay) — Impresso en los Talleres de la Imprenta Nacional das convenções cartográficas — 1929.
- N.º 245 Carta del Uruguay (fl. Punta Jesus Maria) — Esc.: 1:50 000 — Dim.: 0,m342 x 0,m253 — Instituto Geográfico Militar do Uruguay — Impresso en los Talleres de la Imprenta Nacional das convenções cartográficas — 1932.
- N.º 246 Estado do Rio de Janeiro Planta do Município da Paraíba do Sul — Esc.: 1:100 000 — Dim.: 0,m539 x 0,m558 — Benjamin Franklin Kingston — cópia osalide — 1935.
- $\rm N.^{\circ}$ 247 Estado de Pernambuco (Município de Tacaratú (hoje Itapecerica) Esc.: 1:166 667 Dim.: 0,m590 x 0,m595 cópia osalide.
- N.º 248 Mapa do Estado de Pernambuco — Esc.: 1:1 000 000 — Dim.: 0,m774 x 0,m284 — cópia osalide — 1933.
- N.º 249 Mapa do Estado de S. Paulo Município de Araraquara Esc.: 1:200 000 Dim.: 0,m502 x 0,m408 cópia osalide 1934.
- $\rm N.^{\circ}$ 250 Estado de São Paulo (Mapa do Município de Campinas) Esc.: 1:100 $^{\circ}000$ Dim.: 0,m544 x 0,m555 cópia osalide 1929.
- N.º 251 Estado de Minas Gerais Município de Minas Novas Esc.: 1:300 000 Dim.: 0,m717 x 0,m371. Cópia osalide.

N.º 252 — Distrito Federal — Mapa da Zona Citricola de Iguassú — Esc.: 1:125 000 — Dim.: 0,m556 x 0,m 613. Lith de Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, em cores, 1931.

N.º 253 — Mapa Geológico do Estado de Pernambuco — Esc.: 1:1 000 000 — Dim.: 0,m800 x 0,m317 — Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil — em córes — 1927.

N.º 254 — Mapa Geral da Africa — Esc.: 1:11 721 600 — Dim.: 0,m714 x 0,m763 — The National Geographic Magazine — Gilbert Grosvenor, Editor — em côres.

N.º 255 — Marinha do Brasil — Brasil Costa Sul. Paratí e enseadas até Juatinga. — Esc.: 1:250 000 — Dim.: 0,m972 x 0,m675 — Direccia de Navegação — Impresso Dep. Ministério da Agricultura das convenções cartográficas — 1936.

N.º 256 — Mapa da Bacia do Rio Itapicurú Esc.: 1:500 000 — Dim.: 0,m815 x 0,m572 — Inspectoria de Obras Contra Secas — Secção Cart da Comp. Lit. Hartmann Reichenbach, S. Paulo, Rio, das convenções cartográficas — 1912.

 $\rm N.^{\circ}$ 257 — Mapa do Estado do Rio Grande do Sul (fl. S.O.) — Esc.: 1:500 000 — Dim.: 0.m851 x 0.m821 — João A. Edler — Impressa Lit. da Livrária do Globo — P. Alegre — em côres — 1929.

 $N.^{\circ}$ 258 — Mapa do Estado do Rio Grande do Sul (fl. N.O.) — Esc.: 1:500 000 — Dim.: 0,m851 x 0.m821 — João A. Edler — Impressor Lit. da Livraria do Globo — P. Alegre — em côres — 1929.

N.º 259 — Mapa do Estado do Rio Grande do Sul (fl. N.E.) — Esc.: 1:500 000 — Dim.: 0,m851 x 0,m821 — João A Edler — Impressora Lit. da Livraria do Globo — P. Aiegre — em côres — 1929.

N.º 260 — Mapa do Estado do Rio Grande do Sul (fl. S.E.) — Esc.: 1:500 000 — Dim.: 0,m851 x 0,m821 — João A. Edler — Impressora Lit. da Livraria do Globo. — P. Alegre — em côres — 1929.

N.º 261 — Carta Geográfica do Estado de Mato Grosso —Esc.: 1:2 500 000. Dim.: 0,m707 x 0,m792 — Repartição de Obras Públicas do Estado — Gabinete Fotográfico do Estado Maior do Exército — em côres — 1923.

N.º 262 — Estado de Minas Gerais — Tombos de Miguel Rodrigues, Rio Gualaxo do Sul ou Maynart — Esc.: 1:2 000 — Dim.: 0,m903 x 0,m623. Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil— Impresso no Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil convenções cartográficas — 1999

N.º 263 — Estado de Minas Gerais — Cachoeira da Usina — Rio Santa Quitéria — Esc.: 1:2 000 — Dim.: 0,m268 x 0,m442 — Serviço Geol. e Mineralógico do Brasil — Impressora Serviço Geol. e Mineralógico do Brasil das convenções cartográficas — 1929.

N.º 264 — Estado de Minas Gerais — Ligação das Cachoeiras — Usina e Santa Quitéria (Rio Santa Quitéria) — Esc.: 1:5 000 — Dim.: 0.m432 x 0.m316 — Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil — Impressora Serviço Geol. e Mineralógico do Brasil das convenções cartográfcas — 1929.

N.º 265 — Estado de Minas Gerais — Quédas do Rio Novo — Esc.: 1:2 000 — Dim.:

0,m411 x 0,m431 — Serviço Geol. e Mineralógico do Brasil. Impressora Serviço Geol. e Mineralógico do Brasil das convenções cartográficas — 1928.

N.º 266 — Estado de Minas Gerais — Cachoeira Rio Claro (Rio Claro) — Esc.: 1:2 000. Dim.: 0,m578 x 0,m392 — Serviço Geol. e Mineralógico do Brasil — Impressora Serviço Geol. e Mineralógico do Brasil das convenções cartográficas — 1929.

N.º 267 — Estado de Minas Gerais — Cachoeira de Santa Quitéria — (Rio Santa Quitéria) — Esc.: 1:2 000 — Dim.: 0,m647 x 0,m459. Serviço Geol. e Mineralógico do Brasil — Impressora Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil das convenções cartográficas — 1929.

N.º 268 — Estado de Minas Gerais — Corredeira de Monte Cristo de Sinimbú (Rio Pomba) — Esc.: 1:2 000 — Dim.: 0,m604 x 0,m374 — Serviço Geol. e Mineralógico do Brasil — Impressora: Serviço Geol. e Mineralógico do Brasil das convenções cartográficas — 1928.

N.º 269 — Estado de Minas Gerais — Cachoeira do Paraiso (Rio Pomba) — Esc.: 1:2 000 — Dim.: 0,m434 x 0,m587 — Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil — Impressora Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil das convenções cartográficas— 1928.

N.º 270 — Estado de Minas Gerais — Cachoeira do Paraiso (Rio Pomba e um trecha do Rio Xopotó) — Esc.: 1:20 000 — Dim.: 0,m604 x 0,m288 — Serviço Geol. e Mineralógico do Brasil — Impressora Serviço Geol. e Mineralógico do Brasil das convenções cartográficas — 1928.

N.º 271 — Estado de Minas Gerais — Cachoeira de Itapetinga (Rio Grande) Esc.; 1:4 000 — Dim.: 0,m609 x 0,m318 — Serviço Geol. e Mineralógico do Brasil — Impressora: Serviço Geol. e Mineralógico do Brasil das convenções cartográficas — 1928.

N.º 272 — Estado de Minas Gerais — Cachoeira do Poço Fundo (Rio Machado) — Esc.: 1:4 000 — Dim.: 0,m588 x 0,m329 — Serviço Geol. e Mineralógico do Brasil — Impressora: Serviço Geol. e Mineralógico do Brasil das convenções cartográficas — 1928.

N.º 273 — Estado de Minas Gerais — Cachoeira de Sarmento (Rio Novo) — Esc.: 1:2 000 — Dim.: 0,m651 x 0,m401 — Serviço Geol. e Mineralógico do Brasil — Impressora: Serviço Geol. e Mineralógico do Brasil das convenções cartográficas — 1928.

N.º 274 — Estado de Minas Gerais — Cachoeira do Guerra — (Rio Gualaxo do Norte — Esc.: 1:2 000 — Dim.: 0,m843 x 0,m594 — Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil — Impressora: Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil das convenções cartográficas — 1929.

N.º 275 — Estado de Minas Gerais — (Levantamento do Rio Piracicaba entre o estrangulado do Funil e Faz. da Monlevade) — Esc.: 1:20 000 — Dim.: 0,m927 x 0,m308 — Serviço Geol. e Mineralógico do Brasil — Impressora Serviço Geol. e Mineralógico do Brasil das convenções cartográficas — 1925.

N.º 276 — Estado de Minas Gerais (Rio do Perse) (Rio Monte Verde e Ribeirão Conceição) — Esc.: 1:20 000 — Dim.: 0,m838 x 0,m539 — Serviço Geol. e Mineralógico do Brasil — Impressora Serviço Geol. e Mineralógico do Brasil das convenções cartográficas — 1929.

N.º 277 — Estado de Minas Gerais — Tombos de Miguel Rodrigues — (Rio Gualaxo do Sul ou Maynart) Esc.: 1:2 000 — Dim.: 0,m899 x 0,m624 — Serviço Geol. e Mineralógico do Bras sil — Impressora Serviço Geol. e Mineralógico do Brasil das convenções cartográficas — 1929.

N.º 279 — Estado de São Paulo — Cachoeira de Jurumin (Rio Paranapanema) Esc.: 1:4 000 — Dim.: 0,m422 & 0,m322 — Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil — Impressora Serviço Geol. e Mineralógico do Brasil das convenções cartográficas — 1928.

N.º 280 — Estado de São Paulo — Cachoeira Monte Alegre (Rio Paranapanema) — Esc.:.... 1:2 000 — Dim. 0,m898 x 0,m658 — Serviço Geol. e Mineralógico do Brasil — Impressora Serviço Geol. e Mineralógico do Brasil das convenções cartográficas — 1928.

N.º 281 — Estado de São Paulo — Rio Paranapanema (Entre Pirajú e Salto Palmital) — Esc.: 1:25 000 — Dim.: 0,m798 x 0,m491 — Ser-Serviço Geol. e Mineralógico do Brasil — Impressora: Serviço Geol. e Mineralógico do Brasil das convenções cartográficas — 1928.

N.º 282 — Estado do Rio — Minas Gerais — Cachoeira da Fumaça (Rlo Preto) Esc.: 1:4 000 — Dim.: 0,m718 x 0,m494 — Serviço Geol. e Mineralógico do Brasil — Impressora: Serviço Geol. e Mineralógico do Brasil — 1925.

N.º 283 — Estado de Minas e Rio de Janeiro Corredeira Chiador (Rio Paraiba) — Esc.: 1:10 000 — Dim.: 0,m664 x 0,m512 — Edit. Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil — Impressora: Serviço Geol. e Mineralógico do Brasil — 1930.

N.º 284 — Rio Preto — Divisa dos Estados do Rio e Minas — (Cachoeira de Zelinda) — Esc.: 1:5 000 — Dim.: 0,m20 x 0,m375 — Edit. Serviço Geol. e Mineralógico do Brasil. Impressora: Serviço Geol. e Mineralógico do Brasil — 1925.

N.º 285 — Estado da Baía — Rio de Contas (Quédas da Pancada) — Esc.: 1:4 000 — Dim.: 0,m495 x 0,m382 — Edit. Serviço Geol. e Mineralógico do Brasil — Impressora: Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil — 1928.

N.º 286 — Estado da Baía — Rio de Contas — (Trecho Encachoeirado do Funil) — Esc.: 1:2 000 — Dim.: 0,m992 x 0,m348 — Edit.: Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil — Impressora. Serviço Geol e Mineralógico do Brasil — 1929.

N.º 287 — Estado da Baía — Rio Paraguassú (Cachoeira de Timbora) — Esc.: 1:2 500 — Dim.: 0,m784 x 0,m546 — Edit. Serviço Geol. e Mineralógico do Brasil — Impressora: Serviço Geol. e Mineralógico do Brasil — 1930.

N.º 288 — Estado do Rio de Janeiro — Planta do Rio Paquequer (Entre a Foz e o Quilômetro 210) — Esc.: 1:40 000 — Dim.: 0,m690 x 0,m296 — Edit. Serviço de Aguas — Ministério da Agricultura — Impressora — Minist. da Agricultura — D.E.P. Secção de Publicidade — 1931.

N.º 289 — Planta da Cidade do Rio de Janeiro (6 fls.) — Copacabana, Ipanema, Humaitá, Gávea) — Esc.: 1:100 000 — Dim.: 0,m66 x 0,m54 — Direoria Geral de Obras e Viação — Prefeitura D.F. — 1928.

N.º 290 — Planta da cidade do Rio de Janeiro (6 fls.) — (Vila Isabel, Tijuca, Andaraí, Eng. Novo) — Esc.: 1:10 000 — Dim.: 0,m68 x 0,m56 — Diretoria Geral de Obra se Viação — Prefeitura D.F. — 1928.

N.º 291 — Pilanta da Cidade do Rio de Janeiro (6 fls.) (S. Cristovão) — Esc.: 1:10 000 — Dim.: 0,m68 x 0,m56 — Diretoria Geral de Obras e Viação — Prefeitura D.F. — 1928.

N.º 292 — Planta da Cidade do Rio de Janeiro (6 fls.) — (Subúrbios da Leopoldina) — Esc.: 1:10 000 — Dim.: 0,m66 x 0,m56 — Diretoria Geral de Obras e Viação — Prefeitura D.F. — 1928.

N.º 293 — Planta da cidade do Rio de Janeiro (6 fls.) — (Subúrbios da Central) — Esc.: 1:10 000 — Dim: 0,m66 x 0,m56 — Diretoria Geral de Obras e Viação — Prefeitura D.F. — 1928.

N.º 294 — Planta da cidade do Rio de Janeiro (6 fls.) (Centro) — Fsc.: 1:10 000 — Dim.: 0,m66 x 0,m56 — Diretoria Geral de Obras e Viação — Prefeitura D.F. — 1928.

N.º 295 — Mapa do Canadá — Esc.: 1:5 829 480 — Dim.: 0,m972 x 0,m663 — Edit. The N ational Geographic Magazine — Impressora — A. Hoen & Co. Lithographer, Baltimore, M.D., U.S.A. — 1936.

N.º 296 — Pacific Ocean — Esc.: 1:35 000 000 — Dim.: 0,m640 x 0,m551 — Edit. The National Geographic Magazine — Impressora Printed by A. Hoen & C.º Lith. Baltimore, M.D., U.S.A. — 1936.

N.º 297 — Cópia do Mapa Geológico do Estado do Pará — (Org. Serviço Geol. e Mineralógico do Ministério da Agricultura — Esc.: 1:2 750 000 — Dim.: 0,m969 x 0,m610 — Edit. Diretoria de Estatística da Produção — Secção de Estatística Terirtorial.

N.º 298 — Cópia do Mapa Geológico do Estado do Maranhão (Organ. Serviço Geol. e Mineralógico do Ministério da Agricultura — Esc.: 1:1 500 000 — Dim.: 0,m623 x 0,m958 — Edit. Diretoria de Estatística da Produção — Secção de Estatística Territorial.

N.º 299 — Cópia do Mapa Geológico do Estado do Ceará (Orgnis. Serviço Geol. e Mineralógico do Ministério da Agricultura — Esc.: 1:1 000 000 — Dim.: 0,m618 x 0,m942 — Edit. Diretoria de Estatística da Produção — Secção de Estatística Terirtorial.

N.º 303 — Cópia de Mapa Geológico do Estado do R. G. do Norte — Organizado pelo Serviço Geol. e Mineralógico do Ministério da Agricultura — Esc.: 1:500 000 — Dim.: 0,m959 x 0,m609 — Edit. Diretoria de Estatística da Produção — Secção de Estatística Terirtorial — cópia osalide.

Biblioteca central do C. N. G.

Publicações entradas durante o ano de 1942

Ш

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PE-DAGÓCOS — Organização do Ensino Primário e Normal — II — Estado do Pará — 23 x 16 cm. — Sem indicação da casa impressora — Rio de Janeiro — 1940 — 46 páginas.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PE-DAGÓGICOS — Organização do Ensino Primário e Normal — III — Estado do Maranhão — 23 x 16 cm. — Sem indicação da casa impressora — Rio de Janeiro, 1940 — 54 páginas.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PE-DAGÓGICOS — Organização do Ensino Primário e Normal — IV — Estado do Piauí — 23 x 16 cm. — Serv. Gr. do M.E.S. — Rio de Janeiro — 1940 — 44 páginas.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PE-DAGÓGICOS — Organização do Ensino Primário e Normal — V — Estado do Ceará — 23 x 16 cm. — Serv. Gráfico do Ministério de Educação e Saúde — Rio de Janeiro, — 1940 — 56 páginas.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS — Organização do Ensino Primário e Normal — VI — Estado do Rio Grande do Norte — 23 x 16 cm. — Serviço Gráfico do Ministério de Educação e Saúde — Rio de Janeiro, — 1940 — 140 páginas.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PE-DAGÓGICOS — Organização do Ensino Primário e Normal — VII — Estado da Paraiba — 23 x 16 cm. — Serviço Gráfico do Minist. de Educação e Saúde — Rio de Janeiro, — 1940 — 32 páginas.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PE-DAGÓGICOS — Organização do Ensino Primário e Normal — VIII — Estado de Pernambuco — 23 x 16 cm. — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1941 —

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PE-DAGÓGICOS — Organização do Ensino Primário e Normal — IX — Estado de Alagôas — 23 x 16 cm — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1941 — 29 páginas.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PE-DAGÓGICOS — Organização do Ensino Primário e Normal — XI — Estado da Baita — (Boletim n.º 14) — 23 x 16 cm. — Sem indicação da casa impressora — Rio de Janeiro, — 1941 — 50 páginas.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PE-DAGÓGICOS — M.E.S. — Organização do Ensino Primário e Normal — XII — Estado do Espírito Santo — (Boletim n.º 15) — 23 x 16 cm. — Sem indicação da casa impressora — Rio de Janeiro — 1941 — 43 páginas.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PE-DAGÓGICOS — Organização do Ensino Primário e Normal — X — Estado de Sergipe — 23 x 16 cm. — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1941 — 36 páginas.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PE-DAGÓGICOS — M.E.S. — A administração dos Serviços de Educação — (Boletim n.º 12) — 23 x 16 cm. — Sem indicação da casa impressora — Rio de Janeiro, — 1941 — 127 páginas.

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — "Carvão de Santa Catarina" — Relatório apresentado em 1890 ao Govêrno da República pelo engenheiro Luiz F. Gonzaga de Campos, Fábio Hostílio de Morais Rêgo e João Caldeira d'Alvarenga Messeder — 16 x 23 cm. — Sem indicação da casa impresosra — Rio de Janeiro — 1940 — 90 páginas.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGI-CAS DE SÃO PAULO — Relação dos periódicos da biblioteca do.... — Sem indicação da casa impressora — S. Paulo — 1942 — 17 fôlhas.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSIS-TÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO — Benefícios de Família — Decreto-lei n.º 3 347 — 12-6-41 — 23 x 16 cm. — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1941 — 30 páginas.

INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL — *Relatório* — Segundo Exercício — Janeiro a Dezembro de 1941 — (Publicação n.º 10 — I.R. B.) — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, — 1942 — 170 páginas.

JARDIM — Renato — Geografia da Criança (Nona edição) — 23 x 19 cm. fotografias e cart. — Comp. Melhoramentos São Paulo Como se constroem os mapas — As cidades Indústrias — Outras indústrias — Meios de transportes — Comércio — Portos — Moedas — A América — A America do Sul — Brasil — República Argentina— Uruguai — Paraguai — Bolívia — Chile — Outros paises da América do Sul — América do Norte — Europa-Asia — Africa — Oceania — 1941.

JOBIM, Labieno — A erosão dos Sólos — (Boletim n.º 47 — Julho de 1941 — Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio) — 24 x 16 cm. Edição ilustrada com fotografias no texto — Porto Alegre — R.G.S. — 1941 — 34 páginas.

Contem, em resumo, o seguinte: Materiais transportados pelos rios, em solução e suspensão — Materiais nutritivos transportados anualmente — Materiais fertilizantes transportados pela erosão — Causas da erosão — Tipos de erosão — Efeitos da erosão — Meios para reduzir a erosão superficial — Erosão em sangas e Córrezos.

KOSTER, Henry — Viagens ao Nordeste do Brasil — "Travels in Brazil" Vol. 221 da Série 5.ª — Brasiliana — 19 x 13 cm. — Edição da Companhia Editora Nacional — S. Paulo — 1942 — 595 páginas — Contém o seguinte sumário: A partida de Liverpool. Visita ao Governador — O Govêrno — Viagem a Goiana — Viagem de Goiana ao Rio Grande — Continuação da Viagem — Regresso — Viagem de Pernambuco ao Maranhão — O autor deixa Gravessand e chega a Pernambuco — Residência no Jaguaribe — Viagem a Uninha — Mudança do autor para Itamaracá — Formigas, cobras e outros reptis — Recrutamento — Agricultura — A população livre — Escravidão — Impolitica do tráfego de escravos.

KRUSE, Hermann — Goyaz das wahre Herz Brasiliens — Riedel & Co. — São Paulo — 1936 — 141 páginas.

LACERDA DE MELO, Mário — "Pernambuco — Traços de sua geografia humana" — (Tese de concurso para provimento da segunda cadeira de Geografia do Ginásio Pernambuco) — Edição ilustrada — 23,5 x 16 cm. — Composto e impresso nas oficinas gráficas do "Jornal do Comércio" — Recife — Pernambuco — Brasil — 1940 — 176 páginas.

LACERDA, Joaquim Maria de — "Pequena Geografia da Infância" — Novissima edição atulizada, com 8 cartas coloridas, revista e melhorada, por Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro — Curso Primário — 19 x 12,5 cm. Livraria Editora Francisco Alves — Rio de Janeiro — 1940 — 154 páginas.

LACERDA, J. M. de e MOURA, Eloy de — O Estado Novo — Democracia e Corporativismo — A Posição do Brasil — Rio de Janeiro — 1938 — 127 páginas.

LACLERC, Max — Cartas do Brasil — Tradução, Prefácio e Notas de Sérgio Milliet — Vol. 215 Série 5.ª na Brasiliana — 19 x 13 cm. — Companhia Editora Nacional — S. Paulo — 1942 — 190 páginas — Do seu sumário destacam-se os seguintes captulos: Panorama do Rio — O Brasil do Verão — A vida do Rio — Rio não é o Brasil — Uma excursão ao interior — Do Rio a S. Paulo — A cidade de S. Paulo — Ts paulistas, tipo e carater — Santos, porta para o mar — Uma excursão ao interior da provincia de S. Paulo — 300 quilômetros rumo ao oeste — Uma fazenda de café — Uma plantação erguida dentro da floresta virgem — O rendimento do cafeeiro — Colheita da cereja e o preparo do grão — A imigração — A situação do imigrante.

LAGO, Laurênio — Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro — Memória Histórica — 23 x 16 cm. — Imprensa Militar — Rio de Janeiro — 1942 — 24 páginas.

LAGO, Coronel Laurênio — Brigadeiros e Generais de D. João vi e D. Pedro i no Brasil — Volume Avulso da Biblioteca Militar — 24 x 17 cm. — Biblioteca Militar — Rio de Janeiro — 1941 — 155 páginas.

LAGO, Laurênio — Supremo Tribunal de Justica e Supremo Tribunal Federal — Dados Biográficos (1828-1939) — Imprensa Miiltar — Rio de Janeiro — 1940 — 266 páginas.

LAGINESTRA, Dante — Prefeitura Municipul de Nova Friburgo — Relatório das atividades muncipais durante o exercicio de 1941, apresentado pelo Prefeito... a Sua Excelência o Senhor Comandante Ernani do Amural Peixoto, Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro. 27 x 19 cm. — Edição ilustrada com fotografias — Composto e impresso nas oficinas gráficas da Gazeta de Cordeiro — Cordeiro — Cordeiro — Estado do Rio — 1942 — 25 páginas. — Destacam-se os seguintes tópicos — Estatística, — Entreposto de Leite — Mercados — Instrução pública — Biblioteca — Propaganda e Turismo — Plano de Urbanismo — Serviço de Utilidade Pública — Pontes Novas — Pavimentação — Vias públicos — Jardins públicos — Jardins públicos — Arborização — Campo Experimenta Pateilorestamento e Derribadas de Matas —

Abasteciment Dágua — Retificação do rio Bengalas

LAMEGO, Alberto Ribeiro — "Escarpas do Rio de Janeiro" — Boletim n.º 93, do Serviço Geológico e Mineralógico do Departamento da Produção Mineral (Ministério da Agricultura) — Edição ilustrada com várias plantas e fotografias e um mapa geológico do Distrito Federal, fora do texto — 23 x 16 cm. — Composto e impresso nas oficinas gráficas da Diretoria de Estatística da Produção — Seção de Publicidade — 1938 — 71 páginas.

LAMEGO, Alberto Ribeiro — "Restingas na costa do Brasil" — (Boletim n.º 96 da Divisão de Geologia e Mineralogia) 23 x 16 cm. — Edição ilustrada com fotografias e mapas — Imprensa Nacional — Serviço de Informação agrícola — Rio de Janeiro — 1940 — 63 páginas.

LARMO CANTIÇÃO, Antonietta — Desenvolvimento da Técnica para a Determinação do Volfrâmio em seus minérios — 23 x 16 cm. Instituto Nacional de Tecnologia — Rio de Janeiro, — 1941 — 13 páginas.

LEITE, Aureliano — O Brigadeiro Couto de Magalhães — Gráfica Sauer — Rio de Janeiro, — 1936 — 169 páginas.

LEITE, Aureliano — Retratos a Pena — Nova Série — S. Paulo Editora Ltda. São Paulo — 1930 — 285 páginas.

LEITE, Aureliano — O Cabo-Maior dos Paulistas na Guerra com os Emboabas — 24 x 17 cm. — Edição da Livraria Martins — S. Paulo — 1942 — 200 páginas. — Destacam-se do seu sumário os seguintes capítulos: Amador Bueno da Veiga — Os Primeiros atritos entre paulistas e emboabas — A derradeira colheita de ouro feita por Amador Bueno da Veiga em Ouro Preto — Os primeiros lances da peleja: Sabará e Cachoeira — Marcha pelo Vale do Paraíba.

LEITE, Aureliano — Discurso proferido pelo Dr... Na Câmara Federal, em sessão de 20 de Maio de 1935, na qual êsse deputado prestou contas ao País da sua atuação na contenda de limites entre S. Paulo e Minas Gerais e em outras campanhas políticas e revolucionárias — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, — 1935 — 31 páginas.

LETTE, Célio Conde — "O Município e Comarca de Paraguassú" — (Texto e fotografias originais) — Oficinas gráficas da Tipografia Guaraní-Paraguassú — Sul de Minas — 64 páginas.

LEITE DE CASTRO, Engenheiro Cristóvão — Da colaboração das emprezas de estrada de ferro no estudo do território — Diretoria de Estatstica da Produção — Rio de Janeiro — 1935 — 5 páginas.

LEINZ, Viktor e Barbosa, Alceu Fábio — Mapa Geológico Cacapava — Lavras — Em colaboração com Emílio Alves Teixeira — Boletim n.º 90 da Diretoria da Produção Mineral — 23 x 16 cm. — Edição da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio — Pôrto Alegre — Rio Grande do Sul — 1941 — 39 páginas. — Contém o folheto, além do mapa em aprêço, o sequinte: Comparação da coluna estratigráfica da Região com a do Uruguai e a de Santa Catarina — Descrição das formações geológicas — Tetónica idéas sôbre a mineralização da Região — Traços geográficos.

LESTER WIENER, Paul — Uma Nova era cultural para as Américas — Publicação do Instituto Brasil-Estados Unidos — Rio de Janeiro — 14 páginas.

LEITE, Gervásio — Leão XIII e o Mundo Moderno — (Conferência) 23 x 16 cm. — D.E. E. — Mato Grosso — 1941 — 15 páginas.

LEONARDOS, O.H. — SALDANHA, R. — FRANCO, R.R. — MATHIAS, Pe PATRIMA, J. P. — Mineralogia n.º 3 — 24 x 16 cm. — Fa-

culdade de Filosofia, Ciências e Letras — São Paulo — 1939 — 63 páginas.

LEONARDOS, O.H. — SALDANHA, R. — FRANCO, R.R. — e WOHLERS, A. Mineralogia N.º 4 — 24 x 16 cm. — Faculdade de Filosofia Ciências e Letras — São Paulo — 1941 — 43 páginas.

LEOPOLDINA RAILWAY — Guia e Horários n.º 64 — Janeiro — Junho — 1942 — Com um mapa da Estrada — 19 x 14 cm — Pimenta de Melo & Cia. Ltda. — Rio de Janeiro — 1942 — 196 páginas

LEX, Fausto — Vamos Pescar... e trazer peixe — 19 x 14 cm. — Tipografia Irmãos Clemente — São Paulo — 1938 — 127 páginas.

LIAIS, Emmanuel — Supremacia Intelectual da Raça Latina — Resposta às alegação germânicas — Livraria B. L. Garnier — Rio de Janeiro — 1872 — 187 páginas.

LILIENFELD-TOAL, Otto von — Pesquisas em torno da fermentação do cacau — (Traduzido do "Bulletin Officiel de 12 Office International du Cacao et du Chocolat") — 23 x 16 cm. — Instituto de Cacau da Baía — Salvador — 1939 — 34 páginas.

LIMA, Alcides — História Popular do Rio Grande do Sul — Edição da Livraria Globo — Porto Alegre — 1935 — 204 páginas.

LIMA, A.G. — "Geografia Secundária" — 1.º série — Edição ilustrada — (De conformidade com os novos programas organizados pelo Ministério da Educação e Saúde Pública em 1931) — 25.º milheiro — Edição da Livraria Glibo — Barcelos Bertaso & Cia. — Porto Alegre — Rio Grande do Sul — 237 páginas.

LIMA, G. C. Bierrenbach de, e QUINTÃO, J. O. — "Serviço de Geodésia — Coordenadas geográficas e geodésicas" — (Boletim n.º 28) — 23 x 16 cm. — Tip. Siqueira — S. Paulo — 1940 — 58 páginas.

LIMA FIGUEIREDO — Limites do Brasil — Casa Editora Henrique Velho — Rio de Jaeniro — 1936 — 220 páginas.

LIMA FIGUEIREDO, Cel. — Um ano de observação no Extremo Oriente — XLVII — Da Biblioteca Militar — 24 x 17 cm. — Biblioteca Militar — Rio de Janeiro — 1941 — 352 páginas — O que é o Japão — A Invasão branca na Asia — A reação amarela — Organização Militar do Japão.

LUZ FILHO, Fábio — Rumo à Terra — Série Agrícola 2 — 5.ª Edição revista e ampliada — Estudos Sociais e Técnicos — N.º 8 — 18,5 x 14 cm. Editora Guaíra Limitada — Curitiba — 1942 — 361 páginas.

Sumário — O Cooperativismo e o crédito agrícola — Latifundismo e colonização — A fertillilidade das terras brasileiras — Política florestal — As florestas — O homem rural — A natureza — As paísagens — A volta aos campos — Os ciclos civilizadores — A agricultura racional — Nosso problema — O Estado do Paraná suas possibilidades — A colonização da Amazônia — As possibilidades do Paraná — Visão econômica do Paraná — Fixação do homem rural busgileiro à terra e o cooperativismo — O problema da colonização interior, segundo a palavra de um técnico — Doze milhões da trabalhadores — O trabalhador rural brasileiro — A posse da terra — O braço colonial — O café e o cooperativismo — Princípios de Alimentação vegetal — árvores.

LIMA, Guimarães — Catalão em Marcha — 23 x 16 cm. — Livraria Triângulo Editora — Araguarí — Minas 1941 — 139 páginas — Encera a presente monografia um estudo generalizado do Município de Catalão.

LIMA Herman — Na ilha de John Bull — 19 x 13 cm. — Edição de Livraria José Olimpio Rio de Janeiro — 1941 — 290 páginas —
 Destacam-se do seu sumário os seguintes capítulos: Londres Jardins e Parques — Variações sôbre o "Fog" — Museus.

LIMA, Noraldino — No Valle das Maravilhas — Imprensa Oficial de Minas — Belo Horizonte — 1925 — 223 páginas.

L. OSORIO, Fernando (Pai) — A Guerra dos Farrapos — Edição da Livraria Globo — Pôrto Alegre — 1935 — 220 páginas.

LOWRIE, Samuel H. — Ascendência das crianças registradas nos parques infantis de S. Paulo — 23 x 16 cm. — Departamento de Cultura — São Paulo — 34 páginas.

MAGALHAES, Cel. Amilcar A. Botelho — Impressões da Comissão Rondon — 5.ª Edição ilustrada, atualizada e aumentada — Vol. 211 da Série 5.º — Brasiliana — 19 x 13 cm. — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 1942 — 440 páginas.

Episódios de Acampanmento — Aprenciações Individuais — Uma página de saúdade — Exploração do Rio Jacy — Paraná — Expedição Roosevelt — Os Índios — Resumo dos trabalhos executados pelo General Rondon.

MATTOS, Allyrio H. de — Determinação da Latitude — Tip. d'A Encadernadora — S. A. — Rio de Janeiro — 1929 — 126 páginas.

MAIA, Emilio de — O Brasil e o Drama do Petroleo — Livraria José Olympio Editora — — Rio de Janeiro — 1938 — 290 páginas.

MAIA, F. Prestes — O Zoneamento Urbano — 24 x 17 cm. — Sociedade "Amigos da Cidade" — São Paulo — 1936 — 8 páginas.

MARCHINI, Adriano — Relatório apresentado ao Conselho do Instituto de Pesquisas Tecnológicas — 26 x 18 cm. — Instituto de Pesquisas Tecnológicas de S. Paulo — 1940 — 64 páginas.

MARCHINI, Adriano — Relatório correspondente ao Exercício de 1940, apresentado ao Conselho do Instituto de Pesquisas Tecnológicas pelo Diretor Eng.º... — 26 x 18 cm. — Gráficas Instituto de Pesquisas Tecnológicas de S. Paulo — 1941 — 58 páginas.

MARCUS, E. — LOCCHI, R. — SAWAYA, P. — CARVALHO, J. P. — Zoologia n.º 4 — Boletim nº XIX — Faculdade de Fliosofia, Ciências e Letras — São Paulo — 24 x 16 cm. — Universidade de S.o Paulo — 1940 — 308 páginas

MARTINS TEIXEIRA, Carlos — CURTY, Manoel — MACEDO, Ephrem — e BARBOSA, Octavio — Higiene das Minas de Ouro Silicose Morro Velho — Minas Gerais — (Boletim n.º 44 — Div. de Fom. da Prod. Miner.) — 23 x 16 cm. — Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro — 1940 — 158 páginas.

MELO, Carlos Afonso de — Município de Carpina — Relatório da prestação de contas da Prefeitura Municipal de Carpina, perante à Secretaria do Interior, relativo ao Exercício Financeiro de 1941 — 15 x 23 cm. — Sem indicação da casa impressora — 1942 — 64 páginas — Limites Municipais — Situação financeira do Municypio, no início "do Exercício de 1941" — Construção de Logradouros e outros serviços de melhoramentos públicos — Serviço de construção da "Praça Joaquim Nabuco". Relação dos decretos-leis expedidos pelo Prefeito do Município, devidamente autorizado pelo Departamento Administrativo do Estado.

MELLO-LEITÃO, C. de — História das expedições científicas no Brasil — Vol. 209 — Série 5.ª da Brasiliana — 19 x 13 cm. — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 1941 — 360 páginas — O descobrimento e a exploração da costa — As fronteiras — Os rios — O pla-

a said

nalto — O solo e as suas riquezas — Expedições botânicas — Expedições zoológicas — Expedições etnológicas.

MENDES, Amando — Amazônia Econômica — Problema Brasileiro — 2.ª edição — 20 x 14 cm. — Empresa a Noite — Rio de Janeiro — 305 páginas — O malor pioneiro da borracha — História velha repetida mais uma vez — Indústria do latex em estado líquido e concentrado — Experiências da aplicação do latex na indústria nacional — Importação do latex nos Estados Unidos — O latex brasileiro e seu futuro econômico — A situação da borracha em 1938 — A situação da borracha em 1941 — O reflorestamento da Amazônia — O Pará, suas indústrias e recursos.

MENDONÇA, Renato — O Português do Brasil — Civilização Brasileira — Rio de Janeiro — 1936 — 344 páginas.

MENDONCA, Renato — Os sete povos das Missões e o Tratado de Madrid (Tese apresentada ao II Cong. Sul-Rio Grand. de História a Geografia — II) Secção: O Povoamento. — (Separata dos Anais do Cong.) 23 x 16 cm — Of. da Livraria Globo — Pôrto Alegre — 1940 — 20 páginas — As Bases da Diplomacia Brasileira — Diretrizes do Tratado de Madrid — A Cessão da Colônia do Sacramento em troca dos sete povos das Missões — A definição geográfica do Brasil.

M. F. SILVA, Moacir — Roda e Asa — 25 x 17 cm. — Alba — Rio de Janeiro — 1941 — 203 páginas.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA — As Atividades Agrícolas do Brasil em 1939 — Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Fenando Costa. (I e II volumes). — 23 x 16 cm. — Fotográficas — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1940 — 586 páginas.

MINISTÉRIO DA FAZENDA — Tesouro Nacional — Relação Geral dos Bens da União registrados até 1941 pela Divisão de Cadastro e Registro — 27 x 19 cm. — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1942 — 453 páginas.

MIRANDA, Nicanor — Atividade Gímnica e Atividade Lúdica — 23 x 16 cm. — Departamento de Cultura — São Paulo — 1941 — 147 páginas.

MIRANDA, Nicanor — Clubes de Menores Operários — (Palestra) — 23 x 16 cm. — Fotográficas — Departamento de Cultura — S. Paulo — 1938 — 84 páginas.

MIRANDA, Nicanor — O Congresso Internacional de Folclore — 23 x 16 cm. Fotográficas — Departamento de Cultura — S. Paulo — 1940 — 24 páginas.

MIRANDA, Nicanor — Origem e Propagação dos Parques Injantis e Parques e Jogos — 23 x 16 cm. — Departamento de Cultura — São Paulo 1941 — 24 páginas.

MIRANDA, Nicanor — O siginificado de um Parque Infantil em Santo Amaro — 23 x 16 cm. — Fotográficas — Sub-Prefeitura de Santo Amaro — São Paulo — 1938 — 26 páginas.

MIRANDA, Nicanor — Recreação para a Crianca Santista 23 x 16 cm. — Departamento de Cultura — São Paulo — 10 páginas.

MIRANDA, Nicanor e REIS, J.D. Bueno dos — Vicios e Defeitos na Fala das Crianças dos Parques Infantis de S. Paulo — (Separata dos Anais do Primeiro Congresso da Lingua Nacional cantada) — 32 x 23 cm. — Departa-

mento de Cultura — S. Paulo — 1938 — 71 pá-

MIRANDA, Sosthenes e SILVA, Pedrito — Mutações em "Theobroma leicarpa "Bern. Var. Comum" — Separata de "A Baía Rural" de Outubro-Novembro 1939 — 23 x 16 cm. — Instituto de Cacau da Baía — 1939 — 10 páginas.

MONBEIG, Pierre — Algumas Observações sôbre Marília, Cidade Pioneira (E. de São Paulo) — (Separata da Revista do Arquivo N.º LXXVIII) — 23 x 16 cm. — Departamento de Cultura — São Paulo — 1941 — 228 páginas.

MONTENEGRO, J. Arthur — Fragmentos Históricos — Homens e Factos da Guerra do Paraguai — (1.ª Série). Tipo. e Liv. Rio Grandense — Rio G. do Sul — 1900 — 114 páginas.

MONTENEGRO, J. Arthur — Guerra do Paraguai — Livraria Americana — Rio Grande 50 páginas.

MONTENEGRO, J. Arthur — Notas para a Carta Geográfica do Rio Grande do Sul — Livraria Americana — Rio Grande — 1895 — 59 páginas.

MONTEIRO, Afonso M. — Belmonte e a sua História — Sem indicação da casa impressora — Salvador — Baía — 1918 — 225 páginas.

MORAIS, Geraldo Dutra de — História de Conceição do Mato Dentro — 24 x 16 cm. — Biblioteca Mineira de Cultura — Belo Horizonte — 1942 — 285 páginas — Bandeirismo e descobrimentos — Comarca do Sêrro Frio — Igreja Matriz — Visitas Pastorais — Igreja do Senhor Bom Jesus de Matozinhos — Impressões de Viajantes Ilustres — Administração — Fragmentos Históricos — Escorço sôbre a História da Siderrurgia Brasileira.

MORAIS, J. A. Leite (Dr.) — Apontamentos de Viagem — Tip. da Gazeta do Povo — São Paulo — 1883 — 273 páginas.

MORAIS, Raimundo — A margem do Livro de Agassiz — 18 x 12 cm. — Cia. Melhoramentos de S. Paulo — 217 páginas.

MORAIS, Raimundo — Resuscitados — 18 x 12 cm. — Comp. Melhoramentos de S. Paulo — São Paulo — 318 páginas.

MOURA BRASIL, D. — Exaltação do Estado Novo (Ensaio de Geopolítica) 24 x 16 cm. — Gráfica Tupan Ltda. — Rio de Janeiro — 1941 — 45 páginas.

MOURA, José Abranches de — Estudos de Climatología — A Friagem — Empresa Gráfica Amazônia — Belêm — Pará — 1938 — 15 páginas.

MUNICÍPIO DE LAGOA VERMELHA — Estado do Rio Grande do Sul — Lei de Orçamento para o exercício de 1941 — 23 x 16 cm. — Livraria Globo — Pôrto Alegre — 1941 — 48 páginas.

MUNICÍPIO DO SALVADOR. — Estado da Baía — Decreto-lei n.º 48, de 14 de novembro de 1941 — (Orça a receita e fixa a despêsa do Mun. para o exercício de 1942) — 23 x 16 cm. — Indicador Baiano — Salvador — Baía — 1941 — 38 páginas.

N. BORN, José — Biguassú — Noticia Estatástico-Descritiva — 24 x 17 cm. Departamento Estadual de Estatística — Florianópolis — 1941 — 57 páginas — Posição, configuração, confrontações e limites — Divisão, superfície e população — Origem do Povoamento, evolução social e política — A sede municipal — Situação física — Situação Econômica — Situação social — Situação cultural — Situação administrativa e Política.

O serviço central de documentação geográfica do Conselho Nacional de Geografia é completo, compreendendo Biblioteca, Mapoteca, Fototeca e Arquivo Corográfico, destinando-se êste à guarda de documentos que sejam inéditos e artigos de jornais. Envie ao Conselho qualquer documento que possuir sôbre o território brasileiro.

Leis e Resoluções

Legislação federal

Ementário dos decretos-leis baixados nos meses de abril a maio de 1943

ABRIL

Decreto-lei n.º 5 366, de 1 de Abril de 1943. Abre ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 9 500 000,00 para ocorrer a despesas de obras e outras.

(Publicado no "Diário Oficial" de 3 de abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 367, de 1 de Abril de 1943. Cria o 3.º Batalhão de Engenharia com séde em Pôrto Alegre.

(Publicado no "Diário Oficial" de 3 de abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 368, de 1 de abril de 1943. Extingue a faculdade de cobrança de impostos interestaduais.

(Publicado no "Diário Oficial" de 3 de abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 369, de 1 de Abril de 1943. Altera, enquanto durar o estado de beligerância, a cobrança da taxa de armazenagem interna, nos portos do país.

(Publicado no "Diário Oficial" de 3 de abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 370, de 2 de Abril de 1943. Cria o 13.º Grupo Movel de Artilharia de Costa na 1.º Região Militar.

(Publicado no "Diário Oficial" de 5 de abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 371, de 2 de Abril de 1943. Cria o Estabelecimento de Subsistência da 10.ª Região Militar.

(Publicado no "Diário Oficial" de 5 de abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 372, de 2 de Abril de 1943. Abre, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de 250.000 cruzeiros para pagamento de auxílio especial e de indenizações.

(Publicado no "Diário Oficial" de 5 de abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 373, de 2 de Abril de 1943. Autoriza operações de crédito entre o Tesouro Nacional e o Banco do Brasil, para liquidação das contas do exercício de 1942. (Publicado no "Diário Oficial" de 5 de abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 374, de 5 de Abril de 1943. Abre. ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 20 000 000,00 para prosseguimento e conclusão das Obras da variante São João, na Rêde Viação Paraná-Santa Catarina.

(Publicado no "Diário Oficial" de 7 de abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 375, de 5 de Abril de 1943. Modifica a composição e a tolerância na liga e no peso das moedas de 10, 20 e 50 centavos. (Publicado no "Diário Oficial" de 7 de abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 376, de 5 de Abril de 1943. Dispõe sobre serviço telegráfico externo das forças expedicionárias das Nações Unidas. (Publicado no "Diário Oficial" de 7 de abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 377, de 5 de Abril de 1943. Eleva padrão de vencimento extinto no Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências.

(Publicado no "Diário Oficial" de 7 de abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 378, de 5 de Abril de 1943. Aprova o Convênio de Intercâmbio Cultural entre o Brasil e a Colômbia, firmado no Rio de Janeiro, a 14 de outubro de 1941. (Publicado no "Diário Oficial" de 8 de abril de 1943)

Decreto-lei n.º 5 379, de 6 de Abril de 1943. Concede acréscimo de vencimentos aos tenentes-coronéis do Corpo de Bombeiros.

(Publicado no "Diário Oficial" de 8 de abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 380, de 6 de Abril de 1943. Auto-iza a Fundação Osório a ceder à Prefeitura do Distrito Federal a área de terreno neces-ária ao alinhamento da rua Paula Ramos.

(Publicado no "Diário Oficial" de 8 de abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 381, de 7 de Abril de 1943. Aprova acordo firmado entre a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (S.A.V.A.) e a Rubber Development Corporation.

(Publicado no "Diário Oficial" de 9 de abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 382, de 7 de Abril de 1943. Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1 333,30, para pagamento de gratificação de magistério.

(Publicado no "Diário Oficial" de 9 de abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 383, de 8 de Abril de 1943. Modifica o decreto-lei n.º 4 529, de 30 de julho de 1942.

(Públicado no "Diário Oficial" de 10 de abril de 1943.

Decreto-lei n.º 5 384, de 8 de Abril de 1943. Dispõe sôbre os beneficiários do seguro de vida.

(Publicado no "Diário Oficial" de 10 de abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 385, de 8 de Abril de 1943. Cria a graduação de alunos intendentes de Aeronáutica e dá outras providências.

(Publicado no "Diário Oficial" de 10 de abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 386, de 9 de Abril de 1943. Transfere de Curitiba para Pôrto União, na 5.ª Região Militar, a séde do 5.º Batalhão de Engenharia.

(Publicado no "Diário Oficial" de 12 de abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 387, de 9 de Abril de 1943. Cria função gratificada no Domínio da União e dá outras providências.

(Publicado no "Diário Oficial" de 12 de abril de 1943).

- Decreto-lei n.º 5 388, de 12 de Abril de 1943. Lei de organização dos quadros e efetivos do Exercito — Atualiza disposições contidas no decreto-lei n.º 556 de 12 de julho de 1938. (Publicado no "Diário Oficial" de 16 de Abril de 1943)
- Decreto-lei n.º 5 389, de 12 de Abril de 1943. Introduz alterações no Quadro III — Departamento dos Correios e Telégrafos do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências.

(Publicado no "Diário Oficial" de 19 de abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 390, de 12 de Abril de 1943. Autoriza a alienação de imóvel pertencente à União.

(Publicado no "Diário Oficial" de 14 de abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 391, de 12 de Abril de 1943. Transforma cargos da carreira de Auxiliar de Ensino do Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências.

(Publicado no "Diário Oficial" de 15 de abril de 1943.

Decreto-lei n.º 5 392, de 12 de Abril de 1943. Altera a carreira de Dactilografo dos Ministérios da Aeronáutica, Agricultura, Justiça e Negocios do Interior, Relações Exteriores, Educação e Saúde do Departamento Administrativo do Serviço Público e dá outras providências.

(Publicado no "Diário Oficial" de 28 de abril de 1943)

Decreto-lei n.º 5 393, de 17 de Abril de 1943. Altera carreiras nos Ministérios da Educação e Saude, Fazenda, Guerra, Justiça e Negócios Interiores e Marinha e dá outras providências.

(Publicado no "Diário Oficial" de 17 de Abril de 1943.

Decreto-lei n.º 5 394, de 12 de Abril de 1943. Cria funções gratificadas no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura e dá outras providências.

(Publicado no "Diário Oficial" de 16 de Abril de 1943).

- Decreto-lei n.º 5 395, de 17 de Abril de 1943. Altera as tabelas do extinto Quadro IV — Estrada de Ferro Noroeste do Brasil — do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências.
 - , (Publicado no "Diário Oficial" de 17 de Abril de 1943).
- Decreto-lei n.º 5 396, de 12 de Abril de 1943. Introduz modificações no Quadro Permanente do Ministério da Aeronáutica e dá outras providências.

(Publicado no "Diário Oficial "de 7 de Maio de 1943).

- Decreto-lei n.º 5 397, de 12 de Abril de 1943. Altera o Quadro VIII — Estrada de Ferro São Luiz-Terezina, do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências. (Publicado no "Diário Oficial" de 30 de Abril de 1943).
- Decreto-lei n.º 5 398, de 13 de Abril de 1943. Abre ao Ministério da Aeronáutica crédito suplementar e dá outras providências.

(Publicado no "Diário Oficial" de 16 de Abril de 1943).

- Decreto-lei n.º 5 399, de 13 de Abril de 1943. Cria função gratificada no Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências. (Publicado no "Diário Oficial de 16 de Abril de 1943)
- Decreto-lei n.º 5 400, de 13 de Abril de 1943. Cria cargos no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, e dá outras providências. (Publicado no "Diário Oficial" de 16 de Abril de 1943).
- Decreto-lei n.º 5 401, de 13 de abril de 1943. Altera o decreto-lei n.º 2 035, de 27 de fevereiro de 1940, que dispõe sôbre a Justiça do Distrito Federal.

(Publicado no "Diário Oficial" de 17 de Ábril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 402, de 13 de abril de 1943.
Exclue das disposições do decreto-lei n.º 2 803, de 21 de Novembro de 1940, os terrenos que menciona: transfere, gratuita e
condicionalmente, o seu domínio útil à
sociedade civil "Faculdades Católicas", com
séde no Distrito Federal, e dá outras providências.

(Publicado no "Diário Oficial" de 16 de Abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 403, de 13 de Abril de 1943. Aprova acôrdo firmado entre a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA) e a Rubber Development Corporation.

(Publicado no "Diário Oficial" de 16 de Abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 404, de 13 de Abril de 1943. Modifica o decreto-lei n.º 5 162, de 31 de Dezembro de 1942.

(Publicado no "Diário Oficial" de 15 de Abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 405, de 13 de Abril de 1943. Reguamenta o decreto-lei n.º 3 326 de 3 de Junho de 1941, consolida as disposições regulamentares relativas ao transporte de correspondência e malas postais e dá outras providências.

(Publicado no "Diário Oficial" de 17 de Abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 406, de 14 de Abril de 1943. Modifica o imposto de faróis, altera a concessão de regalias de paquete, e dá outras providências.

(Publicado no "Diário Oficial" de 16 de Abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 407, de 14 de Abril de 1943. Autoriza a Comissão Executiva dos Produtos de Mandioca a contratar operações de crédito com o Banco do Brasil.

(Publicado no "Diário Oficial" de 16 de Abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 408, de 14 de abril de 1943. Cria, junto à futura sede da Escola Nacional de Agronomia, no km. 47 da rodovia Rio-São Paulo, um Aprendizado Agrícola suborainado à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura,

(Publicado no "Diário Oficial" de 16 de Abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 409, de 14 de Abril de 1943. Cria, no local denominado São Vicente, mucipio de Culabá, Estado de Mato Grosso, um Aprendizado Agrícola, subordinado à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura.

(Publicado no "Diário Oficial" de 16 de Abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 410, de 15 de Abril de 1943. Altera o Regulamento da Ordem dos Advogados do Brasil.

(Publicado no "Diário Oficial" de 17 de Abril de 1943).

- Decreto-lei .nº 5 411, de 15 de Abril de 1943. Autoriza a permuta do imóvel pertencente au Clube de Regatas Santista, com terreno coado ao Ministério da Marinha, em Santos. (Publicado no "Diário Oficial" de 17 de Abril de 1943).
- Decreto-lei n.º 5 412, de 16 de Abril de 1943. Dispõe sôbre o processo e julgamento do crime de deserção definido no decreto-lei n.º 4 937, de 9 de Novembro de 1942.

(Publicado no "Diário Oficial" de 19 de Abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 413, de 16 de Abril de 1943. Manda aplicar aos desertores primários do Exército disposições do artigo 271 do Código a Justiça Militar.

(Publicado no "Diário Oficial" de 19 de Abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 414, de 16 de abril de 1943. Altera o Orçamento Analítico do Ministério ca Guerra, sem aumento de despesas.

(Publicado no "Diário Oficial" de 19 de Abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 415, de 16 de Abril de 1943. Modifica o art. 13 do Regulamento das Caixas Econômicas Federais, baixado com o decreto n.º 24 427, de 19 de Junho de 1934, e dá outras providências.

(Publicado no "Diário Oficial" de 19 de Abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 416, de 16 de Abril de 1943. Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 7 838,70, para atender a pagamento de vencimentos.

(Publicado no "Diário Oficial" de 19 de Abril de 1943). Decreto-lei n.º 5 417, de 16 de Abril de 1943. Dispõe sobre classificação de águas públicas em conformidade com o disposto no art. 5.º, §§ 1.º e ?.º, do decreto-lei n.º 2 281, de 5 de Junho de 1940.

(Publicado no "Diário Oficial" de 19 de Abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 418, de 16 de Abril de 1943. Abre, ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 41 200,00 para pagamento de contribuïções devidas ao Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários,

(Publicado no "Diário Oficial de 19 de Abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 419, de 22 de Abril de 1943. Altera a redação do artigo 165 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares da Armada.

(Publicado no "Diário Oficial" de 26 de Abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 420, de 22 de Abril de 1943. Dispõe sôbre a designação de vogais e suplentes de Junta de Conciliação e Julgamento, nas localidades em que não há sindicato, e dá outras providências.

(Publicado no "Diário Oficial" de 26 de Abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 421, de 22 de Abril de 1943.

Transfere ao Ministério da Agricultura a execução dos serviços de limpeza e desinfeção de vagões e outros veículos de qualquer natureza utilizados no transporte de animais vivos.

(Publicado no "Diário Oficial" de 26 de Abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 422, de 22 de Abril de 1943. Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Crs 6 460 672,20 para despesas a cargo da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina.

(Publicado no "Diário Oficial "de 26 de Abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 423, de 26 de Abril de 1943. Dispõe sôbre a aposentadoria de Gentil Tristão Norberto.

(Publicado no "Diário Oficial" de 28 de Abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 424, de 26 de Abril de 1943. Dispõe sobre a distribuição e aplicação de dotação orçamentária destinada a despesas de representação, excursões, hospedagens e homenagens.

(Publicado no "Diário Oficial" de 28 de Abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 425, de 27 de Abril de 1943. Modifica o quadro de distribuïção dos agentes fiscais do imposto de consumo.

(Publicado no "Diário Oficial" de 28 de Abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 426, de 27 de Abril de 1943. Altera a redação de disposições dos decretus-leis ns. 5 030, 5 031 e 5 032, de 4 de dezembro de 1942, e dá outras providências. (Publicado no "Diário Oficial" de 29 de

Abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 427, de 27 de Abril de 1943. Dispõe sôbre a aposentadoria de Manuel Francisco Freire.

(Publicado no "Diário Oficial" de 29 de Abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 428, de 27 de Abril de 1943. Estabelece o controle da Indústria nacional de artefatos de borracha, e dá outras providências.

(Publicado no "Diário Oficial" de 29 de Abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 429, de 27 de Abril de 1943. Dispõe sõbre a exclusão de dirigentes de sociedades inútuas de seguros de vida do âmbito da legislação do trabalho.

(Publicado no "Diário Oficial" de 29 de Abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 430, de 28 de Abril de 1943. Dispõe sóbre comissionamento de oficiais do Exército em posto superior e dá outras providências.

(Publicado no "Diário Oficial" de 30 de Abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 431, de 28 de Abril de 1943. Dispõe sébre gratificação ao Comandante do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. (Publicado no "Diário Oficial" de 30 de Abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 432, de 29 de Abril de 1943. Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas. o crédito suplementar de Cr\$ 100 000,00 a verba que especifica.

(Publicado no "Diário Oficial" de 3 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 433, de 29 de Abril de 1943. Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de Cr\$ 40 827,40 à verba que específica.

(Publicado no "Diário Oficial" de 3 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 434, de 29 de Abril de 1943. Abre, ao Min'stério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 5 000 000,00 pera pressegulmento de obras a cargo da Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas.

(Publicado no "Diário Oficial" de 3 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 435, de 29 de Abril de 1943. Altera o art. 1.º do decreto-lei n.º 5 244, de 11 de Fevereiro de 1943.

(Publicado no "Diário Oficial" de 3 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 436, de 30 de Abril de 1943. Dispõe scbre a carreira de agente fiscal do imposto de consumo e dá outras providências.

(Publicado no "Diário Oficial" de 30 de Abril de 1943).

Decreto-lei n.º 5 437, de 30 de abril de 1943. Dispõe sôbre o Registro de Despesas e dá outras providências.

(Publicado no "Diário Oficial" de 4 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 438, de 30 de Abril de 1943. Dispõe sôbre o registro "ex-ofício" de estrangeiros.

(Publicado no "Diário Oficial" de 4 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 439, de 30 de Abril de 1943. Revoga o § 3.º do art. 52 do decreto-lei n.º 3 070. de 20 de Fevereiro de 1941. (Publicado no "Diário Oficial" de 4 de maio de 1943. Decreto-lei n.º 5 440, de 30 de Abril de 1943. Transfere gratuitamnte à Fundação Darcí Vargas o domínio útil de terrenos acrescidos da marinha, situados na Capital Federal, e dá outras providências.

(Publicado no "Diário Oficial" de 4 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 441, de 30 de abril de 1943. Transfere gratuitamente à Fundação Darcí Vargas, para a instalação da Cidade das Meninas, o domínio pleno de terras, que menciona, situadas no Município de Nova Iguassú, no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

(Publicado no "Diário Oficial" de 4 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 442, de 30 de Abril de 1943. Dispõe sobre o registo de professores no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

(Publicado no "Diário Oficial" de 4 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 443, de 30 de abril de 1943. Modifica a estrutura administrativa do Serviço de Alimentação da Previdência Social. (Publicado no "Diário Oficial" de 4 de maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 444, de 30 de Abril de 1943. Dispõe sôbre promoção de Aspirantes Intendentes do Exército.

(Publicado no "Diário Oficial" de 4 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5.445, de 30 de Abril de 1943. Cria o 1.º Agrupamento de Artilharia de Costa da 2.ª Região Militar.

(Publicado no "Diário Oficial" de 4 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 446, de 30 de Abril de 1943. Cria a 4.º Companhia Regional no Corpo de Fuzileiros Navais. (Publicado no "Diário Oficial" de 4 de

Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 447, de 30 de Maio de 1943.

Dispõe sôbre o emprego, nas fábricas de fiação e tecidos, da fécula ou amido de mandioca.

(Publicado no "Diário Oficial" de 4 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 448, de 30 de Abril de 1943. Cria uma taxa especial para os requerimentos de retificação de nacionalidade em carteiras de identidade para estrangeiros. (Publicado no "Diário Oficial" de 4 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 449, de 30 de Abril de 1943. Prorroga o mandato dos atuais membros da Justiça do Trabalho, até a posse dos novos designados.

(Publicado no "Diário Oficial" de 3 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 450, de 30 de Abril de 1943. Altera, sem aumento de despesa, o atual orçamento do Ministério da Fazenda.

(Publicado no "Diário Oficial" de 5 de maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 451, de 30 de Abril de 1943. Modifica o decreto-lei n.º 4 812, de 8 de Outubro de 1942 e o decreto-lei n.º 5 275, de 24 de fevereiro de 1943. Publicado no "Diário Oficial" de 5 de

Maio de 1943).

MAIO

Decreto-lei n.º 5 453, de 3 de Maio de 1943. Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 340 995,10 para cobertura do "deficit" verificado no exercício de 1942 na exploração dos serviços da "Companhia Italiana dei Cavi Telegrafici Sottomarini".

(Publicado no "Diário Oficial" de 5 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 454, de 3 de Maio de 1943. Altera o enunciado da dotação que especifica.

(Publicado no "Diário Oficial" de 5 de Maio de 1943).

- Decreto-lei n.º 5 455, de 3 de Maio de 1943. Modifica o decreto-lei n.º 986, de 27 de dezembro de 1938, e dá outras providências. (Publicado no "Diário Oficial" de 5 de Maio de 1943).
- Decreto-lei n.º 5 456, de 3 de Maio de 1943. Concede a Olímpia dos Santos uma pensão em virtude do acidente fatal sofrido por seu filho, soldado do Exército, José dos Santos. (Publicado no "Diário Oficial de 5 de Maio de 1943).
- Decreto-lei n.º 5 457, de 3 de Maio de 1943. Conta antiguidade de posto.

(Publicado no "Diário Oficial" de 5 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 458, de 5 de Maio de 1943. Declara inexistente a dívida de guerra do Paragual para com o Brasil.

(Publicado no "Diário Oficial" de 5 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 459, de 5 de Maio de 1943.

Abre, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$
670 000,00 para as despesas relacionadas com a instalação, no exterior, de novos escritórios de propaganda e expansão comercial do Brasil.

(Publicado no "Diário Oficial" de 5 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 460, de 5 de Maio de 1943. Organiza a administração do Porto de Laguna e dá outras providências.

(Publicado no "Diário Oficial" de 7 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 461, de 5 de Maio de 1943. Abre, ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 8 000 000,00 para pagamento da segunda prestação de ações da Companha Vale do Rio Doce S. A.

(Publicado no "Diário Oficial" de 7 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 462, de 5 de Maio de 1943. Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 10 181 480,00 para atender a despesas de desapropriação.

(Publicado no "Diário Oficial" de 7 de Maio de 1943) .

Decreto-lei n.º 5 463, de 6 de Maio de 1943. Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1 148,30 para pagamento de gratificação de magistério.

(Publicado no "Diário Oficial" de 8 de Maio de 1943). Decreto-lei n.º 5 464, de 7 de Maio de 1943. Modifica o art. 135 do Código Nacional de Trânsito.

(Publicado no "Diário Oficial" de 10 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 465, de 7 de Maio de 1943. Cria cargo no Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências.

(Publicado no "Diário Oficial de 10 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 466, de 7 de Maio de 1943. Dispõe sôbre a aplicação de crédito especial aberto ao Ministério das Relações Exteriores pelo decreto-lei n.º 5 231, de 5 de Fevereiro de 1943.

(Publicado no "Diário Oficial" de 10 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 467, de 7 de Maio de 1943.

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 26 500,00 para pagamento de contribuïção ao Instituto Internacional Americano de Proteção à Infancia.

(Publicado no "Diário Oficial" de 10 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 468, de 7 de Abril de 1943. Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 57 125,00 para classificação de despesa.

(Publicado no "Diário Oficial" de 10 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 469, de 7 de Maio de 1943. Abre, ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 749 526,00 para obras de reforma no edificio da Delegacia Fiscal do Tezouro Nacional no Estado do Rio Grande do Sul.

(Publicado no "Diário Oficial" de 10 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 470, de 7 de Maio de 1943. Abre, ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 286 607.80 para obras de reparo e conservação do edifício da Alfândega da cidade do Rio Grande.

(Publicado no "Diário Oficial" de 10 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 471, de 10 de Maio de 1943. Autoriza a incorporação da Estrada de Ferro Jacuí à Rêde de Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul, e dá outras providências. (Publicado no "Diário Oficial" de 12 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 472, de 11 de Maio de 1943. Altera a redação do art. 102, do decreto-lei n.º 2 035, de 27 de Fevereiro de 1940, e dá outras providências.

(Publicado no "Diário Oficial" de 13 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 473, de 11 de Maio de 1943. Institue o salário adicional para indústria e dá outras providências.

(Publicado no "Diário Oficial" de 13 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 474, de 11 de Maio de 1943. Dispõe sôbre as atribuïções dos porteiros de auditórios no Distrito Federal.

(Publicado no "Diário Oficial" de 13 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 475, de 11 de Maio de 1943. Regula a colocação das Obrigações de Guerra, e dá outras providências.

(Publicado no "Diário Oficial" de 13 de Maio de 1943).

- Decreto-lei n.º 5 476, de 11 de Maio de 1943.

 Aprova o acordo firmado entre a Comissão de Controle dos Acordos de Washington e o Govérno do Estado de Mato Grosso, o Banco de Crédito da Borracha S. A. e a Rubber Development Corporation.

 (Publicado no "Diário Oficial" de 13 de Maio de 1943).
- Decreto-lei n.º 5 477, de 12 de Maio de 1943. Transfere para o Serviço de Proteção aos Indios dotação orçamentária que especifica. (Publicado no "Diário Oficial" de 14 de Maio de 1943).
- Decreto-leí n.º 5 478, de 12 de Maio de 1943. Modifica o art. 20 e seus paragrafos do Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal baixado com o decreto n.º 24 114 de 12 de Abril de 1934.

(Publicado no "Diário Oficial" de 14 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 479, de 12 de Maio de 1943. Isenta de custas taxas e emolumentos as certidões e justificações para habilitação dos herdeiros de praças à pensão instituida pelos decretos-leis nos. 4 819, de 8 de Outubro de 1942 e 4 839 de 16 de Outubro de 1942.

(Publicado no "Diário Oficial" de 14 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 480, de 13 de Maio de 1943. Institue o curso de jornalismo no sistema de ensino superior do país, e dá outras providências.

(Publicado no "Diário Oficial" de 20 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 481, de 13 de Maio de 1943. Regula o pagamento do consumo dágua de exercício em atraso, dos prédios situados na vila proletária Marechal Hermes, de propriedade do Instituto de Pensões e Aposentadoria dos Servidores do Estado.

(Publicado no "Diário Oficial" de 15 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 482, de 13 de Maio de 1943. Altera a carreira de Inspetor de Imigração do Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e dá outras providências.

(Publicado no "Diário Oficial" de 15 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 483, de 11 de Maio de 1943. Revoga o decreto-lei n.º 5 472 de 11 de Maio de 1943.

(Publicado no "Diário Oficial de 14 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 484, de 14 de Maio de 1943. Dispõe sôbre promoções de oficiais do Exército.

(Publicado no "Diário Oficial" de 17 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 485, de 14 de Maio de 1943. Dispõe sôbre promoção dos oficiais da Reserva de 2.ª Classe convocados para o serviço ativo a partir de 1 de Janeiro de 1942. (Publicado no "Diário Oficial" de 17 de Maio de 1943). Decreto-lei n.º 5 486, de 14 de Maio de 1943. Faculta a revenda do trigo nacional adquirido na forma do decreto-lei n.º 4 953, de 13-11-942.

(Publicado no "Diário Oficial" de 17 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 487, de 14 de Maio de 1943. Prorroga o mandato dos atuais membros do Conselho Fiscal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários.

(Publicado no "Diário Oficial" de 17 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 488, de 17 de Maio de 1943. Extingue a ala moto-mecanizada do 7.º Regimento de Cavalaria Divisionária, com séde em Recife.

(Publicado no "Diário Oficial" de 19 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 489, de 17 de Maio de 1943. Extingue o 2.º Regimento Auto-Metralhadoras de Divisão de Cavalaria, com séde em Uruguaiana.

(Publicado no "Diário Oficial" de 19 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 490, de 17 de Maio de 1943. Extingue o 3.º Regimento Auto-Metralhadoras de Divisão de Cavalaria, com séde em -Bagé.

(Publicado no "Diário Oficial" de 19 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 491, de 17 de Maio de 1943. Cria o 7.º Grupo Moto-Mecanizado de Reconhecimento, com séde em Recife.

(Publicado no "Diário Oficial" de 19 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 492, de 17 de Maio de 1943. Cria o 2.º Regimento Moto-Mecanizado, com séde em Uruguaiana.

(Publicado no "Diário Oficial" de 19 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 493, de 17 de Maio de 1943. Cria o 3.º Regimento Moto-Mecanizado, com séde em Bagé.

(Publicado no "Diário Oficial" de 19 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 494, de 17 de Maio de 1943. Extingue a 1.ª Companhia de Engenhos, da 1.ª Divisão de Infantaria.

(Publicado no "Diário Oficial" de 19 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 495, de 17 de Maio de 1943. Extingue a 14.ª Companhia de Engenhos, da 14.ª Divisão de Infantaria.

(Publicado no "Diário Oficial de 19 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 496, de 17 de Maio de 1943. Extingue a 7.ª Companhia de Engenhos da 7.ª Divisão de Infantaria.

(Publicado no "Diário Oficial" de 19 de maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 497, de 17 de Maio de 1943. Cria o 1.º Batalhão de Engenhos, com séde na Capital Federal.

(Publicado no "Diário Oficial" de 19 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 498, de 17 de Maio de 1943. Cria o 7.º Batalhão de Engenhos, com séde em Recife.

(Publicado no "Diário Oficial" de 19 de Maio de 1943). Decreto-lei n.º 5 499, de 17 de Maio de 1943. Cria o 14.º Batalhão de Engenhos, com séde em Natal.

(Publicado no "Diário Oficial" de 19 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 500, de 17 de Maio de 1943. Cria o Esquadrão de Trem Motorizado do 3.º Corpo de Trem Mixto.

(Publicado no "Diário Oficial" de 19 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 501, de 18 de Maio de 1943. Autoriza a Rede de Viação a averbar consignações em folha de pagamento de seus servidores, em favor de sociedades cooperativas de consumo.

(Publicado no "Diário Oficial" de 20 de **M**aio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 502, de 18 de Maio de 1943. Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 515 000,000 para atender a despesas com o contrato de técnicos norte-americanos.

(Publicado no "Diário Oficial" de 20 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 503, de 19 de Maio de 1943.

Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 834,00 para pagamento de gratificação adicional,.

(Publicado no "Diário Oficial" de 21 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 504, de 20 de Maio de 1943. Cria a Corregedoria da Policia Civil do Distrito Federal.

(Publicado no "Diário Oficial" de 22 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 505, de 20 de Maio de 1943. Estabelece a forma de desconto das importâncias para subscrição compulsória das "Obrigações de Guerra", pelos segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, e dá outras providências.

(Publicado no "Diário Oficial" de 22 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 506, de 20 de Maio de 1943. Abre, ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 532 400,00, para atender às despesas com o funcionamento da Comissão de Defesa Econômica.

(Publicado no "Diário Oficial" de 22 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 507, de 20 de Maio de 1943. Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 10 000,00, à verba que especifica.

(Publicado no "Diário Oficial" de 22 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 508, de 20 de Maio de 1943. Abre, ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Crs 4 000,00 para despesas a cargo da Alfândega de Pelotas.

(Publicado no "Diário Oficial" de 22 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 509, de 20 de Maio de 1943. Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 46 100,00, para pagamento da vantagem que especifica.

(Publicado no "Diário Oficial" de 22 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 510, de 21 de Maio de 1943. Cria funções gratificadas de Diretor de Aprendizado Agrícola no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura e dá outras providências.

(Publicado no "Diário Oficial" de 24 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 511, de 21 de Maio de 1943. Altera e retifica disposições sôbre a administração dos Estados e dos municípios.

(Publicado no "Diário Oficial" de 24 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 512, de 21 de Maio de 1943. Dispõe sôbre a aposentadoria de Valdir Santana.

(Publicado no "Diário Oficial" de 24 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 513, de 24 de Maio de 1943. Autoriza o Estado da Baía a contratar, através do Instituto de Cacau da Baía, operações de crédito com o Banco do Brasil S. A. (Publicado no "Diário Oficial" de 26 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 514, de 24 de Maio de 1943. Aprova o "Acôrdo Financeiro" firmado com o Export-Import Bank of Washington, de que trata o decreto-lei n.º 4 824, de 12 de Outubro de 1942.

(Publicado no "Diário Oficial" de 26 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 515, de 24 de Maio de 1943. Estende aos oficiais e praças do Pelotão Independente de Fronteira de Cucuí a vantagem prevista nos arts. 134 e 140 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares do Exército.

(Publicado no "Diário Oficial" de 26 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 516, de 24 de Maio de 1943.
Estabelece, durante o estado de guerra, a obrigatoriedade do registo e a fiscalização das atividades e da organização de entidades objetivando assistência, orientação ou propaganda entre os trabalhadores e dá outras providências.

(Publicado no "Diário Oficial" de 26 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 517, de 24 de Maio de 1943. Cria funções gratificadas no Ministério da Aeronáutica e dá outras providências.

(Publicado no "Diário Oficial" de 26 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 518, de 25 de Maio de 1943. Prorroga o «prazo previsto no artigo 3.º do decreto-lei n.º 5 219, de 22 de Janeiro de 1943.

(Publicado no "Diário Oficial" de 27 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 519, de 25 de Maio de 1943. Cria o 8.º Grupo Movel de Artilharia de Costa, com séde na Capital Federal.

(Publicado no "Diário Oficial" de 27 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 520. de 25 de Maio de 1943.
Dispõe sõbre a concessão de diárias e pagamento de transporte aos membros dos Conselhos das Delegacias do Trabalho Marítimo.

(Publicado® no "Diário Oficial" de 27 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 521, de 27 de Maio de 1943. Extingue o Quadro M. do Corpo de Oficiais da Armada e dá outras providências. (Publicado no "Diário Oficial de 29 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 522, de 27 de Maio de 1943. Concede vantagem de quota adicional aos militares da Policia Militar do Distrito Federal.

(Publicado no "Diário Oficial de 29 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 523, de 28 de Maio de 1943. Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 18 390 937,00 para pagamento de notas de papel moeda.

(Publicado no "Diário Oficial" de 31 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 524, de 28 de Maio de 1943. Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 24 415,60 para construção de um muro.

(Publicado no "Diário Oficial" de 31 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 525, de 28 de Maio de 1943. Cria uma coletoria Federal no Município de Pontal no Estado de São Paulo e dá outras providências.

(Publicado no "Diário Oficial" de 31 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 526, de 28 de Maio de 1943. Cria uma coletoria Federal no município de Pirapetinga no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

(Publicado no "Diário Oficial" de 31 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 527, de 28 de Maio de 1943. Dispõe sôbre o vencimento, remuneração e salário do pessoal que indica.

(Publicado no "Diário Oficial de 31 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 528, de 28 de Maio de 1943. Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 60 000,000 para as despesas decorrentes da reunião de delegados dos Tribunais de Apelação do País.

(Publicado no "Diário Oficial de 31 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 529, de 28 de Maio de 1943. Abre pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 45 200,00 para atender a despesa com pessoal extranumerário na Comissão Central de Requisições.

(Publicado no "Diário Oficial de 31 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 530, de 28 de Maio de 1943. Dá nova redação ao decreto-lei n.º 5 030 de 4 de dezembro de 1942.

(Publicado no "Diário Oficial de 31 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 531, de 28 de Maio de 1943. Dá nova redação ao decreto-lei n.º 5 031 de 4 de Dezembro de 1942.

(Publicado no "Diário Oficial" de 31 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 532, de 28 de Maio de 1943. Dá nova redação ao decreto-lei n.º 5 032 de 4 de Dezembro de 1943.

(Publicado no "Diário Oficial" de 31 de Maio de 1943),

Decreto-lei nº. 5 533, de 28 de Maio de 1943. Cria uma coletoria Federal no município de Itamonte no Estado de Minas Gerals e dá outras providências.

(Publicado no "Diário Oficial" de 31 de Maio de 1943).

Decreto-lei n.º 5 534, de 31 de Maio de 1943. Cria função gratificada no Ministério da Fazenda e dá outras providências.

(Publicado no "Diário Oficial" de 2 de Junho de 1943).

Decreto-lei n.º 5 535, de 31 de Maio de 1943. Cria função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.

(Publicado no "Diário Oficia" de 2 de Junho de 1943).

Integra da legislação de interêsse geográfico

Decretos-leis

Decreto-lei n.º 5 241, de 11 de Fevereiro de 1943

Modifica, dando-lhe nova redação, o art. 4.º do decreto-lei n.º 4 081, de 3 de Fevereiro de 1942.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituïção e, considerando a necessidade de que se efetuem com a devida regularidade os levantamentos de natureza estatística que permitam o real e oportuno conhecimento da indústria nacional, decreta:

Art. 1.º O art. 4.º do decreto- lei n.º 4 081, de 3 de fevereiro de 1942, passa a ter a seguinte redação: "As Fichas de Inscrição" e os "Boletins de Produção" devidamente preenchidos, serão devolvidos às repartições que os distribuiramente 20 de mão de Abril de codo nos buïram até 30 do mês de Abril de cada ano.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em con-

Rio de Janeiro, 11 de Fevereiro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alexandre Marcondes Filho. A. de Souza Costa. Eurico G. Dutra Henrique A. Guilhem. João de Mendonça Lima. Oswaldo Aranha. Apolonio Salles. Gustavo Capanema. J. P. Salgado Filho.

(D. O. de 13-2-943)

Decreto-lei n.º 5 315, de 11 de Março de 1943

Prorroga o prazo a que se rejere o art. 8.º do decreto-lei n.º 2 610, de 20 de Setembro de

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituïção, decreta:

1.º Fica prorrogado até 31 de Dezembro de 1943 o prazo a que se refere o art. 8.º do decreto-lei n.º 2 610, de 20 de Setembro de 1940.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de Março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Fernando Antunes.

(D. O. de 13-3-943)

Decreto-lei n.º 5 394, de 12 de Abril de 1943

Cria funções gratificadas no Quadro Perma-nente do Ministério da Agricultura e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuïção que lhe confere o artigo 180 da Constituïção, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura (Serviço de Proteção aos Índios), as seguintes funções gratificadas: Serviço de Proteção aos fndios (S.P.I.)

Chefe da Secção de Estudos (S.E.) (1) a

Chefe da Secção de Orientação e Fiscalização (S.O.F.) (1) a

Cr\$ 4.800,00 anuais Cr\$ 4.800,00 anuais

Chefe da Secção de Administração (S.A.) (1)

Cr\$ 3.600,00 anuais

Art. 2.º Para atender, no corrente exercício, ao pagamento da despesa prevista no artigo 1.º deste decreto-lei, fica aberto ao Ministério da Agricultura o crédito especial de

Cr\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos cruzeiros). Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor a partir de 1 de Abril de 1943, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de Abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolonio Salles. A. de Souza Costa.

(D. O. de 16-4-943)

Decreto-lei n.º 5 417, de 16 de Abril de 1943

Dispõe sôbre classificação de águas públicas em conformidade com o disposto no art. 5.º, §§ 1.º e 2.º, do decreto-lei n.º 2 281, de 5 de junho de 1940.

O Presidente da República, usando da atribuïção que lhe confere o artigo 180 da Constiturção, decreta:

Art. 1.º Para a discriminação a que se refere o § 1.º do art. 5.º do decreto-lei n.º 2 281, de 5 de Junho de 1940, bem como para a organização dos editais a que se refere o § 2.º do mesmo artigo, o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica baixará as necessárias instruções.

Parágrafo único. Essas instruções abran-gerão a retificação ou nova relação de editais anteriormente publicados.

Art. 2.º O presente decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as

disposições em contrário.
Rio de Janeiro, 16 de Abril de 1943, 122.º
da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolonio Salles.

(D. O. 19-4-943)

Decreto-lei n.º 5 477, de 12 de Maio de 1943

Transfere para o Serviço de Proteção aos Indios dotação orçamentária que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuïção que lhe confere o artigo 180 da Constituïção, decreta:

Artigo único. Fica transferida para o Serviço de Proteção aos índios a dotação de Cr\$ 400 000,00 (quatrocentos mil cruzeiros), referente a estudos etnográficos, atribuida, no corrente exercício, ao Conselho Nacional de Proteção aos índios e, consequentemente, retificado, pela forma que se segue, o Anexo 12 — Ministério da Agricultura — do Orçamento Geral da República, em vigor (decreto-lei n.º 5 120, de 19 de Dezembro de 1942):

VERBA 3 — SERVICOS E ENCARGOS

Consignação I — Diversos

S/c 17 - Expedições científicas

Onde se lê:

17 - Conselho Nacional de Proteção aos Índios Estudos etnográficos Cr\$ 400 000,00

Leia-se:

28 — Serviço de Proteção aos índios Estudos etnográficos Cr\$ 400 000,00

Rio de Janeiro, 12 de Maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolonio Salles. A. de Souza Costa.

(D. O. de 14-5-943)

Decretos

Decreto n.º 12 272, de 16 de Abril de 1943

Estabelece normas para os livros do Registo de Aguas Públicas, criado pelo decreto-lei n.º 2 281, de 5 de Junho de 1940, e para as respectivas inscrições.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 74, letra a, da

Contituição, decreta:
Art. 1.º O Registro de Águas Públicas, criado pelo art. 5.º do decreto-lei n.º 2 281, de 5 de Junho de 1940, conterá a transcrição dos decretos que nele mandem incluir as referidas águas.

Art. 2.º Os livros do Registo de Águas Públicas e as respectivas inscrições obdecerão às

normas seguintes:

a) tais livros terão uma só série, não se interrompendo os números de inscrição das águas ao fim de cada volume, mas continuando indefinidamente:

b) cada volume terá termo de abertura, números, rubrica e termo de encerramento fei-tos pelo Diretor Geral do Departamento Nacional da Produção Mineral;

as inscrições diferentes serão separa-

das por uma linha de intervalo;
d) as averbações far-se-ão à margem dos
assentamentos ou, quando não houver espaço
no livro corrente, com auxílio de notas e re-

Art. 3.º Para facilitar as buscas, a Divisão de Águas manterá fichários das águas em ordem alfabética, grupados segundo os dominan-

tes e segundo as bacias hidrográficas. Art. 4.º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de Abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolonio Salles.

(D. O. de 19-4-943)

Decreto n.º 12 318, de 27 de Abril de 1943

Modifica o Regimento do Serviço de Proteção aos Índios.

O Presidente da República, usando da atribuïção que lhe confere e artigo 74, alínea a, da Constituïção, decreta:

Art. 1.º Passa a ter a seguinte redação a alínea n do art. 1.º do Regimento do Serviço de Proteção aos Índios, aprovado pelo decreto n.º 10 652, de 16 de Outubro de 1942:

"efetuar o levantamento da estatística geral das populações indígenas e dar ao Conselho Nacional de Proteção aos Índios cooperação no estudo e investigação das origens, linguas, ritos, tradições, hábitos e costumes do índio brasileiro".

Art. 2.º Fica redigido do seguinte modo o artigo 8.º do mesmo Regimento:

"Art. 8.º A S. E. compete:

- a) estudar, sob o ponto de vista geo-gráfico e econômico, as regiões habitadas por índios e fazer levantamentos estatísticos das populações indígenas, classificando-as por agrupamentos linguísticos ou culturais, bem como pela respectiva distribuïção pelos Postos;
- b) realizar trabalhos fotográficos, cinematográficos, gravação de discos e cinematografia sonora, não só para documentação como para estudos etnográficos:

c) estudar e solucionar questões relativas a terras do índio:

d)estudar, permanentemente, o processo de assistência ao índio;

e) estudar e projetar o tipo de habitação a ser construida para o índio;

) manter um museu na sede e mostruários nas Inspetorias com artefatos, filmes cinematográficos, gravações sonoras e documentação fotográfica sôbre o índio e sôbre as realizações que em seu benefício sejam levadas a efeito pelo S.P.I.;

promover a divulgação dos vários aspectos da vida indígena, através de confe-rências ilustradas e exposições, despertando o interesse do público pelo índio;

h) cooperar com as universidades e co-légios, fornecendo documentação e material

ilustrativo para o ensino;

guardar e conservar livros, mapas e publicações, mantendo os registos e catálogos necessários; e

j) manter arquivo de projetos ou plantas de construção de casas para indios, estradas, ponte e outras obras executadas".

Art. 3.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de Abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS. Apolonio Salles.

(D. O. 29-4-943)

Decreto n.º 12 317, de 27 de Abril de 1943

Aprova o Regimento do Conselho Nacional de Proteção aos Indios

O Presidente da República, usando da atribuïção que lhe confere o artigo 74, alínea a,

da Constituição, decreta: Art. 1.º Fica aprovado o Regimento do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (C. N.P. I.), que com este baixa, assinado pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura.

Art. 2.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de Abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolonio Salles.

(D. O. de 29-4-943).

Decreto n.º 12 417, de 12 de Maio de 1943

Cria a Colônia Agrícola Nacional "General Osorio", no Estado do Paraná

O Presidente da República, usando da atribuïção que lhe confere o artigo 74, alína a, da Constituição, e na conformidade do disposto no decreto-lei n.º 3 059, de 14 de Fevereiro de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica criada a Colônia Agrícola Nacional "General Osório", no Estado do Paraná, na faixa de 60 quilômetros da fronteira, na região Barração — Santo Antonio, em terras a serem demarcadas pela Divisão de Terras e Colonização, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura. Parágrafo único. A área a ser demarcada não será inferior a 300 000 hectares.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Ric de Janeiro, 12 de Maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Apolonio Salles.

(D. O. de 14-5-943)

Portarias, exposições de motivos e outras decisões

COORDENAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO ECONÔMICA

Portaria n.º 46, de 1 de Abril de 1943

Cria a Comissão de Recenseamento dos Con-sumidores no Distrito Federal.

O coordenador da Mobilização Econômica, usando das atribuïções que lhe confere o de-creto-lei n.º 4 750, de 28 de Setembro de 1942, e Considerando a necesidade de levantar o cadastro da população consumidora do Distrito

Federal:

Considerando a situação decorrente da guerra, e que, a cada momento, poderá ser imposta uma restrição no consumo de gêneros alimenti-

Considerando ainda o interêsse que existe para a população de se amparar de preferência as crianças no caso de restrição de consumo de gêneros de alimentação;

Resolve:

Art. 1.º Cria a Comisão de Recenseamento dos Consumidores, composta de 3 membros nomeados pelo coordenador da Mobilização Econômica.

Art. 2.º Caberá à Comissão:
a) Levantar o cadastro dos consumidores no Distrito Federal.

b) Fixar as unidades de consumo de acordo com o produto que tiver de ser racionado.
c) Propor ao coordenador as medidas que se tornarem necessárias para regulamentar a maneira de se proceder o racionamento de gêneros alimentícios. - João Alberto.

(D. O. de 2-4-943)

Instruções n.º 3

De ordem do coordenador da Mobilização Econômica, o assistente responsável pelo Setor Preços, usando das atribuïções que lhe confere a Portaria n.º 30, de 30 de Novembro de 1942,

Resolve:

1.º) Para anular os efeitos do prêmio do transporte e facilitar às Comissões Estaduais de Preços a revisão das tabelas municipais deverá cada Estado, de acordo com sua extensão geográfica e seu desenvolvimento econômico, ser dividido em "zonas econômicas", englobando em cada uma determinado número de Municípios.

Parágrafo único: O número de "zonas econômicas" variará segundo as características eco-

nómicas de cada Estado.

2.º) Cada "zona econômica" será caracterizada por um "centro econômico" que será o Município de maior importância e desenvolvimento, em torno do qual gravitem as relações conômicos des demais Municípios a elemento. econômicas dos demais Municípios a ela pertencentes.

3.0) Quando o Estado não comportar, a divisão não será feita e o centro econômico único será normalmente o Município da Capital

do Estado.

4.º) Definidos os "centros econômicos" dos respectivos Estados, os precos das utilidades em cada centro deverão corresponder aos dos de-mais apenas com a variação decorrente dos custos dos transportes de uns para outros, de modo a assegurar uma perfeita corespondência

entre os vários centros escolhidos.

5.º) O ajustamento para os Municípios de cada "zona econômica" em relação ao seu centro será procedido pelo mesmo critério das diferenças dos custos dos transportes, de modo que:

a - as mercadorias de produção de cada Município tenham os preços reduzidos na proporção do frete e despesas de transporte até o seu centro econômico;

as mercadorias de importação de cada Município tenham os preços acrescidos na pro-

porção das referidas despesas.

6.º) Para as relações interestaduais, o Município padrão de cada Estado será o da Capital, cumprindo ao chefe da administração de Preços, do Setor Preços promover a correspondência entre as capitais dos Estados, na base estrita da diferença das despesas de transporte. armazenamento e outras diretamente ligadas às

praxes comerciais da distribuição.

7.º) Compete às Comissões Estaduais de Preços, dentro de suas atribuições, proceder à divisão a que se refere o item 1.º e os estudos necessários para definição dos centros econômicos e para o ajustamento intermunicipal, anteriormente referido, que será feito na base dos preços do Município padrão, devendo sub-meter os resultados obtidos à aproximação do assistente responsável pelo Setor Preços.

Em 20 de Abril de 1943. - Prof. Jorge Kafuri, assistente responsável.

(D. O. de 22-4-943)

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Exposição de Motivos

N.º 1 086 — 9-4-43 — O Ministério da Educação e Saude submeteu à consideração do Sr. Presidente da República, a aprovação do plano relativo a obras de reparação, conservacão e restauração de monumentos e bens de valor, elaborado, para o corrente exercício, pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Na-Serviço do Patrimonio discorto e atubato nacional, bem como a autorização para que o respectivo crédito de Crsi 500 000,00, que lhe foi concedido na Verba 5 — Obras, consignação I, subconsignação 02-01-64 — a, do Anexo 13 do do concedido na Verba 5 — Obras, consignação 02-01-64 — a, do Anexo 13 do concedido con compresedo con la consignação do concedido con la consignação do consignação do concedido con la consignação do consignação do consignação do consignação do consignação con consignação do orçamento em vigor, fosse empregado sob o regime de adiantamento e independentemente de concorrência.

O D.A.S.P. opinou favoravelmente à aprovação do plano apresentado e, com apoio nos arts. 33, ns. I e II, do decreto-lei n.º 426 de 12-5-38 e 51. a, do Código de Contabilidade da União, à autorização solicitada.

Autorizado - Em 10-4-1943.

GETÚLIO VARGAS.

(D. O. de 22-4-943).

N.º 1 138 — 14-4-43 — O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatstica solicitou autorização para que continuasse à sua disposição Alberto Martins, estatístico, classe L, do Ministério da Educação e Saude, lotado no Serviço de Estatística da Educação e Saude, na forma do art. 35 do Estatuto dos Funcionários.

O D.A.S.P. manifestou-se favoravelmente à solicitação até 31-12-44.
Aprovado. Em 15-4-43.

GETÚLIO VARGAS.

(D. O. de 22-4-943).

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Exposição de Motivos

G. M. 480, de 13 de Abril de 1943 — Excelentíssimo Sr. Presidente da República — O Conselho Nacional de Proteção aos Índios, em sua sessão de 8 do corrente mês, aprovou a proposta de seu presidente, no sentido de ser considerada a sugestão apresentada ao Consegresso Indigenista Interamericano, reunido no México, para que todos os paises do continente americano, adotassem como "Dia do Indio" a data em que se realizou a primeira sesão da-quele certame, isto é, 19 de Abril.

Concordando com a idéia, que visa manter em foco a lembrança dos antigos povoadores desta terra, bem como de todo o continente americano, submeto o assunto à elevada apreciação de Vossa Excelência, pedindo para o mesmo a sua aprovação.

Aproveito a oportunidade para reafirmar Vossa Excelência os protestos do meu mais

profundo respeito.

Apolonio Salles.

Aprovado, Em 13-4-943.

GETTILIO VARGAS

S. C. 14 861-43 - P. R. 11 429-43.

(D. O. de 20-4-943).

G. M. 484 - Em 13 de Abril de 1943.

Exmo. Sr. Presidente da República.

Consigna o orçamento vigente deste Ministéri ao Serviço de Meteorologia a dotação de teri ao Serviço de Meteorologia a dotação de sessenta mil cruzeiros (Cr\$ 60 000,00), na Verba 2.º Material — Consignação III — Diversas Despesas — Sub-consignação 29 — Acondicionamento, etc.

A conta dessa dotação orçamentária correm A conta dessa dotação orçamentaria correma as despesas decorrentes da expedição, pelo Al-moxarifado do referido Serviço, de centenas de volumes contendo material destinado às Estados ções Meteorologicas de todos os Estados do país, para supri-las dos elementos necessários a seu funcionamento normal, além de tubos contendo o hidrogênio destinado à realização diária de sondagens aerológicas e que, de modo particular, interessam à navegação aérea. Por outro lado, as Estações Meteorológicas acima aludidas devem devolver à sede do Serviço, nesta capital, os instrumentos de seu equipamento que necessitam de consertos, bem como os referidos tubos de hidrogênio, já vazios. Esses não devem sofrer solução de continuidade, sob pena de paralisação das Estações especializadas em aerologia.

Não existindo repartições pagadoras na mai-oria das localidades onde se acham essas Estações, nos anos anteriores, após a necessária autorização de V. Excia., as despesas de que se trata teem sido pagas por meio de adiantamentos concedidos a funcionários lotados nesta capital.

Nestas condições, tenho a honra de solicitar novamente a V. Excia. a imprescindivel autorização afim de que, a exemplo do que tem sido feito nos exercícios anteriores, sejam as men-cionadas despesas, tanto nesta capital como nos estados, realizadas pelo regime de adiantamen-

Reitero a V. Excia. os protestos de meu mais profundo respeito — Apolonio Salles.

G. M. 484 - 13 de Abril de 1943.

Autorizado. Em 13-4-943.

GETÚLIO VARGAS.

(D. O. de 22-4-943).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Portaria Ministerial n.º 259, de 9 de Abril de 1943

Dispõe sôbre a ortografia dos livros didáticos e dá outras providências

O Ministro de Estado da Educação e Saúde usando da atribuição que lhe confere o art. 2.º do decreto-lei n.º 5 186, de 13 de Janeiro de 1943, resolve:

Art. 1.º Observar-se-á desde logo a ortografia prescrita pelo art. 1.º do decreto-lei n.º 5 186, de 13 de Janeiro de 1943, nos livros didáticos que devem ser usados em todos os estabelecimentos de ensino do país.

§ 1.º Os livros didáticos ora em circulação e os que venham a ser publicados até três meses depois de expedida a presente portaria mi-nisterial não deixarão de ser usados pelo fato de não adotarem a ortografia prescrita pelo decreto-lei n.º 5 186, de 13 de Janeiro de 1943.

§ 2.º Os livros didáticos, impressos no país até que entre em vigor a definitiva ortografia de cuja definição ora trata a Academia Brasi-leira de Letras, não terão, por êsse fato, o seu uso vedado.

Art. 2.º No ensino da língua portuguesa, e bem assim nos exercícios e provas escritas referentes às demais disciplinas, em todos os cursos ministrados nos estabelecimentos de ensino do país, é obrigatória a observancia das regras de ortografia constantes do formulário de que trata o decreto-lei citado no artigo anterior.

Art. 3.º O formulário ortográfico de que trata o decreto-lei n.º 5 186, de 13 de Janeiro de 1943, será publicado pelos órgãos oficiais dos governos estaduais, e adotado nas publicações oficiais.

Art. 4.º As regras do formulário ortográ-fico referido no artigo anterior aplicam-se, em todos os casos, aos nomes próprios.

Rio de Janeiro, 9 de Abril de 1943. - Gustavo Capanema.

(D. O. de 10-4-943).

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Portaria n.º 37

O ministro de Estado dos Negócios da Fazenda resolve designar o Dr. João de Lourenço, diretor do Serviço de Estatística Econômica e Financeira, e os Srs. Dr. Ulpiano de Barros e Pedro Leiros, respectivamente, diretor e secretário do Domínio da União, para representarem este Ministério no X Congresso Brasileiro de Geografia, que deverá reunir-se de 7 a 16 de setembro do corrente ano, na capital do Estado do Pará. — A. de Souza Costa.

(D. O. de 5-5-943).

×

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Exposição de Motivos

Na exposição de motivos B/35/541 de 6 de Abril corrente, em que o Sr. Ministro de Estado propôs a criação de uma Comissão de Estudo dos Textos de História do Brasil, o Sr. Presidente da República deu o seguinte despacho:

Aprovado. Em 6-4-1943.

GETÚLIO VARGAS.

PORTARIA DE 13 DO CORRENTE

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, usando das atribuïções que lhe são conferidas por lei, resolve criar a Comissão de Estudo dos Textos de História do Brasil que se regará pelas presentes instruções:

regerá pelas presentes instruções:

1. A Comissão será constituida de cinco membros, de livra escolha do Ministro de Estado das Relações Exteriores, designados por portaria e funcionará, sob a presidência do Secretário Geral, em sala especial do Palácio Itamaraty, e deverá reunir-se, ao menos, uma vez por semana.

Compete à Comissão:

- a) tomar conhecimento da bibliografia histórica nacional, editada no Brasil ou no exterior, constante de obras gerais ou de artigos divulgados em publicações periódicas, adquiridas especialmente para esse fim ou encaminhadas pela Secretaria Geral;
- b) preparar, mensalmente, uma relação bibliográfica das principais obras e artigos sobre assuntos históricos brasileiros, com resumo dos aspectos de maior interesse e transcrição de trechos de excepcional importância;
- c) rever, em vista dos dados de comprovada segurança e autenticidade, as informações compendiadas nos impressos sobre assuntos históricos assinalando as inexatidões por ventura encontradas:
- d) apresentar pareceres ou realizar estudos sobre questões de história nacional, relacionadas com a política exterior do país, quando solicitados pelo seu Presidente. Osvaldo Aranha.
 - (D. O. de 16-4-943).

١

Integra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interêsse geográfico

BAÍA

Ato

O Interventor Federal resolve:

Nomear Membros da Comissão Revisora do Quadro Territorial, Administrativo e Judicia-rio do Estado os seguintes Srs.: Engenheiro Civil Alberto de Sá Oliveira, como represen-tante do Diretório Regional do Conselho Na-cional de Geografía; Tulio Hostilio Montenegro, como representante da Junta Executiva Regional de Estatística, Bel. Tarcílio Vieira de Melo, Diretor do Departamento das Municipalidades; Engenheiro Civil Lauro de Andrade Sampaio, Diretor do Departamento de Geografia do Estado; e Engenheiro Civil Oscar de Souza Carrascosa, Assistente Técnico do Conselho Nacional de Geografia.

(D. O. — Baía — 18-3-943).

Decreto-lei n.º 12 729, de 19 de Abril de 1943

Cria o Parque Monumento Nacional de Monte Pascoal, com prerrogativas de monumento nacional, e dá outras providências.

O Interventor Federal no Estado da Baía, na conformidade do disposto do art. 6.º n.º IV do decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de Abril de 1939,

Decreta:

Fica, pelo presente, criado no mu-Art. 1.0 nicípio de Pôrto Seguro, o Parque Monumento-Nacional de Monte Pascoal, com os objetivos precípuos de:

a) rememorar o fato histórico do descobrimento do Brasil;

b) preservar a flora e fauna típica da re-

gião, segundo normas científicas;
c) conservar as belezas naturais e promover a organização de serviços e atrativos que

possam desenvolver o turismo.

Art. 2.º O Parque fica diretamente subordinado à Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, que exercerá os trabalhos administra-tivos e de fiscalização por intermédio do Departamento de Terras e Proteção à Natureza, dentro das normas a serem afixadas no Regulamento que será oportunamente aprovado pelo Govêrno do Estado.

Art. 3.º Para constituïção do Parque, fica reservada a área assim delimitada em relação ao Monte Pascoal; ao leste, a linha costeira do Oceano Atlântico; ao norte, a margem direita do rio Caraíva, desde a sua foz até a embocadura do seu afluente Guaxuma, e, quando al-cançado este ponto, a margem direita do rio Guaxuma até sua nascente; a oeste, uma linha reta ligando a nascente do rio Guaxuma à nascente do rio Corumbáu; e ao sul a margem esquerda do rio Corumbáu, da nascente do mes-

mo rio até a sua foz no Oceano Atlântico.

Art. 4.º Tôdas as terras incluidas dentro
da área delimitada conforme o Art. 3.º, cujo
levantamento topográfico deverá ser imediatamente procedido pela Secretaria da Agricultura ficam, com sua flora e sua fauna, sujeitas as disposições contidas no Código Florestal e em outros códigos e leis federais e estaduais que forem aplicaveis.

Art. 5.º Fica o Governo do Estado autorizado a desapropriar, quando necessário, as terras e bemfeitorias pertencentes a terceiros, incluídas na área demarcada de acôrdo com o

Art. 3.º.

§ Único — Quando o proprietário de terras ou bemfeitorias, nas condições dêste artigo, mantiver as mesmas com os requisitos exigidos pelo Estatuto ou Regulamento do Parque, poderá o Govêrno deixar de desapropriá-las.

Art. 6.º Em qualquer tempo, terras e ben-feitorias existentes na área do Parque e pertencentes a terceiros, só poderão ser transfe-ridas se o Estado não usar do direito de preferência que lhe é assegurado pela legislação federal.

§ 1.º — Para fiel observância do que dispõe êste artigo, ficam os tabeliães respectivos obrigados a cientificar à Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio dos atos que se pretendam lavrar nos seus cartórios, para que o Estado exerça a opção dentro do prazo de noventa (90) dias do recebimento da comunicação; e os oficiais de Registro de Imóveis, obrigados a não fazer averbação dos atos aludidos, sem que dos mesmos conste expressamente a declaração de que o Estado não pretende exercer a opção, cabendo aos mesmos notificar imediatamente ao Secretário da Agricultura, qualquer dúvida a respeito.

§ 2.º — A falta de cumprimento do dis-posto no § 1.º será punida com a multa de duzentos cruzeiros (Cr\$ 200,00) a mil cruzeiros (Cr\$ 1 000,00) imposta pelo Secretário do Interior e Justiça, por solicitação do Secretário

da Agricultura.

Art. 7.º Para o estudo do plano definitivo de organização e instalação do Parque, designará o Govêrno do Estado uma comissão, presidida pelo Secretário da Agricultura, Indústria schica però de composta dos diretores do De-partamento de Terras e Proteção à Natureza, do Departamento de Geografia, do Chefe da Secção de Engenharia Rural, do Assistente Téc-nico do Conselho Nacional de Geografia neste Estado, e do Diretor de Urbanismo e Cadastro da Prefeitura do Salvador,

Art. 8.º A comissão de que trata o Art. 7.º, além do plano ou projeto técnico pròpria-mente dito, feito de acôrdo com organizações similares nacionais e estrangeiras, deverá in-dicar as bases para a execução das obras, o loteamento dos terrenos, a instalação e explora-ção de serviços para turismo, determinando a parte que convenha ficar sob administração direta do Estado e a que deva ser adjudicada à iniciativa particular, e melhor forma para sua

adjudicação.

§ Único Tôdas as sugestões ou recomendações da Comissão, consubstanciadas em re-latório, servirão de base para a expedição do Regulamento do Parque, mediante ato especial

do Govêrno do Estado.

Art. 9.º O Govêrno do Estado, por proposta do Secretário da Agricultura, autorizará o contrato de serviços especializados julgados necessários pela Comissão; determinará a colaboração que outras Secretarias de Estado e autoridades municipais devam prestar, e pleiteará a assistência dos poderes federais, através seus diversos Ministérios e demais orgãos administrativos, para a perfeita organização e manutenção do Parque.

Art. 10.º As despesas para a execução do plano do Parque serão custeadas por verbas orçamentárias normais e créditos especiais do Estado, contribuições federais e donativos por-

ventura concedidos.

§ 1.0 — Os recursos provenientes das fontes referidas no presente artigo, deverão ser aplicados de conformidade com as disposições de lei. ou dos atos que regulem contribuições e dona-

tivos. § 2.º — O regimen financeiro do Parque, dentro das normas dos serviços industrializados do Estado, será definido em capítulo especial

do respectivo Regulamento.
Art. 11.º A Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, ao ser baixado o Regulamento do Parque, organizará o quadro do pessoal variável, atendendo às exigências dos serviços, sendo o quadro do pessoal fixo, constivivos, sendo o diamo do pessoal do Departamento de Terras e Proteção à Natureza. Art. 12.º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as

disposições em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado da Baía, 19 de Abril de 1943. — (Assinados) — Renato Aleixo — P. Campos Porto.

(D. O. - Baía - 19-4-943).

SECRETARIA DA AGRICULTURA

Exposição de Motivos

Exmo. Sr. Interventor Federal

 A região privilegiada do litoral da Baia, pertencente ao município de Pôrto Seguro, que tem por característica principal o Monte Pasprimeiro ponto avistado pelas náus cabralinas, marco inicial da civilização brasileira, bem está, pela sua função histórica de glorioso berço de nossa nacionalidade, a merecer cuidados especiais e patrióticos desvelos dos po-deres públicos, por se tratar do relicário augus-to da alma da Pátria.

A Constituição Federal vigente coloca, no seu art. 134, sob a proteção e cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios, os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as païsagens ou locais, particularmente dotados pela natureza, e prevê os atentados contra êles cometidos, equipa-rando-os aos praticados contra o patrimônio

nacional.

O Govêrno da República, demonstrando a alta compreensão dos seus deveres civicos, instituiu a "Comissão do Descobrimento", com o fim de proporcionar buscas e investigações sôbre o verdadeiro local do descobrimento e dar ou-tras providências. A dita Comissão, subordinada ao Sr. Presidente da República, por intermédio da Secretaria Geral do Conselho da Segurança Nacional, compõe-se dos senhores dr. Bernardino José de Sousa Presidente, coronel Nerí da Fonseca, capitão de Fragata Antônio Alves Câmara Junior, comandante Luiz Alves de Oliveira Belo e engenheiro civil Cristóvão Leite de Castro.

No desempenho de tão honrosa incumbência, vem a Comissão realizando ingentes trabalhos, perseverantes estudos e minuciosas buscas e investigações, cujos frutos já se positivaram no levantamento aerofotogramétrico de parte da orla litorânea da histórica região, pelo Ministério da Marinha, através do Departamento de Navegação, e estudos outros, in-loco, efetuados

pelo Exército Nacional.

O Govêrno do Estado, atendendo à solicitação que lhe foi felta pelo Presidente da "Co-missão do Descobrimento", de referência ao levantamento topográfico da região compreen-dida "pela orla litorânea entre a foz do rio Caraiva até a embocadura do rio Corumbá, continuando por êste mesmo rio até a sua nascente e da foz do rio Caraiva até as cabeceiras do rio e da 102 do 110 Caraiva ate as cabeceiras do 110 Cemitério" — constituiu, pelo Decreto-lei n.º 11 892, de 2 de Maio de 1941, uma "Comissão Especial", composta do diretor da Diretoria dos Serviços Geográficos e Meteorológicos do Especial (Carail Depostromento de Carail D tado, (atual Departamento de Geografia), de um representante do Departamento das Municipalidades do Estado, e do Delegado do Norte do Conselho Nacional de Geografia, afim de proporcionar os meios de tornar efetivo o referido levantamento.

Para assinalar o Recenseamento realizado em 1940, a Comissão Censitária Nacional aprovou a sugestão apresentada pelo seu orgão regional neste Estado, de ser erguido na região

em aprêço um marco comemorativo.

Em agôsto de 1941, foi apresentado ao Govêrno do Estado por um dos membros da Co-missão por êle nomeada para o levantamento topográfico da região do Monte Pascoal, (en-genheiro Oscar Carrascosa) longo relatório explicativo de suas incumbéncias, com sugestões e croquis da mesma região.

O atual Govêrno do Estado, pelo Decreto-lei n.º 12 629 de 31 de Dezembro de 1942, ao organizar a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, transformou a Diretoria de Terras e Minas em Departamento de Terras e Protecão à Natureza, dando a êste novel Departamento, de conformidade com a exposição de motivos que acompanha o mesmo decreto, encargos novos e compatíveis com os altos imperativos da vida nacional, no setor das ciências naturais.

Os conhecimentos modernos e os progressos da ciência estão a indicar em nossos dias atenções desveladas e trato cuidadoso das cousas da natureza que nos envolve, protege e influencia como tem sido demonstrado, à saciedade, pelos atos de governos esclarecidos e pelos congressos e conferências reunidos em todos os grandes centros culturais do mundo, sendo que, no Brasil, merece citado o fato de, "em 1934, o Instituto de Biologia Vegetal do Rio de Janeiro ter delineado um plano cíclico visando criar um conjunto articulado de instituições que tornasse possível o estudo racional e siste-mático das ciências naturais".

Os frutos opimos desta sadia compreensão já se positivam nos Parques Nacionais de Ita-tiaia, Iguassú e Serra dos Órgãos, de grande importância para a ciência e o turismo, além de constituirem uma garantia de proteção aos mananciais que brotam nestas zonas e benefi-

ciam milhares de brasileiros.

Por fim, a Primeira Reünião Sul Americana de Botânica, realizada em 1934 na Capital Federal, ainda deliberou em suas conclusões, fôssem dirigidos ao govêrnos americanos, apelos no sentido de criação de jardins botânicos regionais, destinados, especialmente, a estudo, aplicação e divulgação da flora nacional e das especies alienígenas, aclimadas ou aclimatáveis: criação de estações biológicas, votadas a investigações, in-loco, dos fatos da vida vegetal relativos às alterações decorrentes da mudança da habitat, à disposição geo-botânica das espécies; reserva em quadros que sejam representações tipicas, vivas e naturais, de vegetação característica, de "regiões floristicas", que serão de conservação perene e inalienáveis; criação de parques nacionais, os quais, além da finalidade social, teria a de manter e perpetuar a integridade dos monumentos naturais no conceito científico desta denominação.

Com a exposição que vimos de fazer, temos a honra de encaminhar à esclarecida deliberação de V. Excla., tão palpitante assunto, qual o da instituïção do "Parque Monumento Nacional de Monte Pascoal", chão sagrado onde nasceu o Brasil, devendo a objetivação do projeto ser precedida dos trabalhos premilinares e necessários de levantamentos topográficos, estudo das condições naturais, traçados de estradas, e providências outras que se fizerem mistér. Vai a dita exposição de motivos acompanhada de minuta do decreto a ser lavrado.

Reitero a V. Excia. os testemunhos do nosso elevado aprêco e distinta consideração.

P. Campos Pôrto, Secretário da Agricultura. Baía, 30 de Março de 1943.

Aprovo. Encaminhe-se ao Departamento Administrativo de quem se solicita a fineza do pronunciamento a tempo de ser lavrado o decreto em data próxima — 19 de Abril: homenagem especial do Govêrno da Baía, ao inspirador da criação dos parques nacionais de Itatiáia, Iguassú e Serra dos Orgãos — O grande Presidente Dr. Getúlio D. Vargas. Em 31 le Março de 1943. — Renato Aleixo.

(D. O. Baía - 19-4-943).

MATO GROSSO

Ato

O Interventor Federal, tendo em vista a Resolução n.º 118, de 6 de Julho de 1942, do Conselho Nacional de Geografia, resolve nomear o Senhor Eulálio Alves Guerra, Estatistico-Chefe do Departamento Estadual de Estatística, para representante do mesmo Deparmento, junto à Comissão de Revisão do quadro territorial do Estado.

Palácio Alencastro, em Cuiabá, 26 de Abril de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República. — J. Müller; Máximo Leví.

(D. O. — Mato Grosso — 28-4-943).

MINAS GERAIS

Portaria.

"Assinalando a data de 9 de Maio o centenário do nascimento de Diogo de Vasconcelos recomendo, de ordem do sr. Secretário, aos srs. inspetores técnicos regionais, diretores de escolas normais, grupos escolares e escolas reünidas e professores de escolas combinadas e isoladas, seja focalizado o seu nome nas aulas de história pátria.

Razões há e de sobra para situar o centenário de Diogo de Vasconcelos no quadro das comemorações cívicas da escola. Representante dos mais altos da cultura mineira, amou e serviu a terra em que nasceu, reconstituindo em seu louvor o itinerário de sua civilização, com a paciência, a erudição, o devotamento e a objetividade que distinguem o verdadeiro historiador.

Mergulhando na poeira dos arquivos, descobriu, interpretou e ordenou os documentos sóbre que, notadamente na "História Antiga e Média de Minas Gerais", reedificou as bases e a trajetória nacional dos povoadores e bandeirantes do ouro e esmeraldas.

Os escritores que, como Diogo de Vasconcelos, investigam a história regional ou local realizam um esfôrço meritório nem sempre devidamente estimado. A história de uma patria é feita, em grande parte, pela justaposição e entrelaçamento dos episódios provinciais e locais que se articulam e se completam, esclarecem e unificam. A história de uma pátria é a resultante de várias histórias parciais, que ela recolhe e totaliza como um denominador comum

Foi bem essa a tarefa que Diogo de Vasconcelos empreendeu e levou a cabo, escrevendo a história de Minas Gerais.

A escola, que é um instrumento de civilização, deve recordar o seu nome. Recordá-lo com emoção e calor, colocando-o entre os mais ilustres servidores do Brasil.

a) Eliseu Laborne e Vale, chefe do Departamento de Educação".

(D. O. - Minas - 4-5-943).

DAR

Portaria de 12 de Abril de 1943

O Coronel Interventor Federal no Estado do Pará, usando de suas atribuïções, e tendo em vista o que comunicou a esta Interventoria, o senhor Presidente do Instituto de Geografia sôbre o que ficou resolvido na Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, realizado em Goiânia, a 6 de Julho de 1942, pelo disposto no art. 2.º da resolução n.º 118,

RESOLVE:

Constituir a Comissão Técnica que procederá aos estudos de revisão da divisão territorial do Estado, notadamente quanto aos municípios, distritos e seus limites, de acôrdo com as normas do Decreto-lei federal n.º 311, de 2 de Março de 1938, e nomear para compô-la o engenheiro Bertino Barbosa Lima, como representante do Diretório Regional de Geografía; Euclides Comarú, como representante da Junta Executiva Regional de Estatística, e Amaro Mauricio Marques, diretor do Departamento das Municipalidades.

O doutor Secretário Geral recomenda à Comissão Técnica assim constituida que proceda sem perda de tempo aos estudos sóbre as conveniência de alterações da divisão territorial do Estado, criação de novos municípios, retificação de limites entre municípios ou distritos, tudo em harmonia com os altos interesses do Estado, afim de que a 1.º de Janeiro de 1944 se torne efetiva a instalação da nova divisão territorial nos têrmos do citado Decreto-lei n.º 311

Cumpra-se e publique-se.

Palácio do Govêrno do Estado do Pará, 12 de Abril de 1943. Cel. Joaquim de Magalhães Cardoso Barata. Interventor Federal.

(D. O. — Pará — 13-4-943).

PARANÁ

Decreto n.º 1 945

O Interventor Federal no Estado do Paraná, na conformidade do disposto no art. 7.º item I. do decreto-lei n.º 1 202, de 8 de Abril de 1939, decreta:

Art. 1.º Fica oficializada a Exposição Co-Arv. 1.º rica olicializada a Exposição Co-memorativa da Passagem do 250.º Aniversário de Fundação da Cidade de Curitiba e do Trans-curso de 6.º Aniversário do Estado Nacional, a se realizar nesta Capital, a 10 de Novembro vindouro.

Art. 2.º O certame terá a duração de 90 dias e reger-se-á pelo Regulamento que com

dias e reger-se-a pelo Regulamento que com êste baixa, visado pelo Diretor Geral do De-partamento de Imprensa e Propaganda. Art. 3.º Na forma prevista pelos arts. 2.º e 3.º do decreto-lei n.º 141, de 7 do mês corrente fica nomeada Comissão Geral do certame a Empresa de Propaganda e Turismo Ltda. Art. 4.º Ficam nomeados na qualidade de

Representantes e Fiscais do Govêrno do Estado junto ao mesmo certame o Tte. Cél. Alfredo Ferreira da Costa e Ernesto Pujol Neto.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em

contrário.

Curitiba, 30 de Abril de 1943; 122.º da Independência e 55.º da República. — Manuel Ribas; Cap. Fernando Flores.

(D. O. - Paraná - 5-5-943).

Decreto n.º 1 943

O Interventor Federal no Estado do Paraná, na conformidade do disposto no art. 7.º item I, do decreto-lei n.º 1 202 de 8 de Abril de 1935, decreta.

Art. 1.º Fica reservada uma área aproximada de 248 000 hectares de terras, destinada a do inciso "b", artigo 3.º do Código Florestal, aprovado pelo decreto n.º 23 793, de 23 de Janeiro de 1934, abrangida pelos seguintes limites e confrontações:

Principiando no marco existente a margem esquerda do rio Paranapanema, na corredeira do Estreito, segue para o sul pela divisa das terras da Cia. de Terras Norte do Paraná até o quilômetro 40, de onde prossegue no rumo verdeiro de 90°0 oeste até alcançar a estrada de rodagem que se dirige ao Pôrto São José, pela qual segue até certo ponto e dai em reta que mede 10 000 metros, no rumo verdadeiro de 0.00 norte, de onde se segue em reta de rumo ver-dadeiro 90º oeste até o rio Paraná, pelo qual desce até a barra do rio Paranapanema, e por êste acima até o ponto de partida dessa descrição de limites.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, em 29 de Abril de 1943; 122.º da Independência e 55.º da República. — Manuel Ribas; Augusto Lopes.

(D. O. - Paraná - 4-5-943).

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO **ESTADO**

Pareceres

Projeto de decreto lei da Prefeitura Muni-cipal de Londrina, dando novas denominações à rua de Nova Dantzig.

O projéto de decreto-lei da Prefeitura de Londrina, óra relatado, dispõe sôbre a substi-tuïção para Belo Horizonte, Rio Grande do Norte e Pará, das atuais denominações das ruas Itália, Japão e Alemanha, da Vila de Nova Dantzig, daquele Município.

Trata-se de uma providência das mais louváveis, sobretudo patriótica, tanto mais neste momento em que o país se encontra em estado de guerra com as nações cujos nomes são tro-

cados.

Resta completar a obra, dando outra deno-minação à Vila de Nova Dantzig. Sabemos, po-rém, que isto está nas cogitações do nosso Go-vêrno, dependendo todavia dos estudos que estão sendo feitos pela Comissão nomeada para revêr a divisão administrativa do Estado e a conformidade com as normas traçadas pela legislação federal respectiva.

Assim sendo, póde o projeto ser aprovado nos têrmos do substitutivo apresentado pelo De-

partamento das Municipalidades.

Sala das Sessões, em 16 de Março de 1943.

(a) Epaminondas Santos.

(D. O. - Paraná - 14-5-943).



Parecer n.º 2 905

A Prefeitura Municipal de Piraquara traz á deliberação do Departamento Administrativo interessante projeto de lei em que propõe a mudança do nome da Colônia Nova Tirol, pela velha e conhecida denominação de Colônia Santa Maria, do mesmo município.

E' louvável o projeto que busca os velhos nomes das povoações, tipicamente nacionais, para ressaltar a ideia do que é brasileiro. A substituição dos nomes é imperativo de alta

defesa da nacionalidade.

Curiosa doutrina de direito internacional há muito se esboçara entre alguns publicistas consistentes em afirmar que a posse da pro-priedade, que é a detenção física da coisa com ânimo de conservá-la, no direito interno, não deixaria de ter o mesmo aspecto no direito in-direito internacional. A Rússia argumentava que muitas cidades do Báltico são tipicamente russas, porque entre outros argumentos, preponderava o nome das cida**\(\)**es como pertencentes, ao idioma russo. A It\(\)lain diz que "Savoia\(\) italiana at\(\) na denominaç\(\)ao". Assim, a Assim, a Alemanha.

Essa mudança dos nomes extrangeiros para o do lugar antigo, ou nacional, é trabalho de política profunda e patriótica e merece ser aplaudida e os projetos aprovados. Todavia, a decisão final está condicionada à aprovação das autoridades superiores.

Sala das Sessões, em 24 de Março de 1943.

(a) Flávio Guimarães

(D. O. - Paraná - 14-5-943).



RIO DE JANEIRO

Departamento das Municipalidades

PORTARIA N.º DM/3

Designo o engenheiro Mário Monteiro de Abreu Pinto, chefe do Serviço de Engenharia Sanitaria, dêste Departamento, para dirigir as obras de abastecimento dágua e de instalação da rêde de esgotos sanitários da vila de Passa Três, sede do 4.º distrito do Município de Rio Claro, que serão executadas sob administração da Prefeitura local.

Niterói, 8 de Abril de 1943. — (a) Hermes Gomes da Cunha, Diretor.

(D. O. - R. de Janeiro - 18-4-943)

RIO GRANDE DO SUL

Decréto n.º 768, de 12 de Maio de 1943

Anexa á comarca de Caxias, o têrmo de Farroupilha.

O Interventor Federal na conformidade do art. 7.º do decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, e tendo em vista o que consta do processo n.º 1 218-1943, da Secretaria do Interior.

DECRETA:

Art. 1.º E' desanexado da comarca de Caí e anexado à de Caxias, o têrmo judiciário de Farroupilha.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em con-

Palácio do Govêrno, em Pôrto Alegre, 12 de Maio de 1943. — O. Cordeiro de Farias, Interventor Federal; Miguel Tostes, Secretário do Interior.



SÃO PAULO

Decreto n.º 13 295, de 31 de Março de 1943

O Interventor Federal no Estado de São Paulo, usando de suas atribuições e atendendo ao disposto nos decretos-leis federais n.º 311, de 2 de Março de 1938 e n.º 3 599, de 6 de Setembro de 1941,

DECRETA:

1.º Fica instituída, diretamente subordinada à Secretaria da Justiça e Negócios do Interior, uma Comissão composta de cinco membros, sendo um o Diretor do Departamento das Municipalidades, um representante do Diretório Regional de Geografia, um representante da Junta Executiva Regional da Estatística e dois de livre escolha do Govêrno do Estado, in-

dois de livre escolha do Govêrno do Estado, in-cumbida de rever o quadro da divisão territo-rial do Estado, a que se refere o decreto n.º 9 775, de 30 de Novembro de 1938. Art. 2.º No desenvolvimento e execução de seus trabalhos a Comissão obedecerá ao dis-posto no decreto-lei n.º 311, de 2 de Março de 1938 e às recomendações baixadas pela Resolu-ção n.º 118 de 6 de Julho de 1942 do Conselho Nacional de Geografia respeitando tanto quanto possível as atuais divisas municipais e distritais possível as atuais divisas municipais e distritais bem como o quadro geral da divisão territorial em comarcas, têrmos, municípios e distritos de paz.

Art. 3.º Os trabalhos a cargo da Comissão deverão estar concluídos e entregues ao Secretário da Justica e Negócios do Interior, até o dia 1.º de Outubro do corrente ano.

Art. 4.º No desempenho de suas atribuïções a Comissão terá a colaboração, que se fizer necessária de tôdas as repartições do Estado.

Art. 5.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado de São Paulo aos 31 de Março de 1943. — Fernando Costa, Abelardo Vergueiro César, Paulo de Lima Corrêa.

(D. O. - São Paulo - 2-4-943).



SERGIPE

Decreto de 24 de Março de 1943

Nomeia Comissão Técnica encerregada de estudar a revisão geral do quadro territorial do Estado.

O Interventor Federal no Estado de Sergipe resolve nomear o membro do Diretório Regional de Geografia, engenheiro civil Fernardo de Figueiredo Pôrto, o diretor do Departamento das Municipalidades, bacharel Francisco Moreira de Sousa e o diretor do Departamento Estadual de Estatística, professor João Carlos de Almeida para constituïrem a Comissão Técnica encarregada de estudar a revisão geral do quadro territorial dêste Estado.

Palácio do Governo do Estado de Sergipe, Aracajú, 24 de Março de 1943, 55.º da Repú-blica. — Augusto Maynard Gomes, Francisco blica. Leite Neto.

(D. O. - Sergipe - 25-3-943) .

êste "Boletim", a "Revista Brasileira de Geografia" e as obras da "Biblioteca Geográfica Brasileira" encontram-se à venda nas principais livrarias do país e na Secretaria Gera! do Conselho Nacional de Geografia — Praça Getúlio Vargas, 14 - Edifício Fco. Serrador, 5.º andar Rio de Janeiro, D. F.

Íntegra dos decretos, decretos-lei e demais atos de interêsse geográfico

BELÉM (PARÁ)

Portaria

"O Prefeito Municipal de Belem, usando de suas atribuïções e,

atendendo a que entre os grandes brasileiros que muito fizeram pelo engrandecimento e progresso do Brasil em geral e, em particular, pelo da Amazonia avultam, como figuras de singular valia e expressão as de Aureliano Cândido Tavares Bastos e Irineu Evangelista de Sousa - Visconde de Mauá, o primeiro estudando com superior visão de estadista e patriota os nossos principais e mais complexos problemas e indicando, às gerações futuras, as diretrizes certas e seguras para a realização do grande anseio da nossa emancipação econômica e o segundo, levando a cabo iniciativas como a de "navegar o Amazonas e de estabelecer as primeiras linhas regulares de transporte e de passageiros e produtos de duas grandes províncias nacionais, numa época em que podia ser encarado como uma verdadeira aventura devassar as selvas do rio mar"

atendendo a que, mau grado os benefícios que a Amazônia tem auferido como conseqüências naturais dos estudos e empreendimentos dêsses dois ilustres brasileiros, até hoje, ainda não lhes foram prestadas as homenagens a que têm inconteste direito, demonstrativas do nosso reconhecimento e dos sentimentos de gratidão da gente que povôa a Amazonia;

atendendo a que, por princípio elementar de justiça os nomes desses ilustres compatriotas devem figurar de par com o nome aureolado do benemérito presidente Getúlio Vargas, o grande realizador do milagre que se está operando na Amazônia, mercê do programa de ação por sua excia. visado no famoso discurso proferido em Manáus a 10 de Outubro de 1940.

DESOLVE.

mandar apôr no monumento levantado à entrada de pôrto de Belém, em honra do grande presidente Getúlio Vargas, medalhões em bronze com as efígies de Irineu Evangelista de Sousa Visconde de Mauá e Aureliano Cândido Tavares Bastos, correndo as respectivas despesas, à conta da verba competente do orçamento vigente.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 10 de Fevereiro de 1943.

(D. O. - Pará - 11-2-943).

*

BELO HORIZONTE (MINAS GERAIS)

Decreto-lei n.º 7, de 7 de Maio de 1943

Dá nova denominação às praças "13 de Maio" e "14 de Julho".

O Prefeito Municipal de Belo Horizonte, de conformidade com o disposto no artigo 5.º do decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de Abril de 1939, decreta:

Art.1.º As atuais praças denominadas "13 de Maio" e "14 de Julho" passam a denominarse, respectivamente, "Diogo de Vasconcelos" e "13 de Maio".

"13 de Maio". Artigo 2.º Revogam-se as disposições em contrário". — *Juvelino Kubistschek,* Prefeito.

(D. O. - Minas Gerais - 8-5-943).

×

TEIXEIRA SOARES (PARANÁ)

Decreto n.º 4

O Prefeito Muncipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, na conformidade do disposto no n.º II, art.º 12 do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de Abril de 1939, decreta ponto facultativo nas repartições públicas municipals, em homenagem á inauguração da "Primeira Exposição Agrícola, Industrial e Minérea" dêste Municipio; revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Teixeira Soares, 31 de Março de 1943; 122.º da Independência; 55.º da República. — Lázaro Nini de Campos, Prefeito Municipal; Libero Nunes, Secretário da Prefeitura.

(D. O. - Paraná - 8-5-943).

O Serviço Central de Documentação Geográfica do Conselho Nacional de Geografia é completo, compreendendo Biblioteca, Mapoteca, Fototeca e Arquivo Corográfico, destinando-se êste à guarda de documentos como sejam inéditos e artigos de jornais. Envie ao Conselho qualquer documento, que possuir sôbre o território brasileiro.

de Geografia e Estatística

Conselho Nacional de Estatística Assembléia Geral

Ementário das Resoluções n.ºs 67 a 110 aprovadas no ano de 1938

- Resolução n.º 67, de 2 de Julho de 1938. "Amplia a disposição do art. 2.º e seu § do Regimento da Assembléia, sôbre a presidência dos trabalhos".
- Resolução n.º 68, de 4 de Julho de 1938. "Exprime congratulações ao Conselho Nacional de Geografia, formulando algumas sugestões"
- Resolução n.º 69, de Julho de 1938. "Referenda a nova redação do art. 1.º do Regulamento do Conselho Nacional de Geografia".
- Resolução n.º 70, de 16 de julho de 1938.

 "Reproduz, para figurar nos Anais do Conselho, o programa da 1.ª Conferência Nacional de Estatística e atribue ao doutor José Luiz Saião de Bulhões Carvalho o título de Fundador da Estatística Geral Brasileira".
- Resolução n.º 71, de 16 de Julho de 1938. "Fixa o orçamento dos Serviços do Instituto para 1939, na parte superintendida pelo Conselho Nacional de Estatistica".
- Resolução n.º 72, de 18 de Julho de 1938. "Formúla um voto de louvor e agradecimento à Imprensa Carioca".
- Resolução n.º 73, de 18 de Julho de 1938.

 "Propõe ao estudo dos estatísticos brasileiros as teses oferecidas à 1.ª Conferência Nacional de Estatística que forneceram as diretrizes práticas para a organização e o primeiro impulsionamento das atividades do Instituto".
- Resolução n.º 74, de 18 de Julho de 1938. "Aprova as resoluções das Juntas Executivas do Instituto no Periodo de 1.º de Julho de 1937 a 30 de Junho de 1938 e dá outras providências".
- Resolução n.º 75, de 18 de Julho de 1938. "Fixa disposições normativas para a apresentação tabular da estatística brasileira".
- Resolução n.º 76, de 18 de Julho de 1938. "Fixa as classificação geral do ensino para fins da estatística brasileira".
- Resolução n.º 77, de 18 de Julho de 1938. "Recomenda a colaboração mais ampla dos sistemas regionais no levantamento da estatística educacional".

- Resolução n.º 78, de 18 de Julho de 1938.

 "Orienta iniciativas tendentes a conseguir do Govêrno da União providências que tornem mais acessivel às administrações regionais o conhecimento, oportuno e adequado aos seus interêsses, dos dados do comércio exterior, pelo órgão federal competente".
- Resolução n.º 79, de 18 de Julho de 1938.

 "Louva a atuação do Govêrno de Minas Gerais, exprime congratulações ao Govêrno de São Paulo e faz um apêlo aos demais Estados no tocante à fixação do quadro territorial e aos levantamentos dos mapas municipais".
- Resolução n.º 80, de 18 de Julho de 1938.

 "Assinala o que deve a estatística brasileira ao Departamento Nacional dos Correios e Telégrafos e dirige a êste um apelo relativamente ao censo postaltelegráfico e ao aperfeiçoamento das respectivas estatísticas anuais".
- Resolução n.º 81, de 18 de Julho de 1938. "Faz um apêlo ao Ministério da Marinha, no sentido de ser levantado o censo naval brasileiro, por seu Departamento competente".
- Resolução n.º 82, de 18 de Julho de 1938. "Adota o Esperanto, como lingua auxiliar, nas atividades e publicações do Instituto".
- Resolução n.º 83, de 18 de Julho de 1938. "Sugere medidas concernentes à estatística Educação Física"
- Resolução n.º 84, de 18 de Julho de 1938. "Orienta providências para o desenvolvimento da Biblioteca Central do Instituto".
- Resolução n.º 85, de 18 de Julho de 1938. "Modifica o art. 4.º, da Resolução n.º 4, da Assembléia Geral, que dá regimento aos trabalhos das Juntas Executivas Regionais".
- Resolução n.º 86, de 18 de Julho de 1938. "Fixa o plano de campanha estatística de 1938".
- Resolução n.º 87, de 18 de Julho de 1938. "Aprova as contas do Instituto".
- Resolução n.º 88, de 19 de Julho de 1938., "Estabelece diretrizes inicais para o uso, no Brasil, de um terminologia uniforme, em matéria de estatistica, assim no campo prático como no doutrinário".

- Resolução n.º 89, de 19 de Julho de 1938. "Faz um apêlo ao Ministério da Viação e Obras Públicas".
- Resolução n.º 90, de 19 de Julho de 1938. "Define o valor comercial declarado e o recomenda como o mais conveniente ao conteúdo das estatísticas comerciais".
- Resolução n.º, 91, de 19 de Julho de 1938.

 "Dispõe sôbre a cooperação de caráter imediato dos Estudos, no sentido de ser organizado e mantido em dia na Diretória de Estatística Geral do Ministério da Justiça, um cadastro do registro civil".
- Resolução n.º 92, de 19 de Julho de 1938. "Determina providências que facilitem às repartições centrais regionais, de modo expedito, a organização da estatística mensal de exportação".
- Resolução n.º 93, de 19 de Julho de 1938.

 "Manifesta à Associação Brasileira de Educação a solidariedade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, relativamente ao plano apresentado à decisão do Govêrno para construção do palácio da cultura".
- Resolução n.º 94, de 19 de Julho de 1938.

 "Formula aplausos, sugestões e apêlos, relativamente à realização do Censo dos Servidores Públicos da União, Estados e Municípios, com fundamentos no decreto n.º 471, de 6 de Julho de 1938, do Govêrno do Estado do Rio de Janeiro".
- Resolução n.º 95, de 19 de Julho de 1938. "Fixa a data de 15 de Julho de 1939, para a terminação do mandato dos atuais consultores tecnicos do Instituto".
- Resolução n.º 96, de 19 de Julho de 1938. "Provê à oportuna criação de um Laboratório Central de Análises Estatísticas, anexo à Secretaria Geral do Instituto."
- Resolução n.º 97, de 19 de Julho de 1938. "Estabelece normas para o aperfeiçoamento e desenvolvimento das estatísticas agricolas".
- Resolução n.º 98, de 19 de Julho de 1938. "Provê à organização técnica das agências municipais de estatística".

- Resolução n.º 99, de 19 de Julho de 1938. "Delibera sôbre a segunda Exposição Educacional de Educação e Estatística.
- Resolução n.º 100, de 19 de Julho de 1938.

 "Recomenda as medidas necessárias à redução de 50%, em benefício dos serviços de geografia e estatística, nas taxas a que está sujeita a correspondência postal- aérea".
- Resolução n.º 101, de 19 de Julho de 1938". "Sugere providências no sentido do aperfeiçoamento do registro civil".
- Resolução n.º 102, de 19 de Julho de 1938. "Faz um apelo à Inspetoria Federal das Estradas, relativamente ao alargamento da estatistica ferroviária brasileira".
- Resolução n.º 103, de 19 de Julho de 1938. "Dispõe sobre as normas técnicas a serem observadas nas publicações de estatísticas demográficas relativas à mortalidade".
- Resolução n.º 104, de 19 de Julho de 1938. "Define o ano-agricola brasileiro".
- Resolução n.º 105, de 19 de Julho de 1938. "Manda submeter a estudo os projetos ns. 14 e 37, que dispõem sôbre estatística criminal-judiciária".
- Resolução n.º 106, de 19 de Julho de 1938. "Sugere aos governos regionais o teôr do decreto-lei conveniente à regularização da bio-estatística brasileira".
- Resolução n.º 107, de 19 de Julho de 1938. "Formula um apêlo aos Ministérios da Guerra e da Marinha, no sentido do aproveitamento estatístico dos arquivos relativos aos conscritos".
- Resolução n.º 108, de 19 de Julho de 1938. "Sugere um padrão para os decretos-leis regionais assentando normas preliminares à nova divisão territorial".
- Resolução n.º 109, de 19 de Julho de 1938. "Assenta diretrizes complementares relativamente à estatística do comércio interestadual".
- Resolução n.º 110, de 20 de Julho de 1938.

 "Consigna pronunciamentos diversos da Assembléia Geral relativamente a problemas e iniciativas concernentes ao desenvolvimento da estatística brasileira".

Junta Executiva Central

Ementário das Resoluções n.ºs 61 a 84 aprovadas no ano de 1939

- Resolução n.º 61, de 10 de Janeiro de 1939. "Cria o cargo de Sub-Assistente da Secretaria Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística".
- Resolução n.º 62, de 17 de Janeiro de 1939. Regula provisòriamente a remuneração do pessoal da Secretaria Geral do Instituto.
- Resolução n.º 63, de 17 de Janeiro de 1939. Provê à distribuïção de auxílios a diferentes
- órgãos do Instituto em 1939, e dá outras providências.
- Resolução n.º 64, de 16 de Fevereiro de 1939.
 "Delibera sôbre a proposta da Associação
 Brasileira de Educação no sentido de tomar
 o Instituto a iniciativa da construção do
 Palácio do Silogeu Brasileiro.
- Resolução n.º 65, de 16 de Fevereiro de 1939. "Formula um voto e faz sugestões sõbre a criação do órgão geográfico regional do Rio Grande do Sul".

- Resolução n.º 66, de 28 de Abril de 1939. "Faz a discriminação da verba prevista no inciso 3 do art. 5.º da Resolução n.º 63, de 20 de Janeiro de 1939, da J. E. C. do Conselho Nacional de Estatística.
- Resolução n.º 67, de 28 de Abril de 1939. Institue um "Curso de aperfeiçoamento" para o pessoal das repartições regionais de estatística.
- Resolução n.º 68, de 2 de Junho de 1939. Fixa os setores de serviços da Secretaria Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- Resolução n.º 69, de 2 de Junho de 1939. Torna extensiva à delegação do Estado do Rio de Janeiro à Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística o disposto no art. 2.º da Resolução n.º 29, da mesma assembléia Geral.
- Resolução n.º 70, de 9 de Junho de 1939.

 "Autoriza a aquisição de um conjunto de máquinas "monotipo" para as oficinas do Servico Gráfico do Instituto.
- Resolução n.º 71, de 16 de Junho de 1939. "Amplia o quadro de pessoal da Secretaria Geral do Instituto, e dá outras providências.
- Resolução n.º 72, de 23 de Junho de 1939. "Propõe o quantitativo orçamentário necessário ao custeio dos serviços e trabalhos a cargo do I.B.G.E., no exercício de 1940.
- Resolução n.º 73, de 30 de Junho de 1939. "Dispõe sôbre a edição de um Relatório".
- Resolução n.º 74, de 1 de Agôsto de 1939. "Modifica, em parte, a discriminação estabelecida no art. 5.º da Resolução n.º 63, e dá outras providências".
- Resolução n.º 75, de 18 de Agôsto de 1939. "Autoriza a modificação, pelas Juntas Regionais, do decreto-padrão sugerido aos go-

- vernos dos Estados para regularizar-se o levantamento e apuração da bio-estatís-tica".
- Resolução n.º 76, de 18 de Agôsto de 1939.

 "Modifica o destino a ser dado ao auxílio concedido ao Estado de Mato-Grosso pela Resolução n.º 63 para distribuição de prêmios aos Agentes Muncipais de Estatística.
- Resolução n.º 77, de 21 de Agôsto de 1939. "Modifica, em parte, a discriminação estabelecida no art. 3.º da Resolução n.º 66 de 28 de Abril de 1939.
- Resolução n.º 78, de 1 de Setembro de 1939. "Dispõe sôbre a Biblioteca Central do Instituto".
- Resolução n.º 79, de 1 de Novembro de 1939. "Dispõe sóbre a aplicação do auxilio atribuído pelo Instituto para a distribuíção de prêmios aos Agentes Municipais de Estatistica, na parte referente ao Distrito Federal".
- Resolução n.º 80, de 16 de Novembro de 1939. "Exprime a adesão do Conselho ao IX Congresso Brasileiro de Geografia".
- Resolução n.º 81, de 24 de Novembro de 1939. "Dispõe sôbre as Campanhas Estatísticas a cargo do Instituto".
- Resolução n.º 82, de 7 de Dezembro de 1939. "Exprime solidariedade a uma iniciativa da Associação Brasileira de Educação".
- Resolução n.º 83, de 15 de Dezembro de 1939. "Atribue auxílios especiais a órgãos estatísticos integrados no sistema do I.B.G.E. e faz destaque de verbas para cobrir as novas despesas".
- Resolução n.º 84, de 15 de Dezembro de 1939. "Apresenta sugestões ao ante-projeto de let sôbre as sociedades por ações, organizado pelo Ministério da Justiça".

Conselho Nacional de Geografia Assembleia Geral

Ementário das Resoluções n.ºs 40 a 64 aprovadas no ano de 1939

- Resolução n.º 40, de 5 de Julho de 1939.

 "Aprova um voto de louvor ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares pela publicação da notável obra "Fronteiras do Brasil no regime colonial" de acentuado cunho geográfico.
- Resolução n.º 41, de 6 de Julho de 1939.
 "Exprime congratulações aos Chefes dos Governos da União e das Unidades Federadas pela asinatura das leis gerais fixando a divisão territorial do país e pela comemoração nacional do Dio do Município, a 1.º de Janeiro do ano corrente.
- Resolução n.º 42, de 7 de Julho de 1939. "Prescreve a colaboração do Conselho na realização dos Congressos Nacionais de Geografia, sob os auspícios da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.
- Resolução n.º 43, de 8 de Julho de 1939. "Dispõe sôbre a publicação de mapas murais para uso das Escolas e de coletâneas de fotografías".
- Resolução n.º 44, de 13 de Julho de 1939. "Exprime agradecimentos ao Conselho Nacional de Estatística e à Comissão Censitária Nacional".
- Resolução n.º 45, de 14 de Julho de 1939. "Determina providências quanto à remessa dos órgãos que publicam os atos aficiais dos Governos da União e das Unidades Federadas para as Secretarias dos Diretórios Regionais e Central, do Conselho".
- Resolução n.º 46, de 15 de Julho de 1939. "Fixa o orçamento do Conselho para o exercício de 1940".
- Resolução n.º 47, de 15 de Julho de 1939. "Aplaude uma iniciativa do Departamento Geral de Estatística do Estado de Minas Gerais e faz uma recomendação".
- Resolução n.º 48, de 15 de Julho de 1939. "Dispõe sôbre a terminação do mandato dos Consultores Técnicos do Conselho".
- Resolução n.º 49, de 15 de Julho de 1939. "Aprova um voto de congratulações ao Departamento dos Correios e Telégrafos pelos valiosos serviços proporcionados quando se processou a divisão territorial no País".
- Resolução n.º 50, de 15 de Julho de 1939. "Elege os membros das Comissões Técnicas Permanentes".
- Resolução n.º 51, de 18 de Julho de 1939. "Atribue ao grande geógrafo e explorador brasileiro General Cândido Mariano da Silva Rondon o título de CIVILIZADOR DO SER-TÃO".
- Resolução n.º 52, de 20 de Julho de 1939. "Renova o apêlo formulado pela Assembléia quanto à criação dum serviço geográfico em cada Unidade Federada".
- Resolução n.º 53, de 20 de Julho de 1939. "Dispõe sôbre a elaboração de monografias

- corográficas dos territórios das Unidades Federadas".
- Resolução n.º 54, de 20 de Julho de 1939.

 "Prescreve a referência ao nome do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística nas publicações das repartições e instituïções integradas no seu sistema geográfico e dá outras providências".
- Resolução n.º 55, de 21 de Julho de 1939. "Aprova os atos dos Diretórios do Conselho, relativos ao período de 1.º de Julho de 1938 e 30 de Junho de 1939 e consigna aplausos e recomendações".
- Resolução n.º 56, de 21 de Julho de 1939. "Aprova as contas do Conselho e encarece um refórço das suas verbas no corrente exercício".
- Resolução n.º 57, de 21 de Julho de 1939. "Dispõe sóbre o estudo de um plano de elaboração de monografias corográficas municipais".
- Resolução n.º 58, de 21 de Julho de 1939.

 Dispõe sôbre a realização de inquéritos junto aos Diretórios municipais por intermédio dos Diretórios Regionais, destinados à coleta de elementos para a elaboração do Dicionário Geográfico e Toponímico Brasileiro e da Coletânea de Efemérides Brasileiras".
- Resolução n.º 59, de 21 de Julho de 1939.

 "Constitue uma Comissão Técnica Especial para o estudo das bases da organização do "Arquivo Cartográfico Brasileiro" e das medidas legislativas necessárias à fiscalização oficial da publicação de mapas referentes ao território nacional e dos livros e estudos sôbre Geografia do Brasil destinados a escolas".
- Resolução n.º 60, de 22 de Julho de 1939.

 "Estabelece normas para o recebimento, aprovação e exposição dos mapas municipais que as prefeituras apresentarão até 31 de Dezembro do corrente ano, em observância à Lei Nacional n.º 311.
- Resolução n.º 61, de 24 de Julho de 1939. "Sugere normas quanto à nomenclatura daslocalidades brasileiras".
- Resolução n.º 62, de 24 de Julho de 1939. "Propõe um sistema provisório de divisas interestaduais, determina a organização de um Atlas de limites e promove à execução do art. 184 da Constituição".
- Resolução n.º 63, de 25 de Julho de 1939. "Determina o estudo da divisão regional do Brasil e das suas Unidades Federadas e a elaboração de uma obra de divulgação sôbre a região amazônica em geral e o rio Amazonas em especial".
- Resolução n.º 64, de 25 de Julho de 1939. "Dispõe sõbre a impressão da Carta Geográfica do Brasil, ao milionésimo, e de outros mapas".

Integra das Resoluções n.º8 6 a 8

Resolução n.º 6, de 13 de julho de 1937

Pronuncia-se sôbre a mudança do Instituto Nacional de Estatística para Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

A Assembléia Geral do Conselho Brasileiro de Geografia, usando das suas atribuições,

Considerando que o decreto n.º 1 527, de 24 de Março de 1937, do Govêrno Federal, criou o Conselho Brasileiro de Geografia incorporado ao Instituto Nacional de Estatística;

Considerando que a estrutura do Conselho Brasileiro de Geografia é análoga à do Conselho Nacional de Estatística, de tal forma que estes dois Conselhos constituem como que metades simétricas em que decompõe o Instituto Na-cional de Estatística;

Considerando que, presentemente, o Instituto tem que preencher duas altas missões equivalentes, uma, a coordenação das atividades estatísticas brasileiras, outra, a das geográficas, enfeixando-se ambas no sentido comum do co-nhecimento da terra e do homem do Brasil;

Considerando que, nestas condições, a atual designação do Instituto não satisfaz, por não revelar a sua dupla finalidade;

Considerando que o Conselho Brasileiro de Geografia está autorizado a aderir à União Geográfica Internacional e que para as relações internacionais e geográficas a designação "brasileiro" melhor convém a "nacional";

Considerando, por último, e principalmente, os pronunciamentos da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística constantes do art. 6.º da "resolução" n.º 18, de 30 Dezembro de 1936, e do art. 3.º da "Resolução" n.º 31, de 10 de Julho de 1937;

RESOLVE:

Artigo único — O Conselho Brasileiro de Geografia concorda com a sugestão do Conselho Nacional de Estatística sôbre a mudança do nome do Instituto Nacional de Estatística para Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Rio de Janeiro, 13 de Julho de 1937, ano II

do Instituto.

Conferido e numerado: a) Fábio de Macedo Soares Guimarães, Secretário Assistente da Assembléia — Visto e rubricado: a) Cristóvão Leite de Castro, Secretário Gêeral do Conselho — Publique-se: a) José Carlos de Macedo Soares, Presidente do Instituto e do Conselho.

Resolução n.º 7, de 13 de julho de 1937

Adota a ortografia simplificada, considera-a a mais conveniente para os trabalhos cartográficos e fixa outras providências

A Assembléia Geral do Conselho Brasileiro de Geografia, usando das suas atribuïções,

Considerando que a ortografia simplficada é a mais recomendavel, sob os pontos de rista da pedagogia, da uniformidade, da prosódia, da correção e outros;

Considerando o seu uso cada vez mais ge-

neralizado

Considerando o pronunciamento da confe-rência Brasileira de Geografia, de 1926, realizada sob os auspícios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sôbre a grafia dos nomes geográficos;

Considerando as vantagens, em economia e em clareza, para os trabalhos cartográficos, da redução do número de letras;

Considerando que a ortografia simplificada é a mais conveniente para êsses trabalhos cartográficos;

RESOLVE:

Art. 1.º O Conselho Brasileiro de Geografia adota a ortografia do acôrdo luso-brasileiro de 1931 em tôdas as suas publicações e redações.

Art. 2.º O Conselho Brasileiro de Geografia, por meio dos seus órgãos, empregará esforços para a generalização do uso da ortografia do acôrdo luso-brasileiro de 1931 nos meios geográficos, sobretudo por parte dos elementos in-tegrados no Conselho Brasileiro de Geografia.

Rio de Janeiro, 13 de Julho de 1937, ano II

do Instituto.

Conferido e numerado: a) Fábio de Macedo Soares Guimarães; Visto e rubricado: a) Cris-tóvão Lette de Castro, Secretário Geral do Conselho; Publique-se: a) José Carlos de Ma-cedo Soares, Presidente do Instituto e do Con-

Resolução n.º 8, de 15 de julho de 1937

Hegula a constituição e o funcionamento do Corpo de Informações Municipais

A Assembléia Geral do Conselho Brasileiro de Geografia, usando das suas atribuïções e tendo em vista o disposto nos arts. 16.º e 34.º do Regulamento;

RESOLVE:

Art. 1.º O Corpo de Informantes Municipais será constituído de pessoas idôneas, residentes nos Municípios e dedicadas ao estudo do território e vida municipal.

Art. 2.º Os Informantes de cada Muni-cípio, serão eleitos pelo Diretório Regional do Estado, dentre os nomes propostos em lista tríplice pelo Diretório Municipal respectivo, que justificará as indicações. Parágrafo único — Na escolha dos Infor-

mantes Municipais se deverá prevêr a existência de, pelo menos, um Informante em cada Distrito do Município.

Art. 3.º Os Informantes Municipais serão

os colaboradores diretos do Diretório Municipal,

na função de coleta de informações sôbre a

Geografia do Município. Parágrafo único — Os Informantes deverão prestar ao Diretório Municipal as informações por êle solicitadas e, espontâneamente, outras que estejam ao seu alcance.

Art. 4.º O Presidente do Diretório Muni-

cipal, na fase inicial, poderá designar provisòriamente os três vogais previstos no art. 13.º do Regulamento, independente das exigências do art. 2.º desta Resolução.

Parágrafo único - Dentro de 45 dias depois de constituído, o Diretório Municipal promoverá a formação do seu corpo de Informantes, remetendo ao Diretório Regional respectivo a lista dos nomes que propõe para Informantes Municipais.

5.º Os Informantes Municipais pode-Art. rão acompanhar os trabalhos dos Diretórios (Municipal, Regional e Central) e os da Assembléia Geral, nos têrmos do art. 19.º do Regulamento.

Rio de Janeiro, 15 de Julho de 1937. ano II do Instituto.

Conferido e numerado: a) Fábio de Macedo Soares Guimarães, Secretário Assistente da Assembléia; Visto e rubricado: a) Cristóvão Leite de Castro, Secretário Geral do Conselho; Publique-se: a) José Carlos de Macedo Soares, Presidente do Instituto e do Conselho.

Diretório Central

Ementário das Resoluções n.ºs 56 a 73 aprovadas no ano de 1940

- Resolução n.º 56, de 18 de Janeiro de 1940. "Torna extensivo à delegação do Estado do Rio de Janeiro à Assembléia Geral do Con-selho o disposto no art. 2.º da Resolução n.º 8 do Diretório Central".
- Resolução n.º 57, de 18 de Janeiro de 1940. "Autoriza um adeantamento ao Serviço Gráfico do Instituto pela impressão de pu-blicações do Conselho".
- Resolução n.º 58, de 7 de Fevereiro de 1940. "Aproya a indicação de Consultores Téc-nicos Regionais formulada pelo Diretório do Conselho no Estado de São Paulo".
- Resolução n.º 59, de 14 de Março de 1940. "Dispõe sôbre o pessoal do Serviço de Geo-grafia e Estatística Fisiográfica para o ano de 1940.
- Resolução n.º 60, de 4 de Março de 1940. "Promove o adiamento da realização Sessão ordinária da Assembléia Geral no corrente ano".
- Resolução n.º 61, de 3 de Abril de 1940. "Exprime congratulação com o Govêrno do Estado de São Paulo pela iniciativa do levantamento do território estadual pelo processo aerofotogramétrico.
- Resolução n.º 62, de 3 de Maio de 1940. "Aprova a integração do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais".
- Resolução n.º 63, de 20 de Maio de 1940. "Aprova o parecer sôbre a grafia em português de nomes geográficos estrangeiros".
- Resolução n.º 64, de 20 de Maio de 1940. "Dispõe sôbre a realização da "Campanha Altimétrica", no plano de trabalhos de atualização da Carta Geográfica do Brasil ao milionésimo".

- Resolução n.º 65, de 3 de Junho de 1940. "Aprova a proposta do orçamento do Conselho para o exercício de 1941"
- Resolução n.º 66, de 5 de Agôsto de 1940. "Autoriza a Presidência do Instituto a realizar um inquérito sôbre o restabelecimento do ensino da Geografia e da Corografia do Brasil, em aula isolada, no Curso Secuncundário".
- Resolução n.º 67, de 5 de Agôsto de 1940. "Autoriza o Presidente do Instituto a mandar inspecionar os Serviços Regionais fi-liados ao Conselho Nacional de Geografia e dá outras providências".
- Resolução n.º 69, de 19 de Agôsto de 1940. "Dispõe sôbre a representação do Conselho no IX Congresso Brasileiro de Geografia".
- Resolução n.º 69, de 19 de Agôsto de 1940. Determina a participação do Conselho no III Congresso de História e Geografia Sul Riograndese e dá outras providências".
- Resolução n.º 70, de 4 de Novembro de 1940. "Exprime regosijos e congratulações pelo admiravel êxito do IX Congresso Brasileiro de Geografia".
- Resolução n.º 71, de 4 de Novembro de 1940. "Manifesta apôio à deliberação da Presidência do Instituto de não realizar, no corrente ano, a sessão ordinária da Assembléia Geral do Conselho e dá outras providências".
- Resolução n.º 72, de 4 de Novembro de 1940. "Dispõe sôbre a publicação dos Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia.
- Resolução n.º 73, de 18 de Novembro de 1940. "Autoriza o aluguel de salas para o Serviço cartográfico do Conselho, faz transferências de verbas e dá outras providências".

Íntegra das Resoluções n.ºs 6 e 7

Resolução n.º 6, de 13 de abril de 1938

Aprova a indicação de Consultores Técnicos Regionais formulada pelo Diretório do Conselho no Estado do Ceará

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografía, usando das suas atribuïções, especialmente a que lhe é conferida pelo § 2.º do art. 15.º do Regulamento do Conselho;

Considerando os têrmos da resolução de 29 Março de 1938, do Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia no Estado do Ceará:

RESOLVE:

Art. único. Fica aprovada a proposta, formulada pelo Diretório Regional do Conselho no Estado do Ceará, dos nomes dos Srs. Tomaz Pompeu Sobrinho, Domingos Braga Bar-

roso, Euzébio Nerí Alves de Sousa, Hugo Victor, Hugo Catunda, José Valdo Ribeiro Ramos, João Nogueira, Tomaz Pompeu Filho, Antônio Ferreira Antero e Emídio Barboza para constituirem o Corpo de Consultores Técnicos Regionais, junto ao referido Diretório Regional. Rio de Janeiro, 13 de Abril de 1938, ano 3.º do Instituto.

Conferido e numerado; a) Fábio de Macedo Soares Guimarães, Secretário Assistente; Visto e rubricado: a) Cristóvão Lette de Castro, Secretário Geral do Conselho; Publique-se: a) José Carlos de Macedo Soares, Presidente do Instituto.

4

Resolução n.º 7, de 11 de maio de 1938

Recomenda aos Diretórios Regionais que se empenhem na instalação dos Diretórios Municipais de Geografia

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuïções;

Considerando a importância da missão dos Diretórios Municipais, que, como órgãos de ação local, têm constituição, atribuições e regimento, estabelecidos pelo Regulamento do Conselho e pela Resolução n.º 4, de 12 de Julho de 1937, da Assembléia Geral;

Considerando a necesidade da criação, urgente e uniforme, dos Diretórios Muncipais, cuja colaboração nos trabalhos cooperativos do Conselho, alguns já em curso, é indispensável; Considerando, finalmente, a ocorrência a

Considerando, finalmente, a ocorrência a 1.º de Julho próximo do primeiro aniversário da instalação do Conselho Nacional de Geografia, data para cuja comemoração será expressiva a apresentação do maior número de órgãos do Conselho instalados e em pleno funcionamento;

RESOLVE:

Art. 1.º Recomenda-se encarecidamente aos Diretórios Regionais que se empenhem na criação e instalação dos Diretórios Municipais respectivos, na forma do art. 13.º do Regulamento, da Resolução n.º 4 da Assembléia Geral e do art. 6.º da Resolução n.º 2, de 28 de Março de 1938. do Diretório Central.

1938, do Diretório Central.

Parágrafo único. A campanha, sugerida
neste artigo, tem como objetivo a instalação de
todos os Diretórios Muncipais, até o dia 1.º de
Julho próximo, data do primeiro aniversário da
instalação do Conselho Nacional de Geografia.

Julho próximo, data do primeiro aniversário da instalação do Conselho Nacional de Geografia. Art. 2.º Para presteza e uniformidade dos atos municipais de criação e instalação dos Diretórios Municipais, propõe-se o projeto padrão de lei municipal, anexo, que faz parte integrante desta Resolução.

desta Resolução. Art. 3.º A Secretaria Geral remeterá aos Diretórios Regionais, por via aérea, o texto desta Resolução e seu anexo, e pela via postal comum, exemplares desta Resolução e demais documentos necessários, para redistribuição às Prefeituras Municipais.

Rio de Janeiro, 11 de Maio de 1938, ano 3.º do Instituto.

Conferido e numerado: a) Fábio de Macedo Soares Guimarães, Secretário Assistente; Visto e rubricado: a) Cristóvão Leite de Castro, Secretário Geral do Conselho; Publique-se: a) José Carlos de Macedo Soares, Presidente do Instituto.

(Anexo da Resolução n.º 7, de 11 de Maio de 1938, do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia).

Decreto-Lei n.º de de 1938. Institue o Diretório Municipal de Geografia. O Prefeito Municipal de (preâmbulo usual nos decretos do Município);

Considerando a importância do conhecimento do território do Município, em seus variados aspectos geográficos, quer físicos quer humanos:

Considerando que o Govêrno da União instituiu o Conselho Nacional de Geografia, incorporado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com o objetivo de "reünir e coordenar os estudos sóbre a Geografia do Brasil e promover a articulação dos serviços oficiais (federais, estaduais e municipais), instituições particulares e dos profissionais, que se ocupem de Geografia do Brasil, no sentido de ativar uma cooperação geral para um conhecimento melhor e sistematizado do território pátrio. (decreto federal n.º 1 527, de 2 de março de 1937);

considerando que o Regulamento do Conselho Nacional de Geografia, aprovado pela respectiva Assembléia Geral, prevê em seu art. 13.º, a instituição em cada Município de um Diretório que, como órgão do Conselho, de ação local, tem por finalidade promover a cooperação municipal nos empreendimentos do Conselho;

Considerando que o Govêrno do Estado , a que se subordina êste Município, ratificou o Regulamento mencionado (decreto n.º , de de 1943);

Considerando, ainda, a vantagem apreciável da participação do Município no sistema nacional de pesquisa geográfica, em que se constitiuiu o Conselho Nacional de Geografia, mediante a instituïção do seu Diretório Municipal, vantagem não só quanto a uniformidade dos métodos e empreendimentos geográficos, a qual permitirá formar expressões brasileiras, mas também quanto a posibilidade da obtenção de subsidios técnicos e de auxílios materiais e financeiros, da parte do Conselho;

Considerando, finalmente, que, da instituïção do Diretório Municipal não decorrem onus para os cofres muncipais, a não ser que o Govêrno Municipal expontâneamente venha a lhe consignar recursos;

RESOLVE:

Art. 1.º Fica instituído neste Município o "Diretório Municipal de Geografia", como órgão do Conselho Nacional de Geografia, diretamente articulado com o Diretório Regional do Conselho no Estado de

Art. 2.º Compõem o Diretório, nos têrmos do art. 13.º do Regulamento do Conselho a); como presidente, o Prefeito Municipal;

- b) como secretário e suplente do Presidente, (mencionar o cargo do diretor da Repartação ou do chefe de serviço ou de instituição oficial, cuja atividade seja a mais relacionada com o conhecimento do território do Municipio);
- c) como membros, (mencionar os cargos dos demais funcionários municipais, professores e personalidades interessadas, pela sua função ou pelos seus estudos e conhecimentos, em questões da Geografia do Município).

Art. 3.º Os trabalhos do Diretório observarão as disposições da Resolução n.º 4, de 12 de Julho de 1937, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia. Art. 4.º Compete ao Diretório Municipal:

Art. 4.º Compete ao Diretório Municipal:
a) promover um melhor conhecimento do
território do Municipio, quer dos seus acidentes
naturais (rochas, terras, relêvo, rios e lagos e
litoral, clima, etc.), quer das suas características humanas (definição das linhas divisórias
municipais e interdistritais, situação e caracteres das localidades, povoamento e sua distribuïção, estradas de ferro e de automóvel, caminhos
carrocáveis e de tropa; navegação, linhas telegráficas e telefônicas, localização da produção
extrativa, agrícola, pecuária e industrial, etc).

 b) colhêr e remeter, devidamente criticadas e retificadas, as informações solicitadas pelos órgãos do Conselho Nacional de Geografia.

Art. 5.º — O Diretório Municipal, para a coleta de dados e informações territoriais, disporá dos Informantes Municipals que, nos têrmos do Regulamento do Conselho, serão pessoas residentes no Município, eleitas para êsse cargo pelo Diretório Regional do Estado, mediante proposta do Diretório Municipal, de cujas reüniões poderão participar, sem direito a voto.

Art. 6.º O Prefeito Municipal baixará, a seguir, portaria (ou Ato) fixando a data da instalação do Diretório Municipal, ora criado, dentro de dez dias a partir da presente data, e enunciando os nomes dos componentes do Diretório.

Diretórios Regionais

BAÍA

Íntegra das Resoluções n.∞ 6 a 10

Resolução n.º 6, de 29 de Novembro de 1938.

Faz sua adesão, como membro protetor, ao IX Congresso Brasileiro de Geográfia.

O Diretório do Conselho Nacional de Geografia no Estado da Baía, no uso de suas atribuïções;

Considerando a conveniência de sua adesão ao IX Congresso Brasileiro de Geografia, a se realizar no corrente ano, em Florianópolis;

RESOLVE:

Art. 1.º Aderir, como membro protetor, ao IX Congresso Brasileiro de Geografia, a se realizar em setembro próximo, na Cidade de Florianópolis, remetendo-se ao presidente da Comissão Organizadora, a contribuição devida.

missão Organizadora, a contribuição devida.

Art. 2.º Recomendar a cada um dos membros do Diretório sua adesão pessoal, assim como aos Diretórios Municipais e seus componentes.

Salvador, 30 de Janeiro de 1940.

Conferido e numerado: a) Lauro Sampaio, Secretário. Publique-se: a) $J.\ R.\ Medeiros$, Presidente.

Resolução n.º 7, de 12 de Janeiro de 1939.

Consigna um profundo voto de pezar pelo falecimento do Dr. Euzébio de Oliveira, membro do Diretório Central.

O Diretório do Conselho Nacional de Geografia no Estado da Baia, no uso de suas atribuïções;

Considerando que o falecimento do Dr. Euzébio Paulo de Oliveira, membro do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia e cientista de renome, representa uma grande perda para os meios científicos e em particular para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de que era membro eminente;

RESOLVE:

Art. único. Consignar um voto de profundo pezar pelo falecimento do Dr. Euzébio Paulo de Oliveira, membro do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia .

Salvador, 7 de Novembro de 1939.

Conferido e numerado. a) Lauro Sampaio, Secretário. Publique-se: a) $J.\ R.\ Medeiros$, Presidente.

Resolução n.º 8, de 17 de Abril de 1939.

Consigna um voto de confiança à Comissão Revisora da Divisão Terirtorial.

O Diretório do Conselho Nacional de Geografia no Estado da Baia, no uso de suas atriburções;

Tendo em vista as publicações feitas pelo jornal "A Tarde" contra a honradez e ação dos membros da Comissão Revisora da Divisão Territorial;

RESOLVE:

Art. único. Consignar um voto de confiança aos membros da Comissão Revisora da Divisão Territorial na Baia, profilgando o proceder dos que, pelo jornal "A Tarde", vem procurando combater a ação da mesma, com ataques até á sua honorabilidade, em vista de conhecer a retidão e critério que sempre pautaram os átos da mesma comissão, em relação à divisão territorial do Estado.

Salvador, 17 de Abril de 1939.

Conferido e numerado: a) Lauro Sampaio, Secretário; Publique-se: a) $J.\ R.\ Medeiros$, Presidente.

Resolução n.º 9, de 7 de Novembro de 1940.

Consigna um voto de congratulações ao Govêrno do Estado pela execução da lei n.º 311, com a assinatura do decreto n.º 11.089, e pela criação do prêmio "Teodoro Sampaio".

O Diretório do Conselho Nacional de Geografia no Estado da Baía, no uso de suas atribuïções;

bulções;
Tendo em vista a execução da lei n.º 311, pelo Govêrno do Estado, e a criação do prêmio "Teodoro Sampaio";

RESOLVE:

Art. único. E' consignado um voto de congratulações ao Govêrno do Estado da Baía, especialmente ao Sr. Interventor e Secretários da Agricultura e do Interior, pela assinatura do decreto n.º 11 089, de 20-11-1938, dando integral cumprimento à lei nacional n.º 311, assim como pela assinatura do decreto, n.º 11 157, de 31-12-1938, que confere ao município que melhor mapa apresentar o prêmio "Teodoro Sampaio" na importância de Cr\$ 5 000,00.

Salvador, 12 de Janeiro de 1939.

Conferido e numerado: a) Lauro Sampaio, Secretário. Publique-se: a) $J.\ R.\ Medeiros$, Presidente.

Resolução n.º 10, de 30 de Janeiro de 1940.

Consigna um voto de louvor aos membros da Comissão de Divisão Territorial e seus auxiliares da Diretoria de Serviços Geográficos.

O Diretório do Conselho Nacional de Geografia no Estado da Baia, no uso de suas atribuïcões:

Considerando a exposição feita pelo Presidente da Comissão de Divisão Territorial, sôbre a execução dos trabalhos da mesma Comissão, já terminados;

Considerando o espirito de ordem, critério e honestidade, que presidiu aos ditos trabalhos e o auxílio inestimável prestado por funcionários da Diretoria de Serviços Geográficos;

RESOLVE:

Art. único. E' consignado um voto de louvor aos membros da Comissão Revisora da Divisão Territorial do Estado da Baía, assim como aos seus auxiliares, funcionários da Diretoria de Serviços Geográficos, pelo espírito de ordem, honestidade e eficiência, de que revestiram êstes serviços, já concluídos.

Salvador, 29 de Novembro.

Coferido e numerado: a) Lauro Sampaio, Secretário; Publique-se: a) J. R. Medeiros, Presidente.

Quadro geral da administração pública brasileira

Administração federal

PODER EXECUTIVO:

Presidente da República: Dr. GETÚLIO DORNELES VARGAS.

Ministro de Estado da Aeronáutica: Dr. JOAQUIM PEDRO SALGADO FILHO.

Ministro de Estado da Agricultura: Dr. APOLÔNIO JORGE DE FARIA SALES.

Ministro de Estado da Educação e Saúde: Dr. GUSTAVO CAPANEMA.

Ministro de Estado da Fazenda: Dr. ARTUR DE SOUSA COSTA.

Ministro de Estado da Guerra: EURICO GASPAR DUTRA.

Ministro de Estado da Marinha: Vice-almirante HENRIQUE ARISTIDES GUILHEM.

Ministro de Estado da s Interiores: Dr. ALEXA Justiça e Negó-ALEXANDRE MARCON-DES FILHO (Interino).

Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. OSVALDO ARANHA.

Ministro de Estado do Trabalho, Indús-a e Comércio: Dr. ALEXANDRE MARCON-DES FILHO.

Ministro de Estado da Viação e Obras Públicas: General JOÃO DE MENDONÇA LIMA.

Coordenador da Mobilização Econômica: Ministro JOÃO ALBERTO LINS DE BARROS.

PODER JUDICIÁRIO:

Supremo Tribunal Federal:

PRESIDENTE: Ministro Eduardo Espínola. VICE-PRESIDENTE: Ministro José Linhares.

MINISTROS: Antônio Bento de Faria, Castro Nunes, Laudo Ferreira de Camargo, Orosimbo Nonato da Silva, Goulart de Oliveira, Anibal Freire, Barros Barreto, Valdemar Falcão e Filadelfo de Azevedo.

PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA: Dr. Gabriel de Resende Passos.

Supremo Tribunal Militar:

PRESIDENTE: Almte. Raul Tavares.

MINISTROS: Gen. Raimundo Barbosa, Gen. Almério de Moura, Gen. Manuel Rabelo, Almte. João Francisco de Azevedo Milanez, Brigadeiro do Ar Amílcar Sérgio Veloso Pederneiras, Dr. João Vicente Bulcão Viana, Dr. Mário Augusto Cardoso de Castro, Dr. João Pacheco de Oliveira, Dr. Washington Vaz de Melo.

PROCURADOR: Dr. Valdomiro Gomes Ferreira.

ADMINISTRAÇÕES LOCAIS

ALAGOAS: Major Ismar de Góis Monteiro (Interventor). AMAZONAS:

Dr. Alvaro Botelho Maia (Interventor).

Gal. Renato Pinto Aleixo (Interventor). CEARÁ:

Dr. Francisco Meneses Pimentel (Interventor). ESPÍRITO SANTO:

Dr. Jones dos Santos Neves.

Dr. Pedro Ludovico Teixeira (Interventor). MARANHÃO:

Dr. Paulo Martins de Sousa Ramos (Interventor).

MATO-GROSSO:

Dr. Júlio Strubing Müller (Interventor).

MINAS GERAIS: Dr. Benedito Valadares Ribeiro (Governador).

PARÁ: Cel. Joaquim Magalhães Cardoso Barata.

PARAÍBA: Dr. Rui Carneiro (Interventor).

PARANÁ:

Dr. Manuel Ribas (Interventor).

PERNAMBUCO:

Dr. Agamemnon Sérgio de Godói Magalhães (Interventor).

PIAU1:

Dr. Leônidas de Castro Melo (Interventor). RIO DE JANEIRO:

Capitão-Tenente Ernani do Amaral Peixoto (Interventor).

RIO GRANDE DO NORTE:

General Antônio Fernandes Dantas (Interventor).

RIO GRANDE DO SUL:

General Osvaldo Cordeiro de Faria (Inter-

SANTA CATARINA:

Dr. Nereu de Oliveira Ramos (Interventor). SÃO PAULO:

Dr. Fernando Costa (Interventor).

SERGIPE:

Coronel Augusto Maynard Gomes (Interventor).

DISTRITO FEDERAL:

Dr. Henrique de Toledo Dodsworth (Prefeito).

TERRITÓRIO DO ACRE: Cel. Luiz Silvestre Gomes Coelho (Governador).

TERRITÓRIO DE FERNANDO DE NORONHA. Governador: Cel. Tristão de Alencar Araripe.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA:

PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Dr. Getúlio Dorneles Vargas.

GABINETE CIVIL DO PRESIDENTE DA REPÚPLICA: (Sede: Palácio do Catete). — Chefe do Gabinete Civil e Secretário da Presidência da República: Dr. Luiz Fernandes Vergara. — Substituto do Secretário da Presidência da Re-pública: Dr. Alberto de Andrade Queiroz. — DIRETORIA DO EXPEDIENTE: Diretor: Dr. José de Queiroz Lima — Adjunto do Diretor: Dr. Darcí Carmo Diniz.

GABINETE MILITAR DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Chefe do Gabinete Militar: Gen. Firmo do Nascimento Freire. — Sub-Chefe do Gabinete Militar: Cap. de Mar e Guerra Otávio Figueiredo de Medeiros.

COMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO DO MÉRITO: (Sede: Palácio do Catete). — PRESI-DENTE: Ministro Ataulfo Nápoles de Paiva. — SECRETARIO: Dr. Geraldo Ildefonso Mascarenhas da Silva. — MEMBROS: Gen. Firmo do Nascimento Freire, Dr. Gabriel de Resende Passos, Dr. Afonso Pena Júnior e Dr. Rodolfo Augusto de Amorim Garcia.

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL: (Sede: Palácio do Catete). — PRESIDENTE: Dr. Getúlio Dorneles Vargas. — SECRETARIO GE-RAL: Gal. Firmo do Nascimento Freire.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PUBLICO: (Sede: Palácio do Trabalho, 6.º). — PRESIDENTE DO D.A.S.P.: Dr. Luiz Simões Lopes. — CONSELHO DELIBERA-TIVO: PRES.: Dr. Luiz Simões Lopes. — DIVI-SÕES DO D.A.S.P.: DIRETORES: de Organi-zação e Coordenação: Moacir Ribeiro Briggs; de Orientação e Fiscalização do Pessoal: Paulo de Lira Tavares; — de Estudos de Pessoal: Má-rio Bittencourt Sampaio; — de Seleção: Astério Dardeau Vieira; — de Aperfeiçoamento: Mário Paulo de Brito; e Encarregado do expediente da D.M.: Lucílio Briggs Brito.

CONSELHO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZA-ÇÃO: (Sede: Palácio Itamaratí). — PRESI-DENTE: Ministro Frederico Castelo Branco Clark

CONSELHO FEDERAL DE COMÉRCIO EX-TERIOR: (Sede: Av. Presidente Wilson, 231). — DIRETOR GERAL: Embaixador Ciro de Freitas Vale.

CONSELHO NACIONAL DE AGUAS E ENER-GIA ELETRICA: (Sede: Av. Graça Aranha, 39, 9.º e 10.º). — PRESIDENTE: Ten-Cel. Mário Pinto Teixeira da Cunha.

CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO: (Sede: Av. Presidente Wilson, 164 — 9.º). — PRESIDENTE: Gen. Júlio Caetano Horta Bar-

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PRO-PAGANDA: (Sede: Palácio Tiradentes). — DI-RETOR GERAL: Capitão Amílcar Dutra de Menezes.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA: (Sede: Pr. Mauá, 7 — 11.9). —
PRESIDENTE: Embaixador José Carlos de Macedo Soares. — SECRETARIO GERAL: Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas. — DIRETOR DA SECRETARIA: Dr. Alberto Martins.

COLÉGIOS DIRIGENTES:

Conselho Nacional de Estatística: Sede: Pr. Mauá, 7 — 11.º. SECRETÁRIO GERAL: Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas.

Conselho Nacional de Geografia: Sede: Av. Augusto Severo, 4. SECRETÁRIO GERAL: Dr. Cristóvão Leite de Castro.

Comissão Censitária Nacional: Sede: Av. Pasteur, 404. PRESIDENTE: Dr. José Carneiro Filipe.

ÓRGÃOS TECNICAMENTE SUBORDINADOS:

Servico Nacional de Recenseamento: Sede: Av. Pasteur, 404. DIRETOR: Dr. José Carneiro Filipe.

Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política (Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Av. Graça Aranha, 26, 10.º). DIRETOR: Dr. Heitor Bracet.

Serviço de Estatística Econômica e Financeira (Ministério da Fazenda. R. Luiz de Camões, 68). DIRETOR: Dr. João de Lourenco.

Serviço de Estatística da Produção (Ministério da Agricultura. Av. Presidente Wilson), DIRETOR: Dr. Alberto Ribeiro de Cerqueira Lima.

Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Palácio do Trabalho). DIRETOR: Dr. Osvaldo Gomes da Costa Miranda

Serviço de Geografia e Estatística Fisio-gráfica. Praça Getúlio Vargas, 14-5.º: DIRETOR: Eng. Cristóvão Leite de Castro.

Serviço de Estatística da Educação e Saúde (Ministério da Educação e Saúde. Pr. Mauá, 11.º) DIRETOR: Dr. M. A. Teixeira de Freitas.

REPARTIÇÕES CENTRAIS DE ESTATÍSTICA. na esfera regional:

AMAZONAS: Departamento Estadual de Estatística. Sede: Manaus.

Diretor: Júlio Benevides Uchoa.

PARA: Departamento Estadual de Estatística. Sede: Belém

Diretor: Adelino de Vasconcelos

MARANHÃO: Departamento Estadual de Estatistica. Sede: São Luiz.

Diretor: Djalma Fortuna.

PIAUÍ: Departamento Estadual de Estatistica. Sede: Teresina.

Diretor: João Bastos.

CEARA: Departamento Estadual de Estatística.

Sede: Fortaleza.

Diretor: Tomaz Gomes da Silva.

RIO GRANDE DO NORTE: Departamento Estadual de Estatística. Sede: Natal.

Diretor: Anfilóquio Câmara.

PARAÍBA: Departamento Estadual de Estatística.

Sede: João Pessoa.

Diretor: Sisenando Costa.

PERNAMBUCO: Departamento Estadual de Estatística.

Sede: Recife.

Diretor: Paulo Acioli Pimentel.

ALAGOAS: Departamento Estadual de Estatística.

Sede: Maceió.

Diretor: Manuel Diegues Júnior.

SERGIPE: Departamento Estadual de Estatística.

Sede: Aracajú.

Diretor: João Carlos de Almeida.

BAÍA: Departamento Estadual de Estatistica.

Sede: Salvador.

Diretor: Afrânio de Carvalho.

ESPÍRITO SANTO: Departamento Estadual de Estatística.

Sede: Vitória.

Diretor: Armando D. Rabelo.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO: Departamento Estadual de Estatística.

Sede: Niterói.

Diretor: Francisco Steele.

ESTADO DE SÃO PAULO: Departamento Estadual de Estatística.

Sede: São Paulo. Diretor: Djalma Forjaz.

PARANA: Departamento Estadual de Esta-

tística. Sede: Curitiba.

Diretor: Lauro Schleder.

SANTA CATARINA: Departamento Estadual de Estatística.

Sede: Florianópolis.

Diretor: Virgilio Gualberto.

RIO GRANDE DO SUL: Departamento Estadual de Estatística.

Sede: Pôrto Alegre. Diretor: Mem de Sá

MATO GROSSO: Departamento Estadual de Estatística.

Sede: Cuiabá. Diretor: Gervásio Leite Pereira.

GOIAZ: Departamento Estadual de Estatistica.

Sede: Goiânia.

Diretor: F. Balduino Santa Cruz.

MINAS GERAIS: Departamento Estadual de Estatística.

Sede: Belo Horizonte.

Diretor: Hildebrando Clark.

DISTRITO FEDERAL: Departamento de Geografia e Estatistica.

Sede: Rio de Janeiro.

Diretor: Sérgio Nunes de Magalhães Júnior.

TERRITÓRIO DO ACRE: Departamento de Geografía e Estatística.

Sede: Cruzeiro do Sul.

Diretor: Raimundo Nobre Passos.

TRIBUNAL DE CONTAS: (Sede: Av. Almirante Barroso, 81).

PRESIDENTE: Dr. Rubem Machado da Rosa.

VICE-PRESIDENTE: Dr. Bernardino José de Sousa.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

MINISTRO DE ESTADO: Dr. Joaquim Pedro Salgado Filho.

GABINETE DO MINISTRO: (Sede: R. México, $74\text{-}7.^{\circ}$).

ESTADO MAIOR DA AERONÁUTICA — (Sede: R. México, 74-8.º). — Fôrça Aérea Brasileira.

Chefe do Gabinete do Ministro: Ten.-Cel. Dulcídio Espírito Santo Cardoso.

Consultor Jurídico: Dr. Valdemar da Silva Moreira.

DIRETORIA DA AERONAUTICA CIVIL — (Sede: Ponta do Calabouço).

DIRETORIA DO MATERIAL — (Sede: R. Visconde de Itaboraí, 80).

DIRETORIA DO PESSOAL — (Sede: R. México, 74-2.º).

DIRETORIA DE ROTAS AÉREAS — (Sede: R. México, 74-7.º).

SERVIÇO DE FAZENDA DA AERONAUTI-CA — (Sede: R. México, 74).

COMANDO DE ZONA: Sedes em Belém, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Pôrto Alegre.

Brigadeiros do Ar:

Major Brigadeiro Armando T. Trompowsky, Chefe do Estado Maior da Aeronáutica.

Amílcar Sérgio Veloso Pederneiras, Ministro do Supremo Tribunal Militar — Pr. da República, 123.

Eduardo Gomes, Comandante da 2.ª Zona Aérea e Diretor de Rotas Aéreas — Sede: Base Aérea de Recife.

Gervásio Duncam de Lima Rodrigues, Comandante da $4.^{\rm a}$ Zona Aérea — Sede: Base Aérea de São Paulo.

Fernando Vítor do Amaral Savaget, Membro da Comissão de Requisições.

Antônio Guedes Muniz, Diretor da Fábrica Nacional de Motores — Baixada Fluminense.

Heitor Varady — Comandante da 3.ª Zona Aérea — Sede: Base Aérea dos Afonsos.

Coronéis:

Fábio de Sá Earp, Comandante da 5.ª Zona Aérea — Sede: Base Aérea de Pôrto Alegre.

Antônio Appel Neto, Comandante da 1.ª Zona Aérea — Sede: Base Aérea de Belém. Ajalmar Vieira Mascarenhas, Diretor do

Pessoal da Aeronáutica — R. México, 74-4.º.

Carlos Pfaltzgraff Brasil, Sub-Chefe do Estado Maior da Aeronáutica — R. México, 74-5.º.

Ivan Carpenter Ferreira, Diretor do Material da Aeronáutica — R. Visconde de Itaboraí, 80-1.º.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA:

MINISTRO DE ESTADO: Dr. Apolônio Jorge de Faria Sales.

CONSULTORIA JURÍDICA: Consultor Jurídico: Dr. Luciano Pereira da Silva. (Sede: Edifício do Ministério. R. da Misericórdia).

CENTRO NACIONAL DE ENSINO E PES-QUISAS ECONÔMICAS: (Sede: Edifício do Entreposto da Pesca. Pr. 15 de Novembro).

Diretor Geral: Dr. Heitor Vinicius da Silveira Grilo.

Instituto de Química Agrícola — (Sede: R. Jardim Botânico, 1024).

Instituto de Ecologia Agrícola — (Sede: R. Jardim Botânico, 1008).

Instituto de Experimentação Agrícola — (Sede: Edifício do Ministério. R. da Misericórdia).

Escola Nacional de Agronomia — (Sede: Av. Pasteur, 404).

Escola Nacional de Veterinária — (Sede: Av. Pasteur, 404).

Laboratório Central de Enologia — (Sede: R. da Misericórdia).

Instituto Nacional de Óleos — (Séde: Av. Maracanã).

COMISSSÃO DE EFICIÊNCIA: (Sede: R. da Misericórdia). — Presidente: Gil Stein Ferreira.

COMISSÃO NACIONAL DO GASOGÊNIO. — (Séde: Ed. do Ministério) — Presidente da Comissão: Ministro da Agricultura.

CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO DAS EXPEDIÇÕES ARTÍSTICAS E CIENTÍFICAS NO BRASIL: (Sede: R. Jardim Botânico, 1003). — Presidente: Dr. João Augusto Falcão de Almeida e Silva.

CONSELHO FLORESTAL FEDERAL: (Sede: R. da Miscricórdia). — Presidente: Dr. José Mariano Filho.

CONSELHO NACIONAL DE CAÇA: (Sede: Edifício do Entreposto da Pesca — Pr. 15 de Novembro). — Presidente: Dr. Alberto Régo

CONSELHO NACIONAL DA PESCA: (Sede: Edificio do Entreposto da Pesca. Pr. 15 de Novembro). — Presidente: Dr. Joaquim Rodrigues.

COMISSÃO DE CONTROLE DA PRODUÇÃO E COMÉRCIO DE BANANAS: (Sede: Santos — Estado de S. Paulo). — Presidente: Dr. Júlio Tôrres.

CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS — (Sede: Av. Graça Aranha, 15-4.º). — Presidente: General Cândido Mariano da Silva Rondon.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO: (Sede: Edificio do Ministério). — Diretor Geral: Dr. José Solano Carneiro da Cunha.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODU-ÇÃO ANIMAL: (Sede: R. Mata Machado). — Diretor Geral: Dr. Mário de Oliveira.

Instituto de Biologia Animal: (Sede: Av. Maracana, 222). — Diretor: Dr. Argemiro de Oliveira.

Divisão de Fomento da Produção Animal — (Sede: R. Mata Machado). — Diretor Dr. Mário Teles da Silva.

Divisão de Defesa Sanitária Animal: (Sede: R. Mata Machado). — Diretor: Dr. João Cláudio de Lima.

Divisão de Caça e Pesca: (Sede: Pr. 15 de Novembro). — Diretor: Dr. Ascânio Faria.

Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal: (Sede: R. Mata Machado). — Diretor: Dr. Augusto de Oliveira Lopes.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODU-ÇÃO MINERAL: (Sede: Av. Pasteur, 404). --Diretor: Dr. Antônio José Alves de Sousa.

Divisão de Fomento da Produção Mineral. Diretor interino: Dr. Avelino Inácio de Oliveira.

Divisão de Geologia e Mineralogia. Diretor: Dr. Aníbal Alves Bastos.

Divisão de Águas. Diretor: Dr. Valdemar José de Carvalho.

Laboratório da Produção Mineral. Diretor: Dr. Mário Abrantes da Silva Pinto.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODU-ÇÃO VEGETAL: (Sede: Edifício do Ministério). — Diretor Geral: Dr. Carlos de Sousa Duarte.

Divisão de Fomento da Produção Vegetal: Diretor: Dr. Oscar Espinola Guedes. Divisão de Defesa Sanitária Vegetal: Diretor: Dr. Antônio Francisco Magarinos Tôrres.

Divisão de Terras e Colonização: Diretor: Dr. José de Oliveira Marques.

PRIMEIRA COMISSÃO ESPECIAL REVISORA DE TÍTULOS E TERRAS: (Sede: Edifício do Ministério).

SECÇÃO DE SEGURANÇA NACIONAL: (Sede: Edifício do Entreposto da Pesca). — Diretor: Dr. Newton Beleza.

SERVIÇO DE ECONOMIA RURAL: (Sede: Edifício do Entreposto da Pesca). — Diretor: Dr. José de Arruda Albuquerque.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA PRODUÇÃO: (Sede: R. da Misericórdia). — Diretor: Dr. Alberto Ribeiro de Cerqueira Lima.

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DO COMÉR-CIO DE FARINHAS: (Sede: R. México, 90). — Diretor: Dr. Álvaro Simões Lopes.

SERVIÇO FLORESTAL: (Sede: R. Jardim Botânico, 1008). — Diretor: Dr. João Falcão.

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA: (Sede: Edifício do Ministério). — Diretor: Dr. Itagiba Barcante.

SERVIÇO DE METEOROLOGIA: (Sede: Edificio do Entreposto da Pesca). — Diretor: Dr. Francisco Xavier Rodrigues de Sousa. — Instituto Central.

SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍ-COLA E VETERINARIO: (Sede: Edifício do Ministério). — Superintendente: Dr. Arquimedes Lima Câmara.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS: (Sede: Av. Graça Aranha, 15-4.º). — Diretor: Coronel Vicente de Paulo Teixeira da Fonseca Vasconcelos.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

GABINETE DO MINISTRO:

Sede: Edifício Rex, 16.º — Chefe do Gabinete: Dr. Carlos Drúmmond de Andrade — 22-5588.

BIBLIOTECA NACIONAL:

Sede: Av. Rio Branco, 219/239. — Diretor: Dr. Rodolfo Augusto de Amorim Garcia — 22-6199.

CASA DE RUI BARBOSA:

Sede: R. São Clemente, 134. — Diretor: Dr. Américo Lourenço Jacobina Lacombe — 26-2548.

COLÉGIO PEDRO II:

INTERNATO — Sede: Campo de São Cristóvão, 177. — Diretor: Dr. Clovis do Rêgo Monteiro — 28-2538.

EXTERNATO — Sede: Av. Marechal Floriano, 80. — Diretor: Dr. Fernando Antônio Raja Gabaglia — 43-1904.

COMISSÃO DE EFICIÊNCIA:

Sede: R. México, 168-10.º. — Presidente: Heitor Pedro de Farias.

COMISSÃO INSPETORA DOS SERVIÇOS PSI-QUIÁTRICOS:

Sede: R. México, 90-3.0 - 22-4377.

COMISSÃO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO: Sede: R. Álvaro Alvim, 31-19.º. — Presidente: Dr. Euclides de Medeiros Guimarães Roxo — 42-7952.

COMISSÃO DO PLANO DA UNIVERSIDADE DO BRASIL:

Sede: R. do Ouvidor, 169-6.º — Presidente: Ministro Gustavo Capanema — 43-6520.

COMISSÃO NACIONAL DO ENSINO PRIMÁRIO:

Sede: Pr. Marechal Ancora. Presidente: Professor Everardo Backheuser

Presidente: Professor Everardo Backheuser — 42-7712.

CONSELHO NACIONAL DE DESPORTOS:

Sede: Edifício Rex, 16.º. — Presidente: Ministro Gustavo Capanema — 42-9744.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO:

Sede: R. do Ouvidor, 169-6.º. — Presidente: Dr. Reinaldo Porchat — 22-6817.

CONSELHO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL:

Sede: R. México, 90. — Presidente: Ministro Ataulfo Nápoles de Paiva — 42-5754.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO:

Sede: R. Almirante Barroso, 72-3.º. — Diretor: Joaquim Bittencourt Fernandes de Sá — 42-5727.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA CRIANÇA:

Sede: Av. Rui Barbosa, 12-3.º. — Diretor: Dr. Olímpio Olinto de Oliveira — 25-5201.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: Sede: Edifício Rex, 14.º — Diretor: Dr. Abgar Renault — 42-1481.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE SAÚDE:

Sede: Pr. Marechal Âncora. — Diretor Geral: Dr. João de Barros Barreto — 42-0708.

DIREÇÃO NACIONAL DA JUVENTUDE BRA-SILEIRA:

Sede: Praia do Flamengo, 132. — Secretário Geral: Major Jair Dantas Ribeiro.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE:

Sede: Recife — Pernambuco. — Diretor: Dr. Antônio Vicente de Andrade Bezerra.

FACULDADE DE MEDICINA DA BAÍA:

Sede: Salvador — Baía. — Diretor: Dr. Edgar Rêgo Santos.

FACULDADE DE MEDICINA DE PÔRTO ALE-

GRE: Sede: Pôrto Alegre — R. G. do Sul. — Diretor: Dr. Raul Moreira da Silva.

INSTITUTO BENJAMIM CONSTANT:

Sede: Av. Pasteur, 350. — Diretor: Dr. João Alfredo Lopes Braga — 26-9512.

INSTITUTO NACIONAL DE CINEMA EDUCATIVO:

Sede: Pr. da República, 14-1.º. — Diretor: Prof. A. Roquete Pinto — 43-9809.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDA-GÓGICOS:

Sede: Pr. Marechal Âncora. — Diretor: Dr. Manuel Bergström Lourenço Filho — 42-7951.

INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO:

Sede: Av. Rio Branco, 219-/239. — Diretor: Dr. Augusto Meyer — 42-5254.

INSTITUTO NACIONAL DE SURDOS-MUDOS: Sede: R. das Laranjeiras, 232. — Diretor: Dr. Armando Paiva de Lacerda — 25-5730.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL:

Sede: Pr. Marechal Âncora. — Diretor: Dr. Gustavo Barroso.

MUSEU IMPERIAL:

Sede: Petrópolis — Estado do Rio. — Diretor: Dr. Alcindo de Azevedo Sodré.

MUSEU NACIONAL:

Sede: Quinta da Boa Vista. — Diretora: D. Heloísa Alberto Tôrres — 28-7010.

MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES:

Sede: Av. Rio Branco, 199. — Diretor: Professor Osvaldo Teixeira — 42-4355.

OBSERVATÓRIO NACIONAL:

Sede: Morro de S. Januário. — Diretor: Dr. Sebastião Sodré da Gama — 28-6129.

SECÇÃO DE SEGURANÇA NACIONAL:

Sede: Pr. Mauá, 7-10.º. — Diretor: Dr. Fernando Magalhães.

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO:

Sede: Edifício Rex, 16.º. — Diretor: Dr. Vítor Nunes Leal — 22-8335.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E SAÚDE:

Sede: Pr. Mauá, 7-11.º. — Diretor: Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas — 43-0632.

SERVIÇO NACIONAL DE TEATRO:

Sede: Av. Graça Aranha, 29. — Diretor: Alexandre Abbadie Faria Rosa — 42-8900.

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E AR-TÍSTICO NACIONAL:

Sede: Av. Nilo Peçanha, 155-7.º. — Diretor: Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade — 42-7690.

SERVIÇO DE RADIO-DIFUSÃO EDUCATIVA:

Sede: R. da Carioca, 45-3.º. — Diretor: Dr. Edgar Roquete Pinto — 42-3435.

UNIVERSIDADE DO BRASIL: Sede: R. do Ouvidor, 169. — Reitor: Professor Raul Leitão da Cunha — 22-0507.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

GABINETE DO MINISTRO:

Sede: Av. Rio Branco. — Chefe: Secretário do Ministro da Fazenda: Dr. Ovídio Paulo de Meneses Gil — 43-1005.

COMISSÃO CONSTRUTORA DO EDIFÍCIO DO MINISTERIO DA FAZENDA:

Sede: Av. Graça Aranha, 19 — Chefe: Dr. Ari Fontoura de Azambuja — 22-0280.

COMISSÃO DE EFICIÊNCIA:

Sede: R. da Candelária, 9-10.º. — Presidente: Dr. Alberto Gentile — 43-6927.

COMISSÃO DO ORÇAMENTO:

Sede: Palácio do Trabalho, 6.º. — Presidente: Dr. Luiz Simões Lopes — 42-6911.

CONSELHO TÉCNICO DE ECONOMIA E FINANÇAS:

Sede: R. da Candelária, 9-9.º. — Presidente: Dr. Artur de Sousa Costa.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES (Primeiro): Sede: R. da Candelária, 9-4.º. — Presidente: José Luiz Batista.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES (Segundo): Sede: R. da Candelária, 9-5.º. — Presidente: Cornélio Marcondes da Luz.

CONSELHO SUPERIOR DE TARIFA:

Primeira Câmara: Sede: R. da Candelária, 9-4.º. — Presidente: Palvino Campos Rocha. Segunda Câmara: Sede: R. da Candelária, 9-4.º. — Presidente: Sílvio de Magalhães Figueira.

CONTADORIA GERAL DA REPÚBLICA:

Sede: Av. Branco, 9-1.º. — Contador Geral da República: Claudionor de Sousa Lemos — 43-2318.

DEPARTAMENTO FEDERAL DE COMPRAS:

Sede: Av. Graça Aranha, 62-11.º. — Diretor Geral: Dr. Fernando Martins Pereira e Sousa — 42-6140.

SECÇÃO DE SEGURANÇA NACIONAL:

Sede: Edifício do Ministério.

DIRETORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL:

Edifício do Ministério. — Diretor Geral: Dr. Romero Estelita Cavalcante Pessoa.

DIRETORIA DO DOMÍNIO DA UNIÃO:

Diretor: Eng. Ulpiano de Barros.

REPARTICÕES AUXILIARES E DEPENDENTES DO TESOURO NACIONAL.

DELEGACIAS FISCAIS.

MINISTÉRIO DA GUERRA

MINISTRO DE ESTADO DA GUERRA E PRE-SIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DE GUERRA: Gal. Divis. Eurico Gaspar Dutra.

GABINETE DO MINISTRO:

Sede: Palácio do Exército, 9.º. — Chefe do Gabinete: Coronel Cândido Caldas — 43-0343.

SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DA GUERRA:

Sede: Palácio do Exército, 8.º. — Secretário Geral: Gal. Brigada Mário José Pinto Guedes — 43-4123.

DIRETORIAS DAS ARMAS:

Sede: Palácio do Exército (Ala Praça da República, 5.º): Diretor: Gen. Euclides Zenóbio da Costa — 43-0463.

DIRETORIA DOS SERVICOS DE REMONTA E VETERINÁRIA:

Sede: Palácio do Exército (Ala Marcílio Dias, 3.º). — Sub-Diretor: General Antônio da Silva Rocha — 43-2495.

DIRETORIA DE ARTILHARIA DE COSTA:

Sede: Palácio do Exército (Ala Marcílio Dias, 6.º). — Diretor: General Sebastião do Rêgo Barros.

DIRETORIA DO SERVIÇO DE ENGENHARIA:

Sede: Palácio do Exército, 4.º e 5.º. — Diretor: General Amaro Soares Bittencourt.

DIRETORIA DE MOTO-MECANIZAÇÃO:

Sede: Palácio do Exército, 18.º. — Diretor: Gen. Milton de Freitas Almeida — 43-8599.

DIRETORIA DO MATERIAL BÉLICO:

Sede: Palácio do Exército, 7.º. — Diretor: General Artur Silo Portela - 43-8746.

DIRETORIA DE RECRUTAMENTO:

Sede: Palácio do Exército (Ala Marcílio Dias, 5.9). Diretor: Cel. Lourival Duarte do

DIRETORIA DE INTENDÊNCIA DO EXÉRCITO:

Sede: Palácio do Exército (Ala Marcílio Dias, 6.9). Diretor: Gen. Emilio Fernandes de Sousa Doca.

DIRETORIA DE SAÚDE DO EXÉRCITO:

Sede: Palácio do Exército, 2:0. — Diretor: General Médico Dr. Afonso de Sousa Ferreira.

DIRETORIA DE FUNDOS DO EXÉRCITO:

Sede: Palácio do Exército (Ala Visconde da Gávea, 2.º). — Diretor: Coronel Alcebíades Simões Pires.

ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO

Sede: Palácio do Exército, 6º: — Chefe: General Pedro Aurélio de Góis Monteiro.

ESCOLA DO ESTADO MAIOR:

Sede: Praça General Tibúrcio. Diretor: Cel. Henrique Batista Teixeira Zott. Tel.: 26-8733.

INSPETORIA DE CAVALARIA, TREM, REMON-TA E VETERINARIA:

Sede: Palácio do Exército, 12.º. — Inspetor: General José Pessoa Cavalcante de Albuaueraue.

INSPETORIA GERAL DO ENSINO DO EXÉR-CITO:

Sede: Palácio do Exército. — Inspetor: General Isauro Reguera.

SERVIÇO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO EXÉRCITO:

Sede: Morro da Conceição. - Diretor: General Coelho Neto.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

GABINETE DO MINISTRO:

Sede: Palácio Monroe — Av. Rio Branco. Chefe do Gabinete — 22-3173.

ARQUIVO NACIONAL:

Sede: Pr. da República, 26. — Diretor: Dr. Eugênio Vilhena de Morais — 22-4441.

COMISSÃO DE EFICIÊNCIA:

Sede: R. Senador Dantas, 1 — Presidente: Dr. Bento Queiroz de Barros Júnior — 43-3240.

COMISSÃO DE ESTUDOS DOS NEGÓCIOS ES-TADUAIS:

Sede: Palácio Monroe. — Presidente: Dr. Adroaldo Junqueira Aires — 22-9933-R. 18.

COMISSÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRAN-GEIROS:

Sede: Palácio Monroe - 42-8477.

COMISSÃO REVISORA DE DECRETOS-LEIS: Sede: Palácio Monroe.

CONSELHO NACIONAL DE TRANSITO:

Sede: Palácio Monroe. — Presidente. Dr. Iedo Fiúsa — 22-9933.

CONSULTOR GERAL DA REPÚBLICA:

Sede: R. Senador Dantas. — Consultor Geral: Dr. Hahnemann Guimarães - 42-1727.

CONSULTOR JURÍDICO:

Sede: Palácio Monroe. — Co Fernando Antunes — 22-6831. - Consultor Dr.

CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FE-DERAL:

Sede: Pr. da República, 45. — Comandante: Coronel Aristarco Pessoa Cavalcante de Albuquerque — 22-4455.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO:

Sede: R. Senador Dantas. - Diretor Geral: Dr. Cincinato Galvão Ferreira Chaves -42-7101.

DIRETORIA DA JUSTICA E DO INTERIOR:

Sede: Edifício Rex, 17.º. — Diretor: Dr. Augusto César Lôbo.

IMPRENSA NACIONAL:

Sede: Av. Rodrigues Alves, 1. — Diretor: Dr. Rubens d'Almada Horta Pôrto — 43-8833.

JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL: Sede: R. Dom Manuel, 27/45.

JUIZO DE MENORES:

Sede: R. dos Inválidos, 152. — Juiz: Dr. Saul de Gusmão - 42-7916.

JUSTIÇA DO TERRITÓRIO DO ACRE:

Sede: Cruzeiro do Sul - Acre.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL:

Sede: Av. Rio Branco, 241.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA JUSTIÇA DO DIS-TRITO FEDERAL:

Sede: Edifício do Forum. R. Dom Manuel. Procurador Geral: Dr. Romão Côrtes de Lacerda — 42-6523.

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL:

Sede: R. da Relação. — Chefe de Polícia: Coronel Alcides Etchegoyen.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL: Sede: R. Evaristo da Veiga, 78. - Comandante: General Odílio Denys.

SECÇÃO DE SEGURANÇA NACIONAL: Diretor: Dr. Augusto César Lôbo.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A MENORES:

Sede: R. São Cristóvão, 482. — Diret Alencar Neto — 28-2378.

DE ESTATÍSTICA DEMOGRÁFICA. MORAL E POLÍTICA:

Graça Aranha, 26-10.º. - Dire-Sede: Av. tor: Dr. Heitor Bracet - 42-9370.

MINISTÉRIO DA MARINHA

GABINETE DO MINISTRO:

Sede: Cais dos Mineiros. — Chefe do Gabinete: Capitão de Mar e Guerra Jerônimo Francisco Gonçalves — 23-2258.

SECRETARIA DA MARINHA:

Sede: Edifício do Ministério. — Diretor: Dr. Rodolfo Graça - 23-6080.

ARSENAL DE MARINHA DA ILHA DAS COBRAS:

Sede: Ilha das Cobras. — Diretor: Contra--Almirante Eng.º Naval Júlio Regis Bit-tencourt — 23-0551.

ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO:

Sede: (Entrada) Pr. Barão de Ladário. — Diretor Geral: Capitão de Mar e Guerra Oscar de Barros Cavalcante — 23-4110.

AUDITORIA DA MARINHA:

Sede: Edifício do Ministério, 7.º. 1.º Auditor: Dr. Henrique Alberto Maga-lhães de Almeida — 2.º Auditor: Dr. José Batista dos Santos Júnior.

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E TOMBA-MENTO DOS PRÓPRIOS NACIONAIS:

Sede: Edifício do Ministério, 5.º. Capitão de Mar e Guerra Francisco de Araújo Reis Viana.

COMISSÃO DE METALURGIA:

Sede: Edifício do Ministério, 5.º. Presidente: Contra-Almirante Alberto da Cunha Pinto.

CONSELHO DO ALMIRANTADO:

Sede: Edifício do Ministério, 3.º. Presidente: Vice-Almirante Henrique Aristides Guilhem.

DIRETORIA DO ARMAMENTO DA MARINHA:

Sede: Cidade de Niterói. — Diretor: Capitão de Mar e Guerra Oscar Pereira de Sousa e Almeida — Niterói, 828.

DIRETORIA DE ENGENHARIA NAVAL:

Sede: Edifício do Ministério, 5.º. - Diretor Geral: Almirante Luiz Pereira das Neves - 23-2070 — R.126.

DIRETORIA DO ENSINO NAVAL:

Sede: Edifício do Ministério, 5.º. - Diretor Geral: Vice-Almirante Guilherme Reiken.

DIRETORIA DE FAZENDA DA MARINHA:

Sede: Edifício do Ministério, 2.º. - Diretor--Geral: Vice-Almirante Raimundo de Melo Braga de Mendonça.

DIRETORIA DE MARINHA MERCANTE:

Sede: Edifício do Ministério, 4.º. — Diretor Geral: Vice-Almirante Mário de Oliveira Sampaio.

DIRETORIA DE NAVEGAÇÃO:

Sede: Ilha Fiscal. - Diretor Geral: Contra--Almirante Jorge Dodsworth Martins.

DIRETORIA DO PESSOAL DA ARMADA:

Sede: Edifício do Ministério, 4.º. - Diretor Geral do Pessoal: Contra-Almirante Mário Hechesher.

DIRETORIA DE SAÚDE NAVAL:

Sede: Edifício do Ministério. — Diretor Geral: Contra-Almirante Médico Dr. Heráclito de O. Sampaio.

ESCOLA DE MARINHA MERCANTE DO RIO DE JANEIRO:

Sede: R. do Rosário, 21/22. — Diretor: pitão de Mar e Guerra Aarão Reis Filho. - Diretor: Ca-

ESTADO MAIOR DA ARMADA.

Sede: Edifício do Ministério. — Chefe: Vice-Almirante Américo Vieira de Melo.

TRIBUNAL MARÍTIMO ADMINISTRATIVO:

Sede: Pr. Sérvulo Dourado. — Presidente: Vice-Almirante Mário de Oliveira Sampaio.

Relação dos almirantes em serviço ativo:

VICE-ALMIRANTES:

2 - Américo Vieira de Melo, Chefe do Estado Maior da Armada. João Lira, 35. — Leblon.

Mário de Oliveira Sampaio, Diretor Geral de Marinha Mercante. Pr. José de Alencar (Hotel dos Estrangeiros) Apt. 22.

 4 — Alvaro Rodrigues de Vasconcelos,
 A Disposição do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada do Brasil - Washington, D. C. - EE. UU.

5 — Raimundo de Melo Braga de Mendonça, Vice-Presidente da Com. Cent. de Requisicões. Pr. Santos Dumont, 104 — Gávea.

Eduardo Augusto de Brito Cunha. A disposição do Ministério das Relações Exteriores.

Av. N. S. de Copacabana, 1394 - Ap. 3.

Guilherme Rieken. Diretor Geral do Ensino Naval. São Clemente, 139-Casa, 26.

CONTRA-ALMIRANTES:

- 8 Alberto de Lemos Bastos,
 Comandante Naval de Leste.
 Salvador Estado da Baía.
- 9 Durval de Oliveira Teixeira, Comandante Naval do Centro. Otávio Correia, 286 — Urca.
- 10 Arí Parreiras, Chefe da Comissão de Instalação da Base Naval de Natal. Natal — Estado do Rio Grande do Norte.
- 11 Mário Hecksher, Diretor da Escola Naval. São Francisco Xavier, 312 — São Francisco Xavier.
- 12 Jorge Dodsworth Martins,
 Diretor Geral de Navegação.
 Sousa Lima, 8 apt. 64 Copacabana.
- 13 Gustavo Goulart, Comandante Naval do Norte. Belém — Estado do Pará.
- 14 José Maria Neiva, Comandante Naval do Nordeste. Recife — Estado de Pernambuco.
- 15 Oscar de Frias Coutinho, Diretor Geral de Fazenda. Coronel Cabrita, 17 — São Cristóvão.
- 16 Luiz Augusto Pereira das Neves, Diretor Geral de Engenharia Naval. Praia de Botafogo, 148 — 6. °andar — apt. 60 — Botafogo.
- Heráclito de Oliveira Sampaio,
 Diretor Geral de Saúde Naval,
 Paissandú, 239 ap. 22 Flamengo.
- 18 Milcíades Portela Ferreira Alves, Comandante Geral do Corpo de Fusileiros Navais. Ilha das Cobras.

Sílvio de Noronha. Comandante Naval de Mato Grosso-Ladário.

Alfredo Carlos Soares Dutra. Comandante da Fôrça Naval do Nordeste.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE ESTADO:

Sede: Av. Marechal Floriano, 196. — Secretário Geral: Embaixador Pedro Leão Veloso — 43-2820. — DEPARTAMENTO DIPLOMÁTICO E CONSULAR. Chefe: Embâixador Pedro Leão Veloso. — DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO: Chefe: Ministro Mário Saint-Brisson Marques — 43-2820.

COMISSÃO DE EFICIÊNCIA:

Sede: Palácio Itamaratí. — Presidente: Ministro Renato de Lacerda Lago — 43-2820.

COMISSÃO NACIONAL DE FISCALIZAÇÃO DE ENTORPECENTES:

Sede: Palácio Itamaratí. — Presidente: Dr. Roberval Cordeiro de Farias.

SECCÃO DE SEGURANCA NACIONAL:

Sede: Palácio Itamaratí. — Diretor: Embaixador Pedro Leão Veloso.

SERVIÇO DE INFORMAÇÕES:

Sede: Palácio Itamaratí. — Redator-Chefe: Dr. Renato da Costa Almeida.

SERVIÇO JURÍDICO:

Sede: Palácio Itamarati. — Consultor Jurídico: Dr. Sebastião do Rêgo Barros.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

GABINETE DO MINISTRO:

Sede: Palácio do Trabalho, 8.º — Secretário do Ministro: Dr. Aristides Malheiros.

COMISSÃO DE EFICIÊNCIA:

Sede: Palácio do Trabalho, 5.º.

COMISSÃO DE METROLOGIA:

Sede: Av. Venezuela, 82, 3.º. — Presidente: Dr. Dulcídio A. Pereira.

DELEGACIAS REGIONAIS:

Sede: Capitais dos Estados.

DELEGACIAS DO TRABALHO MARÍTIMO: Sediadas nos portos.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO:

Sede: Palácio do Trabalho, 8.º. — Diretor: Dr. José Cândido de Lima Ferreira — 22-4191.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO: Sede: Palácio do Trabalho, 10.º. — Diretor:

Dr. Henrique Dória de Vasconcelos — 42-6621.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO:

Sede: Palácio do Trabalho, 11.º. — Diretor: Dr. Ildefonso d'Abreu Albano — 22-0122.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PROPRIEDA-DE INDUSTRIAL:

Sede: Palácio do Trabalho, 3.º. — Diretor: Dr. Francisco Antônio Coelho.

CONSELHO DE RECURSOS DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL:

Sede: Palácio do Trabalho. — Presidente: Ministro do Trabalho.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO:

Sede: Palácio do Trabalho. — Diretor: Dr. Edmundo Perry — 42-5867.

DEPARTAMENTO NACIONAL DO TRABALHO:

Sede: Palácio do Trabalho, 5.º. — Diretor: Dr. Luiz Augusto do Rêgo Monteiro — 42-7500.

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA:

Sede: Av. Venezuela, 82. — Diretor: Dr. Ernesto Lopes da Fonseca Costa — 43-1428.

CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO:

Sede: Palácio do Trabalho, 9.º.

SECÇÃO DE SEGURANÇA NACIONAL:

Sede: Palácio do Trabalho, 11.º — Diretor: Dr. Luiz Augusto do Rêgo Monteiro.

SERVICO ATUARIAL:

Sede: Palácio do Trabalho, 7:°. — Diretor: Dr. Paulo Leopoldo Pereira da Câmara.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA PREVIDÊNCIA DO TRABALHO:

Sede: Palácio do Trabalho, 4.º.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

GABINETE DO MINISTRO:

Sede: Pr. 15 de Novembro. — Chefe do Gabinete: Dr. Vitor Gustavo de Mascarenhas Tamon. — Consultor Jurídico: Dr. Adauto Cardoso.

COMISSÃO DE EFICIÊNCIA:

Sede: Pr. 15 de Novembro. — Presidente: Raul de Azeredo — 22-7876.

COMISSÃO DE MARINHA MERCANTE:

Sede: Av. Rio Branco, 46, 2.º. — Presidente: Comandante Rodolfo Fróis da Fonseca.

COMISSÃO MISTA BRASILEIRO-BOLIVIANA: Sede: Corumbá — Mato Grosso. — Chefe da Comissão: Luiz Alberto Whertely.

COMISSÃO DE ACERVO DA BRAZIL RAIL-WAY COMPANY E OUTRAS EMPRESAS:

Sede: Edifício da A Noite. — Superintendente: Coronel Luiz Carlos da Costa Neto.

CONSELHO NACIONAL DE MINAS E META-LURGIA:

Sede: Pr. 15 de Novembro. — Presidente: General João de Mendonça Lima.

CONTADORIA GERAL DE TRANSPORTES:

Sede: R. Uruguaiana, 25. — CONSELHO ADMINISTRATIVO: Presidente: Dr. Jurandir Pires Ferreira. — CONSELHO DE TARIFAS E TRANSPORTES:

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO:

Sede: Pr. 15 de Novembro. — Diretor: Dr. Fernando Augusto de Almeida Brandão — 42-8395

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉ-GRAFOS:

Sede: Pr. 15 de Novembro. — Diretor Geral: Major Landry Sales Gonçalves — 42-2266. — DIRETORIAS REGIONAIS:

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO:

Sede: Av. Graça Aranha, 62.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM:

Sede: Pr. Mauá, 7. — Diretor: Dr. Iedo Fiúsa. — 43-2065.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS E SANEAMENTO:

Sede: Av. Venezuela, 238. — Diretor: Dr. Hildebrando de Araújo Góis — 43-5045.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS E NAVEGAÇÃO:

Sede: Pr. Mauá, 10. — Diretor: Dr. Frederico César Burlamaqui.

FÁBRICA NACIONAL DE MOTORES:

Diretor: Brigadeiro do Ar Antônio Guedes Muniz.

SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA E DE ADMINISTRAÇÃO DO PÔRTO DO PARA: Sede: Belém — Pará. — Diretor: Comandante Francisco Bulcão Viana.

INSPETORIA FEDERAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS:

Sede: Av. Nilo Peçanha, 155. — Inspetor: Dr. Luiz Augusto da Silva Vieira —42-1659.

INSPETORIA GERAL DE ILUMINAÇÃO:

Sede: Av. Graça Aranha, 43. — Inspetor Geral: Dr. Francisco de Sá Lessa.

SECÇÃO DE SEGURANÇA NACIONAL:

Sede: Pr. 15 de Novembro. — Diretor: Dr. Vicente de Brito Pereira Filho — 22-9230.

Administração regional (*)

DISTRITO FEDERAL

PROCURADORIA:

Dr. José Sabóia Viriato de Medeiros, procurador.

SECRETARIA GERAL DE EDUCAÇÃO E CUL-TURA:

Cel. Jonas de Morais Correia Filho, secretário geral.

SECRETARIA GERAL DE FINANÇAS: Dr. Mário Melo, secretário geral.

SECRETARIA GERAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA:

Dr. Jesuíno Carlos de Albuquerque, secretário geral.

SECRETARIA GERAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:

Dr. Edson Junqueira Passos, secretário geral.

TRIBUNAL DE CONTAS:

Presidente: Cônego Olímpio de Melo. — Vice-Presidente: Dr. Benjamim Guilherme dos Reis Jr. — Membros: Dr. Pedro Firmeza, Dr. Francisco Antônio R. Sales Fllho, Dr. Rui Carneiro da Cunha, Dr. Valdomiro de Barros Magalhães, Dr. Ivan Monteiro de Barros Lins.

SECRETARIO DO PREFEITO:

Dr. Jorge Dodsworth.

ALAGOAS

Secretários de Estado e Diretores de Repartição

SECRETARIA DO INTERIOR, EDUCAÇÃO E SAÚDE:

Bel. Arí Bôto Pitombo, secretário.

SECRETARIA DA FAZENDA E DA PRODUÇÃO: Agr.º Esperidião de Farias Júnior, secretário.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO: Bel. José Mota Maia, diretor.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES E ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO:
Pedro Barreto Falcão, diretor.

^{*} Falta indicação do Estado do Maranhão.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA:

Bel. Antônio de Freitas Cavalcante, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:

Bel. Manuel Diegues Júnior, diretor.

DIRETORIA DA RECEITA:

Bel. Aldaberon Cavalcante Lins, diretor.

DIRETORIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS: Eng. civil Valdemar Uchoa de Oliveira, dir.

DIRETORIA DE SAÚDE PÚBLICA:

Dr. Rodrigues de Albuquerque, diretor.

DIRETORIA GERAL DO INTERIOR, EDUCA-ÇÃO E SAÚDE:

Bel. José Maria Correia das Neves, diretor.

DIRETORIA GERAL DA FAZENDA: José Marinho Júnior, diretor.

DIRETORIA DA PRODUÇÃO ANIMAL: Agrônomo Alberto Araújo, diretor.

DIRETORIA REGIONAL DA DEFESA PASSIVA ANTI-AÉREA:

Dr. Lourival de Melo Mota, diretor.

SECRETARIA DA INTERVENTORIA FEDERAL: Cap. Alves Mata, secretário.

ADMINISTRAÇÃO DO PÔRTO:

Eng. civil Antônio Mário Mafra, Superintendente.

FORÇA POLICIAL MILITAR:

Cel. Manuel Xavier de Oliveira. comandante.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO: Alexandre Nobre, presidente.

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO:

Pe. Luiz Medeiros Neto, diretor.

GUARDA CIVIL:

Cap. Antônio Pantaleão Neto, comandante.

COLÔNIA EDUARDO RABELO:

Dr. Aderbal Jatobá, médico.

COLÉGIO ALAGOANO (Secção Masculina):
Cirurgião-dentista Vital de Meira Barbosa,
diretor.

COLÉGIO ALAGOANO (Secção feminina): Bel. Teonilo Cravo Gama, diretor.

PROCURADORIA DA FAZENDA:

Bel. Antônio Baltasar de Mendonça, procurador.

AMAZONAS

SECRETARIA GERAL DO ESTADO:

Dr. Rui Araújo, secretário.

CÔRTE DE APELAÇÃO:

Desembargador Artur Virgílio do Carmo Ribeiro, presidente.

CHEFIA DE POLÍCIA:

Dr. Antônio de Oliveira Lima, chefe.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO:

Dr. Leopoldo Peres, presidente.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA: Dr. Temístocles Pinheiro Gadelha, diretor. DIRETORIA DO COLÉGIO AMAZONENSE: Prof. José Rocha de Machado e Silva, di-

DIRETORIA DA FAZENDA PÚBLICA:

Dr. Leopoldo Amorim da Silva Neves, diretor.

DIRETORIA DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO:
Prof.^a Eunice Serrano Teles de Sousa, diretora.

FÔRÇA POLICIAL:

retor

Tte.-Cel. João Gentil Barbato, comandante.

BAÍA

Interventoria

INTERVENTOR FEDERAL:

Gal. Renato Onofre Pinto Aleixo.

SECRETÁRIO DA INTERVENTORIA:

Bel. João da Costa Pinto Dantas Júnior.

ASSISTÊNCIA MILITAR:

Major Maurino Cesimbra Tavares.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO (Pres.): Eng. Civil Arnaldo Pimenta da Cunha.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO (Dirinterino):

Bel. Joaquim Artur Pedreira Franco.

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA (Dir.): Bel. Afrânio de Carvalho.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPA-GANDA (Dir.):
Bel. Jorge Calmon Moniz de Bittencourt.

Secretaria do Interior e Justiça

SECRETÁRIO DO INTERIOR E JUSTIÇA: Bel. Artur César Berenguer.

PROCURADOR GERAL DO ESTADO: Bel. Epaminondas Berbert de Castro.

TRIBUNAL DE APELAÇÃO (Pres.): Bel. EUVALDO LUZ.

TRIBUNAL DE APELAÇÃO (Secretário): Bel. Lafaiete Pereira Guimarães.

DIRETOR DA ADMINISTRAÇÃO (S.I.): Bel. Ademar Correia de Meneses.

ARQUIVO PÚBLICO (Dir.):

Bel. Alfredo Vieira Pimentel.

JUNTA COMERCIAL (Dir. Sec.): Bel. César Prisco Paraíso.

INSTITUTO DE PRESERVAÇÃO E REFORMA (Dir.):

Bel. Édison Tenório de Albuquerque.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES (Dir.):

Bel. Tarcilo Vieira de Melo.

IMPRENSA OFICIAL (Dir.):

Bel. Afonso Rui de Sousa.

PENITENCIARIA DO ESTADO (Dir.): Bel. Sebastião Alfredo Ramos.

Secretaria de Educação e Saúde

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE: Dr. Aristides Novis DIRETOR DO GABINETE (Educação):
Alvaro Coelho Moreira.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO (Dir.):
Bel. Álvaro Augusto da Silva.

INSTITUTO NORMAL DA BAÍA (Dir.): Eng. civil Solon Nélson de Sousa Guimarães.

COLEGIO ESTADUAL DA BAÍA (Dir.):
Bel. Francisco da Conceição Meneses.

INSPETORIA DE MUSEU E MONUMENTOS (Insp).:

Bel. José Prado Valadares.

BIBLIOTECA PÚBLICA (Dir.): Bel. Osvaldo Imbassaí da Silva.

ESCOLA POLITÉCNICA DA BAÍA (Dir.): Eng. civil Arquimedes Pereira Guimarães.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE (Dir.): Dr. Luiz Lessa.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA (Dir.): Dr. José de Oliveira Guimarães.

HOSPITAL COUTO MAIA (Dir.): Dr. Antônio de Assís Coelho Borges.

INSTITUTO OSVALDO CRUZ (Dir.):
Dr. Agenor Meireles.

SERVIÇO DE PRONTO SOCORRO (Dir.): Dr. Matias Mariani Bittencourt.

HOSPITAL JULIANO MOREIRA (Dir.): Dr. João Inácio de Mendonça.

HOSPITAL SANTA TERESINHA (Dir.): Dr. César de Araújo.

LEPROSÁRIO RODRIGUES DE MENESES (Dir.): Dr. Francisco Mendonça.

DIVISÃO DE SAÚDE (Dir.): Dr. Álvaro Franca Rocha.

ASSISTÊNCIA SOCIAL (Dir.): Dr. Colombo Moreira Espínola.

Secretaria de Segurança Pública

SECRETARIO DA SEGURANÇA PÚBLICA:
Major Hoche Pulquério.
INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINA

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL (Dir.):

Dr. Egas Moniz de Aragão.

DEPARTAMENTO CENTRAL ADMINISTRATIVO (Dir.):

Bel. Nélson de Almeida Pinto.

DELEGADO AUXILIAR:

Bel. Antônio Pereira de Matos.

DELEGADO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL: Bel. Almir B. Pinto.

INSPETOR DA POLÍCIA MARÍTIMA: Bel. Mário José Cardoso.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICA: Dr. Pedro Augusto de Melo.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO: Eng. civil Armando Carneiro da Rocha.

INSTITUTO MÉDICO LEGAL (N. Rodrigues): Dr. Estácio Valente de Lima.

COMANDANTE DA FORÇA POLICIAL: Cel. Armindo Vilaca.

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO: Farmacêutico Francisco Ribeiro Gonçalves.

CASA DE DETENÇÃO (Dir.): Bel. Leopoldo Braga.

Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio

SECRETÁRIO DA AGRICULTURA I.C.:
Agr. Paulo Campos Pôrto.

DIRETOR DA ADMINISTRAÇÃO: Hermógenes Florence Drummond.

ESCOLA DE AGRICULTURA E MEDICINA VE-TERINARIA (Dir.): Agr. José Carlos Ribeiro.

DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO VEGETAL (Dir.):

Agr. Nuno Dias Tavares.

DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO ANIMAL (Dir.):

Agr. Francisco Veloso Pondé.

DEPARTAMENTO DE TERRAS E PROTEÇÃO À NATUREZA (Dir.):
Eng. civil Alfredo de Amorim Coelho.

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA (Dir.): Eng. civil Lauro de Andrade Sampaio.

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA AO CO-OPERATIVISMO: Agr. Valdiki Cardoso Moura.

DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO (Dir.):

Agr. Antônio Nonato Marques.

Secretaria de Viação e Obras Públicas

SECRETÁRIO DA VIAÇÃO E O. PÚBLICAS: Eng. civil Osvaldo César Rios.

DIRETOR DA ADMINISTRAÇÃO: Eng. civil Mário Tarquínio.

DIRETORIA DE OBRAS PÚBLICAS E URBANISMO:

Eng. civil Celso Tôrres.

DIRETORIA DE ESTRADAS DE RODAGEM (Dir.):
Eng. civil Edmundo da Silva Visco.

DEPARTAMENTO DOS SERV. INDUSTRIALIZADOS:

Eng. civil Carlos Kock de Carvalho. SERVICOS DE AGUAS E ESGOTOS (Super.):

Eng. civil Emile Tournillon.

NAVEGAÇÃO BATANA (Super.): Eng. civil Humberto Pacheco de Miranda.

ESTRADA DE FERRO DE NAZARÉ (Super.): Eng. civil Manuel Cosme Coelho Borges.

NAVEGAÇÃO BAÏANA DO SÃO FRANCISCO (Super.):

Eng. civil Jorge de Lacerda Kelsch.

Secretaria da Fazenda

SECRETÁRIO DA FAZENDA:

Bel. Guilherme C. da Rocha Marback.

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO (Dir.): Bel. Sylvio Leal Pereira da Rocha.

PROCURADOR FISCAL:

Bel. Carlos Marback de Andrade.

DIRETORIA DA RECEITA (Dir.): Euclides Lamartine Pereira Caldas.

RECEBEDORIA DAS RENDAS (Dir.): Farmaceutico Rodolfo Araújo Doréa.

DIRETORIA DA DESPESA (Dir.): Luiz Soares Rosado.

INSPETORIA FISCAL DAS RENDAS: Bel. Oscar de Cerqueira Falcão.

CONTADORIA GERAL DO ESTADO: João Ursecino de Figueiredo.

DIRETORIA DE TOMADAS DE CONTAS (Dir.): Eng. civil João da Mata Barros.

TESOURARIA GERAL: Tancredo Tourinho.

Repartições Federais

DOMÍNIO DA UNIÃO (Chefe): Eng. Odilon Franco Sobrinho.

ALFÂNDEGA DA BAÍA (Inspetor):
João Augusto Ataide.

DELEGADO FISCAL:

Dr. Elpídio Boa Morte Filho.

CORREIOS E TELÉGRAFOS (Diretor): Dr. Franklin Augusto Ramos.

CAIXA ECONÔMICA (Pres.):
Agr. João Moreira da Rocha.

DELEGADO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO: Dr. Antônio Domingues Uchoa.

INSPETORIA DE SÉCAS (Chefe Com.): Eng. civil Reinaldo Silva Lima.

FISCALIZAÇÃO DO PÔRTO DA BAÍA: Eng. civil Luiz Teixeira de Carvalho.

INSP. DEFESA SANITÁRIA VEGETAL:

Agr. Pedro da Silva Lopes.

INSP. DEFESA SANITÁRIA ANIMAL:

Dr. Aloisio Lobato Vale.

SERVIÇO NACIONAL DA FEBRE AMARELA
(D.R.):

Dr. Frederico Acker.

INSPETORIA DE SAÚDE DOS PORTOS: Dr. Mário Larmo Cantição.

VIAÇÃO FÉRREA LESTE BRASILEIRO (Dir.): Eng. civil Lauro Farani de Freitas.

CAPITANIA DOS PORTOS:

Cap. Frag. Luiz Bezerra Cavalcante.

COMANDANTE NAVAL DE LESTE:

Almte. Alberto Lemos Basto.

INSPETORIA AGRÍCOLA DA 4.ª REGIÃO: Agr. Liberalino Sales Gadelha.

COMANDANTE DA 6.ª REGIÃO MILITAR: Gal. Dermeval Peixoto.

CEARÁ

SECRETARIA DA AGRICULTURA E OBRAS PÚBLICAS:

Dr. Rui de Almeida Monte, secretário. SECRETARIA DA FAZENDA:

Dr. José Martins Rodrigues, secretário.

SECRETARIA DO INTERIOR E DA JUSTIÇA: Dr. Antônio Manuel de Andrade Furtado, secretário.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA:

Cap. José Barros de Campos Góis, secretário.

DIRETORIA GERAL DA AGRICULTURA: Eng. agrônomo Renato Braga, diretor.

DIRETORIA GERAL DO INTERIOR E DA JUSTIÇA:

Dr. Manuel Pio de Farias, diretor.

DIRETORIA GERAL DA POLÍCIA:

Dr. Antônio Catunda de Sabóia, diretor.

DIRETORIA GERAL DO TESOURO:

Dr. Mozart Catunda Gondim, diretor,

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO:

Dr. Eduardo Eleri Barreira, diretor.

DEPARTAMENTO DE CENSURA, DIVULGAÇÃO E PROPAGANDA:

Dr. Fran Martins, diretor.

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA:
Dr. Ramir Valente, diretor.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO: Pe. José Bruno Teixeira, diretor.

DEPARTAMENTO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO:

Dr. Paulo Torcápio Ferreira, diretor.

DIRETORIA DA RECEBEDORIA: Dr. José Eduardo Espinola, diretor.

DIRETORIA DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS: Dr. Paulo Torcápio Ferreira, diretor.

DIRETORIA DE SAÚDE PÚBLICA:

Dr. Hider Correia Lima, diretor.

IMPRENSA OFICIAL:

Alfeu Faria de Aboim, diretor.

JUNTA COMERCIAL:

José Cândido Cavalcante Filho, presidente. POLÍCIA MILITAR:

Dr. Manuel Cordeiro Neto, Comte. geral.

ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE: Dr. Moacir Ubirajara, secretário.

SECRETARIA DA FAZENDA:

Osvaldo Cruz Guimarães, secretário.

SECRETARIA DO INTERIOR:

Dr. Celso Calmon Nogueira da Gama, secretário.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO:

Dr. Américo Coelho, presidente.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO: Dr. Placidino Passos, diretor.

DEPARTAMENTO GERAL DE AGRICULTURA: Dr. Enrico I. A. Ruschi, diretor.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA:

Dr. Jaime dos Santos Neves, diretor.

CHEFATURA DE POLÍCIA:

Dr. Paulo Tarso Veloso, chefe.

DIRETORIA DA CONSTRUÇÃO DO PORTO: Dr. Eumenes Peixoto Guimarães, diretor. DIRETORIA DA ESTRADA DE FERRO DE ITA-PEMIRIM:

Dr. J. A. Neto Souto, diretor,

DIRETORIA DO FOMENTO:

Dr. Napoleão Fontenele da Silveira, diretor.

DIRETORIA DE OBRAS CIVÍS:

Dr. Hermes Carneiro, diretor.

DIRETORIA DOS SERVIÇOS RODOVIÁRIOS NO NORTE DO ESTADO:

Dr. Dido Fontes de Faria Brito, diretor.

DIRETORIA DE TERRAS:

Edgar Ribeiro de Sousa, diretor.

DIRETORIA DE VIAÇÃO:

Dr. Manuel de Passos Barros, diretor.

SUPERINTENDÊNCIA DO PÔRTO DÉ VITÓRIA: Dr. José Tarquínio da Silva, superintendente.

GOIAZ

SECRETARIA GERAL DO ESTADO:

Dr. João Teixeira Álvares Jr., secretário.

TRIBUNAL DE APELAÇÃO:

Dr. Dário Délio Cardoso, presidente.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO:

Dr. Colemar Natal e Silva, procurador geral.

DIRETORIA GERAL DO D.S.P.:

Odorico Costa, diretor.

DIRETORIA GERAL DE EDUCAÇÃO:

Dr. Vasco dos Reis Gonçalves, diretor.

DIRETORIA GERAL DE FAZENDA:

Dr. José Ludovico de Almeida, diretor.

DIRETORIA GERAL DE POLÍCIA E TRÂNSITO:

Dr. Eurico Viana, diretor.

DIRETORIA GERAL DE SAÚDE:

Dr. José Magalhães da Silveira, diretor.

CHEFIA DE POLÍCIA:

Antônio de Queiroz Barreto, chefe.

DEPARTAMENTO GERAL DE CADASTRO:

Dr. Humberto Ludovico de Almeida, diretor.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPA-GANDA:

Joaquim Câmara Filho, diretor.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES:
Abel Soares de Castro, diretor.

DIRETORIA DA DIVISÃO DO PESSOAL: Hildebrando Veloso do Carmo, diretor.

DIRETORIA DA DIVISÃO DO MATERIAL:
Nicanor Brasil Gordo, diretor.

DIRETORIA DA IMPRENSA OFICIAL: Garibaldi Teixeira, diretor.

DIRETORIA DO ESCRITÓRIO DE VIAÇÃO E TERRAS:

Dr. Solon Édison de Almeida.

MATO GROSSO

SECRETARIA GERAL DO ESTADO:

Dr. João Ponce de Arruda, secretário.

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA: Prof. Francisco Ferreira Mendes, diretor.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA:

Dr. Hélio Ponce de Arruda, diretor.

CHEFIA DE POLICIA:

Dr. Alexandre Ador Filho, chefe.

DIRETORIA DA BIBLIOTECA E ARQUIVO PÚBLICO:

Manuel Soares de Campos, diretor.

DIRETORIA DA IMPRENSA OFICIAL:

Dr. Arquimedes Pereira Lima, diretor.

DIRETORIA DA PRODUÇÃO:

Dr. Pedro Pais de Barros, diretor.

DIRETORIA DE TERRAS E OBRAS PÚBLICAS: Otávio de Vasconcelos Neves, diretor.

DIRETORIA DO TESOURO:

Cel. Antônio Antero Pais de Barros, diretor.

REPARTIÇÃO DE LUZ E ÁGUA:

Dr. Alberto Aloísio Ador, diretor.

FÔRÇA PÚBLICA:

Cel. Máximo Leví, comte. geral.

MINAS GERAIS

SECRETARIA DA AGRICULTURA:

Dr. Lucas Lopes, secretário.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA:

Dr. Cristiano Monteiro Machado, secretário. SECRETARIA DAS FINANÇAS:

Francisco Balbino Noronha de Almeida, secretário.

SECRETARIA DO INTERIOR:

Ovídio Xavier de Abreu, secretário.

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:

Eng. Dermeval José Pimenta.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO: Dr. Ciro Versiani dos Anjos, diretor.

CHEFIA DE POLÍCIA:

Dr. Luiz Martins Soares, chefe.

DIRETORIA DA IMPRENSA OFICIAL:

Dr. Olinto Fonseca Filho, diretor: DIRETORIA DA RÉDE MINEIRA DE VIAÇÃO:

Eng. Demerval Pimenta, diretor.

DIRETORIA DE SAÚDE PÚBLICA:

Dr. José Alves de Castilho Júnior, diretor. FÓRÇA PÚBLICA:

Cel. Alvino Alvim de Meneses, comandante.

PARÁ

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA:

Prof. Temístocles Santana Marques, diretor. DEPARTAMENTO DE FINANÇAS:

Dr. Homero Cunha, diretor.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES:

Eusébio de Matos Cardoso, solicitador.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE:

Dr. Amintor Virgolino Bastos, diretor.

DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA: Dr. Antônio Teixeira Gueiros, diretor.

DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS, TERRAS E AGRICULTURA:

Dr. Antônio Ferreira Celso, diretor.

SERVIÇO DE AGRICULTURA:

DERVIÇO DE NGINOUHIOUM.

Dr. José Hermógenes Barras, diretor.

SERVIÇO DE AGUAS:

Dr. Artur Seixas, diretor.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA AO COOPERATI-VISMO:

Dr. Orlando Guilhon, diretor.

SERVICO DE CADASTRO RURAL:

Augusto B. de Araújo.

SERVIÇO DE OBRAS:

Antônio Gomes de Meneses, diretor.

SERVICO DE TERRAS:

Dr. Bertino Barbosa Lima, diretor.

BIBLIOTECA E ARQUIVO PÚBLICO:

Dr. Osvaldo Viana, diretór.

MATADOURO DO MAGUARÍ:

João B. de Araújo, diretor.

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI:

Dr. Carlos Estêvão de Oliveira, diretor.

JUNTA COMERCIAL:

Augusto Matos Pereira, presidente.

POLÍCIA MILITAR:

Cap. João Augusto da Costa, comte.

PARAÍBA

SECRETARIA DE AGRICULTURA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS:

Dr. João Henriques da Silva, secretário,

SECRETARIA DA FAZENDA:

Miguel Falcão de Alves, secretário.

SECRETARIA DO INTERIOR E SEGURANÇA PÚBLICA:

Dr. Samuel Vital Duarte, secretário.

TRIBUNAL DE APELAÇÃO:

Dr. Flodoardo da Silveira, presidente. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO:

Severino Lucena, presidente.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E RÁDIO--DIFUSÃO:

Dr. Abelardo Jurema, diretor.

DEPARTAMENTO DE MUNICIPALIDADES:

Dr. Cláudio Oscar Soares, diretor, Interinamente: Eduardo Costa.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO:

Dr. José Semeão Leal, diretor. DIRETORIA GERAL DE SAÚDE PÚBLICA:

Dr. Janduí Carneiro, diretor. Interinamente: Dr. Plínio Espínola.

CHEFATURA DE POLÍCIA:

Dr. Manuel Ribeiro de Morais, chefe. DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO COOPERA-

TIVISMO:

Orlando Almeida, diretor.

DIRETORIA DO FOMENTO DA PRODUÇÃO:

Dr. João Henriques da Silva, diretor. Interinamente: Dr. Evandro Ribeiro.

DIRETORIA DO TESOURO:

Dr. J. de Santos Coelho, diretor DIRETORIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS: Refarim Rodrigues Martinez, diretor.

IMPRENSA OFICIAL — "A União":

Ascendino Leite, diretor.

SERVIÇO DE ARQUIVO PÚBLICO:

Dr. Ernani Batista, chefe.

SERVIÇO DE BIBLIOTECA:

Joaquim Santiago, chefe.

JUNTA COMERCIAL:

João Celso Peixoto de Vasconcelos, presidente.

ESCOLA DE AGRONOMIA DE AREIA:

Dr. J. Moreira de Melo, diretor.

POLÍCIA MILITAR:

Cel. Elias Fernandes, comandante.

PARANÁ

SECRETARIA DA FAZENDA:

Dr. João de Oliveira Franco, secretário.

SECRETARIA DO INTERIOR, JUSTIÇA E SE-GURANÇA PÚBLICA:

Capitão Fernando Flores, secretário.

SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS, VIAÇÃO E AGRICULTURA:

Dr. Ângelo Lopes, secretário.

DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA:

Eng. Agrônomo Sandoval Ribas, diretor.

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ESGOTOS:

Eng. Odilon Mäder, diretor.

DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE, PROTO-COLO GERAL E CONTADORIA:

Túlio de Sá Pereira, diretor.

DEPARTAMENTO DO INTERIOR E JUSTIÇA: Dr. Abílio Peixoto, diretor.

DEPARTAMENTO DE OBRAS E VIAÇÃO:

Eng. Osvaldo Lacerda, diretor..

DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA:

Dr. Fausto N. Bittencourt, diretor.

DEPARTAMENTO DO SERVICO DE TRÂNSITO: Arí Correia Lima, diretor.

CONSULTORIA JURÍDICA:

Dr. Amaurí Ataide, diretor.

INSTITUTO DE BIOLOGIA:

Dr. Marcos Enriete, diretor,

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO:

Dr. Carlos Mafra Pedroso, diretor.

DIRETORIA DA DESPESA FIXA:

Haiton da Silva Pereira, diretor.

DIRETORIA DA RECEITA:

Leandro Dacheux do Nascimento Filho, diretor.

DIRETORIA DO TESOURO E PAGADORIA:

José Macedo Sobrinho, diretor.

ADMINISTRAÇÃO DO PÔRTO DE PARANAGUÁ: Eng. Raul Macedo, superintendente.

ALMOXARIFADO GERAL DO ESTADO:

Rosalino Azambuja Fernandes, diretor.

CAIXA DE AMORTIZAÇÃO:

José de Barros Fonseca, diretor.

JUNTA COMERCIAL:

Frederico Faria de Oliveira, secretário.

SERVIÇO MÉDICO-LEGAL:

Dr. Alô T. Guimarães, diretor.

PERNAMBUCO

SECRETARIA DA AGRICULTURA:

Dr. Manuel Rodrigues Filho, secretário.

SECRETARIA DA FAZENDA:

Dr. José Maciel do Rêgo Monteiro, secretário.

SECRETARIA DO INTERIOR:

Dr. Arnóbio Tenório, secretário.

SECRETARIA DE SEGUARNÇA PÚBLICA: Dr. Etelvino Lins, secretário.

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS: Dr. Gercino Malagueta Fontes, secretário.

DIRETORIA GERAL DE EDUCAÇÃO CÍVICA:

Cap. Roberto Pessoa, diretor.

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA AS COOPE-RATIVAS:

Dr. Costa Pôrto, diretor.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO:

D. Maria do Carmo Pinto Ribeiro, diretora. DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA, PROPA-GANDA E TURISMO:

Manuel de Sousa Barros, diretor.

DIRETORIA DA BIBLIOTECA PÚBLICA E MUSEU:

Dr. Olímpio Costa Filho, diretor.

DIRETORA DE HIGIENE DO INTERIOR:

Dr. Lessa de Andrade, diretor.

DIRETORIA DA IMPRENSA OFICIAL: Dr. Willy Kewin, diretor.

DIRETORIA DA PRODUÇÃO ANIMAL:

Dr. Renato Farias, diretor.

DIRETORIA DA PRODUÇÃO VEGETAL:

Dr. Djalma Almir Vanderlei, diretor.

DIRETORIA DE REEDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Milton de Pontes, diretor.

DIRETORIA DE SANEAMENTO:

Dr. Francisco de Paula Dias Fernandes, diretor.

DIRETORIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS: Dr. Maurício de Abreu, diretor.

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR: Dr. Barros de Lima, diretor.

INSTITUTO DE PESQUISAS AGRONÔMICAS:

Dr. Paulo Parísio, diretor.

FORCA POLICIAL:

Cel. José Arnaldo Vasconcelos.

INSPETORIA DA POLÍCIA MARÍTIMA:

Dr. Renato Medeiros, diretor.

PIAUÍ

SECRETARIA GERAL DO ESTADO:

Dr. João Osório Porfírio da Mota, secretário.

CHEFATURA DE POLÍCIA:

Ten.-Cel. Evilásio Gonçalves Vilanova, chefe. DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA:

Dr. Fernando Pires Leal, diretor.

DEPARTAMENTO DE ENSINO:

Dr. Manuel Sotero Vaz da Silveira, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA:

Dr. Artur Passos, diretor.

DEPARTAMENTO DA FAZENDA:

Sr. Alvaro Sisifo Correia, diretor.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES:

Dr. Anísio Martins Maia, diretor.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA:

Dr. Paulino Pinto de Barros, diretor.

DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E OBRAS PÚ-BLICAS:

Dr. Raimundo de Areia Leão, diretor.

BIBLIOTECA, ARQUIVO PÚBLICO E MUSEU HISŢÓRIĆO:

Dr. Anísio de Brito Melo, diretor.

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

Dr. Agenor Barbosa de Almeida, diretor.

RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO:

Dr. Rubem de Campos Farrula, secretário.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE:

Dr. Rui Buarque de Nazaré, secretário.

SECRETARIA DAS FINANÇAS:

Sr. Valfredo Martins, secretário.

SECRETARIA DA JUSTICA E SEGURANCA PÚ-BLICA:

Cel. Agenor Barcelos Feio, secretário,

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS: Major Hélio de Macedo Soares e Silva, secretário.

DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA:

Eng. agrônomo Ademar Lopes da Cruz, diretor.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS:

Dr. Francisco Xavier Rosemburgo, diretor.

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE:

Dr. Raul Quaresma de Moura, diretor.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO:

Dr. Rubem Falcão, diretor.

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA:

Eng. civil Luiz de Sousa, diretor.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES:

Dr. Hermes Gomes da Cunha.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE: Dr. Adelmo de Mendonça, diretor.

DEPARTAMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS: Dr. Antônio Barcelos, diretor.

DIRETORIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E IN-DUSTRIAIS:

Eng. civil Carlos de Albuquerque Correia Gondim, diretor.

RIO GRANDE DO NORTE

SECRETARIA GERAL DO ESTADO:

Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo, secretário.

DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:

Eng. Agro. Roberto Bezerra Freire, diretor geral.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO:

Prof. Antônio Gomes da Rocha Fagundes, diretor geral.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA:

Dr. Édilson Varela, diretor geral.

DEPARTAMENTO DA FAZENDA:

Dr. Cleto Ligório Soares da Câmara, diretor geral.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES:

Dr. Oto de Brito Guerra, diretor geral.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA:

Dr. Armando Nogueira China, diretor geral. CHEFIA DE POLÍCIA:

Cel. André Fernandes de Sousa, chefe.

CONTADORIA GERAL DO ESTADO:

Sr. Boanerges Leitão de Almeida, diretor. REPARTIÇÃO DE SANEAMENTO DE NATAL:

Eng. Floro Dória da Costa, diretor.

SERVICO ESTADUAL DO ALGODÃO E CLAS-SIFICAÇÃO DE PRODUTOS EXPORTÁVEIS: Eng. Agro. Nilo de Albuquerque Melo, diretor.

JUNTA COMERCIAL:

Sr. Felinto Elísio Manso Maciel, presidente.

RIO GRANDE DO SUL

Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio

SECRETÁRIO DE ESTADO:

Dr. Ataliba de F. Paz.

DIRETOR GERAL:

Dr. Desidério Finamor.

DIRETOR DA DIR. DE AGRICULTURA:

Dr. Alvaro Xavier.

DIRETOR DA DIR. DE IND. E COMÉRCIO:

Dr. Clândio Osório Pereira.

DIRETOR DA DIR. DA PRODUÇÃO MINERAL: Dr. Pedro Barroso.

DIRETOR DA DIR. DA PRODUÇÃO ANIMAL: Dr. Manuel Correia Soares.

DIRETOR DA DIR. DE TERRAS E COLONIZAÇÃO:

Dr. Artur Ambros.

Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda

SECRETÁRIO DE ESTADO:

Dr. Oscar Fontoura.

DIRETOR GERAL:

Dr. Manuel L. Borges da Fonseca.

SUB-DIRETOR GERAL:

Luiz Osório de Almeida.

DIRETOR:

Trogílio Souto de Oliveira.

DIRETOR:

José Silveira.

DIRETOR:

Dr. Eduardo Gama (adido à Sec. do Interior).

DIRETOR:

Cláudio Breno de Albuquerque.

DIRETOR:

Dr. Ladário Canabarro.

DIRETOR:

Ildefonso Thielen.

DIRETOR:

Ovídio Magalhães.

INSPETOR GERAL DE FAZENDA:

Arí Mariante.

INSPETOR GERAL DO IMPOSTO SÓBRE VENDAS E CONSIGNAÇÕES:

Gabriel L. Gusmão.

Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura

SECRETÁRIO DE ESTADO:

Dr. José Coelho Pereira de Sousa.

Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas

SECRETARIO DE ESTADO:

Dr. Antônio da Rocha Meireles Leite.

Secretaria de Estado dos Negócios do Interior

SECRETÁRIO DE ESTADO:

Dr. Miguel Toestes.

INTERIOR:

Dr. Joaquim Guerreiro Chaves, Diretor da Diretoria do Interior e da Justica.

Atos Damasceno Ferreira, Idem, da Diretoria do Expediente.

Carlos Augusto Mennet, Idem, da Diretoria do Pessoal.

Aristóteles Paz, Idem, da Diretoria da Despesa e Material.

EDUCAÇÃO:

Dr. Caio Brandão de Melo, Diretor Geral. Pedro Ivo da Cunha, Diretor da Diretoria do Pessoal e Expediente.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PRIMÁRIA E NORMAL:

Olga Acauã Gayer, Diretora.

Nei de Almeida Brito, Diretor da Secção Administrativa.

Marieta Cunha Silva, Diretora da Secção Técnica.

Ernesto Pelanda, Diretor de Estatistica Educacional.

Dr. Emílio Kemp, Chefe do Museu Júlio de Castilhos.

Reinaldo Moura, Idem, da Biblioteca Pública.

Dante Barone, Secretário do Teatro São
Pedro.

Dr. Jorge Felizardo, Superintendência **do** Ensino Profissional.

Dr. Ubaldino Moura, Idem, do Ensino Secundário.

UNIVERSIDADE DE PÔRTO ALEGRE:

Dr. Edgar Schneider, Reitor.

Dr. Perí Diniz, Secretário Geral.

Dr. Egidio Ferreira Pais, Faculdade de Direito.

Dr. Egydio Hervé - Escola de Engenharia.

Dr. Gaspar Dilermano Uchoa, Escola **de** Agronomia e Veterinária.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SAÚDE:

Dr. José Bonifácio P. da Costa, Diretor Geral.

Dr. Cristiano Frederico Buys, Diretor da Divisão Técnica, efetivo. (Afastado em virtude de comissionamento em serviço do govêrno federal).

Dr. Felicíssimo Difini, Diretor técnico, interino e diretor da Divisão Administrativa, efetivo.

Dr. Francisco Salzano, Médico Assistente, efetivo, e diretor da Assistência Médico--Social, digo: diretor-administrativo, interino.

Dr. Alvorino Mércio Xavier, Diretor da Assistência Médico-Social, interino, em comissão.

Dr. Jandir Maia Failacce, Diretor dos Serviços de Laboratórios de Saúde, efetivo.

SANTA CATARINA

SECRETARIA DA FAZENDA:

Dr. Altamiro Guimarães, secretário.

SECRETARIA DE JUSTIÇA, SAÚDE E EDU-CAÇÃO:

Dr. Ivo d'Aquino, secretário.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA:

Cap. Antônio de Mourão Ratton, secretário: SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E AGRICULTURA:

Dr. Artur Costa Filho, secretário.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO:

Dr. Elpídio Barbosa, diretor.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPA-GANDA:

Jornalista Gustavo Neves, diretor.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES:

Dr. Heitor Blum, diretor.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE:

Dr. Venicius Wogner, diretor.

DIRETORIA DE ESTRADAS DE RODAGEM: Dr. Anes Gualberto, diretor.

DIRETORIA DE INTERIOR E JUSTIÇA:

Dr. Arí Mafra, diretor.

DIRETORIA DE OBRAS PÚBLICAS:

Dr. Udo Deeke, diretor.

DIRETORIA DE GEOGRAFIA E TERRAS: Eng. José N. Born. diretor.

BIBLIOTECA PÚBLICA:

Dr. Carlos da Costa Pereira, diretor.

ECONOMIA E ASSISTÊNCIA AO COOPERATI-VISMO:

Dr. Afonso M. da Veiga, diretor.

FOMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL:

Dr. Fausto Luz, diretor.

FÔRÇA POLICIAL DO ESTADO:

Ten.-Cel. Cantídio Regis, comandante.

IMPRENSA OFICIAL:

Jornalista João Batista Pereira, diretor.

DIRETORIA DA PRODUÇÃO ANIMAL:

Dr. César Seara, diretor.

TESOURO DO ESTADO:

Dr. Otávio de Oliveira, diretor.

SÃO PAULO

Interventoria federal

INTERVENTOR FEDERAL:

Dr. Fernando Costa.

SECRETARIO DA INTERVENTORIA:

Dr. Nélson Luiz do Rêgo.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:

Dr. Djalma Forjaz, Diretor geral.

DIRETORIA DE ESTATÍSTICA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO:

Augusto Brant de Carvalho.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA POLICIAL:

Dr. Joaquim da Silva Prado.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES:

Dr. Gabriel Monteiro da Silva, Diretor geral.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA:

Professor Cândido Mota Filho, Diretor geral. DIVISÃO DE IMPRENSA E PROPAGANDA E RÁDIO-DIFUSÃO:

Comendador Alfredo Mário Guastini.

DIVISÃO DE TURISMO E DIVERSÕES PÚ-BLICAS:

Dr. Ariovaldo Teles de Meneses.

SERVIÇO DE CENSURA E PUBLICIDADE SANITÁRIA:

Professor João Batista Rocha Correia.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO:

Dr. Américo Portugal Gouveia. Diretor geral.

COMISSÃO ESTADUAL DO GASOGÊNIO:

Dr. João Luiz Meiller.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Dr. Godofredo T. da Silva Teles (Presidente).

Secretaria da Justiça e Negócios do Interior

SECRETÁRIO:

Dr. Abelardo Vergueiro César.

TRIBUNAL DE APELAÇÃO:

Dr. Manuel Carlos Figueiredo Ferraz, presidente.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO:

Dr. Benedito da Costa Neto.

DEPARTAMENTO DOS PRESÍDIOS DO ESTADO:

Professor Flamínio Favero, Diretor.

PENITENCIÁRIA DO ESTADO:

Henrique de Sousa Queiroz Méier.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO SOCIAL:

Dr. Corí Gomes de Amorim, Diretor geral.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DO TRABALHO:

Dr. Luiz Pereira de Campos Vergueiro. PROCURADORIA JUDICIAL DO ESTADO:

PROCURADORIA JUDICIAL DO ESTADO: Dr. Dario Sebastião Oliveira Ribeiro.

PROCURADORIA DO PATRIMÔNIO IMOBILIA-RIO E CADASTRO DO ESTADO:

Dr. Messias Junqueira, substituto.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO:

Dr. Orlando Almeida Prado.

Secretaria da Segurança Pública

SECRETÁRIO:

o da Saúde, respondendo pelo expediente. DIRETOR GERAL:

Dr. Alfredo Issa Assaly.

GABINETE DE INVESTIGAÇÕES:

Dr. Francisco de Assís Carvalho Franco.

DIRETORIA DO SERVIÇO DO TRÂNSITO:

Dr. Aguinaldo de Góis.

Secretaria da Educação e Saúde Pública

SECRETARIO:

Teotônio Monteiro de Barros Filho.

DEPARTAMENTO DE PROFILAXIA DA LEPRA: Dr. Sales Gomes Júnior.

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA A PSICOPATAS: Dr. Pedro Augusto da Silva.

INSTITUTO BUTANTÃ:

Dr. Flávio Oliveira Ribeiro da Fonseca.

SERVIÇO DE MEDICINA SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Dr. João Pereira Pinto.

INSTITUTO DE HIGIENE:

Dr. Geraldo H. de Paula Sousa.

INSTITUTO ASTRONÔMICO E GEOFÍSICO:

Dr. Alipio Leme de Oliveira.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA:

Cap. Sílvio Magalhães Padilha. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO:

EFARTAMENTO DE EDOCTOR

Dr. Israel Alves dos Santos.

ENSINO PROFISSIONAL:

Prof. Horácio Augusto da Silveira.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO:

Reitor, Jorge Americano.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE DO ESTADO: Dr. Samuel B. Pessoa.

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL:

Dr. Joaquim Carvalho Parreiras.

DIRETORIA DO EXPEDIENTE:

José Maria Revs.

Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio

SECRETARIO:

Dr. Paulo de Lima Correia.

DIRETOR GERAL:

Dr. José de Paiva Castro.

DIRETORIA DE CONTABILIDADE:

Edmundo Rodrigues Jordão.

DIRETORIA DO EXPEDIENTE:

Vitor de Carvalho.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA:

Darcy Bloem.

DIRETORIA DE PUBLICIDADE AGRÍCOLA:

Dr. Cristóvão Bezerra Dantas.

DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL:

Dr. Teodureto Leite de Almeida Camargo. DIVISÃO DE ENGENHARIA RURAL:

Dr. Antenor Pinto da Silveira, Engenheiro chefe.

DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO ANIMAL:

Plínio Pompeu Pisa, Superintendente.

DEPARTAMENTO DE DEFESA SANITÁRIA DA AGRICULTURA:

Dr. Henrique da Rocha Lima.

SERVIÇO FLORESTAL:

Dr. José de Camargo Cabral.

DEPARTAMENTO DE ZOOLOGIA: Dr. Olivério Mário de Oliveira Pinto.

INSTITUTO DE BOTÂNICA:

Dr. Frederico Carlos Hoehne.

SERVIÇO DE SERICICULTURA:

Dr. Mário Garnero.

SERVIÇO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO: Dr. Clovis de Morais Pisa, Superintendente. DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA AO COOPE-

RATIVISMO:

Dr. Otacílio Tomanik.

ESCOLA PRATICA DE AGRICULTURA "JOSÉ BONIFACIO":

Dr. Jaime de Andrade Algodoal.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E GEOLÓGICO:

Dr. Valdemar Lefèvre.

Secretaria da Viação e Obras Públicas

SECRETÁRIO:

Dr. Luiz Anhaia Melo.

DIRETORIA GERAL:

Dr. Francisco Gayotto.

DIRETORIA DE CONTABILIDADE:

Silas Botelho.

DIRETORIA DE VIAÇÃO:

Manuel Grilo Neto.

DIRETORIA DE OBRAS PÚBLICAS:

Francisco José Longo.

INSPETORIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS:

Otávio Ferraz Sampaio.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RO-DAGEM:

Ariovaldo Viana.

REPARTIÇÃO DE ÁGUAS E ESGOTOS DA CA-PITAL:

Plinio Penteado Whitaker.

Secretaria da Fazenda e Tesouro do Estado

SECRETARIO:

Dr. Coriolano de Araújo Góis.

DIRETOR GERAL:

Américo Portugal Gouveia (Em comissão no Departamento do Serviço Público).

Substituto: Lupércio Chagas.

Sub-Diretor Geral: Lupércio Chagas.

Substituto: Oto Fonseca.

DIRETOR ADMINISTRATIVO:

José Marcos dos Santos.

DIRETORIA DE CAIXAS ECONÔMICAS:

Dr. Hugo de Andrade Só.

DIRETORIA DE TOMADAS DE CONTAS:

Dona Erotides Luz.

DEPARTAMENTO DA RECEITA:

Dr. Bernardo Freire Viana.

DEPARTAMENTO DA DESPESA: Sílvio Whitaker Leite Penteado.

DEPARTAMENTO DE CAIXAS, VALORES E CONTAS:

Amintas Carvalho Macedo.

PROCURADORIA FISCAL DO ESTADO:

Dr. Raul Romeu Loureiro.

CONTADORIA CENTRAL DO ESTADO:

Professor Francisco Dauria.

TRIBUNAL DE IMPOSTOS E TAXAS:

Artur Diederichsen.

DIVISÃO DO PESSOAL:

Eurico Mendes (Substituto).

SERGIPE

SECRETARIA GERAL:

Dr. Francisco Leite Neto, secretário.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO:

Dr. Alvaro Fontes da Silva, presidente.

DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA:
Dr. Urbano Lima Neto, diretor.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO:

Dr. José Rolemberg Leite, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA:

Sr. João Bezerra, diretor.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES:

Dr. Jorge Oliveira Neto.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA:

Dr. Mário Magalhães da Silveira, diretor. CHEFIA DA POLÍCIA:

Dr. Enoque Santiago, chefe.

DIRETORIA DE OBRAS PÚBLICAS:

Dr. José Rolemberg Leite, diretor

BIBLIOTECA PÚBLICA:

Sr. Epifânio Dória, diretor.

CONSULTORIA JURÍDICA:

Dr. Antônio de Carvalho Neto, consultor. FÔRÇA POLICIAL:

Cap. Bernardino Dantas, comandante.

IMPRENSA OFICIAL:

Sr. Exupério Monteiro, diretor. TESOURO:

Sr. Sálvio de Oliveira, diretor.

TERRITORIO DO ACRE

SECRETARIA:

Dr. Antenor Cavalcante, secretário.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO:

Sr. João Coelho de Miranda Fonseca, diretor.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA:

Sr. Humberto Soares da Costa, diretor.

DEPARTAMENTO DE OBRAS E VIAÇÃO:

Dr. Paulo de Carvalho Fontes, diretor.

DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO:

Dr. Pimentel Gomes, diretor.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE:

Dr. Vágner Brasiliense Eleutério, diretor. DEPARTAMENTO DE SEGURANCA PÚBLICA:

Dr. Antenor Cavalcante, diretor.

Administração municipal [*]

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado de Alagoas

AGUA BRANCA — Miguel Tôrres Filho.
ANADIA — Jorge Pinto Dâmaso.
ARAPIRACA — Manuel de Farias Leal.
ATALAIA — Álvaro Calheiros Leite (Bel.).
CAPELA — Clódio Rodrigues de Araújo (Bel.).
CORURIPE — Augusto Gama.
IGREJA NOVA — Carlos do Vale Ferro.
LEOPOLDINA — Manuel Pinto de Oliveira
Santos.

LIMOEJRO — Luiz de Castro Fonseca.

MACEIO — Francisco Abdon de Arroxelas.

MARAGOGÍ — José Jorge de Faria Sales (Bel.).

MARECHAL DEODORO — Antônio Paranhos.

MARECHAL FLORIANO — Mário de Mendonça

Mendes.

MATA GRANDE — Antônio Neto de Andrade. MURICÍ:—Francisco de Paula Acioli Filho (Bel.). PALMEIRA DOS ÍNDIOS — José Pinto de Barros.

PÃO DE AÇÚCAR — Augusto Freitas Machado. PASSO DE CAMARAGIBE — Sebastião Antônio Braga.

PENEDO — Artur da Mota Trigueiros (Dr.). PIASSABUSSÚ — Afonso Gonçalves Jaime Galvão

PILAR — Francisco de Holanda Cavalcante Filho. PÓRTO CALVO — João Pinto de Vasconcelos.

PÔRTO CALVO — João Pinto de Vasconcelos. PÔRTO DE PEDRAS — José de Morais Mendonça.

PÔRTO REAL DO COLÉGIO — Boaventura Vieira Dantas.

QUEBRÂNGULO — Eliseu Teixeira Cavalcante. RIO LARGO — Venceslau José Batista (Bel.). SANTANA DO IPANEMA — Adauto de Barros Rêgo (interino).

SÃO JOSÉ DA LAJE — Mário Guimarães (Dr.). SÃO LUIZ DO QUITUNDE — Aurélio de Oliveira Buarque.

SÃO MIGUEL DOS CAMPOS — José Teixeira Neto (Dr.).

TRAIPÚ — Gonçalo Meneses Tavares. UNIÃO — Antonino Tertuliano de A. Lins (Bel) VIÇOSA — Dr. João Braz da Costa Val.

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado do Amazonas

BARCELOS — Agrônomo Raimundo Álvaro Macedo. BARREIRINHA — Almir Rodrigues da Fonseca. BENJAMIM CONSTANT — Nélson Noronha. BOA VISTA — Capitão Temístocles Henriques Trigueiro.

BORBA — Agrônomo Oséias Martins. CANUTAMA — Teófilo Narciso de Mesquita. COARÍ — Cap. Alexandre Montoril. CARAUARÍ — Samuel Prudêncio de Sousa Amaral (interino).

CODAJAZ — Antônio Dejard de Mendonça. FONTE-BOA — Francisco Barnabé Gomes. HUMAITÁ — Agrônomo Francisco Fiúsa Lima. ITACOATIARA — Alexandre José Antunes. ITAPIRANGA — Perseverando da Trindade Garcia.

JOÃO PESSOA — Almeron Caminha Monteiro. LÁBREA — João Lopes da Silva. MAUÉS — Raimundo Gomes de Albuquerque. MANICORÉ — José Freire de Alencar Dias Pinto.

MANAUS — Dr. Antovila Mourão Vieira.

MANACAPURÚ — Nuno Alves de Morais Cardosc.

MOURA — Ris Ricardo Franca das Neves.
PÔRTO VELHO — Boemundo Álvares Afonso.
PARINTINS — Cap. Pedro Ferreira de Sousa.
BÔCA DO ACRE — Atilio Cândido Neri.
SÃO PAULO DE OLIVENÇA — Alcides Raposo
da Câmara.

SÃO GABRIEL — Agrônomo Ris Ricardo França das Neves.

TEFÉ — Cleto Marques Prala. URUCARÁ — Vicente Correia Lima. URUCURITUBA — Jáder Colaço Veras.

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado da Baía

AFONSO PENA — João Antônio Coni Filho. ALAGOINHAS — Antônio Martins de Carvalho Júnior.

ALCOBAÇA— João Garcia de Azevedo. AMARGOSA — Dr. Raul Paranhos Dias dos

Santos.

ANCHIETA — Arnulfo Soares.

ANDARAÍ — João Esteves do Socorro. ANGICAL — Eduardo Mariani Passos.

ARATUÍPE — João Ricardo Filho, substituto interino — João da Costa Almeida Filho.

AREIA — Dr. André Lirio.

^{*} Falta a indicação do Estado do Maranhão.

Santana.

Araújo.

```
BAIXA GRANDE - Isalino de Queiroz Matos.
                                                                                 JUAZEIRO - Aprígio Duarte Filho.
BARRA — Ciríaco Dias da Costa.
                                                                                LAJE - Dr. Samuel Novais Figueira.
                                                                                 LENCÓIS — Otaviano Alves.
BARRA DA ESTIVA — Carlos Gomes Fernandes.
                                                                                LENÇOIS — Otaviano Aives.
LIVRAMENTO — Ursino Tanajura Meira.
MACAÚBAS — José Plínio do Rêgo.
MARACÁS — Osvaldo Portela.
BARREIRAS - Alfredo Mariano Jacobina.
BELMONTE - José de Faria.
BELMONTE — JOSE de Faita.
BOA NOVA — Querubim Cana Brasil.
BONFIM — José Gabriel Gonçalves Tôrres.
BOM JESÚS DA LAPA — Dr. Manuel Cícero
de Magalhães.
                                                                                MARACAS — Osvando Futeria.
MARAGOGIFE — Oscar Guerreiro.
MARAÚ — Moisés Vivas (interino).
MATA DE SÃO JOÃO — Mário Veloso Moreira.
MONTE ALEGRE — Patricio Francelino da
BOM SUCESSO - Vital Xavier Gomes.
BREJÕES — Mário Meireles.

BROTAS — Nestor Rodrigues Coelho
                                                                                                                            Silva.
                                                                                MONTE ALTO — Sebastião Rocha.
BRUMADO — Marcolino Risério de Moura.
CACHOEIRA — Dr. Alexandre Coelho Baía.
CACULÉ — Miguel Antônio Fernandes.
                                                                                MONTE SANTO — César Belarmino Cordeiro
                                                                                                                          de Matos.
                                                                                MORRO DO CHAPÉU - José Modesto de Sousa
CAITETÉ - Antônio Vieira.
                                                                                                                          (interino).
CAIRÚ — Raul de Figueiredo Miranda.
CAMAMÚ — Agnelo da Rocha Lira.
CAMASSARÍ — Eng.º Mário Beléns Pinto.
CAMPO FORMOSO — Dr. Ulisses Gonçalves da
                                                                                MUCUGÉ — Antonito Pina Medrado.
MUCURÍ — Etore José Fontes Gazzinelli.
MUNDO NOVO — Dr. Adalberto de Cerqueira
                                                                                                                         Campos.
                                                                                MURITIBA — Dr. Valdir Almeida.
MUTUÍPE — Rodolfo Gil Rebouças.
NAZARÉ — Salatiel Edgar Ribeiro (interino).
                                            Silva
CANAVIEIRAS - Josias Teixeira.
CAPIVARÍ — José Silvany Pacheco Sampaio,
                                                                                NILO PECANHA — Querubim Barbosa Rocha,
OLIVEIRA DOS BREJINHOS — João Neri
                           substituto interino - Abelardo
                           Sampaio Lopes.
CARAVELAS — Dr. Ŝócrates Ramos.
CARINHANHA — José Oliveira Lisboa.
                                                                                PALMEIRAS — Agripino Batista da Silva.
PARAMIRIM — Dr. Aurélio Justiniano Rocha.
CASA NOVA — Raimundo Santos.
                                                                                PARIPIRANGA — Ismael Querino da Trindade.
PILÃO ARCADO — Agesislau Gomes de Queiroz.
CASTRO ALVES - Joaquim A. de Castro Neto.
CATÚ — Elias Medeiros.
CHIQUE-CHIQUE - Ten. Antônio Justiniano
                                                                                 POÇÕES - Dr. Francisco Peixoto Júnior.
                                         de Sousa.
                                                                                 POJUCA — Antônio Mota.
                                                                                 POMBAL - Manuel Américo do Passo.
CÍCERO DANTAS - Raimundo Nonato de An-
                                                                                PÔRTO SEGURO — Dr. Manaca
PRADO — Algeziro Moura.
QUEIMADAS — Antônio Nascimento dos Santos.
REMANSO — Dercílio Castelo Branco.
RIACHÃO DE JACUÍPE — Dr. João Oliveira
Campos.
drade.
CIPÓ — Eng.º Helenauro Soares Sampaio.
CONCEIÇÃO DO COITÉ — Luiz Amâncio Mo-
                                                   reira.
CONCEIÇÃO DA FEIRA — Aristides Cardoso
                                                  Filho.
                                                                                RIACHO DE SANTANA — Porfírio Castro.
RIO BRANCO — Alcides de Oliveira Dourado.
RIO DE CONTAS — Emiliano Ramos Cordeiro.
RIO NOVO — Dr. Agostinho Cardoso Pinheiro.
CONDE — João Batista Bezerra de Almeida.
CONDEÚBA — Antônio Ferreira da Silva, substituto interino — Lucrécio
                           Barbosa da Silva.
                                                                                 RIO PRETO — Abidiel dos Reis, substituto in-
CONQUISTA — Dr. Luiz Regis Pacheco Pereira.
CORAÇÃO DE MARIA — Pedro de Freitas
                                                                                                           terino — Dorgival Nascimento.
                                                                                                     - Dr. Domingos de Andrade Passo.
                                                   Barros.
CORRENTINA — Félix Joaquim de Araújo.
COTEGIPE — José Paraguassú Guerreiro.
CRUZ DAS ALMAS — Dr. Luiz Elói Passos.
                                                                                 RUI BARBOSA — Cícero Alencar de Sousa.
                                                                                 SALVADOR — Eng. Elísio de Carvalho Lisboa.
SANTANA — João Alkmim.
CURAÇA — Raul Crispiniano Coelho.
                                                                                 SANTA CRUZ CABRÁLIA — Capitão José Isidro
CURAÇA — RAUI CRISPINIADO COENIO.
DJALMA DUTRA — JOAQUIM ANTÓNIO dA ROCHA.
ENCRUZILHADA — Dr. Ramiro Evrágio Soeiro.
ENTRE RIOS — Moacir Bastos Rabelo.
ESPLANADA — Dr. Ladislau Cavalcante.
EUCLIDES DA CUNHA — José Camerino de
                                                                                                                                   de Sousa.
                                                                                SANTA INEZ — Gervásio Rocha Barbosa.
SANTA LUZIA — José Marques de Sousa.
SANTA MARIA — Bel. Clovis de Araújo Castro.
SANTARÉM — Querubim Leite.
                                                                                 SANTA TERESINHA — Armando Messias de
                                                    Abreu.
                                                                                                                               Figueiredo.
FEIRA DE SANTANA — Dr. José Berbert Ta-
                                                                                 SANTO AMARO — Dr. Olívio Gonçalves Martins. SANTO ANTÔNIO DE JESÚS — Dr. Gorgônio
                                                 vares.
GEREMOABO — Vicente de Paula Costa.
GLÓRIA — Adelino Ferreira Filho.
GUANAMBÍ — José Ferreira Costa.
                                                                                 SANTO ESTEVÃO — Dr. Osvaldo Cerqueira da da Silva.
ILHÉUS — Eng.º Eunápio Peltier de Queiroz.
INHAMBUPE — Dr. Manuel José de França.
IPIRÁ — José Luiz dos Santos.
                                                                                 SANTO INÁCIO — Ten. Ladislau Reis de Sousa.
                                                                                 SÃO FILIPE — Julindo Cristóvão de Oliveira
IRARA — Augusto Vital Graça (interino).
IRECÉ — Renério Justiniano Dourado.
ITABERABA — Eng.º José Dias Laranjeiras.
ITABUNA — Eng.º Francisco Ferreira da Silva.
                                                                                                              Costa.
                                                                                 SÃO FÉLIX — Dr. Júlio Ramos de Almeida.
SÃO FRANCISCO — Édison Martins Peralva.
SÃO GONÇALO — Joel da Silveira Magalhães
ITACARÉ — Dr. Lodônio Ferreira da Cruz.
                                                                                                                   (Interino).
                                                                                 SÃO MIGUEL — Antônio dos Santos Neri.
SÃO SEBASTIÃO — Moisés Cerqueira de Oli-
ITAMBÉ — Dr. Aparício Couto Moreira.
TTAPARICA — Eng.º Fernando Passos Marques.

ITAPICURÚ — Boaventura da Silva Caldas.

ITAPIRA — Agr.º Cledenor Sousa Soares.
                                                                                                                       veira.
                                                                                 SAÚDE — Edgar Agnelo Pereira.
ITAQUARA — Antônio Piton Barreto.
ITIRUSSÚ — Geir Magalhães.
ITIÚBA — Dr. Heitor de Sousa Dantas.
                                                                                 SAUDE — Edgar Agneto Pereira.
SEABRA — Francisco Rodrigues da Costa.
SENTO SÉ — Antônio Nunes Sento Sé.
SERRINHA — Antônio Pinheiro da Mota.
                                                                                 SOURE — José Ferreira da Silva.

TAPEROA — Guilherme da Cunha Bittencourt.
ITUASSÚ — Sílvio Avelino dos Anjos.
JACARACÍ — Mozart Daví.

JACOBINA — Dr. José Pinho de Freitas.

JAGUAQUARA — Everaldo de Sousa Santos.
                                                                                 TAPEROA — Guimerine da Culma Bitteneouri.
TUCANO — Dr. Teotônio Martins de Almeida.
UAUA — Rafael da Silva Borges.
UNA — Edgar da Mata Pires.
URANDÍ — Hugolino Pereira Rodrigues.
JAGUARARÍ — Custódio Barbosa.
JAGUARIPE — Anfilóquio Barbosa Castro.
JANDAÍRA — Antônio Deoclécio Dantas.
JEQUIÉ — Eng.º Eliézer de Sousa Santos.
JEQUIRIÇA — Afonso Sampaio.
                                                                                 VALENÇA — Dr. Adelino Gonçalves de Amorim.
```

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado do Ceará

ACARAÚ — Raimundo Rocha AFONSO PENA — Celso de Castro. AROURAZ — Agrício Correia Lima. ARACATÍ — João Pôrto Caminha — licenciado. ARACOIABA — Eduardo de Castro e Silva. ARARIPE — José Loiola de Alencar. ASSARÉ — Raimundo Claraval Catonho. AURORA — Raimundo Raul Correia Lima. BAIXIO — Luiz Bezerra da Silva. BARBALHA - Dr. Antônio Lírio Callou. BATURITÉ - Ananias Arruda. BOA-VIAGEM — José Rangel de Araújo. BREJO SANTO — José Matias Sampaio. CACHOEIRA — Antônio Cornélio P Cornélio Pinheiro Landim. CAMOCIM — João da Silva Ramos. CAMPO GRANDE — Dr. Antônio de Amorim Zinet. CAMPOS SALES — José Augusto Sobrinho. CANINDÉ — Luiz Magalhaes Vieira. CARIRÉ — Raimundo Elísio da Frota Aguiar. CASCAVEL — Luiz Benício de Sampaio.
CEDRO — Capitão José Ponce Leão.
CRATEÚS — Antônio de Melo Rosa.
CRATO — Alexandre Arrais de Alenar. FORTALEZA — Dr. Raimundo de Alencar Araripe. FRADE - Raimundo Adauto Pinheiro. GRANJA — Francisco Gonzaga de Sousa. GUARANÍ — Renato Pessoa de Alencar. IBIAPINA - Vicente Monte Aragão. IBIAPINA — Vicente monte Aragao. ICÓ — Dr. Danilo Prado. IGUATÚ — Dr. Manuel Carlos de Gouveia. INDEPENDÊNCIA — Luiz Nogueira Mota. IPÚ — Dr. Francisco das Chagas Pinto. IPUEIRAS - Raul Catunda Fontenele. ITAPIPOCA — Porfírio Lima Filho. JAGUARIBE — José de Brito Lima JARDIM — José Caminha de Anchieta Gondim. JUAZEIRO — Possidônio Benn. LAVRAS — Dr. Vicente Férrer Augusto Lima. LIMOEIRO — Custódio Saraiva de Meneses. MARANGUAPE — João Facundo Berbosa. MARIA PEREIRA — Anacleto Odolino de Araújo Chaves. MASSAPÉS - Demerval Carneiro de Vasconcelos. MAURITÍ — José Luiz de Andrade. MILAGRES — Aluísio Franklin do Nascimento. MISSÃO VELHA — Raimundo Gonçalves de Lucena. MORADA NOVA — Eduardo Girão Sobrinho. NOVA RUSSAS — Antônio Carvalho. PACATUBA - Francisco das Chagas Albuquer-PACATUBA — Flancisco das Chagas Albarque Sousa.

PACOTÍ — Alarico Ribeiro Guimaráes.

PALMA — Antônio Teles Dourado.

PEDRA BRANCA — João Lins de Sousa.

PENTECOSTE — José Ribeiro Guimaráes. PEREIRO - Humberto Queiroz. QUIXADÁ — José Queiroz Pessoa. QUIXARÁ — Enoque Rodrigues. QUIXERAMOBIM - Dr. Pedro Teles de Meneses. REDENÇÃO - Valdemar César do Nascimento. RUSSAS - Manuel Matoso Filho. SABOEIRO — Manuelito Cândido dos Santos. SANTA CRUZ — Agripio Soares. SANTANA — João Adeodato de Vasconcelos. SANTANÓPOLE — Aprigio Cruz. SANTA QUITÉRIA — Francisco de Assís Lôbo. SÃO BENEDITO - Francisco Júlio Felizola. SÃO FRANCISCO - Manuel Luiz da Rocha. SÃO GONÇALO — Adelino da Cunha Alcântara. SÃO MATEUS — Lauro Alves de Oliveira. SÃO PEDRO — Carlos José de Morais. SENADOR POMPEU - José Linhares de Vasconcelos. SOBRAL - Vicente Antenor Ferreira Gomes. SOURE — Fausto Dario Sales. TAMBORIL - Vicente Alves do Vale. TAUÁ - Sebastião Marques.

TIANGUÁ — Joaquim Florêncio de Sousa.
UBAJARA — José de Oliveira Vasconcelos.
UNIÃO — Adolfo Rocha.
URUBURETAMA — Júlio Costa Ribeiro.
VÁRZEA ALEGRE — Vicente Honório.
VIÇOSA — Antônio Plutarco de Lima.

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado do Espírito Santo

AFONSO CLAUDIO — Aderbal Galvão.
ALFREDO CHAVES — Lauro Ferreira da Silva Pinto.

ALEGRE — Dr. Messias L. de Oliveira Chaves ANCHIETA — Agostinho Ferreira dos Santos. BAIXO GUANDÚ — Manuel Milagres Ferreira. CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM — Dr. Fernando de Abreu.

CACHOEIRO DE SANTA LEOPOLDINA — César Müller.

CARIACICA — Álvaro Gimenez.

CASTELO — Mário Correia Lima.

COLATINA — Dr. Paulo de Vasconcelos.

CONCEIÇÃO DA BARRA — Vandelino de Matos Lima.

DOMINGOS MARTINS — Otaviano Santos.

DOMINGOS MARTINS — Otaviano Santos. ESPÍRITO SANTO — Eugênio P. de Queiroz. FUNDÃO — Dr. César Agostini. GUARAPARÍ — Celso Bastos Couto. ICONHA — Bel. Sinval Vieira. ITAGUASSÚ — Antônio Martinho Barbosa. ITAPEMIRIM — João Rodrigues Soares. JOÃO PESSOA — Pedro José Vieira. MUNIZ FREIRE — Dr. Evandro Peres Domingues. PAU GIGANTE — Aryton Osvaldo Bonesi. RIO NOVO — José Braz Mendonça. RIO PARDO — Alfredo Antônio. SANTA CRUZ — Dr. Antônio Luiz da Costa. SANTA TERESA — José da Silva Rosa Bonfim. SÃO JOÃO DO MUQUÍ — Avides Fraga. SÃO JOSÉ DO CALÇADO — Ataulfo Virgílio Lóbo.

SÃO MATEUS — Oto de Oliveira Neves. SERRA — Dr. Alceu Moreira Pinto Aleixo. SIQUEIRA CAMPOS — Manuel Alves de Siqueira.

VIANA — Luiz Lírio. VITÓRIA — Dr. Américo Polí Monjardim.

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado de Goiaz

ANÁPOLIS — J. Cámara Filho.

ANICUNS — Almir Turisco de Araújo.

ARRAIAS (Via Palma) — Beatriz Alves Rêgo.

BELA VISTA — Sebastião Lôbo.

BOA VISTA (Via Boa Vista) — Francisco da

Silva Queiroz.

BONFIM — Misach Ferreira Júnior.

BURITT ALEGRE — Beltrão Martins Ferreira.

CALDAS NOVAS — Luiz José Pereira.

CAMPO FORMOSO — José da Costa Pereira.

CAMPO FORMOSO — José da Costa Pereira.

CATALÃO — Dr. Francisco Balduino Santa Cruz.

CAVALCANTE (Via Formosa) — Cícero Santos

Costa.

CORUMBÁ — André Gaudie F. Curado.

CORUMBÁÏBA — Dr. Juvenil Amaral.

CRISTALINA — José Leão de Sousa Pereira.

Dianópolis (Via Palma) — Verissimo Teixeira

da Mata.

Ga Mata.

FORMOSA — Dr. Amaro Juvenal de Almeida.

GOIANDIRA — Ildefonso Teles.

GOIATUBA — Orlando Rodrigues Borges.

GOIANIA — Prof. Venerando de Freitas Borges.

GOIAZ — Prof. Divino de Oliveira.

INHUMAS — Dr. José de Aimatéi e Silva.

IPAMERÍ — Dr. Antônio R. Gomes da Frota.

ITABERAÍ — Dr. Filemon Justiniano Ribeiro.

JARAGUÁ — Antônio de Castro Ribeiro.

JATAÍ — Dr. Júlio Cunha.

MINEIROS — Pedro Arantes. MORRINHOS — Dr. Guilherme Xavier de Almeida. NATIVIDADE (Via Peixe) — Oscar Muniz. PALMA (Via Palma) — André Rodrigues de Araújo. Araujo.

PALMEIRAS — Dr. Floresto Scarpelli.

PARAUNA — Epifânio José Bezerra.

PEDRO AFONSO (Via Pedro Afonso) —

Tavares dos Reis. Pedro PEIXE (Via Peixe) - Benevenuto de Queiroz. PILAR — José Pereira Dutra.

PIRENÓPOLIS — José Augusto Curado.

PIRES DO RIO — Dr. Taciano Gomes de Melo. PLANALTINA — João Carlos de Alarção. PONTALINA — Olivero de Mendonça Ribeiro. PÔRTO NACIONAL (Via P. Nacional) - Osvaldo Aires da Silva. POSSE (Via Formosa) - Dr. Arquimedes Vieira de Brito.

POUSO ALTO — Dr. Herminio Alves de Amorim
RIO BONITO — Dr. Plinio Gayer. RIO VERDE — Célio Borges Leão SANTA MARIA DO ARAGUAIA (Via P. Afonso) - Clotário Nogueira. SANTANA — Osvaldo Leal de Albuquerque. SANTA LUZIA — Epaminondas Roriz. SANTA RITA DO PARANAÍBA - Dr. José Gomes de Lira. - Domingos Ja-SÃO DOMINGOS (Via Palma) cinto Pinheiro. SÃO JOSÉ DO TOCANTINS — José Pereira Filho. SÃO VICENTE (Via Boa Vista) - Deoclécio de Almeida Valente. SÍTIO D'ABADIA (Via Formosa) — José Iram Guimarães. TAGUATINGA (Via Palma) — Camilo Godinho. BALIZA — Alfredo Carlos da Rocha. Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado de Mato Grosso · AQUIDAUANA - Dr. Manuel Bonifácio Nunes da Cunha. ALTO ARAGUAIA — Cacildo Hugueney.
ALTO MADEIRA — Francisco Gomes Sobrinho. ARAGUAIANA — Elisário José de Faria. BELA VISTA - João Antônio José Maria Caporossi.

CAMPO GRANDE — Demóstenes Martins.

CORUMBÁ — Artur Afonso Marinho. CUIABÁ — Manuel Miraglia. CUIABA — Manuei Miragiia.

CACERES — Dr. Luiz Marques Ambrósio.

DOURADOS — Álvaro Brandão.

DIAMANTINO — Caetano Días da Silva.

ENTRE RIOS — Oclécio de Sousa Barbosa.

GUARAJÁ-MIRIM — Dr. Carlos Rocha Leal.

HERCULÁNEA — Viriato da Cruz Bandeira.

LAJEADO - Clovis Hugueney. LIVRAMENTO - Emiliano Monteiro da Silva. MARACAJÚ — João Pedro Fernandes. MIRANDA — Nagib Ourives.

MATO GROSSO — Manuel Domingues Júnior.
NIOAQUE — Antônio Francisco Xavier.
PARANAÍBA — Vladislau Garcia Gomes.
PONTA PORÃ — Lídio Lima.
PÔRTO MURTINHO — Mário Teixeira Codorniz.

POKTO MURTINHO — MARIO TEIXERIA COGORIA POXORÉU — Luiz Coelho de Campos. POCONÉ — Dr. Cid Nunes da Cunha. ROSÁRIO OESTE — Manuel Loureiro. SANTO ANTÓNIO — Acindino Pinto Duarte.

TRES LAGOAS - Rosário Congro.

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado de Minas Gerais

ABAETÉ - Antônio Domício Valadares Vasconcelos.

— Dr. Sertório de Amorim e ABRE CAMPOS -Silva. AGUAS BELAS - Bel. Josino Abrantes.

AIMORÉS — Dr. Américo Brasil Martins da Costa. AIURUOCA — Dr. Antônio Guimarães. ALÉM PARAÍBA — Luiz de Marca. ALÉM PARAÍBA ALIFENAS — Salomão Barroso (em comissão). ALPINÓPOLIS — Bel. José de Carvalho Faria. ALTO RIO DOCE — Maurino Dias do Nascimento. mento.

ALVINÓPOLIS — Bel. Manuel de Araújo Pôrto.

ANDRADAS — Farmo. José Teixeira Magalhães.

ANDRELANDIA — Dr. José Gustavo Alves.

ANTÔNIO DIAS — Farmo. Valdemir de Castro.

ARAGUARÍ — Dr. José Jeová Santos.

ARARÍ — Mário Roquete.

ARASSUAÍ — Farmo. Franklin Fulgêncio Alves Pereira. Pereira.

ARAXÁ — Álvaro Cardoso de Meneses.

AREADO — Dr. Joaquim Ribeiro Pereira.

ARCEBURGO — Adolfo de Sousa Caldas.

ARCOS — Dr. João Vaz Sobrinho.

ASTOLFO DUTRA — Clinto Almada.

BAEPENDÍ — Antônio Alves Ferreira.

BAMBUÍ — Farmc. Sinfrônio Tôrres.

BARBACENA — Bel. José Francisco Bias Fortes.

BARBA LONGA — Bel. Benedito Vasconcelos

Lanna.

BELO HORIZONTE — Dr. Juscelino Kubits-BELO HORIZONTE -- Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira. BELO VALE - Joaquim Rodrigues da Silva. BETIM — Raul Saraiva Ribeiro (em comissão). BIAS FORTES — Bel. Carlos Frederico Lacerda de Araújo César. BICAS — Geraldo Mosqueira Machado (em BICAS — Geraldo Mosquera.

comissão).

BOA ESPERANÇA — Dr. Joaquim Vilela.

BOCAIUVA — João Procópio de Carvaiho.

BOM DESPACHO — Farmc. Flávio Xavier Lopes Cansado Filho. BORDA DA MATA — Raul de Andrade Cobra. BOM SUCESSO — José Vanderlei Lara. BONFIM - Emilio Curtiss Lima. BRASÍLIA — Manuel Gonçalves Passos. missão). CABO VERDE - Alvaro Brasiliense Fernandes.

BOTELHOS — Dr. César Monerat Lutterbach. BRAZÓPOLIS — Dr. Ataliba de Morais. BRUMADINHO — Dr. Mário Albergaria Santos. BUENO BRANDÃO — Bel. Roberto Iemini F.º. BUENÓPOLIS — Herculino França (em co-

CACHOEIRAS — Domiciano Machado Homem. CAETÉ — José Nunes Melo Júnior. CAMANDUCAIA - Benedito Silva Santos. CAMBUÍ - José Francisco Nascimento (em co-

CAMBUQUIRA — Dr. José Ribeiro Laje. CAMPESTRE — Benedito Jorge (interino). CAMPINA VERDE — Dr. Nicodemos de Macedo. CAMPO BELO -- Dr. Antônio de Bastos Garcia (interino).

CAMPO FORMOSO — Dr. Vicente Ribeiro do Vale. CAMPOS GERAIS — Farmo. Jorge de Paula

Meinberg.

CANDEIAS — Dr. Zoroastro Marques da Silva. CAPELINHA — Jacinto José Ribeiro. CAPETINGA — José do Nascimento Pimenta. CARANDAÍ — Dr. Abeilard Rodrigues Pereira Filho.

CARANGOLA — Dr. Valdemar Soares — substi-tuto Dr. Valdemar de Oliveira Resende. CARATINGA — Bel. José Augusto Ferreira Filho.

CARLOS CHAGAS — Álvaro Faria Vicira. CARMO DA CACHOEIRA — Farme. Amintas de Oliveira Vilela.

CARMO DA MATA — Joaquim Afonso Rodrigues. CARMO DO PARANAÍBA — Farme, Misael Laiz de Carvalho.

CARMO DO RIO CLARO - Dr. Casimiro de Sena Madureira.

CASSIA - Dr. Luciano de Melo Batista.

```
CATAGUASES — Dr. Joaquim I
Costa Cruz.
                            Joaquim Martins da
CAXAMBÚ - Bel. Renato Maurício Silva (em
                      comissão).
CLÁUDIO — Farme. Custódio Costa.
CONCEIÇÃO — Raul de Almeida Costa.
CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS — Antônio Nassif
                                           Mizziara
CONCEIÇÃO DO RIO VERDE — Pedro Magalhães
                                         Carneiro.
CONGONHAS DO CAMPO — Dr. Alberto Teixeira
                                      dos Santos F.º.
CONQUISTA - Carício Borges.
CONSELHEIRO LAFAIETE — Dr. Mário Rodri-
                                        gues Pereira.
CONSELHEIRO PENA — Dr. Sebastião Anastá-
                                   cio de Paula.
CORAÇÃO DE JESÚS — Caetano Gonçalves de
                                   Macedo.
CORDISBURGO - Dr. José Maria Gordiano
                           dos Santos.
CORINTO - Altino de Matos Filho.
COROMANDEL - Dr. Ermiro Rodrigues Pereira.
CRISTINA — Bel. José de Resende Ferraz.
CURVELO — Eng.º Viriato Mascarenhas Gon-
                     zaga (interino).
DELFIM MOREIRA — Joaquim Honório de
                                   Melo
DELFINÓPOLIS — Manuel Leite Lemos
DIAMANTINA -- Bel, Luiz Kubitschek Figuei-
                         redo.
DIVINO - Dr. Júlio Alves de Sousa.
DIVINOPOLIS - Bel. Antônio Gonçalves de
                           Matos.
DIVISA NOVA - Farmc. Lázaro Magalhães
                             Rabelo
DOM JOAQUIM - Valdemar Teixeira.
DOM SILVÉRIO -- Farme. Antônio Nunes Pi-
                            nheiro Sobrinho.
DORES DE CAMPOS — Ildefonso Augusto da
                                   Silva.
DORES DO INDAIA - Cornélio Caetano da Sil-
                                va Guimarães.
ELÓI MENDES — João Batista Ximenes.
ERVAL — Dr. Valdir Laperriére.
ESPERA FELIZ — Joaquim Cabral.
ESPINOSA — José Cangussú.
ESTRELA DO SUL -
EXTREMA — Farmc. Olinto Soares.
FERROS — Dr. Júlio de Alvarenga Drumond.
FORMIGA — Carlos Camarão.
 FORTALEZA — João de Almeida.
 FRANCISCO SA — Sr. Antônio Tenório.
FRANCISCO SALES — Dr. José Penha Vilela.
 FRUTAL - Dr. Sandoval Henrique de Sá.
 GIMIRIM - José Bartolomeu de Oliveira.
 GLÓRIA — Cel. Teodoro Pereira do Vale.
GOVERNADOR VALADARES — Eng.º Moacir
 Paleta de Cerqueira Laje (em comissão).
GRÃO MOGOL — Bel. Lauro Pires de Carvalho
                         (Bel. Antônio Tenório
                         interino).
 GUANHAES — Jovino de Barros.
GUAPÉ — José Cândido dos Passos Maia.
 GUARANÉSIA — Dr. Sílvio Gonçalves.
 GUARANÍ — Oscar Alves Vieira.
GUARARÁ — Bertoldo Garcia Machado.
 GUAXUPÉ — Bel. Antônio Costa Monteiro.
GUIA LOPES — Vicente Rafael Picardi.
GUIA LOPES — VICENCE ACADAS
GUIRICEMA — Luiz Coutinho.
IBIRACÍ — Timóteo Joaquim de Andrade.
IBIA — Dr. Getúlio Portela (em comissão).
 INDIANÓPOLIS — Dr. Geraldo Cardoso de Miranda.
INHAPIM — Dr. Guilhermino de Oliveira.
IPANEMA — Dr. Cornélio da Silva Araújo.
ITABIRITO — Dr. José Raimundo Soares Silva.
ITAJUBÁ — Alcides Faria.
 ITAMBACURÍ — Bel. Ademar Dias Duarte.
 ITAMBARANDIBA — Jonas Câmara.
ITAMONTE — Dr. Arlindo Carneiro Pinto.
ITANHANDÚ — Dr. Delfim Pinho Filho.
ITAPECERICA — Dr. Flávio de Oliveira Morais.
 ITAÚNA — Dr. Lincoln Nogueira Machado.
```

```
ITUIUTABA — Bel. Jaime Veloso Meinberg.

JABOTICATUBAS — João B. Santos Viana.

JACUÍ — João Alves de Vasconcelos (interino).

JACUTINGA — Floriano Sareti.

JANUÁRIA — Sisenando de Oliveira Itapaiana.
JEQUERÍ — Dr. Artur Damásio, licenciado —
Dr. Amador Ubaldo Ribeiro —
                     (em comissão).
JEQUITINHONHA — Bel. Hildebrando Martins
                               da Silva.
JOÃO PINHEIRO — Antônio Pereira de Andrade.
JOÃO RIBEIRO — Dr. Américo Cirilo (em co-
                            missão).
JUIZ DE FORA — José Celso Valadares Pinto.
LAJINHA — Eurico Machado de Oliveira.
LAGOA DA PRATA — Paulo Fernandes Lobato.
LAGOA DOURADA — Ernesto Resende.
LAGOA SANTA — Dr. Lindouro Avelar.
LARANJAL — Leandro Afonso Rodrigues.

LAMBARÍ — Dr. João Lisboa Júnior.

LAVRAS — Dr. Jacinto Escorza.

LEOPOLDINA — Francisco de Andrade Bastos.
LIMA DUARTE - Nominato de Paiva Duque.
LIBERDADE - Dr. Pitágoras Barbosa Lima (em
                        comissço, subst. José Roma-
                        no Filho).
LUZ - Alexandre S. de Oliveira Du.
MACHADO — João Vieira da Silva.
MALACACHETA — José Abrantes Reis.
MANGA — Domiciano Pastor Filho — substi-
tuto Anfrisio Lima.

MANHUASSÚ — Bel. José Feres.

MAR DE ESPANHA
MAR DE ESPANHA - Ademar Martins,
MANHUMIRIM — Manuel Nunes da Rosa.
MARIANA — Dr. Josafá Macedo — substituto
Dr. Celso Arinos Mota.
MARIA DA FÉ — Dr. José Zaroni, substituto.
MARTINHO CAMPOS — Dr. Olavo Alves Pinto.
MATEUS LEME — Miguel Alves de Andrade.
MATIAS BARBOSA - Olívio de Albuquerque
                                 Castro.
MATIPÓ — Dr. Orlando de Abreu Costa.
MEDINA - Dr. Max Veloso Machado - subs-
                    tituto Querubim Cirino da Sil-
                    va Matos.
 MERCÉS - Alziro Augusto Mendes.
 MESQUITA - Onésimo Soares Camargo.
 MINAS NOVAS — Dr. Francisco Badaró Júnior.
 MIRAÍ - Dr. Henrique Alves Pereira.
 MONTE ALEGRE - Dr. Nicando Parreira
                                 substituto Leonardo
                                 Alessandre.
 MONTE AZUL — Leví de Sousa e Silva.
MONTE BELO — Francisco Venceslau dos Anjos.
 MONTE CARMELO - Dr. Geraldo de Campos
                                  Valadares.
 MONTE SANTO — Dr. Pedro Paulino da Costa.
MONTES CLAROS — Dr. Alfeu Gonçalves de
Quadros.
MONTE SIÃO — Farme. Mário Zucato.
MURIAÉ — Bel. Geraldo Starling Soares.
MUTUM — Bel. Artur Eutrópio.
 MUZAMBINHO — Dr. José Januário de Ma-
                              galhães.
 NEPOMUCENO - Dr. Rubens Ribeiro.
 NOVA ERA — Farmc. Nélson de Lima Bruzzi.
 NOVA LIMA - Bel. Manuel Franzen de Lima.
 NOVA PONTE — Otávio Veiga.
 NOVA RESENDE - Bel. José Gonçalves de
                                Resende.
 OLIVEIRA — Bel. Jaime Pinheiro de Almeida.
OURO FINO — Dr. Francisco Bueno Brandão.
 OURO PRETO — Dr. Washington de Araújo
                             Dias — Substituto José
                              da Costa Carvalho Filho.
 PALMA — José Barbosa do Amaral.
PARACATÚ — Romualdo Ulhoa Tomba.
 PARÁ DE MINAS - Francisco Valadares Ri-
                                 beiro
 PARAGUASSÚ — Dr. Cristiano Otoni do Prado. PARAISÓPOLIS — Eng.º Joubert Guimarães.
```

PARREIRAS — Bel. Uriel de Resende Alvim. PASSA QUATRO — Artur Tibúrcio Ribeiro. PASSA TEMPO — Bolivar de Andrade. PASSOS - Dr. Lourenço Ferreira de Andrade. PATOS — Clarimundo José da Fonseca Sobr.º PATOS — Clarimundo Jose da ronseca Sont.

PATROCÍNIO — Dr. José Garcia Brandão.

PEÇANHA — Antônio Augusto da Cunha Pereira (em comissão).

PEDRA BRANCA — Dr. Carlos Ribeiro Filho. PEDRO LEOPOLDO - Dr. Cristiano Otoni Goncalves Ferreira. PEQUÍ — Dr. Oscar Barbosa. PERDIZES — Dr. João Afonso Sobrinho. PERDÓES — Samuel Alvarenga.

PIRANGA — João Vilela Soares da Fonseca.

PIRAPETINGA — José Ferreira de Sousa.

PIRAPORA — Arnaldo Gonzaga — substituto Cicero Passos.
PITANGUÍ — Dr. Antônio Malheiros Fiúsa. POCOS DE CALDAS — Bel. Joaquim Justino
Ribeiro — int.º. PIŰÍ — Farmc. Rodolfo de Freitas Mourão (em comissão). POMBA - Bel. José Simões de Araújo Campos. POMPEU - Dr. Ciro de Campos Cordeiro (em comissão). PONTE NOVA — Bel. Otávio Martins Soares. PORTEIRINHA — Dr. Altivo de Assis Fonseca. POUSO ALTO — Farme. Alonso Starling Filho. POUSO ALTO — FARME. AROUSO SURING I MOS. PRADOS — Getúlio Silva.
PRATA — Dr. Aloísio Ribeiro da Silva.
PRESIDENTE OLEGÁRIO — Dr. Abelardo Baeta Neves. PRESIDENTE VARGAS - Valdir Machado Laperriére. RAUL SOARES — Dr. Durval Otávio Grossi. RECREIO — Modesto Faria. RESPLENDOR — Bel. Alexandre de Alencar. RESENDE COSTA — Dr. José Vilela Costa Pinto. RIO BRANCO — Dr. Jorge Carone. RIO CASCA — Dr. João Camilo Teixeira Fontes. RIO ESPERA — Teófilo Rodrigues de Miranda. RIO NOVO — Dr. Júlio Carvalho Guilhon de Oliveira. RIO PARDO - Odílio Tôrres Costa. RIO PARANAÍBA — Olímpio Franklin de Castro. RIO PIRACICABA — Farmo. Felício Araújo. RIO PRETO — Dr. Dolor Gentil de Ramalho Pinto.

RIO VERMELHO — Dr. Paulo Penido. SABARA — Dr. Homero Machado Coelho. SABINÓPOLIS — Sebastião de Araújo Abreu.

SANTA BÁRBARA - Bel. Hélio Moreira dos

SANTA CATARINA — Justino Lisboa Carneiro

SANTA JULIANA - Farme. José Pinheiro dos

cindo Júnior. SANTA MARIA DO SUASSUÍ — Dr. Lélio Lara.

SANTA QUITERIA — Dr. Eusébio Dias Bicalho. SANTA RITA DO SAPUCAÍ — Frederico de

SANTO ANTÔNIO DO MONTE - Dr. Osvaldo

SANTOS DUMONT — Jaques Gabriel Pansardi. SÃO DOMINGOS DO PRATA — Nélson de Lelis

SÃO JOÃO DEL REI — Dr. Antônio das Chagas

Viegas.

SÃO FRANCISCO — Oscar Caetano Gomes. SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ - Dr. José Ibraim

SANTO ANTÔNIO DO AMPARO -

SANTA LUZIA -- Emilio Bernardo Zeymer -

Santos.

Caetano.

Santos.

· - substituto Pedro

substituto Francisco Lu-

Paula Cunha.

Ferreira.

de Carvalho.

Gustavo

Martins.

Mendonca.

CURRALINHO -

SACRAMENTO — José Ribeiro de Oliveira. SALINAS — Bel. Aderbal Pacífico Oliveira.

PARAOPEBA - Dr. Guilherme Mascarenhas

Dale.

SÃO ROMÃO - Saint-Clair Fernando Valadares. SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - João Pio Figueiredo Westin. SÃO TOMAZ DE AQUINO - Donizete Santana de Figueiredo. SAPUCAÍ MIRIM — Vitrúvio Marcondes Pereira. SAPUCAI MIRIM — VITTUVIO MARCONDES PETEIRA. SENADOR FIRMINO — Cicero Torres Galindo. SERRA NEGRA — Dr. Jorge Simão. SERRANIA — Dr. Plínio do Prado Coutinho. SÉRRO — Antônio Honário Pires de Oliveira. SETE LAGOAS — Dr. José Evangelista França. SILVESTRE FERRAZ — Dr. Altamiro Coli. SILVIANÓPOLIS — Júlio Correia Beraldo.
SOLEDADE — Bel. Antônio José Eistemann.
TARUMIRIM — Yaeder Albergaria.
TEIXEIRAS — Dr. Cláudio José Mariano da
Rocha. TEOFILO OTONI — Dr. Alfredo Sá (interino). TIRADENTES — Celestino Rodrigues de Melo. TIROS - Hélio de Resende Faria Alvim (em comissão). TOMBOS — Francisco Inácio de Borba. TRÊS CORAÇÕES — Farmc. Francisco Franqueira. TRÉS PONTAS - Francisco Ximenes de Oliveira. TUPACIGUARA - Manuel Ferreira Pontes. UBA — Bel. Levindo Ozanam Coelho. UBERABA — Carlos Martins Prates. UBERLANDIA — Carios Martins Frates.

UBERLANDIA — Dr. J. A. Vasconcelos Costa.

VARGINHA — Dr. Manuel Rodrigues de Sousa.

VERÍSSIMO — Rufino Camargo Filho.

VIÇOSA — Bel. João Braz da Costa Val.

VIGIA — Dr. Acúrcio Lucena Pereira.

VIRGÍNIA — Raul da Costa Pinto.

VIRGINÓPOLIS — Francisco Coelho Sobrinho.

VIRGINÓPOLIS — Bornardino Rocho. VOLTA GRANDE — Bernardino Rocha — substituto Vanir Lima. Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado do Pará ABAETÉ — Aristides dos Reis e Silva. ACARÁ — Anastácio Carlos Sampaio. AFUÁ — João Lins Guedes Pereira. ALENQUER — Amadeu Burlamaqui Simões. ALMEIRIM — Joaquim Barreto de Almeida. ALTAMIRA - Dr. José Porfírio de M. Neto. AMAPÁ — Quintino Pontes Tavares. ANAJAZ — Mário Castelo Branco Xavier. BAIÃO - Tranquilo Agostinho de Brito. BELEM — Eng. Jerônimo Cavalcanti. BRAGANÇA — Augusto Correia. BREVES — Américo Carneiro Brasil. CACHOEIRA — Luciano Pereira Gomes. CAMETÁ — Nélson da Silva Parijós. CAPANEMA — Jorge Travassos da Rosa CASTANHAL - Maximino Porpino da Silva. CHAVES — Arlindo do Amaral Cacela. CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA - Balbino Ma-

- José Chaves de Moura.

CURUÇA — Cantídio Alves Guimarães. FARO — Marcos Bentes de Carvalho. GURUPA — Jacó Marcos de Aben-athar

IGARAPE-MIRI — Raimundo Monteiro I IRITUIA — Júlio de Oliveira. ITAITUBA — Artur Carneiro Mendes. JURUTÍ — Américo Pereira Lima. MACAPÁ — João Ferreira Sá. MARABÁ — João Anastácio de Queiroz.

IGARAPÉ-ASSÚ — Germano João de Melo. IGARAPÉ-MIRÍ — Raimundo Monteiro Lopes.

SÃO GOTARDO - Bento Ferreira dos Santos.

SÃO JOÃO EVANGELISTA — Dr. Ademar Pi-

SÃO JOÃO NEPOMUCENO — Farm. Agenor

SÃO MANUEL - Bel. Francisco de Assís Carvalho.

SÃO LOURENÇO -

menta Brant.

Henrique Soares -

Henriques Cruz.

subst. Dr. Geraldo

MARACANÃ - Atanagildo Flexa. MARAPANIM — Cizenando do Carmo Ferreira. MARAPANIM — CIZENANCO DO CAIMO FERRALA.

MAZAGÃO — Francisco Domingos de Oliveira.

MOCAJUBA — Manuel de Melo Pompeu.

MOJÚ — Manuel Salomão Cardoso.

MONTE ALEGRE — Dr. Edward Catete Pinhatro nheiro.

MUANA — Antônio da Costa Azevedo. ÓBIDOS — Ildefonso Almeida. OEIRAS — Júlio Monteiro Guedes. ORIXIMINA — Helvécio Imbiriba Guerreiro. OURÉM — Raimundo Orlando Guilhon. PONTA DE PEDRAS — Volfando Fontes da Silva.

PORTEL - Raimundo Ferreira Guedes. PÔRTO DE MOZ — Dr. Michel Melo e Silva. PRAINHA — Antônio de Queiroz Teixeira. SALINAS — Francisco Rodrigues de Assís. SANTA ISABEL — Dr. Carlos Miguel Damous. SANTARÉM — Mário de Freitas Guimarães. SÃO CAETANO DE ODIVELAS — Inácio de Oliveira Santos.

SÃO DOMINGOS DO CAPIM -- Raimundo Magno Camarão SÃO MIGUEL DO GUAMÁ — Bernardo José de Carvalho.

SOURE - Dr. Francisco de Castro Ribeiro. VIGIA — Manuel de Sousa Leal. VISEU — Demétrio Lauro Juvenal Tavares.

Relação nominal dos prefeitos municipais do

Estado da Paraíba

ALAGOA GRANDE — Telésforo Onofre.

ANTENOR NAVARRO — Antônio Espínola Pessoa.

ARARUNA - Dr. Hermano Sá Neto. ARAKUM — Dr. Heinand Sa Nett. AREIA — Dr. Antônio Farias. BANANEIRAS — Antônio Miranda. BONITO — José Morais. BREJO DO CRUZ — Capitão Severino Lira. CABACEIRAS — Severino Pereira Castro. CAICARA — Alfredo José da Costa. CAJAZEIRAS — Juvêncio Carneiro. CAMPINA GRANDE — Vergniaud Vanderlei. CATOLÉ DO ROCHA — Aristeu Formiga. CONCEIÇÃO — Dr. João Loureiro. CUITÉ — Antônio Coutinho. ESPERANÇA - Severino Costa ESPÍRITO SANTO - Israel Meira Lima. GUARABIRA — Sebastião Duarte. INGA — Francisco Lucas Rangel. ITABAIANA — José Augusto Pinto Ribeiro. JATOBÁ — Antônio Andrade Neto. JATUBA — Antonio Andrade Nevo.
JOÃO PESSOA — Francisco Cícero Melo Filho.
JUAZEIRO — Clovis Nóbrega.
LARANJEIRAS — Arlindo Colaço.
MAMANGUAPE — Dr. José Fernandes.
MONTEIRO — Alcindo Meneses. PATOS - Pedro Tôrres. PATOS — Pedro Tôrres.
PIANCÓ — Antônio Montenegro.
PICUÍ — Cel. José Maurício da Costa.
PILAR — Duarte de Almeida e Albuquerque.
POMBAL — José Gregório Medeiros.
PRINCESA ISABEL — Dr. Armando Caminha.
SANTA LUZIA — Dr. Ercílio Rodrigues.
SANTA RITA — Diógenes Chianca.
SÃO JOÃO DO CARIRÍ — Tertuliano de Brito.
SAPÉ — Osvaldo Pessoa.
SERRARIA — Valdemar Leite.
SOUISA — Eronides Ramos. SOUSA - Eronides Ramos. TAPEROÁ — Capitão Irineu Rangel. TEIXEIRA — Delfino Costa. UMBUZEIRO — Dr. Joaquim Montenegro.

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado do Paraná

ANTONINA — Cap. Custódio Rapôso Neto. ARAUCÁRIA — Agr. Rubens Dória de Oliveira. BANDEIRANTES — Bel. Domingos Macedo S. Pereira.

BOCAIUVA - Bel. Anísio Luz.

CAMPO LARGO — Bel. Murilo Camargo. CARLÓPOLIS — Bel. Júlio Rocha Xavier. CASTRO — Vespasiano Carneiro de Melo. CÈRRO AZUL — Prof. Oscar Bassetti. CLEVELIÁNDIA — Ten. Luiz Santos. CORNÉLIO PROCÓPIO — Bel. Francisco Ferreira Pimpão

CURITIBA — Eng. Rosaldo Gomes de Melo Leitão. FOZ DO IGUASSÚ — Major Artur Borges Maciel. GUARAPUAVA — Henrique Santos. IMBITUVA — Lauro Santos Correia. IPIRANGA — Agr. Sílvio Silvestre Staffi. IRATÍ - Tte. Manuel Alves do Amaral. JACARÉZINHO — Agr. João Aguiar. JAGUARIAÍVA — Cap. Aderbal Fortes de Sá. JOAQUIM_TÁVORA — Dr. Alfredo Gabriel. JOAQUIM TAVORA — Dr. Alfredo Gabriel.

LAPA — Bel. Peregrino Dias Rosa Filho.
LONDRINA — Major Miguel Balbino Blasi.

MALÉ — Agr. Osvaldo Lombardi Dias.

MORRETES — Aguilar de Morais.

PALMAS — Rutilio Ribas.

PALMEIRA — João Guedes.

PARANAGUÁ — Paulo Cunha Franco.

PIRAÍ — Bernardo Barbosa Miléu.

PIRAQUARA — Vet. Välter Costa Lopes.

PONTA GROSSA — Albarí Guimarães.

PRUDENTÓPOLIS — Dr. Geraldo Ribeiro de

Carvalho.

REBOUCAS — Altair Bittencourt.

REBOUÇAS — Altair Bittencourt. RESERVA — Tte. Lázaro Nini de Campos. RIBEIRÃO CLARO — Eunino Correia de Oliveira. RIO AZUL — Vicente Bufrem.

RIO NEGRO — Raul de Almeida.

SANTO ANTÔNIO DA PLATINA — Tapir Lopes.

SÃO JERÔNIMO — Heitor Lôbo.

SÃO JOÃO DO TRIUNFO — Anfristo F. de Siqueira.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - Francisco Querino dos Santos. SÃO MATEUS - Eng. Domingos Cunha Maciel. SENGÉS — Jesué Jorge. SERTANÓPOLIS — Bel.

Vespertino Fereira Pimpão.

SIQUEIRA CAMPOS — Armindo Saldanha.
TEIXEIRA SOARES — Tte. Dr. Lázaro Nini de

Campos. TIBAGÍ — Guataçara Borba Carneiro. TIGMAZINA — Ranulfo Moura.
UNIÃO DA VITÓRIA — Ivaí Martins.
VENCESLAU BRAZ — Agr. Mário Bastos.

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado de Pernambuco

AFOGADOS DE INGAZEIRA — Sebastião de Siqueira Bitú (Secretário, Resp. pelo Exped.).

AGUA PRETA — Cap. Francisco Flávio Ibraim de Lira.

AGUAS BELAS — Jacó Rodrigues de Melo. ALAGOA DE BAIXO — Bel. Reginaldo Fernan-

ALAGOA DE BAIXO — Bel. Reginaldo Fernandes Martins.

ALIANÇA — Lourival da Silva Marques.

ALTINHO — Rubens Lemos Barbosa da Silva.

AMARAGÍ — Dr. Plínio Alves de Araújo.

ANGELIM — Francisco da Costa Lima.

BARREIROS — João Coimbra Neto.

BEBEDOURO — João Guilherme de Azevedo Lira.

BELÉM - Jáder de Alemão Cisneiros. BELMONTE — Afonso Alves de Carvalho. BELO JARDIM — Artur Pais. BELO JARDIM — Artur Pais.

BEZERROS — Romeu Cavalcante de Góis.

BOA VISTA — Florêncio de Barros Filho.

BODOCÓ — Otacílio Rodrigues do Nascimento.

BOM CONSELHO — Major José Pedro da Silva.

BOM JARDIM — Manuel Gonçalves Souto Maior.

BONITO — Major Alfredo d'Agostini.

BUIQUE — José Nunes Vanderlei.

Dr. Manuel Clementino Cavalcante de

CABO — Dr. Manuel Clementino Cavalcante de Albuquerque.

CABROBÓ — Pedro de Barros Vanderlei Ramos. CANHOTINHO — Coronel João Nunes CARPINA — Major Carlos Afonso de Melo. CARUARÚ — Manuel Afonso Pôrto Filho. CATENDE - Bel. Melquíades de Albuquerque Montenegro. CORRENTES - Major Davino Ribeiro de Sena. CUSTÓDIA — Ernesto de Queiroz. ESCADA — Álvaro Xavier Sampaio. EXÚ — Jerônimo de Sousa Neto. FLORES — Benedito de Sousa Dantas. FLORESTA - José Ribeiro Lins. GAMELEIRA — Manuel Albuquerque Araújo.
GARANHUNS — Dr. Celso Galvão. GLÓRIA DE GOITÁ — Júlio Carneiro da Silva. GOIANA — Manuel Simões de Gouveia (Secretário, Resp. pelo Expediente). GRAVATÁ — Gustavo Veloso Borba. IGARASSÚ - Tenente Coronel Martiniano de Barros Correia. IPOJUCA — Pedro de Sousa Leão. ITAPARICA — José Barreto de Araújo. JABOATÃO - Bel. Carlos Barbosa da Paz Portela. JOÃO ALFREDO - Severino Adrião Gomes da Silva. JUREMA — João Alves Pereira. LAGOA DOS GATOS — José Geraldo de Carvalho. LEOPOLDINA - Mílton Caldas de Meneses. LIMOEIRO — Dr. José Donino da Costa Lima. MACAPA - Vicente Ferreira de Andrade Cavalcante. MADRE DE DEUS - Dirceu Valença de Oliveira. MARAIAL - Péricles Bezerra de Almeida. MORENO - Henrique Barbosa da Paz Portela. MOXOTÓ - José Mariano da Nóbrega.

NAZARÉ — Major Severino Mendes de Araújo Pereira. - Bel. Valfrido Patrício Advíncula. OURICURÍ — José de Oliveira Pessoa.
PALMARES — Pedro Afonso de Medeiros. PANELAS - José Rufino de Melo e Silva. PAUDALHO — Dr. João Alves da Luz. PAULISTA — Cap. José Primo de Oliveira. PEDRA — Américo Luiz Soares.

PESQUEIRA — Bel. João de Arruda Marinho dos Santos. PETROLINA - Dr. Pacífico da Luz. QUEIMADAS — Lupércio Borba Pereira Lima. QUIPAPA — Manuel Gadelha Ribeiro. RECIFE — Dr. Antônio Novais Filho. RIBEIRÃO — Mário José de Carvalho. RIO BRANCO - Tenente Olímpio Marques de

Oliveira. RIO FORMOSO — Amaro Tavares de Albuquerque.

SALGUEIRO — Luiz Soares Diniz. SÃO BENTO — Antônio Félix da Silva. SÃO CAETANO — Severiano Ramos. SÃO GONÇALO — Severiano ramos. SÃO GONÇALO — Dr. José Araújo Lima. SÃO JOAQUIM — Pedro Sérgio de Meneses. SÃO JOSÉ DO EGITO — Tenente Raimundo Virgolino Urtiga.

SÃO LOURENÇO — Anacleto Alves da Silva. SERRA TALHADA — José Bené de Carvalho. SERRINHA — Francisco Filgueira Sampaio. SERINHAEM — Oscar Cardoso da Fonte. SURUBIM — Nélson Barbosa. TAMBÉ — Bel. Simplício Tavares de Melo. TAQUARETINGA - Severino Cordeiro de Ar-

ruda. TIMBAÚBA — Álvaro Xavier de Morais Coutinho. TRIUNFO — Luiz Maia.

VERTENTES - Pedro Alcides de Figueiredo Lima.

VICÊNCIA — Gemíniano da Cunha Pedrosa. VITÓRIA — José Aragão Bezerra Cavalcante.

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado do Piauí

ALTO LONGÁ - Isaac Vilanova e Silva. ALTOS — Lourenço Saraiva Barbosa. AMARANTE — Enoque Cícero e Silva.

APARECIDA — Antenor Alves Pereira da Rocha. BARRAS — José Fortes. BATALHA — Clovis Melo. BELÉM — Joaquim Barbosa de Almeida. BOA ESPERANÇA — Antônio Diniz Chaves. BOM JESÚS — Dario Martins de Araújo Costa. BURITÍ DOS LOPES — Dácio Almeida. CAMPO MAIOR — Nei Baumann. CANTO DO BURITÍ — José Vicente de Moura. CASTELO — José Cardoso de Sá. CORRENTE — Dr. Augusto Nogueira Paranaguá. FLORIANO — Dr. Osvaldo da Costa e Silva. GILBUÉS — Alcides Mendes da Rocha. JAICÓS — Frutuoso Jusselino da Silveira JERUMENHA — Sebastião Martins de Carvalho. JOÃO PESSOA — Joaquim Gonçalves Cordeiro. JOSÉ DE FREITAS — Antônio da Costa Carvalho

LUIZ CORREIA — Manuel Galvão.

MIGUEL ALVES — Joaquim Dias de Santana.

OEIRAS — Orlando Barbosa de Carvalho.

PARANAGUÁ — Júlio Borges de Macedo.

PARNAÍBA — Dr. Mirocles Campos Veras.

PATROCÍNIO — Helí Bezerra. PAULISTA — Raimundo Coelho Damasceno. PEDRO II — Tertuliano Milton Brandão. PERIPERÍ — Nélson Coelho de Resende. PICOS — Adalberto de Moura Santos. PIRACURUCA — Antônio José de Sousa. PÔRTO ALEGRE — João Francisco de Carvalho. PÔRTO SEGURO — Raimundo Augusto da Rocha. REGENERAÇÃO - Francisco de Paula Teixeira Nunes.

RIBEIRO GONÇALVES - Leôncio Dias de Medeiros.

SANTA FILOMENA — Enéias Maia. SÃO BENEDITO — Gonçalo Benício. SÃO JOÃO DO PIAUÍ — Raimundo Pereira de Sousa.

SÃO MIGUEL DO TAPUIO - Manuel Evaristo de Paiva.

SÃO PEDRO — João Claro de Sousa. SÃO RAIMUNDO NONATO — Francisco Antônio da Silva.

SIMPLÍCIO MENDES - José Severiano da Costa Andrade.

SOCORRO — Dr. Clovis Lopes. TERESINA — Dr. Lindolfo Rêgo Monteiro. UNIÃO — Felinto do Rêgo Monteiro. URUSSUÍ — Cicero Coelho. VALENÇA — Janime Martins Nogueira.

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado do Rio de Janeiro

ANGRA DOS REIS - Dr. Moacir de Paula Lôbo. ARARUAMA — Antônio Joaquim Alves Branco. BARRA DO PIRAÍ - Dr. Paulo da Silva Fernandes.

BARRA MANSA — Dr. Joaquim de Almeida Matos.

BOM JARDIM — Major José Nobre de Araújo.

BOM JESÚS DO ITABAPOANA - José de Oliveira Borges.

CABO FRIO — Adolfo Berenger Júnior, CACHOEIRAS — Mozart Janot. CAMBUCÍ — Dr. José Batista dos Santos. CAMPOS — Dr. Salo Brand. CANTAGALO — Dr. Paulo Barreira de Faria. CAPIVARÍ — Antônio Borges Alfradique. CARMO — Luiz de Moura Pinheiro.

CASIMIRO DE ABREU — Dr. Valdemar Pimen-tel Maia Bittencourt. DUAS BARRAS — Manuel Lutterbach Nunes. ENTRE RIOS — Dr. Vålter Gomes Franklin. ITABORAÍ — Dr. Celso Rocha Nogueira da Silva, ITAGUAÍ — Vicente Cicarino. ITAGUAI — Vicente Cicarino.
ITAOCARA — Dr. Carlos Moacir de Faria Souto.
ITAPERUNA — Dr. Raul Travassos da Rosa.
MACAÉ — Dr. Télio Barreto.
MAGÉ — Valdemar de Assís Ribeiro.
MANGARATIBA — Dr. Murilo Cabral da Silva.
MARICÁ — Dr. Orlando de Barros Pimentel.
MIRACEMA — Altivo Mendes Linhares.

NITERÓI — Dr. Francisco de Almeida Brandão Júnior.

NOVA FRIBURGO — Dante Laginestra.

NOVA IGUASSÚ — Eng. Bento Santos de Almeida

PARAÍBA DO SUL — José Gonçalves Pinto de Resende.

PARATÍ — Jair Araújo.

PETRÓPOLIS — Dr. Márcio de Melo Franco Alves.

PIRAÍ — Otávio Teixeira Campos.

RESENDE — Dr. Otacilio de Freitas Assunção.

RIO BONITO — Celso Peçanha.

RIO CLARO — Oscar R. Ramagem.

RIO CLARO — Oscar R. Ramagem.
SANTA MARIA MADALENA — Astolfo Erves de
Castro.
SANTA TERESA — Mário Augusto Rodrigues.

SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA — Otávio Denys Filho. SÃO FIDÉLIS — Ernesto Duarte Machado da

SAO GONÇALO — Dr. Nélson Correia Monteiro. SÃO JOÃO DA BARRA — Mauro Luiz dos Santos.

SÃO PEDRO D'ALDEIA — Manuel Pereira Nunes.

SÃO SEBASTIÃO DO ALTO — José Lengruber. SAPUCAIA — Paulino Fernandes da Silva. SAQUAREMA — Segisfredo Rodrigues Bravo. SUMIDOURO — Dr. Antônio Tôrres de Lima Júnior.

TRAJANO DE MORAIS — Dr. Augusto Lengruber.

TERESÓPOLIS — Dr. Lauro Antunes Pais de Andrade.

VALENÇA — Dr. Osvaldo da Cunha Fonseca. VASSOURAS — José Henrique Saião Alves Branco.

Relação nominal dos prefeitos municipais do Rio Grande do Norte

ACARÍ — Ângelo Pessoa Bezerra.
ALEXANDRIA — Manuel Emidio de Sousa.
ANGICOS — Baltasar da Costa Pereira.
APODÍ — Origenes Monte.
AREIA BRANCA — Francisco Ferreira de Araújo.
ARES — Major Napoleão de Carvalho Agra.
ASSÚ — Manuel Pessoa Montenegro.
AUGUSTO SEVERO — Luiz de França Tito
Jãcome.

BAIXA VERDE — Cap. Severino Elías Pereira. CAICÓ — Inácio de Medeiros Días. CANGUARETAMA — Otávio de Araújo Lima. CARAÚBAS — Aproniano Martins de Sá. CEARÁ MIRIM — Tte. Cel. Jacinto Tavares Ferreira.

CURRAIS NOVOS — Dr. José Bezerra de Araújo. FLORES — Antônio Pereira de Meneses. GOIANINHA — Jerônimo Cabral Pereira Fagundes.

JARDIM DO SERIDO — Pedro Isidro de Medeiros.

JUCURUTÚ — Francisco Baldomero Chacon.
LAJES — Francisco de Oliveira Cabral.
LUIZ GOMES — João Germano da Silveira.
MACAIBA — Major Genésio Lopes da Silva.
MACAU — João Fernandes de Melo.
MARTINS — Antônio Marcelino de SouMartins.

MOSSORÓ — Pe. Luiz Mota.

NATAL — Dr. José Augusto Varela.

NOVA CRUZ — Mário Manso.

PAPARÍ — 1.º Tte. José Evangelista da Silva.

PARELHAS — Florêncio Luciano.

PAU DOS FERROS — Francisco Fernandes Sena.

PEDRO VELHO — Manuel Gadelha de Freitas.

PORTALEGRE — Manuel de Freitas Nobre.

SANTA CRUZ — Odorico Ferreira de Sousa.

SANTANA DO MATOS — Asclepiades Fernandes.

SANTO ANTÔNIO — Lindolfo Gomes Vidal.

SÃO GONÇALO — Major José Vitoriano de Medeiros.

SÃO JOSÉ DE MIPIBU — Aureo Tavares de Araújo.
SÃO MIGUEL — 1.º Ten. Adauto Rodrigues da Cunha.
SÃO TOMÉ — Francisco Sérgio de Paiva.
TAIPÚ — Rosendo Leite da Fonseca.
SERRA NEGRA — Descartes Mariz.
TOUROS — Manuel Herôdoto de Miranda.

Relação dos prefeitos municipais do Estado do Rio Grande do Sul

ALEGRETE — Bel. Eurípedes Brasil Milano. ALFREDO CHAVES — Rogério Galeazzi. ANTÓNIO PRADO — Felisbino Monteiro. ARROIO GRANDE — Oscar Carpes. ARROIO DO MEIO — Bel. Jaime Trindade Coimbra.

BAGÉ — Dr. Jerônimo Mércio Silveira. BENTO GONÇALVES — Bel. J. M. de Almeida Dentice.

BOM JESÚS — Cap. Gentil Machado de Godói,
CAÇAPAVA — João Faria de Oliveira Lima.
CACHOEIRA — Ciro da Cunha Carlos.
CAÍ - Bel. Egidio Michaelsen.
CAMAQUÁ — Major Otaviano Paixão Coelho.
CANDELÁRIA — Albino Lenz.
CANGUSSÚ — Dr. Jaime Faria.
CANOAS — Eng.º Agr.º Alósio Palmeiro de
Escobar.

CARAZINHO — Albino Hillebrand.
CAXIAS — Bel. Dante Marcucci.
CRUZ ALTA — Pacífico Dias da Fonseca.
D. PEDRITO — Floribal de Oliveira Jardim.
ENCANTADO — Adalberto Pio Souto.
ENCRUZILHADA — Honório F. de Carvalho.
ERVAL — Bel. Cincinato Brandão.
ESTRÉLA — Bel. Clâudio de Toledo Mercio.
FARROUPILHA — Antônio Pedroso Pinto.
FLORES DA CUNHA — Oto Bélgio Trindade.
GARIBALDI — Olinto Fagundes de Oliveira
Freitas.

GENERAL CAMARA — Orfelino de Azambuja Reichel. GETÚLIO VARGAS — Bel. Léonel Flores da

GETÚLIO VARGAS — Bel. Léonel Flores da Rosa. GRAVATAÍ — Arí Tubs. GUAÍBA — Bel. Nazário Leitão dos Santos.

GUAÍBA — Bel. Nazário Leitão dos Santos.
GUAPORÉ — Manuel Francisco Guerreiro.
IJUÍ — Bel. Emilio Martins Buhrer.
IRAÍ — Eng.º Álvaro Rodrigues Leitão.
ITAQUÍ — Otávio Silveira.
JAGUARÃO — Carlos Alberto Ribas.
JAGUARÃ — Cap. Dormilindo de Oliveira.
JOSÉ BONIFÁCIO — Bel. Jerônimo Teixeira
de Oliveira.

JÚLIO DE CASTILHOS — Aristides de Morais Gomes.

LAGOA VERMELHA — Libório Pimentel.
LAJEADO — João Frederico Schaan.
LAVRAS — Dr. João de Aragão Bulcão.
LIVRAMENTO — Dr. Crisanto de Paula Dias.
MONTENEGRO — Carlos Correia da Silva.
NOVO HAMBURGO — Nelson Toobey Schneider.
OSÓRIO — Juvenal José Pinto (agrónomo).
PALMEIRA — Felicio Augusto de Almeida.
PASSO FUNDO — Bel. Vitor Oscar Graeff.
PELOTAS — Bel. J. J. de Albuquerque Barros.
PINHEIRO MACHADO — José Rato da Silveira.
PIRATINÍ — Bel. José Maria da Silveira.
PÔRTO ALEGRE — Bel. José Loureiro da Silva.
PRATA — Adolfo Schneider.
QUARAÍ — Bento Lima Júnior.
PLO CRANDE. Bel Rogue Aita Júnior.

RIO GRANDE — Bel. Roque Aita Júnior.
RIO PARDO — Ernesto Protásio Wunderlich.
ROSARIO — Rafael Barcelos Gonçalves.
SANTA CRUZ — Dario de Azevedo Barbosa.
SANTA MARIA — Miguel de Andrade Neves
Meireles.

SANTA ROSA — Cap. Pattilio Palhares. SANTA VITÓRIA DO PALMAR — Eng.º Guilherme de Sousa Castro.

SANTIAGO — Sílvio Ferreira de Aquino.

SANTO ÂNGELO - Policarpo Gay. SANTO ANTÔNIO - Teodorico Francisco Machado da Silva.

S. BORJA — Manuel Luiz Fagundes.

S. FRANCISCO DE ASSÍS — Dr. João de Sousa Fraga. S. FRANCISCO DE PAULA — Alziro Tôrres

Filho.

S. LEOPOLDO — Teodomiro Pórto da Fonseca. S. LOURENÇO — Nestor Jost.

S. LUIZ GONZAGA — Gustavo Langsch.

S. PEDRO - Eduardo Lima Filho.

S. SEPÉ — João Carlos Osório Tôrres.

S. VICENTE — Dr. Marcolino Teixeira de Morais.
SARANDÍ — Eng.º Volmar Franco.
SOBRADINHO — Dr. Totilas Carvalho.
SOLEDADE — Felisberto Muniz Reis.

TAPES — Fernando Fernandes Chagas.

TAPES — Fernando Fernandes Chagas.
TAQUARA — Francsico Holmer.
TAQUARÍ — Bel. Nestor Azambuja Guimarães.
TÔRRES — Israel Mariense de Lemos.
TRIUNFO — Dr. Hermes Silveira de Ávila.
TUPANCIRETĂ — Dr. J. Pereira Melo.
URUGUAIANA — Francisco Maria Piquet.
VACARIA — Sátiro Dorneles de Oliveira Filho.

VENÂNCIO AIRES — Bel. Flávio Mena Barreto Matos.

VIAMÃO -- Dr. Carlos Velho Monteiro.

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado de Santa Catarina

ARARANGUÁ — Ten. Rui Stockler de Sousa. BIGUASSÚ — Alfredo Álvares da Silva. BLUMENAU — Dr. Afonso Rabe. BOM RETIRO — Arno Oscar Meyer. BOM RETIRO — Arno Oscar Meyer.
BRUSQUE — Germano Schaefer.
CACADOR — Manuel Siqueira Belo.
CAMBORIÚ — Ten. Mário Fernandes Guedes.
CAMPO ALEGRE — Bento de Amorim.
CAMPOS NOVOS — Gasparino Zorzi.
CANOINHAS — Alinor Vieira Côrte.
CONCÓRDIA — Dogollo Goss.
CRESCIUMA — Elias Angeloni.
CRUZEIRO — Newton da Luz Macuco.
CURITIBANOS — Salomão Carneiro de Almeida.
FLORIANÓPOLIS — Dr. Rogério Vieira.
GASPAR — Leopoldo Schramm. GASPAR — Leopoldo Schramm. HAMÔNIA — Rodolfo Koffke. IMARUÍ — Pedro Bittencourt. INDAIAL — João Maria de Araújo. ITAJAÍ — Francisco de Almeida. ITAJÓPOLIS — João Francisco de Assís. JAGUARUNA — Luiz Schmitz. JARAGUA — Ten. Leônidas Cabral Herbster. JOINVILLE — Arnaldo Moreira Douat. JOINVILLE — Arnaldo Moreira Douai LAJES — Vidal Ramos Júnior. LAGUNA — Giocondo Tasso. MAFRA — Pedro Kuss. NOVA TRENTO — Irineu Busnardo. ORLEANS — José Antunes Matos. PALHOÇA — Juliano Luchi. PARATÍ — Itamar Cordeiro. PÔRTO BELO — Heronido Conceição PARATI — Itamar Cordeiro.

PÔRTO BELO — Heronido Conceição.

PÔRTO UNIÃO — Helmuth Müller.

RIO DO SUL — Roberto Machado.

RODEIO — Sílvio Scooz.

Logarim de Sales RODEIO — Silvio Scooz.

SÃO BENTO — Joaquim de Sales.

SÃO FRANCISCO — Flodoardo Nóbrega.

SÃO JOAQUIM — Ercílio Vieira Amaral.

SÃO JOSÉ — Pedro Mayvorne.

TIJUCAS — Valério Teodoro Gomes. TIMBÓ — Teodolindo Pereira.
TUBARÃO — Marcolino Cabral.
URUSSANGA — Zeferino Burigo. XAPECÓ — Lucínio Córdova.

Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado de Sergipe

ANÁPOLIS — Dr. Marco Ferreira. AQUIDABÁ — Aldon Figueiredo.

ARACAJÚ - José Vieira Garcês. ARAUA — Antônio Francisco do Nascimento. BUQUIM — Domingos Bispo Ribetro. CAMPO DO BRITO — José de Oliva Freire. CAMPO DO BRITO — Jose de Oliva CAMPOS — José Joviniano dos Santos.
CANOBA — João Alves de Resende.
CAPELA — Dr. Edélsio Vieira de Melo.
CARMO — José de Aguiar Lemos.
CEDRO — Miguel Seixas. CRISTINA — Lourival Alves Costa. DIVINA PASTORA — Carlos Vieira de Melo. ESPÍRITO SANTO — Vilobaldo Araújo Góis. ESTÂNCIA — Dr. Arquibaldo Ribeiro da Silveira. GARARÚ - Nélson Resende Albuquerque. ITABAIANA - Manuel Francisco Teles. ITABAIANA — Manuel Francisco Teles.
ITABAIANINHA — Émerson Batista de Sousa.
ITAPORANGA — Dr. Alberto de Oliveira Freire.
JABOATÃO — Antônio Sá Travassos.
JAPARATUBA — José de Matos Teles.
LAGARTO — Manuel Emílio.
LARANJEIRAS — Dr. Francisco Alberto B. Azevedo. MARUIM — Dr. Gonçalo Prado Rolemberg. MURIBECA — Manuel Gomes de Sá. NEÓPOLIS — Eng. Mário Gonçalves. NOSSA SENHORA DA GLÓRIA — Ulisses Alves de Oliveira. NOSSA SENHORA DAS DORES — José Barreto de Sousa. PÔRTO DA FÔLHA - Joaquim Gomes de Almeida. PROPRIÁ - Martinho Dias Guimarães. RIACHAO — Horácio Dantas Góis. RIACHUELO — Tasso Sobral Garcês. RIBEIRÓPOLIS — Francisco Sobral. ROSÁRIO — Otacílio Vieira de Melo. SALGADO — José Barreto Góis. SANTA LUZIA — Adelson Silveira Lima. SANTO AMARO — Alon de Matos Teles. SÃO CRISTÓVÃO — José Pereira Dantas. SÃO FRANCISCO — José Machado Tojal.

Relação nominal de Municípios e prefeitos do Estado de São Paulo

SÃO PAULO — Maurício Etinger. SIRIRÍ — Aurélio de Meneses Barreto. SOCORRO — José de Melo Meneses.

ÁGUAS DA PRATA — João Batista de Figueiredo Costa. AGUDOS — Padre João Batista de Aquino.
ALTINOPOLIS — Paulo Garcia Palma.
AMERICANA — Dr. João de Castro Gonçalves.
AMPARO — Dr. Homero Pimentel.
ANÁPOLIS — Guido Trevisan. ANAPOLIS — Guido Trevisan.

ANDRADINA — Evandro Calvoso.

ANGATUBA — Juvenal Vieira de Morais.

APARECIDA — Américo Alves Pereira Filho.

APIAÍ — Alberto Días Batista.

ARAÇATUBA — Célio de Araújo Cintra.

ARARAQUARA — Dr. Camilo Gavião Sousa

Neves.

APARAS — Inésia Vivita Lánica

Neves.

ARARAS — Inácio Zurita Júnior.

AREIAS — Joaquim Irineu de Andrade.

ARIRANHA — Gabriel Hernandes.

ASSÍS — Dr. Licurgo de Castro Santos.

ATIBAIA — João Batista Conti.

AVAÍ — João Pereira Novo Filho.

AVANHANDAVA — Adalgiso Martins Ferreira.

AVAPÉ — Dr. Diomontino Montrino de Como. AVANHANDAVA — Adalgiso Martins Ferreira.
AVARÈ — Dr. Diamantino Monteiro da Gama.
BANANAL — Olegário Ramos.
BARIRÍ — Dr. Sadi Fernandes da Silva.
BARRA BONITA — Inimá Barreto.
BARREIRO — José Martins Freire.
BARRETOS — Fábio Junqueira Franco.
BATATAIS — Dr. José Arantes Junqueira.
BAURÚ — Ernesto Monte.
BERENOURO — Los quima Alves Guimanãos. BEBEDOURO — Joaquim Alves Guimarães.
BELA VISTA — Arlindo Elras.
BERNARDINO DE CAMPOS — Francisco Bres-

sani da Cunha. BIRIGÜÍ — Dr. Tomaz de Figueiredo Magalhães BOA ESPERANÇA — Mário Franco do Amaral.

```
BOCAINA — Guilherme Giraldo Ferreira Cam-
panha.

BOCAIÚVA — Paulo Barbosa Ferraz.

BOFETE — Francisco Gorga.

BOITUVA — Floriano Peixoto Vilaça.
BORBOREMA - Joaquim Martins de Carvalho.
BORBOREMA — Joaquim Martins de Carvano.
BOTUCATÚ — Dr. João Maria de Araújo Júnior.
BRAGANÇA — Dr. José de Aguiar Leme.
BRODOSQUI — Valter Barreto da Costa.
BROTAS — Dr. Lingard Miller Paiva.
BURÍ — Jaime Duarte Tavares.
                                                                                                                      JACAREÍ -
BURI — Jaime Buarte Lavalos.
CABREÚVA — Roque de Mesquita Camargo.
CAÇAPAVA — Dr. Rosalvo de Almeida Teles —
ef. José Teles Pereira — com.
 CACHOEIRA — Agostinho Vicente de Freitas
                              Ramos.
— Sebastião Ferreira Barbosa.
CACONDE — Sebastiao Ferreira Barbosa.

CAFELÂNDIA — Luiz Siqueira Mateus.

CAJOBÍ — João Rimoli Neto.

CAJURÚ — Dr. Edmundo Gomes de Queiroz.

CAMPINAS — Dr. Lafaiete Álvaro de Sousa

Camargo.

CAMPO LABCO
 CAMPO LARGO — João Batista da Costa.
 CAMPOS DO JORDÃO — Dr. Lourival Francisco
                                                                dos Santos.
CANANÉIA — Juvenal da Silva Fraga.
CÂNDIDO MOTA — Manuel Fernandes Barreira.
CAPÃO BONITO — Virgílio Lírio de Almeida.
 CAPIVARÍ — Mário Bernardino de Campos.
 CARAGUATATUBA — Joaquim Evilásio do
                                                                 Amaral,
CASA BRANCA — João de Pádua Lima.
CATANDUVA — João Lunardelli.
CEDRAL — João Gonçalves Leite.
CERQUEIRA CESAR — Alcebiades Lemos de
                                                                 Moura Leite .
CHAVANTES — João Carneiro Filho.
COLINA — Luiz Lemos de Toledo.
CONCHAS — José Gorga.
COROADOS — João Lorenzetti.
 COTIA — Derval Ferreira da Rosa Aquino.
CRAVINHOS — Dr. José Eduardo Vieira Palma.
CRUZEIRO — Carlos Ribeiro de Sousa.
 CUNHA - Antônio Acácio Cursino.
 DESCALVADO — Amazilio Pozzi.
DOIS CÓRREGOS — Mário de Campos.
DOIS CÓRREGOS — Mário de Campos.
DOURADO — Trajano Penteado.
DUARTINA — Dr. Lindolfo Alves.
FARTURA — Hipólito de Almeida Melo.
FERNANDO PRESTES — Altino Pereira Martins.
FORMOSA — Benedito Carlos de Oliveira.
FRANCA — Dr. João Ribeiro Conrado.
GALIA — Antônio Nora.
GARÇA — Durval Alves de Sousa.
GETULINA — Francisco Moreira de Matos Filho.
GLICÉRIO — Estácio Nunes da Silva.
GRAMA — João Machado.
 GRAMA — João Machado.
 GUAÍRA - Gabriel Garcia Leal.
 GUARÁ — Lincoln de Andrade Junqueira.
GUARARAFES — Luiz Lincoln de Oliveira.
GUARAREMA — Francisco Leite Sobrinho.
GUARATINGUETÁ — Joaquim Vilela de Oli-
                                                          veira Marcondes.
 GUAREÍ — Adalberto Rocha.
GUARIBA — Bento Carlos Botelho do Amaral.
GUARUJÁ — Dr. Ernani Botto de Barros.
GUARULHOS — José Mauricio de Oliveira.
 IACANGA — Artur Salgado.
IBIRA — Godofredo Pagliusi.
 IBITINGA — Valdomiro Ribeiro dos Santos.
IGARAPAVA — José Basile.
IGUAPE — Hermelino França Júnior.
 INDAIATUBA — Sebastião Nicolau. IPAUSSÚ — Dr. José Cunha. IPORANGA — Rafael Déscio Júnior. ITABERÁ — Alfredo F. de Oliveira. ITAÍ — Pedro Paulo da Costa.
 ITAJOBI — José Odorico Monteiro Salgado.
ITANHAÉN — Jorge Rossmann.
ITAPECIRICA — Tte.-cel. Luiz Tenório de Brito.
ITAPETININGA — Dr. Antônio de Almeida
Leme Júnior
                                                     Leme Júnior.
ITAPEVA — Joaquim Bento de Oliveira Neto.
ITAPIRA — Dr. Hortêncio Pereira da Silva.
ITAPOLIS — Lucilo Alves Pôrto.
```

```
ITAPORANGA — Jorge Zimermann.
ITAPUÍ — Dr. José Miraglia.
ITARARÉ — Eugênio Dias Tatit.
ITATIBA - Evaristo Silva.
ITATIBA — EVARISTO SHVA.
ITATINGA — Joaquim Pinto de Araújo Novais.
ITIRAPINA — Luiz Ramos da Silva Veiga.
ITÚ — Dr. Mário Costa de Oliveira.
ITUVERAVA — Dr. Gilberto Ribeiro Barbosa.
JABOTICABAL — Dr. Valdomiro Vieira Marcondes.
                        Antônio Alves de Carvalho Rosas.
JACUPIRANGA — Raul Ferreira Machado.
JAMBEIRO — Antônio de Castro Leite.
JARDINÓPOLIS — Eurico Alves de Resende.
JAÚ — Dr. Antônio Neves de Almeida Prado.
JAU — Dr. Antonio Neves de Antonio
JOANÓPOLIS — Felicio Fernandes Nogueira.
JOSÉ BONIFACIO — Carlos Neri da Costa.
JUNDIAÍ — Manuel Aníbal Marcondes.
JUQUERI — Benedito Fagundes Marques.
LARANJAL — José Alves Lima.
LEME — Dr. Sebastião Jair Mourão.
LEMÉ — Dr. Sebastiao Jair Mourao.

LENÇÓIS — Antônio Leão Tocci.

LIMEIRA — Arí Leví Pereira.

LINDOIA — Dr. Eduardo de Barros Martins.

LINS — Dr. Urbano Teles de Meneses.

LORENA — Luiz de Castro Pinto.
LORENA — Luiz de Castro Pinto.

MARACAÍ — Juversino Cunha.

MARÍLIA — Néison de Carvalho.

MARTINÓPOLIS — Dr. João Grande de Melo.

MATÃO — José Bartolomeu Ferreira.

MINEIROS — Francisco Zanzini.

MIRASSOL — Dr. Anísio José Moreira.

MOCOCA — Dr. Carlos Lima Dias.

MOGÍ DAS CRUZES — Armindo Faustino de Melo.
                                                     Melo.
MOGÍ GUASSÚ — Dr. Valdomiro Girard Jacó.
MOGÍ MIRIM — Ataliba Silveira Franco.
MONTE ALTO — Manuel Tomaz de Carvalho
                                        Lima.
MONTE APRAZÍVEL - Basileu Estrêla.
MONTE AZUL — Sebastião Lima Brito.
MONTE MOR — Amadeu Ginefra.
MONTE MOR — Amageu Gineira.

MORRO AGUDO — Afonso Ricci.

MUNDO NOVO — Dr. Atila Ferreira Vaz.

NATIVIDADE — Higino Miranda de Farla.

NAZARÉ — Valabonso Cândido Ferreira.

NOVA GRANADA — Dr. Inacio de Negreiros
                                              Rinaldi (ef.) Argemiro
                                                Gusmão (int.)
NOVO HORIZONTE — Jonas Junqueira
NUPORANGA — Francisco Barbosa da Silva.
ÓLEO - Salustiano Marques do Vale.
OLEO — Saustiano Marques do vale.

OLÍMPIA — Dr. Paulo Furquim.

ORLÂNDIA — Édison Leite de Morais.

OURINHOS — Dr. Hermelino Agnes de Leão.
PALESTINA — Abraão Scaff.
PALMEIRAS — Silvio Dias de Arruda.
PALMITAL — Ciro Pereira Leite.
PARAGUASSÚ — Antenor Teixeira de Assunção.
PARAÏBUNA — Dr. Jorge Washington de Ca-
                                         margo.
PARNAÍBA — Benedito de Oliveira Pedroso.
PATROCÍNIO DO SAPUCAÍ — Esmeraldo Nunes
                                                                Monteiro.
PAULO DE FARIA -- Dr. Luiz Antônio Pentea-
                                            do de Castro.
PEDERNEIRAS — Dr. Osni Fleuri da Silveira.
PEDREGULHO — Válter Balieiro.
PEDREIRA — Pedro Alvarenga.
PENÁPOLIS — Graciliano de Oliveira.
PEREIRA BARRETO - Arlindo Custódio Leite.
PEREIRAS — Antônio Felli.
PIEDADE — Armando Osvaldo de Carvalho.
PILAR — Eugênio Teodoro Sobrinho.
PINDAMONHANGABA — João Romeiro Filho.
PINDORAMA — Jorge Miguel Attab.
PINHAL — Dr. Francisco Álvares Florence.
PINHEIROS — Sebastião Novais.
PINHEIROS — Sebastiao Novais.

PIQUETE — José Monteiro de Brito Júnior.

PIRACAIA — Silvino Júlio Guimarães Júnior.

PIRACICABA — José Vizioli.

PIRAJÚ — Dr. Edmundo Ortiz de Camargo.

PIRAJUÍ — Dr. Inácio Meireles Bastos.

PIRAMBÓIA — Ângelo Cosentino.

PIRANGÍ — Dr. Clementino Canabrava Filho.
```

PIRASSUNUNGA — Dr. Manuel Mendes. Manuel de Castro PIRATININGA - Francisco Senise. PITANGUEIRAS — José Dantas de Mendonça Uchoa. POMPÉIA — Dr. Flávio de Faria Jordão. PONTAL — José Leonel Pupo. PORANGABA — Domingos Manuel de Miranda. PÔRTO FELIZ — José Pais da Mota. PÔRTO FERREIRA — Dr. Nicolau de Vergueiro Forjaz. POTIRENDABA — Danilo Galeazzi. PRAINHA — Joaquim Dias Ferreira. PRESIDENTE ALVES — José Helene. PRESIDENTE BERNARDES - Alfredo Westin Júnior. PRESIDENTE PRUDENTE - Dr. Domingos Leonardo Ceravolo. PRESIDENTE VENCESLAU - Dr. Francisco de Campos Lima. PROMISSÃO — Arnaldo Andrade.
QUATA — Dr. Lourenço Dessimoni.
QUELUZ — Francisco Tomaz da Silva.
RANCHARIA — Dr. Benedito Martins Barbosa.
REDENÇÃO — José Brasiliano de Alvarenga.

REGENTE FEIJÓ - João Batista Berbet. RIBEIRA — Frederico Dias Batista. RIBEIRÃO BONITO — Paulo Dias de Aguiar. RIBEIRÃO PRETO — Dr. Fábio de Sá Barreto. RIO CLARO — Dr. Solon Rêgo Barros. RIO DAS PEDRAS — Luiz de Arruda Leite. RIO PRETO — Dr. Hernani Domingues. SALESÓPOLIS — Antônio Camargo Primo. SALTO -- João Batista Ferrari. SALTO GRANDE — Serafim Duarte Correia.
SANTA ADÉLIA — Daniel de Carvalho.
SANTA BÁRBARA — Plácido Ribeiro Ferreira. STA. BARBARA DO RIO PARDO — Luiz Gonzaga Lino de Campos.

SANTA BRANCA — Tancredo Galvão Trigueirinho. STA, CRUZ DO RIO PARDO --- Dr. Leônidas Camarinha. SANTA ISABEL — Francisco Beraldo. SANTA RITA — Urbano de Sousa Meireles Filho. SANTA ROSA — João Bueno dos Reis. SANTO ANASTÁCIO — Flamínio Barbosa Ferraz. SANTO ANDRÉ -- Dr. José de Carvalho Sobrinho.

SANTO ANTÔNIO D'ALEGRIA - Antenor Ferreira Nobre. SANTOS - Antônio Gomide Ribeiro dos Santos. SÃO BENTO DE SAPUCAÍ — Augusto Marcondes

de Azeredo. SÃO CARLOS — Sabino de Abreu Camargo. SÃO JOÃO DA BOA VISTA — Henrique Cabral de Vasconcelos.

SÃO JOAQUIM - Roberto Resende Junqueira.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - Dr. Pedro Popini Marcarenhas. SÃO JOSÉ DO RIO PARDO — Aurino Vilela de Andrade SÃO LUIZ DO PARAÏTINGA -Benedito Pião Sohrinho SÃO MANUEL — Dr. José do Amaral Wagner. SÃO MIGUEL ARCANJO — Luiz Valio SÃO PAULO — Dr. Francisco Prestes Mala. SÃO PEDRO — Carlos Mauro. SÃO PEDRO DO TURVO - Alcindo Chaves. SÃO ROQUE — Dr. João Gabriel Pinto da Costa. SÃO SEBASTIÃO — Armando Datino. SÃO SIMÃO — Dr. Áulio Lousada Veloso. SÃO VICENTE — Dr. Polidoro de Oliveira Bittencourt. SARAPUÍ - Felismino Vieira. SARAPUI — reisimino vieira.

SERRA AZUL — Galdino Taveiros.

SERRA NEGRA — Joaquim de Araújo Almeida.

SERTÃOZINHO — Manuel de Freitas Machado.

SILVEIRAS — Roberto de Miranda Alves.

SOCÔRRO — Alfredo de Oliveira Santos Júnior.

SOROCABA - Antônio César do Nascimento Filho. TABAPUÃ — Dr. Paulo Guzzo. TABATINGA — João Machado. TAMBAU — José Carlos de Melo. TANABÍ — Manuel Garcia de Oliveira. TANASI — Mantier Garcia de Oliveira.

TAPIRATIBA — Herconides Martins de Oliveira.

TAQUARÍ — Trajano Gabriel.

TAQUARITINGA — Carlos de Oliveira Novais.

TATUÍ — Antônio Tricta Júnior.

TAUBATÉ — Dr. Antônio de Oliveira Costa.

TIETÉ — Olegário Camargo. TORRINHA — Antônio Amalfi. TREMEMBÉ — Dr. Hipólito José Ribeiro. TUPA — Dr. Gil Junqueira Meireles.
UBATUBA — Deolindo de Oliveira Santos. UCHOA — João Reverendo Vidal. UCHOA — João Reverendo Vidar.
UNA — João Carlos Marcondes.
VALPARAÍSO — Oscar de Arruda.
VARGEM GRANDE — Edmundo Dante Calió.
VERA CRUZ — Valdomiro Freire.
VIRADOURO — Fábio Ralston. XIRIRICA — Antônio Avelino Cunha.

Relação nominal dos prefeitos municipais do Território do Acre

BRASÍLIA - Francisco Custódio Freire, eng. agrônomo. CRUZEIRO DO SUL — Farmacêutico Mário Lobão.

FEIJÓ - Sr. Raimundo Augusto de Araújo. RIO BRANCO - Major Manuel Fontenele de Castro.

- Manuel Vieira da Cunha. SENA MADUREIRA — João Câncio Fernandes. XAPURÍ - Agr. Francisco Coelho Filho.